



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA HUMANAS

BRUNA LOUZADA BUMACHAR

Nem dentro, nem fora:
a experiência prisional de *estrangeiras* em São Paulo

Campinas
2016


BRUNA LOUZADA BUMACHAR

**NEM DENTRO, NEM FORA: A EXPERIÊNCIA PRISIONAL DE ESTRANGEIRAS
EM SÃO PAULO**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA BRUNA LOUZADA BUMACHAR, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ADRIANA GRACIA PISCITELLI.



Campinas
2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2010/18227-3

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

B88n Bumachar, Bruna, 1980-
Nem dentro, nem fora : a experiência prisional de *estrangeiras* em São Paulo / Bruna Louzada Bumachar. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Adriana Gracia Piscitelli.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prisão - São Paulo (SP). 2. Migração. 3. Gênero. 4. Maternidade. I. Piscitelli, Adriana Gracia, 1954-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Neither in nor out : the prisional experience of *foreigners* in São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Prison - Sao Paulo (SP)

Migration

Gender

Maternity

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutora em Antropologia Social

Banca examinadora:

Adriana Gracia Piscitelli

Claudia Lee Williams Fonseca

Cynthia Andersen Sarti

Gabriel de Santis Feltran

Iara Aparecida Beleli

Data de defesa: 01-11-2016

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 1º de novembro de 2016, considerou a candidata Bruna Louzada Bumachar aprovada.

Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli

Profa. Dra. Iara Aparecida Beleli

Profa. Dra. Cynthia Andersen Sarti

Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

À Sylvia, pela vida feita da mais linda parceria.

À Maria Flor, minha amorinha, simplesmente por existir.

Ao pessoalzinho, pelo amor sem fronteiras.

Agradecimentos

Após mais de sete anos de pesquisa, fica difícil saber onde se encontram as fronteiras que delimitam este trabalho. Gerei e gestei (para utilizar verbos, aqui, recorrentes) essa pesquisa em relações que me geraram e me gestaram. Relações que determinaram minha rotina, minhas amizades, minhas posições políticas, meus momentos de lazer e as cidades por onde passei. Relações que me fizeram com as linhas que compõem esta tese. E é com enorme alegria que declaro minha mais profunda gratidão a muitas pessoas e instâncias que a teceram comigo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), agradeço pelas bolsas de doutorado e de estágio de pesquisa no exterior, ambas imprescindíveis para a viabilização de minha pesquisa desde o início do mestrado. Sou igualmente grata a todos os funcionários da secretaria de pós-graduação do IFCH, em especial à Maria José Rizola e Márcia Goulart, pela dedicação nos processos burocráticos rotineiros, e à Sônia Cardoso e Maria Rita Gandara por me ajudarem na solução dos imbróglis dos mesmos. Agradeço também aos funcionários do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, particularmente à Luciana Bueno, ao Jadison Freitas e, mais recentemente, à Ana Carolina Canabarra pela singular disponibilidade, simpatia e eficiência frente às demandas burocráticas.

À Adriana Gracia Piscitelli, minha orientadora, agradeço não apenas por assumir a orientação de um trabalho já em andamento, mas, principalmente, pela maneira generosa como o fez. Suas observações certeiras, seu olhar etnográfico apurado, seu conhecimento teórico sofisticado e os conselhos francos além e aquém da pesquisa foram alicerces fundamentais para mim. Obrigada por me ensinar tanto sobre gênero e feminismos através das leituras, discussões e ações. Obrigada por respeitar e considerar minhas demandas não apenas acadêmicas. Nunca esquecerei o dia em que, sentadas nas mesinhas da pós, você acatou prontamente a ideia de um estágio de pesquisa no exterior, escrevendo, no mesmo dia, para a professora que viria a me orientar nessa ocasião. Tampouco esquecerei o dia em que, alguns meses antes, ao final de um encontro do grupo de orientandos, você me levou para baixo de um pequeno telhado para nos proteger da chuva e das dores que poderiam me arrebatrar. Minha mais profunda gratidão pela

sua orientação sensível, pelas palavras honestas e acolhedoras e por considerar que as linhas escritas neste e em outros textos são fiadas com a matéria-prima da vida. Obrigada por estimular o trabalho de campo, os encontros e viagens (não apenas) acadêmicos e as reflexões/produções coletivas e individuais. Obrigada por nutrir o interesse pela etnografia e por proporcionar outros elementos igualmente necessários para a produção desta tese. Obrigada, querida, muito obrigada!

Ao Omar Ribeiro Thomaz, meu primeiro orientador, devo a gratidão por ter me aberto importantes portas. Foi Omar quem me recebeu na UNICAMP para um intercâmbio de graduação entre as universidades paulistas. Foi ele quem, antes mesmo de nos conhecermos, facilitou minha matrícula e ofereceu sua casa em Barão para que eu pudesse frequentar disciplinas no período noturno. Foi também ele quem me apoiou e me levou para um intercâmbio na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, nos últimos semestres de minha graduação. Por fim, foi ele quem me incentivou a prestar o mestrado no PPGAS e, quando eu já estava sob orientação de Adriana, convidou-me para integrar sua equipe de pesquisa numa viagem que resultou na produção das vídeo-cartas em Moçambique e na África do Sul, como parte de meu trabalho de campo. Obrigada, querido, por ajudar a traçar minha trajetória com fios de afeto, criatividade e liberdade. Obrigada por me deixar voar quando os ventos da pesquisa me conduziram para outros ares e, ainda, por seguir compartilhando a paixão pelos bichos, pela antropologia e pela complexidade do mundo.

Aos professores Cynthia Sarti, Claudia Fonseca, Gabriel Feltran e Iara Beleli, agradeço por prontamente aceitarem participar da banca. É, de fato, um privilégio concluir essa etapa com a leitura e os comentários de cada um de vocês. Agradeço igualmente aos professores Omar Ribeiro Thomaz, Guita Debert e Adriana Vianna por aceitarem ser suplentes. À Adriana, sou grata, ainda, pelas preciosas considerações acerca de meu trabalho no Seminário de Gênero, organizado pelo PAGU/UNICAMP, e na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, onde ela dividiu a coordenação do GT com Gabriela Lugones, a quem agradeço, também, a leitura e os comentários. À Iara, sou especialmente grata pela sua marcante presença. Desde o segundo ano de pesquisa, quando eu ainda não tinha nenhum contato com Adriana Piscitelli, nem com o PAGU, desfrutei de seus *insights*. Obrigada, querida, por me chamar atenção para questões sobre maternidade, tecnologia e corpo antes de eu ter clareza da importância dessa articulação em meus dados. Obrigada por me encorajar com as generosas leituras de meus textos e os diferentes convites acadêmicos. Obrigada pelo carinho e cuidado para com todo o grupo que

Adriana e você articulam brilhantemente.

Aos professores do PPGAS/UNICAMP, com os quais tive o prazer de cursar as disciplinas, Omar Thomaz, Heloisa Pontes, Suely Kofes, Mauro Almeida e Rita Morelli, sou imensamente grata pela atuação em minha formação. À professora Heloisa Pontes, agradeço a leitura precisa e generosa do projeto e, posteriormente, do texto apresentado no exame de qualificação do então mestrado. Sua sensibilidade etnográfica e sua sofisticação teórica não apenas anteviram alguns dos fios que teceram a pesquisa, mas também me ajudaram a produzi-los. Juntamente com Adriana e Omar, ela acreditou no potencial de uma passagem direta para o doutorado. Obrigada por me sugerir esse caminho, Helô. Obrigada por considerar que as demandas de pesquisa são o que, de fato, importam num doutorado. E, embora meu trajeto tenha sido muito mais longo e tortuoso do que eu imaginava naquela altura, não tenho dúvidas de que valeu a pena.

À Mônica Tarducci e Pedro Ferreira, sou igualmente grata pelas considerações acertadas durante o exame de qualificação do doutorado. Mônica fez uma leitura feminista generosa e impecável dos dados sobre maternidade e família, além de me presentear com dezenas de textos sobre o assunto. Obrigada, Mônica, por dispor de sua única tarde em Campinas para me contemplar com todas essas contribuições. Já Pedro, trouxe formulações singulares, sobretudo, acerca da tecnologia. A você, Pedro, agradeço por todo o apoio ao longo desses anos. Obrigada pelas conversas presenciais e digitais, pelas sugestões bibliográficas, pelo entusiasmo para com meus dados de campo, pelos convites para ministrar aulas e participar de eventos e por ter me aberto as portas do CteMe.

À Andréa Skackauskas, Aline Tavares, Ana Paula Luna, Anna Paula de Araújo, Carolina Branco, Carolina Delgado, Fernanda Leão, José Miguel Olivar, Laura Lowenkron, Natália Padovani e Paula Togni (*in memoriam*), meus colegas de orientação/supervisão, agradeço imensamente pelos debates acerca da literatura de nosso interesse, bem como pelo cuidado e dedicação nas leituras de meus escritos, que tanto contribuíram para o amadurecimento das reflexões. Se fui capaz de incorporar as discussões de gênero e interseccionalidades neste trabalho, devo isso grandemente a vocês. Ao Zé Miguel, agradeço, ainda, os almoços e lanches, sempre regados a comentários que me levaram a resolver questões no processo da escrita. Deixo ainda um agradecimento especial à Ana Fonseca, pela acolhida sempre animada e as muitas histórias contadas nos momentos de socialização. E, por fim, à Judite dos Santos, Dona Juju, pelas recepções alegres e muito saborosas.

No CteMe, pude compartilhar escritos e ideias, mas, sobretudo, inspirar-me com as sofisticadas reflexões que o grupo produz acerca do universo das técnicas. Nominalmente agradeço a Elton Corbanezi, Diego Vicentin, Leonardo Cruz, Márcio Barreto, Marta Kanashiro, Rafael Alves da Silva e Rafael Malhão. Certamente os comentários de cada um de vocês estão presentes no quarto e quinto capítulos. Ao Malhão, agradeço as obras e artigos em PDF e a perene disponibilidade para dialogar sobre nossas pesquisas. Ao Diego, agradeço as trocas acadêmicas e o interesse comum pelo universo prisional e as tecnologias. À Marta, sou especialmente grata pelo convite a ampliar meus diálogos acadêmicos. Sua parceria, juntamente com a do Diego, no projeto “*Habitele: wearable digital identities*”, coordenado por Dominique Boullier, possibilitou-me experimentar o prazer da produção coletiva. Agradeço-lhe, ainda, pela disposição de diálogos verdadeiramente críticos e pela generosa compreensão frente aos impasses burocráticos da vida acadêmica.

Aos colegas que ingressaram no PPGAS em 2009, Adressa Passetti, Carlos Eduardo Henning, Carmen Lúcia, Carolina Ayala, Cristiane Santos Souza, Ernenek Mejía, Desirée Azevedo, Fabiana de Andrade, Fabiana Mendes, Flavia Slompo, Guilherme Mansur, Jimena Pichinao, Jean Maia, José Quidel, Larissa Nadai, Mayra Vergotti, Rafael Cremonini, Ricardo Freire, Rodrigo Caravita e Thiago Novaes, sou grata pela oportunidade de produzirmos, juntos, parte das reflexões de nossos trabalhos dentro e fora das salas de aula.

Alguns ultrapassaram esse universo para tecer outros afetos. Ao Ricardo, agradeço a escuta sempre entusiasmada, o ombro amigo, as palavras sábias e a linda amizade, hoje nutrida à distância. Distância que, de outra forma, trouxe Carol mais para perto. Obrigada, amora, por compartilhar dos segredos da vida e do desejo de um mundo melhor pela via (não apenas) do veganismo. Que sorte a minha de estar em Campinas para desfrutar de suas visitas. À Cris, agradeço o abraço apertado, o olhar firme e os comentários precisos sobre a vida e os nossos trabalhos. Obrigada pelo amparo nos momentos de fragilidade e por compartilhar de alguns dos estranhamentos frente à vida campineira. À Fabi (Andrade), Larissa e Ernenek, agradeço os encontros em que muitas ideias e risadas foram, nos primeiros anos de pesquisa, nutridas com almoços e jantares deliciosos. Por fim, agradeço ao Rafa, pela partilha do amor aos bichanos e da produção das vídeo-cartas dentro da prisão. Amante da fotografia e da complexidade das vidas naturais-culturais, meu amigo biólogo e antropólogo surgiu, num almoço de nossa turma, como o parceiro ideal para este trabalho. Obrigada, Rafa, por tornar nosso o momento mais tocante de meu trabalho de campo. Obrigada pela discrição, sensibilidade e olhares fotográficos

e antropológicos únicos.

A permanência em Campinas me trouxe outros importantes colegas e amigos. Na verdade, antes disso, foram amizades que me trouxeram até Campinas. Além de Omar, Iracema Dulley foi crucial nessa tomada de decisão. Abriu-me as portas de sua casa para eu viver nos meses que precederam o processo seletivo de mestrado. Obrigada, Amiga, pelo apoio manente, as análises rigorosas e o pulso firme. Obrigada pelos olhares e os comentários hilários de uma eterna mocréia. Marta Jardim também esteve nesse processo, juntamente com Augusto Postigo com quem compartilhei os primeiros anos de vida em Barão. À querida Marta, agradeço as visitas agradáveis, o desejo pelo diálogo, a fome interminável e o afago nos momentos das partidas. Como se isso não bastasse, sua maneira de lidar com o conhecimento é uma grande fonte de inspiração para mim. Obrigada, Marta, por fazer meu doutorado mais feliz. Ao Augusto, agradeço a relação que tanto me ensinou sobre limites. Seu suporte foi imprescindível para a viabilização de parte de meu trabalho de campo e para a nutrição de uma vida doméstica marcada por minhas ausências semanais.

Ana Elisa Bersani, Rebecca Slenes, Suzana Vieira, Igor Scaramuzzi, Paula Freitas Almeida, Patricia Lora, Bernardo Freire, Alex Nakaóka, Danilo Arnaut, Berenice Morales, Luciano Cardenes, Sabrina Finamori, Mauro Brigeiro, Flavia Paniz, Lucas Mestrinelli, Mariana Marques, Tomás Bover, Celeste Hernández, Jonatan Sacramento e Julian Simões fizeram do IFCH uma fonte de boas relações. À Susana e Sabrina, agradeço a parceria em disciplinas e as trocas em diferentes momentos do trabalho. Ao Danilo, agradeço o encontro de almas, a honestidade e as leituras rigorosas de partes de meu texto. A sua amizade e cuidado foram essenciais na reta final da escrita, Dan. À Pati Lora, sou grata pelos cafés, as palavras sempre doce e os comentários detalhados aos meus primeiros escritos. Ao Igor, sou grata pelas partilhas no último ano de doutorado, pelo amor ao esporte e pelo carinho nutrido com os alimentos trazidos de sua horta. Ao Bernardo, agradeço as conversas sempre intensas, a leitura rigorosa e encorajadora de um de meus capítulos e as sugestões bibliográficas precisas. A Flavia e Lucas, agradeço as risadas, o empréstimo de livros e as noites na mais aconchegante casa da turma. Sou grata, ainda, à Flavia pela escuta, a leitura e os comentários generosos de uma pequena, porém importante parte do texto. Ao Mauro, agradeço imensamente o cuidado da casa e do pessoalzinho, sem o qual meu estágio de pesquisa no exterior dificilmente se desdobraria com tamanha leveza. Ao Alex, agradeço o encontro franco e interessado e a ajuda imprescindível em toda (literalmente toda!) a parte visual da tese. À Celeste e ao Tomás, agradeço as conversas densas e agradáveis

sobre crime e prisão na Argentina e no Brasil e o desejo de continuá-las logo após a defesa. À Mari Marques, sou grata pela sensibilidade para com as diferenças, pelo interesse nas trocas acadêmicas e pelas dicas e indicações bibliográficas imprescindíveis na semana de finalização da tese. Berenice me contemplou com uma amizade doce e leve. Obrigada, minha linda, pela partilha dos detalhes da vida e pela torcida na academia e na natação. Ao Luciano, sou grata pelo sarcasmo e as reflexões sobre populações indígenas. Ao Jonatan, agradeço as reflexões sobre Foucault e a disponibilidade em esclarecer, via o whatsapp da Catarina, minhas questões de diversas naturezas. Ao Julian, agradeço o carinho com o pessoalzinho, a ajuda em questões tecnológicas e as conversas agradáveis. À Paula sou grata pelo humor ácido, o olhar crítico e a parceria de uma boa geminiana. Amizades como a sua fizeram a permanência por aqui ter valido a pena. E à Ana Elisa, agradeço imensamente a voz mansa, o cuidado preterido e as trocas acadêmicas. Seu desejo por viver outros mundos muito me inspira, Aninha. Por fim, deixo um agradecimento especial à Rebecca pelo apoio constante, a generosidade e a leitura daquilo que viria a ser a introdução da tese. Sua presença vigorosa e serena no momento da partida da Tuta será levada para sempre comigo, querida.

Não poderia, no entanto, deixar de agradecer a Inácio Dias Andrade, em quem encontrei um grande parceiro para a realização de todas as vídeo-cartas na África do Sul e em Moçambique. Seu jeito simples, generoso e desencanado foi crucial para o desenvolvimento desse experimento etnográfico e para meu conforto diante das adversidades passadas e presentes de minhas experiências em terras africanas. Conteí, ainda nesse experimento, com a acolhida da querida Zeca Smith na África do Sul. Obrigada, minha amiga, por nos receber com alegria num momento familiar de profunda tristeza, por se desdobrar para viabilizar a entrega das vídeo-cartas e por cuidar de Inácio e de mim com afinco. Já em Maputo, fui contemplada com a parceria de Sara Ferreira e Gito na logística da entrega das vídeo-cartas e no desfrute do que Maputo tem de melhor. Obrigada, casal, pela acolhida. Por fim, tive a oportunidade de reencontrar e de trocar novas reflexões com a professora Teresa Cruz e Silva. Obrigada, querida, por contemplar meus dados de campo com seu vasto conhecimento sobre o continente africano.

Agradeço também à Rhacel Parreñas, uma de minhas principais referências nos estudos sobre famílias transnacionais, a quem devo a oportunidade de ter realizado um estágio de pesquisa na University of Southern California (USC). Sua receptividade e seu apoio foram essenciais no momento em que eu fazia os primeiros movimentos de sistematização do material de campo obtido após a passagem para o doutorado. Agradeço o interesse em me ouvir, a

disponibilidade para compor, juntamente com Michael Dickerson e comigo, um trio de leituras semanais e o esforço para criar entre nós um ambiente agradável e nada formal. Agradeço, ainda, os almoços dentro e fora da universidade e a preocupação com meu bem-estar em Los Angeles. Sou grata também à Pierrette Hondagneu-Sotelo pela generosidade nas trocas coletivas e individuais.

Aos queridos amigos que tive o prazer de conhecer e que significaram tanto em minha chegada a Los Angeles, Fernando Dorer, Reinaldo Ishizawa (*in memoriam*), Greg Harris, Mariana Maldonado, Izabela Calixto e Kelsey Johnson agradeço imensamente a companhia e o carinho. Do mesmo modo, sou grata aos colegas que compuseram comigo o conjunto de *visiting scholars* no departamento de sociologia naquele período: Chauntelle Tibbals, Michele Donnelly, Radheeka Jayasundera, Julien Talpin e Chaitanya Lakkimsetti, esta última um de meus presentes em Los Angeles. À você, minha querida, agradeço o encontro de almas e a convivência diária. Obrigada pelas agradáveis tardes de trabalho no “seu Café”, pelas práticas de yoga, pelas suas aulas na USC, pelas caminhadas nos parques, pelos almoços e jantares em sua casa e em restaurantes que só mesmo você poderia me levar. Foram ainda crucias para que o estágio se concretizasse, a paciência de Lisa Rayburn e Melissa Hernandez no auxílio com os trâmites burocráticos.

Já em minha breve, mas intensa temporada na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, tive a oportunidade de ser orientada por Manuela Ivone da Cunha, uma de minhas grandes referências nos estudos sobre prisões. A ela agradeço a gentil acolhida no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS), os comentários ao meu texto do (segundo) exame de qualificação, as indicações bibliográficas e a possibilidade de conhecer colegas especiais, a quem sou imensamente grata por colorir os dias frios e cinzentos de Braga com bons papos, excelentes reflexões e comidinhas deliciosas. Não poderia deixar de agradecer nominalmente à Sheila Khan por todo o cuidado e carinho, além das muitas sugestões literárias, ao longo das seis semanas em que lá estive. Ao Rui Cruz, pela parceria tímida e irônica, pelos mais variados materiais acerca da discussão sobre espaço e tempo e pela mediação junto ao professor José Pinheiro Neves, com quem tive o privilégio compartilhar inquietações de pesquisa e de vida, numa tarde regada a caldos e simplicidade. Agradeço, ainda, à querida Rafaela Granja, por ter me acolhido mesmo antes de eu chegar. Obrigada, Rafaela, por manejar toda minha estadia em Braga. Obrigada pelas trocas de ideias, de leituras de nossos textos e de bibliografias; pelos almoços, as tardes de trabalho e todas as dicas de sites acadêmicos.

Agradeço, ainda, à Lucia Lamounier Sena, amiga querida que tive o imenso prazer de conhecer e de compartilhar a experiência de ser “brazuca” na terra dos “tugas”. Obrigada pelos acalorados debates sobre nossas questões de pesquisa, pelas risadas escrachadas, pelos passeios e as tardes de gordice. Obrigada por me ajudar a organizar as ideias e as malas, por me levar aos seus locais prediletos e por me fazer sua famosa granola. Certamente Braga e o Porto não seriam os mesmo sem você. Por fim, agradeço àqueles que me receberam de braços abertos. À Maria Manuela André, sou grata por fazer de sua casa, a minha. Obrigada pela partilha das refeições e comemorações familiares, pelas longas conversas sobre plantações, méis e colonialismo e por tornar meu acesso à Universidade do Minho tão simples. Ao Zavala, agradeço os passeios, as boleias e as conversas sobre a política em Portugal e Moçambique. Agradeço também à amiga Susana e a toda família Morais pela hospitalidade nos arredores de Lisboa. Que alegria te reencontrar, Susu, e conhecer seu mundo que há tanto ouvia falar.

E como não agradecer às pessoas que me ajudaram a fiar as linha de meu trabalho de campo. A começar por Acácio Almeida, antropólogo e então diretor da Casa das Áfricas, que me incentivou a investir nesta pesquisa e mediou meu contato com o ITTC, agradeço o encorajamento. Se não fosse você, Acácio, minhas incertezas talvez tivessem me conduzido para outros rumos. Obrigada pelo apoio e incentivo nos primeiros passos dessa pesquisa, eles foram imprescindíveis para eu chegar até aqui. Agradeço também imensamente a todo o pessoal do ITTC por “desindividualizar” esse processo. Não canso de dizer que vocês estão presentes em cada linha deste trabalho. Obrigada por tornarem-o possível. Obrigada por confiarem no potencial dele, mesmo quando eu ainda não fazia a mais pífia ideia de seu resultado. À(os) muitas(os) estagiárias(os) que passaram pela equipe, em especial, a Vanessa Santos, Isabela Tsuji, Jennifer Gallagher, Edina Maciel e Amanda Pellegrinelli, agradeço a intensa partilha na rotina dos *atendimentos*. À Isa, agradeço, ainda, os generosos esclarecimentos, os envios de documentações na reta final da escrita da tese e o desejo de seguirmos dialogando.

À Luciana Matumoto, “nossa chefinha”, sou grata por me abrir as portas do ITTC, por me ensinar generosamente os meandros do trabalho de sua equipe e a importância da resiliência para se atuar em contextos prisionais. À Luísa Luz, nossa segunda “chefinha”, agradeço o apoio incondicional na viabilização todas as etapas de meu trabalho de campo, a leitura apurada de parte importante do material dos capítulos e a mais completa compreensão quando a vida saiu dos trilhos. Sua postura firme e imponente é uma inspiração para mim, Lu. À Denise Blanes, agradeço as orientações em tudo que concerne às esferas administrativas e o desejo de ver brotar

um trabalho que fale também de “nós”. À Heidi Cerneka, figura por quem nutro profunda admiração, sou grata pela oportunidade de dividir as experiências de trabalho dentro da prisão. Sua maneira de atuar foi um grande exemplo para mim e continua a me inspirar nas lutas cotidianas. Agradeço, ainda, sua mediação para minha imediata entrada na Pastoral Carcerária e sua presença junto à juíza corregedora, quando a autorização de pesquisa permanecia nas incertezas da burocracia. Sou imensamente grata também à Michael Nolan pela confiança em minha pessoa e pelo desejo de ver brotar os diálogos entre a militância e a academia. Seu apoio e estímulo foram cruciais para os rumos desta pesquisa, assim como seu cuidado para com algumas de minhas fragilidades. Por fim, agradeço à Regina Gomes pelas recepções sempre acolhedoras na sede do ITTC e a ajuda nos trâmites burocráticos.

À equipe da Pastoral Carcerária, agradeço o aprendizado sobre o sistema prisional e a possibilidade de transitar por diferentes unidades e pavilhões: as irmãs Sirley Silva e Margareth Gaffney, os advogados José de Jesus Filho, Rodolfo Valente, o Padre Valdir, a Eliane Rocha e todos os funcionários e voluntários que semanalmente realizam visitas nas mais variadas unidades em busca de um mundo mais justo e solidário. Mundo que Dona Silvanete também busca, porém do lado de fora dos muros, na zona norte da cidade de São Paulo. Fundadora e única gestora da Associação Casa Recomeço, faz desta a sua casa, a sua missão, a sua vida. Obrigada, Dona Silvanete, pelas tardes de conversa na sua cama e na longa mesa da cozinha, pelas comidas preparadas com afeto e prosa, pelos cafés que nos conduziam noite afóra nas experiências das estrangeiras, pelo cuidado para com todos que cruzam seu caminho e pelos francos conselhos. Obrigada por me receber sempre com o mais largo sorriso, por despençar de São Paulo para vir me visitar, por me levar até o aeroporto no embarque para o estágio no exterior e, acima de tudo, por me ensinar tanto sobre o amor. Se sua aparição nesta tese não foi condizente com a importância que a senhora teve no trabalho de campo, é porque ainda não encontrei a forma apropriada para abordar sua notável trajetória.

Agradeço também às(aos) funcionárias(os) da Penitenciária Feminina da Capital. Às agentes de segurança, em especial à Dona Isabel, Dona Joaquina e Jania. Às assistentes sociais e diretoras Marcela, Marta, Rosângela e Ivete. Obrigada por me ajudarem, sempre que possível, a atender as demandas de estrangeiras, por compartilharem informações preciosas para a pesquisa e facilitarem a produção e entrega das vídeo-cartas. Agradeço também à Secretaria de Administração Penitenciária e à Juíza Corregedora Nídia Rita Coltro Sorci, esta última imprescindível na solução de maus entendidos que levariam ao indeferimento de meu pedido de

pesquisa e na rápida emissão da autorização para que eu pudesse produzir as vídeo-cartas dentro da penitenciária.

Por fim, e muito especialmente, agradeço a todas as *estrangeiras*, que teceram os fios dessa tese com suas demandas, suas histórias, suas dores e todos os (des)sabores experimentados durante o aprisionamento num país exterior. Obrigada por compartilharem a vida comigo e por, muitas vezes, confiarem partes preciosas dela a mim. Obrigada por me ajudarem a tornar nossos encontros o sentido desse trabalho e de parte de minha vida. Obrigada por propiciarem, em nossas relações, os insumos necessários para elaboração dos dados expressos nos casos daquelas que aparecem nesta tese com os nomes de Juline, Astrid, Margarida, Chanida, Fátima, Supansa, Ndzira, Patricia, Constantina, Behati (*in memoriam*), Caitlin, Dona Julieta, Virginia, María Alejandra, Wendy, Tasmin, Maria, Mercedes, Elsa, Lisa, Maretha, Sandra, Dorina, Nurul, Nonhlanhla, Kanokwan, Siphwe, Lerato, Anacleta e Sofrência. Aos familiares de Ndzira, Siphwe, Lerato, Anacleta, Sofrência e Maretha, sou grata por me abrirem as portas de suas casas para receberem a Inácio, a mim e às vídeo-cartas, mesmo quando o medo e a desconfiança gritavam diante de nossas presenças. Agradeço, ainda, o cuidado no arranjo das logísticas que garantiram nossa circulação, com segurança, por entre as ruas de Maputo, Joanesburgo e de seus entornos.

No que diz respeito ao material da tese, agradeço à querida prima Lorena Louzada o interesse por minha pesquisa, a disponibilização de filmes associados a seus temas e por viabilizar a produção do mapa anamórfico, efetuada por Huemerson Leal, a quem sou igualmente grata. Espero que agora, com o término do doutorado, possamos levar algumas de nossas vislumbradas parcerias adiante, Loli. À Mônica Jurado, sou grata pela leveza sempre transportada à PFC em forma de arte, pela disponibilidade em contribuir com o meu trabalho de campo e, sobretudo, por ter agregado alegria à entrega das vídeo-cartas com os DVD's do espetáculo de final de ano. À Kadu Ventura, sou grata por ter disponibilizado gratuitamente sua ilha de edição para a conversão das vídeo-cartas, de mini-DV para DVD. Obrigada Kadu, sem sua ajuda essa parte de meu trabalho não teria se concretizado. À Clara Pignaton, agradeço as considerações foucaultianas acerca da arquitetura, que tanto me ajudaram na formulação das considerações finais, bem como a partilha das dificuldades no processo de escrita de nossas teses. À Carol Bersani, agradeço todo o cuidado e preocupação com a revisão do texto, sem os quais não teria ficado tão bem organizado. À Ana Paula, a inteira disponibilidade para criar um organograma do terceiro capítulo e outras figuras que, embora incríveis, acabaram por não entrar na tese. Ao

André Borgo, a ajuda na seleção e montagem das fotografias que compuseram o ensaio presente na tese. E ao Renan Lopes, a incrível parceria na edição do material audio-visual apresentado na defesa da tese e o interesse de produzirmos, em breve, algo juntos.

Além dos colegas e amigos anteriormente citados que leram partes da tese, não poderia deixar de citar Heike Drotbohm e Lea Barreau que, apesar da distância, contribuíram para o amadurecimento da escrita com comentários valiosos. Agradeço ao professor Mohammed ElHajji o interesse pelo que faço e a disponibilidade para avaliar meus escritos. E ao grupo Prisão em Gênero, composto por Adriana Taets e o trio das Natálias (Lago, Negretti e Padovani), agradeço a troca de ideias sobre nossas respectivas pesquisas.

Voltando à UNICAMP, ganhei amigos das mais diversas áreas e redescobri o amor pela natação. À toda a galera da equipe da USS, agradeço pela parceira dentro e fora das piscinas. A convivência diária com vocês nos finais de tarde foi crucial para acalmar as angústias da escrita. Sou especialmente grata à Maysa Rodrigues, Kaio Karam, Gustavo Tejerina, Matheus Madeira, Rafael Lopes, Daniel Monte Cardoso, Ricardo Lassato pela amizade e o apoio nos momentos necessários. À Mamazoca, agradeço o amor em abraços, áudios, mensagens, cartões, conversas francas e presentes lindamente embalados. Obrigada por me ajudar a desembolar as entrelinhas a cada braçada. Obrigada por colorir a FEF e a minha vida com toda sua pretinhez. Ao Madeira, agradeço os esclarecimentos acerca da discussão sobre espaço-tempo na física e aos ensinamentos culinários. E ao Gu, sou especialmente grata pela completa disponibilidade na elaboração dos gráficos e na formatação de toda a versão final da tese, bem como pelo socorro quando o computador pifou e levou embora parte de meus arquivos.

Não poderia deixar de agradecer também àqueles que me ajudaram a cuidar de meu corpo, a manter a disposição para a escrita e a despertar meu interesse etnográfico pelos corpos “outros”: Rafael Felipe, Maysa Rodrigues, Thiago Vinhas, Guilherme Fiori, Samir Barel, Guilherme Moraes, Chantrelle Zorzo, Conrado Padovan, Michelle Vieira, Jade Akina e Leandro Nunes. Ao Rafinha e Thiago, agradeço por me colocarem em contato com o que possivelmente virá a ser meu próximo tema de pesquisa. Ao Thi, sou grata, ainda, por me fazer perceber, ao longo dos treinos, que a natação pode ter muitos sentidos e que posso desfrutar de todos eles. Aos amigos que fiz nesses ambientes, agradeço por tornarem Campinas menos árida. Stelinha, minha pediatra, foi o arrimo quando meu corpo deu sinais de cansaço. Luiza, Cris e Dani foram a parceria sempre a postos. Jorge, o acalento político e o amigo dos belos registros fotográficos. Milena, o amparo acadêmico fora da academia (que sorte os alunos do IE te terem por lá, Mi!).

E Arleine, a “mommy verdinha” mais serelepe e querida da natação brasileira, a minha guia nos assuntos espirituais.

À querida Ana Luiza Balbo Ribeiro, agradeço pela mais generosa presença nos últimos anos. Suas palavras doces, mesmo quando cortantes, fizeram-me passear por cada pedacinho meu em busca daquilo que precisava ser descartado, valorizado ou reciclado. Obrigada, Ana, por ajudar a me sentir um pouco mais em casa nos deslocamentos da vida, por me ensinar a importância de confiar e ser confiada, e por me mostrar que nossos interesses de pesquisa falam muito das relações que nos fazem ser quem somos. Se os desafios envolvidos na produção da tese nutriram tantas de nossas conversas, tenha certeza de que nossas conversas também nutriram a produção da tese. Obrigada pela visceral parceria.

Aos amigos de longa data agradeço pelo amor, os lindos momentos e a paciência diante de minhas falhas e ausências. Em especial, agradeço a amizade de Marcelle Salles, Monica Judice, Sandro Vieira, Murilo Abreu, Liana Haje e Vinicius Alvim, todos cúmplices da vida, com quem conto para diferentes coisas.

À Catarina Casimiro Trindade, minha parceira de casa e grande amiga, agradeço as leituras e escutas sempre generosas, os mimos culinários (veganos!), os abraços matinais, as conversas noturnas, as gargalhadas, os colos nos momentos de frio e de fragilidade e as danças no meio da sala. Obrigada, Cata, por partilhar do gosto pelos exercícios físicos e pelas “músicas que nunca ouvimos” (tocadas aos berros e repetidamente), por compartilhar sentimentos profundos e o que há de mais íntimo de nossas personalidades. Obrigada por cuidar do pessoalzinho sempre que necessário e por fazer com eles e com Detinha a nossa família. À você, Dona Odete Fazani, minha Detinha, sou imensamente grata pelo amor e o cuidado ao longo desses anos. Obrigada pelo abraço sempre apertado, o café coado e o amor incondicional para comigo e com “nossos bebês”. Se minha morada em Campinas tornou-se possível até o momento, foi porque você, a Cata e o pessoalzinho estiveram aqui comigo. Com a presença de cada um de vocês, Barão ganhou um brilho especial.

À família de Cata, agradeço imensamente a acolhida em Maputo no contexto da entrega das vídeo-cartas. Mais do que receber a Inácio e a mim, os Casimiro Trindade foram fundamentais para a viabilização de nossos trabalhos de campo. As deliciosas refeições, temperadas com histórias do tempo colonial e de guerra, na companhia de Dona Ilda (*in memoriam*), Tio Augusto (*in memoriam*), Isabel e João ficarão para sempre em mim. Obrigada Dona Ilda por ter me dado a chance de conhecê-la, por ter-me levado ao seu quarto e me mostrado cada canti-

nho seu, por ter-me acordado de madrugada pensando ser eu uma de suas netas. Obrigada, Tio Augusto, por igualmente ter me dado a chance de conhecê-lo, pela voz grave e carinhosa e pela disponibilidade de toda hora. A João, agradeço as boas piadas, as ricas histórias e o cuidado para com nossas possíveis inconseqüências de campo. À Isabel, agradeço as inesgotáveis conversas, os questionamentos feministas e o interesse para com nossas vidas. Obrigada, mami bló, por me ajudar a compreender Maputo e tudo que aí vivi no intercâmbio de graduação. Obrigada por acalmar minhas dores passadas com suas pungentes reflexões. À Joana, agradeço a ajuda nas traduções e na escolha dos nomes ficcionais das *estrangeiras* oriundas de Moçambique e África do Sul. Embora ausente, Joana se fez presente com seu lindo sotaque nos áudios do whatsapp. Por fim, sou profundamente grata à Esmeralda e Cacilda pelo carinho em forma de culinária e prosa e ao Felizberto, pelas boleias e as tímidas palavras que traçaram nossos percursos em Maputo.

Seguindo ainda as searas familiares, agradeço à Luana, minha irmã, minha parceira de mundos tão distantes, a certa presença nos momentos necessários. Sem você, Neguinha, esta tese jamais teria se concretizado. Na verdade, parte importante de minha formação não teria acontecido. Obrigada por tornar São Paulo meu novo lugar, por me ensinar a ler os mapas da cidade e por construirmos, juntas, uma casa longe de casa. Obrigada, minha Preta, pela irmandade que alinhavamos tanto perto quanto longe, pelos lindos (e gélidos) momentos em Nova Iorque, pelas suas traduções e profícuas opiniões. A você e a João, agradeço a vinda de Sophie e Luke a quem sou imensamente grata por me darem a oportunidade de experimentar o amor de tia.

À Sylvia, minha irmã, minha parceira desde sempre e para sempre, agradeço por atuar em cada detalhe da minha pessoa. Amor único, incondicional, certamente é das partes mais bonitas (não apenas) dessa trajetória de pesquisa. Agradeço a você, Maninha, por todas as trocas que nutriram nossa caminhada por quase uma década nas bandas de cá. Por abrir sua casa e fazer dela o meu aconchego durante todo o trabalho de campo. Por compartilhar a cama, os amigos, as roupas, os sambas, os desafios, os amores, as conquistas e os bichos. Por me presentear com metade do maninho e me nutrir de força quando meu corpo parecia não aguentar o peso da vida. Agradeço, ainda, por todas as comidinhas, as gargalhadas, as palavras sempre positivas, os abraços e tantos outros cuidados. Ah, minha Maninha, haja linhas para tanta gratidão. E se as desta tese puderam ganhar vida, certamente foi porque estivemos juntas nesse processo. Obrigada pela vida feita da mais linda partilha. Muito obrigada, Maninha!

E como não agradecer ao grande reforço dessa partilha, Paulo Henrique, meu cunhado. A você, Paulets, sou profundamente grata pela parceria bem disposta e humorada. Obrigada por tornar a casa de vocês a minha, por me receber sempre com boa música e cervejinha, por fazer o maninho ganhar vida e por rodar a cidade para resgatá-lo. Obrigada por todo apoio na produção das vídeo-cartas, pelas deliciosas refeições, pelas histórias de sua quebrada e por todas as noites dormidas em trio. Por fim, agradeço a você e Maninha por me darem o melhor presente dessa vida, Maria Flor. À minha Amorzinha, agradeço as risadas, os beijos e abraços de FaceTime e de carne e osso, os repetidos “Dinda” e as muitas bananas. Obrigada, Maricota, pela oportunidade de compartilhar das surpresas de quem, a cada segundo, constrói um novo mundo. Talvez este seja um dos maiores ensinamentos etnográficos.

A Marcia e Luiz Felipe, meus pais, agradeço a força no trilhar da vida, mesmo quando nossas concepções seguem rumos tão distintos. Mãe, obrigada por me ensinar a persistência e a dedicação, por me incentivar a voar por mundos distantes sem deixar de me prover o chão. Obrigada por ser terra forte e fértil, onde podemos plantar novas etapas e colher novos frutos. Por ser o pulso firme, o cuidado preciso, o contato contínuo – às vezes em uma só palavra no whatsapp: “notícias!”. Agradeço a você, mami, a alegria de sempre me receber em terras capixabas, o acalento nos momentos que a vida sai do prumo e o mais genuíno desejo de ver o seu trio feliz. A meu pai, sou grata por me ensinar o amor leve e flexível. Amor de poucas palavras, poucos questionamentos, integralmente presente e disponível. Obrigada, Gordo, por me mostrar a importância da empatia e do destemor. Por ser o ar e mar por onde desfrutamos as mais loucas aventuras e desventuras de nossa jornada familiar. Por ser o abraço amigo, o cuidado tenro, o conselho sereno. A vocês dois, meu mais profundo agradecimento pelo conforto no período da escrita da tese.

Aprendemos a demarcarmo-nos do Outro e do Estranho como se fossem ameaças à nossa integridade, mesmo que ninguém saiba em que consiste essa integridade [...]. Temos medo dos que pensam diferente e mais medo ainda daqueles que, são tão diferentes, que achamos que não pensam. Vivemos em estado de guerra com a alteridade que mora dentro e fora de nós. Esse é o defeito original das fronteiras que fabricamos. A própria palavra fronteira nasceu de um conceito militar. Vem da linguagem bélica francesa e do modo como se designava a frente de batalha. Nesse mesmo berço aconteceu um fato curioso: um oficial do exército francês inventou um código de gravação de mensagens em alto-relevo. Esse código servia para que, nas noites de combate, os soldados pudessem se comunicar no silêncio e no escuro. Essa pequena invenção viria a ter enormes consequências que superavam aquele lugar e aquele tempo. Porque foi a partir desse código que se inventou o Sistema de Leitura Braille. Para milhões de pessoas venceu-se uma pesada fronteira entre o desejo da luz e a condenação da sombra. No mesmo lugar em que nasceu a palavra “fronteira” sucedeu um episódio que negava o sentido limitador da palavra (Couto, 2013: 197).

Resumo

Neste trabalho apresento uma etnografia sobre a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo marcada, de um lado, pelo corte com exterior (no duplo sentido do termo, extramuros e fora de seu país de origem), e, de outro, por uma série de conexões que lhes garante certas presenças e outras margens de agência no exterior. Com base no trabalho de campo multissituado (intra, entre e extramuros) busco analisar o modo como essas mulheres se fazem estrangeiras na relação com outros agentes entre os múltiplos interiores e exteriores da prisão. Partindo de minha atuação como voluntária e pesquisadora do ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania), mas não me restringindo a ela, persegui redes dentro de redes, fluxos por entre diferentes fronteiras, em diferentes escalas, que articulam o aprisionamento desde as pessoas (in)dividuais até os emaranhados transnacionais. Tais fluxos e fronteiras são observados a partir dos laços construídos no jogo das políticas prisionais e prisioneiras e no exercício da maternidade. A partir desses dois eixos, argumento acerca de como as interações por entre fronteiras prisionais e transnacionais dão vida a estrangeiras e o contrário, como as relações estabelecidas por, e em torno dessas mulheres, dão vida a tais fronteiras em diferentes escalas.

Palavras-chave: prisão; estrangeiras; maternidade transacional; cuidado; gênero.

Abstract

In this work, I present an ethnography about the prison experience of foreign women in São Paulo, marked, in one hand, by the isolation from the exterior world (both the world beyond the walls and by being outside their home countries), and, in another hand, by a series of connections which allows them to have a certain presence and other margins of action with the outside world. Based on a field work with multiple physical dimensions (inside, between and outside walls), I look to analyse the way in which these women become foreigners in relation to other agents between the multiple interiors and exteriors of the prison. Starting from my role as a volunteer and researcher with the “Instituto Terra Trabalho e Cidadania” (ITTC – Institute of Land, Labour and Citizenship), but not restricting myself to it, I followed networks inside networks, flows between different borders, in different scales, which articulate the imprisonment of these (in)dividual people, down to the transnational entanglements. These flows and borders are observed from the bonds build in the set of prison policies and pregnant prisoners. From these two axes, I discuss how the transnational and beyond prison borders interactions give life to these foreign women and, on the contrary, how the relationships established by, and around these women, give life to these borders in different degrees.

Key-words: prison; foreign women; transnational maternity; care; gender.

Lista de Figuras

1	Lista de roupas proibidas aos visitantes na penitenciária	30
2	Croqui desenhado por uma <i>estrangeira</i>	37
3	Imagem aérea da Penitenciária Feminina da Capital	38
4	Garrafa de Klein	62
5	Mediações do ITTC em um dos processos de guarda dos filhos	215
6	Reprodução de mapas anamórficos	276
7	“Substâncias compartilhadas” transportadas por mim	286

Lista de Tabelas

1	Países de origem das <i>estrangeiras</i>	75
2	Faixa etária das <i>estrangeiras</i>	77
3	<i>Estrangeiras</i> com filhos consoante o estado civil	78
4	Atividades remuneradas exercidas pelas <i>estrangeiras</i>	79
5	Quantidade de cocaína apreendida com as <i>estrangeiras</i>	89

Sumário

Prólogo: notas sobre limites de presas e prisão	29
Introdução	40
Parte I: De fora para dentro	65
Capítulo 1: Quando não nacionais emergem como <i>estrangeiras</i>	66
Capítulo 2: O coletivo das <i>estrangeiras</i> e suas dobras	122
Ensaio fotográfico: Imagens são palavras que nos faltaram	168
Parte II: Por meus filhos	176
Capítulo 3: Quando <i>estrangeiras</i> dão à luz na prisão	177
Capítulo 4: As redes (sociotécnicas) de cuidado	227
Capítulo 5: As vídeo-cartas como experimento etnográfico transnacional	280
Considerações Finais: notas sobre linhas de presas e prisão	328
Referências	338
Anexo 1: Links para informações sobre revista vexatória	363
Anexo 2: Questionário do ITTC aplicado às <i>estrangeiras</i> ingressantes na Penitenciária Feminina da Capital (PFC)	366
Anexo 3: Lista de presas <i>estrangeiras</i> por país de origem	372

Anexo 4: Lista de línguas que foram declaradas no questionário do ITTC	374
Anexo 5: Matérias jornalísticas sobre morte de Quitéria	375
Anexo 6: Links para informações sobre o uso de algemas no parto	377
Anexo 7: Links para vídeos sobre maternidade na prisão	379



Cárcere VI, O fogo e a fumaça, a partir de Piranesi *Carcere VI, The smoking fire*

A imagem da página anterior é de uma das obras que compõem a série “Cárceres”, na qual o artista brasileiro Vik Muniz reproduz a reprodução dos famosos desenhos do artista italiano do século XVIII, Giovanni Battista Piranesi, com títulos homônimos. Nessa série, afirma Muniz, “o espectador se depara com uma superposição de técnicas – escultura, desenho e fotografia – e com o encontro, não raro um choque, entre duas percepções de profundidade opostas: uma que insiste, com exuberância, nos contornos arquitetônicos, e outra, igualmente profusa, composta em baixo relevo, pelo contato, tenso, entre as linhas esticadas e os alfinetes cravados numa tábua plana” (Lago, 2009: 460). Técnicas justapostas, arquitetura prisional e tensão entre linhas móveis e hastes de metal: elementos que, como veremos, são constitutivos e constituintes do aprisionamento.

Prólogo: notas sobre limites de presas e prisão

Segunda-feira, fevereiro de 2010, quase 2 horas da tarde. Chegamos ao portão da Penitenciária Feminina da Capital, unidade que, segundo a presidente do Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC), mantém, desde 2008, o maior número de *estrangeiras* presas na América Latina. Cumprimentamos o senhor que vende diariamente ali, sob um guarda sol de praia, meia dúzia de guloseimas típicas do *jumbo*¹. Luísa, a atual coordenadora do “Projeto Estrangeiras”, posiciona seus olhos no estreito retângulo vazado à procura do funcionário dentro da guarita; em seguida, a boca para emitir as quatro letras-chaves: “ITTC”. O portão logo se abre. Desde 2001, quando havia aproximadamente 50 *estrangeiras* presas no estado de São Paulo, todas concentradas na Penitenciária Feminina do Tatuapé, a ONG passou a ser amplamente conhecida pela sua atuação na garantia dos direitos dessas mulheres durante o cumprimento de pena².

Um agente penitenciário com ar carrancudo responde aos nossos cumprimentos, asentindo, em silêncio, com a cabeça. Caminhamos uns dez metros na área do estacionamento e tocamos a campainha do portão seguinte. Desta vez, é uma guarda que abre o pequeno retângulo para nos identificarmos. Assim que adentramos a portaria, entregamos nossos RG’s e o ofício de *atendimento* a uma das guardas no balcão da recepção. Guardamos nossas mochilas e bolsas em armários tipo *locker* e seguimos para o corredor em formato de U invertido, cujas paredes contornam por detrás do balcão da portaria e exibem, dentro e fora de um mural de vidro, folhas e cartazes com variadas informações, tais como, leis e portarias, orientações para evitar a transmissão de doenças como a H1N1, trajes proibidos dentro da prisão (ver Figura 1), fotografias de objetos flagrados na revista contendo drogas e aparelhos celulares etc.

Esse corredor tem dupla função: é o local de esquadramento das pessoas que entram na penitenciária e o canal conector de duas salas voltadas à revista de objetos de naturezas

¹ *Jumbo* é o conjunto de itens levados por visitantes a presas, tais como mantimentos, guloseimas (certos tipos de biscoito, chocolate, bala, frios, bolo) produtos de higiene pessoal, medicamentos (quando há receita médica), materiais para artesanato, cobertores, roupas (uniforme, pijama, blusa de frio) e o que mais for permitido pela instituição. Quando são enviados pelo correio, recebem o nome de *sedex*. Essa diferença será abordada com mais afinco no quarto capítulo.

² Para mais detalhes sobre a história da atuação do ITTC junto às *estrangeiras*, sugiro ver o livro publicado pelo próprio (ITTC, 2016) como marco dos 15 anos do Projeto Estrangeiras.

distintas – uma, com esteira de raios-X, reservada para pertences de visitantes das presas e de membros das Igrejas e para encomendas destinadas às presas (*jumbo*, *sedex* e cartas); outra para os corpos objetificados desses visitantes, onde são despídos de suas roupas e, muitas vezes, de sua dignidade.

Não é permitido aos visitantes adultos e crianças:

*uso de sapatos de salto alto
saltos plataformas
botas
tênis
calça amarela ou bege
camisetas brancas, cinzas, pretas, vermelhas e de times de futebol
minissaia
camisetas regatas
roupas transparentes, curtas ou decotadas
bermudas
shorts
blusas de alcinha
frente única
tomara que caia
roupas forradas
roupas com capuz
gorros
bonés
jeans com metais
usar mais de uma peça de roupa do mesmo gênero*

Figura 1: reprodução da lista de roupas proibidas aos visitantes afixada no mural da portaria.

Passamos, todas da equipe, pela revista. Neste momento, somos transformadas em suspeitas por tal aparato. Em meio a suas engrenagens – compostas por dependências físicas, olhares e toques de máquinas e guardas, regras e procedimentos administrativos – nossas presenças visibilizam as potencialidades e os riscos dos corpos enquanto meios de transporte entre o interior e o exterior da prisão. Tudo corre como de costume, inclusive o estranhamento de Gabriela, a nova estagiária de direito da Pastoral Carcerária, que passará por uma espécie de treinamento conosco, antes de assumir a responsabilidade de assistência jurídica às presas, oferecida por essa organização parceira do ITTC e de origem católica. Seu desconforto perante o procedimento rotineiro desestabiliza nossa participação já “naturalizada” no mesmo, evidenciando nossos diferentes graus de inserção naquelas engrenagens.

De um lado, nós veteranas agimos automaticamente. Cada qual à sua vez segue as etapas da revista: tira os óculos de grau, cintos e relógios e os deixa sobre a mesa; senta no banco

e passa pela porta, ambos com detectores de metal que quase sempre nos denuncia; quando isso ocorre, respondemos às perguntas de praxe feitas pela guarda – “sutiã de ferrinho?”, “é o botão da calça *jeans*?”, “tem moeda no bolso?” etc. – enquanto temos nossos corpos apalpados pela mesma ou inspecionados pelo detector de metal de mão. Neste momento, somos parte das engrenagens da portaria tanto quanto as funcionárias, as paredes e os equipamentos. Este trio, solidez para esquadrihar; nós, fluidez a ser esquadrihada.

De outro lado, Gabriela, noviça, tenta seguir os mesmos passos, porém sem sucesso. Há um ar de exclusão nela que não conseguiria esconder, mesmo que quisesse. Um ar a expor sua exterioridade em relação à interioridade da funcionária e à mobilidade de nossa equipe entre o interior e o exterior da prisão. Ela despe todos os acessórios – não apenas cinto, óculos e relógio, mas também anéis, colar e brincos – na expectativa de manter em silêncio os aparelhos detectores de metal; passa direto pelo banco e atravessa a porta. O som emitido por esta denuncia a existência de metal e também a inexperiência da estagiária. Suas bochechas ficam coradas, as pernas entreabertas e os braços suspensos, como se estivesse numa batida policial na rua. Luísa, como boa mediadora, tenta acalmá-la com a constatação de que não há uma vez sequer que o aparelho permaneça em silêncio com toda a equipe.

A guarda ordena educadamente que a revistada retorne e se sente no banco detector de metal. Para a agonia de Gabriela, este também apita. Paralisada e em silêncio, seus olhos procuram em nós alguma explicação. É a vez de Jenny se manifestar, sugerindo que “talvez sejam as tachinhas dos bolsos de trás”, enquanto a guarda pede que Gabriela puxe o cós da calça para cima, impedindo que as miçangas de metal toquem o banco. Assim ela faz e consegue o desejado silêncio. Resta ainda ser apalpada pela agente, mas Gabriela não se dá conta e vem em nossa direção. “Ei, falta te revistar”, a funcionária a interpela. Mais uma vez a novata cora, pede desculpas e acata o chamado. Findo o procedimento que se tornaria, em breve, rotineiro para Gabriela, saímos todas juntas do corredor.

Em uma instituição onde o controle, a disciplina, a desconfiança e a vigilância são marcas constitutivas e constituintes das relações sociais, a portaria, com suas práticas de esquadrihamento, apresenta-se como uma importante zona fronteira para atores que, como nós, conectam os espaços intra e extramuros. Isso explica um dos motivos pelos quais a passagem por ela é amplamente descrita na literatura prisional³. Ao permitir ou impedir a circulação de

³ Sobre o assunto, conferir: Barbosa (2005); Biondi (2010); Brito (2007); Lima (2013); Godoi (2015); Howard (2006); Jozino (2004); Lago (2014); Lopes (2004); Negretti (2015); Padovani (2015); Paz (2009); Soares, Ilgenfritz (2002); Taets (2012); Varella (1999, 2012).

certos agentes, ela se torna definidora de limites espaço-temporais e simbólicos que marcam o dentro e o fora da prisão, ao mesmo tempo em que se define como tal. Tudo que chega a ela deve ser suspeito e cuidadosamente revistado: veículos, seus passageiros e mercadorias; *sedex*, *jumbo*, cartas e visitas destinadas a presas; funcionários prisionais, consulares e de empresas; ofícios, documentos; material de trabalho, bolsas e mochilas; presas que trabalham na faxina daquela área; membros de igrejas e de ONG's; advogados e pesquisadores.

Entretanto, nem tudo o é da mesma forma nem na mesma intensidade, variação que condiciona pessoas e suas posições na dinâmica intramuros e que está condicionada por uma série de fatores, dentre eles: o perfil da equipe em plantão e do funcionário na função, o vínculo institucional e a posição de poder do revistado, os graus de relação com as presas, a regulação da sensibilidade dos aparelhos detectores de metal, a familiaridade que os atores envolvidos têm com aquele ambiente, a relação que o revistado tem com o funcionário e, por fim, o momento político da penitenciária e da portaria. Em suma, as dependências físicas, os objetos técnicos, os atores e as práticas e regras constituem a portaria que, enquanto fronteira entre o interior e o exterior da prisão, esquadrinha os agentes em circulação. E, ao esquadrinhá-los, não apenas os definem, mas também as possibilidades por meio das quais outras fronteiras e fluxos são traçados.

Isso fica bastante claro quando contrastamos a vistoria feita em nossa equipe com aquelas realizadas em familiares das presas, sobre os quais se efetua a chamada *revista íntima*⁴. Conhecida também como *revista vexatória*, em decorrência do grau de constrangimento a que os revistados são submetidos, consiste no total desnudamento diante de agentes penitenciários do mesmo sexo, tendo como ponto máximo a exposição das genitálias. Sob um pequeno espelho posicionado no chão da sala exclusiva para esse tipo de prática, os corpos inteiramente nus dos visitantes agacham-se três vezes sobre um espelho para expor o interior de suas partes íntimas a guardas. Agacham-se porque, ali na portaria, são parentes das presas. Agacham-se, porque carregam em sua materialidade móvel a trajetória passada e presente de uma relação com essas mulheres. Agacham-se, porque, frente aos funcionários, são partes das presas e de quem elas são.

Isso é o que mostra Natália Padovani (2015) em sua tese sobre redes de ajuda e afeto que atravessam unidade femininas em São Paulo e Barcelona. Nela, a autora faz uma preciosa reflexão sobre as diferentes práticas de revista realizadas na portaria de unidades femininas,

⁴ Para uma lista de *sites* e matérias jornalísticas sobre o tema das *revistas íntimas*, ver *links* disponíveis no Anexo 1.

evidenciando como os corpos dos familiares revistados carregam “um vínculo de comprometimento” com quem está preso. Diferentemente da presença de nossa equipe na portaria, a dos familiares produz certa presença da pessoa presa, o que explica o fato de seus corpos tornarem-se objeto de fiscalizações muito mais severas do que as realizadas em qualquer outro agente social que venha do exterior da prisão. Nas palavras de Natália, “[s]er família é estar em posição de justaposição ao preso na relação com os funcionários da prisão. É eclipsá-lo e, portanto, fazê-lo presente (Strathern, 2010) no cubículo da revista íntima” (Padovani, 2015: 88). Em nenhuma outra prática de revista os corpos são tão investigados, como evidencia a autora e outros estudos sobre prisões. Em nenhuma prática de revista na portaria, é preciso enfatizar. Porque, dentro da unidade a investigação pode ser ainda mais severa.

Foi o que ocorreu, certa vez, na Penitenciária Feminina da Capital com três *sul-africanas*. Segundo a narrativa das envolvidas, o episódio teve início quando dois agentes penitenciários as abordaram ao fim do expediente laboral das presas, alegando que haviam recebido uma denúncia de que as três portavam cocaína. Encaminhadas diretamente para o setor da Saúde, elas receberam a ordem de retirar as calças, deitar-se nas macas, abrir as pernas para que uma das quatro funcionárias presentes na sala da enfermaria “enfiasse os dedos com força na vagina de nós três e depois nos nossos cus, sem lavar as mãos e com a mesma luva. Foi tudo feito na frente de outras três funcionárias, que diziam para a gente ficar de boca fechada, não reclamar, porque [o procedimento da revista] era assim mesmo”, contou-me Juline, uma das revistadas.

Claramente abatida, ela foi ao *atendimento* do ITTC pedir orientações de como garantir a publicização do episódio na mídia nacional e internacional, bem como a punição das guardas envolvidas no episódio. Argumentava que ela e suas duas *parceiras* haviam sido *molestadas*, sobretudo, porque nada além da vagina e do ânus fora revistado. Nem suas celas, nem suas roupas, nem seus sutiãs e seios. Se esses outros espaços íntimos tivessem sido vistoriados, ponderava ela, um entendimento diferente acerca do episódio poderia ter sido feito. O mesmo ocorreria se o procedimento tivesse se mantido na visualização de suas partes íntimas através de espelhos, tal qual ocorre na *revista íntima* dos familiares ou em *blitzes* nos pavilhões, por vezes, ao invés do toque intravaginal e anal que, ressaltavam elas continuamente, fora realizado sem a devida troca de luvas entre um orifício e outro ou sequer entre um corpo e outro.

Nesse caso, os olhos que costumam observar superficialmente nossa equipe (no corredor da portaria) ou os que recorrentemente apalpam as curvas externas e internas dos corpos

nus de visitantes (nos cubículos da portaria) cederam lugar aos dedos que invadem com *brutalidade*, para usar as palavras de Juline, os orifícios das presas (na área do *convívio*). *Brutalidade* que levou Juline e Astrid a reviverem os abusos sexuais sofridos na infância. Segundo elas, os pesadelos, as sensações e os sentimentos decorrentes da revista trouxeram à luz as sombras de outros tempos, abrindo as cicatrizes das *humilhações* vivenciadas num passado remoto. E isso devia ser reparado não apenas com a publicização do ocorrido e a punição das guardas, mas também com atendimentos ginecológico e psiquiátrico feitos por médicos de fora *da casa*, isto é, de fora da penitenciária, advogavam elas.

Comentários prisioneiros circularam pelos pavilhões com a ideia de que a revista só ocorreu dessa maneira, porque as três mulheres eram *estrangeiras*. Ser *estrangeira* significava, neste episódio, não ter um bom conhecimento dos seus direitos e dos mecanismos de seu manejo nos jogos de saber-poder intramuros. Significava, portanto, estar mais suscetível à *opressão* de funcionários. Significava também não contar com a visita presencial dos familiares na prisão, visita esta fundamental na definição de algumas das interioridades-exterioridades de presas e prisão. Se considerarmos que a presença dos familiares produz a presença da presa diante das guardas na *revista íntima*, tal como sugere Padovani (2015), efetuado na (e efetuando a) portaria da unidade, a ausência deles nesse procedimento abriu possibilidades para a definição de outros limites intra e extramuros. Criou espaço para, dentre outras coisas, o avanço das guardas em direção às profundezas das relações de interioridade-exterioridade (Tarde, 2007) nos corpos das três *sul-africanas*.

Comumente associados aos “direitos humanos” – leia-se: críticos à “opressão carcerária” (Marques, 2016) – os familiares sob revista surgem como limites, fronteiras móveis feitas para efetuar, no cruzamento e na concretização da portaria, o interior e exterior não apenas da prisão, mas também das próprias presas. De limitados, eles se tornam limites: sua mobilidade os faz barragem capaz de proteger, em alguma medida, a integridade física de suas familiares presas. Sem essa barragem, as *estrangeiras* tornam-se passíveis de certos tipos de suspeição e invasão. Ficam destituídas da camada de obstrução proporcionada pela interação dos familiares com guardas na *revista íntima*. Destarte, ficam destituídas de parte da ajuda familiar no sustento da vida intramuros, garantida através, sobretudo, do *jumbo*. E a falta desse tipo de ajuda exige delas a criação de outras alternativas para sua própria sobrevivência na prisão, quando também não a de seus filhos e sua família no exterior, o que as faz emergir, nas explicações de algumas *brasileiras e estrangeiras*, como a coletividade suscetível de maior suspeita na atuação no

armazenamento de drogas dentro da prisão.

Assim emergem, no entanto, porque não se trata de quaisquer *estrangeiras*, mas de três *africanas*, um coletivo que embora seja considerado o maior e mais forte dentre as coletividades estrangeiras, encontra-se posicionado no fundo da escala social intramuros. Ademais, não são quaisquer *africanas*, mas *sul-africanas coloured* (“mestiças”, “de cor”), um pequeno coletivo dentro daquele outro coletivo regional formado quase que exclusivamente por mulheres negras. Compondo uma ínfima minoria não negra, as três revistadas atribuíam a falta de apoio de suas conterrâneas regionais e nacionais a essa diferença etnicamente racializada. Por fim, apesar da revista ter gerado a indignação de algumas destas e também de mulheres de todas as outras nacionalidades, incluindo as *brasileiras*, não houve paralisações ou qualquer outro tipo de manifestação política prisioneira. E isso parece ter uma razão de ser: em cada camada de diferenciação dos coletivos, as três compõem o fora do dentro. O fora do dentro da população carcerária, porque são *estrangeiras*; da coletividade das *estrangeiras*, porque são *africanas*; e das *africanas*, porque são *coloured*.

Em suma, sem parentes para mediar sua relação com as agentes penitenciárias; sem portaria – com suas grades, portões, detectores de metal e espelhos – para mediar a prática de esquadramento efetuada sobre seus corpos; e sem coletividades prisioneiras (*brasileiras* ou *estrangeiras*) para mediar as ações que marcam as distribuições diferenciadas de poder no jogo político intramuros, as três *sul-africanas coloured* encontravam-se despidas de fronteiras políticas (familiares, arquitetônicas, prisioneiras e institucionais) capazes de barrar certos tipos de *opressão*. E isso tornava seus ânus e vaginas livres e desimpedidos para serem penetrados arbitrariamente pelos dedos do Estado. Tornava seus corpos estrangeiros e “de cor”, na relação com as guardas dentro da unidade, a concretização das margens de indeterminação dos limites da prisão. Corpos que atuavam, portanto, como um dos canais de gestão por entre outros “dentros” e “foras” da prisão; que materializavam as diferenças e desigualdades contingenciais dos limites prisionais, a partir dos quais as experiências (não apenas) de *estrangeiras* são continuamente construídas e experimentadas.

Assim que retornamos à recepção, fomos liberadas para seguirmos em direção à escola, local onde realizamos os *atendimentos*. Seguimos pela área do pavilhão onde funciona a administração e a direção da PFC, bem como o refeitório de funcionários. Dali a cerca de 100 metros cruzamos uma guarita, controlada por dois agentes de segurança (um homem e uma

mulher) que nos abrem o portão, geralmente com cumprimentos simpáticos, após anotar nossos nomes e vínculo institucional. Essa guarita, chamada também de *divisória*, dá acesso à área do *convívio* e marca, para a maioria das presas, a fronteira cotidiana entre o interior e o exterior da prisão.

Essa marcação ficou evidente quando, certa vez, pedi a Margarida, uma *portuguesa* de quem vim a me tornar amiga, que me fizesse o croqui da penitenciária (Figura 2). Em seu esboço, a penitenciária começa a partir da *divisória* – identificada com o número 24 na fotografia satélite (Figura 3), o que exclui as áreas da portaria e da administração. Em outras palavras, Margarida delinea apenas a área do *convívio*, composta pelos pavilhões de moradia e (destacada em amarelo na Figura 3), da Embramed, da Saúde, além da cozinha central, a lavanderia, o *quartinho rosa*⁵ e a capela que, embora ecumênica, é facilmente identificada por conta do pequeno altar com a estátua da Virgem Maria no canteiro de sua entrada.

Ao ser questionada a respeito dos motivos da exclusão de cerca de um terço da área total da unidade, Margarida fez referência à sua experiência imediata intramuros: é no *convívio* que ela e a maior parte das mulheres ali presas experimentam os limites da prisão; é nele que elas comem, dormem, trabalham, participam de missas/cultos e recebem sanções e atendimentos médicos, psicológicos, assistenciais e dentários; é nele que a revista efetuada nas três *sul-africanas* e outros procedimentos realizados com *brutalidade* ganham espaços para sua execução; é nele que seus corpos presos experimentam as (e se reinventam nas) forças disruptivas e produtivas da punição.

Portanto, apesar de reconhecer aquele um terço excluído de seu croqui como parte da unidade, Margarida o diferencia de certa interioridade intramuros, apresentando, pois, uma nova dobra na interface entre o interior e o exterior da prisão. Nesse caso, a *divisória* demarca a fronteira entre o dentro e o fora do dentro da penitenciária de Margarida e da de muitas outras presas; expressa o potencial de desenvolvimento de novas camadas de interioridade-exterioridade que cada um desses termos guarda na vida de presas e prisão.

⁵ *Quartinho rosa* é o nome dado ao também chamado *motelzinho* em função da cor de suas paredes internas, onde ocorrem as visitas íntimas no terceiro sábado de todo mês.

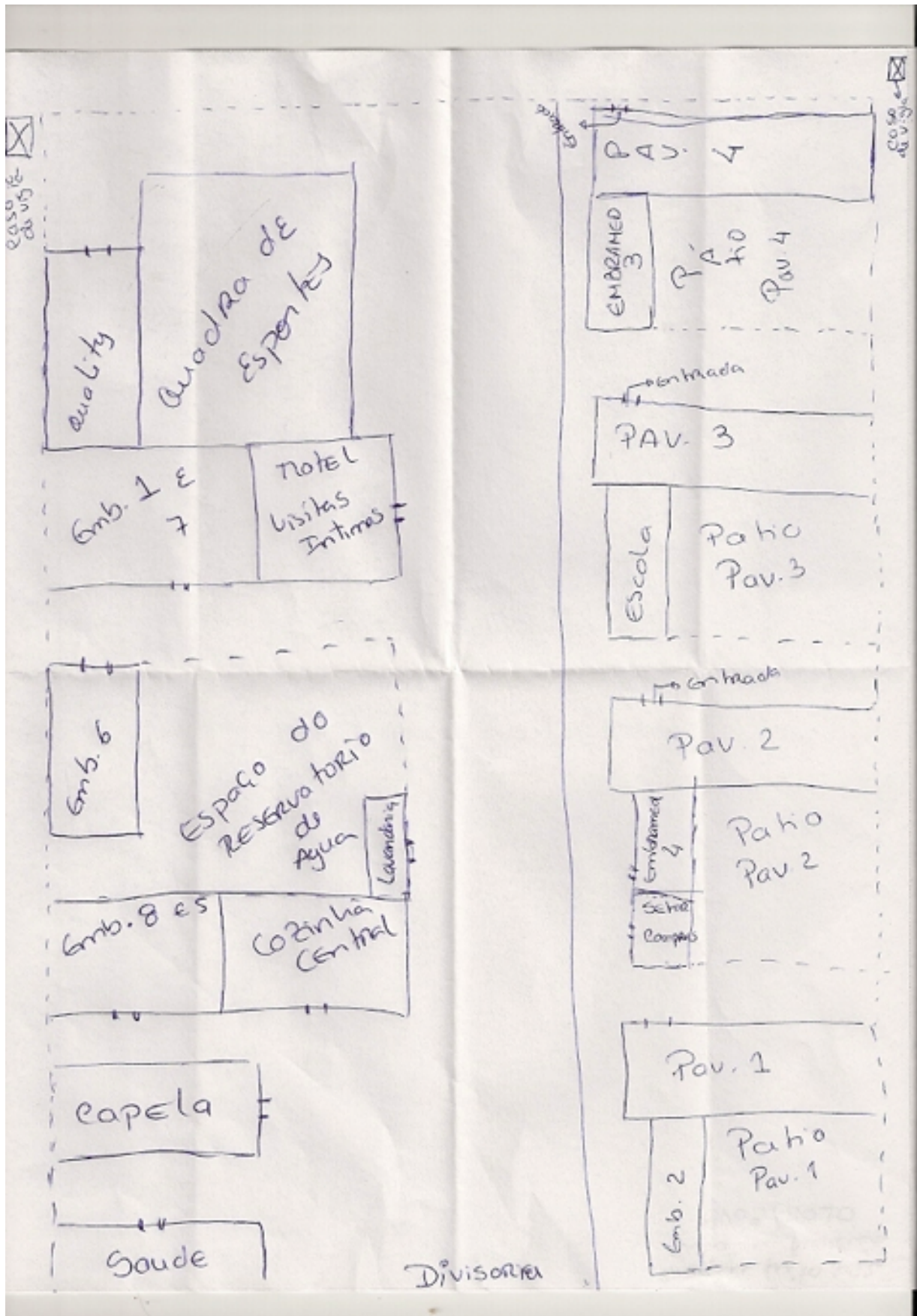


Figura 2: croqui desenhado, a meu pedido, por uma *estrangeira* que vive e trabalha na área dos pavilhões de moradia.



- | | | |
|-----------------------|-------------------|--------------------------|
| 1-Saúde | 13-Embramed 3 | 25-Administração/Direção |
| 2-Capela | 14-Pavilhão 3 | 26-Celas do seguro |
| 3-Cozinha Central | 15-Pátio Pav.3 | 27-Portaria |
| 4-Embramed 5 e 8 | 16-Escola | Linha Vermelha-Muro e |
| 5-Lavanderia | 17-Pavilhão 2 | Zona de tiro. |
| 6-Embramed 6 | 18-Pátio Pav.2 | |
| 7-Motel | 19-Sector Compras | |
| 8-Embramed 1 e 7 | 20-Embramed 4 | |
| 9-Quality | 21-Pavilhão 1 | |
| 10-Quadra de esportes | 22-Pátio Pav.1 | |
| 11-Pavilhão 4 | 23-Embramed 2 | |
| 12-Pátio Pav. 4 | 24-Divisória | |

Figura 3: imagem aérea da Penitenciária Feminina da Capital.

Tanto a *divisória* delineada por Margarida no croqui quanto as revistas efetuadas na portaria e no *convívio* apontam para algo que atravessará toda a tese, a saber: a natureza holográfica e metaestável dos limites prisionais. Limites das coletividades, dos indivíduos e seus corpos; da maternidade, das unidades institucionais (Estado, família, organizações civis) e arquiteturas (prisão, pavilhões, celas). Limites cujas interioridades e exterioridades não se fazem enquanto unidades compactas e fechadas em si mesmas, mas sim enquanto termos que se constituem apenas dentro das relações que os relacionam (Deleuze, 1991, 2005; Ferreira, 2005). Limites cuja flexão ao fora e ao dentro alude a movimentos que implicam e multiplicam, apro-

ximam e distanciam, conectam e separam, atravessam e atualizam presas e prisão, dividindo-as infinitesimalmente em outras dobras, mas conservando sempre uma coesão que lhes é própria (Deleuze, 1991).

Esses limites são fundantes da experiência prisional e, portanto, matéria de investigação no presente trabalho. Matéria que descrevo e analiso prioritariamente a partir de minha atuação no denominado *atendimento* do ITTC. *Atendimento* que foi meu canal de entrada privilegiado na Penitenciária Feminina da Capital; minha conexão primeira com *estrangeiras* e com instituições e autoridades prisionais; e, por fim, o ponto a partir do qual alcei vôos para além de sua alçada e dos muros da prisão – mas do qual minha imagem nunca se descolou. *Atendimento* que tomo, portanto, como fio condutor de minha etnografia. Fio feito das múltiplas e singulares *estrangeiras*; feito das intersecções de suas diferenças, desigualdades e maternidades. Fio trançado a partir, mas não só, de minhas duas mãos, a de voluntária e a de pesquisadora, e que trança deslocamentos espaço-temporais no contínuo fazer e desfazer dos limites prisionais.

Chegamos, enfim, à escola. Cumprimentamos Liz, uma das guardas que controla a entrada e saída de pessoas nessa unidade térrea, ao lado do portão de grade de ferro, comumente aberto durante o horário de funcionamento escolar. Liz anota nossos nomes e instituição, comunicando-nos gentilmente que começará a chamar as *estrangeiras* de nossa *lista de atendimento*. Agradecemos-lhe e atravessamos essa última fronteira rumo à sala de aula, onde dentro de instantes iniciaremos nosso trabalho.

Introdução

Nesta tese, tomo como objeto de estudo a experiência prisional de *estrangeiras* em cumprimento de pena em regime fechado no estado de São Paulo. Com base no trabalho de campo multissituado (Marcus, 1995), resultante do meu engajamento político junto ao ITTC e a outras organizações civis de direitos humanos, a etnografia aqui apresentada busca analisar o modo como não nacionais⁶ se fazem *estrangeiras* no fazer cotidiano da prisão. Partindo do princípio da “continuidade analítica” entre a prisão e o seu exterior (Cunha, 2002, 2004), coloco em suspeição os limites epistemológicos que fundamentam noções, tais como as do “maior isolamento prisional” e da “tripla condenação/penalização” das não nacionais, em meio às tensões e assimetrias (de gênero, raça, regionalidade, nacionalidade etc) constitutivas e constituintes de seus respectivos aprisionamentos. E num diálogo com os estudos sobre prisões e sobre migrações transnacionais, exploro a “dimensão puramente operatória de linhas” (Barbosa, 2005) que se atualizam ora como fluxo, ora como fronteira na produção dessas mulheres, de suas coletividades e da unidade onde elas estão. O postulado teórico que norteia minha análise é de que as fronteiras prisionais e transnacionais, ao serem atravessadas por “vasos comunicantes” (Godoi, 2015), fazem presas emergirem como produto e produtoras de “camadas de interface” (Bruno, 2001) dos sujeitos em si, entre si e com os interiores e exteriores da prisão e do estado-nação.

Nas páginas a seguir, procuro apresentar essas ideias. Primeiro, descrevo brevemente minha trajetória e meus interesses de pesquisa em diálogo com parte dos estudos sobre não-nacionais presas e com aqueles que nortearam minhas reflexões. Em seguida, apresento a estrutura da tese e o conteúdo abordado em cada capítulo.

⁶ O termo “não nacionais” é utilizado para se referir a mulheres oriundas de outros países que não aquele onde elas se encontram em cumprimento de pena de prisão. Muito embora este seja um termo neutro em termos de gênero e de nacionalidade, e essa neutralidade ofusque importantes questões referentes a interseccionalidades, abordadas no presente trabalho, optei por utilizá-lo na falta de outro mais apropriado frente às particularidades da expressão *estrangeiras*. Esta última, quando em itálico, diz respeito a uma noção êmica com conotações bastante específicas que serão discutidas ao longo dos capítulos.

Demarcando os limites da pesquisa

Quando iniciei a pesquisa de campo na Penitenciária Feminina da Capital junto ao ITTC, deparei-me com uma unidade cuja população girava em torno de 800 presas, sendo cerca de quase metade composta por não nacionais. Lá se encontravam mulheres de mais de 60 nacionalidades, com perfis variados, falantes de mais de 30 línguas, mas que traziam em comum, em 76% dos casos, a maternidade, e, em 95% dos casos, o tráfico de drogas, na função de *mulas*⁷, como causa do encarceramento. A massiva maioria se dizia primária no sistema carcerário, residia anteriormente em seus países de origem e não falava português, único idioma dominado pela quase totalidade de presas *brasileiras* e funcionários. Além disso, quase nenhuma chegava com qualquer noção das linguagens criminal e legal brasileiras; pouquíssimas contavam com visitas de parentes e amigos e, em função disso, enfrentavam grandes desafios para consolidar redes na capital paulista que lhes ajudassem a sustentar a vida (material e afetiva) durante o cumprimento de pena. Por fim, todas estavam submetidas a leis, órgãos e procedimentos jurídicos, não raro, distintos dos das *brasileiras*, dependiam minimamente da assistência de embaixadas e consulados (que nem sempre se faziam presentes). Por outro lado, contavam com a exclusividade dos serviços prestados pelo Instituto Terra Trabalho e Cidadania.

Comumente denominada de *atendimento* – como sinal de distinção em relação às *visitas* realizadas por outros agentes (Igrejas, voluntários, pesquisadores e até familiares) associados, no contexto prisional, aos “direitos humanos” (Marques, 2016) – a assistência oferecida pelo ITTC é efetuada uma vez por semana, durante duas horas, em uma das salas de aula da escola da unidade. Buscando sanar algumas das limitações constitutivas do aprisionamento dessa parcela da população carcerária, sua pequena equipe, composta por cerca de 5 a 8 membros, oferece-lhe auxílio jurídico tanto no que diz respeito ao acompanhamento dos processos judiciais criminais e ligados a seus filhos, quanto no que se refere a informações sobre direito nacional e internacional. Além disso, promove o contato delas com pessoas de fora (da penitenciária e do Brasil), via cartas e *e-mails*, realiza telefonemas para seus parentes e estimula e medeia a atua-

⁷ *Mula* é o termo utilizado para se referir a pessoas (mulheres e homens) que cumprem a função de “transporte” no tráfico de drogas: elas carregam, de um lugar a outro, pequenas quantidades de droga em bagagens, em outros objetos ou em seus corpos. O uso do corpo como veículo para o transporte é a sua marca constitutiva e pode ser feito a partir de diferentes técnicas. A mais conhecida, mas não necessariamente a mais mobilizada, consiste na ingestão ou na introdução na vagina de cápsulas de látex contendo a droga, principalmente cocaína (no caso brasileiro) e heroína (em alguns outros países). Outra técnica bastante conhecida consiste no uso de roupas íntimas ou de faixas (envoltas em partes do corpo, como a perna ou a região abdominal) contendo pequenos sacos de droga costurados nelas. Por fim, há uma terceira que consiste no transporte da droga dentro ou no forro de malas ou bagagens de mão.

ção de embaixadas e consulados, bem como de órgãos e autoridades brasileiros e internacionais na garantia de seus direitos.

Ao longo de quatro anos e meio, trabalhei voluntariamente como antropóloga nessa equipe. Mais concretamente, registrei as dezenas de demandas semanais acerca de verificação de processos; atuei na solução de casos relacionados a problemas de saúde, negociando, por exemplo, a entrada de medicamentos oriundos do exterior; registrei denúncias de agressões e violências cometidas por presas e por funcionários; escaneei e enviei milhares de *e-mails* escritos, à mão, pelas *estrangeiras*; por outro lado, imprimi e entreguei as respostas destinadas a elas; telefonei para familiares, defensorias públicas, abrigos de crianças no intuito de solucionar demandas que dificilmente seriam sanadas sem esse tipo de mediação; escrevi projeto e textos para o ITTC pleitear financiamentos e concorrer a prêmios. E foi a partir de atividades como essas que dei forma ao presente trabalho⁸. Foi perseguindo e produzindo alguns dos fluxos intra, entre e extramuros de *estrangeiras* que tornei a experiência prisional dessas mulheres objeto privilegiado de análise.

Situando tal experiência na literatura sobre prisões e migrações transnacionais, tomei como eixo articulador desse estudo a natureza infinitesimal e metaestável dos limites no contexto prisional, expressa na sua tripla função de impedir a passagem de certos agentes de um lado para o outro, de permitir a passagem de outros e de simplesmente deixar de existir em determinadas ocasiões (Ferreira, 2005). Por um lado, busquei compreender as relações que *estrangeiras* nutrem durante o aprisionamento nas interfaces entre os interiores e exteriores da prisão. Por outro lado, procurei me atentar para o modo como essas relações estabelecidas por elas podem produzir novas camadas de interioridade-exterioridade da e na prisão. A ideia subjacente a esses dois movimentos é que não nacionais se fazem *estrangeiras* no fazer cotidiano dos limites da prisão, isto é, engajam-se em redes que as fazem emergir enquanto tais através dos ininterruptos e concomitantes movimentos de atravessamento e atualização das fronteiras

⁸ Esta tese é resultado de um doutorado direto. Quando iniciei o trabalho de campo junto ao ITTC, meses antes de meu ingresso no mestrado, eu estava interessada em estudar o modo como *muqueristas* (sacoleiras moçambicanas) atualizavam a lógica comercial local em viagens transnacionais, quando vinham comprar mercadorias em São Paulo a serem revendidas em Maputo e algumas delas acabavam presas acusadas de tentativa de tráfico de drogas. A ideia inicial era partir de dentro da Penitenciária Feminina da Capital para, dali de dentro, realizar parte da pesquisa de campo e do mapeamento dos trajetos delas, além de garantir os contatos a partir dos quais eu poderia iniciar a pesquisa fora dela. Parecia-me mais fácil começar do menor coletivo, num menor espaço, para o maior, quer dizer, do limitado grupo das *moçambicanas* presas na PFC para o ilimitado coletivo de *muqueristas* espreado pelas ruas da cidade de São Paulo, sobretudo as do Brás. Essa inicial estratégia de inserção em campo acabou, no entanto, por redefinir os rumos da pesquisa. As fronteiras prisionais experimentadas desde os *atendimentos* se efetuaram uma torção nas fronteiras a serem pesquisadas. Dali em diante, voltei-me para os limites imanentes da prisão: seus “dentros” e “foras”.

prisionais e transnacionais.

Portanto, o que está em foco nesse trabalho é a produção de uma etnografia da experiência prisional não apenas de uma coletividade presa, mas também da própria penitenciária. E isso exigiu de mim uma atenção voltada para os fluxos entre o interior e o exterior da prisão, bem como para aqueles que ocorrem dentro de cada um dos termos. Em outras palavras, requereu de mim a observação das relações entre os “dentros” e os “foras” e, o inverso, a consideração de cada dentro e cada fora como relações (Strathern, 2014). Dentro e fora dos corpos, das coletividades (prisionais e prisioneiras), dos espaços-tempos (intra, entre e extramuros) e das instituições (familiares, estatais e não-governamentais).

Um deslocamento por diferentes fluxos e fronteiras, em diferentes escalas, que só foi possível por meio de uma prática de pesquisa multissituada (Marcus, 1995), isto é, uma pesquisa que não se limitou ao perímetro da PFC e nem ao escopo de atuação do ITTC, mas, antes, tomou-os como base para tecer e seguir alguns dos fios que efetuam as malhas da experiência prisional em questão. A partir do *atendimento* do ITTC na escola da Penitenciária Feminina da Capital, engajei-me em outros trabalhos voluntários junto à Pastoral Carcerária e à Associação Casa Recomeço⁹ e circulei pelos diferentes pavilhões desta e de outras unidades prisionais. Passei também por Varas, Defensorias, instituições de acolhimento, em São Paulo, e casas de parentes de *moçambicanas* e *sul-africanas*, em Joanesburgo e Maputo. Minha circulação no trabalho voluntário e de campo me levou a observar uma experiência prisional toda feita de linhas. Linhas que cortam e correm, dividem e conectam, imobilizam e mobilizam. Linhas que fazem fluxos e fronteiras, que fazem presas e prisão.

Isso, contudo, não é uma exclusividade das *estrangeiras*, tampouco uma novidade do aprisionamento contemporâneo. E, embora as reflexões acerca das articulações da vida dos agentes por entre os muros venham produzindo um consenso cada vez maior na literatura acerca do fato de que a prisão não existe suspensa no vazio (cf. Cunha, 2008, 2014), não é de hoje que a relação entre os espaços intra e extramuros pautam ou atravessam reflexões em torno das prisões e do crime (Rusche, Kirchheimer, 2004 [1939]; Morris, 1965). No prefácio a “Leurs Prisons”,

⁹ A Pastoral Carcerária é uma organização da Igreja Católica, que atua em prisões femininas e masculinas de todo o país, de acordo com suas duas frentes de atuação, a religiosa e a social. A primeira frente consiste em leituras e reflexões da bíblia, cantos religiosos, compartilhamento de testemunhos, confissões e rezas, enquanto a segunda consiste na verificação de processos criminais, assistência jurídica, conversas coletivas e individualizadas com presas, contato com parentes via telefone, denúncias e mediação de conflitos intramuros. Já a Associação Casa Recomeço é uma organização sem fins lucrativos, localizada na zona norte da capital paulista, gerida exclusivamente por sua fundadora, Dona Silvanete Jesus dos Santos, tendo em vista o acolhimento e auxílio de *estrangeiras* egressas e em cumprimento de penas alternativas à prisão.

publicado em 1975, Michel Foucault deixou isso bastante claro, ao ressaltar que o poder dos muros prisionais se deve “[...] menos à sua impermeabilidade material do que aos inúmeros fios, aos mil canais, às fibras infinitas e entrecruzadas que os transpassam”. Sua força está na “incessante capilaridade que a alimenta e a esvazia” (Foucault, 2010: 147), e é essa capilaridade que faz da prisão uma unidade metaestável, capaz de se atualizar ininterruptamente no momento mesmo de seu atravessamento.

O curioso é que, quando o assunto é o aprisionamento de não nacionais, parte da literatura apresenta a imagem de um isolamento arraigado nas forças disruptivas das fronteiras prisionais e transnacionais. A distância espaço-temporal que separa essa parcela da população carcerária de seu local de origem surge justaposta às fronteiras físicas da prisão, obstruindo, assim, parte significativa dos fluxos que atravessam e atualizam seus muros. Nesse cenário, estrangeiras(os) presas(os) são qualificadas(os) com as marcas da “invisibilidade” (Ribas, Almeda, Bodelón, 2005), da “vitimização” (Angel-Ajani, 2005) e da “vulnerabilidade” (Navarrete, 2015; Matos, Barbosa, 2015), sendo todas essas noções orientadas, em alguma medida, pela intersecção de gênero, raça, nacionalidade e/ou etnicidade (cf. Sudbury, 2005b). Sua punição ganha alguns adicionais diante das violações/discriminações (Ribas, Almeda, Bodelón, 2005; Matos, Barbosa, 2015), tal qual ocorre com seus sofrimentos, que se multiplicam em meio à ausência de laços sociais no país de aprisionamento, sobretudo quando se trata de mulheres-mães (Angarita, 2008; Soares, Ilgenfritz, 2002). E as causas de seu aprisionamento e isolamento são pensadas a partir de noções que trazem à luz as faltas cometidas pelos estados-nação e que obliteram, assim, os arranjos criados por elas e outros agentes para viabilizarem uma vida possível durante o aprisionamento num país exterior (Soares, Ilgenfritz, 2002; Souza, 2007; Hostettler, Achermann, 2008; Navarrete, 2015).

Sem ignorar o peso das especificidades e dos custos do aprisionamento num país exterior, apontados por esses estudos, meus dados de campo me levaram a suspeitar da desproporcional primazia de forças disruptivas que informam a experiência prisional de *estrangeiras*. Ao entrar em contato com os casos e as histórias dessas mulheres, com seus modos de inserção e atuação na rotina intra e extramuros, com suas táticas, técnicas e estratégias de gestão da unidade prisional e com suas formas de participação na vida familiar a milhares de quilômetros de distância, fui impelida a explorar a dimensão produtiva dessa experiência, fortemente marcada por desigualdades. A partir do princípio da “continuidade analítica” entre a prisão e o seu exterior, proposto por Manuela Ivone da Cunha (2002, 2004), voltei-me para o modo como não

nacionais experienciam e atualizam uma instituição que, por excelência, opera sobre fluxos e fronteiras.

Uma das noções que atravessa todo o trabalho é a noção de interface, tomada de empréstimo de Fernanda Bruno (2001), em suas reflexões acerca de intervenções tecnológicas sobre a experiência do corpo. De acordo com Bruno (2001: 195), a interface pode ser compreendida como “uma superfície, uma ‘camada’ que, ao invés de promover o afastamento entre dois domínios, os aproxima, na medida em que é através desta camada ou superfície que eles tornam-se sensíveis, acessíveis e significativos um para o outro”. A autora argumenta que a interação possibilitada pela interface não resulta numa indiferenciação das partes envolvidas – o que, no caso da prisão, acarretaria em uma eliminação da fronteira intra e extramuros, por exemplo. Ao contrário, tal interação gera uma contínua diferenciação das partes e dos limites que as distinguem e definem, constituindo, assim, a história das transformações que as caracterizam. À medida que interações criam “camadas de interfaces” dos indivíduos entre si e com o mundo, novas fronteiras se constituem e outras antigas se reconfiguram.

Alinhada a essa concepção, procurei considerar a “dimensão puramente operatória dessas linhas” (Barbosa, 2005) em diferentes escalas. Observando o papel ativo das *estrangeiras* na produção de interfaces de interioridade-exterioridade constitutivas e constituintes de sua pessoa, de suas coletividades e da prisão, busquei etnografar os processos contingenciais que fazem as linhas operar ora como fluxo, ora como fronteira. E é disso que trata a dimensão puramente operatória, preconizada por Antonio Rafael Barbosa (2005: 13): “por um lado, nomeia o movimento de alguma coisa no tempo ou de um lugar para outro, por outro, o encontro de uma linha com outra que lhe serve de “fronteira” ou “barragem” (Barbosa, 2005: 13). Nesse caso, a natureza dos fluxos e das fronteiras não está dada, sendo sua investigação apenas viável na conjugação dessas duas noções. Por esse motivo, a experiência prisional será abordada, aqui, a partir dos movimentos de um “emaranhado de linhas” (Ingold, 2011), o que me permitiu explorar os “dentros” e “foras” enquanto resultados sempre parciais de relações que podem trazer, em cada um de seus termos, a concretização de outras interfaces em dimensões além e aquém dos muros prisionais.

Isso foi feito tomando como objeto empírico as linhas tecidas na política intramuros¹⁰ e no exercício da maternidade. Primeiro, linhas que reúnem e atravancam corpos-*mulas*

¹⁰ Tomo de empréstimo a noção de política forjada por Gabriel Feltran para se referir ao “[...] jogo de conflitos desencadeados na conformação da cena pública, em sua manutenção e transformação” (Feltran, 2008: 25). Ancorado, sobretudo, nas formulações de Hannah Arendt e Jacques Rancière, o autor afirma que em contextos de grandes desigualdades, “a política não se resume à disputa de poder em terrenos institucionais, mas pressupõe além

oriundos dos quatro cantos do mundo dentro do perímetro da unidade, exigindo de não nacionais uma nova resolução para sua existência e para a da unidade penitenciária durante o cumprimento de pena. Diante das faltas iniciais de laços sociais, de domínio da língua portuguesa e das linguagens de crime e castigo vigentes na unidade, procuro entender como não nacionais se articulam numa série de relações que as atualiza enquanto *estrangeiras* e que atualizam a Penitenciária Feminina da Capital enquanto a *cadeia das estrangeiras*. Depois, linhas tecidas em torno e através dos vínculos maternos, que enredam e modulam corpos-presos além e aquém da prisão e da nação, enquanto uma das resoluções possíveis para o aprisionamento num país exterior. Sob os latentes ou patentes riscos de rupturas com os filhos, busco compreender de que modo elas se engajam numa série de relações capaz de redimensionar os espaços-tempos da prisão e de garantir vínculos em torno e através do exercício materno.

Com base nesses dois eixos etnográficos, argumento acerca de como os fluxos por entre fronteiras prisionais e transnacionais dão vida a *estrangeiras* e o contrário, como os fluxos estabelecidos por, e em torno dessas mulheres, dão vida a tais fronteiras em diferentes escalas. Optei por focar no primeiro movimento para chegar, quando conveniente e sem qualquer descontinuidade, ao segundo. No tópico a seguir, recupero criticamente três noções que fundamentam as reflexões de parte dos estudos sobre não nacionais presas(os), procurando contextualizar o presente trabalho e alguns de seus argumentos no debate.

Para atravessar os limites: não nacionais presas na literatura sobre prisões

Muitos dos autores que se debruçaram sobre o fenômeno do aprisionamento no exterior argumentam que o mesmo gera um maior isolamento carcerário, se comparado com aquele efetuado no país de origem da pessoa presa. Esse maior isolamento é entendido, de modo geral, como produto de três fatores: as múltiplas condenações/penalizações enfrentadas por não nacionais, a falta de um Estado uno e racionalmente ordenado e a ausência de laços familiares ou “redes de ajuda” durante o cumprimento de pena.

No tocante ao primeiro fator, alguns autores forjam a noção de “dupla” e de “tripla condenação” para se referir ao conjunto de discriminações e lesões de direitos fundamentais

dela um conflito *anterior*, aquele que se trava pela conformação mesma dos critérios pelos quais se institui um mundo público” (:25). Logo, argumenta Feltran, “não se trata apenas das disputas entre atores constituídos sobre um terreno dado, mas *também* da disputa subjacente à própria instituição destes terrenos e atores” (:25). O fato do objeto do presente trabalho se desdobrar a partir de um “terreno [supostamente] dado”, no caso, a prisão, não torna a noção proposta por Feltran menos rentável. Ao contrário, permite-nos explorar, em um contexto de profundas assimetrias, as disputas subjacentes à emergência da *cadeia das estrangeiras* e dos sujeitos que a compõem.

que afetam, respectivamente, homens e mulheres em cumprimento de pena de prisão num país exterior. Esse conjunto, no caso dos homens, é produto não apenas do agravamento das desigualdades de tratamento e limitações que ocorrem com todos os presos, mas também daquelas que só recaem sobre coletividades estrangeiras (Yllera, 1990). Já no caso das mulheres não nacionais, soma-se ainda a punição pela transgressão simultânea das normas legais e dos papéis sociais de gênero. Frente a um sistema penitenciário que está construído por e para um modelo de sujeitos “masculino e nacional”, as estrangeiras enfrentam uma maior “vulnerabilidade” (Matos, Barbosa, 2015) ao serem julgadas por infringirem a lei, as normas de gênero e por estarem na condição de não nacionais. Sofrem, portanto, com uma “tripla condenação” (Ribas, Almeda, Bodelón, 2005) ou “tripla penalização” (Matos, Barbosa, 2015).

Essa noção ecoa as reflexões de criminólogas feministas acerca da dupla ou tripla experiência de discriminação a que mulheres são submetidas pelo entrecruzamento de categorias como gênero, raça, classe e etnicidade. Em suas análises, tais experiências são entendidas como uma consequência da interação de duas ou mais categorias, tratando especificamente da forma pela qual sistemas discriminatórios criam desigualdades estruturais (Crenshaw, 2002; Brown, 2010). De modo semelhante, autoras alinhadas ao feminismo transnacional incorporam a perspectiva da interseccionalidade para compreender o aumento significativo da população carcerária feminina em diferentes países, principalmente nos do denominado “norte global” (Sudbury, 2005a, 2005b; Angel-Anjini, 2005; Díaz-Cotto, 2005). Imersas no debate acerca da “guerra transnacional contra as drogas” e da grande transformação punitiva da virada do século, essas autoras mapeiam, a partir de noções como “vulnerabilidade” e “vitimização”, os fatores que afetam certos contingentes populacionais femininos oriundos de países do “sul” na regulação da pobreza (orientada em termos raciais, étnicos e/ou nacionais) em escala global.

É indiscutível a contribuição desses estudos na apresentação de um panorama sobre o caráter estrutural (nacional e supranacional) das políticas penais em diferentes países. No entanto, suas análises parecem obliterar a diversidade das regulações locais produzidas pelos agentes e agências nas malhas finas do poder. Tanto os estudos da criminologia feminista quanto aqueles alinhados ao feminismo transnacional se embrenham num viés analítico que alinha, em alguma medida, a ideia de diferença com a de desigualdade. E, em narrativas quase denunciatórias, acabam por silenciar as margens de agência que essas mulheres criam exatamente a partir das categorias de articulação, como se estas necessariamente imputassem nas mulheres uma condição primária de opressão, constituída por sistemas de dominação e marginalização

(Piscitelli, 2008). Algo semelhante ocorre nos estudos sobre não nacionais presas(os) supracitados. As ações e interações de diferentes naturezas experimentadas por esses sujeitos ficam ofuscadas pelo mapeamento de certas condições estruturais de desigualdade. E as interseccionalidades parecem se enredar em hierarquias pensadas nos termos de alguma condição apriorística de sujeição.

No presente trabalho, as assimetrias que atravessam a experiência prisional de *estrangeiras* serão pensadas nos múltiplos processos de diferenciação dos agentes em jogo. Se, em princípio, a condição de não nacional e a infração de leis e de normas de gênero podem afigurar um cenário desigual para essas mulheres, ao longo do cumprimento de pena isso tende a se complexificar e diversificar nas relações que elas estabelecem entre si e com os demais agentes. Partindo prioritariamente das *africanas* e suas coletividades¹¹, procuro indagar sobre o estado transitivo dos limites da coletividade estrangeira e suas (sub- ou supra-)coletividades, atentando para o caráter contingencial e contextual dos arranjos prisioneiros.

Conforme os interesses, as possibilidades e as posições dos agentes em determinadas condições, *estrangeiras* criam coletivos regionais autenticados (*européias de verdade*) e racializados (*africanas*); criam também nacionalidades compósitas (*holandesas sul-africanas*,

¹¹ Duas razões motivaram minha escolha de priorizar as *africanas*. A primeira delas, de caráter empírico, deu-se em função de minha maior proximidade com essas mulheres desde o início do trabalho de campo. Primeiro, quando iniciei minha atuação junto ao ITTC, eu estava interessada em realizar a pesquisa junto às *mukeristas* (sacoleiras moçambicanas), o que acabou me colocando em maior contato com elas e suas *parceiras* regionais. Depois, o fato de eu ter realizado intercâmbio universitário na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e viagens à África do Sul, entre 2005 e 2006, além de muitas disciplinas na graduação sobre as diversas Áfricas também contribuiu para essa proximidade. Quando comentadas nos *atendimentos* do ITTC, essas minhas experiências propiciaram encontros empáticos que circulavam, posteriormente, de boca em boca por entre os pavilhões, levando cada vez mais até mim, no contexto dos *atendimentos*, a simpatia, as demandas e as histórias dessas e de outras *africanas*. Alguns meses após o início de meu trabalho de campo, via-me tomada, majoritariamente, pelas histórias e afetos de uma parcela dessas mulheres, o que permitiu uma observação acurada acerca da experiência prisional (a partir) delas. A segunda razão que me levou a privilegiar as *africanas* é de caráter epistemológico e diz respeito à inviabilidade de abranger uma população encarcerada oriunda de mais de 60 países e cujas nacionalidades se encontravam interseccionadas a outras categorias de diferenciação. Tais intersecções estavam fundamentadas em uma polissemia cultural, cujos códigos precisavam ser continuamente traduzidos para, ao menos, duas linguagens articuladas de crime e castigo (a do PCC e a do Estado), e vice-versa. E, certamente, de todas as culturas não nacionais ali presentes, algumas das que compunham o universo das *africanas* eram aquelas com as quais eu me encontrava minimamente familiarizada – o que contribuía para que minha observação etnográfica não fosse completamente negligente para com as influências do universo de origem (extramuros) na rotina intramuros. Ademais, as fronteiras que marcavam e diferenciavam os atores sociais (coletivos e individuais) dentro da prisão eram absolutamente contingenciais. Tal como a rotina do trabalho voluntário me permitiu observar, nem sempre as não nacionais estavam classificadas (prioritariamente ou exclusivamente) como *estrangeiras*, assim como nem sempre e nem somente as originárias do continente africano estavam entre as *africanas*, por exemplo. Nesse sentido, qualquer tentativa de catalogar que fosse apenas uma parte dessa diversidade de arranjos, levaria-me a incorrer em equívocos totalizantes. Pareceu-me muito mais rentável (e viável) investir esforços não no mapeamento geral das diferenças e desigualdades, mas no entendimento da lógica de construção contingencial e contextual de algumas delas; não na catalogação de parte ou de todos os arranjos concretizados, mas na investigação dos mecanismos e recursos através dos quais esses arranjos podem vir a se concretizar em diferentes escalas. E, para isso, tomar a coletividade das *africanas* como ponto de partida privilegiado do presente trabalho me pareceu satisfatório.

angolanas do Congo) e racializadas (*sul-africanas brancas*); e atuam como uma coletividade única nas disputas com *brasileiras*, embora possam também suspender as rivalidades para se reunirem numa só unidade, a das presas. Atenta a essa dinâmica, busco compreender a lógica a partir da qual elas se apresentam como indivíduos ou coletivos sujeitos a (e sujeitos de) certos poderes nas disputas intramuros. Sujeitos a e de coerções, negociações, explorações, discriminações, mimesis, dentre as diversas formas de interação tecidas nos processos de constituição dessa identidade “outra”.

Como procuro argumentar a partir de meus dados etnográficos e da literatura de referência (Mahmood, 2006; Foucault, 2007c; Piscitelli, 2008; Taussig, 1993b), as noções que fundamentam a condenação/penalização de *estrangeiras* durante o aprisionamento podem lhes propiciar significativas margens de agência. E são essas margens, imersas em processos de diferenciação e discriminação, que fazem das não nacionais *estrangeiras* no fazer cotidiano da prisão. São elas que, em meio às desigualdades que arbitram as diferenças, tornam essas mulheres sujeitos capazes de atravessar e atualizar continuamente as fronteiras do coletivo estrangeiro em diferentes escalas na gestão dos limites da prisão. Gestão que faz da prisão uma “instituição histórica contingente” (Davis, Dent, 2003) que, por sua vez, expressa processos de migração transnacional e nos permite pensar sobre as intersecções entre punição e categorias de articulação (como gênero, raça, nacionalidade, regionalidade), além e aquém das fronteiras nacionais.

O esforço de destrinchar essas e outras nuances da política intramuros me levou a olhar com cautela para o segundo fator, incorporado por parte dos estudos sobre não nacionais presas(os) como uma das causas de seu maior isolamento carcerário, a saber: a de um Estado uno e racionalmente ordenado. Ao estabelecer o foco na exposição de faltas e falhas das políticas penais e penitenciárias, tais análises tendem a manter as ações e relações de não nacionais, se não invisibilizadas, ao menos ofuscadas por um institucionalismo normativo. Por um lado, fornecem-nos um cenário dos problemas enfrentados por essa parcela da população carcerária, marcado por determinadas violações de direitos e falhas jurídicas (Navarrete, 2015), por certos tratamentos discriminatórios de um Estado punitivo (Soares, Ilgenfritz, 2002; Ribas, Almeda, Bodelón, 2005; Souza, 2007) e pelo esforço de seus funcionários e demais atores no arranjo de soluções para tais problemas (Hostettler, Achermann, 2008). Mas, por outro, fazem-no a partir das (supostas) incapacidades do Estado em contemplar as especificidades de não nacionais de acordo com suas próprias prescrições. O resultado disso é um retrato minucioso dessa experiência prisional na unicidade do que o Estado deveria ser.

Numa certa leitura antropológica, incorporada por parte dos estudos sobre prisões (Cunha, 2014; Godoi, 2015; Padovani, 2015), esse retrato parece problemático na medida em que não considera as ações, articulações e percepções dos atores em jogo, o que gera uma dupla consequência. Primeiro, discorre mais sobre as pré-noções dos autores e seu desejo de “salvar vítimas passivas” (Fonseca, 2006) e menos sobre o modo como *estrangeiras* agem na, e reagem à, produção e atualização das leis, normas e agências estatais num campo de negociações e arranjos atravessado por relações de poder. Depois, gera a produção de pesquisas interessadas em superar os entraves do cumprimento legal e as falhas do Estado, como se bastasse corrigir as práticas de agentes/agências para se alcançar o seu ideal normativo. Nesse caso, o que não se considera é que os termos da análise se antecipam ao processo de investigação, enclausurando não nacionais num único tipo de reflexão. E, ao desconsiderar esse fato, já bastante questionado na antropologia do direito¹², ignora-se a potência de outras formas de regulação articuladas pelos sujeitos nas relações entre si e com o Estado (Das, Poole, 2008). Atua-se também na reprodução do repertório sobre o qual a prisão se ancora para existir e continuar operando (Godoi, 2015). E, de quebra, corre-se o risco de propor soluções que podem vir a se tornar os mais novos mecanismos de discriminação e violação dos direitos nas políticas penais.

Colocar em suspeição as noções de “tripla condenação/penalização” e de Estado uno e racionalmente ordenado não significa menosprezar as dores, faltas, perdas, discriminações, humilhações, violências e lutas que alinhavam a experiência prisional de não nacionais nos limites do (in)suportável. Tampouco implica ignorar o potencial dos estudos etnográficos em trazer contribuições não somente para a antropologia, mas também para planejadores e agentes de intervenção que buscam, por meio de diálogos com diferentes instâncias da sociedade, instrumentos para combater as desigualdades vigentes (Fonseca, 2006). E não foi à toa que abri a tese com a descrição de uma revista *brutal* realizada em *sul-africanas*. Ao apresentar uma das ações que pode (ou pôde, naquele episódio) recair sobre os três corpos *estrangeiros*, reconheço o grau de perversidade a que o poder do Estado pode chegar na relação com presas(os) não nacionais.

A questão, no entanto, é que ocasiões como essa se tornaram o meu ponto de partida. Suscitaram-me contínuos questionamentos, observações e olhares acerca dos mecanismos, muitas vezes perversos, que constituem a experiência prisional (em torno) de *estrangeiras* nas interfaces entre seus interiores e exteriores. Levaram-me a perseguir os ensinamentos de Sarti (2014: 9), adentrando os contextos de sofrimento e violência e explorando teórica e analiti-

¹² Dentre os estudos desse campo da antropologia alinhados a tal abordagem, sugiro ver: Fonseca (2011), Schuch (2005), Vianna (2002, 2005, 2013) e Lugones (2012).

camente a sua complexidade. Ou seja, se os corpos *sul-africanos* puderam ser atravessados pelos “entras” e “sais” dos dedos de funcionárias, coloco-me diante do esforço de etnografar as ocasiões, as condições e as relações em que isso foi efetuado. Procuo indagar quando, como e quais fronteiras materiais, simbólicas e subjetivas são postas em jogo na tensão entre as interioridades-exterioridades de *estrangeiras* e da cadeia onde elas estão. Em suma, procuro mapear quais limites estão em jogo no processo de constituição de presas e prisão.

Esse esforço será realizado, aqui, sobretudo, a partir do tema da maternidade. Tal decisão se deu porque, em meio à dinâmica do trabalho voluntário e de campo¹³, a gestão das fronteiras dos corpos maternos passou a falar, de modo exemplar, da gestão das fronteiras prisionais transnacionais. Os fluxos que os atravessam na tessitura da díade mãe-filho fazem gravitar em torno de si linhas por onde se desloca e tensiona parte importante da experiência das *estrangeiras* nos e por entre os interiores e exteriores da prisão. Nesse sentido, a maternidade coloca de modo privilegiado certas questões acerca da natureza infinitesimal e metaestável dos limites de presas e prisão. E isso parece ter uma razão de ser: para muitos autores e atores que atravessaram a pesquisa, a especificidade do universo prisional feminino se encontra na centralidade (por vezes presumida) dessas mulheres no cuidado da vida doméstica e das crianças (Enos, 2001; Ferraro, Moe, 2003; Vereia, 2007; Shamaï, Kochal, 2008).

Rafaela Granja (2015), por exemplo, em sua tese sobre as experiências e os senti-

¹³ A relação materna surgiu no trabalho voluntário e de campo como um dos principais temas de demandas e conversas das *estrangeiras*. Eram *estrangeiras* recorrendo a nós da equipe para solucionar problemas de filhos ou, então, acionando-nos estrategicamente para solucionar questões além da maternidade; eram grávidas querendo evitar o cumprimento de pena de prisão e a perda da guarda do filho ainda por nascer; éramos nós ligando para consulados, embaixadas, defensores públicos em busca de soluções para o traslado de filhos nascidos durante o aprisionamento; mães de presas entrando em contato com nossa equipe, e vice-versa; parentes de *estrangeira* trocando e-mails conosco e com elas (por meio de nossa equipe) para tratar de assuntos referentes à maternidade; todos nós realizando ligações para abrigos paulistanos para ter notícias de seus filhos; *estrangeiras* criando meios de cuidar de filhos residentes no país de origem etc. Ou seja, a maternidade se impôs ao meu objeto de pesquisa ao longo do trabalho voluntário e de campo. E, a despeito de meu desinteresse e desconforto inicial, acabei incorporando as demandas dessa relação nas questões de minha pesquisa, tal como sugere Evans-Pritchard (1978) quando relata suas experiências de pesquisa de campo junto aos Nuer. Parafraseando o autor, afirmo que eu não tinha um interesse peculiar por maternidade quando fui às *estrangeiras*, mas as *estrangeirassim*. E, assim, tive aos poucos que me tornar uma (pretendente a) especialista nestes casos, querendo ou não. Mas isso gerou algumas dificuldades, dentre as quais a de observar qualquer prática materna cujos sentidos escapassem de uma noção idealizada de maternidade. A potência dessa noção, quando operada numa instituição fortemente atravessada por tecnologias de gênero, e quando associada à minha atuação nessa instituição, criou-me impasses no acesso a processos maternos regidos por outras concepções acerca de tal relação. Em outras palavras, enquanto voluntária de organizações civis de direitos humanos que atuam sobre as políticas punitivas do Estado ancoradas na regulação afetiva da maternidade, percebi-me blindada de quase tudo que pudesse escapar de uma “moralidade oficial” (Fonseca, 1997) que cerca a díade mãe-filho. O que estava facilmente acessível, isso sim, eram os acionamentos dessa moralidade em situações inusitadas e com finalidades que nem sempre eram exclusivamente maternas. Coube a mim, então, perseguir e compreender a forma pela qual os repertórios em torno desse ideal materno “se comportam” (Strathern, 1992) na vida prisional, atentando para o modo como o esforço em torno da manutenção dos laços maternos produz variadas possibilidades de agência entre as *estrangeiras* na gestão das fronteiras prisionais e dos arranjos maternos e familiares.

dos atribuídos à vivência familiar em penitenciárias femininas e masculinas portuguesas, mostra que mães presas encontram menor margem de negociação em torno da relação com os filhos do que pais presos. Estes, advoga a autora, desfrutam da flexibilidade e elasticidade característica dos horizontes plurais da paternidade para (re)investir, muitas vezes com o apoio da esposa e de outras mulheres da família, na relação junto aos filhos. Já as mulheres, enfrentam uma série de dificuldades na negociação da relação materna em função da rigidez e uniformidade das normas que regem a maternidade. Tais normas não lhes permitem a destituição das responsabilidades maternas sem colocar em risco a própria relação. E aquelas que tinham um vínculo periférico com os filhos, acabam enfrentando grandes tensões e dificuldades para se reaproximar deles. Já as que sustentavam laços mais próximos da normativa materna encaram os desafios e o sofrimento decorrentes da descontinuidade imposta pelo aprisionamento, tendo que recorrer geralmente a outras mulheres da família para seguir nutrindo o vínculo.

A distância que separa mães de seus filhos e a preocupação com eles durante o cumprimento de pena são apresentadas pela literatura como fatores de maior sofrimento para presas (Lima, 2006), motivos pelos quais elas cometem “loucuras” (Brito, 2007) e como uma das causas centrais para o desenvolvimento de quadros de baixa auto-estima, ansiedade e depressão durante o cumprimento de pena (Karveli et al., 2012). Sentimentos como culpa, impotência, vergonha, tristeza e frustração são amplamente comentados (Baunach, 1985; Soares, Ilgenfritz, 2002; Lopes, 2004; Serras, Pires, 2004; Matos, Machado, 2007) frente à restrição ou suspensão de parte significativa das práticas comumente associadas ao cuidado materno, tais como alimentar, proteger, disciplinar e educar (Hairston, 2007; Vereia, 2007).

Tal quadro pode levar presas a se perceberem como “más mães” (Morash, Schram, 2002) ou “incapazes” (Mahan, 1982), mesmo quando as experiências negativas dos filhos ocorrem fora da prisão e estão vinculadas à dinâmica do contexto em que vivem (Vereia, 2007; Cunha, Granja, 2013). Pode também afetar mais fortemente os filhos (Bernstein, 2005) e demais familiares que assumem os cuidados deles (Farrel, 1997; Granja, 2015) do que quando o aprisionamento se desdobra com a figura paterna. E, não raro, as crianças são apresentadas, em pesquisas acadêmicas e aplicadas, como o grupo mais “vulnerável” e “em risco” (cf. Karveli et al., 2012), a partir de termos como “*hidden victims*” (Morash, Schram, 2002; Cunningham, Baker, 2003) e “*victims of imprisonment*” (Robertson, 2007) – que, quando não problematizados, podem guardar concepções essencialistas da díade mãe-filho.

Mas isso não é uma exclusividade do contexto prisional, sendo também observado

pelos estudos que abordam a maternidade no contexto das migrações transnacionais. De acordo com essa literatura, o deslocamento materno causa um maior impacto na vida familiar, se comparado com a migração paterna. Muito embora se reconheça que os sentimentos de abandono por parte dos filhos possam ocorrer em função do deslocamento do pai (Pribilsky, 2004, 2007), a saída da mãe de casa é vista como geradora de maiores problemas e sofrimentos ao núcleo doméstico. Exige a redistribuição, sobretudo entre mulheres (da família e trabalhadoras domésticas), de obrigações e responsabilidades relativas ao cuidado. Exige também a garantia da sua “proximidade à distância” (Lobo, 2006), de modo que ela consiga dar conta de, ao menos, parte de suas obrigações relativas aos cuidados dos filhos e da casa (Asis, 2006; Bernhard et al., 2005; Carling et al., 2012; Hondagneu-Sotelo, Avila, 1997; Menjívar, Abrego, 2009; Parreñas, 2005a).

A partir da relação de maternidade, analisada majoritariamente nos denominados fluxos “sul-norte”, os estudos sobre migração transnacional colocam em discussão (de modo mais frequente do que os estudos prisionais) a díade mãe-filho e a ideia de cuidado presencial materno sem, no entanto, ignorar a importância do arranjo familiar até então vigente e dos danos emocionais, das ambivalências e incompletudes decorrentes da separação espaço-temporal. De um lado, segundo tais estudos, mães migrantes se sentem esmagadas por sentimentos como culpa, impotência, ansiedade, perda e solidão, em função de não poderem cuidar presencialmente de seus filhos e terem que transferir certas responsabilidades deles e da casa para outras mulheres (Carling, et al., 2012; Hochschild, 2000; Parreñas, 2001a). Do outro lado, filhos podem passar por sérios problemas emocionais ao crescerem longe delas e enfrentarem sensações como solidão, vulnerabilidade e insegurança (Isaksen, 2008; Hochschild, 2012; Parreñas, 2003), oriundas de certa incompletude. No entanto, essa possibilidade pode estar condicionada a fatores como a idade deles quando a mãe migra, a qualidade da relação antes da migração e a variedade das mídias disponíveis para a comunicação transnacional (Madianou e Miller, 2012). Mas esses fatores não necessariamente impedem que parentes responsáveis pelos filhos da migrante se ressentam por assumir o ônus de um trabalho, geralmente não remunerado, que consideram não ser de sua responsabilidade (Parreñas, 2003).

A distância espaço-temporal imposta tanto pela prisão quanto pela migração cria desafios para as mulheres nutrirem um papel ativo na vida dos filhos, tão logo restringe ou impede parte significativa das práticas cotidianas convencionalmente associadas ao cuidado presencial materno. No contexto prisional, contudo, mães podem enfrentar obstáculos adicionais àqueles igualmente encontrados pelas trabalhadoras migrantes para atualizar a relação com os filhos e

ressignificar as noções idealizadas em torno da maternidade. Isso, porque presas nem sempre conseguem se manter ou se tornar, de dentro da prisão, provedoras financeiras e materiais da família, tal qual ocorre com as migrantes (Parreñas, 2005b). Além disso, não dispõem, com a mesma facilidade que estas (Madianou, Miller, 2012; Parreñas, 2003, 2005b), dos meios financeiros e tecnológicos para nutrir cotidianamente os laços afetivos.

Outrossim, quando mantêm (parte das) responsabilidades sobre os filhos durante o cumprimento de pena, estejam eles dentro (Cunha, 1994; Haney, 2013) ou fora da prisão (Hairston, 1991; Farrell, 1998; Enos, 2001; Vereá, 2007), vivenciam a relação em meio a uma economia punitiva que não apenas afeta profundamente sua interação com eles e outros familiares, mas, antes, a incorpora como parte do dispositivo de controle das prisões. Nesse sentido, se o aprisionamento é considerado uma experiência produtora de obstáculos que afetam as dimensões subjetiva e prática da maternidade (Farrell, 1998), ele só o é porque a prisão é uma instituição que opera por meio de “tecnologias de gênero” (Lauretis, 1994) – isto é, tecnologias que produzem regimes de verdade acerca do que é ser “mulher” através da fixação de identidades assimétricas fundadas sobre o sexo.

Já foi apontado pela literatura prisional que as unidades femininas carregam, desde seus primórdios, uma forte tendência à priorização da reprodução e da domesticidade em detrimento de outras dimensões (Cunha, 1994; Vereá, 2007; Fachinetti, 2008; Cunha, Granja, 2013). Em um estudo sobre o surgimento dos presídios femininos no Brasil, por exemplo, Bruna de Andrade (2011), mostra que as prisões femininas foram planejadas e implantadas no país, em finais da década de 1930, e também em outros países da América Latina algumas décadas antes, como um espaço de docilização dos corpos e das almas de mulheres desviantes. Sob a administração de freiras de congregações católicas, como a de Nossa Senhora do Bom Pastor d’Angers, as unidades tinham a função de redimir e recompor moralmente as presas de acordo com um “dever ser” feminino que pregava o recato, a maternidade, o casamento, a ordem, o comedimento¹⁴. A maternidade era, segundo a autora, “vista como fenômeno que garantia ‘o futuro da nação’ [visto que as presas dariam à luz os filhos da nova geração] e como um potencial ativador dos

¹⁴ Da mesma forma observou Soares e Ilgenfritz ao analisar o “Guia das Internas” da Penitenciária Central do Distrito Federal, a primeira feminina do Brasil, fundada em 1942. Segundo as autoras, “[p]elo regulamento interno da prisão, formulado e aplicado pelas religiosas, chamado Guia das internas, as presas só tinham dois caminhos para remirem as suas culpas, e ambos supunham que elas se transformassem nas perfeitas mulheres piedosas, recatadas, discretas, dóceis e pacíficas vislumbradas por Lemos de Brito. Dedicadas às prendas domésticas de todo o tipo (bordado, costura, cozinha, cuidado da casa e dos filhos e marido) elas estariam aptas a retornar ao convívio social e da família, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, estariam preparadas para a vida religiosa” (Soares, Ilgenfritz, 2002: 58).

latentes instintos femininos de cuidado e compaixão” (Andrade, 2011: 268).

Muito embora o contexto prisional contemporâneo divirja significativamente desse período de sua fundação, observamos certos ideais femininos e maternos se atualizarem ainda hoje no jogo das políticas prisionais (Cunha, 1994; Brito, 2007; Granja, 2015). Isso fica bastante evidente no fato de crianças, de até seis meses, poderem permanecer apenas em unidades femininas – quando a legislação e a instituição permitem. No Brasil, por exemplo, a previsão legal que garante tal permanência se encontra ancorada no aleitamento materno e restringe suas possibilidades somente aos recém-nascidos de até seis meses. Mas isso não ocorre apenas aqui. Mesmo em países, como Portugal (Granja, 2015) e França (Herzog-Evans, 2013), onde a legislação prevê a neutralidade em relação ao gênero, permitindo a estada de crianças também junto aos pais presos, na prática, o cuidado da prole continua a ser exercido em unidades femininas – seja porque as masculinas não dispõem de creches nem de condições necessárias para se manter uma criança (Cunha, Granja, 2013; Granja, 2015) ou porque certas noções acerca da maternidade são mobilizadas pelos atores, e também autores (por vezes de forma acrítica), para justificar tal assimetria.

Nesse segundo caso, de acordo com a literatura, a permanência dos filhos junto às mães pode se dar pelo fato da maior parte das presas pertencer a famílias monoparentais (Alejos, 2005; Corston, 2007) – como se estas não pudessem nunca estar imersas em redes familiares extensas que envolvem também vizinhos e amigos como potenciais cuidadores. Pode se dar também pelo fato delas serem as principais cuidadoras da criança antes do aprisionamento (Greene, Haney, Hurtado, 2000) – como se o arranjo materno não pudesse ser atualizado em outros arranjos durante e após o cumprimento de pena. Ou, ainda, pelo fato de sua delinquência ser considerada menos violenta, diversa e séria do que a dos homens (Cario, 1997; Walklat, 2010), o que significa, advoga Herzog-Evans (2013), que a segurança das crianças ficaria melhor garantida em prisões femininas – um pressuposto que se ancora e reproduz diferenças estáticas entre uma suposta natureza feminina e uma masculina.

A atualização de certos ideais femininos e maternos no jogo das políticas prisionais fica também bastante evidente na possibilidade das prisões funcionarem, através de suas limitações, como um ambiente favorável a vivências hiperbólicas da maternidade (Verea, 2007; Cunha, Granja, 2013). Ao retirarem alguns dos encargos que recaem sobre as mulheres no cotidiano extramuros e terem seu funcionamento rotineiro atravessado por repertórios ancorados no “dever ser” feminino, as unidades favorecem a intensificação dos vínculos e dos sentimentos

maternos. A esse respeito, Ana Gabriela Braga e Bruna Agnotti (2015) chamam atenção para o fato de muitas presas, em diferentes penitenciárias do país, afirmarem terem sido mães pela primeira vez durante o cumprimento de pena, mesmo quando o parto tenha ocorrido ainda em liberdade e o filho não esteja com elas. Para as autoras, “[e]ste é um paradoxo acerca da maternidade na prisão – em todos os campos ouvimos de detentas e funcionárias a fala de que pela primeira vez podem ser mães. Depender da prisão para exercer direitos reprodutivos e maternos é no mínimo uma perversão da nossa sociedade desigual e clivada” (Braga, Agnotti, 2015: 50).

Como procuro argumentar para o caso das *estrangeiras*, o exercício de tais direitos não é garantido de antemão por um Estado que se faz em consonância com a sua idealidade, nem tampouco são reivindicados por mães que sempre estiveram alinhadas com as normativas da maternidade. Antes, ele é produto de um campo assimétrico de disputas que envolve muitos atores e que é tecido sobre políticas punitivas ancoradas na regulação e intensificação afetiva da maternidade. Em meio ao contínuo risco de ruptura dos laços maternos imposto pelos muros e pelas práticas administrativo-judiciais do aprisionamento, presas podem experimentar uma vivência hiperbólica da maternidade – por isso, poderem afirmar terem sido mães pela primeira vez. Ou seja, elas se veem estimuladas, incitadas ou até obrigadas a exercerem e/ou mobilizarem o cuidado dos filhos o mais próximo possível de certos ideais normativos. Exercício e mobilização que se desdobram através de técnicas, táticas e estratégias (não apenas administrativo-judiciais) em meio à incompletude daquilo que, na concepção dos agentes em jogo, o Estado e a maternidade “deveriam ser”. Frequentemente acionados no cotidiano prisional, mas muito raramente alcançados, tais ideais tendem a se atualizar através de sua (suposta) incompletude, quer dizer, tendem a se concretizar nas demandas processuais e afetivas, nas tradições administrativas e na intensificação de “sentimentos morais”¹⁵ que regem as ações e relações quando não se consegue cumprir integralmente certas determinações do Estado e da maternidade.

A partir de uma situação em que mãe e filho permanecem temporariamente juntos, durante o período de amamentação, após o parto, e de outra em que eles se encontram separados pelas fronteiras prisionais e transnacionais, busco entender como a “inseparabilidade da díade mãe-filho” (Vianna, 2014) é atualizada na contínua tessitura de redes de cuidado. Redes cujos fios não apenas desafiam a distância prisional transnacional, mas também atualizam as interfaces da prisão e dos agentes envolvidos na sua produção – sejam, esses agentes, unidades instituci-

¹⁵ Tomo de empréstimo a noção de “sentimentos morais” proposta por Fassin (2012: 1, tradução minha), segundo o qual estes podem ser definidos como “as emoções que direcionam nossa atenção para o sofrimento dos outros e nos faz querer saná-los”.

onais (Estado, família e organizações civis) ou individuais (autoridades, profissionais, presas e bens). Redes cujos fios concretizam a maternidade como os meios e os fins de muitas outras relações. Relações com mães, irmãs, irmãos, (ex-)sogra e (ex-)maridos; com juízes, padres e pastores; com amigas, vizinhas e novos ou antigos namorados; com membros de organizações civis, de defensorias públicas e outras instâncias do Estado.

Se, por um lado, *estrangeiras* despendem uma quantidade significativa de tempo, energia e dinheiro para articularem mediações que lhes permitam manter e nutrir os vínculos com os filhos; por outro, acionam os vínculos com os filhos e certos ideais de maternidade para viabilizarem outras relações e melhores condições de vida durante o cumprimento de pena. Ou seja, é por meio de seus filhos que elas buscam se fazer *mães de verdade*, uma importante dimensão do fazer-se *estrangeira*; e é por meio deles que elas atuam na gestão da maternidade, da família e da prisão. E foi esse duplo e concomitante investimento materno que, observado a partir dos *atendimentos* do ITTC, levou-me a colocar em suspeição a terceira e última noção que atravessa parte dos estudos sobre não nacionais presas(os), a saber: a ausência de vínculos familiares ou “redes de ajuda” durante o cumprimento de pena.

De modo geral, a literatura em questão considera que o cumprimento de pena em um país exterior se encontra inevitavelmente atravessado pela ausência de vínculos familiares e locais durante o encarceramento. Para Ribas, Almeda e Bodelón (2005), por exemplo, as estrangeiras presas na Espanha vivenciam um “duplo isolamento” pelo fato de cumprirem pena num país exterior e de terem poucos vínculos locais. A relação materna, que já é apresentada pelas autoras como causa de um “duplo sofrimento” para todas as mães presas, “se agrava mais no caso de não nacionais que têm suas famílias a milhares de quilômetros” (Ribas, Almeda, Bodelón, 2005: 79). Nessa mesma linha, Raquel Matos e Mariana Barbosa (2015) argumentam, dez anos depois, no contexto português, que “[...] o isolamento pela falta de laços sociais e familiares aumenta, e é menos provável que elas tenham acesso a medidas de flexibilização da pena” (Matos, Barbosa, 2015: 82).

De modo similar observa Andreina Angarita (2008) quando trata brevemente da manutenção de estrangeiras em unidades prisionais equatorianas. Apesar de não utilizar o termo “isolamento”, a autora o reconhece na inquestionável ausência de apoio dos familiares enfrentada pelas estrangeiras. Segundo ela, para aquelas que “estão longe de seus países de origem [...] o não contar com o apoio da família é um fator determinante na experiência carcerária, pois a sobrevivência em um sistema altamente autogestionado depende das redes de apoio” (Angarita,

2008: 82, tradução minha). Essa (suposta) falta de laços é apresentada por Barbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002) a partir da constatação de que, no contexto carioca, não nacionais se sentem “completamente abandonadas pela distância dos familiares, pois sequer recebem correspondência” ou visita (Soares, Ilgenfritz, 2002: 37).

A preocupação dessa literatura acerca do maior isolamento de estrangeiras se encontra em consonância com uma série de pesquisas, incluindo a presente, que tem reconhecido e analisado a importância da família no contexto prisional¹⁶. Minha questão, contudo, refere-se à inquestionabilidade desse maior isolamento, ancorada no cruzamento da distância transnacional com a ausência de laços ou de apoio familiar. O desenvolvimento do trabalho voluntário e de campo me levou a observar a tessitura de uma série de relações mediadas que matizam tal inquestionabilidade. E minha própria atuação é prova disso: escaneei e enviei *e-mails* a partir dos quais *estrangeiras* acompanham a vida de familiares, e vice-versa; imprimi e entreguei fotografias que lhes fazem companhia nas celas ou nos álbuns de família feitos por elas dentro da prisão; transporte e li cartas contendo falas, toques, cheiros, gozos e beijos em batom; forneci informações necessárias para a efetuação de transferências bancárias internacionais destinadas a filhos e outros familiares; ouvi falar de *sedex* contendo mercadorias que levam parte da vida doméstica e da cidade de origem para dentro da unidade; produzi e entreguei vídeo-cartas de *moçambicanas* e *sul-africanas* a seus familiares, e vice-versa; e, por fim, juntamente com esse

¹⁶ Os vínculos familiares têm sido considerados centrais não apenas na manutenção da vida de quem está dentro ou fora das unidades, mas também no próprio funcionamento do sistema prisional. No caso especificamente das pessoas presas, é através dessas relações que elas acompanham e participam do desdobramento de seus processos judiciais e garantem sua nutrição material e afetiva por meio de “bens de consumo” (Godoi, 2015) e outras “substâncias” (Padovani, 2015). É através das mesmas que recriam um território existencial, suportam o isolamento e participam de alguma maneira da vida que corre do lado de fora (Barbosa, 2005). São elas que indicam uma possibilidade de deixar a *vida do crime* e sinalizam possível e decorrente “reinserção à sociedade” (Lima, 2013, Christian, 2005), do mesmo modo que garantem mais facilmente progressões de regime (Cunha, 1994). É também por meio dessas relações que presas exercem a maternidade, (re)criam arranjos familiares (Granja, 2015), mantêm a guarda dos filhos, os vínculos afetivos com eles e através deles, além de se distanciarem discursivamente da chave da marginalização imposta pela prisão (Lago, 2014). Posto que esses laços são, como em qualquer outro contexto, dinâmicos e passíveis de mudanças ao longo do tempo (Leverentz, 2006), há um preeminente risco deles se rarearem frente às circunstâncias prisionais. Podem minguar diante dos impedimentos institucionais, das distâncias a percorrer e da indisponibilidade de recursos familiares (Christian, 2005; Haugebrook et al., 2011; Kane-Willis, 2008; Munro, 2007); podem também enfraquecer com o aprisionamento de uma parcela das pessoas que compõem a rede de apoio (Cunha, 2002; Gomes, Granja, 2015b) ou com o “abandono” (ausência) de uma das partes – abandono este retratado mais fortemente em unidades femininas (Lemgruber, 1983; Moki, 2006; Paz, 2009; Lago, 2014; Negretti, 2015), podendo ter como foco a relação conjugal com maridos e parceiros (Farrell 1997; Dodge, Pogrebin, 2001; Prado, 2003) e/ou com os filhos (Gursansky et al. apud Karveli et al., 2012). E, quando isso acontece, presas(os) tendem a sofrer com uma maior precarização da vida (material, afetiva e processual) dentro da prisão; com desconfianças advindas de outras(os) presas(os) e maus tratos por parte de funcionários (Lima, 2013); com avaliações negativas feitas pela unidade prisional, o que pode gerar atraso de benefícios/progressão de regimes (Christian, 2005). Tendem, por fim, e não raro, a sofrer com sentimentos como ansiedade, tristeza e medo (Grimberg, 2009; Karveli et al., 2012). Como se pode observar, não é por acaso que estudos sobre não nacionais presas(os) apontam a distância dos laços familiares como um fator determinante das dificuldades enfrentadas na experiência do encarceramento em um país exterior.

material audio-visual, transporte versões, percepções, cuidados e até abraços.

Se é verdade que os familiares de *estrangeiras* não estão presentes para realizar visitas dominicais, para atender às demandas dos processos criminais, para entregar *jumbo* na portaria da prisão, para reivindicar os direitos da parente presa, para assumir prontamente a guarda da criança nascida durante o cumprimento de pena ou para fornecer-lhes o endereço residencial necessário à progressão de regime e às saídas temporárias, também o é que tal ausência torna-se espaço produtivo para a criação de outros tipos de vínculos, outros modos de presença, outras formas de ajuda e cuidado. Tomando de empréstimo a noção de “vasos comunicantes”¹⁷, forjada por Rafael Godoi (2010, 2015) para explorar a “permeabilidade seletiva” dos muros e as diferenças entre os interiores e exteriores da prisão das quais os vasos são produtos e produtores, argumento acerca de como as linhas que viabilizam e fazem funcionar o isolamento carcerário num país exterior produzem redes de cuidado em escala transnacional, e vice-versa. Trato de como as fronteiras prisionais e transnacionais, ao serem atravessadas por corpos, cartas, documentos, fotografias, dinheiro, *e-mails*, bens e telefonemas, esquadrinham presas e prisão, fazendo-as emergir como produto e produtoras de “linhas de fluxo e de atravessamento” (Barbosa, 2005).

Linhas que surgem, no presente trabalho, como mediadoras (portanto, transformadoras) das relações entre os agentes que as colocam em mediação. Funcionários da prisão, consulados, ITTC, Pastoral, Casa Recomeço, *estrangeiras* egressas ou em cumprimento de penas alternativas e, por vezes, até mesmo os muros da prisão operam como “vasos comunicantes” dos laços familiares, laços que, por seu turno, demandam a articulação desses “vasos comunicantes” em cadeias de relações dos humanos entre si e destes com os não-humanos. Se cartas, *e-mails*, telefonemas, dinheiro, bens e documentos, por exemplo, viabilizam a atualização de práticas de fazer maternidade e família em meio à distância prisional transnacional, é porque aqueles agentes que fazem essas coisas circular também são atualizados por elas. Em outros

¹⁷ A noção de vasos comunicantes, incorporada na presente etnografia, foi forjada em sua dissertação (Godoi, 2010) e refinada em sua tese para se referir a “[...] toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão. Trata-se de uma articulação particular que, ao mesmo tempo, une duas dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas”. A maior parte dos vasos comunicantes está, segundo o autor, prevista e regulamentada pela legislação penal, embora todos eles possam ser mobilizados informal e ilegalmente. Em contrapartida, aqueles que são definidos como informais e ilegais podem ser mobilizados recorrentemente para fins legais, como é o caso dos celulares quando utilizados em assuntos familiares. A despeito dessa diferença, sempre contextual e contingencial, todos eles desdobram “[...] múltiplas negociações, determinações, poderes e disputas [que] operam a diferenciação do que entra e sai, dificultando ou facilitando acessos, registrando (ou não) as passagens e estabelecendo destinações” (Godoi, 2015 :73). Rafael não deixa dúvidas quanto à importância de tais ligações como condição de funcionamento da própria prisão: a diferença entre o interior e o exterior se produz pela permeabilidade seletiva que rege o funcionamento dos vasos comunicantes que conectam um espaço ao outro (Ibid: 193).

termos, é porque suas interioridades-exterioridades são constituídas pelos trânsitos promovidos por essas materialidades.

As vídeo-cartas, por exemplo, que produzi e entreguei aos familiares de *estrangeiras*, tornaram-se os meios de minha emergência como parte móvel dos corpos presos. Ao viabilizar a circulação do material audio-visual entre a prisão e as casas de familiares, em Moçambique e na África do Sul, acabei transportando atos e afetos, tendo, pois, as fronteiras materiais e subjetivas de minha individualidade atravessadas no atravessamento das fronteiras prisionais transnacionais. Partindo do pressuposto “simétrico” de considerar as interações não apenas dos humanos entre si (denominadas “sociais”), mas também destes com os não-humanos (denominadas “técnicas”), procuro mapear as mediações que ocorrem dentro de outras mediações. Coloco-me diante do desafio de etnografar o processo de constituição tanto das interfaces que compõem “os vasos comunicantes” quanto daquelas que esses “vasos” compõem. Afinal, como os dados etnográficos procuram evidenciar, é dessa forma que eles atuam, a um só tempo, como mediadores e mediados. É dessa forma que eles se tornam produto e produtores das “co-ações técnico-humanas” (Martins, Garcia, 2006; Neves, 2006b).

Co-ações que articulam corpos (organismos) a artefatos e objetos técnicos em modulações a partir das quais as relações se individualizam: *parceiras* podem vir a se tornar amigas, amigas podem vir a se tornar parte da família, enquanto a família é fiada em redes de cuidados¹⁸. Como se verá, sobretudo na segunda parte da tese, as categorias parceira, amiga e família expressam vínculos mutáveis, podendo a pessoa classificada em um delas ascender para a conseguinte consoante o grau de proximidade afetiva e emocional construído a partir da mediação que ela efetua ao longo do tempo em redes de cuidado. Redes que alinhavam vínculos de diferentes naturezas (biológicos, físicos, legais, afetivos, materiais, profissionais e financeiros) entre presas, seus familiares e agentes institucionais no alinhar do travessão das díades mãe-filho e

¹⁸ Segundo algumas *estrangeiras*, as *parceiras* podem ser definidas como presas com quem elas compartilham celas, *jumbosesedex*, segredos, sentimentos e conquistas, além das atividades que fazem a rotina intramuros. Seriam uma espécie de “amiga”, se não fosse a condição temporária que lhes obriga uma proximidade física e afetiva durante o cumprimento de pena marcada pelo fato de “não se poder confiar em ninguém dentro da cadeia”, como muitas delas argumentam. No entanto, dependendo do grau de proximidade que se desenvolve com o passar do tempo através de práticas de ajuda e cuidado envolvendo familiares no exterior da prisão, a *parceira* pode se tornar amiga, isto é, pode vir a integrar parte da família, embora não chegue a ser rigorosamente um de seus membros. Ou seja, torna-se uma peça extra, que também faz família, de dentro da família, sem, no entanto, ser propriamente família. Mas podem vir a ser, sobretudo quando saem da prisão e estabelecem vínculos estreitos com os familiares da *parceira/amiga* que ficou lá dentro. Atuando como importante “vaso comunicante” entre o universo doméstico e a prisão, a egressa desenvolve um grau de proximidade afetiva e emocional em ambos os lados. Torna-se, ela mesma, a expressão dos atos e afetos que fazem a família no contexto prisional: ao incorporar parte importante das redes de cuidado, é incorporada por essa parte, passando, então, a ser referenciada pelas denominações de parentesco (tia, sobrinha, prima, irmã). Como se verá ao longo da tese, os espaços-tempos e o que circula por eles, são fatores determinantes na definição e atualização desse tipo de vínculo não apenas entre presas.

dentro-fora da prisão. Redes cujos fios atravessam e atualizam fronteiras de unidades (corporais, institucionais e pessoais) na tessitura do exercício materno em meio à distância prisional transnacional; cujos fios tecem espaços-tempos outros capazes de subsistir nas (e subverter as) estruturas físicas da penitenciária.

De muita valia nesse percurso foram as formulações de Janet Carsten (2004) a partir do conceito de *relatedness*. Largamente mobilizado na literatura antropológica, incluindo alguns estudos prisionais (Cunha, Granja, 2013; Granja, 2015; Padovani, 2015) e transnacionais (Lobo, 2006; Bongianino, 2012), tal conceito propõe uma abordagem mais flexível e processualista do parentesco no intuito de apreender as formas através das quais as pessoas agem e significam aquelas relações comumente associadas à alçada dos parentes. Com base na noção de “substância compartilhada” (como o sangue e a comida, por exemplo), Carsten problematiza os limites que separam o “social” do “biológico”, mostrando que os dois termos são igualmente construídos (Schneider, 1984; Strathern, 1992) e arrançados em práticas ordinárias que podem gerar a transformação de um pelo outro. A partir dessas formulações, a autora abre possibilidades para o mapeamento dos vínculos que enredam os laços familiares no enredamento do travessão das díades mãe-filho, dentro-fora. As “substâncias compartilhadas” de que fala Carsten, permitem que nos atentemos para os fios de cuidado que produzem os “vasos comunicantes” produtores da maternidade e da família na tessitura das interfaces entre os interiores e exteriores do corpo, da prisão e de outras instituições.

Frente às tensões e posições assimétricas de poder concretizadas pelos muros, *estrangeiras* engajam-se na produção de outras interfaces que lhes possibilitam uma experiência que não pode ser encerrada nem no interior, nem no exterior da prisão. Daí o título da tese “Nem dentro, nem fora”. Com ele busco sinalizar meu interesse no modo como certos fluxos conformam as fronteiras prisionais e transnacionais que não são nem dentro, nem fora, mas ao longo de múltiplos “dentros” e “foras”. A ideia aqui é que a distinção entre o interior e o exterior não deve nunca ser essencializada ou tomada como pressuposto. Antes, deve ser investigada, suas relações observadas, suas técnicas esmiuçadas, seus fluxos perseguidos. Indo um pouco além, o sentido maior dessa expressão “nem... nem” centra-se, sobretudo, no meu esforço de trazer para a etnografia a produção de fluxos e fronteiras como um só e mesmo evento. Ambos são linhas em ação, desejosas de partir e repartir. Linhas em movimentos, que ao se cruzarem com outras efetuam poros, margens, barragens e, em contrapartida, vêm-se modificadas por eles (Barbosa, 2005).

Talvez uma boa imagem para se pensar essa ideia seja a garrafa de Klein (Figura 4), pois ela não tem nem dentro, nem fora, nem direito, nem avesso. Tal imagem é interessante na medida em que nos permite visualizar a impossibilidade de se separar fronteiras e fluxos – afinal, como sugere Mia Couto no trecho apresentado na epígrafe, toda vez que nasce uma fronteira também sucede um evento que nega (e afirma) o seu sentido limitador. Nesse registro, limite e limitado deslizam juntos para formar uma superfície unilátera. E é exatamente nesse tipo de evento que situo o presente trabalho: nem dentro nem fora, mas no meio; entre um e outro, entre cá e lá, entre nós e eles, na fissura que relaciona cada um desses pares, assumindo continuamente uma perspectiva provisória.

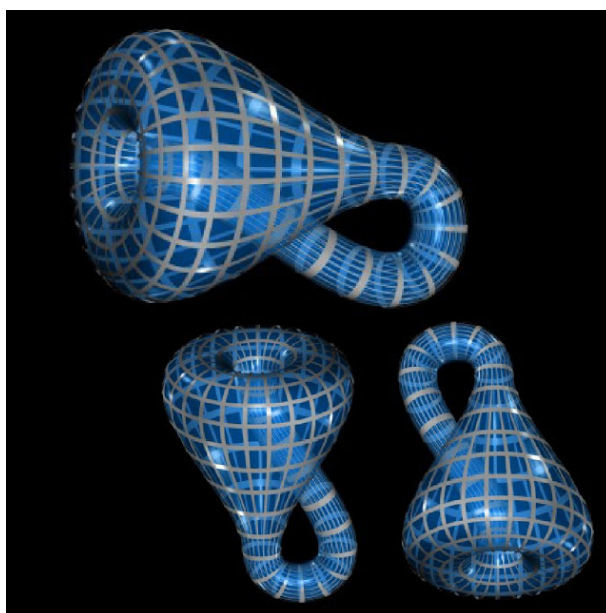


Figura 4: garrafa de Klein (fonte: Optic-optic.com, 2010).

Isso não significa dizer, no entanto, que não há dobras ou torções. Ao contrário, há muitas, como sugere a própria imagem da garrafa. Dobras físicas, simbólicas, lógicas, cronológicas e ontológicas. E o meu objetivo é exatamente refletir sobre o modo como estas se constituem por meio de diversas ações e relações sociais dos agentes entre si. Muros, grades, papéis, corpos, mercadorias, equipamentos eletrônicos são algumas das materialidades distintas e, por vezes, divergentes que se articulam nas articulações dos agentes que compõem a experiência prisional transnacional. Experiência que faz dos limites entre os interiores e os exteriores uma ininterrupta modulação desses próprios limites (Ferreira, 2005). Limites de presas e prisão.

Apresentação dos capítulos

A primeira parte da tese, intitulada “De fora para dentro” é composta de dois capítulos que visam abordar as práticas de fazer-se *estrangeira* no fazer cotidiano da prisão. Partindo do princípio de que não basta ser oriunda de outro país para ser *estrangeira* na Penitenciária Feminina da Capital, busco destrinchar as ações e relações que tornam essas mulheres parte dessa categoria. No primeiro capítulo, “Quando não nacionais emergem como *estrangeiras*”, esse esforço será feito em duas dimensões: uma mais quantitativa, que abordará o perfil dessa coletividade construído a partir de alguns dados tabulados dos questionários do ITTC; e outra mais etnográfica, que tratará da entrada de noviças na dinâmica intramuros. Meu objetivo é apresentar características gerais dessa parte da população carcerária, refletindo, por um lado, sobre como se dá a inserção e atualização de não nacionais numa prisão brasileira e, por outro, sobre como essa inserção pode afetar o funcionamento e os limites da prisão.

Já no segundo capítulo, “O coletivo das *estrangeiras* e suas dobras”, volto-me para os processos de constituição de coletividades *estrangeiras* na gestão da unidade prisional, mediante as quais as mulheres nelas inscritas emergem como sujeitos à e da política intramuros. Focando, sobretudo, em episódios que envolvem *africanas*, busco refletir sobre como *estrangeiras* se efetuam de modo contextual e contingencial em corpos coletivos pela convergência de interesses e necessidades articulados na imbricação de noções de nacionalidade, regionalidade, raça e gênero. Isso acarretou certa atenção não apenas para a conformação da categoria *estrangeiras* na rotina da unidade, mas também para os arranjos que se operam em torno, através e para além da mesma em ininterruptos processos de produção de diferenças e desigualdades. Diferenças e desigualdades que, por sua vez, incidem sobre a gerência capilar de uma penitenciária que se concretiza como a *cadeia das estrangeiras*.

A segunda parte da tese, “Por meus filhos”, é composta de três capítulos que abordam a experiência prisional de *estrangeiras* a partir do tema da maternidade. Neles, descrevo e analiso as implicações da prisão no exercício materno, e vice-versa, com base em dois tipos de experiência: o de dar à luz na prisão e o de se relacionar com os filhos residentes no país de origem. No terceiro capítulo, “Quando *estrangeiras* dão à luz na prisão”, foco no período de amamentação de recém-nascidos para investigar a dimensão da agência de *puérperas estrangeiras* no governo da maternidade, da prisão e do cumprimento de sua pena através de redes de cuidado. Em meio às políticas de regulação afetiva da maternidade, fortemente ditadas pelas instâncias de justiça do estado de São Paulo, mostro como essas mulheres, a partir de redes de

cuidado, atuam de forma direta e mediada em dois processos coexistentes e concomitantes: o de intervenção do aprisionamento na manutenção do laço materno e, o contrário, de intervenção da maternidade no cumprimento de pena e na administração da unidade.

Já no quarto capítulo, sigo com a reflexão sobre as redes de cuidado, mas, desta vez, em escala transnacional. Nele, investigo como *estrangeiras* exercem a maternidade na interseção entre o aprisionamento num país exterior e suas (im)possibilidades comunicativas. Contrariando a ideia de que *estrangeiras* vivem um maior isolamento ou que elas não podem contar com a família, mapeio as ações de todo um emaranhado sociotécnico constituído em torno e através da maternidade e constituinte de novas interfaces pessoais, maternas, familiares, prisionais e transnacionais. A partir da reflexão acerca da gestão do espaço-tempo prisional e transnacional, mostro como mães se tornam capazes de exercer o cuidado presencial materno onde seus corpos não estão.

Por fim, no quinto e último capítulo exploro as redes de cuidado a partir da produção e entrega de vídeo-cartas, executadas por mim, entre seis *africanas* e seus familiares residentes em Maputo e Joanesburgo. Com base nesse experimento etnográfico, retomo alguns pontos já debatidos em capítulos anteriores, mas, agora, a partir das relações articuladas, sobretudo, por, e em torno, dos familiares residentes do outro lado do atlântico. Procuo ampliar a compreensão da experiência prisional de *estrangeiras* através da criação desse novo “vaso comunicante”, atentando para o modo como as ações e relações mediadas por e através de mim no encontro com os familiares efetuam fios de cuidado que nutrem presas e prisão numa escala transnacional.

Parte I: De fora para dentro

Capítulo 1: Quando não nacionais emergem como *estrangeiras*

Lamento a chegada de Chanida. Não porque eu não a queria atender, eu nem sequer a conheço. Na verdade, lamento a interrupção da conversa com Fátima. Boa de papo, a narrativa dessa *portuguesa cabo-verdiana* é rica, envolvente e irônica. Nem havíamos saído das novidades semanais que comumente introduzem nossas conversas e eu ainda ansiava ouvir sobre os últimos episódios da circulação de seus quatro filhos entre parentes residentes em Paris, Lisboa e Mindelo. Não queria pôr fim ao nosso encontro para preencher o questionário inicial de *atendimento* com a recém-ingressa *tailandesa*. Mas, para minha alegria, percebo que ela não está acompanhada de sua tradutora. Ganho, então, alguns instantes com Fátima e, ainda, aproveito para observar Chanida de longe.

Presa no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, acusada por tentar atuar como *mula* no transporte internacional de cocaína, a *tailandesa* trazia no corpo e no olhar a expressão máxima do termo estrangeiro (do latim *extranĕus*: estranho, de fora). Estava desajeitada, fora de contexto. Seus braços não se confortavam em nenhuma posição. Seus olhos exalavam insegurança e ansiavam observar – mas podia? Era incontrolável, assim como o desvio fugidio quando os seus se encontravam com os de outrem. E os idiomas? Perguntei-me. Conseguiria ela distinguir os ritmos dos diferentes idiomas emitidos por tantas bocas ao mesmo tempo? Não sei. Lamentei por Chanida. Estar presa e, ainda, num país exterior significa atravessar apenas um dos portões de acesso ao desconhecido e, por vezes, temido universo prisional paulista.

Mas ela teve sorte. Foi recebida por veteranas *tailandesas* que já estiveram em sua pele. Contar com a ajuda e o conhecimento de conterrâneas mais experientes é um cuidado que muitas *estrangeiras*, porém, nem todas, podem desfrutar. Na PFC, as veteranas atuam como verdadeiras tradutoras: com base em suas experiências em dois universos distantes e distintos, o de origem e o prisional, elas criam canais de comunicação que permitem às recém-ingressas um mínimo grau de compreensão da (e inserção na) vida na PFC. Cabe às veteranas apresentar e tornar legível às novatas não apenas o português, mas também o conjunto de leis (estaduais,

federais, internacionais e *do crime*), práticas, condutas e regras (prisões e prisioneiras) acionadas e manipuladas por agentes cujos interesses e necessidades estão fortemente marcados por seus respectivos poderes e posições intramuros. Tudo isso, numa unidade prisional onde estão em jogo pelo menos duas gramáticas diferentes, mas não necessariamente contraditórias, de crime e castigo, a do PCC e a da PFC, e onde cerca de oitocentas presas de mais de 60 nacionalidades se relacionam entre si e com funcionários que, em sua esmagadora maioria, não dominam nenhuma outra língua além do português.

Supansa chega – eis a veterana *tailandesa*, presa há quase cinco anos, que será a tradutora da conversa entre Chanida e eu. Volto-me para Fátima e, com o simples levantar da cadeira, interrompo sua fala. Sugiro colocar seu nome na lista de *atendimento* da semana seguinte para seguirmos a conversa, o que ela concorda e me agradece. Despedimo-nos com um abraço apertado... para nunca mais. Na mesma semana, Fátima será contemplada com o regime semiaberto e transferida para uma penitenciária do interior paulista. Dela, ficar-me-á uma fotografia e as tantas conversas com as quais nutrimos nossa parceria – tão tenaz e tão tênue – ao longo de três anos. Um misto de alegria e tristeza me toma na banalidade de quem faz a pesquisa e a si mesma no alinhavar dos fragmentos das mulheres que chegam e que partem dos *atendimentos*.

Junto-me às duas *tailandesas*. Início com uma conversa introdutória para saber brevemente como anda a vida da Supansa. Em seguida, faço a apresentação de praxe para Chanida sobre o trabalho do ITTC, ressaltando a importância do mesmo na mediação das *estrangeiras* com a administração da unidade e o “mundo exterior”. Supansa traduz minha apresentação e, pelo tempo longo tempo que leva, possivelmente oferece à Chanida informações adicionais. Assim que silencia, explico que o questionário a ser respondido pela novata tem como intuito a obtenção de informações pessoais a serem utilizadas por nós em futuros *atendimentos* e pelo defensor público que fará a sua defesa no julgamento criminal e a encontrará somente no instante da audiência¹⁹ – isto é, caso ela não queira ou não possa arcar com os custos de um advogado

¹⁹ Em função do baixo número de defensores públicos para realizar a defesa técnica de pessoas acusadas de cometerem crimes, o encontro entre eles e presas costuma se dar apenas no instante mesmo da audiência. Isso ficou muito bem expresso no documento final do projeto “Tecer Justiça: presas e presos provisórios da cidade de São Paulo”, realizado pelo ITTC e a PC Nacional, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Cito aqui o trecho em que o assunto é abordado: “[...] no estado de São Paulo, vale lembrar, o número de defensores públicos não chega sequer a um quarto daquele de promotores de justiça ou de juízes” (Martins, 2012:10). Mais adiante, afirma-se que: “Muitas vezes, o primeiro contato entre defensor lotado na vara e acusado coincide com a realização da audiência de instrução, debates e julgamento, que pode vir a acontecer meses após a prisão. Não raro esse primeiro encontro é também o único, o que suscita questionamentos quanto à prestação de uma defesa técnica integral” (ITTC e Pastoral Carcerária, 2012: 14). Frente a essa conjuntura, o ITTC promove a aplicação dos questionários no intuito de fornecer informações básicas à Defensoria Pública e dispor de dados básicos para

particular, tal como ocorre na maioria dos casos. Deixo claro que Chanida não é obrigada a responder a todas as perguntas ou mesmo ao questionário como um todo, se não quiser. E enfatizo que, apesar da importância das informações nele registradas, o oferecimento de nossa assistência não está condicionado ao seu preenchimento. Supansa traduz e Chanida assente em silêncio com a cabeça.

Iniciamos o questionário. Informações pessoais, familiares e profissionais, sobre a viagem ao Brasil, o delito e a prisão compõem os temas de interesse. Entre perguntas e respostas, a dupla tece diálogos em tailandês que me lançam para fora da conversa. Respeito. Eventualmente, minha atenção é capturada por outras *estrangeiras* presentes na sala que me cumprimentam, segredam-me novidades, cobram-me demandas feitas em *atendimentos* anteriores, pedem para eu enviar *e-mails* urgentes e tiram dúvidas. Quando retorno às duas, desfruto do ritmo e da sonoridade do tailandês, da expressão corporal das falantes e das particularidades de suas respectivas posturas.

De um lado, observo o evidente desconforto de Chanida com a elaboração explícita das respostas diante de mim. Parece se sentir nua, como se estivesse descortinando os segredos mais íntimos de sua vida. Seus olhares desconfiados e fugidios parecem ansiar me perceber e encontrar as respostas mais adequadas naquele contexto. De outro lado, vejo sinais da familiaridade de Supansa com o universo prisional. A veterana interage com Chanida como se eu não estivesse ali na frente – e, em certa medida, não estou: o tailandês erige barreiras entre nós. Depois, naquilo que me faço presente – ou seja, enquanto membro de uma organização de direitos humanos a pronunciar perguntas e registrar respostas – não me apresento como uma ameaça. Não para Supansa, ao menos. Após cinco anos de prisão, ela bem sabe que a equipe do ITTC não tem qualquer pretensão em investigar suas versões explicitamente negociadas.

Mas eu, enquanto pesquisadora, sim, tenho todo interesse. Não numa investigação policial, mas numa “investigação” etnográfica. Quero observar os processos de negociação e construção das informações que compõem o perfil *das estrangeiras* em meio aos jogos de saber-poder. Mais ainda, quero entender de que modo os questionários fazem parte do processo de iniciação das *estrangeiras* dentro da PFC. E na melodia do tailandês, em composição com os gestos, olhares e palavras a mim compreensíveis (tais como, nomes próprios de lugares e pessoas, palavras de origem inglesa internacionalizadas e gírias, digamos, do universo intramuros), esforço-me para acompanhar o movimento das duas na elaboração das melhores repostas num

melhor assistir cada uma das *estrangeiras*.

explícito processo de constituição dessa *estrangeira*. Conto a meu favor com a experiência acumulada de preencher centenas desses questionários, bem como de acompanhar, ao longo dos anos de trabalho voluntário e de campo, a vida de muitas dessas mulheres dentro e fora da prisão.

E é com base nessa experiência acumulada que proponho tomar como foco deste capítulo o processo de constituição das *estrangeiras* em duas dimensões: a primeira, mais quantitativa, apresenta um perfil dessa coletividade presa no estado, a partir de alguns dados dos questionários do ITTC²⁰; a segunda, qualitativa, trata da entrada das noviças não nacionais na dinâmica intramuros. Meu objetivo é apresentar características gerais dessa população encarcerada, problematizando, sempre que possível, os dados e as circunstâncias em que estes foram construídos. É igualmente de meu interesse refletir, ainda que brevemente, sobre o modo como se dá a inserção dessas mulheres numa unidade prisional brasileira.

Não é demais afirmar que a constituição dos agentes sociais tem sido pensada, nesta tese, à maneira de Scott (1998: 304), isto é, a partir do princípio de que eles não são indivíduos que têm experiência, mas sim sujeitos constituídos pela experiência. E, se o objeto de análise em questão é a experiência prisional das *estrangeiras*, impõe-se então investigar a emergência dessas mulheres enquanto tais na dinâmica intramuros. Para tanto, busco explorar aquilo que

²⁰ Meu interesse na elaboração do perfil adveio, em princípio, de certo desconhecimento acerca dessa coletividade no cenário prisional brasileiro. Ciente desse desconhecimento e da importância (em termos numéricos e políticos) do estado de São Paulo nas diretrizes da administração penitenciária de todo o país, tabulei todos os questionários aplicados pela equipe do Instituto, entre abril de 2007 e maio de 2010, junto às recém-presas na PFC, ainda em cumprimento de prisão provisória. No total foram 208 questionários em três versões distintas: 124 da quarta e última versão (60%), 40 da segunda (19%), 31 da primeira (15%) e 13 da terceira versão (6%). Como a maioria dos questionários preenchidos é da última versão, optei por tomá-la como guia de tabulação (ver modelo em Anexo 2). Portanto, as questões de meu interesse que aparecem apenas nela terão um percentual significativo na categoria “não consta”, dado que não estão disponíveis nas versões anteriores. É importante ressaltar, contudo, que esses questionários não estão voltados aos interesses de minha pesquisa, o que acarreta algumas consequências. Uma delas diz respeito aos tipos de dados apresentados adiante. Nem todas as questões do questionário foram tabuladas. Algumas foram consideradas pouco relevantes para a pesquisa, enquanto outras, se apresentadas aqui, poderiam contribuir menos para o trabalho antropológico do que para o policial/investigativo. Nesses casos, ficaram fora de análise. Por outro lado, temas que poderiam ser relevantes para a pesquisa, tais como aqueles sobre as noções das *estrangeiras* referentes à raça, classe, religião, etnicidade e ao próprio tráfico de drogas, não foram contemplados nos questionários. Consequentemente, não foram integrados aos dados quantitativos. Uma segunda consequência de se utilizar os questionários do ITTC refere-se às implicações do contexto do *atendimento* na produção do perfil das *estrangeiras*. Os dados apresentados a seguir são fruto de respostas estrategicamente elaboradas e politicamente interessadas, o que me coloca diante do desafio de apresentá-los por meio de sua exposição contextualizada. Para ser mais precisa, o fato das entrevistas serem realizadas junto a presas provisórias, na atuação de uma ONG de direitos humanos, para fins assistenciais e judiciais e sob a orientação de conterrâneas veteranas, requereu de mim a contínua explicitação e análise do contexto de trabalho voluntário e de campo, bem como dos usos e sentidos que certos dados podem ter no processo de inserção das novatas na rotina intramuros. Obviamente, respondo pela autoria das interpretações que retiro desse material, não estando a equipe do ITTC responsável pelas mesmas. Por fim, apenas um comentário acerca da abrangência do perfil traçado: uma vez que a PFC é a unidade onde se concentra a quase totalidade das não nacionais em cumprimento de pena de prisão no estado de São Paulo, é possível tomar o perfil encontrado nessa unidade como o perfil de todo o estado.

Carlos Sautchuk (2007) denominou de praxiogenética, isto é, o estabelecimento dos sujeitos através das práticas, a sua gênese através do engajamento corporal e subjetivo em ações específicas. Afinal, conforme argumento, são as ações (imersas em composto de relações) que fazem das não nacionais *estrangeiras* no fazer cotidiano da prisão.

Como comentado no episódio do preenchimento do questionário de Chanida, o ingresso das *estrangeiras* na unidade não é garantido apenas pelo aprisionamento e o passaporte de outra nacionalidade. Embora estes sejam elementos cruciais para tanto, eles constituem apenas o cartão de embarque para a dinâmica intramuros. Em outros termos, estar presa num país exterior não transmuda automaticamente as não nacionais em *estrangeiras*. E apesar de elas receberem essa nomeação assim que adentram a prisão, é preciso se articularem nas articulações dos agentes que fazem a unidade cotidianamente para emergirem enquanto tais. Através de interações como aquela ocorrida entre Chanida e Supansa na interação comigo, pude observar de que modo as recém-ingressas se engajam em práticas pedagógicas que as ensinam a se fazerem *estrangeiras*, quer dizer, de que modo elas desenvolvem habilidades²¹ para se constituírem nas, e através das, relações desde uma posição bastante demarcada na experiência do aprisionamento.

Ao que meus dados sugerem, não lhes resta outra saída: ou se fazem *estrangeiras* nas práticas cotidianas ou são postas para fora do jogo; ou aprendem a agir mais ou menos de acordo com uma não nacional sobre determinadas contingências ou são retiradas de celas, pavilhões ou até da própria unidade. Obviamente que os ordenamentos regentes lá dentro são porosos e plásticos, o que abre margens para contínuas negociações, ressignificações e novas ações, como veremos ao longo da tese. Mas há limites. E, dependendo das circunstâncias, das razões e dos interesses em jogo, articulações malfeitas ou ações consideradas mal efetuadas podem gerar o banimento parcial ou total de uma presa do convívio intramuros e extramuros, tendo como ponto máximo dessa eliminação a sua própria morte.

Além dos processos de constituição de *estrangeiras*, há ainda um ponto a ser discutido neste capítulo: a minha inserção no trabalho voluntário e de campo. Se a inserção e a emergência dessas mulheres na dinâmica intramuros estão inscritas em um complexo de relações do qual faço parte, e se este complexo está sendo mapeado desde minha atuação no ITTC, pareceu-me relevante também fazer uma rápida incursão em meu próprio ingresso na di-

²¹ Tomo de empréstimo a noção de habilidade (*skill* no original em inglês) proposta por Tim Ingold (2000) para quem esta não é uma propriedade do corpo humano individual (enquanto entidade biofísica), mas do campo total de relações constituído pela presença de todo o ser orgânico (indissociavelmente mente e corpo) num ambiente ricamente estruturado. Resultado da conjugação de percepções e ações que entram no desempenho de um gesto, as habilidades são aprendidas através da “educação da atenção”, quer dizer, da experimentação guiada por alguém mais experiente num ambiente organizado.

nâmica intramuros. Em outras palavras, se as relações centrais desta etnografia são resultantes de meu engajamento em atividades políticas, nada mais coerente do que voltar-me brevemente para minha entrada nelas. Já adianto, todavia, que essas reflexões em nada se confundem com um exercício narcísico ou com a exposição de uma possível identificação com o ponto de vista nativo (Favret-Saada, 2005). Tampouco se assemelha a uma descrição pró-forme da “aventura etnográfica”. Partindo da ideia de que o conhecimento antropológico é relacional e situado, procuro expor o lugar de onde construí minha “objetividade etnográfica” (Almeida, 2003). Pois, só assim acredito ser possível realizar uma apresentação das *estrangeiras*, de fato, contextualizada.

1.1. Perfil contextualizado das *estrangeiras*

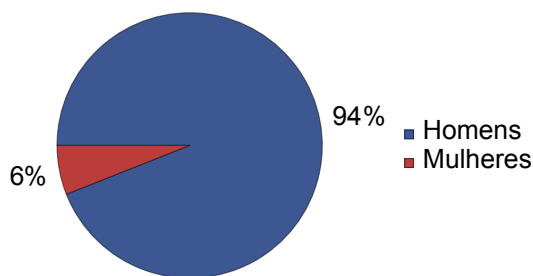
Segundo dados publicados pelo InfoPen, em dezembro de 2009, dos 417.112 presos custodiados no sistema penitenciário de todo o país, 94% eram homens e 6% mulheres. Destes presos, a população estrangeira não chegava a 1% (3.155 pessoas), sendo 76% homens e 24% mulheres. O estado de São Paulo²² era, naquela altura, responsável por 154.515 desses presos, ou seja, 37% da população carcerária total do país, sendo 5% mulheres e 95% homens. Desta, a população estrangeira encontrava-se sobrerrepresentada com pouco mais da metade (58%) encarcerada em todo o Brasil. Eram, de acordo com os dados do InfoPen (dez. 2009), 1849 presos originários do exterior, dos quais 75% eram homens e 25% mulheres.

Interessante observar que a representatividade das mulheres na população carcerária estrangeira tanto no estado de São Paulo quanto em todo país é, em termos percentuais, significativamente maior do que aquela que compõem o total da população carcerária em um e outro casos, tal como podemos observar nos gráficos a seguir. Se levarmos em conta que a massiva maioria das *estrangeiras* presas na PFC é acusada de (e condenada por supostamente) tentar transportar droga (geralmente para fora do Brasil e sempre na condição de *mula*), sua maior representatividade pode apontar para uma dupla feminização: da atividade em si e da criminalização da atuação das mulheres nela. De acordo com algumas autoras alinhadas ao feminismo transnacional (Sudbury, 2005a, 2005b; Angel-Anjini, 2005; Díaz-Cotto, 2005), essa

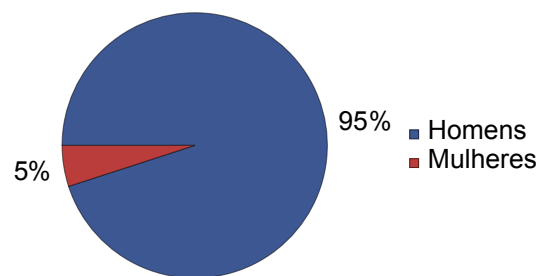
²² Segundo Natalia Negretti (2015), dados apresentados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP/SP) mostram que o sistema prisional do Estado de São Paulo tinha em 2015, seis anos após os dados citados no corpo do texto, mais de 200.000 presos(as) sob custódia, número que representa cerca de um terço da população carcerária brasileira, para as 123.458 vagas disponibilizadas em 161 unidades prisionais espalhadas pelo estado. Destas unidades, geridas pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), 15 são Centro de Progressão Penitenciária; 41 Centro de Detenção Provisória; 22 Centro de Ressocialização; uma unidade de Regime Disciplinar Diferenciado; 79 penitenciárias; e três hospitais penitenciários. No total, há 35.803 funcionários, sendo 24 mil agentes penitenciários.

feminização decorre, em diferentes partes do mundo, não apenas de uma possível intensificação da atuação das mulheres no denominado tráfico internacional de drogas, mas também, e, sobretudo, dos tipos de políticas antidrogas adotados por órgãos de controle e segurança centrados na apreensão de *mulas*. Um aumento que se vincula muito fortemente às desigualdades, às transformações das políticas e práticas de controle e penalização dos estados-nação e à regulação da pobreza (orientada em termos raciais, étnicos e/ou nacionais) em escala transnacional, o que acaba afetando fortemente as estrangeiras/migrantes (Wacquant, 1999).

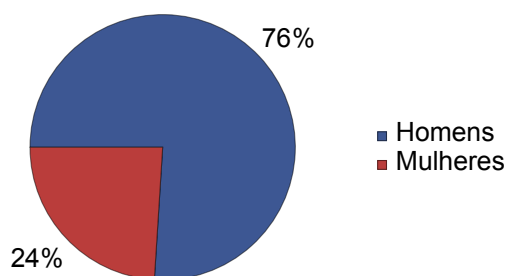
**População carcerária
no Brasil**



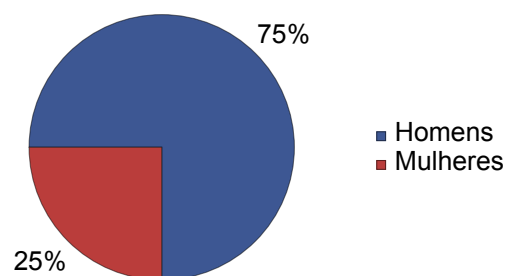
**População carcerária
em São Paulo**



**População estrangeira
carcerária no Brasil**



**População estrangeira
carcerária em São Paulo**



Fonte: dados InfoPen, dez. 2009

De acordo com meus dados de campo, essa feminização não significa maior atuação das (ou controle sobre as) mulheres no mercado internacional de drogas. Ao longo do meu trabalho voluntário, a possibilidade de certa predominância feminina na atuação de *mula* em comparação à masculina logo se tornou insustentável diante das falas dos agentes intramuros e dos números (absolutos) de homens e mulheres não nacionais presos no estado de São Paulo

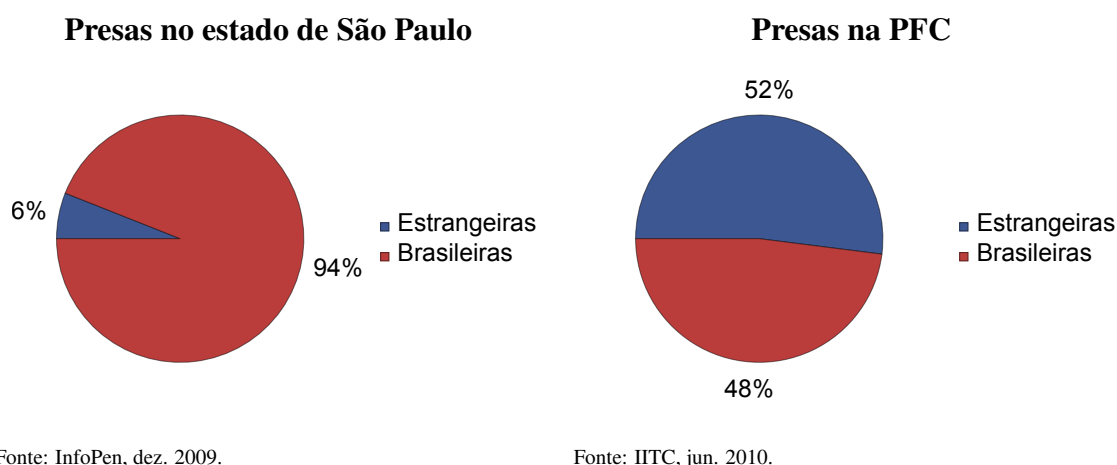
– algo também constatado em outros contextos prisionais, tais como o equatoriano (Angarita, 2008) e o mexicano (Campbell, 2008). Nunca ouvi de diretoras do ITTC, funcionários da prisão, defensores públicos e as próprias *estrangeiras* afirmarem que o aliciamento de mulheres era maior do que o de homens. O que eu costumava ouvir era uma explicação adicional à feminização da prática do transporte de drogas. Mais precisamente, dizia-se que o aumento de seu aprisionamento estava associado ao aumento de seu recrutamento, quando o seu estereótipo, sobretudo o das grávidas, enquanto figuras doces e dóceis, ainda as mantinha com maiores chances de se manterem fora do escopo dos principais suspeitos no desempenho do tráfico. Ademais dados da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, publicados em setembro de 2009, apontavam para uma população não nacional masculina quase três vezes maior do que a feminina – 447 *estrangeiras* presas para 1295 *estrangeiros* presos.

Mas isso não exclui, em absoluto, a possibilidade de haver diferenças estruturais na incursão de homens e mulheres em certas funções do tráfico internacional de drogas. O fato, por exemplo, de as *estrangeiras* continuamente fazerem referência aos chamados *nigerianos*²³ como uma espécie de traficante responsável pela logística de todo o transporte sugere a permanência dessa diferença, mesmo diante da possibilidade de uma simetrização do recrutamento de homens e mulheres para o transporte de drogas na função de *mula*. Tal dado ecoa nas reflexões de Fleetwood (apud Angarita, 2008), segundo a qual, no contexto penitenciário equatoriano, o gênero opera uma forte diferenciação nas experiências de mulheres e homens no que diz respeito às possibilidades de ascensão na rede do tráfico de drogas. Enquanto mulheres atuam quase exclusivamente como *mulas*, homens encontram maiores chances para desempenhar papéis intermediários. Harper, Harper e Stockdale (2002) seguem nessa mesma direção e, numa análise demográfica sobre a população presa por droga em Londres, apontam para o fato de as mulheres assumirem maiores riscos ocupando posições mais subordinadas no tráfico. Embora meus dados não me permitam afirmar sobre maiores ou menores riscos das *estrangeiras*, é fato que elas ocupam posições subordinadas no mercado de drogas. Voltaremos a esse assunto adiante.

Restringindo o foco às 8.073 mulheres presas no estado de São Paulo, verifica-se mais uma sobrerrepresentação quando o assunto são as *estrangeiras* presas na PFC. Essas cons-

²³ *Nigerianos* é o termo comumente utilizado para se referir à coletividade de homens negros, em geral, africanos, mas não necessariamente nascidos ou oriundos da Nigéria, que mobilizam essa nacionalidade como tática para o recrutamento de *mulas*. Aproveitam da imagem que tal denominação tem associada ao tráfico para preservarem suas verdadeiras identidades. Aproveitam também de características positivas associadas à masculinidade dos homens dessa nacionalidade no flerte com mulheres para legalizarem sua condição de estrangeiro no país onde atuam por meio de namoros, casamentos e filhos com as nacionais. Para mais detalhes acerca dessa coletividade, sugiro ver: Navarrete (2015).

tituem apenas 6% da população carcerária feminina do estado, enquanto na Penitenciária Feminina da Capital totalizam pouco mais de 50% do universo de mulheres ali presas. Em junho de 2010, seis meses após a publicação dos dados do InfoPen, essa unidade comportava o total 772 presas, sendo 405 (52%) *estrangeiras* e 367 (48%) *brasileiras*. Para se ter uma ideia do enorme crescimento da população não nacional em menos de duas décadas, em 1997 havia cerca de 40 não nacionais presas no estado de São Paulo, estando todas elas concentradas na antiga Penitenciária Feminina do Tatuapé/SP²⁴.



A atual disparidade decorre de uma política que começou a ser gerida pela SAP em 2008, tendo como uma de suas ações a reunião da população carcerária não nacional em uma só unidade prisional. Segundo Michael Nolan, então presidente do ITTC, a concentração de *estrangeiras* e também de *estrangeiros* numa única unidade prisional feminina e masculina, respectivamente, tem sido tendência dos órgãos penitenciários dos estados brasileiros para facilitar a gestão de demandas específicas advindas dessa população. Em São Paulo, a unidade feminina é a Penitenciária Feminina da Capital e a masculina é a Penitenciária Cabo Marcelo Pires da Silva, conhecida também como Penitenciária do Itaí, nome da cidade onde se encontra localizada. Em 2013, esta unidade abrigava 1.383 não nacionais, sendo 85% deles presos por tráfico internacional de drogas (Navarrete, 2015).

Na PFC havia mulheres de 62 nacionalidades, além da brasileira, registradas pelo setor de Inclusão da unidade, em junho de 2010 (para lista completa, ver Anexo 3). Na tabela a seguir, disponibilizo, em ordem decrescente, as 15 nacionalidades mais numerosas, que

²⁴ Este dado foi fornecido por Michael Nolan, uma das fundadoras e presidente do ITTC, e pode ser checado em entrevista, disponível *online*, com Sonia Drigo (Vasconcelos, 2013), cofundadora e ex-presidente dessa mesma ONG.

representavam 72% do total de *estrangeiras* presas nesta unidade naquela altura:

Tabela 1: países de origem (Fonte: PFC, jun. 2010).

País	Mulheres	Percentual
África do Sul	56	13,93%
Bolívia	52	12,94%
Angola	31	7,71%
Espanha	26	6,47%
Filipinas	18	4,48%
Tailândia	17	4,23%
Paraguai	15	3,73%
Peru	13	3,23%
Cabo Verde	10	2,49%
Romênia	10	2,49%
Bulgária	9	2,24%
Malásia	9	2,24%
Alemanha	8	1,99%
Guiné	7	1,74%
Nigéria	7	1,74%
Total (parcial)	288	71,64%

Em termos de origem continental, a África ocupa o primeiro lugar do contingente estrangeiro preso na PFC, com 33% do total das 402 *estrangeiras*, seguida da América, com 28%, da Europa, com 25%, e da Ásia, com 12%. Não se pode descartar a possibilidade de algumas das nacionalidades constantes na penitenciária estarem sub ou sobrerrepresentadas, dado o uso de passaporte falso por parte de uma parcela dessas mulheres. Contudo, essa alteração tende a ocorrer nos limites dos continentes de origem. Ou seja, embora o uso de nacionalidades falsas (ou, muitas vezes, apenas de nomes falsos) seja uma prática relativamente recorrente no transporte internacional de cocaína, a configuração populacional por continente costuma condizer com a verdadeira origem regional das *estrangeiras*.

Quando a falsificação não é identificada pela polícia, as *estrangeiras* são registradas no sistema da penitenciária com o nome e a nacionalidade do passaporte falso apreendido. Assim, acabam ficando conhecidas com essa identidade *lá dentro*, ainda que na maior parte das vezes suas *parceiras* mais próximas fiquem sabendo do segredo. Nem sempre é intenção da *estrangeira* revelar sua verdadeira identidade às demais, mas também nem sempre é possível escondê-la delas, especialmente porque veteranas acumulam um conjunto de saberes sobre as práticas comumente adotadas no transporte internacional de drogas. Mas tudo isso só ocorre quando as falsificações não são descobertas pela polícia ou pela justiça durante o julgamento

ou, posteriormente, ao longo do cumprimento de pena na prisão. Nesses casos de descoberta, a mulher tende a receber penas mais longas pelo crime de falsificação, art. 297 do Código Penal brasileiro (Brasil, 2008), e sua verdadeira identidade passa a vigorar publicamente entre todos os agentes sociais.

Durante meu trabalho voluntário e de campo, nunca conheci sequer uma *estrangeira* registrada na lista da penitenciária ou nos questionários do ITTC com mais de uma nacionalidade. Apesar disso, é muito comum ouvir falar de nacionalidades compósitas, especialmente entre aquelas de origem ou descendência africana – *portuguesa cabo-verdiana, holandesa sul-africana, angolanas do Congo, inglesa nigeriana*. Algumas dessas categorias serão objetos de reflexão no segundo capítulo. Por ora, basta destacar que essas nomeações tendem a ser mobilizadas consoante as circunstâncias e os interesses em jogo, podendo variar de acordo com o país de nascimento, de refúgio, de origem da família (e que marca seu universo cultural cotidiano), de residência ou dos documentos que utilizava ao ser presa (que podem ser falsos ou não).

Quanto à questão linguística, nos 208 questionários tabulados, foram registradas 32 línguas faladas pelas *estrangeiras*, dentre as quais o inglês ocupava o primeiro lugar com 30%, seguido do espanhol com 20%, português 11% e francês 7% (para lista completa, ver Anexo 4). A predominância dessas quatro línguas está diretamente ligada à história colonial dos muitos países lá dentro representados. Enquanto instrumento do imperialismo europeu, foram oficializadas em suas diversas ex-colônias. E, mesmo quando este não é o caso, ou seja, mesmo quando a língua materna da entrevistada não se encontra entre uma das quatro, ainda podem ser assim citadas em função de seu status e de sua maior potencialidade comunicativa dentro da prisão. Uma *portuguesa cabo-verdiana* falante de francês, por exemplo, ganha certa distinção em relação às demais e maiores possibilidades de interação e articulação com agentes sociais. Ademais, não se pode esquecer que o questionário estava destinado, sobretudo, a profissionais que raramente falam outras línguas além destas, podendo as noviças (sob a orientação das veteranas) não verem sentido na citação de suas línguas maternas – a não ser que nós, no momento do preenchimento do questionário, insistíssemos na questão.

No que diz respeito à idade, elaborei uma tabela que apresenta as faixas etárias de *estrangeiras*, tendo como base as faixas da população carcerária feminina do estado de São Paulo, publicada pelo InfoPEN. Procurei seguir os intervalos de idades utilizados por este sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro para viabilizar uma análise comparativa.

Tabela 2: faixa etária (Fonte: questionários do ITTC, 2008-2010 e InfoPen, dez. 2009).

Faixa etária	Presas estrangeiras (%)	Presas no estado de SP (%)
Entre 18 e 24	27%	19%
Entre 25 e 30	25%	22%
Entre 30 e 35	19%	19%
Entre 35 e 45	20%	27%
Entre 45 e 60	8%	12%
De 60 em diante	1%	1%
Total	100%	100%

Como podemos observar, a população não nacional é relativamente mais jovem do que o total da população feminina do estado de São Paulo: a faixa etária que concentra o maior número de *estrangeiras presas* na PFC é entre 18 e 24 anos, com 27% do total de 208 entrevistadas, enquanto na população total do estado a principal faixa é entre 35 e 45 anos, também com 27% do total das 7151 presas. Apesar dessa diferença, tanto no grupo das *estrangeiras* quanto no das presas no estado de São Paulo, pouco menos da metade delas (41% na população prisional feminina e 44% nas *estrangeiras* da PFC) tem idade entre 25 e 35 anos. No período de tabulação dos questionários (junho de 2010), a não nacional mais jovem tinha 19 anos (e era uma *belga* branca) e a mais velha, 62 (e era uma *sul-africana* também *branca*).

Quanto ao estado civil, verifica-se o seguinte quadro: 33% das *estrangeiras* declararam ser solteiras, 20% separadas, 18% casadas, 9% viúvas e 2% não se encaixaram em nenhuma destas opções (entraram na categoria “outros”). Chamo atenção aqui para o fato de que, se somarmos os percentuais de todas as opções, veremos que estas totalizam 82%. Os 18% faltantes responderam às duas versões mais antigas do questionário, nas quais não consta tal questão. Além disso, é preciso ponderar a situação “informal” dos casamentos. O modo como a questão foi formulada no questionário²⁵ não me permitiu identificar o percentual daquelas que vivem em uniões estáveis: estas puderam se apresentar como casadas, solteiras ou mesmo na categoria outros, dependendo dos entendimentos no momento da entrevista. Com base nas entrevistas que realizei, é possível afirmar que a maior parte das noivas que viviam em uniões estáveis optou pela categoria “casada”.

Com relação à maternidade, 76% declararam ser mães. Destas, 26% tinham apenas 1 (um) filho, 22% tinham 2 (dois), 10% tinham 3 (três) filhos, 6% tinham 4 (quatro), 6% tinham 5 (cinco) e, por fim, 6% mais de 5 (cinco) filhos. As perguntas que concernem aos filhos

²⁵ A questão foi formulada da seguinte maneira: “Você é: Solteira () Casada () Desquitada () Viúva () Outros _____ Não respondeu ()”.

costumam ser o momento mais delicado das entrevistas, quando as *presas* choram e desabafam angústias associadas ou não a eles. Ou seja, a condição materna surge, nesse primeiro contato das noviças com ITTC, como foco ou meio para o universo dos afetos e sentimentos, constatação que sugere a importância dessa questão na experiência prisional dessas mulheres e que será discutida, sobretudo, no terceiro e quarto capítulos.

Se cruzarmos a maternidade com o estado civil, veremos que, com exceção da categoria “outros” marcada por apenas três entrevistadas, o menor percentual das que afirmaram ter filhos é de 59,4%, entre as solteiras, e o maior é de 100%, entre as viúvas.

Tabela 3: mulheres com filhos consoante o estado civil (Fonte: questionários ITTC, 2008-2010).

Estado civil	Das quais com filhos
Casada	92,1%
Separada	92,8%
Solteira	59,4%
Viúva	100%
Outros	33,3%
Não Consta ²⁶	66,6%

A tabela 4, a seguir, refere-se aos 76% das *estrangeiras* que disseram estar envolvidas em alguma atividade remunerada quando decidiram realizar a viagem durante a qual foram presas. Embora esse percentual possa estar sobrerrepresentado em função do interesse de uma parcela das mulheres em registrar uma boa imagem às instâncias institucionais através da imagem de “mulher trabalhadora” ele nos permite vislumbrar alguns trânsitos por entre os mercados legais/ilegais (Hirata, 2010). Destas, 29% declararam ser “comerciantes”, seguidas das atuações como “garçonetes”, com 6%, “assistentes pessoais” (babás ou cuidadora de idosos) e “faxineiras/domésticas”, ambas com 5%, além daquelas que alegaram exercer duas ou mais atividades, com 6%.

Ressalto aqui a disparidade que marca a categoria “comerciantes” em relação às demais categorias. As declarantes “comerciantes” atuam no setor comumente denominado de “informal”²⁷ e são oriundas, em ordem numérica decrescente, da África (32 presas), da América

²⁶ O alto percentual da categoria “não consta” se deve ao fato de 18% das entrevistadas responderem a versões antigas do questionário, nas quais não havia qualquer pergunta sobre o estado civil.

²⁷ O uso do termo “informal” refere-se às práticas marcadas pela ausência de controle regulamentar do Estado, o que não significa, em absoluto, ausência de regulamentação. O mercado “informal” costuma estar pautado por um conjunto de regras ditadas pela imbricação da regulamentação estatal com as relações familiares, econômicas, comerciais, de vizinhança, de gênero, raciais, étnicas e/ou regionais, embora se encontre fora da alçada de regulação do Estado. Para uma discussão sobre as definições de “formal” e “informal”, sugiro ver: Cacciamali, 1983; Castells, Portes 1989; Dedecca, 1990; Misse, 1997; Malaguti, 2000; Noronha, 2003; Smith, 2006.

do Sul (31) e da Ásia (16). Dentre elas, a maioria afirmou vender mercadorias em suas casas, nas casas de clientes ou em mercados de rua. Quando o local de venda são os mercados de rua, os produtos vendidos podem variar: peixes, verduras, refeições ou roupas e cosméticos; mas quando o local são as casas (seja as delas ou as de clientes), tendem a vender roupas, cosméticos, sapatos e, no caso das *africanas*, cabelo feminino. As *latinas*, em especial as *bolivianas*, afirmaram trabalhar como compradoras e vendedoras terceirizadas. Já as *africanas* e as *asiáticas* disseram atuar, na maioria das vezes, como autônomas, sendo as viagens internacionais um de seus principais meios de compra dos produtos – são as chamadas *sacoleiras*.

Tabela 4: atividades remuneradas (fonte: questionários ITTC/ 2008-2010).

Atividades remuneradas	Percentual
Comerciante	29%
Garçonete	6%
Assistente pessoal	5%
Faxineira/doméstica	5%
Empresária	4%
Cabeleireira	3%
Professora escolar	3%
Duas ou mais atividades	6%
Outros	31%
Não consta	8%
Total	100%

Essa atuação em setores “informais” da economia não parece se restringir às “comerciantes”. E não é à toa que a segunda categoria mais representativa é “duas ou mais atividades” que se combinam para sanar os poucos recursos familiares e os baixos salários. A partir dos questionários, encontramos, por exemplo, casos de comerciantes que atuavam como cuidadora de idosos ou como faxineira ou até como florista. Encontramos também cabeleireiras que vendiam mercadorias a suas clientes e conhecidas; e uma cozinheira que, além de cozinhar, trabalhava como cabeleireira e manicure, para não falar daquelas que declararam “fazer de tudo” ou “o que aparecer”.

Evidentemente todas as atividades remuneradas aqui citadas poderiam se enquadrar no denominado mercado “formal”. No entanto, segundo meus dados de campo, poucas foram aquelas que afirmaram estar inseridas parcial ou exclusivamente nele. Poucas também foram as que falaram abertamente sobre sua atuação em atividades informais ou ilegais comumente mal vistas. Apesar de algumas terem como atividade central (mas nem sempre única) a prostituição ou o tráfico de drogas, apenas uma *espanhola* declarou, no preenchimento do questionário,

atuar como prostituta. O motivo para o silêncio me parece óbvio: a busca pela construção de uma imagem fora de possíveis estigmas. Para quase a totalidade delas, não há qualquer vantagem em se autodeclarar prostituta ou *mula* quando se sabe que esta e outras informações poderão ser mobilizadas nas relações com agentes institucionais e, sobretudo, em ocasiões como o julgamento. Muitas chegam a mobilizar discursivamente a opção pelo transporte de droga como uma alternativa moralmente mais válida do que a prostituição²⁸. Afinal, estar presa já parece suficientemente estigmatizante.

A partir de noções como *erro* e *deslize*, 95% das *estrangeiras* declararam terem sido presas por tráfico de drogas (na função de *mula*), 3% por passaporte falso, 1% por outros crimes e 1% não respondeu²⁹. O altíssimo índice de acusadas por tráfico, quando articulado com os dados sobre as atividades remuneradas e o fato de todas elas serem presas primárias, sugere uma possível circunstancialidade e contextualidade que marca a prática do transporte de drogas em meio a um ilegalismo supranacional. A esse respeito, destaco duas pesquisas que enfatizam a relevância da intervenção feminina na dinâmica social através de práticas “informais”. Na primeira, um estudo de caso sobre as *bideiras*, vendedoras de peixes da Guiné-Bissau, Maria Manuela Domingues (2000) discute como as práticas “informais” quotidianas são parte de estratégias econômicas e sociais pelas quais as mulheres se organizam, garantem mobilidade social, negociam questões familiares e promovem o desenvolvimento endógeno e sustentado da sociedade onde vivem. Já na segunda, uma análise sobre as *rabidantes*, comerciantes cabo-verdianas transnacionais, Marzia Grassi (2002) reflete sobre o modo como as estratégias econômicas “informais” desenvolvidas por elas assumem importante papel nos processos de mudança e ascensão sociais e influenciam o caminho do desenvolvimento de seu país.

Ambas as autoras demonstram que as práticas comerciais “informais” constituem um processo fluido e dinâmico, no qual mulheres mobilizam os elementos sociais e econômi-

²⁸ Numa conversa com Adriana Piscitelli, minha orientadora, ela comentou que entre as prostitutas a mesma racionalidade estratégica pode ser acionada, porém, de modo inverso, tal qual descreve Juliano (2012): a atuação no mercado do sexo é mobilizada discursivamente como alternativa ao delito.

²⁹ Embora o tráfico de drogas esteja sobre-representado em relação ao mesmo crime cometido pela população carcerária feminina brasileira, ele faz eco à constatação de um crescente aprisionamento de mulheres acusadas de envolvimento em tal prática numa quantidade superior ao que se constata em outros tipos de delito (cf. Boiteux, Wieko, 2009; ITTC, Pastoral Carcerária, 2012; Braga, Agnotti, 2015). Mas é preciso destacar que nos dados por mim tabulado refiro-me ao crime que elas declaram terem sido acusadas e presas, antes mesmo de seus processos serem abertos. Há casos, porém, que se somam a estas outras acusações por parte da justiça de cometimento de outros crimes, tais como associação, art. 288 do Código Penal brasileiro (Brasil, 2008), e passaporte falso, art. 297 do Código Penal brasileiro (Brasil, 2008). Na maioria dos casos, elas são condenadas pela justiça federal e por tráfico internacional de drogas. Mas, dependendo do local onde foram flagradas e das provas disponíveis para a criação das versões tanto por parte da acusação quanto por parte da defesa, algumas acabam sendo acusadas e condenadas pela justiça estadual e por tráfico interestadual ou apenas tráfico de drogas.

cos disponíveis, de acordo com a situação e as oportunidades. Defendem que a participação dessas comerciantes na “informalidade” urbana não significa necessariamente uma prática de marginalização feminina, sendo os rendimentos obtidos por elas relevantes para os orçamentos familiares e a economia nacional. Isso pode se desdobrar mesmo quando há mobilização de práticas econômicas nas fronteiras entre os universos “(in)formais” e “(i)legais”. Para as *rabidantes*, por exemplo, Grassi (2002) destaca a ausência de *escrúpulos* – ou seja, a possibilidade de recorrer a atividades “ilegais”, como lavagem de dinheiro e transporte de drogas – e a capacidade de realização de viagens internacionais enquanto dois dos principais recursos utilizados por essas mulheres para obtenção de sucesso nos negócios. Imersas naquilo que Telles (2009: 156) qualificou como “um jogo situado de escalas que se superpõem e se entrelaçam nas ‘mobilidades laterais’”, essas mulheres compõem “[...] um personagem urbano cada vez mais comum, que transita nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias”.

Ao que tudo indica, o mesmo ocorre com parte significativa das *estrangeiras* presas. Envolvidas em atividades remuneradas “informais” em seus países de origem, muitas delas vêm no transporte de cocaína uma das possibilidades para manejarem os elementos sociais e econômicos disponíveis de acordo com a situação e as oportunidades. Tal possibilidade, no entanto, não deve ser reduzida somente às questões econômicas emergenciais, como bem mostra o caso de Ndzira, uma *moçambicana*, negra, cuja família teve a oportunidade de conhecer nos arredores de Maputo na ocasião da produção das vídeo-cartas, em 2012. Residindo com seus pais, a irmã mais nova, as duas filhas e duas sobrinhas numa casa de caniço composta de um quarto e uma sala-cozinha, Ndzira decidiu garantir os recursos necessários para construir uma outra, de alvenaria, para sua família. Amante do Brasil, a moça de 25 anos viu nas suas três vindas a São Paulo a oportunidade para realizar não apenas o sonho familiar de viver na casa própria de concreto, mas também o sonho pessoal de conhecer o país das suas adoradas novelas. E, de quebra, teria a chance de deslanchar sua minguada atuação como comerciante com a venda, em Maputo, das mercadorias compradas no Brás, bairro comercial localizado no centro da capital paulista.

Margarida, por sua vez, que me fez o croqui da PFC, viu na sua vinda ao Brasil a rota de fuga para seus problemas financeiros e afetivos. *Portuguesa de verdade*³⁰, branca,

³⁰ A nacionalidade adjetivada de Margarida a colocava como parte das chamadas *européias de verdade*, isto é, mulheres brancas oriundas de países da Europa Ocidental, preferencialmente filhas de pais europeus, e definidas

engenheira civil (de formação) e de classe média, como costumava se auto-definir, foi mais uma das *estrangeiras* a situar os fatores econômicos em motivações circunstanciais e contextuais para o transporte de cocaína.

Às vezes eu penso: ainda bem que eu fui presa na primeira vez. Por quê? Porque do jeito que a minha vida estava, não seria nada difícil eu ficar a fazer isto por um tempo. Primeiro, viajar para outro país com tudo pago, ficar em bons hotéis, comer em restaurantes, ir para o Guarujá, passear e, ainda, receber cinco mil euros não é nada mal. Depois, tinha lá meus problemas, eu estava muito mal. Abri uma empresa, com tudo registrado, direitinho, mas que em menos de seis meses estava a falir. Arranjei então um bico para dar aulas de informática para pelo menos pagar minhas contas de casa. Estava cheia de dívidas. Pra piorar, meu casamento estava muito mal. Briguei com meu ex- e o expulsei de casa (eu podia, eu pagava a maior parte das contas!). Trabalhava o dia inteiro para tentar salvar minha empresa, dava aulas à noite para pagar as contas de casa e ia tomar meus copos depois das aulas. Quando decidi vir, eu queria sumir! Não queria mais ver meu ex- e não queria que ele tivesse notícias de mim. Na hora de embarcar para o Brasil, pensei: “meu Deus, o que estou a fazer?”. Resolvi telefonar para ele e desistir de tudo, mas ele não me atendeu. Se ele tivesse me atendido, acho que eu não estaria aqui hoje. Mas, prontos. Deus sabe o que faz. Estou a colocar minha cabeça no lugar e quero recomeçar a vida. Se eu não tivesse sido presa, talvez estivesse a viajar por aí com droga de um lado para outro e com as contas da minha empresa todas em dia.

Além de ponderarem o modo de envolvimento feminino no tráfico de drogas para além da “vitimização” (Angel-Ajani, 2005) e da “vulnerabilidade” (Granja, 2015; Navarrete, 2015), tanto Ndzira quanto Margarida matizam o reducionismo econômico presente em alguns estudos (Sudbury, 2005; Helpes, 2014), reducionismo que, aliás, costuma ser acionado estrategicamente no jogo político prisional para justificar o envolvimento das *mulas* no tráfico de drogas. Não pretendo com isso obliterar a importância das motivações econômicas, mas antes reconhecê-la em seus meandros. Ou seja, se o fator econômico surge para a massiva maioria das *estrangeiras* como a razão mais importante para embarcar nessa empreitada, narrativas como as da *moçambicana* e da *portuguesa* nos estimulam a refletir sobre essa importância no cruzamento com uma gama de motivações e desde uma perspectiva de gênero.

O desejo de ampliar as práticas comerciais (in)formais através de compras realizadas em uma viagem internacional (sem qualquer custo de passagem e hospedagem); o sonho de

em contraste com as conterrâneas negras nascidas ou filhas de pais nascidos em algum país do continente africano (tais como as chamadas *portuguesas cabo-verdianas*). Essa clivagem no grau de autenticidade da nacionalidade, de pertencimento (pleno ou parcial) ao país de origem encontra-se marcada pela intersecção entre raça e regionalidade, não sendo, contudo, uma exclusividade do universo intramuros. Antes, parece ser tributária de uma herança colonial forjada na lógica da exclusão e que se atualiza também em outros contextos, como bem aponta Omar Thomaz (2006) numa análise acerca das relações raciais no processo de produção do “corpo nacional” moçambicano no período (pós-colonial) da guerra civil em Moçambique, até inícios da década de 1990. O autor mostra como moçambicanos de minorias excluídas reivindicam, através das narrativas de guerra, o reconhecimento de seu pertencimento simbólico e real a um país que tem nos negros os seus nacionais *autênticos*. É a disputa em torno desse pertencimento simbólico que está igualmente em jogo na clivagem apresentada pelas categorias nacionais das *européias de verdade* e de suas “outras” nacionais. Essa temática será retomada no segundo capítulo.

garantir a construção da casa para a família ou de financiar os estudos dos filhos; a urgência de arcar com os custos de tratamentos de saúde – seus³¹ ou de seus parentes; a necessidade de quitar dívidas pessoais ou familiares; a oportunidade de realizar uma viagem turística internacional (com tudo pago e uma remuneração considerada excelente), e, em menor medida, a decisão de prestar um favor ao namorado como prova de amor são algumas das recorrentes justificativas para elas se enveredarem pela desventura que as levou à prisão. Há também as motivações que não costumam ser mencionadas no momento da entrevista, dada a sua possível falta de legitimidade, tal como a necessidade de arcar com os custos do consumo de drogas ou a atuação regular e prolongada na função de *mula*.

Essa multiplicação das motivações não é exclusiva do mercado internacional de drogas e tem sido objeto de reflexão em outros contextos transnacionais. Madianou e Miller (2012), por exemplo, em uma pesquisa etnográfica multi-situada sobre as relações entre filipinas residentes na Inglaterra e seus filhos residentes no país de origem (*left-behind children*), referem-se a um conjunto delas: citam os objetivos normativos, tais quais educação dos filhos e construção da casa própria, como motivação primeira da migração laboral materna; mostram que desigualdades de gênero e violência doméstica (anteriormente abordadas por Parreñas (2001b), em sua pesquisa com trabalhadoras filipinas residentes nos Estados Unidos e na Itália) também podem surgir, embora de forma tímida e indireta. O mesmo ocorre com motivos de ordem estrutural, como o desemprego e a ausência de um Estado de bem-estar social, e com os motivos de ordem cultural, como um parentesco marcado pelo compartilhamento das responsabilidades sobre a casa e as crianças e uma prática migratória vivenciada por diferentes gerações de parentes. Por fim, ancorados nas reflexões de Constable (1999), relatam as motivações de ordem pessoal que, atreladas às anteriores, levam as mulheres a decidirem pela sua permanência no exterior. Em seu célebre artigo sobre trabalhadoras filipinas em Hong Kong, Constable aponta as oportunidades de evolução e afirmação pessoal, o status social diante da família e as dificuldades de lidar com as ambivalências do ideal materno como fatores determinantes na decisão dessas mulheres pelo prolongamento de sua migração.

Algo similar também é observado no marco da transnacionalização dos mercados do sexo (Piscitelli, Assis, Olivar, 2011). Adriana Piscitelli (2011), por exemplo, em uma pesquisa etnográfica multissituada realizada entre Brasil, Itália e Espanha, mostra como sexo, dinheiro

³¹ Em seu livro *As vozes que ninguém quer ouvir*, Ana Navarrete (2015) chega a falar sobre a existência de casos de *africanas* que veem para o Brasil interessadas nos tratamentos de HIV oferecidos pelos SUS, sendo tal interesse mobilizado, inclusive, pelos chamados aliciadores para convencê-las da realização do transporte da droga.

e afeto se articulam em circulações marcadas por gênero e por motivações que não podem ser reduzidas a meras urgências econômicas. Segundo a autora, nas relações entre brasileiras que mobilizam o sexo para *melhorar de vida* e homens estrangeiros desdobram-se diferentes trocas sexuais e econômicas cujo fim é a satisfação de necessidades e desejos de diversas ordens. Dentre essas trocas, estão: os *programas* realizados numa lógica artesanal no Brasil, as trocas sexuais e econômicas numa indústria do sexo europeia, o sexo tático voltado para a sobrevivência e o consumo e, por fim, as *ajudas* que contribuem para elas *melhorarem de vida* no Brasil, para delinearem um projeto de saída do país e para inserirem-se nos contextos migratórios no exterior. Em todas essas trocas, há uma produção de diferentes modalidades de afetos vinculados ao *respeito/consideração* e ao *amor* que impossibilita referendar a ideia homogeneizante de “novas formas de exploração sexual”.

O mesmo ocorre com as *estrangeiras* nos seus respectivos envolvimento com o tráfico de drogas. O transporte da cocaína se desdobra a partir de motivações que raramente podem ser reduzidas a questões econômicas emergenciais. Acionado para satisfazer necessidades e desejos de diversas ordens, acaba por articular não apenas práticas econômicas (in)formais e (i)legais, mas também uma diversidade de experiências que intersectam questões laborais, familiares e afetivas. Motivações que fazem do dinheiro, do amor e/ou do cuidado a sua causa interseccional legítima, impossibilitando assim a manutenção de uma imagem homogeneizante das mulheres *mulas* centrada exclusivamente na figura da vítima ou da criminosa.

Com isso não estou negando a dimensão ilegal dessa prática, estejam as *mulas* na condição de objeto ou de sujeito do crime. Não estou desconsiderando a existência das chamadas *vítimas do tráfico*, ou seja, mulheres que são usadas como meio de transporte da droga sem consentimento e remuneração e que, por vezes, sofrem coação para tanto; tampouco a das denominadas *mulas profissionais*, isto é, aquelas que, na época em que foram presas, tinham o transporte internacional de drogas como atividade remunerada regular (embora nem sempre única) e sabiam, mais do que as outras, sobre as técnicas, táticas e os riscos envolvidos nela. Ao problematizar as motivações que movem essas mulheres para e pelas redes do tráfico internacional de drogas, visio evidenciar uma produção discursiva de muitas *estrangeiras* que não permite identificá-las em categorias totalizantes. Uma produção que, de fato, pode ser criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas, mas que não deixa, por isso, de lhes oferecer diferentes possibilidades de engajamento e de sentido na função de *mula*.

Ou seja, o que estou tentando chamar atenção aqui é para a ideia de que o transporte de drogas pode estar inserido em lógicas sócio-econômicas que não são passíveis de serem compreendidas exclusivamente a partir dos limites instaurados pela regulamentação de um Estado centralizado e ordenado. É preciso colocar as noções de traficante e também de traficada para dialogar com aquilo que as *estrangeiras* estão a narrar, isto é, com outras formas de regulação que elas articulam, desde seus locais de origem e a partir de suas ações e relações (Das, Poole, 2008). Pois, só assim será possível a construção de uma abordagem do tráfico internacional atenta e sensível à complexidade e heterogeneidade das atuações dessas mulheres nos trânsitos internacionais.

Se Margarida não tivesse sido presa na sua primeira viagem, talvez estivesse a atuar como *mula profissional*, tal qual Patrícia, uma *sul-africana branca*³², de 23 anos, engenheira da computação que, após duas viagens bem-sucedidas durante suas férias, decidiu abandonar o emprego numa multinacional em Joanesburgo para ganhar a vida transportando drogas para mais de 60 destinos. Talvez não. Se Ndzira não tivesse sido presa em sua terceira viagem, talvez tivesse finalizado a construção da sua casa e nunca mais saído de seu país para transportar cocaína, tal qual pretendia Constantina, uma cabo-verdiana, de 36 anos, que só voltou a se arriscar numa única viagem para arcar com os custos do tratamento de câncer de um dos seus filhos. Talvez não. O fato é que entre *mulas profissionais* e *vítimas do tráfico*, há uma variedade de motivações e graus de envolvimento (contingenciais) no tráfico de drogas que podem não se encaixar nem somente em uma nem somente em outra categoria. E o apagamento dessa variedade nos leva a reflexões maniqueístas que apenas reforçam os discursos e, portanto, as posições de poder daqueles que as condenam seja à posição de vítimas ou à de criminosas.

Isso não significa, todavia, negar o fato de todas elas se encontrarem numa mesma função (subordinada) nas redes de tráfico, mantendo-se completamente alheias ao planejamento de sua viagem e tendo sua atuação limitada tão somente ao transporte da cocaína. Ao atuarem como uma espécie de *free-lance*, as *estrangeiras* sabem pouco (ou nada) do esquema no qual estão inseridas. Costumam realizar a viagem para transportar a droga tendo poucos contatos telefônicos e presenciais com os chamados *traficantes* (sempre descritos no masculino e recorren-

³² Toda vez que eu fizer referência a uma branca de origem sul-africana a nacionalidade virá acompanhada, em itálico, pela definição racial, conquanto com as negras de mesma nacionalidade ou de mesma origem regional (isto é, as *africanas*) restringir-me-ei apenas à nacionalidade ou regionalidade, sem qualquer menção à raça. Optei por assim fazer para manter as categorizações delas próprias, que serão discutidas no segundo capítulo, embora sua repetição possa causar certo incômodo ao leitor, tal qual me causava em trabalho de campo. Mas esta é a intenção: lembrarmos de que noções de raça e de nacionalidade são mobilizadas a todo tempo nos jogos de poder intramuros.

temente referenciados como *nigerianos*), que costumam aparecer apenas para lhes entregarem as passagens, a droga, o celular e/ou o chip a serem utilizados durante a viagem. Costumam também saber do destino de entrega da droga, da quantidade a ser transportada e do modo como a será apenas às vésperas do embarque. E, quando o sabem, podem tê-lo alterado a qualquer momento de acordo com as logísticas e demandas dos fluxos internacionais de drogas. Por fim, costumam não saber onde ficarão hospedadas, quem as receberá no destino e como esta pessoa a reconhecerá no aeroporto ou no hotel, até que esses eventos se concretizem.

Ao que tudo indica, essa alienação das *mulas* no planejamento do transporte da droga faz parte de um modo de organização do chamado tráfico internacional promovido menos por grandes organizações criminosas, como os cartéis e as máfias, e mais por redes de indivíduos e de pequenos grupos. Tais redes, defende Mark Shaw (2002) em um artigo sobre a atuação das formações criminosas da África Ocidental na região austral do continente, são marcadas pelas alianças temporárias em torno de “projetos” específicos e pela multiplicidade de atividades criminais conectadas entre si. Segundo Manuela da Cunha (2002), a natureza do tráfico mudou e, em países como Estados Unidos, França e Portugal, passou a atuar em redes lassas, não necessariamente duradouras e através de grupos de dimensão reduzida. No contexto latino-americano, mais especificamente, redes dessa natureza ocupam os vazios deixados pelo desmantelamento dos Cartéis de Cali e Medellín. Suas menores dimensões oferecem menos riscos ao tráfico diante do controle exercido pelos Estados (Bagley, 2003 apud Angarita, 2008), requerendo destes a luta contra uma quantidade muito maior de agentes menos visíveis (Jacobo, 2003). Portanto, embora estejam numa função subordinada e alienada, as *mulas* assumem um papel primordial ao promoverem fluxos transnacionais constantes e pulverizados de pequenas quantidades de drogas.

Isso talvez seja uma das explicações para a intensa apreensão de *mulas* executada, sobretudo pela Polícia Federal, no Aeroporto Internacional de Guarulhos (Navarrete, 2015) – considerando que o tráfico de drogas é a espinha dorsal de nosso “sistema de ilegalismos”, que articula redes ilegais da droga e as redes de controle, constituídas no campo judicial e policial (Barbosa, 2005; Campos, 2015); considerando também que não é de hoje que o Brasil tornou-se conhecido como um “país de trânsito” da cocaína que abastece Europa, Estados Unidos e, mais recentemente, África (sendo o único país sul-americano a ser citado no Relatório Mundial sobre Drogas, de 2011, como saída para as apreensões aduaneiras feitas neste continente). Destarte, os aeroportos operam como uma espécie de filtro, onde ocorre a vigilância e a classificação tanto

de objetos como de pessoas (Adey, 2004 apud Kanashiro, 2009). “Última porta do Estado” é, nas palavras de Paul Virilio (1993: 8), “[...] lugar de uma regulação essencial das trocas e das comunicações e, portanto, espaço de uma forte experimentação de controle e vigilância máxima realizada por uma “polícia do ar e das fronteiras””.

Maior e mais importante portão de embarque da América do Sul, o Aeroporto de Guarulhos foi o local onde se realizou a maioria dos flagrantes das *estrangeiras* presas (69%), de onde uma grande parcela saíria ou transitaria (em escala ou conexão) com a cocaína rumo a outros países. As demais apreensões (31%) foram realizadas nos seguintes locais: 6% na Rodoviária da Barra Funda (na maior parte das vezes quando elas estavam chegando a São Paulo), 4% no Aeroporto de Congonhas, onde embarcariam com destino a outras cidades, 4% em hotéis, geralmente localizados no centro da cidade de São Paulo, e 13% em outros locais (rodovias, estações de metrô e ruas da capital paulista). Cerca de 61% dos flagrantes e apreensões foram realizados pela Polícia Federal³³, cabendo à Polícia Civil a prisão do equivalente a 31% das *estrangeiras* – dentre os quais, 22% foi ação especificada por elas como do Departamento de Investigações sobre Narcóticos (DENARC). Os 8% restante dividiram as respostas entre a Polícia Militar e o silêncio de quem alega não saber precisar a corporação responsável pela ação.

Há muitas *estrangeiras* que atribuem sua prisão a denúncias feitas pelo próprio *traficante* (sempre homem) responsável pela entrega da droga e da passagem aérea. De acordo com elas, é prática comum esses homens ligarem para a polícia e denunciarem uma ou duas *mulas* no intuito de despistar a atuação de outras que supostamente estão a transportar maiores quantidades de cocaína. Não é à toa, alegam elas, que muitas são abordadas por um policial federal, geralmente a paisana, quando ainda estão descendo do táxi ou a caminho do *check-in* ou, ainda, já dentro da aeronave a postos para decolar. Nesses casos, o agente se aproxima, solicita-lhes o passaporte, exige-nas que o acompanhe. E, muitas vezes, quando chegam à delegacia da PF dentro do aeroporto, vai direto ao local onde a droga está guardada. O que muitas delas não levam em consideração, no entanto, é o fato de que, além de contar com as denúncias dos *traficantes*, esses policiais acumulam um corpo de saberes relacionado à vigilância de mobilidades (Curry, 2004 apud Kanashiro, 2009). Aprendem em treinamentos e na prática cotidiana uma série de técnicas e táticas capazes de identificar suspeitas(os) a partir dos sinais deixados pelas performances destas(es) – no jeito de andar (especialmente quando a droga está envolta nas pernas ou

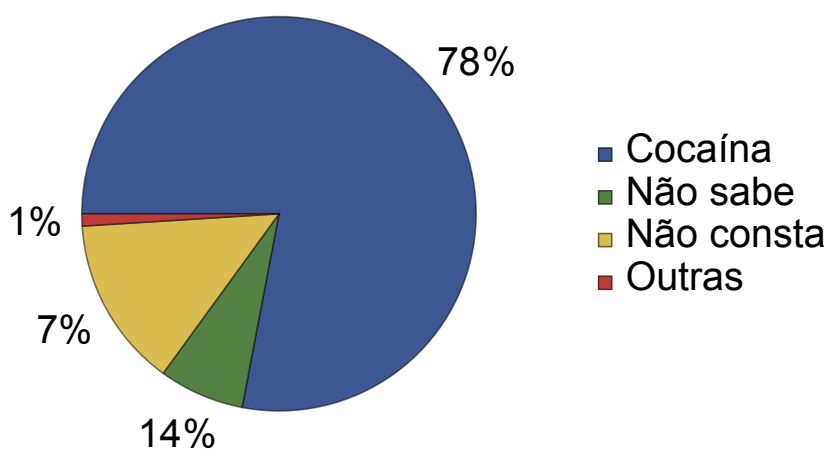
³³ A maior representatividade de prisões realizadas pela PF se deve ao fato de a maioria das *estrangeiras* ser presa no Aeroporto Internacional de Guarulhos, área de competência e atuação exclusiva desta polícia. Até fevereiro de 2010, o DENARC realizava algumas prisões neste aeroporto, para a insatisfação da Polícia Federal que, após entrar na justiça, ganhou o monopólio de atuação em sua área, ao menos até o final do meu trabalho de campo, em 2012.

no abdômen), no estado de tensão, no tipo de mala, no trajeto da viagem e assim por diante.

Assim que são flagradas, a maioria não vai diretamente para PFC, mas é levada para a mais próxima delegacia da corporação que efetuou a ordem de prisão, podendo lá permanecer por cerca de uma a três noites. Este é um momento comumente narrado no preenchimento do questionário a partir de episódios marcados por maus tratos e por sentimentos como o medo. Além da angústia de terem sido presas e, ainda, num país exterior, muitas falam sobre o temor frente aos desconhecidos procedimentos policiais e judiciais a que serão submetidas. A isso, podem-se somar a falta de comida (que geralmente é custeada por elas), de água e de acesso a toaletes; as humilhações (piadas, reprimendas e comentários jocosos), os desaparecimentos de malas e pertences; e a ocupação de cubículos gradeados, vazios (sem colchonete ou qualquer tipo de mobília) e eventualmente compartilhados com outros recém-presos (mulheres e homens).

Quando perguntadas sobre a droga que estavam a transportar, 78% declararam cocaína e 1% “outras” drogas (heroína e ecstasy); 14% disseram não saber e 7% respondeu a questionários de versões mais antigas nas quais “não consta” esta questão.

Tipo de Drogas



Fonte: questionário ITTC, 2008-2010.

Afirmar que não sabiam qual era a droga pode fazer parte daquela tentativa de constituição de uma imagem positiva no preenchimento do questionário. Mesmo aquelas que se enquadram entre as chamadas *vítimas do tráfico*, no momento do flagrante, costumam ser informadas pela polícia sobre o tipo de droga e a quantidade que estavam a transportar. Na verdade, ao serem flagradas, elas tendem a acompanhar o procedimento – relativamente padronizado

pelas diferentes Polícias, porém, cumprido de modo mais regular pela PF – que consiste na abertura da embalagem, pesagem da droga e registro do boletim de ocorrência na presença da acusada. No entanto, nem sempre tal procedimento lhes fica inteiramente compreensível em função das barreiras linguísticas e do nervosismo do momento. Apesar disso, quando chegam à penitenciária veteranas e outros agentes sociais tendem a torná-lo legível. O conhecimento acumulado sobre centenas de casos de tráfico (bem e malsucedidos) e algumas poucas informações fornecidas pela novata sobre o aspecto da droga e/ou o modo como carregavam são suficientes para se concluir sobre estas e outras informações.

Quanto à quantidade de droga transportada, cerca de metade delas (51%) declararam menos de cinco quilogramas da chamada *cocaína pura*, tal como descrito na tabela abaixo:

Tabela 5: quantidade de cocaína (Fonte: questionários ITTC, 2008-2010).

Quantidade de cocaína	Percentual de estrangeiras
até 1kg	17%
de 1 até 2kg	11%
de 2 até 3kg	13%
de 3 até 4kg	6%
de 4 até 5kg	4%
de 5 até 6kg	3%
de 6 até 7kg	2%
de 7kg em diante	5%
não respondeu	10%
não se aplica	4%
não sabe	25%
Total	100%

Contudo, de acordo com as narrativas de muitas delas – comumente tecidas meses após o preenchimento do questionário, quando já se havia estabelecido uma relação de confiança entre nós – nem sempre o peso informado é o de fato carregado, podendo este ser superior ao registrado no Boletim de Ocorrência³⁴. E, novamente aqui, o alto percentual das que declararam não saber o peso (25%) se deve, em parte, à tentativa de elas investirem na construção, senão de sua inocência, na de sua boa imagem. Deve-se também à dificuldade que enfrentam para entender esta e outras informações pronunciadas pelos policiais em português ou em outras línguas por elas desconhecidas, como o inglês e o espanhol, numa ocasião de profundo estresse. Há também aquelas que temem que nós ou os advogados tenhamos acesso a outras informações

³⁴ A explicação que encontrei em campo para essa diferença foi uma só: o peso registrado no B.O. (boletim de ocorrência) se torna inferior ao carregado pela *mula* quando os policiais envolvidos no flagrante e no registro do documento ficam com uma parte da droga para consumo próprio ou para a venda.

para além daquelas registradas no boletim de ocorrência. Na dúvida do que nos responder – a quantidade de cocaína de fato transportada ou o valor registrado pela polícia – optam por dizer que não sabem.

Quanto à maneira como estavam a carregar a droga, 28% responderam dentro da mala (em meio às roupas ou costurada no forro da mala), 11% no estômago (em forma de cápsulas), 8% na bagagem de mão, 8% na parte externa do corpo (normalmente costuradas em bermudas ou camisetas íntimas bem justas vestidas por baixo das roupas), 3% em dois lugares, apenas 1% na vagina e 3% em outros locais. Pelas informações que obtive a partir de conversas intramuros e de notícias de jornais impressos e televisivos, é possível afirmar que homens e mulheres carregam a droga das mesmas maneiras, exceto os poucos casos de *estrangeiras* que foram flagradas com capsulas na vagina.

O baixo índice de mulheres que declararam transportar cocaína na vagina nos ajuda a desconfiar da ideia das partes íntimas femininas enquanto receptáculo privilegiado de drogas³⁵. Mesmo no transporte de drogas intramuros (cf. Angarita, 2008; Soares, Ilgenfritz, 2002) a vagina surge apenas como um dentre os seus possíveis locais de armazenamento. Nesse sentido, sua função ilegal certamente tem menos a ver com uma prática criminal feminina que justifica o tipo de intervenção realizada pelo Estado e mais com uma prática de Estado que violenta corpos femininos. Para ser mais precisa, o potencial de armazenamento da vagina, embora não muito explorado, legitima a violência acometida por agentes estatais (policiais do DENARC, na maior parte das narrativas) contra corpos femininos.

Antes de concluirmos esse tópico, gostaria de fazer uma breve consideração sobre o tempo de pena. Embora não conste nenhuma informação referente às sentenças nos questionários, dado que o mesmo é aplicado bem antes do julgamento, é possível inferir, com base na sentença de primeira instância de 136 mulheres, registrada nas fichas individuais de *atendimento* do ITTC, que o tempo médio é 5 (cinco) anos, 8 (oito) meses e 19 (dezenove) dias, além dos dias-multa que nunca são pagos por elas. Nessa amostra, a maior pena foi a de uma *peruana*, condenada a 16 anos e 3 meses por tráfico internacional de drogas, e a menor foi a de uma *sul-africana branca*, condenada a 1 (um) ano 9 (nove) meses e 10 (dez) dias pelo mesmo crime. Em geral, os advogados das *estrangeira* e o Ministério Público (MP) apelam para alterarem a pena de prisão definida nessa primeira instância – o advogado com o objetivo de diminuir o seu tempo e o MP com o de aumentá-lo.

³⁵ Agradeço à Iara Beleli por me chamar atenção para este ponto logo no início da pesquisa.

1.2. Sobre o fazer-se *estrangeira* no fazer da prisão

A chegada

A Feiticeira descreveu-a passadas seis luas cheias de ela ter chegado aquele estranho lugar, como se ela tivesse a força de um touro, na mistura improvável da lógica com o sonho, da engenharia com Lispector, uma sábia toureira em sua praça de touros, ela chegou de repente, mas chegou, sabe que tem um caminho, uma aprendizagem grande, mas ela é forte e viril, se bem que algumas vezes tem duvida, mas quem não as tem!? É doce e continua à procura de um olhar para o seu olhar. Através do seu canto português num eterno, mas efêmero momento, revelou um retrato da sua própria consciência.

[...]

Este podia ser o final da sua história, mas não, é apenas o início do resto da sua vida.

Entre portas e janelas, grades e barras, começa agora a surgir um novo Eu. Novas descobertas chegam, novas pessoas entram na sua vida. Mas tudo é um ciclo, tudo se renova. A luz no seu caminho é outra, vê o mundo com outros olhos, já não quer enfrentar o touro, pois percebeu que viver não é um combate permanente. Viver é construir, não destruir tudo à sua volta.

E muito ela destruiu, destruiu o mais importante, destruiu-se a si própria, tinha a vida como uma praça de touros em que estava numa constante lide, sofreu uma colhida, que quase lhe foi fatal, que a atirou para um buraco escuro, onde pela primeira vez se viu sem os seus ajudantes da praça. No início pensara que morrera, depois um sonho, mas quando voltou a si, estava dentro de um grande castelo de sonhos, muitas vezes sombrio é certo, mas não deixava de ser um castelo de sonhos.

Os seus sentidos começaram a despertar para uma nova existência [...] Então começou a descobrir que o castelo era imenso, como uma pequena cidade dentro das suas muralhas, com as suas crenças e superstições. Com monstros e fadas e como qualquer castelo que se preze tem um rei, nesta história não tem um rei, tem uma rainha que possuía um gélido olhar da cor do mar, sempre acompanhada de seu séquito de pajens. Mas esta história não é sobre a rainha do gélido olhar, mas sim uma sábia toureira. Sábia, talvez; toureira, agora dentro do castelo descobriu que já não a era, pois as máscaras estavam a cair, uma a uma.

Começou então a viver a rotina daquele imenso castelo.

Tudo era novo para ela, era o início da descoberta daquele misterioso cativo de mulheres.

Misterioso Cativo de Mulheres

No início tudo lhe parecia confuso, via muitas mulheres, que tal como ela estavam encarceradas naquele grande Castelo, mas todas elas eram diferentes, no meio de corredores e galerias ouvia diversas línguas, dialetos que nunca tinham ouvido na sua vida.

Compreendeu que estava rodeada de mulheres dos quatro cantos do mundo, todas elas diferentes de si, mas no fundo iguais a ela própria, procuravam dar um sentido à sua vida, sentido esse que há muito estava perdido dentro de todas elas.

Sociedade peculiar aquela, era uma sociedade de amazonas desde a mais insignificante servicial até a majestade rainha, todas eram mulheres, mas porquê? Ela não conseguia compreender.

Chegou à conclusão que foi posta na ala das escravas, ou seja, as pessoas que não tinham qualquer direito ali dentro, existiam apenas para servir.

Essas são as primeiras palavras de um conto que Margarida nunca chegou a concluir. Foram escritas na mesma semana em que eu redigia os primeiros parágrafos sobre minha inserção na unidade em que nos conhecemos, a Penitenciária Feminina da Capital. Essa feliz coincidência nos levou a trocar escritos, observações, segredos e desabafos, trocas estas que consolidaram uma amizade que hoje é alimentada tão somente por fios de afeto, agora transnacionais. A “toureira forte”, que vivia “em combate permanente”, aposentou seu manto vermelho dentro de um “cativo” brasileiro. Sua passagem pela prisão, sem dúvidas, a transformou. De sua “colhida quase fatal”, ela “despertou para uma nova existência”. Lá dentro, conviveu com outras “crenças e superstições”, “diversas línguas” e desconhecidos “dialetos”. “Viajou pelo mundo sem sair do lugar”, como me disse tantas vezes. Libertou-se de fantasmas e passou a considerar novas possibilidades para sua vida após a *liberdade*. Possibilidades de viver com sua irmã na Noruega, de se casar novamente e até de ter filhos, algo inimaginável antes do aprisionamento. Algumas se concretizaram, outras não. Margarida voltou para sua pequena cidade nos arredores de Lisboa, fez as pazes com o pai, arrumou um emprego como professora, encontrou “um olhar para o seu” e me presenteou com um lindo sobrinho.

Mas nem sempre “os restos de suas vidas” são assim. E nem os meios. Na verdade, os meios tendem a ser muito mais “sombrios” do que as palavras de Margarida queriam descrever. E talvez por isso ela não tenha conseguido terminar o conto, apesar de todo meu incentivo. Não queria mais, estava mal, dizia-me ela. Embora Margarida não duvidasse da pos-

sibilidade de construir, naquele “castelo”, “um caminho”, “uma aprendizagem grande”, “uma nova existência”, seu conto parecia negligente com a gélida realidade desse processo. E ela foi se apercebendo disso. Percebeu que a nova “luz de seu caminho” poderia ser fraca diante da escuridão do “buraco” onde se encontrava. Percebeu também que as “máscaras” que ainda lhe restara da “toureira” poderiam acobertar as durezas guardadas pelas “murallas”. Não, Margarida não queria mais – ou talvez não conseguisse mais³⁶. E quando teve a certeza de que o “castelo” não era um “sonho”, suas palavras já estavam a estampar os desejos e as indignações “de mulheres dos quatro cantos do mundo” em carta-denúncias, pedidos de semiabertos, de liberdade condicional e de perdão familiar e judicial. Nessa altura, Margarida já havia se tornado uma *estrangeira* e atuava como tradutora para muitas presas (*estrangeiras* e também *brasileiras*) na articulação delas entre si e com outros agentes que fazem a rotina da prisão.

Tradutora que tanto faltou a Behati, uma *sul-africana branca*, de 40 e poucos anos, cuja história se tornou, entre os anos 2008 e 2009, emblemática das dores e dificuldades enfrentadas por não nacionais durante o aprisionamento. Behati iniciou seu cumprimento de pena na Penitenciária Feminina de Santana (PFS) meses antes das chamadas *rebeliões do dia das mães*, que ocorreram nos presídios do estado de São Paulo como parte do episódio que ficou conhecido como “os ataques do PCC³⁷”, em maio de 2006. Ao longo dos mais de dois anos de aprisionamento, Behati não aprendeu o português, menos por uma dificuldade com outras línguas e mais por uma recusa política de submissão aos poderes brasileiros vigentes na unidade, como certa vez me explicou outra *sul-africana branca*.

Filha do *apartheid*, regime político segregacionista no qual a “língua étnica” dos brancos (*boers*) consistia num dos instrumentos de identidade nacional e de dominação da po-

³⁶ Natália Lago, em sua dissertação de mestrado, também faz referência a uma “mulher em privação de liberdade” que começou a escrever não um conto, mas um artigo sem, contudo, chegar a terminá-lo, pois “não tinha cabeça para continuar. Escrever na cadeia era difícil e lhe faltava inspiração” (Lago, 2014: 71). Embora haja uma produção literária escrita por (ex-)presos (Gelpi, 2000; Mendes, 2001; Ramos, 2001; Ludemir, 2004; Kerman, 2010), nem sempre a cadeia parece ser um espaço produtivo para esse tipo de linhas.

³⁷ O PCC (Primeiro Comando da Capital) é um coletivo de pessoas com envolvimento direto ou indireto em atividades consideradas criminosas dentro e fora das prisões. Também conhecido como *comando* ou *partido*, termos mais usados pelas presas dentre outros, surgiu no início da década de 1990 em prisões paulistas com vistas a melhorar as condições de vida nas prisões. Segundo Biondi (2010), o coletivo está presente em mais de 90% das prisões, dentre elas a Penitenciária Feminina da Capital, bem como na maior parte das zonas urbanas do estado. Em 2001, ganhou as manchetes nacionais com aquela que foi considerada a maior rebelião de presos da história do Brasil. Em 2006, monopolizou os noticiários e afetou profundamente a rotina de cidades do estado de São Paulo com os eventos que ficaram conhecidos como os “ataques do PCC” (posteriormente traduzidos para a expressão “Crimes de Maio” por ativistas de direitos humanos), uma onda de atentados a policiais e seus familiares, departamentos de polícia, corpo de bombeiros, agências bancárias e frotas de ônibus (sem passageiros) e de rebeliões em presídios que foram retaliados com uma “ofensiva” policial nas periferias da capital paulista. Sobre o PCC e o episódio dos “ataques”, sugiro ver: Adorno, Salla, 2007; Biondi, 2010, 2014; Dias, 2011; Feltran, 2008, 2010b, 2014; Grimberg, 2009; Marques, 2009.

pulação de maioria negra, ela e suas “iguais” viam no aprendizado do português uma espécie de sujeição contra a qual viram seus conterrâneos negros lutarem veementemente. O que Behati não parece ter considerado, no entanto, é que o contexto prisional é outro e os custos desse tipo de transposição literal de uma prática de resistência poderiam lhe causar graves consequências. Em outros termos, do alto de sua (antiga) posição racial de poder ocupada em seu país de origem, ela não efetuou uma boa tradução do universo intramuros e acabou pagando caro por isso.

Na ocasião das *rebeliões do dia das mães*, após a Tropa de Choque da Polícia Militar adentrar à área interna da unidade para dar fim à tal manifestação, um policial a abordou em português. Ela havia se perdido de suas *parceiras* e, como não entendia a língua portuguesa e sua compreensão das gramáticas intramuros ainda estava condicionada à tradução linguística, permaneceu paralisada diante das incompreensíveis ordens policiais e da correria, gritaria, tiros de bala de borracha e bombas de efeito moral que circundavam seu desespero. O policial, sem saber a causa de sua estagnação, agrediu seu corpo pequeno e franzino, repetindo as palavras de ordem e a agressão sequencialmente, até que um agente de segurança presenciasse a cena e, aos gritos, explicasse ao policial a condição de estrangeira daquela mulher. Behati ficou gravemente ferida, teve todos os dentes arrancados a golpes e foi levada com urgência ao hospital, outra instituição por onde passou maus bocados sem conseguir se comunicar adequadamente sequer para tomar a medicação diária para seus problemas respiratórios.

Após este episódio, Behati foi transferida para a Penitenciária Feminina da Capital, já conhecida por concentrar um grande contingente de *estrangeiras* e por deter melhores condições para lidar com o mesmo. Nessa altura, os juízes estavam começando a conceder a semiliberdade para *estrangeiras*³⁸, mas Behati não integrou o grupo das *sortudas*, tendo, portanto, que cumprir integralmente sua pena em regime fechado. Mas isso não lhe foi um problema. Na verdade, a *liberdade* o foi. Sem ter consolidado uma rede de ajuda na capital paulista ao

³⁸ No segundo semestre de 2008 juízes passaram a conceder com maior recorrência progressão de regime para *estrangeiras*: primeiro começaram a aprovar os pedidos de semiliberdade para aquelas que já haviam cumprido 2/5 da pena, e a partir de meados de 2009 fizeram o mesmo, porém em menor medida, com pedidos de liberdade condicional para as que já tinham 2/3 da pena. Dentre as mais contempladas estavam as mães com filhos nascidos no país. A restrição de concessão de progressão de regime (ou flexibilização da pena) para não nacionais não é uma exclusividade do Brasil, sendo também comentada em estudos realizados em prisões da Suíça (Hostettler, Achermann, 2008), de Portugal (Cunha, 1994; Matos, Barbosa, 2015) e da Espanha (Ribas, Almeda, Bodelón, 2005). No caso do estado de São Paulo, tal restrição está fortemente condicionada à interpretação que cada juiz tem do decreto de expulsão, quando este é deferido durante o cumprimento de pena da estrangeira. Ou seja, se o juiz considerar que o decreto de expulsão torna ilegal a permanência da estrangeira em território nacional, possivelmente ela terá que cumprir toda em regime fechado, único espaço considerado legal para sua permanência no país. Para uma discussão detalhada sobre o assunto, ver: Padovani (2015).

longo do aprisionamento, Behati entrou em pânico ao final de sua pena sem saber para onde ir, enquanto aguardava a data do retorno à África do Sul. Recorreu repetidamente ao ITTC até que este lhe garantisse uma das 30 vagas (raramente) disponíveis no Centro Social Nossa Senhora Aparecida, conhecida também como Casa de Acolhida ou Casa do ITTC³⁹.

Poucos dias após sua *liberdade*, seu defensor público a procurou para lhe sugerir entrar com um processo contra o Estado brasileiro pelo espancamento que sofreu durante a rebelião. Embora a *sul-africana branca* tivesse ficado animada com a possibilidade de receber uma indenização capaz de arcar com os custos de sua viagem de volta para casa, acabou por abrir mão de tal recurso quando soube que teria de prorrogar sua estadia em São Paulo por mais de um ano em função do julgamento. Behati não via a hora de voltar para Joanesburgo e pedir perdão a suas filhas, que trocaram de telefone e endereço para evitar qualquer tentativa de contato da mãe assim que souberam que ela estava presa no Brasil. Com poucas parcerias dentro da prisão e nenhum contato com seu universo social na África do Sul, ela tinha pressa para (e medo de) voltar à cidade natal e “ter sua vida de volta o quanto antes”. Preferiu, então, correr atrás de sua expulsão⁴⁰.

Contudo, seus planos não se concretizaram. Passados alguns dias, Behati veio a falecer na Casa de Acolhida em função de seus problemas respiratórios. O enterro foi providenciado

³⁹ Esse Centro Social é amplamente conhecido pelo nome Casa de Acolhida, porque trabalha com o acolhimento e assistência de *estrangeiras* egressas das prisões e refugiadas até elas retornarem para o seu país de origem ou terem condições para estabelecer sua própria moradia no Brasil. Entre as *estrangeiras*, recebe também o nome de Casa do ITTC por conta da estreita parceria entre as duas instituições. Durante anos, coube ao Instituto encaminhar para a Casa o pedido de vaga das *estrangeiras* prestes a sair em liberdade. Em 2010, contudo, essa atividade de mediação sistemática foi suspensa, mas até o final de meu trabalho de campo *estrangeiras* entendiam a atuação da Casa como parte do trabalho extramuros do ITTC, entendimento este que nos revela, dentre outras coisas, a importância da atuação deste na conexão entre os universos intra e extramuros para essas mulheres.

⁴⁰ A expulsão consiste na retirada compulsória do estrangeiro do território nacional, quando ele comete um crime no Brasil e é condenado por um crime cuja sentença transita em julgado ou quando sua conduta é considerada incompatível com os interesses nacionais. Para que tal procedimento seja efetuado, é aberto um processo administrativo – regulamentado pela Lei nº 6.815 (Brasil, 1980a), de 1980, do Estatuto do Estrangeiro, nos artigos 65 e 71 – que tramita entre juízes, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Ministério da Justiça (Departamento de Estrangeiros). Cabe a este último analisar se o estrangeiro se encontra ou não nas situações excludentes da aplicação da expulsão, previstas no Estatuto do Estrangeiro no seu artigo 75, inciso II, alínea “a” e “b”: “Não se procederá a expulsão: I - se implicar extradição inadmitida pela lei brasileira; ou II - quando o estrangeiro tiver: a) cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado a mais de 5 anos; ou b) filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente. Verificado a qualquer tempo o abandono do filho, a separação judicial ou o divórcio, a expulsão poderá ser efetivada”. De acordo com o artigo 338 do Código Penal, uma vez expulso, o estrangeiro fica impedido de retornar ao país, estando sujeito a pena de quatro anos de reclusão e nova expulsão após o cumprimento da sentença, caso tente reingresso. Geralmente efetuada meses após a promulgação do decreto de expulsão e do término do cumprimento de toda a pena das *estrangeiras*, sua viagem de retorno ao país de origem é custeada pelo Estado brasileiro, na figura da Polícia Federal. No caso de Behati, correr atrás da expulsão significava recorrer à Polícia Federal, com ajuda do ITTC e da Defensoria Pública, para viabilizar seu traslado o quanto antes. Para uma discussão sobre o modo como se opera, na prática, tal processo, sugiro ver: Navarrete (2015) e Padovani (2015). Para mais informações sobre o assunto, acessar [link](#) do Ministério da Justiça (Brasil, 1980b).

pelo consulado sul-africano e realizado em São Paulo sem que suas filhas, outros familiares ou amigas(os) soubessem do seu falecimento. O consulado e nós do ITTC tentamos contatar a família nos meses seguintes. Sem sucesso. Restou-nos, portanto, lidar com as durezas dos limites prisionais transnacionais daquelas que, por (des)ventura, não conseguem desenvolver os meios para se fazer *estrangeira* frente às contingências do aprisionamento num país exterior. Segundo se comentava entre os membros da equipe do ITTC, à Behati faltou esses meios para seguir vivendo. Ela morreu de falta de ar, de articulação: uma vez fora da prisão, os poucos fios tecidos na interface entre o interior e o exterior da unidade se rarearam, e os que lhe restaram foram insuficientes para nutrir sua vida na imensidão de incertezas que conformavam sua *liberdade*.

Os limites que marcaram o falecimento progressivo da *sul-africana branca* costumam se impor a todas as não nacionais no início do cumprimento de pena e só podem ser suspensos, atravessados ou negociados à medida em que elas se engajam na dinâmica intramuros. À falta de vínculos sociais na capital paulista e de domínio do português, único idioma falado (com fluência) por *brasileiras* e pela massiva maioria dos funcionários da unidade e de outras instituições por onde elas circulam, somam-se o desconhecimento inicial e integral das gramáticas prisionais e prisioneiras paulistas, a ausência de programas e políticas por parte dos órgãos consulares de seus países de origem, a distância espaço-temporal transnacional que as separa (ou isola) de amigos e familiares, e a especificidade de certas leis, órgãos e procedimentos jurídicos a que estão submetidas e que, muitas vezes, dificultam o acesso a certos direitos. Juntos, esses fatores conformam os limites prisionais que marcam a entrada de quase todas as não nacionais na prisão. É a partir desses limites que elas constroem meios para viver e sobreviver ao aprisionamento num país exterior.

A chegada à unidade costuma ser descrita como uma inserção abrupta na dinâmica intramuros. Primeiro, elas são encaminhadas ao setor de Inclusão, no pavilhão da administração, para entregarem suas malas, documentos e pertences. Em troca, recebem dois pares de calças amarelas/beges e camisetas brancas, um número de matrícula e as primeiras ordens ditadas em português ou em sua língua materna, quando se tem a sorte de contar com a tradução de conterrâneas veteranas. Em seguida, são direcionadas para a cela onde iniciarão suas penas de prisão provisória. Dali em diante, e *de repente*, encaram o desafio de se inteirar da, e se incorporar na, rotina da unidade sem disporem de uma orientação institucional sistematizada ou de recursos pessoais para tanto (Ribas, Almeda, Bodelon, 2005).

O “choque cultural” é grande. As noviças estranham as sonoridades das línguas, das

músicas, dos gritos e dos bateres das grades; estranham os sabores das refeições, os cheiros dos pavilhões, as noites nas celas, o tempo do banho e a popularidade dos *sapatões* (embora possam se sentir atraídas por eles). Surpreendem-se com a diversidade de nacionalidades e de todas as categorias de diferenciação a elas intersectadas; com as histórias que passam a escutar sobre presas e prisões. Desconhecem as regras do jogo, o *dialeto do crime* (como algumas definem o português falado lá dentro), suas leis e as do *crime*, certas *crenças e superstições* e até certos locais de origem de suas novas *parceiras*. Temem os funcionários, as presas, a prisão brasileira – cuja violência costuma lhes chegar antes do aprisionamento através de noticiários e filmes como Carandiru e Cidade de Deus. Não sabem da existência do GIR⁴¹, da Tropa de Choque, do PCC e do ITTC. Não fazem a menor ideia do valor de números como 2/5, 33, 157, 1533⁴² e nem de termos como apelação, trânsito em julgado, *saidinha*, semiaberto e liberdade condicional.

Nesse cenário, a mediação das veteranas se faz imprescindível. É papel delas tornar legíveis as línguas e linguagens intramuros às noviças⁴³. Isso ficou bastante claro para Margarida que, embora tivesse o português como língua materna, necessitou da tradução de uma senhora *brasileira* assim que ingressou na PFC, em meados de 2009. Margarida me contou que após presenciar uma cena de furto dentro de sua cela cometido por duas *brasileiras* contra uma *estrangeira*, logo na primeira semana de aprisionamento, achou prudente ir às chamadas *faxinas*⁴⁴, não para denunciar o ocorrido, mas para se informar sobre a dinâmica das relações prisioneiras. Foi quando ouviu de uma destas o seguinte comentário:

— Fique de boa. Eu já percebi que você é calma e tranquila, não vai “dá trabalho pá nós” [reproduziu Margarida a fala da *faxina* forjando o sotaque das periferias paulistanas]. Então deixa quieto. Você sabe “fazê” crochê?

⁴¹ GIR é a sigla do Grupo de Intervenção Rápida, uma espécie de força policial especial intramuros criada pela Secretaria de Administração Penitenciária, em 2000, voltada à intervenção em motins, rebeliões ou no apoio a agentes penitenciários em operações de revista em presos e celas. Para mais detalhes sobre o funcionalismo penitenciário no estado de São Paulo, sugiro ver: Godoi (2015)

⁴² Eis o que significam tais números: 2/5 refere-se ao tempo de pena de prisão que, de acordo com a Lei de Drogas, nº 11.343 (Brasil, 2006), precisa ser cumprido para que uma presa possa entrar com pedido judicial de progressão de regime para o semiaberto; 33 é o número do artigo dessa mesma lei, que trata dos processos penais de acusados por tráfico de drogas; já 157 é o artigo do Código Penal (nº 2848/40) (Brasil, 2008) que trata de assalto efetuado mediante grave ameaça ou violência; por fim, 1533 é a tradução numérica de PCC consoante a posição de cada letra no alfabeto romano, ou seja, $P = 15$ $C = 3$ $C = 3$.

⁴³ Isso ocorre não apenas com as não nacionais, mas também com as *brasileiras*, especialmente, aquelas que nunca tiveram maiores contatos com a vida intramuros e que, portanto, também se fazem estrangeiras, em certa medida. Uma medida geralmente mais branda, dado que quase a sua totalidade advém das “periferias”, espaços territoriais que estabelecem uma série de fluxos com a prisão e cujos moradores encontram maiores chances de ter (tido) vínculos diretos e indiretos com tal instituição no estado de São Paulo. Mas ainda assim a mediação das mais experientes se faz necessária, podendo, inclusive, ser uma *estrangeira* efetuada-la.

⁴⁴ *Faxina* é a denominação usada para se referir à presa, vinculada ou não ao PCC, que assume a responsabilidade por funções políticas e administrativas em seu pavilhão de moradia, envolvendo situações das presas entre si ou delas com os funcionários ou a administração da unidade. Em um mesmo pavilhão costuma haver mais de uma *faxina* e elas podem ou não viver em uma mesma cela.

— Ah eu sei fazer ponto cruz.

— Então passa lá na minha cela para eu te “dá” linha e agulha pra você “fazê” seu ponto cruz.

Sem resposta, Margarida recorreu à *brasileira* com quem ela também dividia a cela. Mais experiente e casada com um *velhinho do PCC*, a *senhora* lhe ajudou a dar algum sentido ao ocorrido. Além de certa desconsideração das *estrangeiras* por parte das *faxinas*, assunto que abordarei no capítulo seguinte, o que está em jogo aqui, tal qual no preenchimento do questionário de Chanida e nas violências vivenciadas por Behati na rebelião, é a importância de dois mecanismos fundamentais às *estrangeiras* ao longo do cumprimento de pena, são eles: a tradução e a articulação. O primeiro é operado não apenas como fixação de equivalências entre repertórios linguísticos variados, mas também como produção de significados resultantes de relações entre diferentes e muitas vezes desiguais agentes sociais (Dulley, 2010). Já o segundo é efetuado não como uma mera junção de duas ou mais unidades discretas e estáveis (semelhantes ou diferentes), mas antes como um movimento transformador de configurações relacionais (Laclau, Mouffe, 1985 apud Brah, 2006). Nesse sentido, a tradução seria uma das práticas de articulação, práticas estas que individualizam as *estrangeiras* em um dado complexo de relações.

Quando a *senhora brasileira* significa a cena do roubo para Margarida; quando esta, posteriormente já engajada na rotina da prisão, escreve para as falantes e não falantes de português os pedidos de semiaberto, de liberdade condicional e de perdão familiar e judicial; ou ainda quando Supansa traduz para Chanida as perguntas do questionário do ITTC e elabora com ela suas respostas na interação comigo, o que está em jogo é a emergência desses sujeitos, decorrente da articulação constituída por relações. Sujeitos que se fazem mútua e concomitantemente em meio às ações que, nos casos supracitados, configuram-se como tentativas (disputadas) de tornar verossímil e legítima uma determinada forma de associação de elementos administrativos, políticos e morais provenientes de repertórios distintos. Por outro lado, quando Behati é espancada, passa mal no hospital e, ao final do cumprimento de pena, morre, o que lhe acomete nessas ocasiões é exatamente a falta de tradução e articulação, quer dizer, a falta de individualização decorrente de um dado nexos de relações. E seu falecimento poder-se-ia ter antecipado para a ocasião da rebelião, se um nexos mínimo não tivesse sido tecido a partir da intervenção do agente penitenciário, outro importante mediador das novças nesse processo.

Tais quais as veteranas, os agentes penitenciários (em sua maioria mulheres) são também tradutores, quase nunca das línguas, mas sempre da *realidade da cadeia*. Por serem os funcionários que atuam na área de *convívio* da penitenciária e que exercem suas funções de

modo mais intenso e tenso junto às presas, são os mais recrutados para a tal mediação, mesmo sob o clima de desconfiança que marca a relação (não apenas) entre esses dois “grupos primordiais” da prisão (Negretti, 2015). Explicar detalhes da rotina intramuros, dar dicas de como acessar a serviços, alertar sobre os perigos de certas condutas, segredar rumores ou informações privilegiadas, consolar os desesperos iniciais, contar “causos” exemplares passados, tornar legíveis documentos administrativos e, quando são *bonzinhos/legais* ou *estão de bom humor*, tolerar equívocos e advertir sobre suas possíveis consequências são algumas das práticas implicadas na dupla função de guardar e vigiar (Cunha, 1994).

Quando *estrangeiras* não falam português, essas práticas tendem a ficar condicionadas à mediação de presas veteranas, no mínimo bilíngues, que realizam, nesse caso, a tradução de outra tradução. Mas nem sempre. Há casos em que funcionários se arriscam à comunicação direta por meio dos gestos e das poucas palavras que aprendem de outros idiomas no convívio diário com *estrangeiras*. E também nem sempre a interação é cordial, podendo se desdobrar através de práticas autoritárias consoante o plantão, a ocasião, o momento político intramuros, os interesses e os afetos em jogo. Nesses casos, ordens, repreensões, humilhações, ameaças, xingamentos e *castigos* podem se efetuar num português áspero e nada sensível à condição de noviças *estrangeiras*. A (suposta) falta de compreensão idiomática e seus possíveis equívocos comunicacionais podem ser, inclusive, mobilizados estrategicamente para punir arbitrariamente *estrangeiras* que, por sua vez, fazem o mesmo para manobrem certas situações a seu favor.

Além disso, agentes penitenciários também atuam como “vasos comunicantes” de *estrangeiras*. Eles as conectam com outros agentes que as possam *ajudar*, ensinando, sobretudo às novatas, alguns dos possíveis modos de articulação nas interfaces entre os “dentros” e “foras” da prisão⁴⁵. Poder-se-ia argumentar, no entanto, que qualquer agente social mais ou menos experiente é um potencial “vaso comunicante” quando em interação com noviças, o que de fato procede. Advogadas(os), psicólogas(os), assistentes sociais, membros de Igreja, funcionárias(os) das empresas que lá atuam, professoras(es) do ensino formal e visitantes das demais presas: todos eles não raro as orientam nas, e as conectam às, mais variadas instâncias que compõem a dinâmica prisional. Mas isso não suprime a centralidade de agentes penitenciários e veteranas no processo de inserção de neófitas na rotina prisional.

Em função da proximidade espaço-temporal cotidiana e da natureza das relações que definem guardas e veteranas, estes surgem como guias privilegiados que produzem parte

⁴⁵ Para uma breve reflexão acerca da importância dos funcionários penitenciários na vida de estrangeiras(os) presas(os) em outro contexto internacional, sugiro ver Hostettler, Achermann (2008).

relevante do corpus de conhecimento por meio do qual noviças aprendem a atuar em sinergia com a dinâmica circundante. Componentes da célula básica da prisão constituem um canal conector fundamental para as recém-ingressas à *realidade da cadeia*, na qual elas passam a experimentar vivências por si próprias através de uma mistura de “imitação” e “improvisação” (Harris, 2005). Cabe a eles atentar as noviças para os detalhes e a natureza de cada interação das presas com os espaços, as coisas e as pessoas. Cabe-lhes reprimi-las, tirar-lhes dúvidas, sugerir-lhes alternativas, apresentar-lhes práticas, regras, táticas e estratégias, orientá-las na sintonização de suas percepções e ações para os aspectos essenciais da rotina. Em suma, cabe-lhes apresentar diversas possibilidades de interação às noviças para que elas possam atuar gradativamente com base em seus próprios pontos de vistas, impressões e intuições.

A respeito da noção de apresentação, Tim Ingold (2010) desenvolve uma proposta profícua para se pensar o papel da experiência e da transmissão geracional nos modos pelos quais pessoas conhecem e participam da rotina intramuros. O autor estabelece um contraponto com abordagens cognitivistas ortodoxas que tratam dos processos de aprendizagem no intuito de oferecer uma alternativa preocupada menos com a transmissão de informações e acumulação de representações e mais com a “educação da atenção”. Esta é uma expressão que ele toma de empréstimo de Gibson (1979) para tratar do direcionamento e da sintonização das percepções e ações de aprendizes para os aspectos essenciais do “ambiente”. Segundo Ingold, é através dessa educação que as pessoas mais experientes “mostram” às menos um determinado aspecto para que assim elas desenvolvam as habilidades (ou *skills*, no original em inglês) que as tornem capazes de agir na prática. O ato de “mostrar” é, portanto, segundo ele, um ato pedagógico.

Isso acontece no caso das *estrangeiras*, sobretudo, porque sua inserção na prisão se desdobra através de sua necessária interação no (e produção do) jogo político intramuros – lembrando que recusar-se a participar deste, como fez Behati, é colocar em risco a própria vida. São nessas interações que elas se fazem *estrangeiras*, um “fazer-se com” no ininterrupto processo de articulação que, como ficará mais evidente ao longo da tese, vai além de sua própria individualidade e envolve a produção da própria prisão. Um fazer-se que se aprende na prática – em tradução e articulação – avaliando e construindo as possibilidades que tornem possível o encontro de duas realidades (das novatas e da prisão) à sua ação comum ulterior (o aprisionamento). Mas, e quando a realidade e a língua da noviça não são conhecidas por nenhum agente social, o que acontece?

1.2.1. Quando a articulação extrapola a tradução

No ano de 2009, chegava a Penitenciária Feminina da Capital pela primeira vez uma *chinesa*. Residente há poucos meses na cidade de São Paulo e falante apenas de chinês, a neófito de pouco mais de 30 anos foi levada ao *atendimento* por duas *parceiras* de cela *sul-africanas*, a pedido de Serena, uma das agentes penitenciárias que atua na portaria da escola e que nos comunicou sobre seu recém-ingresso. Como ela era a primeira e única representante de sua nacionalidade, funcionários e veteranas de outros países buscaram criar um ambiente mínimo de integração. Primeiro, ela foi encaminhada pela ex-agente penitenciária⁴⁶ do setor de Inclusão para viver com três mulheres consideradas de confiança e pertencentes ao maior e mais forte coletivo estrangeiro, o das *sul-africanas*. Depois, por intermédio destas e com a permissão da assistente social da unidade, a *chinesa* conseguiu entrar em contato com o marido. Por fim, ela foi levada ao *atendimento* do ITTC, cuja coordenadora a colocou em contato com o consulado e a Defensoria Pública do Estado.

Além dos agentes penitenciários e das veteranas *estrangeiras*, o ITTC também pode ser considerado um “vaso comunicante” privilegiado das não nacionais. Embora também medie relações intramuros tal qual esses atores, seu foco está nas mediações com agentes extramuros. Na verdade, mais do que uma questão de escala das diferentes mediações – porque veteranas e funcionários também atuam em conexões extramuros e o ITTC, naquelas intramuros – a diferença está, sobretudo, nos modos de atuação. Enquanto organização civil de direitos humanos que, naquela altura já atuava havia mais de dez anos junto a essa população, o Instituto dispõe de canais legítimos de comunicação com instâncias dos Estados brasileiro e estrangeiros mais dificilmente acessíveis às figuras individuais de presas e funcionários. Mas sua atuação depende diretamente destas, como já explicitado no episódio do questionário de Chanida. Juntos, veteranas, agentes penitenciários e membros do ITTC têm suas fronteiras institucionais atravessadas para compor um dos principais tripés de mediação das noviças.

No caso da *chinesa*, por exemplo, para além da atuação conjunta dos três no seu acolhimento, chamou-me atenção principalmente o modo como se desdobrou a comunicação com ela em meio às barreiras linguísticas e culturais. Quando Serena e as duas *sul-africanas* a levaram ao *atendimento*, elas já sabiam sobre sua origem, o crime pelo qual ela havia sido acusada e presa, onde e por quem havia sido flagrada. Isso não seria de surpreender se houvesse

⁴⁶ É muito comum encontrar agentes penitenciários serem remanejados para funções administrativas após serem diagnosticados, geralmente após episódios traumáticos ou muitos anos de profissão, com poucas ou nenhuma condição física e/ou psicológica para seguirem atuando no controle e na vigilância da unidade.

uma língua que mediasse a conversa entre elas. Mas nessa ocasião, nem *sul-africanas*, nem agentes penitenciárias e nem qualquer outro possível tradutor tinha a mais parca ideia do idioma chinês, enquanto a *chinesa*, do outro lado, arrastava apenas meia dúzia de palavras em português com um sotaque que as tornava quase incompreensíveis. Então como aquelas informações já haviam circulado entre elas? Parecia haver ali outra forma de comunicação que não passava prioritariamente, ou ao menos inteiramente, pela tradução linguística.

Primeiro, Serena havia obtido informações com as funcionárias do setor de Inclusão que já sabiam, por meio da documentação policial, a causa que tinha gerado o aprisionamento da *chinesa*. Depois, *sul-africanas* construíram prognósticos acerca dos trajetos da novata a partir do rastreamento de indícios. A troca de palavras (raramente numa mesma língua), a observação de gestos e o conhecimento resultante do acúmulo das narrativas que se escuta dentro da prisão sobre o recorrente tema da apreensão policial, quando somados às informações transmitidas por Serena, forneceram-lhes os instrumentos básicos para que o trajeto da *chinesa* até a prisão pudesse ser perseguido. Evidentemente não há como negar a centralidade da dimensão discursiva para a compreensão das informações expressas pela *chinesa*, afinal como bem destacou Mohammed ElHajji (2011) toda representação do “outro” passa obrigatoriamente pelo filtro semântico e ideológico da linguagem. A questão aqui é que esse filtro fora atualizado na interface língua-discurso a partir de outras ferramentas que não apenas a da tradução.

Tive a oportunidade de observar parte desse processo no *atendimento* quando alguns dados que nos interessavam – tais como se ela já havia contatado algum outro parente, se tinha filho ou outros dependentes, onde vivia e se havia sido presa com mais alguém – foram rastreados pelas veteranas ali mesmo em nossa frente. A interação, apesar de truncada, funcionou: as *sul-africanas* falavam em inglês, em zulu e através de gestos com a *chinesa* que, por sua vez, respondia-lhes em chinês, com algumas poucas palavras em português e com os mesmos ou outros gestos (bastante tímidos); as respostas desta, por seu turno, eram discutidas em zulu entre as *sul-africanas* e, eventualmente, em inglês e português, quando as duas nos incorporavam na conversa para ajudarmos na indução e harmonização dos fragmentos de informações (orais e gestuais) executados pelo trio.

Contudo, o curioso dessa comunicação veio à tona duas semanas depois, após chegar à Luciana, coordenadora de nossa equipe, notícias sobre a existência de um funcionário da Embramed que era fluente em chinês e que, portanto, poderia atuar na tradução do questionário do ITTC – para a nossa surpresa, assim como para a de agentes penitenciárias, assistentes

sociais e *sul-africanas*. Na ocasião, o homem transmitiu à nossa coordenadora, dentre outras informações, aquelas mesmas articuladas no *atendimento* pelas *sul-africanas*. Como isso foi possível? A equivalência das informações estaria na equivalência entre a “tradução linguística” empreendida pelo funcionário e a produção de informações mediada pelas *sul-africanas* com a nossa ajuda e com as informações oficiais levantadas pelas funcionárias? Ou estaria na possibilidade de a novata, rapidamente, em apenas duas semanas, reproduzir a versão articulada pelas duas veteranas apreendida por outros meios como, por exemplo, a tradução de agentes sociais extramuros via cartas ou telefonemas celulares (clandestinos)? Ou estaria nas duas coisas? Não sei, faltam-me dados para responder a essas questões⁴⁷.

Mas o fato é que, independentemente da causa do sucesso comunicacional, ambas as possibilidades apontam para a importância das articulações na inserção da *chinesa* à prisão. A produção dos documentos policiais, a transmissão intramuros das informações contidas neles, a alocação e a recepção da neófito na cela, o seu encaminhamento ao *atendimento*, a efetuação de um ou mais telefonemas, a elaboração de prognósticos, o acionamento do consulado e da Defensoria Pública do Estado e a tradução do funcionário da Embramed enredaram um complexo de relações que viabilizou o processo de individuação da neófito através do rastreamento de seus principais passos até a prisão. Um rastreamento efetuado a partir da produção de práticas de esquadramento que fazem *estrangeiras* e demais agentes no fazer cotidiano da prisão. Em meio à falta de uma política prescrita pela administração penitenciária, policiais, agentes penitenciários, assistentes sociais, veteranas, novatas, seus familiares, ITTC, funcionários da Embramed, consulado e defensoria atuam na gestão prisional a partir de suas ações e relações. Ações e relações que borram continuamente as fronteiras do Estado, podendo, por vezes, até afetar as fronteiras físicas da prisão, como veremos a seguir.

1.2.2. Para afetar as linhas da prisão

Caitlin, *sul-africana branca*, de 20 e bem poucos anos, foi uma de minhas primeiras e principais interlocutoras. Mas por pouco não perdemos a chance de nos aproximarmos. Em função de uma suposta *caguetagem*, ela quase foi extinta da PFC, se não fosse sua capacidade de se engajar em novas relações desde uma zona fronteira intramuros. O problema começou quando Caitlin decidiu expor, em seu julgamento, todos os detalhes do esquema de

⁴⁷ Na verdade, eu sequer conhecia as *estrangeiras* envolvidas nesse episódio e não cheguei a estabelecer um contato com elas depois dele. Daí o motivo pelo qual elas são referenciadas apenas com as nacionalidades: para evidenciar os diferentes graus de proximidade travados ao longo do trabalho de campo e voluntário.

seu aliciamento e sua atuação no transporte de cocaína, tendo em vista a denominada delação premiada⁴⁸. Revelou o nome, os números de telefones e os locais de circulação do *nigeriano* (negro) responsável por seu embarque na capital paulista.

Preso havia mais de oito meses, Caitlin sabia que, em princípio, esse tipo de delação não a colocaria em risco dentro da unidade. Primeiro, porque seu processo correria em segredo de justiça tão logo ela confidenciasse tais informações ao juiz. Depois, porque, mesmo que seu processo não corresse em segredo de justiça, sua atitude não a colocaria na mira de *brasileiras* que, embora pudessem considerar⁴⁹ esse tipo de delação uma *caguetagem* passível de retaliações, não a aplicavam quando os agentes envolvidos nela se encontravam no campo das relações exteriores, como era o seu caso e o do *nigeriano*. Em outros termos, ambos se encontravam, neste episódio, fora dos ordenamentos que enredavam as relações de *brasileiras* na prisão e no *mundo do crime*.

Esses saberes e fazeres mobilizados por Caitlin colocavam-na alinhada com algumas das possibilidades de agência garantidas pela imagem que cercava a coletividade das *estrangeiras* no fato de elas *falarem mais do que devem*. Embora esta seja uma característica amplamente imputada às mulheres presas, inclusive por elas próprias entre si, na PFC recai mais fortemente sobre as *estrangeiras*. Marcadas pela insígnia pejorativa de *fofoqueiras*, essas mulheres são coletivamente tachadas como pessoas nada confiáveis. Mas, se por um lado tal característica as coloca mais fortemente na mira de contínuas suspeitas, por outro lhes garante maior liberdade na fala. Tal liberdade parece ser garantida pela justaposição de ao menos três características, quais sejam: (a) a ideia (e o seu acionamento estratégico) de que toda tradução guarda certa margem de traição – tão bem exposta no trocadilho “traduttore, traditore”, acionado certa vez por uma *italiana*; (b) a quase sempre completa ausência de vínculos afetivos, residenciais e político-morais (anteriores ao aprisionamento) com os territórios fora da unidade atravessados pelos ordenamentos do *mundo do crime* e do PCC⁵⁰; ausência esta lhes garante (c) “um sentimento de contingência” (Simmel, 1983 [1908]) e um grau de descompromisso moral para com

⁴⁸ Delação premiada é um benefício legal concedido aos réus que se dispõem a colaborar na investigação delatando outros envolvidos no crime em julgamento.

⁴⁹ Embora haja, segundo as *estrangeiras*, um certo consenso entre *brasileiras* em torno dessa consideração, tal consenso é construído a partir de diferentes ordenamentos que nem sempre se encontram vinculados ao PCC e que podem variar de acordo com a situação e o contexto.

⁵⁰ Essa ideia ficou bastante evidenciada na fala de Margarida em uma entrevista realizada em 13 de outubro de 2011, na PFC. Cito a seguir o trecho: “Se eu não respeitar o PCC aqui dentro não tem tanto problema, porque o PCC não está forte aqui e quando eu sair [da unidade] eu vou embora do Brasil, e pretendo nunca mais voltar. Mas elas [as brasileiras], não. Se fizerem alguma coisa aqui dentro, quando voltarem para a *quebrada*... lá tem muitos *irmãos* [membros do PCC] e elas vão ser cobradas por eles. É muito mais medo do que respeito [que elas têm pelo PCC]. O respeito se faz pelo medo, pode perguntar para a maioria delas que você vai ver”.

os ordenamentos prisioneiros vigentes em unidades prisionais e seus territórios adjacentes no estado.

Juntas, essas características evidenciam uma fronteira que separa e distingue *fofoqueiras* de *caguetas*. Ambas as figuras se fazem de um mesmo ato, o de *falarem mais do que devem*. Mas enquanto o ato daquelas, inscrito, sobretudo, no universo feminino⁵¹, surge como parte constitutiva e constituinte das interações sociais, o destas é entendido, tanto no universo prisional feminino quanto no masculino, como uma espécie de infração dos códigos de conduta, da “lei do silêncio” (Marques, 2009) de presas(os). No caso das *estrangeiras*, o fato de serem oriundas de locais e realidades culturais longínquas e não saberem, ao menos em princípio, ou nem sempre quererem manejar suas falas segundo os códigos vigentes na prisão e em seus territórios associados acaba abrindo maiores margens para seus excessos e equívocos de fala no registro da *fofoca*. Em outras palavras, quando efetuado pelas *estrangeiras* tal ato tende a ter seu campo semântico dilatado pelas particularidades desse coletivo numa espécie de produção do “outro” em sua diferença – e não seria este o empreendimento da tradução (Dulley, 2010)?

Mas essa dilatação tem limites e, dependendo do conteúdo das narrativas, do contexto político, do episódio em questão, dos agentes sociais envolvidos e da perspectiva de análise, uma suposta *fofoca* pode se atualizar como *caguetagem*, revelando assim a dimensão porosa de suas fronteiras semânticas. Tal atualização não depende necessariamente do envolvimento de *brasileiras*, a quem o sentido moral do termo costuma estar associado na perspectiva de *estrangeiras*. No caso de Caitlin, por exemplo, sua delação premiada foi traduzida como *caguetagem* não apenas por suas próprias conterrâneas regionais, mas também pela administração da uni-

⁵¹ Em *Família, Fofoca e Horna*, Claudia Fonseca (2000) chamou atenção para o fato de a fofoca estar no registro do universo feminino, fato que ecoa em parte da literatura prisional nacional. Nos estudos desenvolvidos em torno de unidades masculinas não há referências ao termo fofoca (Marques, 2009; Dias, 2011; Godoi, 2015) e, quando há, é para analisar o controle das mulheres na vida que corre fora das prisões (Barbosa, 2005) ou para somente qualificar narrativas efetuadas por mulheres (Lima, 2013) ou por pessoas menores, desprezíveis, tais como o *Zé Povinho* (Biondi, 2009). Neste último caso, há participação de homens nas fofocas, mas o assunto não chegar a ser desenvolvido pela autora que foca na plasticidade de tal categoria, sugerida por Gabriel Feltran em uma comunicação pessoal. Nos estudos desenvolvidos em torno de unidades femininas, por sua vez, a fofoca aparece com mais frequência, sendo reconhecida como algo central nas relações sociais (Cunha, 1994; Brito, 2007; Lago, 2014; Padovani, 2015). Mas não é apenas isso. Contrastando os estudos efetuados em unidades femininas e masculinas, observei que um mesmo ato executado por presas e presos pode passar por significações distintas como, por exemplo, o alerta sobre a traição efetuada pelo marido ou a esposa da(o) cônjuge presa(o): nas primeiras tal ato encontra-se no registro da fofoca ou até da *caguetagem*, sendo geralmente desqualificado; já nas segundas torna-se uma obrigação daquele que detém a informação de *passar a caminhada* para o preso traído – ou seja, aqui o silêncio, e não a fala, que é objeto de desqualificação. Mas apesar da diferença valorativa fortemente marcada por concepções de gênero, tanto a fofoca quanto o “passar a caminhada” são termos que fazem fronteira com a *caguetagem*. Ambas estão no campo das informações admissíveis, podendo migrar para seu oposto consoante o conteúdo das informações, as circunstâncias, os interesses e os agentes em jogo. Sobre a figura da *caguetagem* em unidades femininas, sigiro ver: Padovani (2010) e Lago (2014).

dade. Embora as causas dessa mesma tradução tenham sido heterogêneas, elas produziram uma convenção de sentido capaz de atualizar a relação de alteridade entre Caitlin e os dois grupos de tradutoras, de modo a afetar a vida desta e a prisão onde ela cumpria pena. Vejamos como isso aconteceu.

Ao longo de seu julgamento, ouvi dizer que Caitlin estava *falando mais do que devia* dentro da Penitenciária Feminina da Capital, causando assim a indignação de algumas *africanas*. De acordo Caitlin, tal indignação em nada tinha a ver com qualquer excesso cometido por ela, mas com o fato de ser branca e, portanto, ter desrespeitado os limites raciais impostos, segundo ela, pelas *africanas* e, principalmente, *sul-africanas* (negras). Tais limites vinham sendo atualizados na prisão, dentre outras formas, através dos vínculos (afetivos e/ou econômicos) que algumas *africanas* nutriam com os tais *nigerianos*. Vínculos que cruzavam as fronteiras prisionais e nacionais, mantendo intactos os limites regionais e raciais. “Mas se fosse uma delas a delatar o mesmo *nigeriano* (sim, porque são sempre os mesmos que ficam por aí com elas), dificilmente aconteceria o que aconteceu comigo. As outras [*africanas*] “não veriam”. Mas como eu sou branca...” – desabafou Caitlin, fazendo as aspas do “não veriam” com seus dedos.

Foi nesse registro que, segundo ela, a notícia de sua delação ganhou o sentido de *caguetagem*. Ou seja, ao ter sua conduta no julgamento enredada em atributos regionais e raciais na dinâmica intramuros, Caitlin passou a sofrer ameaças de retaliações por parte de suas conterrâneas regionais negras, vendo-se, pois, obrigada a mudar-se para as *celas do seguro* (ver Figura 2). O interessante é que essa mudança não partiu da sua própria iniciativa frente a uma avaliação dos riscos que (supostamente) corria, tal como costuma acontecer em casos como este. Antes, decorreu da leitura que a própria administração da unidade fez da conjuntura. Ou seja, se para Caitlin a indignação das *africanas* acerca de sua atitude encontrava-se nos limites da zona semântica do *falar mais do que deve*, para a administração a mesma situava-se no repertório da *caguetagem*. E isso tinha uma razão de ser.

A essa altura, a Penitenciária Feminina da Capital vivia um momento marcado por tensões que envolviam fortemente o coletivo das *sul-africanas*, como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo. Casos de violência física e sexual, sobretudo, de *brasileiras* contra *estrangeiras* vinham sendo registrados com uma frequência relativamente alta. Nesse contexto, e diante das ameaças destinadas a Caitlin, a direção da disciplina, principal responsável pelas questões de segurança da unidade, decidiu retirá-la da área do *convívio*. Caitlin e sua namorada – também *sul-africana*, porém “de cor” (*coloured*) – tentaram reverter tal decisão. Além de não

quererem se separar, tinham plena confiança na capacidade de Caitlin de dissolver o impasse com aquelas “poucas *africanas* que insistiam em encher o saco”, diziam elas.

É possível que essa confiança adviesse do fato de Caitlin já se perceber e se fazer *estrangeira* num processo, porém, que é contínuo, nunca acabado. Naquela altura, ela não era mais uma noviça e já se encontrava plenamente integrada à unidade prisional. Já havia passado por transformações linguísticas – com o domínio do português ou, mais ainda, do *dialeto do crime*; por transformações gramaticais – com o conhecimento acerca dos ordenamentos e normativas que regem o aprisionamento de *brasileiras* e *estrangeiras*; e por transformações morfológicas – com o corpo mais gordo e mais marcado de espinhas, tatuagens e *piercings*⁵². Havia passado também por transformações fisiológicas – com o paladar e a disposição habituados (numa ojeriza comum às *estrangeiras*), respectivamente, ao arroz com feijão e à rotina da prisão; por transformações perceptivas – na capacidade de produzir presenças dos parentes distantes por meio de cartas e outras materialidades (ver capítulo 4), além de ter mobilizado uma nova gramática afetiva – com o seu primeiro amor feminino.

Em outras palavras, Caitlin já havia incorporado a dinâmica prisional, e suas transformações corporais expressavam o composto de relações que a tornou uma *estrangeira*. Seu corpo explicitava os encontros passados que a permitam agir com “naturalidade” nas mais variadas situações dentro da unidade. Certamente, por isso, ela se sentia segura para avaliar, com a ajuda de sua namorada, também já formada *estrangeira*, os reais riscos decorrentes da delação premiada. Possivelmente não, ponderava a direção; não naquele contexto de tensão. E, embora o casal tivesse insistido em sua opinião, imperou o poder de decisão da agente do Estado. Dali em diante, Caitlin cumpriria toda sua pena no *seguro*. E o namoro seria vivido por entre fronteiras intramuros.

Em uma reflexão acerca do ponto de vista de *ladrões* (homens) sobre o *crime*, Adalton Marques (2009) chama atenção para a importância da divisão espacial *convívio-seguro* na definição, sempre relativa e relacional, da categoria “proceder”⁵³. Segundo o autor, a palavra

⁵² Naquela altura, haviam entrado na unidade, por meios escusos e que desconheço, equipamentos para presas se atuarem e colocarem *piercings*. Segundo minhas anotações de campo, somente *estrangeiras* que se mostravam completamente confortáveis na dinâmica intramuros que apareceram nos *atendimentos* com seus corpos marcados e adornados. E Caitlin era uma delas.

⁵³ Segundo Marques, o proceder é um termo que aparece, no interior das prisões, como substantivo e como adjetivo. Segundo ele, a primeira “[...] é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas, distinguindo presos de acordo com seus históricos “no crime”, diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios entre presos, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere etc” (Marques, 2010: 315). Na segunda acepção, “[...] é um atributo daquele que tem sua experiência prisional considerada pelos outros presos como estando em consonância ao “proceder”

seguro, objeto também de reflexão de Barbosa (2005), é utilizada em oposição ao termo *convívio* para se referir a: presos que, uma vez ameaçados por outros, pedem proteção para a administração prisional; condição dos que pedem proteção; e o lugar onde cumprem a pena destacado dos demais dentro da prisão.

Única palavra, tripla significação: população, condição e lugar. Portanto, “pedir seguro” é o mesmo que recorrer à proteção administrativa por estar correndo risco no local onde se cumpre pena. Conseqüentemente, passa-se a compor a população “seguro”, passa-se a viver a condição “seguro” e, enfim, passa-se a morar no espaço “seguro” (Marques, 2009: 29).

Embora as três acepções circulem ora mais ora menos entre falas e práticas na Penitenciária Feminina da Capital, somente a terceira se efetou no caso de Caitlin e, ainda, de modo frágil e parcial. A começar pela decisão da direção de “dar seguro” a quem não desejava e nem considerava necessário – decisão que, neste evento, obliterou o poder administrativo das presas na distribuição da população carcerária. Nesse contexto, argumentava Caitlin, nem ela, nem *estrangeiras* do *convívio* a consideravam propriamente uma presa *seguro*. Embora ela tenha sofrido ameaças, eu também nunca ouvi alguém se referir a Caitlin nesses termos, tal qual ocorreu com outras *estrangeiras* e *brasileiras* que passaram, naquela mesma altura, pelas *celas do seguro*. Digo passaram, porque todas foram transferidas, mais cedo ou mais tarde, para a Penitenciária Feminina do Tremembé, unidade conhecida por abrigar exclusivamente presas *seguros*. Caitlin foi a única que ficou fora dessa “população”, permanecendo, pois, nos fundos do pavilhão administrativo até o final de sua pena de prisão. E, embora vivesse sob os contínuos rumores acerca de uma iminente transferência, sua permanência deveu-se especialmente à dissolução da terceira acepção do termo *seguro* (“espaço”), dissolução esta efetuada por meio da articulação que a atualizou enquanto *estrangeira* na atualização de uma nova prisão.

A começar pelo fato da permanência da *sul-africana branca* naquelas celas nos fundos do pavilhão administrativo não implicar seu completo isolamento em relação às demais áreas da unidade. De acordo com Marques, é esse isolamento que define a área do *seguro* na sua relação (de subtração) com a área de *convívio*. O autor explica:

O “convívio” estende-se a todo perímetro de circulação permitida aos presos no interior das construções penais – celas, pátio, cozinha, escola, oficinas etc –, desde que se subtraia dessa extensão as isoladas celas de “seguro”. Em síntese, podemos exprimir a fórmula $P - S = C$, onde P são os espaços de circulação dos presos no interior da prisão, S é o “seguro” e C é o “convívio” (Marques, 2009: 29).

(substantivo). Um indivíduo nessa condição é denominado “cara de proceder”, “sujeito homem”, “ladrão” etc, possuindo, portanto, os requisitos para viver num espaço denominado de “convívio”. No mesmo sentido (enquanto adjetivo), mas tomando o exemplo contrário, o “proceder” é aquilo que falta ao indivíduo que é exilado no espaço “seguro” ou morto em decorrência de um “debate” (Ibid: 315).

Em sua descrição etnográfica, Adalton mostra que sempre há um limite espacial que separa as áreas de *convívio* e *seguro*, mesmo que este limite seja apenas as grades de uma cela que isola (e protege) os presos *seguros* dentro de uma ala de *convívio*. Um limite poroso, porém, fixo, que permite o trânsito daqueles presos que entram e saem da condição de *seguro* ou apenas das *celas do seguro* rumo a outras prisões ou ao seu exterior sem, no entanto, deixar de garantir o isolamento/proteção dos que dentro dele permanecem – a não ser quando é atravessado (invadido) por presos do *convívio* em ocasiões como rebeliões. E isso, ao que parece, tem uma razão de ser para o autor: “do ponto de vista” de seus “interlocutores”, eles estão em “guerra”. Nenhum destes, diz ele, “[...] ‘tirou seus dias de prisão’ sem presenciar derramamento de sangue. E, para eles, não houve uma só gota de sangue derramada em que não estivesse inscrito o signo do ‘proceder’, ainda que fosse o signo de uma acusação ‘injusta’ em nome do ‘certo pelo certo’” (Marques, 2016: 339).

As *estrangeiras*, por seu turno, nunca se mostraram em “guerra”, e suas contínuas disputas eram feitas de ações que, por vezes, assemelhavam-se mais a táticas de guerrilha⁵⁴. Também não estavam numa *cadeia* onde o PCC se fazia *muito forte* (“aqui o PCC não é muito forte e está cada dia mais fraco”, diziam-me muitas delas). Por fim, pertenciam a uma população carcerária altamente diversa e distante de seus locais de origem, cujo *convívio* impunha a incessante formulação de uma linguagem intermediária que tem como uma de suas consequências pragmáticas a confluência de moralidades distintas. Certamente, essas marcas permitiam/exigiam que elas vivessem fronteiras políticas, morais e físicas menos rígidas.

Para a maioria das mulheres que tem suas rotinas mais restritas à área dos pavilhões de moradia, como inscrito no croqui de Margarida (ver Figura 1), o *convívio* coincide com essa área, tendo seu limite encerrado na chamada *divisória*. Já o *seguro* encontra-se no fundo do pavilhão de administração que, por sua vez, não pertence nem ao *seguro* nem ao *convívio*. Ou seja, entre este e aquele, está a *administração*, local frequentado por todas as presas para, dentre outras coisas, resolver questões administrativo-judiciais relativas ao cumprimento de pena, atender a telefonemas de familiares, receber *visitas administrativas* de familiares, funcionários de órgãos consulares e advogados particulares. Nesse caso, o termo administração guarda dois sentidos: refere-se ao pavilhão que abriga os setores responsáveis pela operação da burocracia, bem como ao corpo de funcionários que atua nele. Quando justapostos, esses dois sentidos en-

⁵⁴ A ideia de guerrilha me parece pertinente para as *estrangeiras*, pois suas disputas não estão inscritas na tentativa de efetuar provas de força contra certos “inimigos”, mas na de conseguir se compor com os melhores aliados em dadas circunstâncias, não importando, a priori, quem sejam estes. Essa ideia possivelmente ficará mais clara nos capítulos seguintes com as descrições etnográficas.

trelaçam as materialidades e as práticas que fazem da administração uma zona fronteira. Zona que divide e comunica espaços e repertórios heterogêneos; que regula linhas físicas e semânticas as quais conectam e separam presas entre si e com outros agentes.

E foi desde essa zona que Caitlin conseguiu, através das articulações que a compunham, transformar os limites das três áreas. A começar pelo fato de ela – que, vale lembrar, não havia pedido *seguro* e nem era considerada *seguro* – trabalhar na limpeza do pavilhão da administração. Ao circular por suas áreas internas devidamente vestida com suas galochas e luvas de borracha, Caitlin tinha a oportunidade de se encontrar cotidianamente com muitas *parceiras* e outros agentes sociais, para sua alegria. Além disso, passou a atuar como uma espécie de tradutora oficial dos funcionários da administração, quando em conversas com *estrangeiras* falantes de inglês, seus parentes ou qualquer outro agente do país de origem delas que telefonava para unidade. Tornou-se cena relativamente banal a encontrarmos absolutamente integrada a rodas de funcionárias, como se fosse uma delas, caso o uniforme de presidiária não nos lembrasse do contrário. E foi assim, borrando as fronteiras do Estado (imputadas na distinção entre presas e funcionárias), que Caitlin, sob o perene desejo de retornar ao *convívio*, manteve-se na PFC atualizada de/em toda a sua dinâmica.

Ali naquela área, ela trocava abraços, beijos, segredos, estratégias, bilhetes e cartas com suas *parceiras*, sua namorada e até funcionárias; matava as saudades de todas elas – saudades estas que não eram uma exclusividade de presas do *seguro*, mas também das que vivem e trabalham em pavilhões distintos da área do *convívio*; orientava noviças na interação, sobretudo, com instâncias oficiais, e vice-versa; e recebia *atendimentos* semanais, porém exclusivos do ITTC e da Pastoral Carcerária. E foi a partir de interações como estas que ela se manteve no *convívio*, de certa forma. Uma forma mediada, é fato, mas ainda sim uma forma. Mediada pelas fronteiras físicas que fizeram daquele pavilhão a sua prisão; mediada também pelos corpos, bilhetes e cartas prisioneiros que se recusavam a acatar a sua nova reclusão; pela assistência do ITTC e da Pastoral que, embora ganhasse um novo formato na exclusividade de seus *atendimentos*, mantinha Caitlin igualmente conectada com os “dentros” e “foras” da prisão; mediada pelas mais regulares conversas com funcionários, advogados e consulados que por lá circulavam; e, por fim, pela sua própria atuação (mediação) como tradutora.

Nesse registro, diferentemente do *seguro* definido por Marques o atualizado no caso de Caitlin se fazia na possibilidade de ela o transcender, quer dizer, de extrapolar os limites de sua tripla significação, transformando e sendo transformada pelas relações de mediação. Uma

mediação que implicava não apenas a tradução, distorção e modificação de sua pessoa, mas também a dos agentes envolvidos na interação (Latour, 2012), estivessem estes efetuados em ordenamentos ou em materialidades (humanas ou não humanas). Agentes compostos por noções e ações acerca da disciplina, dos muros, das grades, dos papéis e dos corpos; agentes que atualizavam, a um só tempo, separação e conexão, atuando assim como meios seletivos de articulação. Meios do e para o *convívio* através dos quais Caitlin conseguia se manter integrada à toda dinâmica intramuros desde a área da *administração*, ou melhor, que ela conseguia transitar no e pelo travessão do binômio *convívio-seguro*, transformando-se e aos demais agentes em mediadores entre as três áreas em jogo.

E talvez aí esteja uma das principais razões de ela não ter sido transferida para outra prisão: ao ser alocada nas *celas do seguro*, Caitlin continuou sendo uma *estrangeira*, tão logo se atualizou novamente como “[...] um ponto de inflexão de relações, capaz de metamorfosear um tipo de pessoa em outro, [capaz de ser, portanto] um transformador” (Strathern, 2006: 399). Transformador das relações que a constituem e que constituem a prisão. Ou seja, ao ter sua unidade prisional redimensionada no pavilhão da administração, Caitlin redimensionou seus modos de articulação, modos estes que, por sua vez, re-redimensionaram sua prisão. Transferida para o *seguro*, sua prisão ficou preliminarmente restrita às celas e pátio dessa área de isolamento/proteção; iniciada no trabalho da faxina, todavia, teve-a ampliada para o prédio da administração; e não tardou para estabelecer relações com agentes sociais que a colocaram em relação (mediada) com o *convívio*. O resultado foi outra equação: $C + S + A = CM$, onde C é o *convívio*, S é o *seguro*, A é a administração e CM é o *convívio* mediado.

Não pretendo com essa equação apresentar uma nova proposta de demarcação de fronteiras intramuros. Antes, visio expor sua natureza eventual e sua dimensão móvel no episódio em questão, salientando, pois, que a segregação não se dá necessariamente pela distância espacial, mas pela interrupção dos fluxos que a negam e afirmam, a um só tempo, na produção da dinâmica cotidiana dentro da prisão. Poder-se-ia então aqui fazer duas outras equações de acordo com as etapas de integração: momento de entrada no *seguro* ($P - S = C$, sendo P os espaços de circulação dos presos no interior da prisão, S o *seguro* e C o *convívio*, tal qual exposto por Marques); momento de ingresso no trabalho ($S + A = SS$, sendo S *seguro*, A administração e SS *semisseguro*). O que as mudanças nas equações revelam é a lógica antropofágica a partir da qual os fluxos atuaram e se atualizaram, quer dizer, consumaram-se na devoração de certas fronteiras e na incorporação de novas áreas à do *convívio* mediado. Nesse caso, os limites

da prisão deixaram de ser ditados por grades e muros que a separavam do *convívio* e passaram a sê-los especialmente pelas articulações. Foram estas que determinaram o perímetro do novo *convívio* e limitaram os limites da área do *seguro*.

Como tenho buscado mostrar desde a apresentação da tese, as divisões entre os múltiplos “dentros” e “foras” da prisão não são um fato atual, mas sim um resultado sempre mutante de uma relação entre os dois termos que os agentes sociais constroem ininterruptamente. Uma relação feita de um complexo de relações. Logo, uma relação em outra escala, que guarda camadas relações que fazem dos agentes sociais serem quem eles são. Isso significa dizer que a articulação é holográfica, uma vez que os agentes sociais são continentes e conteúdos parciais da prisão. É holográfica “[...] por ser uma instância do campo que ocupa, sendo que cada uma de suas partes contém informações sobre o todo e há informações sobre o todo envoltas em cada uma de suas partes”, afirma Strathern (2014: 277) em suas reflexões sobre o efeito da escala no conceito de relação.

Nesse registro, o caso de Caitlin parece indicativo do modo como *estrangeiras* se fazem continuamente no fazer dos limites da PFC, e vice-versa. Sua mudança para o *seguro* implicou uma mudança no modo das relações que a compunha, relações que, por sua vez, implicaram uma mudança na prisão. Na sua prisão e na de todos os agentes (humanos e não humanos) que estavam em relação com ela, variando em graus e modos consoante a natureza da interação. Para citar apenas um exemplo, enquanto Caitlin esteve no *convívio* mediado, o *atendimento* do ITTC na PFC efetuou-se nessa mesma área. Apropriou-se, pois, das fronteiras entre a sala de aula e o *seguro* para incorporar a *sul-africana branca*. E foi assim que esta continuou a se fazer *estrangeira* nos *atendimentos*.

Esse modo de se fazer pessoa na prisão por meio da ação não é uma exclusividade das *estrangeiras*, e o trabalho de Padovani (2015) é prova disso. Também não é exclusividade dos melanésios apresentados por Strathern (2006), cujas formulações me atentaram para essas reflexões. Na verdade, há uma série de etnografias que vêm mostrando como os sujeitos pesquisados, e por vezes, também pesquisadores se constituem enquanto agentes em, por meio e enquanto rede de relações (cf. Sautchuk, 2007; McCallum, Bustamante, 2012; Rui, 2012; Taddei, 2015; Rezende, 2016). Portanto, não é propriamente uma nova abordagem acerca da concepção de pessoa que está em questão nesta tese, mas uma reflexão sintonizada com essa literatura e interessada na relação entre as concepções de pessoa na ininterrupta demarcação dos limites da prisão. Ou seja, se a prisão é uma instituição, por excelência, das relações entre

muitos “dentros” e “foras” e as pessoas são um microcosmo dessas relações, coloquei-me diante do desafio de olhar as transformações destas considerando as daquela. E isso foi feito no cruzamento de minha dupla e simultânea atuação.

1.3. Sobre o fazer-se etnógrafa

Como já foi dito na introdução, meu acesso à Penitenciária Feminina da Capital para a realização do trabalho de campo, em maio de 2008, deu-se com o ITTC. Ao entrar em contato com o Instituto por intermédio de Acácio Almeida⁵⁵, antropólogo e então diretor da Casa das Áfricas, eu pretendia criar um “atalho metodológico” (Fleischer, 2006) para evitar, dentre outras coisas, uma inserção muito limitada ou controlada por instâncias estatais. Até aquele momento, minha referência era apenas a antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), atual Fundação CASA, instituição onde crianças e adolescentes de 12 a 21 anos incompletos acusados de cometerem “atos infracionais” cumprem as chamadas “medidas socioeducativas” em unidades fechadas semelhantes às penitenciárias. Atuando como “educadora social” em algumas dessas unidades por meio de organizações não-governamentais, entre os anos de 2006 e 2008, pude observar o potencial dos profissionais “de fora” para firmar relações de confiança que dificilmente a condição exclusiva de pesquisadora, no curto tempo de mestrado, proporcionaria-me na PFC⁵⁶.

Isso me levava a ver no ITTC um canal de acesso privilegiado às *moçambicanas* – lembrando que naquela altura meu foco ainda estava apenas nas mulheres dessa nacionalidade. Eu acreditava que minha atuação voluntária em sua equipe garantir-me-ia a superação de um possível receio dos atores intramuros em interagir com jornalistas e pesquisadores desconhecidos. Acreditava também que a rotina dos *atendimentos* colocar-me-ia em um campo da prática para além do universo da linguagem verbal, quer dizer, inserir-me-ia em searas que envolvem sentidos, percepções, gestos e palavras (escritas e verbais) capazes de me informar sobre o modo como os sujeitos pesquisados integram-se no presídio e interagem uns com os outros para além daquela primeira camada discursiva estandardizada que evidenciei no preenchimento do questi-

⁵⁵ Conheci o ITTC por meio de Acácio que, naquela altura, tinha intenções de realizar projetos junto às *africanas* presas em parceria com o Instituto. No entanto, suas intenções não se concretizaram e, muito generosamente, Acácio incentivou-me a levar o projeto de mestrado, mediando, pois, meu contato com Luciana Matumoto, então coordenadora do “Projeto Estrangeiras”, do ITTC. A receptividade de Luciana e de toda a equipe, bem como a mediação de Acácio foram determinantes para a existência dessa pesquisa. A eles, meus mais profundos agradecimentos.

⁵⁶ A realização parcial ou integral da pesquisa de campo por meio de projetos e organizações civis não é exclusividade desta pesquisa. Lago (2014), Negretti (2015), Padovani (2015) e Godoi (2015), por exemplo, realizaram parte de seus trabalhos de campo em unidades penitenciárias paulistas por meio da Pastoral Carcerária.

onário.

Satisfeita com a superação daquilo que eu esperava ser um dos maiores entraves para a realização do trabalho de campo – isto é, o cruzamento da portaria da unidade e dos estereótipos das *estrangeiras* – não imaginava que o mais difícil ainda estava por vir. Isso porque, ao adentrar a PFC com a equipe do ITTC, deparei-me com um surpreendente caos: cerca de 60 *estrangeiras* oriundas dos quatro cantos do mundo, com nomes quase impronunciáveis e línguas muitas vezes enigmáticas adentrando a sala de aula com a expectativa de que aquela equipe, de apenas cinco ou seis pessoas, solucionasse os problemas de suas vidas nas curtas duas horas de *atendimento* semanais. Problemas jurídicos, processuais, familiares, comunicacionais, afetivos, de saúde e de violência brotavam em fragmentos de falas, rumores, silêncios, gestos e emoções que só faziam sentido para quem tinha certo grau de imersão em suas vidas e no universo prisional.

Logo em meus primeiros *atendimentos*, pude perceber que essa Torre de Babel ganhava forma a partir de um emaranhado de forças políticas, afetivas, materiais, simbólicas e institucionais que compunham o cotidiano intramuros. Um emaranhado tão imbricado, complexo e confuso que impedia a mínima familiarização com a rotina de trabalho para dar àquelas cenas alguma inteligibilidade – e eu ainda sequer tinha ideia de que os rumos de minha empreitada etnográfica tornaria a “familiaridade” um recurso insuficiente para a realização do trabalho voluntário e de campo. Meu completo desconhecimento em relação ao trabalho da ONG, à legislação concernente às *estrangeiras* e às suas vidas e condições intramuros, de um lado, e a dinâmica dos *atendimentos* marcada por conversas fracionadas e pela quantidade e diversidade de *estrangeiras* concentradas em uma única sala, do outro, criavam um abismo aparentemente irreduzível entre mim e “tudo à minha volta”, para utilizar as palavras de Margarida.

Isto serviu de primeira lição: os casos seriam dados a conhecer aos poucos e em forma de fragmentos, o que exigiria de mim a continuidade do trabalho de campo por um período mais longo do que o que o convencionado para pesquisas de mestrado (lembrando que esta tese é fruto de um doutorado direto e que naquela altura o trabalho de campo era parte de minha então pesquisa de mestrado). Mas esta não era a principal lição. A mais importante encontrava-se no fato de que a inserção nos estabelecimentos da PFC não garantiria necessariamente minha inserção em campo. Aquela era pré-requisito desta, mas não suficiente. Eu havia entrado na PFC, mas não estava lá dentro ou, menos ainda, era de dentro. Tive acesso físico à unidade, mas não conseguia acompanhar a dinâmica intramuros, muito menos inserir-me nela, pois estava fora

de tudo aquilo que fazia a vida na e da penitenciária. Os primeiros meses me pareciam estéreis e configuravam-se como uma etapa preliminar à pesquisa de campo. Isso ficava evidente tanto em meu corpo, que não conseguia agir às mais rotineiras situações com naturalidade (tal como a estagiária novata no procedimento de revista na portaria da PFC), quanto no comportamento das *estrangeiras*, que costumavam me ignorar, agindo como se eu não estivesse ali.

Ser ignorada me remeteu, naquela altura, à experiência de Geertz (1978b) quando ele narra, nas “Notas Sobre a Briga de Galos...”, sua invisibilidade e a de sua esposa numa vila em Bali até o momento em que participam com os moradores da fuga de uma batida policial. Neste primeiro “estágio muito frustrante e enervante” de pesquisa de campo, as *estrangeiras* pareciam se comportar em relação a mim da mesma forma que os balineses em relação ao casal de antropólogos: “[...] como se nós simplesmente não existíssemos e esse comportamento era para nos informar que de fato nós não existíamos, ou ainda não existíamos” (Geertz, 1978b: 279). Para que eu pudesse existir lá dentro, seria preciso interagir com as *estrangeiras* – que entravam na sala ansiosas com as novidades trazidas pelo ITTC, permanecendo imersas em conversas com suas *parceiras* e saindo apressadas para retornarem ao trabalho e, por isso, não tinham tempo a perder com desconhecidas que nada lhes poderiam oferecer. E para interagir com as *estrangeiras*, era preciso que eu superasse minha condição de estrangeira (leia-se inútil) nos *atendimentos*, apesar de eu não saber o que significava ser útil em meio à competente equipe do ITTC. Eu precisava transformar o meu corpo, a minha pessoa; tornar-me mediadora, membro ativo do Instituto; prestar-lhes algum tipo de assistência, pois só assim seria possível eu me tornar, ali, uma etnógrafa.

Estava-me claro, desde o início, que o interesse de minha pesquisa era menos a análise do conteúdo dos aspectos intelectuais, das representações ou pontos de vista das *estrangeiras* sobre suas experiências prisionais e mais o modo como elas constituíam, e eram constituídas, por essas experiências. E isso requeria de mim uma certa articulação que jamais seria tecida num evento paradigmático, tal como ocorrera com Geertz e sua esposa. Em outras palavras, se a pesquisa de campo é um procedimento com implicações teóricas significativas (Peirano, 1992), ou ainda, se o modo como nos engajamos no trabalho de campo é determinante no modo como elaboramos a etnografia (Sautchuk, Sautchuk, 2014), o que estava em jogo para mim não era apenas deixar de ser invisível de um momento para outro, mas era também me transformar. Lançar-me num engajamento prático-político capaz de me colocar num emaranhado de interações que, segundo minhas experiências, não se revelaria somente à observação participante ou a

técnicas baseadas em interações exclusivamente verbais, como as entrevistas.

Tal aventura, no entanto, não se confundia com qualquer interesse ou tentativa de eu me tornar nativa. Ao contrário, sugeria outros modos de interação (intersubjetiva) na produção dessa realidade etnográfica, lançando o fazer etnográfico por searas que envolvem os gestos, as técnicas, os sentidos e as percepções (Sautchuk, 2007). A esse respeito, Jeanne Favret-Saada forjou a noção de “ser afetada”, bastante referenciada em trabalhos antropológicos contemporâneos, para refletir acerca de uma certa experimentação implicada no trabalho de campo. Considerando a feitiçaria, não como um conjunto de representações, mas como uma rede de comunicação, a autora experimentou participar dessa rede ao ser enfeitiçada: “eu estava justamente experimentando esse sistema, expondo-me a mim mesma nele” (Favret-Saada, 2005:158).

Segundo ela, essa experimentação não significa, em absoluto, ter acesso aos afetos dos sujeitos pesquisados, mas implica mobilizar ou modificar o próprio olhar etnográfico sobre eles a partir da experimentação das intensidades que os constituem. Também não significa colocar a experiência subjetiva do pesquisador como meio ou fim da etnografia. Embora essa experiência faça parte das formulações etnográficas, o foco está na produção de um diálogo epistemológico. Ser afetado é uma via para o antropólogo habitar um lugar no esquema nativo de modo a ser “tomado” pelas suas “intensidades específicas” (Ibid: 155) que geralmente “não são significáveis” (Ibid: 159). Ou seja, “[...] ocupar tal lugar [...] não me informa nada sobre os afetos do outro; ocupar tal lugar afeta-me, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de imagens, sem, contudo, instruir-me sobre aquele dos meus parceiros [pesquisados]” (Ibid: 159). No trecho a seguir, ela deixa sua ideia ainda mais clara:

[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência para exercer seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (Ibid: 160).

Em meu caso, no entanto, esse “acontecer alguma coisa” já estava operando, mas frente à minha inexistência naquele contexto, eu sequer percebia que essa mesma inexistência fazia parte de um potencial processo de “ser afetada” – processo este que só concretizar-se-ia se eu não deixasse meu “projeto de conhecimento” se perder em meio a uma “aventura” política junto ao ITTC. As barreiras linguísticas dificultavam ainda mais minha situação. De um lado, eu não compreendia outras línguas, senão o português, o inglês e, como todo brasileiro falante de “portunhol”, o espanhol; de outro, uma parcela significativa das *estrangeiras* não se comunicava

plenamente em nenhuma destas três línguas. Mesmo quando aquelas compreendidas por mim coincidiam com a que tinha sido adotada nas conversas, eu ficava confusa com o grau de domínio que cada uma tinha da língua, com a diversidade de sotaques e com a mistura de termos jurídicos e êmicos, por mim desconhecidos, embora geralmente pronunciados em português. Tudo isso acontecendo em meio a tantas outras vozes de *estrangeiras* que conversavam entre si e com as demais da equipe em variadas línguas dentro de uma mesma sala de aula.

Para finalizar o quadro de minha incapacidade no acompanhamento e compreensão dos *atendimentos*, não poderia deixar de comentar sobre as centenas de nomes e sobrenomes estrangeiros que eu nunca tinha ouvido em minha vida e que eu mal conseguia ler no papel e pronunciar, muito menos decorar. A isso se somavam as fisionomias de presas que, igualmente vestidas com o uniforme da penitenciária, ora me pareciam familiares a ponto de eu achar que diferentes pessoas eram uma só, ora me pareciam desconhecidas até o momento de eu ser lembrada de que já eram familiares de *atendimentos* anteriores. Essas limitações de memorizar nomes e fisionomias, que me acompanham desde criança, foram potencializadas lá dentro e dificultaram ainda mais meu entendimento mínimo dos casos que transitavam pelo ITTC.

Nessa etapa, eu saía da PFC com fragmentos aleatórios de cenas, falas e casos que não eram passíveis de qualquer organização, permanecendo impregnados em minha mente como um conjunto de fotografias avulsas e intraduzíveis. A única coisa mais clara que eu levava para casa era certeza de ser estrangeira e, portanto, incapaz de realizar qualquer tipo de trabalho ou mesmo de registro no diário de campo. Para me inserir naquela dinâmica, seria preciso aprender um conjunto de habilidades e de saberes, ou melhor, seria preciso incorporá-lo através de um processo de aprendizagem como forma de inserção etnográfica (Ingold, 2000; Wacquant, 2002; Sautchuk, 2015). E foi o que fiz: investi todos os meus esforços nesse processo. Coloquei minha atenção, meus sentidos, minhas percepções, intuições e curiosidades para observar, imitar e improvisar as/nas interações de que os *atendimentos* eram feitos.

Aproveitei as caminhadas entre o metrô e a penitenciária para acessar o beabá do universo das *estrangeiras*. Articulei-me a membros experientes da equipe para acompanhar, de perto, suas atuações. À medida que fui compreendendo o funcionamento da dinâmica, experimentei realizar alguns *atendimentos* sob a orientação atenta desses mesmos membros. Por vezes, optava por circular mais livremente pela sala, visitando o trabalho de meus colegas e ensaiando interações com *estrangeiras*. Aos poucos fui me colocando à disposição para executar tarefas “mais mecânicas”, como ficar na porta da sala verificando as demandas das *estrangeiras*

e as encaminhando para o devido membro da equipe – o que me proporcionou um breve contato com todas elas e com as agentes penitenciárias da portaria da escola, além de me dar uma ideia das principais questões que as levavam até a sala; escanear e enviar cartas das *estrangeiras* via *e-mail*, para seus destinatários – o que me despertou interesse acerca do modo como a dimensão transnacional aparecia em suas experiências prisionais; e realizar a entrega das respostas destes recebidas via *e-mails* pelo ITTC e impressas em sua sede – o que me permitiu atentar para os modos de produção e manutenção das relações familiares e das pessoas nessas relações.

Decorrida a etapa mais crítica de inserção em campo, estendi minha atuação, ainda semanal, à sede do ITTC. Impressão de *e-mails*, telefonemas para parentes e agentes de instâncias estatais, participação em reuniões da equipe e sistematização de informações dos questionários foram algumas das atividades que inauguraram minha experimentação da mobilidade intra e extramuros do trabalho do Instituto. A essa altura eu já havia incorporado a dinâmica básica dos *atendimentos* e da penitenciária. E, embora alguns impasses não tivessem sido completamente suprimidos, como minhas dificuldades com as fisionomias e os nomes das *estrangeiras* e com os manejos e traquejos da administração judicial, meu corpo se encontrava relativamente confortável naquele ambiente. Em suma, eu já havia me tornado um (ainda frágil) “microcosmo de relações” (de humanos entre si e com não humanos).

A passagem pelas revistas e outras fronteiras intramuros, o entra-e-sai de *estrangeiras* da sala de *atendimento*, o som de dezenas de línguas faladas simultaneamente e os sotaques já não me perturbavam e nem me eram incompreensíveis. Eu havia aprendido a lidar com as limitações idiomáticas, ou melhor, havia aprendido a explorar as potencialidades de outras formas de comunicação usadas nos casos em que um dos lados não falava (bem) a língua predominante no diálogo. E esse tipo de habilidade me colocava apta a assumir, dentre outras tarefas, a realização dos questionários junto a noviças e o registro das mais diversas demandas das *estrangeiras*, sociais e administrativo-judiciais, a serem sanadas pelos demais membros da equipe ao longo da semana fora da unidade. Em outros termos, esse tipo de habilidade me permitia certa participação na vida das *estrangeiras*. De aprendiz para tutora, eu estava em vias de me tornar uma legítima mediadora.

Como voluntária da equipe, eu vinha incorporando cada vez mais os modos de atuação e organização do ITTC: realizava algumas de suas atividades, independentemente daquilo que eu percebia como rentável para a pesquisa; assumia seus discursos e práticas dentro e fora da prisão; ficava restrita aos seus ritmos e horários e assim por diante. Contudo, eu não queria

que essa incorporação encapsulasse minha etnografia nos limites de minha vivência subjetiva e política junto ao Instituto. Não queria que meu engajamento político colocasse em risco os possíveis ganhos epistemológicos que haviam me guiado nesse atalho metodológico. Diante desse receio, e visando perseguir os fluxos que constituíam a experiência dessas mulheres, busquei diversificar os modos e os locais de pesquisa de campo. Completamente integrada à equipe do ITTC, voltei-me para outros espaços por onde *estrangeiras* circulavam de corpo e alma ou em forma de desejos, demandas, documentos e outras materialidades. E, embora minha base de trabalho continuasse sendo os *atendimentos*, experimentei espaços-tempos que compunham a experiência prisional dessas mulheres em outras interfaces entre os interiores e exteriores da prisão.

Passei, então, em fevereiro de 2010, a atuar na PFC pelo menos duas vezes por semana – às sextas-feiras com o Instituto, na escola da PFC, e aos sábados com a Pastoral Carcerária (PC), nos pavilhões de moradia. Passei também a realizar parte dos trabalhos cotidianos da ONG e da Pastoral, desde minha residência, e a interagir mais vigorosamente com agentes extramuros, tais como a Casa de Acolhida, os órgãos consulares, os abrigos infantis paulistanos e, sobretudo, os parentes das presas. Em outubro de 2010, ampliei meu trabalho voluntário para o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, unidade que concentra doentes e *puérperas* em período de amamentação. Ampliei também, em dezembro de 2010, o trabalho de campo para a Associação Casa Recomeço, instituição que acolhe *estrangeiras* em liberdade ou penas alternativas à prisão. Visitei Varas, Defensorias, instituições de acolhimento e realizei entrevistas com alguns de seus agentes, especialmente entre 2011 e 2012. Por fim, em julho 2012, visitei as casas de alguns parentes de *moçambicanas* e *sul-africanas* para produzir e transportar, dentre outras coisas, vídeo-cartas.

Embora a pesquisa de campo multissituada deslocasse minha perspectiva (intra e extramuros) para fora do (e sobre o) ITTC, percebi que ela não eliminava os riscos de minha atuação política se sobrepor ao meu “projeto de conhecimento” (Favret-Saada, 2005). Nesse sentido, meu receio acerca de uma possível inversão da lógica da pesquisa perdurava frente aos riscos do engajamento etnográfico se perder em meio a uma “aventura militante”⁵⁷ – embora eu nunca tenha desconsiderado a existência e a importância da dimensão política do primeiro. Mas foi exatamente esse receio que me manteve comprometida, desde o início da pesquisa, com

⁵⁷ O termo “aventura militante” é utilizado aqui numa espécie de trocadilho com o termo “aventura antropológica” que Ruth Cardoso mobilizou para problematizar a ausência de uma crítica teórico-metodológica por parte de cientistas sociais brasileiros sobre as implicações de seus respectivos engajamentos políticos nas atividades pesquisadas, na década de 80.

reflexões teórico-metodológica sobre as implicações de minha atuação política enquanto instrumento do conhecimento (Cardoso, 1997). Percebi que só a “eterna vigilância epistemológica” (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 2002) e o esforço analítico poderia me manter distante desse risco.

De muita inspiração para esse esforço foi o conhecido decálogo foucaultiano para uma vida não fascista. Prefácio à edição americana do *Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari, todos os seus “princípios essenciais” sugeriam-me a riqueza que poderia advir de meu duplo engajamento. Há dois deles, em especial, que gostaria de destacar no trecho a seguir:

Não utilizem o pensamento para dar a uma prática política um valor de Verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não passasse de pura especulação. Utilizem a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política. Não exijam da política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação e o deslocamento, o agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o liame orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização” (Foucault, 1993: 198).

Ao buscar colocar minha prática política como um intensificador do pensamento etnográfico, tornei-me agente do objeto de meu interesse etnográfico, entrelaçando os modos de produção do conhecimento etnográfico com aqueles de atuação política experienciados nos *atendimentos*. Ao me engajar efetivamente na dinâmica intramuros, consegui viabilizar o encontro etnográfico a partir do qual foi possível realizar esta tese e também escritos (projeto e ensaio) voltados para a ação política. Encontro firmado através de uma dupla objetivação da subjetividade mediada pelo arsenal conceitual e metodológico da antropologia: a dos “outros” envolvidos no objeto a que me propus estudar; e a minha própria enquanto parte de um grupo social particular (Pontes, 2010). Encontro que me permitiu experimentar a intensificação e indeterminação dos engajamentos empíricos, tendo em vista me manter alinhada com o compromisso antropológico de produzir um efetivo diálogo epistemológico (Sautchuk, Sautchuk, 2014).

Foi atuando na mediação de *estrangeiras* que integrei as relações que fazem dessas mulheres serem o que são. Foi participando da tessitura de suas experiências prisionais que construí minha experiência prático-política. Foi me tornando uma tradutora que também me tornei um “microcosmo de relações”, que também me articulei e “desindividualizei”. O resultado foi que elas passaram a me incorporar e eu a elas. E esse mútuo e contínuo ato de incorporação efetuou uma das dobras que fazem os dentro e fora da PFC serem o que são. Dobras

desde onde tracei a experiência prisional das *estrangeiras*; dobras desde onde me fiz continuamente etnógrafa. Uma etnógrafa engajada – em ação (Fleischer, Schuch, Fonseca, 2007) e em transformação.

Neste capítulo, procurei apresentar os meandros da inserção de não nacionais na Penitenciária Feminina da Capital, bem como de sua emergência enquanto *estrangeira* a partir de duas dimensões, a quantitativa e a qualitativa. Concomitantemente, busquei evidenciar o processo de subjetivação dessas mulheres através de seu engajamento prático na dinâmica da unidade. Por outro lado, fiz algo semelhante com a minha pessoa, expondo minha inserção e emergência, enquanto etnógrafa, no trabalho voluntário e de campo. Foi assim, desde essa dupla busca, que destrinchei o princípio etnográfico de colocar a relação como objeto e instrumento mesmo da pesquisa antropológica. Foi assim que apresentei a gênese dos termos que, uma vez em relação, compuseram as posições a partir das quais o objeto deste trabalho foi construído. No capítulo a seguir, farei o mesmo movimento, porém sobre o corpo coletivo das *estrangeiras*, tomando como ponto de partida as categorias de articulação mobilizadas por e em torno de *africanas* nas dobras do poder.

Capítulo 2: O coletivo das *estrangeiras* e suas dobras

De repente o *atendimento* foi interrompido por uma gritaria que ecoou em toda penitenciária. Corremos, membros da equipe do ITTC, agentes penitenciárias e presas, em direção à entrada do prédio da escola para certificar o que estava ocorrendo. Era mais uma segunda-feira ensolarada de novembro de 2008. Avistamos várias mulheres saindo do primeiro pavilhão. Corriam, aos gritos e largos sorrisos, no sentido oposto à portaria. O coletivo, uniformizado de blusa branca e calças de diferentes tons da paleta laranja, foi se avolumando à medida que avançava pela passarela rumo à muralha dos fundos da unidade. Uma vez lá reunido, seguiu em direção à portaria cantando e dançando sincrônica e repetidamente duas músicas em zulu, *Avulekile Amasango* e *Amabele*⁵⁸. Comemoravam a liberdade de uma das suas.

Devia haver cerca de cinquenta *estrangeiras* na comemoração, sendo quase a sua totalidade composta por *africanas*, o que incluía uma maioria *sul-africana*, outras nacionalidades do continente e algumas europeias de origem ou filiação africana. Seus biotipos (em geral, grandes, gordas e/ou fortes), seus cabelos diversamente trançados ou alisados e sua potência vocal coletiva e devidamente articulada com as marcações coreografadas de seus corpos negros não deixavam dúvidas quanto à sua identidade regional. E, para além dos corpos marcados por uma harmonia na cor da pele e na performance, o pavilhão de onde surgiam e o meu conhecimento de uma parcela do coletivo ajudavam-me a mapear suas origens nacionais. Em conjunto, cantavam bem alto e afinado. Era de uma força inacreditável. Soava como uma versão feminina do conjunto musical sul-africano *Lady Smith Black Mombaza*.

⁵⁸ A meu pedido, uma *sul-africana* de origem zulu que participou da celebração me escreveu explicações sobre estas duas canções. *Avulekile Amasango* é uma música zulu cantada para celebrar vitória e liberdade. *Amabele*, por sua vez, diz respeito àquilo que uma mulher está disposta a dar a um homem – comida, atenção e seus seios ela dá, mas o seu “sexo”, não. Reproduzo a seguir, na íntegra, suas palavras registradas numa folha de caderno: “*Amasango Occasion: celebration of Victory/Freedom. Meaning: the Gates have been opened. The battle is over. The tribulation is over & our sins have been pardoned. Origin: South African battle for democracy*”. [Logo abaixo ela escreve a letra da música:] *Avulekile Amasango/Ayi Ayi Ayi Ayi/ Sithethelelwe Izono/ Ayi Ayi Ayi Ayi/ Sindiswe ooh.../Iyoho Amen/ Thina Siphuma Emngamlezweni/ Ayi Ayi Ayi Ayi/ Sithethelelwe Izono/ Ayi Ayi Ayi Ayi/ Sindiswe ooh.../Iyoho Amen. Amabele Ocasión: celebration. Meaning: a person is never satisfied with what they have. Always want more. Origin: A female to her lover*. [Abaixo ela registra a letra:] “*Yeyi wena awuyazi oyifunayo/ Yeyi wena awuyazi oyifunayo (2X)/ Ngikunikili sandla/ Ngakunika nengalo/ Ngakunik amabele/ Yeyi wena awuyazi oyifunayo*”. Para assistir a uma versão da primeira canção (a segunda não foi encontrada no *youtube*), sugiro ver Pannellctp Traditional Gospel Music, 2011.

Quando chegaram bem próximo ao portão que dá acesso à área do prédio administrativo (e que foi intitulado *divisória* no croqui de Margarida, apresentado na Figura 1), a *sul-africana* liberta foi para a frente do coletivo e fez uma exibição solo, ainda ao som veemente das duas músicas cantadas pelas demais *parceiras* que compunham o coletivo. Estas e a crescente platéia foram a delírio, nós do ITTC também. Ao nosso lado, estavam duas *brasileiras*, uma *portuguesa cabo-verdiana* (isto é, negra, filha de pais cabo-verdianos, nascida e criada em bairros lisboetas fortemente marcados pela presença da comunidade africana de língua portuguesa), uma *portuguesa* e duas *romenas* residentes na Espanha. Elas gritavam, cantavam, dançavam e acenavam para algumas das que compunham o coletivo em movimento, enquanto minhas colegas de equipe e eu aplaudíamos e ovacionávamos à distância e de modo mais contido do que as presas.

Três *agentes de segurança*, cujo posto de trabalho é bem próximo da sacada da escola, também “entraram na dança”, mas “entraram” para permanecer “fora”. Claramente incomodados, Valeriano, Rodrigo e Isis permaneceram em pé, de braços cruzados e pernas entreabertas com os olhares e os comentários sobre a despedida. Valeriano foi o primeiro a se manifestar, sob a concordância e as risadas nervosas dos dois colegas de profissão. “Olha lá! Parece um bando de índio cantando e dançando! Que maravilha! Vivemos numa democracia! E viva a democracia! Aqui, nós deixamos elas fazerem isso. Agora, vai para o país delas para ver se nós podemos fazer essa bagunça, cantar, dançar... Se nós fazemos isso, tomamos tiro no pé! Lá nós somos tratados que nem bicho, não é essa mordomia daqui, não! Lá os presos comem ração, não é comida que nem aqui, não”. Uma quarta agente de segurança, que estava próxima ao pavilhão quatro, juntou-se ao trio. “Que merda é essa? Essa cadeia está virando uma palhaçada! Depois essa merda *vira*⁵⁹ e aí quero ver se a gente vai achar graça. Essa porra está cada dia pior, a cadeia está desandando! Depois aquelas outras lá [*brasileiras*], que são umas piores que as outras, resolvem tomar uma atitude, aí sobra para nós”.

Antes de cruzar o portão (a *divisória*) de acesso à área administrativa, a *sul-africana* recém-liberta se emaranha no meio daquelas vozes que, ainda imponentes, a acolhem num grande abraço coletivo. “Vem cá”, segue Valeriano, ainda inconformado, “quanto tempo vai durar essa coisa aí? Elas acham que nós temos o tempo todo do mundo pra elas ficarem brincando? Vão trabalhar! Isso aqui não é um parque de diversão, não!”. E enquanto a moça sai chorando na companhia de duas agentes de segurança rumo ao prédio administrativo para rece-

⁵⁹ *Virar a cadeia* é sinônimo de rebelião, de virar radicalmente as posições de poder entre funcionários e presas.

ber seus pertences e assinar documentos, ele volta a falar, desta vez, num tom de deboche: “Está chorando? Está achando ruim ir embora, tá? Traz cocaína novamente para cá! Está chorando porque vai embora? Entra com um avião cheio de droga que aí passa mais tempo aqui com nós!”⁶⁰. Em instantes, a *sul-africana* estaria livre, sem antes seguir para a Polícia Federal para declarar, dentre outras informações, seu endereço residencial provisório em São Paulo e suas previsões de retorno ao país de origem.

Findo o festejo, uma psicóloga sai da porta da escola em direção ao quarteto de agentes penitenciários na tentativa, segundo minhas percepções, de acalmar os ânimos. “Ah... legal, né? É diferente, mas interessante”; “é legal, muito legal. E viva a democracia!”, respondeu Valeriano, claramente irritado com o comentário feito pela psicóloga antes de ela partir. “É o jeito delas, temos que respeitar, gente. Faz parte da cultura delas”. E bastou a funcionária da equipe técnica virar as costas para Ísis, uma das que compunha o quarteto de segurança, retrucá-la aos seus colegas: “Sei, sei... tem que respeitar. Depois as brasileiras se emputessem com essa estrangeirada, aí não vai sobrar pra ela [psicóloga] não, vai sobrar é pra nós!”.

As atitudes dos diferentes agentes sociais envolvidos nesse episódio da despedida apontam para o processo de demarcação de algumas das fronteiras que marcam as distribuições diferenciadas de poder na política intramuros. A performance das *africanas* na passarela da unidade, a alegria de presas e de membros do ITTC, a hostilidade dos agentes penitenciários, a ponderação da psicóloga, a atuação da *divisória* e a minha observação etnográfica são elementos do contínuo tecer de uma unidade prisional que é produto e produtora das coletividades, de seus indivíduos e suas posições, assim como das relações que os fundam e que, ao mesmo tempo, eles exercem nas disputas intramuros. Nessa dinâmica, não há como deixar de considerar a importância das categorias de articulação mobilizadas na produção de potenciais cenários de desigualdades e hierarquizações intramuros. Não há como deixar de considerar os arranjos das *estrangeiras* numa experiência prisional fortemente marcada por relações de poder.

Georg Simmel (1983 [1908]), já no início do século XX, refletiu sobre o paradoxo imanente ao estrangeiro, figura que unifica em si as qualidades de proximidade e distância capazes de lhe garantir certos modos de relação. Segundo o autor, estrangeiro é a pessoa que se aloja no interior de “um grupo espacial particular”, mas a sua posição é determinada pelo fato de ele não fazer parte deste desde o início. Sua mobilidade lhe permite entrar em contato com todos

⁶⁰ Vale ressaltar que, apesar do funcionário sugerir como causa do aprisionamento de *estrangeiras* a tentativa de entrada com cocaína no Brasil, a massiva maioria delas é presa tentando sair com a droga do território brasileiro, como já comentado no capítulo anterior.

os elementos do grupo sem estar, todavia, “organicamente ligado” a qualquer um deles por vínculos de parentesco, localidade ou ocupação. Ele é imanente ao grupo ao mesmo tempo em que está fora deste. É, portanto, o fora do dentro (Ferreira, 2005), aquele que “se intromete como uma peça extra” (Simmel, 1983 [1908]). E essa sua intromissão lhe permite trazer exterioridade e confrontação para o interior do grupo, criando “uma forma específica de interação” (Simmel, 1983 [1908]).

É em torno dessa forma que tomo como foco do presente capítulo os processos de constituição das *estrangeiras* na política intramuros, mas, desta vez, em termos coletivos. Se no primeiro capítulo, busquei apresentar um perfil geral e o modo como elas constituem a sua pessoa enquanto *estrangeira* após adentrarem a prisão, neste volto-me para a atualização da sua coletividade, mediante a qual as mulheres nela inscrita se tornam sujeitos na e da política intramuros – ou seja, sujeitos a certos poderes e sujeitos de certos poderes. A partir de uma “abordagem construcionista acerca das interseccionalidades” (Prins, 2006 apud Piscitelli, 2008) busco refletir sobre como essas mulheres se efetuam de modo contextual e contingencial em corpos coletivos pela convergência de interesses/necessidades e pela imbricação entre noções de nacionalidade, regionalidade, raça e gênero. Isso implica em atentar não apenas para a conformação da categoria *estrangeiras* na rotina da unidade, mas também para os arranjos que se operam em torno, através e para além da mesma em ininterruptos processos de produção de diferenças e desigualdades. Diferenças e desigualdades que, por sua vez, incidem sobre a gestão capilar de uma penitenciária em fase de profunda transformação.

Considerando os “perigos da classificação fácil” (Fonseca, 2010), abro mão de pensar a experiência prisional das *estrangeiras* a partir do princípio de uma unidade e coerência cultural interna – princípio este que, em parte dos estudos sobre não nacionais presas, encontra-se fortemente ancorado na nacionalidade. Neles, a origem nacional constitui um dos aspectos primários de definição das não nacionais, o que também se observa no contexto da Penitenciária Feminina da Capital. Nesse sentido, não estou colocando em questão a importância da nacionalidade como uma categoria fundante das relações sociais, da subjetividade, da identidade e da experiência (Brah, 2006) de *estrangeiras* durante o cumprimento de pena num país exterior. Ao contrário, é exatamente em função de sua importância que proponho colocá-la como material privilegiado de análise. Material que, é preciso ressaltar, não se encontra isolado de outras categorias de diferenciação, mas se perfaz, sempre de modo contextual e contingencial, na imbricação com gênero, raça, regionalidade, etnicidade.

E é exatamente neste ponto que sigo as formulações de McClintock (2010) para entender a coletividade das *estrangeiras* em e por meio de múltiplos processos de diferenciação, o que abre possibilidades para a observação de interações de diferentes naturezas entre os sujeitos. Interações que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis, compromisso e revolta, como bem destaca Adriana Piscitelli (2008) numa leitura sobre as diferentes abordagens acerca da insterseccionalidade. Isso não significa, ignorar as relações de poder que atravessam a coletividade das não nacionais e que regem a política intramuros. Antes, implica compreender a articulação entre os diversos âmbitos constitutivos das diferenças em sua capilaridade, quer dizer, em circunstâncias nas quais os sujeitos que se encontram em posição de exercer certo poder podem também sofrer os efeitos da sua ação.

Portanto, ao etnografar os processos de produção dessa coletividade “outra” e suas sub-coletividades num dinâmico jogo de diferenciações e discriminações, busco evitar a essencialização não apenas desses grupos em categorias totalizantes definidas tão somente pela nacionalidade, mas também de suas intersecções em hierarquias pensadas nos termos de alguma condição apriorística de sujeição. Os episódios descritos neste capítulo desdobram-se em torno e através de *africanas* e decorrem entre os anos de 2008 e 2009, período de profundo rearranjo administrativo da Penitenciária Feminina da Capital. A partir deles, mostro como as interconexões entre racismo, gênero, nacionalidade e regionalidade pode não apenas limitar e subjugar *africanas* e outras *estrangeiras*, mas também criar diferentes arranjos e margens de agência nas políticas que produzem presas e prisão.

Alinhada às proposições de Avtar Brah (2006), viso analisar tais interconexões como relações contextuais e contingentes, sempre levando em conta a posição que os diferentes racismos podem ter um em relação aos outros. Seguindo as formulações da autora – segundo as quais a diferença nem sempre é tida como um marcador de hierarquia e opressão, assim como o racismo não é um sistema único de opressão – busco investigar de que modo e em quais circunstâncias uma mesma ou múltiplas diferenças resultam em “[...] desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas de agência política” (Brah, 2006: 374). Dito isso, voltemos ao episódio da despedida.

2.1. Disputas e instabilidades políticas

Após a saída da *sul-africana*, tudo volta ao normal. Os funcionários retomam seus postos, as *presas* vão aos poucos se dirigindo a seus locais de trabalhos e nós tentamos, com a

ajuda de Serena, agente da portaria da escola, desvencilhar-nos do aglomerado de *estrangeiras* que aproveitavam a oportunidade para nos cercar de demandas. Cada linha registrada em nossos cadernos com nomes, números de processo e pedidos dissipava aquelas mãos e vozes que nos mantinha ali fora. Mas tínhamos pressa. A esta altura, havia se passado mais de 40 minutos do tempo total do *atendimento*, restando apenas cerca de 1 hora e 20 minutos para darmos conta das quase 70 *estrangeiras* inscritas na *lista* de hoje.

Mal dou as costas para a passarela rumo à entrada da escola, ouço alguém me gritar repetidamente. Olho para trás e vejo Dona Julieta, uma senhora *brasileira*, de 62 anos, a correr em minha direção acenando com os braços. Ela ainda é do tempo em que o ITTC atendia as *brasileiras* que apareciam na sala, quando “o PCC era mais forte” na unidade e o controle dos agentes de segurança sobre as fronteiras intramuros, mais lasso. Isso começou a mudar em inícios de 2008, pouco antes de minha entrada em campo, com as transformações organizacionais empreendidas pela direção da unidade sob coordenação da Secretaria de Administração Penitenciária, como veremos adiante. No entanto, ainda tive a oportunidade de acompanhar e prestar assistência a algumas nacionais que, como Dona Julieta, ainda não se conformavam com sua recente exclusão de nossos *atendimentos*. Ela, com seu inconformismo, e nós, com a limitação de nosso *atendimento*, atualizávamos naquele momento uma das fronteiras que dividiam e diferenciavam a população carcerária da unidade entre *brasileiras* e *estrangeiras*.

Dona Julieta me dá um forte abraço, queixando-se de saudades e da impossibilidade de “ir [nos] visitar” na escola. Explico, pela enésima vez, que nossa atuação é exclusiva em função das especificidades dos “casos” das *estrangeiras* e que as assistências anteriormente prestadas às *brasileiras* eram eventuais e somente quando elas conseguiam chegar presencialmente até nós. “Ai que saco! Tudo nessa cadeia é para as *estrangeiras*”, reagiu energicamente a senhora, para a minha surpresa.

Elas tomaram a *judiciária* só para elas e a gente que é daqui do Brasil só somos chamadas uma vez por ano, e olhe lá! O ITTC é só para as *estrangeiras*. A saúde é só para as *estrangeiras*. Tudo é só para *estrangeiras*. Não entendo isso! Elas vêm de fora, cometem crime no país que não é delas e ainda são tratadas desse jeito?! Por que elas não vão embora e ficam presas cada uma no seu país? E sabe o que é pior? [A senhora segue aos sussurros:] É que nós não podemos confiar nelas. Essas aí ó, hummm! A gente não pode fazer nada que elas contam tudo, tudinho para os funcionários. Tudo tem que ser feito escondido delas, porque senão já viu, cai no ouvido dos funcionários. Tem umas aí que é pior [sic] do que funcionário.

A queixa se estendeu até que Luciana, coordenadora do ITTC, me chamasse da portaria da escola, quando consegui me desfazer de Dona Julieta para integrar a equipe já na sala de aula. Mas meus passos foram novamente interrompidos, desta vez, pelo chamado de uma

estrangeira. Nem precisei olhar para trás, conhecia de longe a voz de Virginia, uma de minhas principais interlocutoras naquela altura. Antecipei-me pedindo para Luciana retornar ao *atendimento* sem minha companhia, eu o faria assim que terminasse ali com Virginia. A *portuguesa* me abraçou com a pergunta já na ponta da língua – afinal, ela é “do tipo de pessoa que não faz rodeios”, como costuma se autodefinir. “Que besteira Dona Julieta estava falando das estrangeiras?”; “e quem falou que ela estava falando de estrangeiras? Que mania de perseguição!”; “fale logo! Eu vi, ela falou que somos fofoqueiras, que tudo é para a gente, blá, blá, blá”. Eu, me vendo nessa encruzilhada, busquei inverter a dinâmica da conversa: “e como você viu?”; “você esqueceu que aqui dentro tem muito mais câmera do que no *Big Brother*⁶¹? Cada pessoa tem duas... quantas presas e funcionários tem aqui? Faz as contas que você vai ver quantas câmeras tem aqui dentro”; “e vem cá. O que acontece com *brasileiras* e *estrangeiras*, hein? Por acaso tem alguma diferença? Mas que coisa!”.

Obviamente que tinha, e eu sabia disso. Com seis meses de trabalho de campo, já me estavam evidentes alguns dos elementos que as diferenciavam e que demarcavam a exclusividade de nosso trabalho. Inclusive algumas delas haviam ficado bastante evidentes na despedida da *sul-africana*, quando foi possível observar a conformação de certas coletividades constitutivas da Penitenciária Feminina da Capital. Num primeiro instante, me saltou aos olhos a instauração de uma das principais díades intramuros: de um lado, presas a comemorar a liberdade e, de outro, agentes de segurança a criticar a comemoração. Duas coletividades tão próximas e tão distantes, que partilham, em contínua tensão, aquilo que há de mais íntimo na rotina intramuros; que dividem assimetricamente as horas e os espaços (do *convívio*) da prisão (Cunha, 1994), o uso obrigatório de uniformes, as leituras de cartas, a fiscalização das condutas de presas e outros agentes, além de suas próprias trajetórias, angústias, afetos e segredos, para citar apenas algumas coisas. Duas coletividades que, como vimos no primeiro capítulo, alinham-se em parcerias e antagonismos irreduzíveis.

Alinhamentos feitos de corpos vigilantes e vigiados, em contato direto, que erigem os muros e os fluxos do confinamento a partir de diferentes zonas semânticas e de ação; que tecem um “desenho em xadrez” (Barbosa, 2005: 125) operado sobre um complexo arranjo de práticas e regras a partir das gramáticas prisionais e prisioneiras articuladas nas fronteiras entre (i)legalidades e (in)formalidades. Corpos cuidadores e objetos de cuidado (Taets, Sabine,

⁶¹ *Big Brother* é um *reality show* que estava, naquele momento, na programação diária da emissora TV Globo. Há mais de uma década que esse programa tem ido ao ar uma vez por ano e consiste no confinamento de participantes em uma casa cenográfica sendo vigiados por câmeras 24 horas por dia e tendo acesso a restritas conexões com pessoas e espaços do mundo exterior.

2011) que, em associação, compõem a célula básica do sistema prisional, a dobradura em meio à qual as possibilidades de ação, significação e combinação podem ser feitas, desfeitas, refeitas e negociadas⁶² (Negretti, 2015) juntamente com as linhas verticais que os conectam às chefias.

No episódio da despedida, um dos termos dessa dobradura estava a dançar rumo à *liberdade* enquanto seu oposto permaneceria imóvel na dura rotina vigilante da prisão. E o resultado imediato disso foi um profundo incômodo por parte do segundo. Numa retórica racista ancorada num certo nacionalismo, o quarteto de segurança expôs seu mal-estar diante da desconsideração, por parte das *sul-africanas*, da rotina fortemente gerida pelos agentes penitenciários. Expôs também alguns dos limites que os distingue de outros profissionais prisionais, os chamados *técnicos*⁶³, representados nessa ocasião pela psicóloga, bem como dos membros de nossa equipe. Por fim, expôs uma das categorias que opera a divisão da população carcerária entre *brasileiras* e *estrangeiras*. Em suma, ao se queixar da comemoração, o quarteto se queixava dos limites e limitações que marcam sua autoridade diante da população carcerária. E se queixar deles era evidenciar algumas das fronteiras que definiam e atravessavam as relações de poder no contexto intramuros. Vejamos cada um desses pontos.

O cortejo da *liberdade* espelhava, nas falas dos agentes de segurança, o encapsulamento de suas vidas tecidas na interface entre o interior e o exterior da prisão. A jovem liberta partiria para nunca mais voltar, enquanto os agentes penitenciários seguiriam ali detidos na rigidez da sua função de controlar. A *sul-africana* até poderia retornar e “passar mais tempo aqui com nós”, como sugeriu Valeriano, caso “entrasse [no Brasil] com um avião cheio de cocaína” ou, desconsiderando os exageros do agente de segurança, caso decidisse explorar a mobilidade de seu corpo para promover o transporte internacional de cocaína. Mas havia nessa decisão uma margem de escolha, em princípio, indisponível aos funcionários nas suas rotinas laborais. Diferentemente da recém-liberta, Valeriano e seus colegas de plantão teriam de retornar à PFC para

⁶² Embora presas(os) e agentes penitenciárias(os) componham a célula básica da prisão, há uma imensa disparidade entre a quantidade de pesquisas interessadas em cada um desses termos, havendo muito menos estudos que foquem nas(os) segundas(os) (Taets, Sabaine 2011). Dentre estes, sugiro ver: Barbosa (2005); Castro e Silva (2008); Taets, 2012; Negretti, 2014.

⁶³ Técnicos são os funcionários que possuem curso superior e que podem ser identificados pela não utilização de uniformes: assistentes sociais, psicólogos, médicos, enfermeiros, defensores públicos/ advogados e demais responsáveis pelas atividades de “custódia indireta” ou pelos serviços de assistência. Na interação entre técnicos e agentes penitenciários costuma se desenvolver uma parceria profissional permanentemente conflituosa: “[I]inha quente onde se atualiza, de maneira invertida, outras vezes não, o brocado jurídico: ‘antes um mau acordo que uma boa demanda’ (Barbosa, 2005: 126). Há também os funcionários administrativos que ocupam o primeiro pavilhão da unidade e que lidam com processos, prontuários e contratos e, por isso, costumam ter pouco contato com as presas. Dentre estes, encontram-se alguns ex-agentes penitenciários que, em função de problemas de saúde ou traumas advindos da atuação na área de segurança, foram transferidos para um de seus setores. Sobre o funcionalismo penitenciário em unidades paulistas, sugiro ver: Godoi (2015). Para o mesmo assunto em outros contextos, sugiro: Cunha (1994) e Barbosa (2005).

bater o cartão e “passar” mais um dia de trabalho na prisão – afinal, como constatou certa vez uma das agentes penitenciária da escola na ocasião da partida de uma *italiana* a quem estimava: “vão-se as presas, ficam-se os funcionários”.

Essa imobilidade vivenciada por *guardas* frente ao momento do fim da pena de presas constitui um dos fatores produtores da sensação de aprisionamento entre os primeiros. Quando sobreposta ao fato de dividirem o mesmo espaço intramuros com presas e de experimentarem sensações diárias de controle e vigilância, tal sensação leva muito delas(es) a fazerem referência às suas jornadas de trabalho enquanto regime semiaberto. Um regime invertido, porque as(os) submete ao encarceramento durante a jornada laboral, enquanto presas em semiliberdade vivenciam essa jornada na rua, tendo que retornar à prisão no final do dia para dormirem. Mas um regime prolongado, ao qual eles tendem a se ver presos mais prolongadamente do que presas⁶⁴. A esse respeito, Manuela Ivone da Cunha (1994) pondera que, apesar das diferenças que marcam a experiência prisional de uma e outra coletividades, esse tipo de analogia não é apenas retórico, mas resulta também de um raciocínio que apela à lei das compensações. Ou seja, se o regime (laboral) semiaberto dos funcionários pode ser menos intenso do que o regime (penal) semiaberto de presas, por outro lado ele é mais prolongado do que este; se ele parece ser menos duro, ao fim de toda uma vida pode deixar marcas mais dolorosas.

Mas não era apenas isso. Assistir de modo relativamente pacífico e passivo à comemoração daquelas *africanas* parecia tocar, naquele instante, nas posições de poder ocupadas por presas e por agentes de segurança dentro do sistema prisional de um país (que se pretende) democrático. Ao valorizar o regime vigente “aqui” em detrimento de um “outro” supostamente de “lá”, Valeriano atualizou uma segregação territorialista que, segundo Edward Said (1990), é muito comum na criação de representações hostis acerca do estrangeiro. Ou seja, Valeriano queixou-se da suposta desconsideração do poder de sua categoria por parte das festejantes a partir de uma ideia nada precisa do que há “lá fora”, para além do território brasileiro. Ficcionou um sistema prisional de um suposto “país delas”, das *africanas*, com base em características que

⁶⁴ Essas parcerias e antagonismos são tãmanha que se costuma dizer, naquela e em outras penitenciárias, que presas cumprem pena (criminal) em regime fechado ou semiaberto, enquanto funcionários cumprem pena (laboral) em regime semiaberto. De um lado, as primeiras em regime fechado não podem sair de lá dentro; quando em semiaberto, saem para trabalhar na rua e retornam às prisões no final do dia – isto é, quando conseguem um emprego extramuros devidamente registrado, algo bastante difícil para a maioria delas. De outro lado, funcionários fazem o caminho inverso, passam o dia lá dentro e saem para a rua apenas ao final do expediente. Guardada as devidas diferenças que tal inversão reserva à vida de presas e funcionários, a brincadeira com os diferentes regimes de cumprimento de pena (laboral e criminal, semiaberto e fechado) nos sugere pontos de intersecção e tensão do cotidiano que articulam as experiências prisionais intra e extramuros de ambos, como será discutido no segundo capítulo.

atravessam, ora mais ora menos, o sistema prisional brasileiro para determinar, por oposição, o que seriam as características do primeiro, independentemente da sua plausibilidade no obscuro e indeterminado território estrangeiro.

Ainda segundo Said, esse tipo de formulação normalmente é utilizado para justificar a hostilidade e a exploração do “outro”, concebido como um ser inferior ou como uma ameaça. E foi exatamente o que fez Valeriano: criou essa “ficção” comparativa para expressar seu mal-estar diante dos abusos e fragilidades das disputas intramuros. Se estivessem aprisionados “no país delas”, argumentou para exaltar a “mordomia” com a qual presas são tratadas “aqui”, ele e seus colegas de profissão não poderiam celebrar a liberdade sem incorrerem no risco de “tomarem tiro no pé”. Porque “lá”, no “país delas” e na condição de presos não nacionais, eles seriam “tratados que nem bicho”. Mas aqui, de acordo com Valeriano, é diferente, pois “vivemos numa democracia”. E viver numa democracia dentro de presídios brasileiros, bem sabe ele, implica viver sob a linha tênue de se violar e se ter violado o estatuto e os direitos dos sujeitos, sejam esses presas (nacionais ou não) ou agentes penitenciários.

Nesse registro, a narrativa nacionalista empregue pelo agente de segurança na comparação entre os sistemas prisionais dos dois supostos países revela suas preocupações acerca dos riscos vigentes nas distribuições diferenciadas de poder naquela unidade penitenciária. “Deixar” o “bando” de *africanas* “fazer essa bagunça”, como se estivesse num “parque de diversões”, pareceu desafiar, aos olhos de Valeriano, as técnicas de vigilância e controle que garantia a autoridade dos funcionários na relação com aqueles corpos presos. Aceitar a celebração era, ao que tudo indica, aceitar as possibilidades de suspensão das atividades que conformavam o cotidiano ordinário da unidade; era admitir um certo grau de precariedade do controle exercido pelos funcionários sobre as presas; era também reconhecer as vicissitudes do equilíbrio metaestável das relações intramuros; era, enfim, conceber as chances de troca súbita e temporária das posições de poder em eventos como as rebeliões, como pôde experimentar severamente o próprio Valeriano alguns anos antes naquela mesma penitenciária.

Através de uma de suas ex-colegas de plantão, soube posteriormente que Valeriano havia integrado o grupo de funcionários que assistiu, desde a parte externa da área administrativa, à rebelião de agosto de 2004. Rebelião que consolidou a PFC como uma *cadeia do PCC*, isto é, como uma unidade prisional cuja rotina é marcada pelos ordenamentos do Primeiro Comando da Capital executados pela população carcerária. Rebelião que bem ali, exatamente diante da *divisória* que hoje ditava os limites da comemoração do cortejo das *africanas*, pro-

moveu a morte de Quitéria. Uma morte que, durante todo meu trabalho de campo, surgiu e ressurgiu nas conversas com os funcionários da administração e da segurança, quando o assunto eram as políticas prisionais e prisioneiras e seus efeitos intra e extramuros.

Falar da morte de Quitéria na PFC era falar de rebelião, de consolidação do PCC e das disputas que regeram e ainda regem a unidade; era também falar das trajetórias dos funcionários, da insalubridade de seus trabalhos na prisão, de suas doenças e licenças (por motivos de saúde) e de sua circulação por diferentes cargos, postos e unidades prisionais; era falar do des-caso do sistema prisional como instrumento privilegiado de gestão da vida e da morte tanto de presas quanto de funcionários; era, por fim, falar das diferentes possibilidades de aniquilamento de um dos seus. Nesse registro, não seria inverossímil o fato de os comentários de Valeriano sobre a despedida da *sul-africana* tocarem em aspectos que nem ele, nem o Estado conseguiam (ou queriam) lidar. Não seria inverossímil o fato de seus comentários lembrarem Quitéria e tudo aquilo que ela representava em sua vida e nos arranjos políticos (passados e presentes) da Penitenciária Feminina da Capital.

Pouco sei sobre a vida de Quitéria, no entanto. Os fragmentos de sua trajetória chegaram a mim como fios para enredar outras narrativas, outras histórias. Conhecida pelos seus “sérios problemas psicológicos”, a *brasileira* era considerada “meio doidinha” pelos funcionários da unidade. Dizia-se que ela “não batia bem da cabeça” e que “ficava extremamente violenta” quando em surto psiquiátrico – surto este que havia sido, fazia certo tempo, contido pelos medicamentos. Que ela havia permanecido por quatro anos sem sentença. Que havia entrado e saído do Hospital de Custódia pelo menos nove vezes; havia sido levada duas vezes para o regime disciplinar diferenciado (RDD), mas retornado à penitenciária sob a alegação de que “não tinha estrutura psicológica para resistir à solidão do RDD”. Já havia sido avisada por agentes penitenciárias (que, até a tal rebelião, cumpriam sua carga horária de trabalho nos corredores das celas dos pavilhões de moradia, mas que depois dela, tiveram que liberá-los para a atuação soberana das *faxinas*) sobre seus riscos de morte. “Ela falava demais, mais do que devia” e “nenhuma presa gostava dela”; na verdade, “as presas tinham medo dela”, “ela era grandona e forte”, comentaram funcionárias algumas vezes comigo. Dois meses após seu retorno à PFC, aos 36 anos, ela foi morta pelas presas rebeladas.

E lá estava Valeriano diante da *divisória* para assistir, na companhia de outros agentes do estado, o desfecho da vida de Quitéria sem nada poder fazer. Informado de que alguns agentes de segurança permaneciam como reféns na área de *convívio* (dos pavilhões de trabalho

e moradia), atados a botijões de gás com mangueiras encharcadas de gasolina, o agente de segurança presenciou a exposição da *brasileira* já inerte na morte cunhada a múltiplas facadas. Mais ainda, imerso na esperança de as negociações policiais garantirem a restauração da porosidade seletiva da *divisória* na imediata libertação de seus colegas de profissão, ele presenciou, impotente, a cremação do pouco que ainda restava de Quitéria naquele corpo gordo, forte e negro. Diante de seus olhos, o fogo transformara Quitéria em cinzas⁶⁵, nas cinzas que o povoariam nos anos seguintes – ou seriam eternamente?

Embora as diferenças entre a rebelião e a despedida sejam significativas, não há como negar a possibilidade de tais eventos se entrecruzarem na experiência profissional de Valeriano e de outros agentes de segurança. De acordo com meus dados de campo, as lembranças, os pesadelos, as insônias, os traumas e os medos dos funcionários que estiveram presentes nesta ou em outras rebeliões costumam habitar suas rotinas profissionais e suas histórias pessoais, a ponto de eventos absolutamente variados serem vividos através das lentes da violência. Prisioneiros das lembranças e das funções de controlar, os agentes de segurança podiam estar ali, a assistir ao cortejo de hoje, como se os espetáculos de terror de ontem os estivessem a revisitar. Podiam estar ali como se o *bando* das *sul-africanas* devidamente uniformizadas cantassem, aos seus ouvidos, os gritos do *bando* de *brasileiras* outrora devidamente encapuzadas; como se a passarela por onde se desfilou a liberdade preservasse, aos seus sentidos, as marcas da violência que arderam o corpo e a vida de Quitéria e também, porém em outro grau e de outra forma, as deles próprias; como se a interface entre o interior e o exterior da prisão pudesse se romper na possibilidade de eles terem suas vidas (e mortes) nas mãos de rebeladas. Em suma, é possível que a celebração vista pelo quarteto justapusesse passado e presente na impossibilidade de silenciar os episódios de terror anteriormente vividos e tudo o que eles poderiam significar na atual conjuntura intramuros.

⁶⁵ Em conversa com Michael Nolan, presidente do ITTC, após sua leitura deste capítulo, ela me ofereceu outra versão acerca da morte de Quitéria. Contou-me que a *brasileira* foi esfaqueada e levada para o pronto-socorro ainda viva, mas não resistiu. Veio a falecer em cumprimento de uma pena que, segundo Michael, há muito havia terminado. Em suas palavras, registradas num e-mail trocado entre mim e Isabela Cunha, integrante da equipe do ITTC, em novembro de 2016, após nossa conversa: “Quitéria Silva Santos foi presa em 10/01/95. Em 08/08/97 foi condenada a 12 anos de reclusão em regime inicial fechado por ter assassinado Jorge Cosmo da Silva. O Tribunal manteve a condenação e o acórdão transitou em julgado em 28/02/99. Ela veio a falecer em 24/08/2004 durante rebelião na Penitenciária Feminina da Capital. Segundo os cálculos no seu processo, ela teria direito a progressão para o regime semi-aberto em 09/01/97 e liberdade condicional em 09/01/1999. Durante os nove anos e sete meses que estava presa ganhou 45 dias de remição, ou seja, em mais de nove anos ela trabalhou quatro meses e meio. Durante este período, ela foi internada 10 vezes no Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha e passou seis meses em RDD apesar de ter sido absolvida após dois meses. Apesar de ter solicitado ao Presidente da República a progressão de regime, em nenhum momento qualquer pedido foi encaminhado pelos advogados dos estabelecimentos prisionais por onde ela passou. Ou seja, morreu na cadeia quando há muito devia estar na rua”. Para uma versão jornalística do caso, ver anexo 5 (disponibilizado por Michael e Isabela).

Semelhante ao que Anne McClintock observou sobre a multidão urbana de finais do século XIX, o cortejo da *liberdade* pode ter surgido aos olhos dos agentes de segurança como “encarnação da atuação desviante”, como “símbolo metonímico da desordem” (McClintock, 2010: 182). Mas uma desordem que os colocava diante de suas limitações num possível enrijecimento dos limites físicos e sociais em ocasiões como as rebeliões. Ocupando uma perigosa zona liminar entre rebelião e comemoração, aprisionamento e liberdade, a performance daquelas mulheres incitava o temor desses funcionários quanto às insurgentes disputas das presas entre si e com eles vivenciadas, sobretudo, na área do *convívio*. Fazia-os reconhecer o poder dessas mulheres na possível inversão do controle dos espaços-tempos através de ações violentas, especialmente porque naquela altura a penitenciária vivia um momento político bastante delicado.

A constatação de uma das *guardas*, diante do cortejo *sul-africano*, de que “a cadeia está desandando”, que “essa porra está cada dia pior” apontava para a instabilidade política daquele momento. Tal instabilidade decorria, dentre outros fatores, da potencialização da disputa prisioneira entre *estrangeiras* e *brasileiras*, gerada por uma série de transformações organizacionais (sobre a qual falaremos adiante) e a ser gerida fortemente pelos agentes de segurança nas relações de poder das quais eles faziam parte. “Depois aquelas outras lá [*brasileiras*], que são uma pior que as outras, resolvem tomar uma atitude, aí sobra para nós”. Sobra para os agentes, porque são eles um dos termos da dobradura primordial da prisão incumbido de seu reverso, as presas, agora também em dobradura. Ou seja, na dobradura da dobradura, as tensões entre *brasileiras* e *estrangeiras* se tornavam mais um dos pontos a serem controlados pelos *guardas* na gestão da ordem intramuros.

Diferentemente da psicóloga, cuja atuação lhe permite manter certo grau de distanciamento e relativismo em relação às presas, eram eles os principais responsáveis por vigiar e controlar os possíveis atos de violência por parte dessas mulheres – daí o incômodo destes para com os comentários daquela. Diferentemente de nós da equipe do ITTC, cuja atuação nos permite manter um maior grau de afinidade e parcialidade para com as festejantes, são também eles os profissionais que, via de regra, sofrem mais diretamente com os efeitos desses atos de violência e, portanto, os que mais sentem e ressentem os efeitos da democracia na atuação das organizações civis de direitos humanos exclusiva à população carcerária (cf. Caldeira, 1991) – daí o possível incômodo de Valeriano para com a presença de nossa equipe.

Ao observar os seus comentários, minha imediata impressão foi a de que sua aparente intolerância para com a “manifestação cultural” das *africanas* estava não apenas destinada

a estas, mas também a nós do Instituto. Para ser mais precisa, o “primitivismo” associado a elas na figura do “bando de índio” pareceu-me uma reação bastante provocativa, dentre outras coisas, porque Michael, então presidente do ITTC, advogava em casos criminais indígenas e integrava comissões ligadas a essas populações. Não cheguei a saber se Valeriano detinha esses dados sobre a presidente, mas eu sim. E suas palavras chegaram a mim naquele momento como uma tentativa de provocação acerca da posição e indisposição que funcionários – sobretudo agentes penitenciários – podem ter em relação ao “pessoal dos direitos humanos que só defende bandido”, para usar o jargão acionado frequentemente (não apenas) por guardas da PFC. Vejamos brevemente isso.

As organizações civis de direitos humanos são amplamente reconhecidas no sistema prisional por atuarem em favor de presas(os) e, portanto, muitas vezes consideradas automaticamente contra aqueles que seriam par de oposição delas(es), os funcionários. Vistas como um agente exterior ao núcleo duro dos profissionais da unidade e como capaz de vigiar e denunciar as más condutas e irregularidades da sua administração, são criticadas por agentes penitenciários e outros funcionários por transformarem os direitos humanos naquilo que eles denominam de “direito de bandido” – crítica igualmente destinada a organizações de mesma natureza que atuam em espaços extramuros com alto grau de violência criminal, como evidencia Gabriel Feltran para o contexto paulista (Sanjurjo, Feltran, 2015). Não há escuta nem defesa dos funcionários, apenas de presas(os). E, segundo Barbosa (2005), na perspectiva de muitos daqueles, tal comportamento tem como um de seus efeitos a quebra da disciplina intramuros, pois potencializa e fortalece, a partir de seu exterior, as ações e posições assumidas pelos presos, influenciando nos (des)equilíbrios de forças dentro da unidade.

No caso do ITTC, tal influência parecia se duplicar. Atuando somente junto a *estrangeiras*, nossa equipe havia se tornado um dos principais atores a executar semanalmente não apenas a dobra presas-funcionários, mas também aquela entre presas, *estrangeiras-brasileiras*. Dobra dentro de outra dobra que complexificava e tencionava as disputas dentro da unidade, tornando-as ainda mais metaestáveis. Na tentativa de dirimir as assimetrias impostas a não nacionais nos seus respectivos cumprimentos de pena, produzíamos continuamente diferenciações acionadas muitas vezes para gerar desigualdades. No intuito de promover conexões capazes de atravessar os limites e as limitações da prisão num país exterior, traçávamos fronteiras com os fios dessas mesmas conexões. E isso ficou bastante evidente nas falas de Dona Julieta e Virgínia, ao final da celebração: enquanto a senhora *brasileira* acusava as *estrangeiras* de serem

as responsáveis pela piora dos serviços assistenciais da unidade concedidos às nacionais, a *portuguesa* se defendia com contra-acusações, lembrando-me, de modo bastante assertivo, de que lado daquela dobradura eu, como membro do ITTC, deveria estar.

Mas tudo isso não parecia ter relevância para o coletivo das *sul-africanas* nem mesmo para o número cada vez maior de presas que compunha *o bando* – pelo menos não naqueles poucos minutos de celebração. Embora os limites dele se atualizassem dentro da distinção coletivo-platéia, claramente expressa pelos movimentos e a distribuição espacial de suas respectivas representantes, todas as presas ali presentes pareciam “cantar a liberdade”. As diferenças de localização espacial, de origem continental e de moradia intramuros que conformavam a coletividade das *africanas* não impediram que *brasileiras* e outras *estrangeiras* se integrassem de modo harmônico na comemoração. Ao contrário, foi exatamente em meio a essas diferenças que todas elas, ocupando diferentes posições, vibraram, uníssonas, com a saída de uma das suas.

E isso, explicou-me posteriormente uma *brasileira*, havia uma razão de ser: elas estavam igualmente presas. “Estamos tudo no mesmo barco. E liberdade é liberdade, filha! Não tem diferença, não. Canta igual para todo mundo”. E, quando a *liberdade canta*, ela costuma *cantar* alto. O barulho tende a ser estrondoso, podendo, contudo, variar de acordo com a popularidade da liberta (outra dobra que se faz na distinção entre as populares e não populares). As mulheres podem bater nas grades e nas portas de ferro das celas; ovacionar, gritar, assobiar, cantar e dançar. Podem também suspender as atividades rotineiras por instantes e com o (ou a despeito do) consentimento vigilante dos agentes penitenciários para festejar a *liberdade*, como se assim pudessem atravessar com a liberta o complexo arranjo de fronteiras físicas e simbólicas que as separam umas das outras e também do exterior da prisão. Na comemoração, realidade e sonho se justapõem para presas cruzarem os portões das coletividades prisioneiras e da prisão por meio do corpo da recém-liberta.

Mas quando a onda de euforia passa, o barco segue seu rumo no balanço do cotidiano ordinário. E, naquela altura, a Penitenciária Feminina da Capital tinha o seu cotidiano agitado pela corrente das transformações organizacionais. Cada vez mais a típica despedida sul-africana vigoraria nas das demais nacionalidades. Cada vez mais a morte de Quitéria se tornaria à nova tripulação de presas uma das tantas narrativas espetaculares sobre o passado da cadeia. Cada vez mais a história dessa *brasileira* distanciar-se-ia temporal e simbolicamente das experiências e dos afetos das atuais *estrangeiras*. E a passarela onde esta teve seu fim abriria passagem para outras formas de disputa e contestação entre as variadas e variáveis coletividades nos arranjos

dos interiores e exteriores da prisão.

2.2. Diferenças e desigualdades em e entre *brasileiras* e *estrangeiras*

Em outubro de 2008, um mês antes do episódio da comemoração, o coletivo de *africanas*, mais uma vez com maioria *sul-africana*, ganhou a atenção numa manifestação que gerou a paralisação das atividades laborais e educacionais por um dia. Diante daquela mesma *divisória* onde ocorrera a despedida da *sul-africana* e a morte de Quitéria, essas mulheres protestaram contra as agressões sofridas por uma *holandesa sul-africana* – isto é, uma mulher negra, nascida ou filha de pais nascidos na África do Sul e com passaporte holandês. Sara teve um de seus braços quebrados e foi agredida sexualmente com pedaços de pau logo após a divulgação do resultado do processo administrativo que abrisse contra uma antiga *parceira* de cela. Esta era uma *brasileira* para quem ela havia comprado certos produtos da *folha*⁶⁶ e de quem, passado quatro meses, não havia recebido sequer uma satisfação. Na tentativa de acertar as contas, Sara enredou-se numa discussão com a devedora e teve seu nariz quebrado. Em resposta, abriu um processo administrativo⁶⁷ contra a agressora, cujo resultado foi o acréscimo de sete anos nos 30 de pena que a brasileira haveria de cumprir. Isso acabou por desencadear uma nova e mais violenta agressão por parte, não apenas desta, mas também de outras *brasileiras*. Por desconhecimento ou atitude deliberada e pouco atenta aos imperativos das *brasileiras*, o fato é que Sara, ao privilegiar os aparatos administrativos da prisão para solucionar o conflito, desconsiderou o Primeiro Comando da Capital como uma instância de poder legítima. E acabou pagando caro por isso.

Seu caso – ainda fresco nas tensões intramuros e em duas matérias jornalísticas⁶⁸ que

⁶⁶ *Folha* ou *folha de compras* é o termo usado para se referir à lista de produtos disponibilizados mensalmente e em quantidades limitadas pela própria penitenciária para a compra por parte das presas. Cada uma delas recebe uma cópia da lista contendo os seguintes itens: cãndida, desinfetante, café, manteiga, açúcar, achocolatado em pó, papel higiênico, absorvente, xampu, condicionador, sabonete, bolachas, chocolate (ou bombons), refrigerante, barbante, selos, envelopes e canetas. Além destes, havia produtos disponibilizados eventualmente, tais como: calcinhas, sutiãs, chinelos havaianas, tênis All Star, toalha, camisas brancas, calças de moletom, conjunto de linhas para ponto cruz e brinquedos para crianças. O valor total da compra de cada uma delas é debitado do montante disponível em seus respectivos pecúlios.

⁶⁷ O processo administrativo é oficialmente chamado de processo de sindicância e costuma ser conduzido quase integralmente dentro da unidade prisional, embora em tese haja a necessidade de participação de juízes, acusadores e defensores. Seu desdobramento se dá da seguinte maneira: o registro e a apuração da infração disciplinar tende a ser realizada por funcionários intramuros (agentes, técnicos e diretores); a decisão final fica por conta da diretora geral que, por sua vez, encaminha sua decisão ao juiz responsável para que ele, por fim, acate-a. Para mais detalhes sobre o assunto, sugiro ver:

⁶⁸ O resultado imediato dessa mobilização foi a publicação de duas matérias no jornal O Estadão, no dia 14 de outubro de 2008, que tiveram repercussão dentro da prisão e em outros países. Para a leitura das matérias, ver: Jozino, Haddad, 2008a e Jozino, Haddad, 2008b.

circularam de boca em boca na unidade – foi mobilizado por Virgínia, em nossa conversa diante da escola, na tentativa de desqualificar os argumentos de Dona Julieta que, por sua vez, havia acusado as *estrangeiras* de serem *fofoqueiras*, *caguetas* e *inconfiáveis*. À minha provocação sobre a existência de diferenças que distinguem *estrangeiras* e *brasileiras*, Virgínia evidenciou as cisões entre essas duas coletividades a partir de uma dinâmica de acusações e contra-acusações qualificadas com condutas e atributos semelhantes. Ou seja, embora Virgínia considerasse a abertura do processo um equívoco cometido por Sara, e embora expressasse seu respeito para com certos ditames do Primeiro Comando da Capital, ela não aliviou para as *brasileiras*, destacando, de modo similar ao de Dona Julieta, as marcas de inconfiabilidade encontradas nestas. Se para Virgínia, *brasileiras* eram o fora do dentro da população carcerária, para Dona Julieta, essa posição era ocupada por *estrangeiras*. O que parecia estar em jogo ali, portanto, era uma disputa prisioneira pelo território intramuros.

Quando iniciei meu trabalho de campo, em maio de 2008, uma das coisas que me ficou patente foi a narrativa sobre um passado recente e harmônico construído a partir da desigualdade entre *brasileiras* e *estrangeiras*. Dizia-se que, desde a rebelião de 2004, que marcou a consolidação do PCC na unidade, as duas coletividades vinham vivendo num relativamente pacífico desequilíbrio de poder: *brasileiras*, que eram maioria, geriam, soberanas, a rotina dos pavilhões e de acordo com os ordenamentos do PCC, enquanto *estrangeiras* cumpriam suas respectivas penas de prisão passivas a essa soberania. Às últimas não cabia qualquer tipo de participação na gestão dos pavilhões, a não ser o cumprimento das determinações advindas das *disciplinas* (*brasileiras*), retratavam-me *estrangeiras* mais antigas da unidade em tom queixoso. Nos *salves* dominicais (traduzido por elas como *reuniões*), por exemplo, realizados após o término das visitas, elas não tinham voz, atuando apenas como espectadoras. Era raro ver alguma *estrangeira* se arriscar à fala nessas ocasiões. E, quando isso ocorria, o conteúdo quase nunca era levado em consideração, a não ser que fosse também de sumo interesse das nacionais.

Hoje algumas *estrangeiras* veem com ironia essa desconsideração e apontam que episódios como o de Sara poderiam ter sido evitados se a conduta das *brasileiras* tivesse sido mais cautelosa. Para Virgínia, por exemplo, a tensão que marca essa diáde prisioneira não ganharia tamanha proporção, caso estas não as desprezassem, caso não as deixassem às margens da rotina intramuros.

Se nos considerassem mais e não nos tratassem como umas tolas, de certo que a cadeia seria outra hoje. É importante para as estrangeiras ter brasileiras aqui, evita opressão dos funcionários. Mas não assim, a deixar as estrangeiras fora de tudo. Aí deu no que deu. Não é só a Sara, não. Veja a cadeia do jeito que está agora...

Esse jeito sobre o qual fala Virgínia diz respeito ao contexto de rearranjo organizacional a que a Penitenciária Feminina da Capital estava sendo submetida naquela altura como parte de uma política mais ampla da Secretaria de Administração Penitenciária. Um rearranjo que não foi fruto apenas das dinâmicas e demandas intramuros ou, mais especificamente, das tensões e ações de *brasileiras* e *estrangeiras*, como sugere a sua fala. Mas certamente um rearranjo que teve tais tensões como parte constitutiva de sua concretização.

Entre os anos de 2008 e 2009, circulavam rumores de que a PFC tornar-se-ia uma “penitenciária de minorias” voltada exclusivamente a *estrangeiras*, grávidas nos últimos meses de gestação e mães com filhos recém-nascidos. Dizia-se que o intuito da SAP era “acabar com o PCC” na unidade para transformá-la numa unidade modelo. Bem localizada e com uma população carcerária que, se não fugia por completo de seu estereótipo, ao menos o diversificava nas origens nacionais, raciais, étnicas, religiosas e de classe, a PFC teria “tudo para se tornar um dos pontos de venda da política penitenciária do PSDB”, certa vez constatou Bruno, um dos estagiários de direito que compunha a equipe do ITTC nesse período. Muito embora tais rumores nunca fossem oficialmente confirmados, eles começaram a ganhar concretude nas mudanças gerenciadas pela direção da unidade.

Transferências cada vez mais recorrentes de *brasileiras* para a Penitenciária Feminina de Santana, localizada no bairro Carandiru, e para outras unidades da capital e do interior do estado em detrimento do aumento do número de *estrangeiras* encaminhadas à Penitenciária Feminina da Capital; ocupação do segundo andar do setor da Saúde por grávidas e *puérperas* oriundas de prisões de todo estado à espera, na companhia de seus recém-nascidos, de vagas no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, também localizado no Carandiru, para o cumprimento do período de amamentação; organização da população carcerária na PFC pelos quatro pavilhões de moradia em consonância com as nacionalidades e perfis criminais; chegada de uma leva de jovens e recém-concursadas agentes penitenciárias na PFC; e reformas das áreas físicas internas desses pavilhões foram algumas das ações que materializavam os rumores num rearranjo promovido pela administração penitenciária. Rearranjo que abriu espaço para novos conflitos, novas fronteiras e novas articulações intramuros a partir de uma dinâmica fortemente marcada por acusações, delações, diferenciações e hierarquizações.

De acordo com meus dados de campo, essas mudanças começaram a ser de fato sentidas pelas presas quando *brasileiras* passaram a ser sistematicamente transferidas para outras unidades e para o segundo pavilhão da própria PFC. Embora esta seja uma prática estruturante

do funcionamento do sistema prisional inscrita na circulação de presas(os) (Biondi, 2009; Marques, 2009; Padovani, 2015), de agentes penitenciários (Barbosa, 2005; Taets, 2012; Negretti, 2014), bem como na disseminação de unidades penitenciárias pelo interior do estado (Godoi, 2015), não deixou por isso de produzir uma série de tensões. Ao contrário, fez-se através delas, a começar pelo fato de que não eram quaisquer *brasileiras* o foco da intervenção, mas acima de tudo aquelas a quem parte das *estrangeiras* denominavam genericamente de *líderes do PCC*.

Meus dados de campo não permitem precisar se e quais vínculos essas tais *líderes* mantinham com o Primeiro Comando da Capital, mas o fato é que aquelas acusadas de perpetrarem um clima de instabilidade e violência costumavam ser assim denominadas pelas não nacionais. Nesse registro, a titulação de *líder* diz menos sobre os vínculos que essas mulheres mantinham com PCC do que sobre a imagem (nem sempre negativa, mas necessariamente associada a atos de violência) que *estrangeiras* faziam deste. Para evitar o risco de essencializar essa coletividade *brasileira*, como se ela encabeçasse as ações do PCC dentro da unidade, tal como sua titulação pode nos levar a crer, recorro às reflexões de Natália Padovani (2015) acerca das categorizações prisioneiras de *brasileiras* “tramadas” no contexto político da penitenciária em questão entre os anos 2008 e 2012.

Padovani mostra, por exemplo, de que modo as chamadas *novinhas do crime*, que ganharam fama de mobilizar vínculos com homens do PCC em condutas notadamente abusivas e violentas dentro da unidade, surgiam como alvo de crítica e diferenciação por parte de outras(os) *brasileiras(os)*, que se definiam contrastivamente como *bandidas(os) velhas(os)*. Estas(es), por sua vez, podiam se distinguir entre si de acordo com o gênero (*cunhada* do PCC e *sapatão*) e com os vínculos estabelecidos ou não com os homens e os ordenamentos do PCC, o que não necessariamente impossibilitava parcerias entre elas(es) na gestão de pavilhões. Inspirada nas reflexões de Paula Togni (2014), Natália defende que a aparente categorização geracional presente nas nomeações *novinha do crime* e *bandida velha* não está associada ao fato de se ter menos ou mais idade, mas ao de assumir posicionamentos e interpretações distintos acerca dos ordenamentos que alinhavam as relações na prisão e no *mundo do crime*. Alinhavos que, segundo Natália, produzem e põem em tensão/negociação os muitos PCCs presentes na Penitenciária Feminina da Capital consoante as demandas de diferenciação do campo que conformam redes de relações.

A atuação dos muitos PCCs e das diferentes figuras *brasileiras* explicam os motivos pelos quais, apesar de todas as tensões entre nacionais e não nacionais, eu nunca ter encontrado

sequer uma *estrangeira* interessada na completa eliminação das *brasileiras* ou do PCC dentro da unidade. Em geral, eram as *brasileiras* que assumiam a frente em negociações mais amplas com agentes extraprisioneiros. Eram estas, vinculadas ou não aos *Comandos*, que negociavam mais recorrentemente com funcionários e diretores da unidade os limites do poder de suas respectivas coletividades. Eram elas também que garantiam a entrada de parte significativa dos bens de consumo (legais e ilegais), que costumavam reivindicar melhores condições de vida e de trabalho para toda a população carcerária ou, ainda, que “iam para linha” (telefônica) falar com “os homens do PCC” desde as celas da prisão, por meio dos aparelhos celulares, quando consideravam que alguma coisa errada estava sendo promovida pelas suas parentes dentro da prisão. E, embora *estrangeiras* pudessem fazer tudo isso eventualmente, a responsabilidade das *brasileiras* na garantia do mínimo de dignidade na vida intramuros – ou, como disse Virgínia, na contenção da *opressão* por parte dos funcionários – recaía mais fortemente sobre as *brasileiras*.

Responsabilidade que não incluía as chamadas *líderes do PCC*, evidentemente. A despeito dos vínculos que nutriam ou não com os homens e os ordenamentos dos PCCs, essa coletividade parecia se definir, aos olhos de *estrangeiras*, pelo tipo de ação e pela origem nacional comuns. Em outros termos, parecia se definir como o conjunto de *brasileiras* que agiram, em algum momento desse período de rearranjo organizacional, de forma violenta contra *estrangeiras*. Percebidas como aquelas que “acabam com a pouca paz da cadeia”, como afirmou a *venezuelana* María Alejandra em nosso último encontro, dias antes de ela ser espancada por estas e transferida para outra unidade, as *líderes* eram acusadas de diferentes tipos de agressões que foram se intensificando e se tornando brutais tanto mais quanto se efetuavam as transferências de *brasileiras*. Nesse caso, podiam se encontrar congregadas nessa mesma categorização *novinhas*, *bandidas velhas*, *sapatões* ou qualquer outra figura *brasileira* que por diferentes e até divergentes motivações e moralidades acionaram a violência como instrumento político na interação com *estrangeiras*. As violências físicas e sexuais podiam ou não vir acompanhadas de atos abusivos, como furtos de produtos comprados por *estrangeiras* ou o não pagamento de empréstimos feitos junto a elas. Podem vir também junto com *pequenos racismos*, empregues nos insultos ou nas injustiças que, por exemplo, impediam não nacionais de ascender do chão para a *pedra* (cama) consoante o tempo de moradia numa dada cela⁶⁹.

⁶⁹ Uma vez que as celas têm no máximo quatro *pedras* para cerca de seis ou mais presas, suas respectivas ocupações se dão de acordo com a ordem de chegada das presas. Ou seja, assim que a ocupante de uma das *pedras* muda de cela/pavilhão ou *sai em liberdade*, a presa mais antiga dentre as que dormem no chão passa a ocupá-la. Obviamente que há exceções nesse sistema, que são negociadas, especialmente quando pessoas doentes, grávidas ou idosas se mudam para a cela, embora não seja uma obrigação ceder a *pedra* a elas.

Da parte das *estrangeiras*, as *sul-africanas*, denominadas por vezes de modo indistinto pela categoria continental *africanas*, eram as que mais reagiam veementemente contra essas *líderes*, atualizando, inclusive, através destas a disputa pela “hegemonia da sua nacionalidade” frente ao coletivo *brasileiro*. Havia algo nelas, em seus corpos, no modo impositivo e destemido de falar e agir que as colocavam em pé de igualdade e de tensão com essas *brasileiras* na área do *convívio* – além, é claro, do fato de comporem a nacionalidade estrangeira mais numerosa da unidade. Cada vez mais concentradas no primeiro e, em menor medida, no quarto pavilhões, pareciam sempre prontas para protestar e enfrentar – e também, como vimos, comemorar. Tornaram-se conhecidas por não titubear, toda vez que se avaliavam injustiçadas ou desrespeitadas. Tinham mesmo fama de partirem, individual ou coletivamente, para o confronto. De debaterem e baterem, se necessário. De argumentarem, negociarem, provocarem, xingarem. E, por isso, de frequentarem as celas do *castigo* com outras nacionalidades africanas, como as *congolesas*.

Seus tons de voz – conhecidos por serem altos, graves e firmes – remetiam aos ouvidos “outros” contínuos bate-bocas. E, de fato, assumiam muitas delas com certo orgulho, não fugiam de uma boa discussão, o que não necessariamente as colocava em pé de igualdade com as *congolesas* e as *angolanas do Congo*. Embora sua imagem de briguenta não costumasse ser qualificada positivamente pelas demais *estrangeiras*, não chegavam ao patamar inferior destas, que eram consideradas pelas demais *estrangeiras* como *as mais barraqueiras*, *as mais sujas* (com direito a adjetivos, tais como, *nojentas*, *porcas*, *imundas*), além de *mentirosas*, *trambiqueiras* e *macumbeiras*. Diante destas, as *sul-africanas* pareciam às demais ter o mínimo de critério para saber quando a discussão era ou não boa. Ademais, elas reconheciam-se a si mesmas como uma coletividade unida. Sempre que necessário buscavam fazer jus a essa consideração, reunindo seus corpos negros em protestos, confrontos ou comemorações. Apenas corpos negros, articulados nos limites raciais herdados do *Apartheid*, regime político em cujo berço a massiva maioria nasceu, aprendeu a lutar e também a segregar, como destacou certa vez Wendy.

Oriunda de Durban, cidade sul-africana onde se encontra a maior concentração de indianos fora da Ásia, Wendy, 36 anos, foi a única *estrangeira* de meu conhecimento a ser transferida para o segundo pavilhão, quando este vinha se tornando exclusivo para *brasileiras*. Ela não quis entrar em detalhes sobre sua situação, restringindo-se a dizer que era a única “de cor” (leia-se: de família de indianos hindus) entre as *sul-africanas* e que sua transferência tinha como causa o racismo de suas conterrâneas negras. Para encorpar seu argumento racial, citou

dois outros casos de conterrâneas brancas que, segundo ela, também sofreram com o legado segregacionista sul-africano durante o aprisionamento.

Primeiro, comentou sobre o caso de Tasmin que, tendo sua situação ignorada pelas conterrâneas negras, acabou sendo transferida para a Penitenciária do Tremembé após sofrer crescentes agressões cometidas por *brasileiras* a cada vez que se recusava a acatar ao chamado destas de transportar para o pavilhão de moradia facas da cozinha, local onde trabalhava diariamente. Citou também o caso de Caitlin que, como vimos no capítulo anterior, foi transferida para as *celas do seguro*, localizadas nos fundos do pavilhão administrativo, em decorrência das ameaças que passou a sofrer das demais *africanas* decorrente do fato de ela ter delatado, em seu julgamento, o *nigeriano* (negro) responsável pelo seu embarque com a cocaína na capital paulista.

É interessante observar como em meio às disputas entre *sul-africanas* e *brasileiras* desdobravam-se, concomitantemente, tensões internas às originárias da África do Sul em um processo de racialização da nacionalidade. Os caso de Sara (*holandesa sul-africana*), de Wendy (*sul-africana indiana*) e de Tasmin e Caitlin (*sul-africanas brancas*), quando reunidos, apontam para a existência de diferentes nomeações e relações das suas nacionais, fortemente definidas com base em diferenciações raciais. Ser *sul-africana*, assim, somente *sul-africana*, era justapor origem nacional e raça; era se fazer na intersecção entre o corpo negro e o país de nascimento e de vida. Isso não excluía, em absoluto, da nacionalidade aquelas que não entrelaçavam esses sinais, mas neste caso sua nomeação nacional tinha que vir necessariamente acompanhada de outras noções, fossem estas racial, como no caso de *sul-africanas brancas*, ou nacional, como no da *holandesa sul-africana*.

E era em meio a esses arranjos que as *sul-africanas* atualizavam, a um só tempo, lutas passadas e presentes, extra e intramuros. Lutas que restituíam, às avessas, as desigualdades raciais do *Apartheid* nas disputas intramuros; que invertiam as relações de poder vigentes no antigo regime político segregacionista sul-africano, abrindo possibilidades para elas se colocarem numa posição privilegiada dentro da prisão. Posição que lhes permitia sujeitarem suas “outras” nacionais (*sul-africanas brancas* e *de cor*), representarem suas “outras” continentais (quando chamadas genericamente de *africanas*), diferirem-se de suas “outras” regionais (as *angolanas do Congo*) e confrontarem suas “outras” rivais (as *brasileiras* e as *líderes*), atualizando, pois, em diferentes situações e escalas o fora do dentro de sua coletividade a partir da justaposição de noções e classificações vigentes na prisão e/ou no país de origem.

Mas se a elas cabiam os maiores espetáculos de comemoração e confrontação, às demais presas abria-se o silêncio de suas atuações. Na sombra dos cantos e gritos negros *sul-africanos*, entoados desde o *convívio*, travavam-se outras batalhas, outras linhas de disputa. Retomando o episódio da transferência das *líderes do PCC*, muitas vezes que *estrangeiras* se sentiam coagidas, acionavam suas embaixadas ou consulados, por meio de cartas e do ITTC, para que esses órgãos interviessem a seu favor junto à direção da unidade. A essa altura, presas e funcionários compartilhavam da convicção acerca do *medo* que a diretora – um “feixe de linhas verticais [...] que se constitui em um lugar ao mesmo tempo (para) dentro e (para) fora da cadeia” (Barbosa, 2005: 182) – tinha desses órgãos diplomáticos, quer dizer, do poder político nacional e internacional que eles detinham e que (supostamente) poderiam mobilizar no contexto prisional para, por exemplo, exonerá-la do cargo. *Estrangeiras* passaram também a mobilizar, via cartas, a imprensa nacional e internacional para publicizar, dentre outras coisas, as agressões sofridas pelas *estrangeiras*, vide o caso da *holandesa sul-africana*. Por fim, intensificaram o acionamento de Igrejas e do ITTC para que estes pressionassem a direção da PFC e denunciasses os episódios de violência a órgãos e autoridades brasileiros competentes.

Essas ações levaram para dentro da unidade agentes extraprisionais, como a mídia e os órgãos diplomáticos e do Estado brasileiro, e os colocaram em relação (de tensão) com as instâncias de poder prisionais nas disputas intramuros que *estrangeiras* travavam contra uma parcela das *brasileiras*. Por outro lado, e concomitantemente, tais instâncias contaram com a ajuda prisioneira no mapeamento de outras *brasileiras* que aos poucos passaram a chegar à unidade interessadas em exercer a função de *faxina* nos pavilhões de moradia, função esta que devido às transferências vinham sendo abandonadas ou exercidas com muita discrição. Consideradas tolas por acreditarem irrefletidamente na força dos vínculos com os homens do PCC, por não avaliarem as condições políticas da unidade e nem compreenderem a (suposta) ausência das *faxinas*, algumas delas tornaram-se alvo de denúncias feitas por presas (*brasileiras e estrangeiras*) *mais antigas*. Seu nome, os vínculos que ela mantinha ou não com *os irmãos* do *Comando* e as ocasiões que comprovavam sua intenção de assumir a posição de liderança no pavilhão de moradia podiam ser registrados em cartas anônimas por presas e, em seguida, transportados por estas ou por agentes penitenciários até o pavilhão administrativo. Dois ou três dias após a circulação das informações, a transferência da acusada costumava ser efetuada, abrindo assim novas vagas na PFC a serem ocupadas, de acordo com as determinações da SAP, por *estrangeiras*, em sua maioria.

Quando o destino das *brasileiras* transferidas eram outras penitenciárias, o procedimento se desdobrava por meio do que ficou conhecido como *bonde fantasma*: uma vez chamada ao pavilhão administrativo para supostamente atender a ocorrências cotidianas, a *brasileira* ia até lá para nunca mais voltar. Recebia o comunicado sobre seu imediato *bonde* sem poder notificar familiares e *parceiras* ou sequer voltar à *área de convívio* para pegar seus pertences. Estes eram arrumados por uma de suas *parceiras* de cela e entregues a um agente penitenciário que os colocava na viatura da polícia. Dali, a suposta ou aspirante a *líder* era dirigida a outra prisão da capital ou do interior de São Paulo, cujo endereço só seria informado posteriormente aos familiares e às *parceiras* da PFC via cartas ou telefonemas. Já quando o destino era um dos pavilhões da própria PFC, bastava ela reunir seus pertences – dentre produtos de higiene pessoal, comidas, uniformes, sapatos, fotografias e artesanatos – em um saco plástico grande e transparente, além dos lençóis e do colchão, para seguir a pé rumo ao novo local de moradia.

Das *brasileiras* transferidas internamente, a maioria foi realocada no segundo pavilhão. Enquanto isso, o primeiro ficava reservado exclusivamente a *estrangeiras*, muitas das quais de nacionalidades africanas; o terceiro, a *brasileiras* e, em menor medida, *estrangeiras* majoritariamente de nacionalidades latino-americanas; e o quarto, mantido *meio a meio*, isto é, com metade da sua população composta por *estrangeiras* e a outra metade por *brasileiras*. Com o decorrer das transferências, o segundo pavilhão ficou conhecido entre as *estrangeiras* como o *pavilhão do PCC*, das *meninas do PCC* ou, ainda, como aponta Padovani (2015), o pavilhão das *novinhas do crime*.

Obviamente que nem todas as transferências foram disparadas pelas ações táticas de *estrangeiras* e *brasileiras* contra uma parcela destas. Também nem todas das que de fato encabeçavam a rotina intramuros foram retiradas da PFC, conseguindo, pois, manter sua atuação nos pavilhões de moradia de forma mais discreta, tímida e com o apoio das demais presas, inclusive de deladoras anônimas. Isso, no entanto, não amenizava a decorrente insatisfação de uma parcela significativa das primeiras diante dos “privilégios” recebidos por *estrangeiras*, como bem enunciou Dona Julieta. Em meio à disputa territorial que se desdobrava entre *brasileiras* e *estrangeiras*, não lhes parecia justo transferir somente as nacionais para outros presídios, sobretudo quando estas iam para os do interior do estado, em favor da concentração cada vez maior das não nacionais numa unidade como a PFC, tão bem localizada na cidade de São Paulo, com acesso fácil para visitantes via ônibus e metrô, e na qual mais de 80% das presas tinham empregos, o que lhes garantia, dentre outras coisas, a remissão de pena e salários mensais.

O interessante, nesse caso, é que, apesar de toda tensão e insatisfação, nenhuma das acusações e ações violências atravancaram o rearranjo organizacional da Penitenciária Feminina da Capital. Nem as heranças segregacionistas do *Apartheid*, nem as queixas e críticas de *brasileiras* acerca de *estrangeiras*, e vice-versa, nem o medo da diretora em relação aos órgãos consulares e a pressão destes sobre ela, nem as tensões dos muitos PCCs, nem o acionamento da mídia e as denúncias engatilhados por *estrangeiras* e também por algumas *brasileiras*, em suma, nada disso impossibilitou o atravessamento de barreiras entre os diferentes agentes sociais na produção de uma administração reticular e assimétrica da unidade prisional. Ao contrário, foi em meio ao complexo e dinâmico jogo de articulações e separações que se desdobrou a gestão de suas transformações. A partir das diferenciações e discriminações (de raça, gênero, nacionalidade, geração, vínculos familiares e condutas intramuros), o espaço-tempo de certas coletividades e suas respectivas posições de poder foram enredadas. Mas não só. Também o foram os fios de uma unidade que se tornaria cada vez mais conhecida como a *cadeia das estrangeiras*.

Uma *cadeia* onde a distensão entre *brasileiras* e *estrangeiras* gradativamente abrandar-se-ia; a *opressão* dos funcionários nos pavilhões de moradia aumentaria; em compensação, a entrada da Tropa de Choque e do Grupo de Intervenções Rápidas (GIR) rarearia, e o seu modo de atuação junto às presas suavizar-se-ia; o *jumbo*, que entrava mais intensamente através das redes das *brasileiras*, escassearia e o seu valor de compra intramuros inflacionaria; o que igualmente ocorreria com o celular, cujo valor de compra e de uso (clandestinos) quase duplicaria; o modo de negociação da administração da unidade com as presas diversificar-se-ia; a fila das visitas aos finais de semana minguardia, assim como o conjunto de *regras do PCC*; e aquilo que ficaria desse conjunto passaria a ser entendido, por algumas *estrangeiras*, como *regras do bom viver na cadeia*. Nessa cadeia, as diversas *línguas, dialetos, crenças e superstições* passariam a imperar na produção de múltiplos ordenamentos, a ponto de serem incorporadas nas táticas de gestão da direção da unidade.

2.3. Táticas de virar o jogo I: sobre “primitivismo” e mortes de *africanas*

Em uma terça-feira de agosto de 2011, cerca de dois anos e meio após a celebração da *liberdade* e a paralisação das *sul-africanas*, a *divisória* voltaria a ser palco de manifestação. Embora comandado, sobretudo, por uma maioria de *africanas*, o coletivo manifestante estava composto por presas de todas as nacionalidades, incluindo *brasileiras*. Juntas, elas protestavam

contra as condições de atendimento médico que alegavam terem sido a causa da morte de duas *africanas* em menos de duas semanas. Protestavam contra a possibilidade de efetuação da prisão enquanto produtora de “vidas matáveis”, quer dizer, uma instituição em cuja política a morte estaria no centro dos investimentos de poder (Agamben, 2002). Os laudos médicos oriundos do hospital público comprovavam a prestação de socorro a ambas as vítimas, contudo as narrativas prisioneiras descreviam, em detalhes e uníssonas, as negligências do atendimento nos dois casos.

Demora no encaminhamento dos corpos em sucumbência para o pavilhão da Saúde, que só ocorreu quase uma hora após a gritaria promovida pelos quatro pavilhões de moradia durante a madrugada; ausência de médicos e enfermeiros para prestar os primeiros socorros dentro da unidade; e espera de horas para a chegada da ambulância e da viatura da Polícia Militar que fariam, respectivamente, o traslado e a escolta do mesmo até o hospital público compunham a causa das mortes, nas versões de todas as presas. Repito: na versão de todas as presas, independentemente da nacionalidade, da raça, da religião, da idade ou de qualquer outra categoria que as pudesse diferenciar; de todas elas, igualmente enclausuradas em suas celas, igualmente sem médicos e enfermeiros na unidade e igualmente sob o risco de permanecerem por horas à espera do traslado hospitalar, caso necessitassem da prestação de socorro. Mais uma vez, lá estavam elas *no mesmo barco*, a experimentar a fluidez das fronteiras que as reunia numa só coletividade prisioneira.

Essa manifestação ocorreu oito dias após o segundo óbito, quando uma terceira *africana* foi socorrida com os mesmos sintomas das duas finadas. Apesar de cada uma delas ter sido diagnosticada com um problema diferente (a primeira com um enfarto fulminante, a segunda com parada respiratória e a terceira com algo que não me souberam precisar), as presas versavam sobre as semelhanças dos casos. Diziam que as três haviam passado mal no mesmo turno (isto é, na madrugada), no mesmo local (isto é, nas celas) e com as mesmas reações (uma espécie de convulsão, marcada por fortes abalos musculares, salivação excessiva e eliminação involuntária de fezes e urina). A diferença ressaltada ficara apenas no desfecho do caso da terceira paciente, que fora levada a tempo para o hospital. Transportada imediatamente do pavilhão de moradia numa ambulância completamente desequipada, contendo apenas uma maca, era suposto ela sucumbir a caminho do hospital. Mas *por milagre*, ela não morreu. *Milagre*: esta foi, segundo uma de minhas interlocutoras, a explicação médica dada à paciente para o seu não falecimento.

Algumas horas após o seu traslado, presas protestaram diante da *divisória*, tão logo

foram liberadas de seus pavilhões de moradia para seguirem rumo a seus postos de trabalho, por volta das oito da manhã. O quarto pavilhão sequer chegou a ser aberto, tão logo os agentes penitenciários perceberam o alvoroço. As presas queriam uma satisfação da diretora da unidade, exigiam condições mínimas de manutenção de suas vidas durante o cumprimento de pena. Mas a autoridade máxima não apareceu. Em seu lugar, foi Vera, a diretora de disciplina e principal responsável pelos assuntos de segurança da unidade. Chamou-me atenção o modo como ela desfez muito rapidamente as tensões que sustentavam aquela paralisação.

Primeiro, Vera acalmou e dispersou a multidão com a promessa de passar nos pavilhões de moradia para conversar pessoalmente com as presas. Depois, diante das grades que dão acesso à área interna de cada um desses edifícios, mobilizou certos preconceitos contra uma coletividade africana para solucionar o problema, comunicando então às presas a “verdadeira” causa das mortes: *macumba* das *congolesas*. Contou-lhes que na última *blitz* agentes de segurança haviam apreendido o caderno de uma *congolesa*, cujo nome ela se recusou a revelar. Nele, continha uma lista das presas contra quem seriam feitas as *macumbas*. Dentre os nomes constantes na lista, estavam os das três *africanas* que sofreram a convulsão.

Essa acusação reverberou nos rumores que cercavam o desfecho do terceiro caso. Já se vinha comentando pelos pavilhões de moradia que a última vítima só não havia morrido a caminho do hospital, não por *milagre*, mas porque era acomunada com forças ocultas. Dizia-se que ela era *macumbeira*, uma realidade absolutamente distante daquela da administração penitenciária, cujo saber-poder mundano, alegou a diretora de disciplina diante das presas, estava aquém daquele mobilizado pelas *macumbeiras congolesas*. Nesse registro, concluiu Vera, a unidade pouco poderia fazer para solucionar o problema além de acionar as autoridades religiosas capazes de enfrentá-lo. Ela então colocou-se à disposição das presas para levar um padre e/ou pastor da Igreja escolhida pela maioria de cada pavilhão, o que foi prontamente aprovado pelas moradoras dos quatro edifícios.

De acordo com as narrativas prisioneiras a que tive acesso, tal aceitação parecia congrega, a partir de diferentes sistemas de crenças mágico-religiosas, o medo que parte delas tinha de um certo tipo de poder relacionado a forças espirituais ou a impurezas. E, mesmo aquelas que diziam não acreditar em *macumba* e nem na versão da diretora, alegando perceber a ocasião como uma grande manobra política da cúpula diretiva da unidade, consentiram à proposta com a alegação de que “reza [ou oração] nunca é demais”. Consentiram, porque o que parecia estar em jogo não era apenas o enfrentamento de forças ocultas, mas também a regulação

dos “instintos de agressividade” daquelas *africanas* por parte de um aparelho governamental que se pretende e se deseja estável e centralizado (Elias, 1994). Nesse contexto a reza, enquanto instrumento de pacificação da violência, nunca seria demais.

O primeiro pavilhão, composto exclusivamente por *estrangeiras*, com maioria *africanas*, pediu a presença do fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus⁷⁰, o apóstolo Valdomiro Santiago, enquanto os demais decidiram pelo padre exorcista da Igreja Católica. Não cabe aqui entrar em detalhes dos rituais realizados em cada um dos pavilhões, mas o fato é que a atuação do padre e do pastor (não o Valdomiro, mas um de seus representantes) foi mais do que suficiente para acalmar os ânimos intramuros. Não houve mais paralisações, nem mais convulsões, nem mais mortes. E as queixas que nós do ITTC e da Pastoral vínhamos registrando para tomarmos as devidas providências cederam espaço para falas acerca da paz que havia tomado a unidade de modo surpreendente. Desde então, a PFC retomou sua rotina, tendo as presas que arcar, ainda, com os custos da paralisação. Elas perderam a remissão e a remuneração daquele dia de trabalho; perderam também o *kit*⁷¹ do mês sem poderem compensar tal perda com a compra dos produtos igualmente disponíveis na *folha de compras* que, desta vez, foi propositadamente entregue pela administração da unidade para ser preenchida pelas presas antes da notícia sobre a perda do *kit*.

Outro ponto que me chamou atenção – lembrando aqui da relevância que Brah (2006) concede à análise acerca da interação dos racismos entre si – foi o fato de ter sido Vera a autoridade responsável por transformar a suposta feitiçaria das *congolesas* em versão oficial intramuros para a morte das *africanas*. Logo ela, que trás em sua pessoa as marcas tanto do controle prisional, quanto das desigualdades (não apenas) raciais extramuros. Conhecida entre as presas pelos termos *macaco* e *preto velho*, ambos no masculino, em função de sua pele negra e de seus cabelos bem curtos e seu jeito considerados masculinizados, foi ela quem mobilizou a potencial violência prisioneira a partir de supostas “práticas culturais” associadas às *congolesas* num discurso de Estado discriminatório. Vítima de um racismo à brasileira, cujos apelidos intersectam representações homofóbicas (Miskolci, 2007) numa suposta inferioridade biológica, cultural e moral da sua figura negra, foi ela quem chamou presas à identificação com lugares sociais pré-fixados (Beleli, 2007), reificando noções de gênero, raça, nacionalidade, regionali-

⁷⁰ A massiva maioria das *africanas*, quando entra na prisão, passa a frequentar e a assistir pela televisão os cultos de Igrejas (neo)pentecostais, sendo parte significativa delas adeptas à Igreja Mundial do Poder de Deus.

⁷¹ O *kit* consiste numa espécie de cesta básica que é oferecida pelas empresas para as quais presas trabalham dentro da prisão e que contém produtos alimentícios, de limpeza e de cuidados pessoais. A maioria desses produtos encontra-se disponível para compra na *folha de compras* da penitenciária.

dade e etnicidade. Foi ela quem, produto de certo racismo, articulou um outro contra aquela coletividade de origem africana tendo em vista a manutenção da hegemonia da cúpula diretiva e a *paz da cadeia*.

Um racismo também elaborado à imagem e semelhança do “primitivismo” dos primatas e das religiões afro-brasileiras (afinal, a feitiçaria tornou-se *macumba*). Um racismo também contra mulheres negras e *congolesas*, mulheres estas que, embora (ou talvez porque também) fossem vistas como poderosas (uma vez que perigosas, *macumbeiras*, detentoras de um conhecimento mágico-religioso desconhecido e que assusta por seus poderes efetivos), ocupavam o último lugar na escala social das nacionalidades intramuros. Uma posição que, de outro modo, não deixa de ser familiar à diretora. Apesar de sua autoridade na unidade, ela se encontra em estratos inferiores da sociedade brasileira na sua condição de mulher, negra, masculinizada, de camadas populares e de funcionária da prisão. E seus apelidos estavam lá para confirmar este fato: ocupando o cargo de diretora de disciplina, o *macaco* encarnava o *preto velho*, entidade detentora de um conhecimento que, se não plenamente desconhecido pelas *estrangeiras*, poderia assustá-las por seus poderes efetivos no uso legítimo da violência física nos limites do perímetro prisional. E era nesse registro que *congolesas* e diretora atualizavam-se, cada qual ao seu modo, a partir do legado do colonialismo – que ironia.

A essa altura, a Penitenciária Feminina da Capital vivia o início de novos tempos, dos tempos da *cadeia das estrangeiras*, não apenas porque estas já compunham uma (pequena) maioria populacional, mas sobretudo porque a rotina intramuros passara a ser mais fortemente atravessada por dinâmicas associadas à presença delas. A política de distribuição da população carcerária e o decorrente enfraquecimento do PCC abriram margens para a composição de uma unidade marcada pela maior sujeição das presas em relação às formas de regulação do Estado. O fato de *estrangeiras* comporem uma população flutuante, sem vínculos orgânicos com parentes, ocupações e territórios no Brasil, ficando, por isso, mais dependente de “vasos comunicantes” estatais e não-governamentais e mais focadas em cumprir suas penas da *melhor maneira possível* (leia-se: mais rápido e com o mínimo de tensões com o Estado) imprimiam um tom mais ameno, mas não necessariamente menos violento, à rotina da unidade.

“O PCC virou folclore”; “perdeu a cadeia para os consulados e quem ganhou foram os funcionários” – versavam algumas *estrangeiras* deixando desvanecer, da memória intramuros, a participação das presas na gestão das recentes transformações organizacionais ocorridas na unidade. As cartas anônimas, por exemplo, que dois anos antes surgiam em narrativas pri-

sioneiras como propulsoras da transferência de muitas das *líderes do PCC*, foram esquecidas pela crescente participação de embaixadas e consulados na vida intramuros, fortemente mediada pelo ITTC. E o tão falado medo da diretora em relação a esses órgãos diplomáticos se tornara a principal, quando não única causa propulsora das transformações políticas da PFC. Segundo a versão que passara a circular entre *estrangeiras*, toda vez que uma delas sofria agressões de *brasileira(s)* e seu consulado exigia uma posição da unidade, a diretora agia rapidamente para evitar qualquer tipo de indisposição com ele: transferia as supostas agressoras, podendo ainda abrir um processo administrativo contra elas. Nessa versão, tais ações foram as únicas responsáveis por minar o PCC, o que, ainda segundo a mesma, assegurou maiores poderes aos funcionários.

Tais poderes foram fortemente sentidos pelas *estrangeiras*, sobretudo, na rotina dos pavilhões, onde certos agentes penitenciários “preencheram o vazio deixado pelo PCC” – diziam algumas delas em concordância com parte dos funcionários – com práticas consideradas abusivas, tais como: xingamentos, agressões verbais, encaminhamento cada vez mais frequente de presas para o *castigo* por motivos tacanhos, acesso de agentes penitenciários do sexo masculino pelos corredores das celas sem aviso prévio às presas etc. Foram sentidos também em momentos críticos, quando as “diferenças culturais” das presas passaram a ser acionadas pela direção da unidade como instrumento de manutenção da sua própria base de poder. Jamais em outros tempos a indignação prisioneira para com as negligências administrativas envolvendo mortes seria contida com aquela relativa facilidade. E jamais o meio de contenção mobilizado pela cúpula diretiva seria (tão somente) o desconhecido universo de malefícios e feitiços atribuídos às hostilizadas *congolesas*.

No entanto, a PFC mudou, a dinâmica das relações se rearranjou e a linguagem de negociação se diversificou. E isso tornava possível àquela diretora elaborar um discurso que gritava noções de uma hierarquização das coletividades não nacionais tecida, assim como em outros contextos transnacionais (Piscitelli, 2013; Debert, 2016), de modo semelhante às posições estruturais ocupadas por diferentes regiões do globo na geopolítica internacional. Trata-se daquilo que Avtar Brah (1996) denominou de “sanduíche colonial”, ou seja, no topo da escala encontram-se as europeias, na sua base, as *africanas*, e no meio, as asiáticas e latinas (ou hispânicas), sendo estas últimas as únicas cuja origem regional não aparecem na esquematização da autora. Como se pode observar, o único coletivo que apresento em *italico* são as *africanas*. E isso tem uma razão de ser.

Referenciadas recorrentemente pela nomeação continental e, ainda, como se esta

dissesse respeito a apenas uma nacionalidade, essas mulheres têm suas diferenças diluídas em uma massa amorfa e monolítica que as converge, em termos discursivos, para os confins do “primitivismo”. Apesar de haver algumas poucas *sul-africanas brancas*, elas dificilmente aparecem como parte desse coletivo – ou são explicitamente excluídas ou subsumidas sob a preponderância das epidermes negras. Objeto de contínua depreciação – que preserva uma imagem degenerada de africanas e africanos para além do contexto intramuros em questão (Hernandez, 2005) – restam-lhes poucos ou nenhum adjetivo favorável. Possíveis traços positivos em suas respectivas nacionalidades neutralizam-se em processos de coletivização (regional e racial): todas *africanas*, todas *negras*, todas *sujas*, *fedidas*, *barraqueiras* e de difícil trato. E, embora muitas delas fossem viajadas, falassem diversos idiomas e pudessem carregar traços e curvas de tirar o fôlego de presas e funcionárias(os), não escapavam, nessa operação retórica, típica de discursos racistas (Debert, 2014), do fundo da escala social. Na verdade, essas características operavam no sentido oposto, como termômetro da sua inferioridade, imputando-lhes assim a posição mais baixa numa suposta cadeia evolucionária.

Todas se encontravam igualmente submetidas aos contínuos processos de “etnicização” de sua regionalidade, nos quais as diferenças de seu coletivo racializado se ancoravam em atributos culturais desencadeadores de racismos (Anthias, 1990; Fernandes, 1995). Suas viagens para outros países, por exemplo, perdiam o brilho “turístico-cultural” para o espectro dos deslocamentos transacionais exclusivamente comerciais (vistos continuamente sob a suspeita da ilegalidade); seus idiomas perdiam seu estatuto de línguas oficiais para os dialetos; e seus traços e curvas fenotípicos perdiam a beleza para a sujeira impregne em seus corpos – vistos sob a contínua suspeita de contaminação por HIV – e em seus hábitos – vistos sob a ótica do “eticismo”⁷² (Brah, 2006). Nesse registro, a suposta degeneração cultural se somava à suposta degeneração física nos hábitos e nas doenças que há muito são mobilizados na geopolítica para se exercer o poder sobre os países de seu continente.

Quando aprofundados ou questionados, os discursos sobre essa coletividade evidenciavam diferenciações verticais, estando as *sul-africanas* no topo da escala e as *angolanas* e *congolesas* na base. Oriundas da maior potência africana, as primeiras eram as que traziam traços de civilidade no domínio da língua inglesa, no maior compromisso com as atividades

⁷² Segundo Avtar Brah, o etnicismo “[...] define a experiência de grupos racializados principalmente em termos culturais: isto é, postula ‘diferença étnica’ como modalidade principal em torno da qual a vida social é constituída e experimentada” (2006: 337), independentemente de outras experiências marcadas por classe, gênero ou sexualidade. Os discursos etnicistas procuram impor noções estereotipadas englobantes sobre grupos heterogêneos, deixando assim de abordar a “diferença” e as relações sociais de poder em que esta pode estar inscrita.

laborais, na capacidade de se fazerem um coletivo forte e unido e na maior facilidade de convivência intramuros, quando comparadas com outras coletividades africanas. Em contrapartida, às outras duas nacionalidades estavam destinadas a mais plena abjeção no cheiro de seus corpos, na incapacidade de limpar bem as celas, nas contínuas indisposições com presas e funcionários, nas *brigas tribais* performadas nos pavilhões etc.

Para a sorte da cúpula administrativa, que na voz de Vera pôde muito facilmente mobilizar todo esse imaginário que acercava as *africanas* e, mais especificamente, as *congolesas* para responder à falta de assistência médica e à prestação de socorro. Uma resposta embasada no campo das forças ocultas que, como vimos, encontrava certa ressonância no racismo contra a própria diretora, no discurso médico, nas crenças de *africanas* e de outras presas e nos rumores prisioneiros sobre a terceira vítima. Se esta se salvou por um *milagre* ou por ser *macumbeira*, as duas outras faleceram por maldição, deliberou o *preto velho*. E, nesse registro, nenhuma ação médica ou penitenciária poderia ser bem-sucedida diante dos (supostos) instintos violentos não apaziguados das *congolesas*. A culpa era delas, acusadas de serem detentoras de um poder obscuro e acomunado com forças espirituais maléficas. Um poder que as colocou soberana frente às demais presas e ao Estado para tão somente, e a um só tempo, confiná-las, juntamente com as suas supostas vítimas, nos confins do “primitivismo”.

Nesse caso, os imperativos do universo cultural das *africanas*, comumente articulados nas hierarquizações prisioneiras, foram mobilizados de modo estratégico pelo poder do Estado num discurso regulador das tensões intramuros. A penitenciária, através da figura da diretora de disciplina, virou o jogo: eximiu a direção de suas responsabilidades administrativas através da condenação (perversa e violenta) de toda uma coletividade nacional já degenerada no fundo da escala social. Uma condenação político-moral, ancorada em noções estereotipadas racistas e tecida a partir da mistura religiosa aparentemente promíscua (e, por isso, eficaz) envolvendo *macumbeiras*, *preto velho*, padre e pastor, além, é claro, do “fiel” juri popular composto pelas demais presas. Uma condenação que só tornou possível a dissolução da indignação prisioneira, porque formulou, através do racismo, uma linguagem intermediária pacificadora que teve como uma de suas consequências pragmáticas a confluência de moralidades distintas numa restauração do controle estatal.

E foi a partir dessa confluência que o racismo operou como mecanismo do poder soberano. Seguindo as narrativas prisioneiras, é possível afirmar que o racismo exerceu o direito soberano do Estado de “deixar morrer” ao deixar de prestar socorro às *africanas*. Sua “função

assassina” (Foucault, 2005) foi exercida sobre as vidas em convulsão. Vidas pretas, pobres, *sujas e contaminadas*; vidas estrangeiras, *africanas*, enclausuradas na prisão e no exotismo da colonização; vidas que, juntamente com as de tantos *macacos*, índios e *criminosos* pertencentes a outros *bandos* do imaginário nacional brasileiro, expressos nas falas de Valeriano no episódio do cortejo de despedida, encontram-se inscritas no signo da morte dessas e de outras “ações pacificadoras” executadas pelo Estado – sobre populações tradicionais, pobres (como as das favelas cariocas) e carcerárias.

Signo que, no caso aqui em questão, encontrou no discurso de uma dessas vidas os meios possíveis para a atualização dos processos de controle, disciplinarização e sujeição. Comumente encaradas pela população da unidade com desconfiança, as palavras de Vera foram facilmente aceitas como comprovação de um (suposto) crime. Foram facilmente aceitas porque, dentre outras coisas, imputavam toda a degeneração a apenas algumas *africanas*, deixando, pois, a própria diretora e as demais presas nos limites (efêmeros) das vidas prisionais e prisioneiras que se deve deixar viver.

Ou seja, diante da indignação das presas, o racismo exercido contra as *africanas* (mortas e *macumbeiras*) foi articulado nas táticas de produção da verdade sobre as causas da morte de vidas matáveis, a partir da atuação da autoridade de Vera. Autoridade que intersectava as assimetrias de poder-saber ali em jogo a partir da justaposição da emblemática do *macaco*, do *preto velho* e da agente do Estado. O argumento da *macumba* por ela mobilizado como justificativa factível na relação com as presas foi eficaz nesta ocasião, porque, dentre outras razões, legibilizava e legitimava a sujeição das *africanas* na imbricação entre racismo, gênero, etnicidade, regionalidade e nacionalidade. E foi com tal argumento que o discurso da diretora operou, enquanto dispositivo estratégico do poder, como parte dos processos de governamentalidade (Foucault, 2007a) capaz de deixar a vida na prisão *em paz*. Foi com ele que seu discurso, formulado a partir de noções herdadas do colonialismo, preservou o poder soberano do Estado no seu direito de seguir matando.

Mas se, como adverte Foucault (2007b), o poder não é algo estático, mas dinâmico, produtivo e positivo, e se ele consiste em relações de forças múltiplas e móveis, desiguais e instáveis, então, é provável que as mesmas noções que fundamentaram a sujeição das *africanas* possam lhes oferecer, em outras ocasiões, significativas margens de agência (Mahmood, 2006; Taussig, 1993b). Ou seja, se o imaginário depreciativo as subjugou no episódio da morte das *africanas*, imputando em seus atributos culturais conotações essencialistas, depreciativas e de-

sencadeadoras de racismos, esse mesmo imaginário pode lhes garantir certa capacidade de ação criativa e subversiva na produção de outros posicionamentos e cenários na política intramuros. E é com essa produção que concluirei a seguir o presente capítulo. Para tanto, convido o leitor a voltar ao ano de 2008.

2.4. Táticas de virar o jogo II: sobre “primitivismo” e a Festa das Nações

Em cinco de dezembro de 2008, quase três anos antes do episódio das mortes e menos de um mês após a comemoração da liberdade da *sul-africana*, descrita no início do capítulo, aconteceu a Festa das Nações, um evento realizado na capela da PFC para “comemorar o fim de ano e celebrar a união dos povos e das nações”, anunciou a então diretora da escola na abertura do inédito evento. Nele, presas de diferentes nacionalidades apresentaram danças típicas de seus respectivos países. Este tornou-se um momento marcado não somente por “[...] um relaxamento de regras em torno dos corpos e dos contatos das mulheres gestadas, como também um espaço de contato entre a equipe administrativa e dirigente da prisão e as mulheres em situação de cárcere, através de elogios e brincadeiras [...]” (Negretti, 2015: 21). Neste ano, tais características ganhariam um caráter especial.

Por volta das 17 horas, a capela foi aberta para a platéia entrar. Funcionários da administração, representantes de alguns poucos consulados, professores e nós da equipe do ITTC nos acomodamos nos bancos de concreto sem encosto, enquanto presas iam chegando, cumprimentando umas às outras e os demais presentes e experimentando os melhores locais para assistir ao espetáculo. Aos poucos foram se conformando alguns coletivos pelas duas fileiras paralelas de bancos da capela: ao lado esquerdo, estavam algumas *latinas* (*dominicanas* e *bolivianas*, em sua maioria), seguidas por nós do ITTC, por *européias* de origem africana e, por último, *africanas*, tendo as *sul-africanas* posicionadas ao fundo; as *angolanas* e *congolesas* ocuparam boa parte do banco afixado ao longo de toda a parede da esquerda; já na fileira do lado direito, estavam outras *latinas* (dentre *peruanas*, *bolivianas* e *colombianas*) dividindo os primeiros bancos com a diretora, seus convidados e os demais profissionais extramuros; em seguida, vinham as *asiáticas* (*malaias*, *filipinas* e *tailandesas*) e, por fim, as *brasileiras*; enquanto as *européias de verdade*, que ocupavam o topo da escala social da unidade, dividiam o banco afixado na parede direita, ou seja, do lado oposto das *africanas*, que ocupavam a posição mais baixa da mesma escala.

A festa começou com a apresentação de todas as nacionalidades existentes na uni-

dade. Ao som da voz de Michael Jackson na canção “*We Are the World*”, a diretora da escola anunciou, com entusiasmo, a entrada das bandeiras pela passarela da capela. Segundo ela, a PFC contava naquele momento com cerca de oitocentas presas, sendo 328 *estrangeiras* oriundas dos seguintes países: África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Cabo Verde, China, Colômbia, Congo, Croácia, Espanha, Filipinas, Gana, Grécia, Guiné-Bissau, Hungria, Holanda, Indonésia, Inglaterra, Líbano, Malásia, Moçambique, Nigéria, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Reino Unido, Rússia, Suriname, Uruguai, Zâmbia, Tailândia e República Tcheca.

As representantes que carregavam as bandeiras não conseguiam conter a emoção. Cuidadosamente maquiadas e penteadas, desfilavam os emblemas nacionais em sorrisos, lágrimas e acenos. As que conheciam a letra da música, cantavam-a junto com o som mecânico. A platéia fazia o mesmo, além de receberem o cortejo com palmas, assobios, gritos e acenos. Quanto mais alto o barulho dos aplausos para a nacionalidade anunciada ao microfone, mais evidente era a sua popularidade – ou, ao menos, o desejo de suas nacionais por sua popularidade. África do Sul e Brasil foram as duas mais ovacionadas. Além de contarem com o maior contingente de presas ali presentes na platéia (e na prisão), estavam claramente mobilizando a festa para atualizarem suas disputas anteriormente descritas.

Isso ficou evidente quando a bandeira *sul-africana* abriu o cortejo e muitas *brasileiras* fizeram questão de cruzar os braços e fechar a cara, enquanto as *sul-africanas*, com o apoio de outras *africanas*, explodiam em ululações⁷³, palmas e assobios. O mesmo ocorreu quando a bandeira brasileira concluiu a abertura do evento: as *sul-africanas* se posicionaram sérias e alheias aos festejos das nacionais que, por sua vez, subiram nos bancos, gritaram, bateram palmas e os pés no chão. Além desses dois países, Angola, Moçambique e Cabo Verde também foram bastante festejados com aplausos e ululações de suas nacionais e demais *africanas*. Mas foi o Congo que ganhou maior destaque, vindo apenas depois da África do Sul e do Brasil. Em instantes eu entenderia que tal destaque estava ligado não apenas ao fato de a ex-colônia francesa contar com mais nacionais do que o número registrado oficialmente na prisão, mas também, e acima de tudo, à performance que uma parcela delas apresentaria dentro de poucos minutos.

Uma vez todas devidamente posicionadas em semi-circulo diante e em torno da

⁷³ *Ululação* é o termo genérico utilizado para se referir ao grito de júbilo, feito por mulheres, muito popular em países africanos, asiáticos e do Golfo Pérsico. Trata-se de um som vocal longo, oscilante, agudo e de alta frequência, acompanhado do rápido movimento da língua, que vai da esquerda para a direita rápida e repetidamente. Recebe nomes diferentes em cada país ou nas suas diversas línguas. Em Moçambique, por exemplo, na língua xi-ronga, é *kulunguane*.

platéia, ouviram em silêncio o hino nacional brasileiro. Ao fundo da capela, as *brasileiras* cantaram emocionadas e com a mão sobre o peito. As poucas que utilizavam bonés, seguraram-os em suas mãos até o final do louvor à sua pátria. Em seguida, iniciaram-se as apresentações de alguns dos países representados por elas lá dentro. Em função da quantidade de nacionalidades e do limite de tempo, nem todas os países puderam e quiseram se apresentar. Com exceção do Brasil, cujo hino já havia sido cantado, todos os demais seguiram o mesmo roteiro: primeiro, um pequeno texto com dados básicos sobre o país (retirados do *site Wikipedia*) era lido por uma de suas representantes, enquanto fotografias de pontos turísticos e de comemorações típicas estampavam o telão; em seguida, o hino nacional era cantado por todo o coletivo, à capela ou juntamente com o som mecânico; e, por fim, uma ou duas músicas *típicas* eram cantadas e/ou dançadas.

À África do Sul coube a abertura das apresentações, enquanto ao Brasil, o fechamento. Duas ex-colônias “bem-sucedidas”, em cujos respectivos continentes atuam como potência política e econômica; duas nacionalidades, que dentro da unidade, eram as mais numerosas e vinham se enfrentando em diferentes ocasiões. E, como já dito, a festa seria mais uma dessas ocasiões. Quem faria mais bonito? Quem arrancaria mais aplausos? – foi o que algumas *estrangeiras* se perguntaram durante o *atendimento* do ITTC horas antes da festa. “Ah as brasileiras têm fantasias e bandeiras de escola de samba e um monte de coisas. Estão em vantagem”; “não, não! Mas as sul-africanas têm voz, dançam muito! E depois tem muita estrangeira apoiando” – comentaram presas de origem *cabo-verdiana* e *portuguesa cabo-verdiana* instantes antes do início das apresentações.

Inicia-se o duelo. O coletivo das *sul-africanas* se compõe em semi-circulo diante da platéia, com cerca de 20 corpos negros. Apenas corpos negros, e muito bem produzidos; apenas as *sul-africanas*, sem designações étnico-raciais complementares, com penteados diversos e *tribal face painting* (pintura facial tribal), como uma delas me explicou. Puxam, à capela, a música *Nkosi Sikelel’ iAfrika*, anunciada ao microfone pela diretora da escola como o “hino nacional da África do Sul”. Todas as *africanas* (negras) se levantam e, de punhos fechados e erguidos, cantam juntas. Cantam juntas a versão do hino em xhosa, e não a do hino oficial que, desde 1996, congrega versos em diferentes línguas nacionais (xhosa, zulu, sesotho e afrikaans). Cantam juntas, portanto, a versão entoada nas lutas anticoloniais e por independência nacional em diversos países do continente africano; a versão das causas de diferentes povos negros⁷⁴; a versão que,

⁷⁴ Lançada em 1952 pelo Congresso Nacional Africano (movimento sul-africano negro, hoje partido político, que teve como um de seus grandes líderes Nelson Mandela) como o hino da luta de libertação nacional, a versão em

enfim, passara a representar aquela coletividade regional negra presa na Penitenciária Feminina da Capital.

Coletividade cujos fios vocais são capazes de atravessar os espectadores em absoluta comoção. Com um nó na garganta, decido passear meu olhar por entre a platéia – uma saída etnográfica para ampliar o foco de atenção e dissipar o choro. Logo atrás de mim vejo Luciana, coordenadora do ITTC, a enxugar discretamente as lágrimas. Avanço um pouco mais para o fundo da capela e avisto algumas *asiáticas* fazendo o mesmo que nossa *chefinha*, como Luciana era carinhosamente chamada por nossa equipe. Atrás delas estão as *brasileiras*, com sua altivez emurhecida pela imponência do canto xhosa.

Procuro as autoridades nas primeiras fileiras do lado oposto e me deparo com a diretora da unidade a comentar algo com seus convidados. Suas mãos gesticulam em direção ao coletivo à sua frente. Parece falar, orgulhosa, das “suas presas”, das “suas *estrangeiras*”, das “suas *sul-africanas*” – atitude que a vi repetir em todas as festas (das Nações, juninas, apresentações da Voz e Expressão) em que me estive presente nos anos de trabalho voluntário e de campo. Não consigo evitar a lembrança do comentário de Bruno, estagiário do ITTC, e me pergunto se não estaria ela fazendo da festa um dos pontos de venda, senão da política penitenciária do PSDB, ao menos da sua própria política diretiva. Política feita a partir de uma lógica que me remeteu àquela dos “grandes palcos de variedades do mundo civilizado” narrada por Franz Kafka (1999), em seu conto “Um relatório para uma academia”, na figura de um macaco que vira pessoa humana. Palcos onde os exóticos exibiam suas habilidades e bizarrices a seus superiores – e lá estavam na platéia funcionários da direção, da administração, de consulados e do ITTC. Findo o hino, longos aplausos.

O coletivo apresenta três músicas, mais uma vez, à capela. A primeira delas é *Mhla Uphel Amandla*⁷⁵, seguidas por *Amabele* e *Avulekile Amasango*, as duas últimas cantadas no cortejo de despedida anteriormente descrito. Internacionalmente conhecidas no continente afri-

xhosa cantada pelas *africanas* presas cruzou fronteiras. Tornou-se o hino pan-africano, bem como o hino nacional de cinco países africanos (África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) logo após suas respectivas independências. Tornou-se também, no contexto das Américas, símbolo de luta contra o racismo, representando um elo entre as pessoas de cor negra (Santana, 2013). Para uma versão do hino em xhosa e do hino oficial (com versos em diferentes línguas nacionais), sugiro acessar, respectivamente: “*Mara Louw Methodist Choir African Hymns - 'Nkosi Sikelel' i Afrika' (Xhosa) National Anthem*” (Theworldmusicplanet, 2013) e “*South African National Anthem with lyrics*” (Megaswisswatch, 2013).

⁷⁵ *Mhla Uphel Amandla* é uma música pop sul-africana cantada em zulu cujo título significa “quando você precisar, lembrará de mim”. Sua letra diz respeito a um homem que vivia com sua amada em seu barraco, até que ela conseguiu emprego em Joanesburgo e o deixa em troca de dinheiro e da vida na cidade, passando a desprezá-lo por sua pobreza. Ele, então, lhe responde dizendo que um dia, quando ela estiver fraca e precisando de amor, ela vai se lembrar dele. Para assistir ao clipe da música, sugiro: “South Africa - Malaika - Mhla Uphel Amandla - Copyright Claim by SME” (Seka Moke, 2008).

cano e advindas do país de origem do maior e mais imponente coletivo africano dentro da prisão, as três canções se tornaram parte obrigatória de diversas celebrações. Em qualquer evento em que *africanas* se fizessem presentes – e elas se faziam presentes em muitos deles – havia de ter ao menos uma das três canções. E basta lembrar que *Amabele* e *Avulekile Amasango* veio a se tornar trilha sonora da despedida de muitas presas não *africanas*: símbolo de festejo (não apenas) da *liberdade*, que sinaliza o fato de que, em última instância, todas aquelas mulheres *estão no mesmo barco*, todas elas estão presas.

Mas naquela altura essas canções ainda não estavam assim, tão consolidadas, e a performance das *sul-africanas* na primeira edição da Festa das Nações impressionou a todos. Afinadas em diferentes tons, encantaram a platéia com a beleza das coreografias executadas por seus corpos negros, majoritariamente gordos e fortes. E, assim como no hino, não tardaram para receber o reforço das *africanas*. Os movimentos e vozes da frente se transfundiram com os advindos do fundo da capela, como se uns e outros não pudessem existir separadamente. Entremearam-se numa harmonia, cujas fronteiras só podiam ser lembradas pela posição (espacial e de poder) que as separava naquele momento da apresentação e em algumas outras ocasiões políticas intramuros. As *sul-africanas* estavam no palco, enquanto as demais, às suas margens. Palco das apresentações, palco das disputas. Espaço que elas atualizavam, e no qual se atualizavam, a partir das tensões estabelecidas prioritariamente com as *brasileiras*.

E eis que na segunda canção uma parcela delas extrapola os limites do palco rumo às laterais das fileiras dos bancos; deixam para trás o conforto do espaço cênico para desafiar fronteiras. Ao som da canção *Amabele*, *sul-africanas* embrenham-se no coletivo das *africanas* para executarem a coreografia junto com estas, enquanto outras fazem o mesmo bem rente aos corpos espectadores espalhados pela platéia. Uma delas se posiciona diante do banco das autoridades, aponta para a diretora, sentada ao meio, e a chama para observar seus movimentos, como se estivesse a lhe oferecer a dança do refrão. Mexendo suas largas cadeiras e com uma fisionomia provocativa, ela estende os braços para a frente com as palmas das mãos viradas para o chão; em seguida, vira-as para cima, ainda mantendo os braços estendidos; põe as mãos sobre os seios, alisando-os e, por fim, sobre as partes íntimas, curvando levemente o tronco para o lado e para baixo num ato de protegê-las, como se, de acordo com a letra da música, estivesse se recusando a entregar aquilo que tem de mais valioso às autoridades. Todos que estavam assistindo à cena, embora não compreendessem a letra da canção, riem-se, inclusive a diretora.

Os mesmos movimentos eram feitos rente a outros bancos, mas as intenções pare-

ciam ser diferentes, consoante a posição de poder das coletividades das espectadoras. Diante de *estrangeiras*, por exemplo, meia dúzia de *sul-africanas*, com olhares mais doces, mas ainda zombeteiros e sorrisos fáceis pareciam sugerir a dança como uma grande brincadeira. Pareciam se exhibir apenas para aquelas com quem pretendiam se divertir e, em resposta, recebiam risadas, aplausos e a companhia na coreografia apenas dos braços. Já diante das *brasileiras*, expressões mais aguerridas de ambos os lados davam o tom da interação, numa espécie de reconhecimento da rivalidade. Olhares firmes, peitos estufados e passos pujantes eram executados um pouco mais afastados dos corpos espectadores, talvez para manter a cautela e o respeito, evitando assim confrontações físicas. E, sob a euforia ultrajante especialmente de parte das *africanas* na platéia, pareciam reivindicar, de modo provocativo e polido, sua primazia diante de suas maiores rivais.

Com isso não quero sugerir, entretanto, que as interações com as *estrangeiras*, ou mesmo com as autoridades, estivessem completamente isentas de disputas de poder, e que estas eram apenas uma questão com as *brasileiras*. Mas, antes, visio enfatizar que as disputas com estas se encontravam, cada qual ao seu modo, mais bem acomodadas. Com ou sem o apoio das demais *africanas*, as *sul-africanas* ocupavam uma posição privilegiada em relação a outras coletividades *estrangeiras*, e desprivilegiada em relação às autoridades, o que, em ambos os casos, permitia-lhes falar das desigualdades numa linguagem corporal mais lúdica e sem colocarem em risco a posição de cada agente envolvido. Já junto às *brasileiras*, com quem elas se encontravam em disputa pelo topo da escala prisioneira, a brincadeira não parecia crível – a tensão e a instabilidade da relação requeriam, naquele momento, uma linguagem mais aguerrida.

Portanto, ao penetrar o espaço da platéia o coletivo das *sul-africanas* se abriu para a interação com os (e a diversificação dos) espectadores. Atravessaram as fronteiras festivas para explorar o território político; ou melhor, atualizaram fronteiras espaciais festivas na exploração do território político. E, através de uma só coreografia, executada de modos distintos e de acordo com as relações de poder, produziram significados polissêmicos para os mesmos movimentos corporais, capazes de expressar as desigualdades ali presente. Estenderam suas mãos a diferentes agentes sociais sem, contudo, deixar de proteger suas partes mais íntimas. Quer dizer, colocaram-se à disposição para entrar em relação com diferentes (e desiguais) coletividades, preservando aquilo que elas consideravam visceral em cada interação, aquilo que fazia delas serem quem eram naquele momento da política intramuros.

Nesse registro, as *sul-africanas* que cantavam e dançavam eram as *africanas* que pu-

xavam o espetáculo na capela e que brincavam com sua hegemonia entre as *estrangeiras*. Eram também as *estrangeiras* que tencionavam a paridade de poder com as *brasileiras*. Por fim, eram as *presas* que se recusavam à completa sujeição diante das forças do Estado. Portanto, as *sul-africanas* que cantavam e dançavam na capela eram mais do que elas próprias sem, no entanto, deixarem de ser si mesmas. Eram mais do que sua nacionalidade, sua raça, seus idiomas, suas origens étnicas sem, no entanto, deixarem de se fazer a partir desses elementos nas disputas de poder. Compunham coletividades múltiplas e em diferentes escalas, além e aquém dos mesmos. Em suma, eram, a um só tempo, e de acordo com o agente social em interação, *sul-africanas*, *africanas*, *estrangeiras* e *presas*.

Isso nos leva a fazer uma digressão sobre o caráter contingencial dessas nomeações, decorrente, dentre outras coisas, do fato de elas cumprirem temporariamente pena de prisão. A utilização do verbo ser num tempo pretérito, quando afirmo que “elas eram *sul-africanas*, *africanas*, *estrangeiras* e *presas*”, sinaliza o fato de que hoje, enquanto os leitores lêem essas palavras, elas possivelmente não mais sejam nada disso – nem *presas*, nem *estrangeiras*, nem *africanas* e nem *sul-africanas* em cumprimento de pena na PFC. Sete anos após a primeira edição da Festa das Nações, a unidade já é outra e a maioria delas, senão todas, já lá não mais estão – e mesmo que estivessem, estariam em outro espaço-tempo intramuros, em outras dinâmicas que regem as relações de poder, portanto, em outras condições de sujeição e subjetividade. As que hoje cumprem pena podem até continuar sendo chamadas por esses termos (*sul-africanas*, *africanas*, *estrangeiras* e *presas*) mas este *ser* certamente é diferente daquele *ser* de 2008, porque os significados dessas nomeações produzidas nas relações de poder certamente sofreram mutações ao longo dos anos e das transformações sucedidas na PFC.

Esse caráter contingencial das nomeações nos remete também à natureza relacional do estatuto das *estrangeiras* patente no chavão pronunciado por algumas delas com certa regularidade: “eu não sou presa (*estrangeira*), eu estou presa (*estrangeira*)”. Nessa curta, porém significativa frase, há uma renúncia da condição prisioneira em favor da sua situação contingencial – renúncia também evidenciada por uma *brasileira*, porém em outra escala das coletividades, ao afirmar, no festejo da liberdade da *sul-africana*, que todas as presas *estão no mesmo barco* quando a *liberdade canta*. O sentido essencialista que o verbo ser pode carregar é substituído pelo estado transitivo do verbo estar. E, ao invés de buscarmos a essência identitária da(s) coletividade(s) prisioneira(s) ou de qualquer outro agente social (coletivo ou individual), o chavão nos propõe definir cada uma das presas e suas respectivas (e temporárias) coletividades a partir de

seus processos de diferenciação em ato. Sugere que olhemos para as diferenças como relação, e vice-versa, e não como unidades absolutas (Tarde, 2007 [1895]). Sugere também que compreendamos as nomeações como expressão de diferenciações sociais, históricas e empíricas, e não como atributo de uma essência (Brah, 2006). Nesse sentido, torna-se mais apropriado afirmar que as *sul-africanas estiveram africanas* no episódio em questão, porque entraram em relação com demais *estrangeiras; estiveram estrangeiras*, porque entraram em relação com *brasileiras*; e *estiveram presas*, porque entraram em relação com a prisão na figura das autoridades. E todas essas relações eram o que as continham na coletividade das *sul-africanas*.

Retomando a festa, finda a apresentação das *sul-africanas*, restava-nos aguardar a resposta das *brasileiras*. Mas antes que chegasse a vez destas, a capela foi abaixo com a apresentação de Angola. Classificadas no fundo da escala das nacionalidades, ao lado das *congolesas*, as *angolanas* levaram todas as presas ao delírio. Não com o hino nacional, incapaz de chegar aos pés da comoção gerado pelo das *sul-africanas*, mas com a *dança típica* que veio em seguida. Na verdade, o hino angolano apenas atualizou um descompasso entre a nacionalidade anunciada e a *verdadeira* origem das chamadas *angolanas do Congo* – nacionalidade compósita que, vim a saber meses depois, era mobilizada ironicamente pelas demais *estrangeiras* para denominar as registradas com passaporte angolano. Um descompasso a partir do qual elas alinhavariam, em instantes, todas as presas num só coletivo.

E quem me despertou a atenção para isso foi Vânia. Com certa indignação, de quem se recusa a acatar uma mentira, a estagiária guineense do ITTC resmungou com a certeza de que boa parte daquelas mulheres não era oriunda de Angola – assim como, contrastava ela, os *nigerianos* do centro de São Paulo não o eram necessariamente da Nigéria. Aquelas mulheres eram de algum país africano de língua francesa, possivelmente da República Democrática do Congo, assegurava-me frente ao hino entoado num vigoroso sotaque francês. E Vânia tinha razão. Quando questionadas sobre seu sotaque, as *angolanas* justificavam terem nascido na antiga colônia portuguesa e fugido da guerra no país vizinho, algo que de fato ocorreu a muitos angolanos (Teles, 2013). Uma guerra civil, que muitas chamavam de *tribal*. Uma guerra que, na prisão, emprestou-lhes as histórias dos refugiados para as fazerem *angolanas do Congo*, isto é, angolanas de nascimento e congolesas de vida e de coração – quando na verdade o que estava em jogo era a falsificação de sua documentação, como os anos de trabalho de campo e voluntário me confidenciaram.

Após o hino, elas apresentaram uma *dança típica do país*, anunciada ao microfone

pela diretora da escola com o nome de *Kwanza*. Mais uma vez foi Vânia quem me chamou atenção para o possível absurdo: “Que? Kwanza? Como assim, gente?!”, mas logo se calou com a repreensão de uma conterrânea presa, sentada atrás de nós. Diante de seu silêncio, coube então a mim atentar para o que de inusitado poderia haver ali. Eu sabia que Kwanza é o rio mais importante de Angola, cujo nome foi tomado de empréstimo para a moeda nacional desse mesmo país. Obviamente que isso não impedia a existência de uma dança com esse mesmo nome. Mas de acordo com as informações que obtive posteriormente junto a algumas *africanas* presas e a Sandro Vieira, um amigo angolano das ciências sociais de longa data, não há qualquer dança que leve esse nome em Angola. Isso, portanto, parecia mesmo dar nome ao mais escárnio episódio de invenção da tradição (Hobsbawn, Ranger, 1999) que presenciei lá dentro e que ficarme-ia evidente em poucos instantes.

Mal elas iniciam a *dança*, escuto as primeiras gargalhadas e aplausos. Não entendo o porquê dos mesmos. No palco, estão 15 mulheres negras, vestidas com o uniforme da unidade e um turbante feito com tecido estampado africano. Com fisionomias sérias e indiferentes, mexem as cadeiras de um lado para o outro, enquanto cantam a música, sem qualquer entusiasmo, junto ao som mecânico e numa língua por mim desconhecida. Uma delas avança para a frente do grupo, é a única que veste uma saia de palha rala e esparsa sobre a calça amarela do uniforme. Ela é a grande atração da apresentação. Mal começa a se movimentar, e já deixa as *africanas* em polvorosas. Sua coreografia é marcada por rugidos e expressões (faciais e corporais) felinas, que rapidamente me remetem às descrições sobre as apresentações do mito do “selvagem”, do “exotismo” africano/asiático/americano nos antigos espetáculos itinerantes, feiras e exposições universais da Europa e dos Estados Unidos nos séculos XIX e XX (Thomaz, 2002; Rago, 2008). Aos poucos seus movimentos vão contaminando as demais presas, de todas as nacionalidades, numa só euforia, deixando, pois, o restante da platéia fora da zona de compreensão. Sérios, com sorrisos amarelos ou a cochichar, os espectadores não presos parecem buscar algum sentido para toda aquela agitação.

Eu levo um tempo para começar a entender tudo aquilo, até que no refrão todas as 15 mulheres repetem os movimentos executados anteriormente pela solista de forma aleatória. Em sequência, identifico na coreografia uma narrativa sobre os crimes que muitas delas cometeram e os abusos que comumente sofreram no momento de suas prisões. Mais precisamente, percebo que os corpos em movimento falam sobre os modos como as *mulas* geralmente carregam a cocaína, como (e por quem) costumam ser flagradas e de que modo muitas são tratadas pelos

policiais antes de chegarem à PFC. Falam também sobre a falsificação de seus passaportes e sobre o consumo e a venda de parte da cocaína pelos policiais. Volto-me para as presas atrás de mim e pergunto sobre minha interpretação, que é confirmada com um pedido de sigilo.

O interessante, neste caso, é o modo como o imaginário do “primitivismo”, outrora acionado pela direção da unidade para acusar as *congolesas* da morte das *africanas*, é espetacularizado pelas *angolanas do Congo* para zombar das, e driblar as, relações de poder em jogo no aprisionamento. Ou seja, se às *africanas* cabiam os efeitos repressivos de poder ancorado em um certo racismo, cabia-lhes também a possibilidade de mobilizar as noções desencadeadoras desse mesmo racismo na atualização da dimensão produtiva desse poder (Foucault, 2007c). E ninguém melhor do que as *angolanas do Congo* para tanto.

Elas, que ocupavam, juntamente com suas nacionais *congolesas*, a posição mais baixa na escala social intramuros com a alcunha de *as mais sujas, nojentas, porcas, barraqueiras, mentirosas, trambiqueiras*, além de *macumbeiras*. Elas, que se aventuravam para além das fronteiras de suas nacionalidades, seus territórios, suas línguas e suas músicas, ganhando nessa aventura uma nacionalidade compósita, duplamente subestimada. Elas, que experimentaram ser o “outro” (*angolanas*) sem, no entanto, deixar de ser de seu país de origem (do Congo), criando assim outra função semiótica para a nacionalidade no espaço-tempo intramuros.

Portanto, ninguém melhor do que elas, que já vinham retirando da nacionalidade qualquer conotação essencialista, para propor o imaginário do “primitivismo” como um temporário idioma prisioneiro elaborado no palco das apresentações; para incorporar as noções estereotipadas herdadas do colonialismo em especificidades nacionais contingentes e inventadas, transformando paradoxalmente essas mesmas especificidades numa expressão daquilo que unia todas as presas num só coletivo. Em suma, ninguém melhor do que elas para construir, por meio dessas noções, uma performance sobre o aprisionamento nos interstícios entre natureza e cultura, ficção e realidade, passado e presente – performance esta viável para quem se atualizava como o fora do dentro do fora do dentro da população carcerária⁷⁶ num completo estado de “liminaridade” (Turner, 1974).

E foi através dessa carnavalização (Bakhtin, 1981) que elas se transformaram em seres de extraordinário poder (Turner, 1974), capazes de anular as fronteiras entre as coletividades prisioneiras. Exotizaram-se a si mesmas. Tornaram-se felinas. Acionaram seus saberes sobre os

⁷⁶ Ofora do dentro (da nacionalidade angolana, na medida em que pertenciam à sua coletividade sendo, contudo, provenientes do Congo) do fora do dentro da população carcerária (na medida em que eram *estrangeirase* naquela altura a unidade ainda não havia se transformado na *cadeia das estrangeiras*).

processos de classificação das coletividades intramuros para falar com e sobre todas as presas. Criaram uma *dança típica* de um país “outro” para expressar as recorrentes experiências mau sucedidas das *mulas* (nacionais e estrangeiras) no transporte de cocaína. Cantaram e dançaram uma Angola dos “selvagens”, e não dos “civilizados”; das tribos, e não das sociedades complexas; dos dialetos, e não dos idiomas; das guerras tribais, e não das guerras civis, tudo isso para reportar as barbáries que marcaram seus trajetos até a prisão. Uma Angola das *angolanas do Congo*, “típicamente primitiva”, que em sua dimensão mais exótica permitiu a produção de verdades comuns a todas as presas. Verdades sobre as ações que as levaram encarceradas, sobre o momento do flagrante e suas adversidades, sobre as relações de poder e seus abusos, sobre o cumprimento de pena e seus segredos. Em suma, verdades sobre seus aprisionamentos, que as arremataram numa só trajetória, a trajetória rumo ao cumprimento de pena; que as alinhavaram num só coletivo, o coletivo das presas.

Frente às autoridades, a nós do ITTC e aos demais agentes ali presentes, todas elas se colocaram *no mesmo barco*, e sua compartilhada euforia estava ali para nos impor essa unicidade. Suas gargalhadas e seus gritos e assobios pareciam advir da ironia constitutiva não apenas da criação de um “outro selvagem” por parte das *angolanas do Congo*, mas também da transformação desse “outro” em “nós”, em canal de mediação exclusiva das presas, de conexão entre todas elas. Contar com a possibilidade de manter os demais agentes da platéia alheios às verdades da apresentação determinava o tom da piada e os limites do grande corpo prisioneiro. Daí Vânia e eu sermos silenciadas ao expressarmos algum entendimento em torno do que estava ali em jogo. Fomos silenciadas, porque a graça da paródia estava não apenas em “rir das” *angolanas do Congo* e daquilo que elas narravam, mas também de “rir com” elas (Lagrou, 2006), numa espécie de confirmação das condições que unem todas as presas. Não que nós, do lado de cá das fronteiras dessa unidade, não pudéssemos compreender a ironia ou mesmo rir dela, mas não podíamos rir com elas, expressar publicamente o entendimento de sua piada no instante de sua efetuação. Em suma, não podíamos colocar em risco as linhas que nos mantinham “fora do barco”.

E foi assim que, durante a apresentação, as *angolanas do Congo* comandaram a Festa das Nações. Transformaram o difamado “primitivismo” comumente associado às *africanas* numa linguagem prisioneira. Uma linguagem jocosa que não apenas driblou as posições de poder intramuros, mas sobretudo o fez zombando de alguns dos elementos que as constitui. Uma linguagem restrita que denunciou as estratégias, as adversidades e os abusos experimen-

tados e silenciados por elas diante do poder estatal, sem que esse mesmo poder conseguisse necessariamente compreender ou se apropriar da denúncia. Por fim, uma linguagem conciliadora que amenizou as tensões intraprisoneiras na edificação de fronteiras que as mantinham, e a seus segredos também, dentro de um só coletivo. Neste momento, nós, os espectadores não prisioneiros, fomos transformados no fora do dentro do espetáculo.

E o samba, que seria a reação das *brasileiras* no duelo contra as *sul-africanas*, tornou-se o *grand finale* do espetáculo – para a alegria das diretoras da escola e da unidade. Nada de grandes provocações, nada de grandes disputas. Em meio a pequenas chacotas aqui e acolá e algumas poucas caras *sul-africanas* amarradas, todas as presas caíram no samba. Dançaram, cantaram e rebolaram, por vezes, com um certo deboche, é fato. Mas um deboche leve, incapaz de corromper o propósito do evento de “comemorar o fim de ano e celebrar a união dos povos e das nações”. Bom para as presas, que se divertiram e experimentaram tal união no achincalhamento dos jogos de poder; bom para a cúpula diretiva, que manteve a ordem e a boa imagem da unidade; e bom para nós, demais espectadores, que assistimos um espetáculo cheio de vida – que deixa presas viver.

Entre clássicos brasileiros e sul-africanos, lá estiveram as *angolanas do Congo*, mais “selvagens” do que nunca, a brincar seriamente com a *mimese* e a alteridade (Taussig, 1993a) a partir de noções empregues por Valeriano, na ocasião da despedida, e por Vera, na ocasião das mortes; lá estiveram elas a performar uma face do imaginário “primitivo” africano no processo de transformação de si mesmas em “outras”. Se, como propõe Michael Taussig, a habilidade de imitar, e imitar bem, é a capacidade de se tornar “outro”, ao atualizar as *angolanas* na mimetização de grandes felinos, aquelas mulheres oriundas do Congo transpuseram-se corporalmente para a alteridade que as definia: incorporaram a violência comumente acometida às *africanas* nos processos de “etnicização” para *virarem* não a cadeia (como temiam os agentes penitenciários na ocasião da despedida), mas virarem o jogo. E viraram⁷⁷. Manipularam os preconceitos e tiveram como resultado a revogação (temporária) das fronteiras que vinham determinando as diferenças e desigualdades entre coletividades prisioneiras no jogo de poder intramuros. E, de quebra, atualizaram de forma positiva seu papel na mediação dos conflitos intramuros. Em

⁷⁷ Essa virada das *angolanas* remete a outro estudo de Michael Taussig (1993b), na Colômbia, no qual o autor mostra de que modo povos indígenas protegeram-se e sobreviveram à violência e ao terror empregues em relações interétnicas através da manipulação de certos preconceitos. No tempo do *boom* da borracha na região do rio Putumayo, empresas capitalistas invadiram a floresta para extrair o produto. Para tanto, mobilizaram um conjunto de formas de violência, dentre elas, uma de cunho ideológico que consistia em imputar a violência aos indígenas declarando-os *selvagens*. No entanto, similarmente às *angolanas do Congo*, muitas tribos encontram suas margens de agência nesse imaginário violentamente depreciativo, manejando os preconceitos a seu favor.

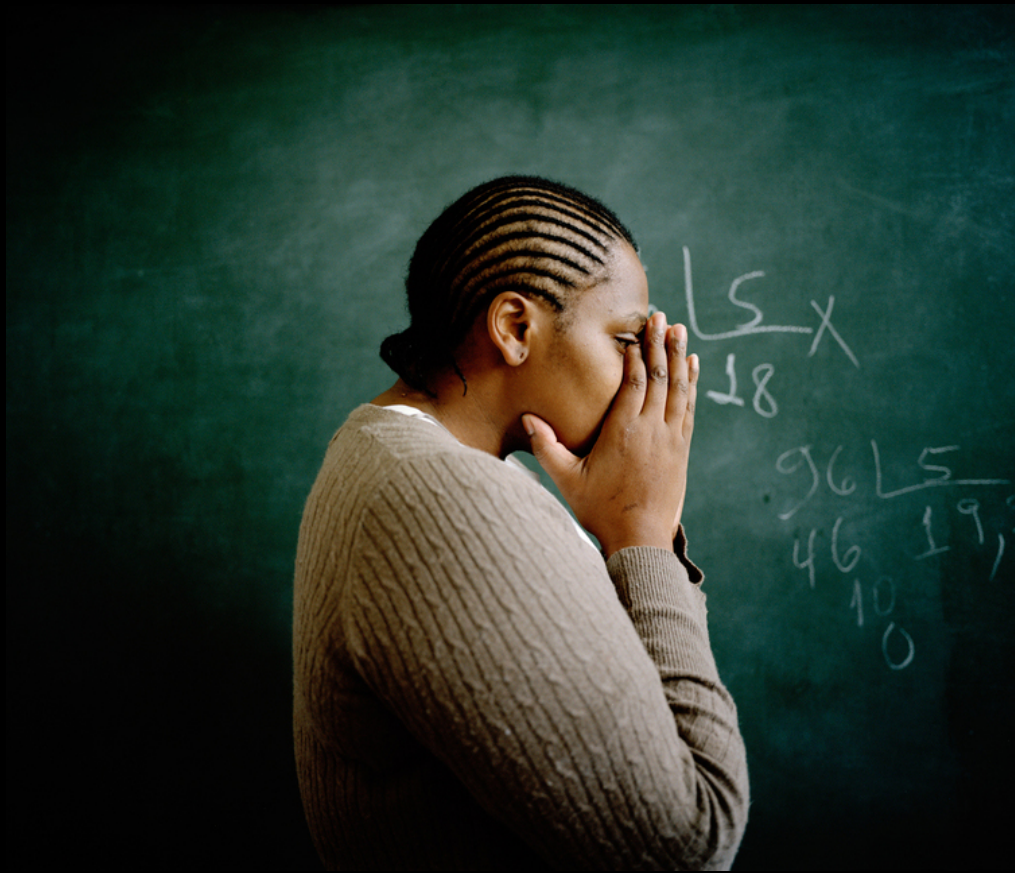
suma, no espetáculo da “diversidade cultural”, a performance das *angolanas do Congo* dobrou a rivalidade em uma dada interioridade. Mais uma vez, todas *estavam presas... no mesmo barco*.

Neste capítulo, busquei abordar a constituição do corpo coletivo de *estrangeiras* na política da Penitenciária Feminina da Capital. Sem apagar nem estancar os limites que as definem como aquelas que “se intromete[m] como uma peça extra” (Simmel, 1983 [1908]) na dinâmica intramuros, investiguei, a partir das *africanas*, o modo como elas operam enquanto uma espécie de interface em contínuo movimento de dobradura. Uma interface que traz a alteridade para o interior de coletividades ora mais ora menos abrangentes; que atualiza outras interioridades e exterioridades em diferentes escalas (Ferreira, 2005) através de temporários processos de diferenciação; em suma, que integra as relações de forças múltiplas e móveis, desiguais e instáveis (Foucault, 2007c) no fazer e desfazer das fronteiras de presas e prisão.

Enquanto nesta primeira parte da tese tratei de etnografar os processos de se fazer *estrangeira* no fazer cotidiano da prisão, na segunda, apresentada a seguir, investigo esses mesmos processos, porém em outras escalas e a partir do tema da maternidade. Com base nos dilemas que *estrangeiras* enfrentam para garantir o exercício materno, mapeio a tessitura de redes de cuidado que ganham existência no travessão dos binômios mãe-filho, dentro-fora (da prisão). O título que dá nome a essa segunda parte “por meus filhos” busca evidenciar o duplo sentido da maternidade: de um lado, expressa o esforço que *estrangeiras* investem na articulação de redes que lhes permitam exercer o cuidado dos filhos; de outro lado, evidencia o fato de que elas buscam viabilizar outras relações e melhores condições de vida através do acionamento de certos ideais de maternidade. No próximo capítulo, esse duplo sentido será explorado em casos de *estrangeiras* que dão à luz durante o cumprimento de pena de prisão.

“Imagens são palavras que nos faltaram”

(Barros, 1989:51)



I got arrested alone?

I came to prison alone.

How was your weekend?

How was your night?

How did you sleep?













Essas fotografias foram retiradas do ensaio fotográfico “Traficantes” feito por Jackie Dewe Mathews (2010) na Penitenciária Feminina da Capital em 2010. Para ensaio completo, acessar: <http://www.jackiedewemathews.com>

Parte II: Por meus filhos

(cui.da.do)

sm.

1. Atenção especial ou precaução; CAUTELA; PRUDÊNCIA: *Tenha cuidado ao atravessar a rua.: Montou o aparelho com cuidado, seguindo o manual.* [Antôn.: desatenção, descuido.]
2. Responsabilidade, encargo, incumbência: *As crianças ficarão sob meus cuidados.* [Nesta acp. mais us. no pl.]

(cui.dar)

v.

1. Ter cuidados (2, 3) com (algo, alguém ou si próprio); tratar; tomar conta de (alguém ou algo) [tr. + de : *Eu já sei cuidar d e mim mesmo.: Ele sabe se cuidar (cuidar de si mesmo).: "...seria melhor que cada um cuidasse de sua vida..." (Aluísio de Azevedo , *O mulato*)]*
2. Ter o encargo de; encarregar-se de; RESPONSABILIZAR(-SE) [tr. + de, para : *Minha*

Capítulo 3: Quando *estrangeiras* dão à luz na prisão

Maria interrompeu a conversa entre mim e Gabriela, a estagiária novata, com seu caminhar lento e arrastado. O oitavo mês de gravidez e a angústia em torno de sua audiência pesavam-lhes as pernas, já muito inchadas. Tensa à espera do julgamento e do nascimento de seu filho, a *peruana*, de 37 anos, respondeu aos cumprimentos de Gabriela apenas com um “prazer” marcado pelo sotaque espanhol. Tudo que ela queria naquele momento era que eu confirmasse se já havia data definida para seu julgamento. Assim como a massiva maioria das mulheres nos primeiros meses de cumprimento de pena, Maria estava sob a condição de presa provisória, não havia tido nenhuma audiência com o(a) juiz(a) e não fazia ideia de quem seria seu(sua) defensor(a) público(a). A situação de não saber o que esperar nem quanto tempo durará a espera é uma marca do sofrimento vivido por presas(os) em geral, mas que ganha uma camada adicional nos casos de grávidas e *puérperas* por envolverem o destino do filho e a relação com ele.

Maria foi presa no final do primeiro mês de gestação, quando ainda sequer sonhava com a vinda de seu terceiro filho. Assim que a soube, na sua quarta semana na unidade, passou a trabalhar assiduamente. No horário comercial dos dias úteis, dedicava-se à produção de materiais descartáveis médicos na Embramed, empresa que contrata presas e ocupa diferentes pavilhões dentro da PFC. E no horário de almoço, *fazia o corre* servindo o *bandeco* (refeição) nas celas de outras *estrangeiras*, um serviço semelhante ao “room service” de hotéis. O dinheiro do trabalho na empresa, que não ultrapassava a metade de um salário mínimo, era enviado por meio de transferência bancária para a mãe, já o *dos corres*, pago em cigarros, custeavam seus gastos intramuros. No oitavo mês de gestação, quando as dores nas costas e o inchaço nas pernas se agravaram, inchaço este que ela atribuía às condições alimentares e às muitas horas de trabalho sentada, Maria parou de trabalhar e aprendeu a fazer artesanato de crochê – como tapetes, almofadas e sapatinhos de bebê – para vender às presas e, assim, custear futuramente seus gastos e os do seu filho sem ter que mexer no dinheiro do *pecúlio*⁷⁸.

⁷⁸ Interessante observar o sentido que o trabalho intramuros tem na vida de Maria. A necessidade de garantir, de dentro da prisão, o seu próprio sustento e o de seus filhos e sua mãe define o trabalho como técnica de discipli-

Enquanto eu anotava seus dados em meu caderno para levantar informações sobre a data de sua audiência, a *peruana* me pediu orientação quanto às melhores respostas a serem dadas ao juiz: dizer que fora enganada e não sabia da droga em sua bagagem ou contar a verdade; a gravidez e o nascimento de seu filho no mês seguinte poderiam contar a seu favor no julgamento? Respondi-lhe que eu não sabia, mas a adverti sobre a familiaridade dos juízes com versões criadas pelas réis presas. Quanto à gravidez e ao nascimento do bebê, restringi-me ao fato de que, se esses fatores influenciavam na decisão judicial, faziam-no apenas implicitamente, pois em nenhum processo de *estrangeira*, ao menos de meu conhecimento até aquele momento, eles apareciam como argumento agravante ou atenuante.

Maria pareceu insatisfeita com minhas respostas, possivelmente porque queria formular as melhores estratégias para sua autodefesa com vistas à tão desejada *liberdade* ou, ao menos, à alguma pena alternativa à prisão. Mas não insistiu, voltando-se para outra questão que deveria solucionar: o traslado do bebê para seu país de origem. Apesar de seu pouco tempo na unidade, Maria já sabia que, se fosse condenada à pena de prisão, correria o risco de *perder o filho para a adoção*. E isso, para ela, era inadmissível. O problema era que sua mãe, única pessoa a quem alegara poder recorrer para vir buscar o bebê em São Paulo, não dispunha de recursos financeiros nem de coragem para realizar uma viagem internacional sozinha, principalmente por se tratar de um contexto de aprisionamento no exterior. Em meio ao desconhecimento sobre os limites das (in)justiças que poderiam reger o sistema prisional, a senhora temia ser presa injustamente.

Para piorar a situação, mãe e filha não mantinham uma comunicação regular em função das restrições comunicacionais da unidade. De acordo com as regras da PFC, *estrangeiras* só podem receber dois telefonemas por ano, mas nunca os efetuar; o uso intramuros de celulares é ilegal e caro; e a troca de cartas, além de lenta, ocorre apenas esporadicamente quando a mãe, analfabeta, recorre à ajuda de familiares e vizinhos. Comprometi-me então a telefonar para seu consulado para que um de seus funcionários entrasse em contato com ela o quanto antes,

narização dos corpos femininos, através da qual presas garantem a manutenção de laços e obrigações (extramuros) familiares e maternos – além, é claro, de ser um facilitador de acesso a bens de consumo, um meio para fazer o tempo passar mais rápido e para garantir a remissão de pena (a cada três dias de trabalho, um dia é subtraído do tempo total da pena de prisão). Na Penitenciária Feminina da Capital, cerca de 85% das presas trabalham em empresas que produzem materiais descartáveis médicos (como *kits* para aplicação de soro médico intravenoso), unhas postiças, peças para elevadores, bolas de futebol, ou ainda, atuam na escola (como professoras ou bibliotecárias), na cozinha e na limpeza da prisão. O valor-base de pagamento pelo trabalho prisional estabelecido na Lei de Execução Penal é de três quartos do salário mínimo, podendo, contudo, variar de acordo com o tipo de atividade executada pela presa. Para uma reflexão sobre o trabalho em unidades femininas do estado de São Paulo, sugiro ver: Espinoza, 2003; Moki, 2005; Lago, 2014; Massaro, 2014. Sugiro também o trabalho de Barbosa (2005) no contexto prisional masculino do estado do Rio de Janeiro.

pessoalmente ou via telefone, e atuasse também como facilitador do traslado do bebê.

As demandas de Maria em torno de seu julgamento e da circulação do filho ainda por nascer apontam para importantes questões deste capítulo que abordará mais detidamente a experiência de dar à luz entre *estrangeiras* presas na PFC. Em termos gerais, quando *estrangeiras* são presas grávidas, elas ainda estão no aguardo de seu julgamento, mas já se encontram em cumprimento de pena em regime fechado. Comumente angustiadas, lidam com uma dupla dificuldade: a de acessar, acompanhar e compreender os trâmites administrativo-jurídicos relativos ao seu processo criminal⁷⁹ e a de gerir o destino do filho que vai nascer. De um lado, enfrentam, de dentro da prisão, um processo criminal que formalmente desconsidera sua maternidade e cujas informações dependem da mediação de funcionários da penitenciária ou de membros de organizações civis para chegar até a prisão. De outro lado, defrontam-se com os riscos de perda definitiva de seus filhos. Tais riscos ocorrem quando, após os seis meses de amamentação intramuros previstos por lei⁸⁰, nenhum familiar vem ao Brasil buscar o bebê e o “caso” é encaminhado à Vara da Infância e Juventude, que determinará o abrigo da criança na cidade de São Paulo.

⁷⁹ Segundo consta no relatório *Dar à Luz na Sombra*, redigido a partir da pesquisa em estabelecimentos prisionais e unidades materno-infantis de seis estados brasileiros e um da Argentina, “[a]s principais angústias da pessoa presa giram em torno da liberdade e o conhecimento de sua situação processual [...] Nas visitas que realizamos aos estabelecimentos prisionais femininos brasileiros, foi comum as presas afirmarem que não tinham advogada ou que não a conheciam – colocando em xeque a garantia constitucional da ampla defesa. Como não existe processo penal sem defesa técnica, pode-se concluir que as presas, de modo geral, não têm contato com sua defensora pública, dativa ou constituída” (Braga, Agnotti, 2015: 73). Como veremos ao longo do capítulo, essa realidade também atravessa a experiência prisional de *estrangeiras*.

⁸⁰ O argumento legal que garante às mulheres o direito à permanência com os recém-nascidos está pautado na proteção da amamentação de recém-nascidos, prescrito na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Execução Penal (Brasil, 1984), a qual foram acrescentados parágrafos sobre o assunto por meio da Lei 9.046, de 18 de maio de 1995, na Resolução CNPCP nº 14 (Brasil, 1994), de 11 de novembro de 1994 (que estabeleceu regras mínimas para o tratamento de Presos no Brasil) e no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990. O inciso cinquenta (L) do quinto artigo da Constituição Federal de 1988 afirma que “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”. No segundo parágrafo da Lei 9.046, de 18 de maio de 1995, por sua vez, está previsto que “os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos”. No segundo parágrafo do sétimo artigo da Resolução nº 14 CNPCP estão asseguradas “condições para que a presa possa permanecer com seus filhos durante o período de amamentação dos mesmos”. Por fim, o nono artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que “o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade”. A partir de 2009, houve a promulgação das seguintes leis e resoluções: a Lei Federal nº 11.942, de 28 de maio de 2009, que deu nova redação a parágrafos dos artigos 14, 83 e 89 da Lei de Execução Penal (Brasil, 1984), assegurando às mães presas e aos recém-nascidos maiores condições de assistência (o projeto dessa lei, PL 335/1995, é de autoria da Deputada Federal do Amapá Fátima Palaes que nasceu e viveu seus primeiros anos de vida na prisão junto à sua mãe presa); e a Resolução SAP n.144, de 30 de junho de 2010, que instituiu o regimento interno padrão das unidades prisionais do estado de São Paulo. O segundo parágrafo do artigo 83 da Lei Federal nº 11.942 define que “[o]s estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade”. O terceiro parágrafo do artigo 23 da Resolução SAP prevê a “guarda do recém-nascido, durante o período de lactância, pelo período de até 06 (seis) meses, em local adequado, mesmo quando houver restrições de amamentação”.

Uma vez a criança abrigada, é aberto o processo de guarda na Vara da Infância e Juventude, que corre independentemente do processo criminal, muito embora tome o aprisionamento materno como um de seus elementos decisivos e comumente desfavoráveis à manutenção da guarda por parte da presa. Essa conjuntura coloca *mãezinhas* diante do risco de serem submetidas àquilo que elas e parte da literatura consideram uma dupla punição exclusiva ao universo feminino (Lemgruber, 1983; Lopes, 2004; Werba, Duarte, 2005; Haney, 2013), isto é, a pena de prisão (em regime fechado) e os danos que o aprisionamento gera na maternidade. Danos que, no caso do sistema prisional brasileiro, podem chegar até a *perda do filho para a adoção*.

Mas se por um lado, o exercício da maternidade as coloca diante de uma das faces mais perversas da punição em unidades femininas, por outro expressa um potente recurso das presas na gestão de seus aprisionamentos. E isso nos obriga a olhar para a relação materna não apenas a partir da intervenção (geralmente considerada disruptiva) do Estado. Inspirada nas proposições de Mahmood (2006) sobre a importância de pensar a agência não apenas em atos de resistência às normas, mas também nas múltiplas formas em que essas normas são incorporadas, viso explorar neste capítulo o exercício da maternidade entre *puérperas estrangeiras* num contexto de profunda assimetria frente à administração estatal. Meu objetivo é verificar de que modo essas mulheres, que em princípio estão alheias às gramáticas dos direitos, criam meios para intervirem na gestão de suas maternidades e de seus aprisionamentos quando tanto elas quanto seus recém-nascidos encontram-se sob a tutela do Estado.

A questão central encontra-se, portanto, na intersecção de dois problemas sociais de profundo teor moral: o aprisionamento e a maternidade. Dois problemas, cujos arranjos podem definir os rumos não apenas da relação materna, mas também do próprio aprisionamento de *estrangeiras*. E isso nos coloca diante de dois processos coexistentes e concomitantes: o de intervenção do aprisionamento no exercício materno e, o contrário, de intervenção da maternidade no cumprimento de pena. Dois processos cujo eixo articulador é o regime de processamento do sistema de justiça, marcado pela precariedade e insuficiência dos canais de circulação de informações (Godoi, 2015).

Para abordar esses dois processos me alinhei a uma abordagem antropológica interessada em compreender as práticas administrativas e judiciais no seu fazer rotineiro. Propus-me analisar o Estado a partir não de seus domínios ou esferas pré-estabelecidos, mas das práticas cotidianas (Teixeira, Lima, 2010; Comeford, Bezerra, 2013); o funcionamento da administração judicial a partir não da expectativa de uma concretização fiel das normas, mas da sua contínua

atualização na atuação dos agentes envolvidos (Fonseca, 2011; Lugones, 2012), incluindo entre estes instituições, leis e sujeitos; e os direitos a partir não de seus significados pré-dados, mas de sua efetuação em práticas, ações sociais e disputas (Vianna, 2013). Em suma, menos preocupada no estabelecimento apriorístico daquilo que o Estado e os demais agentes são frente ao que eles deveriam ser, coloco-me atenta ao modo como eles operam e quais efeitos esse modo suscita (Das, Poole, 2008). E isso implica olhar para a maneira como aparatos institucionais, negociações políticas, estratégias de articulação, táticas de controle, impasses jurídicos, dramas morais, sofrimentos e desejos pessoais entrelaçam-se entre si no entrelaçamento da gestão do aprisionamento e da maternidade de *estrangeiras* que deram à luz durante o cumprimento de pena em regime fechado.

Os dados que compõem os três casos apresentados neste capítulo são resultantes de meu trabalho voluntário e de campo na PFC, bem como de um conjunto de entrevistas realizadas por mim no primeiro semestre de 2012 com *estrangeiras* e com profissionais⁸¹ que atuam em “casos” como os aqui abordados. São também fruto de um investimento etnográfico efetuado em dois *atendimentos* junto ao ITTC no Centro de Atendimento Hospitalar à Saúde da Mulher Presa (CAHSM), o extinto *berçário*, localizado na Rodovia Raposo Tavares, onde *puérperas* cumpriam pena acompanhada de seus recém-nascidos até o sexto mês de amamentação. Por fim, são produto do trabalho voluntário junto ao ITTC e à Pastoral Carcerária enveredado, entre outubro de 2010 e junho de 2011, no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, unidade onde, a partir de 2010, *puérperas* passaram a cumprir pena com seus recém-nascidos durante o período de amamentação. Não é demais ressaltar que, em função das restrições da autorização judicial para a realização do trabalho de campo apenas na Penitenciária Feminina da Capital, não tornei minha atuação voluntária no extinto *berçário* e no hospital penitenciário objeto da etnografia. Apesar da mesma ter inspirado a construção dos dados, tudo que aparece sobre as duas unidades

⁸¹ Eis os profissionais entrevistados: o juiz da Vara de Infância e Juventude do Fórum de Santana e a psicóloga e chefe de sua equipe técnica, ambos responsáveis, naquela altura, por todos os casos de filhos de *estrangeiras* nascidos na prisão; um defensor público da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e um da Defensoria Pública da União; o sociólogo do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e duas assistentes sociais do Núcleo de Infância da mesma defensoria; dois advogados da Pastoral Carcerária que desenvolveram o projeto Mães em Cárcere, em parceria com a DPE-SP; a presidente e coordenadora da Pastoral Carcerária Feminina Nacional; e a coordenadora do Projeto *Estrangeiras*, do ITTC. Além desses profissionais, entrevistei cinco *estrangeiras* com quem eu mantinha relação há pelo menos dois anos. Dentre elas, havia uma *filipinae* uma *marroquinae* que deram à luz na prisão e estavam a cumprir, juntamente com seus filhos, penas alternativas na Casa de Acolhida das Irmãs Palotinas; havia também uma *bolivianae* uma *mexicanae* que deram à luz durante o cumprimento de pena e ainda se encontravam em regime fechado na Penitenciária Feminina da Capital; por fim, entrevistei uma *portuguesa* presa na PFC, que não tinha filhos e nem pretendia ter. Com as três últimas, as entrevistas foram efetuadas individualmente, em múltiplos encontros, com e sem roteiros e o uso de gravador, em função dos impasses impostos pela dinâmica de controle e vigilância da unidade. No total foram realizadas 16 entrevistas em profundidade que variaram em torno de uma a quatro horas.

foi retirado das narrativas de *estrangeiras* e demais agentes que atuavam fora de seus respectivos muros.

3.1. A maternidade como portão de saída da prisão

O primeiro “caso” que contei à Gabriela foi o de Lisa, *filipina*, 26 anos, que foi presa no Aeroporto de Guarulhos no segundo mês de sua primeira gestação, quando tentava embarcar para o Vietnã com 12 quilos de cocaína. Lisa passou a gravidez na PFC e trabalhou na Embra-med até a véspera de seu parto. Deu à luz a filha no Hospital Geral de Vila Penteado e, nas três vezes em que conversei com ela sobre o assunto, a *filipina* fez questão de falar, num português fluente, sobre o tratamento que recebera da equipe médico-hospitalar e das agentes penitenciárias, ressaltando as dores de se parir durante o cumprimento de pena num país estrangeiro. Segundo ela,

Os médicos e as enfermeiras me trataram sem preconceito, como se eu não fosse uma presa. A polícia [leia-se em toda esta citação: agentes penitenciárias] também me trataram [sic] muito bem. Quando elas estão fora [da prisão], elas nem parecem polícia, parecem pessoas normais, menina! [risos] Fiquei o tempo inteiro segurando a mão da Dona Julia [umas das ASP's]. Tive umas polícias bem legais comigo. Eu não queria nem saber se era polícia. Eu só queria a minha mãe naquela hora. E Dona Julia me ajudou muito. Ela já foi enfermeira e ficou me ajudando a contar [o tempo d]as contrações [...]. Ela foi me acalmando e me ajudou a ter parto normal. Mas me cortaram [a vagina] sem anestesia. Senti uma dor, nossa senhora! Dei um grito na hora que... nossa senhora! E depois que a bebê nasceu, me deram uma anestesia só, e eu sentia a agulha entrando e saindo [enquanto costuravam sua vagina]. Eu disse chorando pra doutora: “Senhora, eu tô sentindo, tá doendo muito”. E ela dizia: “Aguenta que eu já tô acabando. É assim mesmo. Só mais um pouquinho”. E eu via a mão da doutora subindo e descendo, subindo e descendo. E eu pensava: “será que ela faz isso, porque vim da cadeia?”. Doeu muito [pausa]. Mas não tem dor maior do que você ver sua primeira filha ali no colo da enfermeira e pensar: “Eu tô presa e agora tenho minha filha”. Doeu no coração [choro].

Após o parto, Lisa seguiu internada por seis dias no hospital devido ao fato de Mila ter nascido com icterícia. Seguiu internada. E algemada. Com um dos pés atados à maca ao longo de todos esses dias, e sempre acompanhada de duas agentes penitenciárias e de uma viatura da PM na parte externa do hospital (cujos policiais entravam periodicamente para verificar se a situação “estava sob controle”), Lisa lamentou não ter podido cuidar da filha. Dar banho, caminhar e acompanhar o banho de sol foram algumas das coisas que ela queixou-se de não ter podido experimentar nos primeiros cuidados maternos. Lisa amamentou, trocou fraldas, comeu e dormiu (ou melhor, tentou dormir) sempre com um dos pés atados e em posições que lhe causavam dores e desconforto. O uso do banheiro era o único momento em que podia caminhar, se movimentar e massagear os hematomas deixados no tornozelo pelas argolas de ferro. E tudo

isso, disse-me ela, poderia ter sido muito mais difícil se não tivesse contado com a *ajuda* das agentes penitenciárias que a *acompanhavam*.

Não foram poucos os episódios de parto que chegaram aos *atendimentos* do ITTC e da Pastoral por meio de narrativas que apresentavam o uso das algemas⁸² num contexto mais amplo da biopolítica constituída na tensão entre o cuidar e o punir. Um uso que pode se somar à condução e ao tratamento intencionalmente agressivos do motorista da ambulância no traslado rumo ao hospital; que pode se somar também ao amparo de agentes penitenciárias e, por vezes, de policiais militares na chegada ao destino final; à humilhação de terem que atravessar os corredores do hospital, sob os olhares curiosos e reprobatórios de seus usuários, com os pés algemados e a parte traseira de seu corpo nu exposta na larga fenda de aventais abertos nas costas; e ao apoio recebido de agentes penitenciárias e enfermeiros(as) para fazê-las conseguir caminhar. O uso de algemas pode também se enredar com a suspeita ou certeza acerca de maus tratos médicos na hora do parto e com a surpresa em torno do cuidado profissional recebido de membros da equipe de saúde e de segurança, sensações que expressam um dos efeitos perversos da clivagem social (Sarti, 2001) experimentada por essas mulheres dentro da prisão; com a alegria de dar à luz e a dor de a fazer nos primeiros meses de aprisionamento. Por fim, e isto é recorrente, o uso das algemas tende a se articular com a vergonha de se ter duas agentes penitenciárias (devidamente uniformizadas 24 horas por dia ao lado da maca) e com a estima pelas *companhias* generosas dessas mesmas mulheres.

⁸² A prática de algemar presas no (pré e pós)parto pelos pés e/ou pelas mãos foi, no período do trabalho de campo, bastante recorrente. Segundo consta no “Relatório ao CNPCP sobre a situação das mulheres gestantes em situação de cárcere e algemas” redigido pela Pastoral Carcerária Nacional, de dezembro de 2011, “Há anos que entidades de defesa dos direitos humanos e, especificamente, das mulheres encarceradas têm denunciado esta prática no estado de São Paulo [...] Quando a Pastoral Carcerária procurou verificar se esta é uma realidade nacional ou somente do estado de São Paulo, não conseguiu confirmar nenhum outro estado que usa algemas durante o parto” (PCr Nacional, 2011: 1). Nessa altura, uma série de ações foram realizadas para coibir tal prática, dentre as quais estão citadas nesse mesmo relatório: 1) a abertura de inquérito civil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para apurar os fatos; 2) apuração das denúncias por parte da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos; 3) investigação interna instaurada a mando do então Governador do Estado de São Paulo; 4) publicação de notas de repúdio pela Associação Juízes para a Democracia, pelo presidente da OAB SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, e pela presidente da Comissão da Mulher Advogada da entidade, Fabíola Marques. Essas ações parecem ter surtido efeito prático e legal: as queixas das *puérperas* cessaram nos *atendimentos* do ITTC e foi promulgado o Decreto Estadual 57.783 de 10/02/2012, proibindo o uso de algemas em presas grávidas durante o trabalho de parto e no subsequente período de sua internação nos estabelecimentos de saúde. Embora o relatório da Pastoral afirme certa exclusividade da prática ao estado de São Paulo, há indícios que apontam o contrário. Um deles é o Projeto de Lei apresentado pelos deputados estaduais do PSOL-RJ, em junho de 2015, propondo a proibição do uso de algema durante o trabalho de parto e o período de internação de presas, o que sugere, assim, a mesma ocorrência relatada pela Pastoral no estado paulista (ou ao menos uma causa política de amplo apelo no que diz respeito ao encarceramento feminino). Segundo consta no projeto o uso fica restrito a situações de resistência, de possibilidade de fuga ou de perigo à integridade física da própria presa ou de terceiros. Numa rápida pesquisa na *internet*, não localizei nenhum material que fizesse referência a essa prática em outros estados, mas há inúmeros relatos sobre ela nos Estados Unidos, país com a maior população carcerária e a maior taxa de encarceramento do mundo. Para acesso a alguns materiais sobre o assunto, sugiro ver os links disponíveis no anexo 6.

De um lado, vigilância e punição; de outro, cuidado e direito à saúde. Esferas nada distantes que encontram nos corpos parturientes o eixo de sua articulação. E isso só é possível, porque, essas mulheres vivem, nessa ocasião, uma elevada expressão do aprisionamento fora da unidade. Numa espécie de carnalização da prisão, veem-se encravadas pelas tecnologias de vigilância, punição e cuidado. Seus corpos encontram-se presos não apenas pelo olhar vigilante de agentes penitenciárias e policiais, mas também pelos de profissionais e usuários do hospital; não apenas pela arquitetura hospitalar, mas também pelo modo como são trasladados, algemados, suturados⁸³. Ou seja, encontram-se presos por uma série de mecanismos que se deslocam, através da própria mobilidade corporal, por entre dois espaços arquiteturais organizados, cada qual ao seu modo, para o exercício do poder disciplinar sobre os indivíduos que compõe seus interiores. Nesse registro, parturientes atuam, a um só tempo, como corpos presos e “vasos comunicantes”, uma dupla condição marcada pelo gênero e capaz de redimensionar os limites prisionais.

O hospital se interioriza à prisão através de corpos grávidos, uma unidade física móvel que, por seu turno, através desse processo de interiorização, tem as *puérperas* aprisionadas nos limites de sua dimensão material. E o resultado é que, como as mesmas dizem, elas se tornam capazes de sair da prisão sem que a prisão saia delas: usuários que discriminam, guardas que vigiam e cuidam, médicos que cuidam e punem, macas que acolhem e aprisionam, algemas que imobilizam e ferem, traslados e suturas que cosem e castigam e uniformes profissionais que territorializam o aprisionamento são alguns dos elementos que, uma vez postos em ação sobre as presas, promovem uma assimilação contingencial do hospital pela prisão.

Mas, essa assimilação não impede que a unidade hospitalar mantenha sua exterioridade em relação à unidade prisional. E isso fica bastante evidente no estranhamento de Lisa frente aos diversos e, por vezes, divergentes tratamentos recebidos da equipe de saúde e de segurança. O embaralhamento das técnicas de cuidado, vigilância e punição efetuado pelos diferentes profissionais fazem Lisa lembrar, a todo momento, que ela não é nem somente paciente, nem somente presa. Embora esteja no hospital, está presa, e embora esteja presa, encontra-se na posição de paciente. Mas uma paciente que chora sua maior dor, a de dar à luz a primeira filha na prisão. Nesse caso, apesar da ambiguidade de sua identidade produzir uma nova dobra na interface entre o interior e o exterior da prisão, seu estado de aprisionamento frente à maternidade

⁸³ Embora os procedimentos obstétricos efetuados em Lisa possam abranger parte das grávidas que utilizam os serviços públicos de saúde, eles tendem a ganhar uma conotação prisional entre as *mãezinhas*, quando articulados com outras técnicas de vigilância e punição, tal como evidenciado no questionamento da *filipinao* ser costurada com pouca anestesia.

não permite que a diferença de natureza entre as duas instituições se desfaça. Antes, promove a concretização apenas de certo grau de interiorização do hospital, de modo que a exterioridade do mesmo se atualiza exatamente quando no interior da prisão.

Retomando os fatos, no sexto dia de internação, Lisa foi transferida de volta à PFC para aguardar a alta de Mila, que seguiu internada por mais quatro dias no hospital. Dias longos para quem esperava desfrutar dos primeiros momentos da maternidade na presença da filha e acabou tendo que lidar com o temor de seu desaparecimento: “Eu pensava: e se ela sumir, o que posso fazer? Tô presa e não conheço ninguém nesse país! A gente escuta cada história horrível aqui dentro... E se tratarem ela mal? Foi um pesadelo, mas passou”. Passou quando Mila foi levada à PFC e três dias depois as duas foram encaminhadas, juntas, para o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, localizado também no bairro Carandiru, bem próximo à PFC.

Poucos dias após sua chegada a esse hospital penitenciário, a *filipina* foi levada ao fórum pela primeira vez para julgamento. Em sua narrativa, Lisa conta que estava nervosa, porém determinada a *sair em liberdade*. Sabia exatamente o quealaria diante da juíza, havia se preparado para ocasião, como me narrou na entrevista que me concedeu na Casa de Acolhida Nossa Senhora Aparecida (ver nota 37), onde viveu com Mila durante o cumprimento da pena de prisão domiciliar:

Eu já sabia bem como era o julgamento, conversei com muitas parceiras e até com a polícia [agentes penitenciárias] que me acompanharam [sic] no hospital. Eu tinha me preparado. Aí de manhã cedo eu disse para mim mesma: eu vou embora daqui, eu vou embora! Nossa! Me levaram para o fórum. Nossa! E a juíza perguntou: “*você veio aqui para que?*”. “*Para levar droga*”, eu falei isso, falei a verdade. Aí ela: “*por que você fez isso?*”. “*Porque meu avô está doente*”, eu disse. Eu não tenho mais avô, ele já morreu. Você pode mentir, você pode fazer isso por você mesma. A juíza mesmo fala que você pode mentir ou não responder se quiser. “*Eu precisava de dinheiro, eu ia casar, eu precisava de dinheiro para isso também*”, eu falei. Falei que na véspera da viagem de volta eu liguei para o chefe [nigeriano que vive na China e a havia contratado pela terceira vez] e disse que não queria mais levar a droga. Fiz esse pedido para ele, mas ele não aceitou. Eu falei a verdade para a juíza: “*meu pai já é falecido, meu namorado morreu dois dias antes de eu ser presa, meu avô está doente, eu estava mesmo levando a droga e sabia disso*”. Naquele momento da prisão, o policial disse que ia me revistar e eu disse para ele: “*eu tenho droga*”. Eu ajudei a polícia [federal], disse onde tinha droga: “*essa [mala] aqui tem [droga], essa outra tem*”. No final, a juíza perguntou se eu tinha alguma coisa mais para dizer (eu tive sorte, porque ela era mulher, uma mulher jovem). Aí eu pensei: “*é agora ou nunca! É a minha chance*”. Eu disse que sim e olhei bem para ela: “*Eu quero sair, eu quero muito minha liberdade. Estou lhe implorando! Se eu estivesse sozinha, sem a minha filha, seria outra coisa. Se a senhora me der dez anos [de pena], vou aceitar, porque eu sei que cometi um erro. Mas eu estou implorando, porque eu tenho um bebê. Eu quero minha liberdade, não por mim, mas pelo meu bebê*”. [Lisa cai em prantos diante de mim e segue sua narrativa aos soluços] *Não quero que minha filha se acostume com o apito da polícia. Não quero que minha filha escute todos os dias o barulho das grades, do fechar e abrir dos cadeados; não quero que a primeira palavra que minha filha aprenda seja ‘senhor’ e*

‘senhora’⁸⁴. *Eu quero que ela veja o mundo lá fora. Eu imagino que a senhora tenha filhos também (ela era nova, devia ter bebê também) e pode imaginar o que eu estou falando. Eu posso ficar 20 anos na cadeia se a senhora decidir, mas eu tenho um bebê, é meu primeiro! Minha filha precisa de mim. Me desculpa, senhora, me desculpa. Eu cometi um erro, mas eu peço perdão. Eu nunca mais farei isso de novo”*. Eu pensei que se eu falasse assim, ia funcionar. E funcionou! [risos] [E, enxugando as lágrimas, a *filipina* conclui:] Mas eu chorei de verdade lá na frente da juíza! Não era mentira, não... que nem agora [entrevista concedida na Casa de Acolhida em fevereiro de 2012].

Interessante observar como o acionamento dramático da maternidade e da família faz parte de um certo tipo de *expertise* do jogo político prisional feminino fortemente marcado pelo gênero. Chorar e implorar por perdão e liberdade a partir da exposição de dramas familiares e maternos seriam aquilo que Cynthia Sarti (2001) denominou de “a expressão explícita do sofrimento”, expressão esta permitida e valorizada nas mulheres em determinados contextos. De acordo com Sarti, as clivagens de gênero, muitas vezes articuladas com outras clivagens sociais (de etnia e de classe, por exemplo), instituem formas muito distintas de lidar com a dor. E, embora singular para quem a sente, a dor se insere num universo de referências simbólicas, configurando assim um fato cultural.

Tal fato, no contexto em questão, é produto do que Ingold (2010) denominou de “educação da atenção”, a partir da qual *puérperas* aprendem com as veteranas e com os funcionários estratégias para se fazerem ver e ouvir nas negociações e disputas fortemente assimétricas. Aprendizado que, embora dependa do perfil da presa em questão, encontra-se marcado pelo compartilhamento de experiências (extra)ordinárias (bem e mal sucedidas) anteriormente vividas por outras presas. Semelhante ao que foi descrito por Adriana Vianna e Juliana Farias para a “luta” judicial de mães e demais familiares de vítimas da polícia militar do Rio de Janeiro, também aqui esses processos “[...] dependem em muito de características pessoais, mas [...] obedecem a *scripts* relativamente regulares, passados de modo mais ou menos explícito de participantes mais antigos para mais recentes” (Vianna, Farias, 2011: 87).

Esses *scripts* são constitutivos e constituintes de uma gestão judicial que opera, segundo Deborah Daich (2008), como uma tecnologia de gênero – articulada a outras categorias de diferenciação, como veremos adiante. Em estudo sobre a tramitação judicial de um crime de infanticídio na Justiça Nacional Criminal argentina, a autora afirma que quando mulheres entram em contato com o universo judicial, não o fazem apenas enquanto sujeitos de direito, dado que seu *status* está sempre atravessado por “significados culturais específicos que surgem de seu gênero” (Daich, 2008: 63). Seguindo as análises de Smart (1990), ela afirma que “quando

⁸⁴ *Senhor* e *Senhora* são termos utilizados por presas para se dirigirem ou se referirem a funcionários da penitenciária.

as mulheres ingressam no mundo da administração judicial na qualidade de autoras de delitos, como no caso de infanticídios, esses significados culturais que [elas] trazem inscritos em seus corpos sem dúvida incidem na forma em que efetivamente tramitam seus casos” (Daich, 2008:63).

É o mesmo que afirma Marcelo Campos (2015) em seu doutorado sobre as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. O autor destaca os comentários de Ela Wiecko, vice-procuradora geral da República e professora de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, acerca da representação “mulher-mãe” que juízes fazem para restabelecer uma definição normativa de “feminilidade” e condenar as mulheres a penas de prisão mais altas do que os homens nos casos de tráfico de drogas. Com base nas palavras de Wiecko, o autor afirma que “[...] os juízes retomam o sexo enquanto uma categoria de acusação [...] e descartam todas as desigualdades de poder que envolvem esta representação biológica das mulheres, revelando a não compreensão das experiências pessoais e subjetivas dessas mulheres inculminadas” (Campos, 2015: 291).

Andreina Angarita (2008) aponta para algo semelhante no caso de mulheres presas por tráfico de drogas, ponderando, no entanto, que estas contam a seu favor com certas propriedades simbólicas relativas ao feminino e à maternidade. Em seu estudo sobre a experiência de mulheres *mulas* presas no Equador, a autora recupera o artigo de Gibbs (2001) para ressaltar o modo como as implicações negativas da participação no tráfico podem ser anuladas por causas femininas/maternas socialmente valorizadas. A motivação, quase sempre econômica, para a atuação no tráfico de drogas está intimamente ligada à imagem das *mulas* enquanto mulheres responsáveis pelo sustento e cuidado da casa e dos filhos. Essa imagem permite-lhes mobilizar estrategicamente sua condição feminina/materna na tentativa de dissipar as consequências negativas do crime cometido.

E parece que Lisa aprendeu bem essa lição. Em seu curto pronunciamento, articulou certas propriedades simbólicas relativas ao feminino e à maternidade num conjunto de retóricas comumente empregues em diferentes contextos de audiências criminais, retóricas estas, cuja característica essencial é, segundo Patrice Schuch (2005), o forte apelo emocional. Seguindo a classificação proposta pela autora, é possível afirmar que, primeiro, Lisa acionou a “retórica da necessidade” (econômica) para expor sua devoção familiar como causa de seu aprisionamento no intuito de descriminalizar moralmente o crime. Falou da necessidade de prover sua família, algo que nas Filipinas, mas não apenas lá, tornou-se responsabilidade de uma parcela signi-

ficativa da população feminina que migra para outros países no intuito de garantir o sustento doméstico⁸⁵.

Em seguida, mobilizou a “retórica da dor” para abordar os dramas singulares de sua maternidade prisional na tentativa de assegurar um caráter mais humano à sua realidade. Muito embora desconhecesse a condição materna da juíza e soubesse da improbabilidade de sua primogênita incorporar, no curto período de amamentação, a vida intramuros tal qual professada em sua fala, a ré apostou na ampla legitimidade do vínculo materno e na suposta universalidade dos sentimentos associados a ele para tocar a autoridade máxima. Mais precisamente, buscou afetar a juíza através da singularização das dores às quais o exercício da maternidade está submetido dentro da prisão. Por fim, numa “retórica do arrependimento”, Lisa pediu desculpas como parte do reconhecimento de sua *culpa* no cometimento de um *erro* que, uma vez moralmente descriminalizado pelas causas (feminizadas) de seu cometimento, poderia ser passível de *perdão*.

A mobilização dessas retóricas foi uma clara tentativa de encurtamento da distância entre a ré e a juíza por meio de uma “economia moral”⁸⁶ fortemente marcada por questões de gênero. Através do recurso a emoções, valores e obrigações relativos a certos “laços primordiais” (Geertz, 1978a), Lisa buscou catalisar “sentimentos morais” (Fassin, 2012) num “dever ser” feminino associado ao cuidado familiar e materno que, de sua perspectiva, eram capazes de sensibilizar a juíza na decisão da sentença. Mais precisamente, sua performance visava alterar os rumos do aprisionamento através de seu encontro (empático) com a juíza na condição feminina materna, sem que isso incorresse no questionamento ou na eliminação das práticas e normativas administrativo-judiciais do julgamento. E sua tentativa de intervir na decisão judicial

⁸⁵ Acionar o sustento da família garantido por meio de viagens, no caso da *filipina*, tem a ver com com certas propriedades simbólicas relativas ao universo feminino em seu país de origem. De acordo com Madianou e Miller (2012), cerca de 10% a 15% dos 88 milhões da população filipina trabalha no exterior em condições legais ou ilegais. Desse percentual, uma parcela significativa é composta de mulheres, mães de família que passaram a trabalhar por anos em países mais ricos, vivenciando (in)interruptas migrações. Elas atuam especialmente na esfera dos cuidados – como empregadas domésticas, acompanhantes de idosos, crianças ou jovens, babás e enfermeiras – com o objetivo de garantir melhores condições financeiras a seus familiares, especialmente, aos filhos. Isso ocorre, porque conseguem ganhar melhores salários com tais trabalhos nos países industrializados do que em profissões especializadas nas Filipinas. Para Parreñas (2000, 2001b, 2005a), a migração dessas mulheres representa, a um só tempo, a quebra e a manutenção dos paradigmas das relações de gênero e de classe neste país: por um lado, garante-lhes o papel de provedora da família, tradicionalmente associado aos homens; mas, por outro, só a faz por meio da transferência dos cuidados da casa e dos filhos para outras mulheres da família e/ou empregadas domésticas mais pobres, constituindo, assim, a denominada cadeia de cuidados. Os pais que permanecem no país raramente assumem as tarefas que antes eram feitas pelas mães migrantes.

⁸⁶ Utilizo a expressão “economia moral” no sentido proposto por Fassin, ou seja, “como a produção, disseminação, circulação e uso de emoções e valores, normas e obrigações no espaço social, que caracterizam um momento histórico particular e, em alguns casos, grupos específicos” (Fassin, 2012: 266, tradução minha).

por meio dessa performance foi assim mobilizada, porque na prisão ela aprendeu que sentimentos, emoções e afetividades são parte constitutiva e constituinte de uma trama política tecida na “paradoxal combinação entre razão e coração” (Fassin, 2012: 1).

Com isso não nego a possibilidade de ré e juíza terem atribuído significados distintos à decisão judicial com base em seus diferentes contextos e posições. Antes, estou procurando evidenciar a perspectiva de Lisa na comunicação que produziu, na prática, o resultado esperado. Ou seja, embora elas possam ter criado sentidos bastante distintos para o julgamento, o fato é que, na dimensão pragmática, convergiram numa mesma convenção (Ginzburg, 2006). E essa convenção era, para Lisa, indubitável: havia sido construída a partir de seus dramas familiares e maternos. Segundo ela, sua interação com a autoridade máxima foi fator determinante para ela sair do fórum já informada de sua condenação, o que nem sempre ocorre com as presas. Muitas vezes as rés são levadas de volta para a unidade sem qualquer informação sobre sua sentença e lá aguardam, por um ou dois meses, pela decisão judicial. Mas Lisa não, voltou para a PFC com a garantia de uma certa *liberdade*, e essa garantia foi o mais relevante. A *filipina* recebeu uma pena rara entre *estrangeiras* (e também *brasileiras*): foi condenada a dois anos e onze meses em pena restritiva de direitos, o que significa, de acordo com os artigos 46 e 48 do Código Penal (Brasil, 2008), cumpri-la na cidade de São Paulo fora da prisão, com limitação de fim de semana e prestando serviços à comunidade.

Todavia, os argumentos legais da decisão judicial em nada têm a ver com a maternidade. O tempo de pena foi definido com base no atenuante da confissão (art. 65, III, "d" do Código Penal)⁸⁷ e, especialmente, no fato de não haver registro de antecedentes em desfavor da *filipina* e nem provas suficientes de que ela se dedique a atividades e organização criminosas (art. 33, 4º, da Lei nº 11.343/06)⁸⁸. Já a pena restritiva de direito foi determinada com base no artigo 44 do Código Penal⁸⁹, tal qual consta na decisão da juíza:

Entendo que mesmo em casos de tráfico, quando se trata de réu primário, de bons antecedentes, que não integra organização criminosa, a pena restritiva de direitos é a mais

⁸⁷ Eis o artigo 65, III, "d" do Código Penal (Brasil, 2008): “São circunstâncias que sempre atenuam a pena: [...] III - ter o agente: [...] d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime”.

⁸⁸ Eis o artigo 33, 4º, da Lei nº 11.343/06 (Brasil, 2006): “Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa”.

⁸⁹ Eis o artigo 44 do Código Penal (Brasil, 2008): “As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II - o réu não for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente”.

adequada, visando não só a repressão, a prevenção, como a reinserção do indivíduo em sociedade. No caso, em tela, reputo a medida adequada, pois não há qualquer motivo que induza a crer que a medida no caso concreto não seria suficiente. A ré é primária, de bons antecedentes, e nada induz a crer que possua personalidade voltada para o crime. Mostrou-se arrependida e por outro lado, nada indica que sua manutenção no cárcere colaborará para a sua reintegração social ou para a pacificação dos conflitos em sociedade, ao contrário, poderá fomentá-los. É sem dúvida alguma, mais adequada ao caso a pena restritiva de direitos, que sem deixar de ser pena, não traz os malefícios do encarceramento e do convívio no presídio [trecho de julho de 2011 retirado do processo criminal da *filipina*].

O fato de a juíza acionar argumentos legais que nada tenham a ver com a maternidade não ofusca a certeza de Lisa de que sua performance tenha sido determinante no desdobramento do julgamento. Também não significa, aos olhos de alguns agentes sociais envolvidos, que a relação materna tenha se feito de menor importância na decisão judicial. Profissionais do ITTC, da Pastoral e da PFC com quem tive a oportunidade de conversar sobre o “caso” concordam com a *filipina* e consideram que a maneira como ela mobilizou a maternidade no julgamento foi decisiva. Muito embora eu não tenha ouvido da juíza suas motivações nessa tomada de decisão e, portanto, não possa inferir se houve um encontro empático entre ela e a ré, é inegável o consenso que encontrei em campo e na literatura acerca da importância de uma economia moral da família e da maternidade em julgamentos como o de Lisa. Para os agentes sociais em questão, tal economia define o escopo da biopolítica que governa a vida dessas mulheres na oscilação entre sentimentos de compaixão, por um lado, e de preocupação com a ordem prisional por outro, entre uma política de piedade e uma de punição (Fassin, 2014).

E é nessa oscilação que se encontram as razões pelas quais a maternidade não foi citada no texto da sentença, apesar de fazer parte de provisões legais. Nas mesmas conversas com os profissionais do ITTC, da Pastoral e da PFC sobre o “caso” de Lisa, perguntei-lhes por que a juíza não citaria a maternidade no texto da sentença se essa relação era tão importante. Ou, ainda, havendo no artigo 117 da Lei de Execução Penal nº 7.210/84 (Brasil, 1984) a previsão de regime aberto para gestantes e mães com filho menor ou deficiente físico ou mental⁹⁰, por que não acioná-lo-ia na decisão? A resposta foi unânime: o uso da relação materna como argumento para penas alternativas contemplaria a massiva maioria das presas, diretriz que se encontra distante das políticas de segurança do estado de São Paulo, de todo o Brasil e de muitos outros países que regem suas políticas de segurança a partir do encarceramento em massa

⁹⁰ Eis o artigo 117 da Lei de Execução Penal nº 7.210/84 (Brasil, 1984): Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: I - condenado maior de 70 (setenta) anos; II - condenado acometido de doença grave; III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; IV - condenada gestante.

– lembrando que o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás somente, e nessa ordem, dos Estados Unidos, da China e da Rússia.

Portanto, embora haja espaço para a mobilização dos vínculos maternos no campo jurídico, o que o “caso” de Lisa nos revela é que, das perspectivas dos agentes sociais vinculados à prisão, essa mobilização surge imiscuída à primazia de princípios punitivos na manutenção da ordem social. Permanece subordinada às negociações caso a caso, às habilidades individuais dos atores em afetar e deixar-se afetar na tensão entre os sentimentos de compaixão e repressão, alinhando assim trânsitos entre *crime e erro*, *repressão e perdão* rumo à tão desejada *liberdade*. Uma *liberdade* limitada – à pena restritiva de direitos, no caso de Lisa. Pena que, por excelência, atualiza as moralidades em disputa e expressa a paradoxal combinação entre as políticas de punição e de piedade na gestão da maternidade e do aprisionamento. Pena que promove a saída de Lisa da prisão sem, no entanto, livrá-la da punição, que afrouxa seu vínculo com a instituição prisional alargando a teia de disciplina e controle para outras instituições⁹¹.

Gabriela ameaçou falar algo, mas foi interrompida com a chegada de Mercedes. Apresentei uma à outra e aproveitei a simpatia da *boliviana* para deixá-las conversando por uns instantes ali na sala, enquanto ia buscar um café na portaria da escola. Pedi à Gabriela que seguisse com as entregas dos *e-mails* às destinatárias e contei com a disponibilidade de Mercedes para ajudá-la, caso fosse necessário.

3.2. Além e aquém da hipermaternidade

Gabriela se surpreendeu ao saber que Mercedes, 32 anos, uma das poucas *bolivianas* brancas e sem qualquer traço fenotípico indígena, era jornalista. Surpreendeu-se mais ainda ao ser informada que aquela mulher com “cara e jeito de classe média, se não fosse o uniforme”, como comentou posteriormente comigo, era uma das raríssimas reincidentes não nacionais presa por tráfico (nacional) de drogas. Em sua primeira passagem pela PFC, em 2002, quando já residia há alguns anos na capital paulista, Mercedes suspeita ter sido denunciada à polícia pela primeira esposa do seu ex-marido por conta de ciúmes, tendo que cumprir quatro anos e meio de pena em regime fechado. Segundo ela, dentro do azar teve a sorte de ter seu primogênito,

⁹¹ Antônio Rafael Barbosa (2005) faz uma reflexão acerca das penas alternativas afirmando que elas constituem um dos pontos que marcam a passagem do modelo disciplinar de aprisionamento para o seu novo avatar na sociedade de controle. No caso das *estrangeiras*, no entanto, essa passagem deve ser matizada com o fato de, na altura do julgamento de Lisa, elas só conseguirem tais penas sob a condição de residirem em instituições como a Casa de Acolhida, local onde permanecem submetidas a uma certa disciplina e vigilância e sob o contínuo risco de serem expulsas, perderem suas disputadas vagas para outras egressas ou refugiadas e terem até suas penas alternativas anuladas em favor do regime fechado.

de quatro anos, em férias com os avós maternos na Bolívia, no momento de sua prisão, e de ter podido mantê-lo lá com eles até o final de seu cumprimento de pena. Quanto à segunda e atual passagem, Mercedes preferiu não entrar em detalhes. Restringiu-se apenas a dizer que seguiu atuando na entrega de pequenas quantidades de drogas e que, ao ser presa, em 2009, sua mãe veio a São Paulo buscar o filho, hoje com 11 anos.

Nessa segunda vez, Mercedes chegou à PFC grávida de sua *princesa*, filha do atual *namorado*, um *nigeriano* que, de acordo com ela, é dono de uma agência de viagem e de exportação em São Paulo. Na época em que foi presa, eles estavam separados, mas ao final de sua gestação Mercedes decidiu reatar a relação, decisão que foi tomada com base no fato de tê-lo como amparo material e emocional na vida prisional e na relação com a filha que estava por nascer. E depois, confessou-nos, ela ainda o amava. O homem se encarregou de lhe proporcionar uma vida melhor dentro da prisão e de contratar um bom advogado particular, promessa que, juntamente com o nascimento da filha, gerou-lhe a esperança de receber uma condenação baixa ou, na melhor das hipóteses, a *liberdade* – muito embora o casal já soubesse do peso negativo de sua reincidência prisional no julgamento.

Dois dias após o parto, Mercedes foi transferida com a filha recém-nascida para o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, mesma unidade para onde Lisa e a filha haviam sido levadas. Mais conhecido como Centro Hospitalar ou COC (sigla, cujo significado nenhuma *estrangeira* sabia precisar, utilizada para o antigo Centro de Observação Criminológica), essa unidade é gerida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária⁹². Sua estrutura comporta quatro alas, duas femininas e duas masculinas, entre as quais se encontram a unidade semi-intensiva e a de respiração mecânica. Nas alas femininas, há mulheres doentes, tanto em estado terminal quanto à espera de exames ou cirurgias. Com elas, *puérperas* e bebês compartilham, desde 2010, o mesmo espaço. Embora presas e funcionários reconheçam as boas condições de estrutura e de tratamento dessa unidade, se comparadas às das penitenciárias de todo o estado, esse compartilhamento é alvo de constantes críticas: todos consideram muito arriscado mães permanecerem por seis me-

⁹² Essa parceria é resultado de um convênio firmado, em 2009, entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para garantir assistência médica a presas e presos de todo o estado paulista. À Santa Casa, cabe a gestão médica e administrativa do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, enquanto à SAP está incumbida a gestão da segurança da unidade, divisão de competências que gera uma série de atritos na rotina da unidade, desde as práticas cotidianas mais básicas, como o controle de entrada de pessoas e coisas, até as decisões diretivas sobre o funcionamento estrutural da unidade. A despeito desses atritos, esta é a principal unidade onde o estado de São Paulo cumpria (ao menos até o final de meu trabalho de campo, em 2012) o direito de presas permanecerem com os bebês por até seis meses. Para mais detalhes sobre a unidade, sugiro ver: Braga, Agnotti (2015).

ses com seus recém-nascidos num hospital e não numa unidade materno-infantil. No entanto, como veremos adiante, há uma dimensão produtiva nesse compartilhamento que proporciona às *mãezinhas* certas possibilidades de agência na gestão da maternidade.

Na altura em que Mercedes foi encaminhada para lá com a filha, havia cerca de duzentas mães com filhos nas duas alas femininas, dentre 13 *estrangeiras puérperas*. Lembrei-a de tê-la encontrado em meu primeiro *atendimento* (do ITTC) nessa unidade, em outubro de 2010, após o fim de um surto de varicela nas duas alas femininas. Com a filha nos braços, Mercedes correu para me cumprimentar e me apresentar sua *princesa*. Contou, animada, sobre o tal surto que gerou o isolamento de mães presas e recém-nascidos por quatro meses, suspendendo não apenas todas as visitas dos familiares e as atividades assistenciais e religiosas, incluindo as do ITTC e da Pastoral, mas também, o fluxo de entrada e saída de mães e bebês da unidade.

Em princípio, a população das alas femininas ficaria submetida à quarentena para evitar a disseminação da doença dentro e fora das prisões. Entretanto, esse tempo de isolamento foi prorrogado à medida que presas passaram a infectar seus próprios filhos. Em entrevista, Mercedes entrou em detalhes sobre o episódio:

Eu acho que se estivesse na rua, eu também falaria ‘gente, essas presas são malucas!’”. Mas isso é amor, amor só de mãe. Pelo menos para as brasileiras [presas], né? Mas se elas não fizessem isso, quem faria algo por elas? Foi assim: algumas mãezinhas colocavam seus filhos perto de outros já infectados para eles pegarem catapora. Aí depois de um tempo, outras mãezinhas faziam a mesma coisa e mais bebês apareciam doentes. E assim foi...a gente foi ficando cada vez mais tempo com os bebezinhos. Os médicos e as enfermeiras fizeram palestras, isso e aquilo, para explicar que a catapora podia matar os bebezinhos coitados, tal, tal, tal. As psicólogas e assistentes sociais também vinham conversar com a gente. Mas não adiantou, não. Aí também fizeram um isolamento dentro das alas para quem estava com catapora não se misturar com quem não estava. Mas quem obedeceu? Lá dentro [das alas] quem manda é o PCC, e a polícia [agentes penitenciários] só fecha os portões dos corredores de cada ala às 11 da noite. E abre novamente às cinco da manhã. Nenhuma cela é trancada. Então eles [médicos] propuseram uma zona de isolamento, mas como fica tudo aberto, vai da vontade de cada uma respeitar ou não. Eu? Eu respeitei, não ia fazer essa maluquice com minha princesinha! E se ela morre, como eu fico? E foi por isso que elas pararam...depois que um bebê quase morreu por causa da catapora, aí elas pararam com isso. Já pensou? Mas não vou negar...tudo bem que a gente ficou sem visita, mas eu matava a saudade pelo... [ela silencia, olha o entorno e passa a sussurrar] pelo celular. Dois mil reais custou, tinha até *internet* nele. Entrava no facebook todo dia! [risos]. Ah...eu achei ótima a ideia delas, me ajudou a ficar mais tempo com minha princesa (seis meses passa muito rápido, precisava de mais tempo com ela, porque eu sabia que depois não ficaria com ela de novo tão cedo, apesar de a gente ficar esgotada). Ajudou também a esperar a resposta do juiz com ela junto de mim. Eu ainda tinha esperança de sair junto com ela...ai que sonho lindo! Perfeito, né? Sair em liberdade, não ter o sofrimento da separação para mim e para minha princesa e cuidar eu mesma dela lá fora. Mas Deus é quem sabe qual é a minha missão. Agora, por exemplo, é voltar para o meu trabalho, porque minha mestrinha [chefe] vai me matar pelo tempo que estou aqui.

Interessante observar que a narrativa da *boliviana* apresenta uma clara disputa em

torno do controle do espaço-tempo intramuros. Ou seja, enquanto os funcionários do Centro Hospitalar procuram fazer cumprir o prazo legal de seis meses de amamentação, as presas o desafiam a partir dos instrumentos que lhes estão disponíveis. Naquele momento, o instrumento mais evidente era a varicela: elas administraram o contágio da doença e, assim, prorrogaram sua permanência com os filhos na unidade para além dos seis meses. Através deste, transformaram o tempo médico em instrumento de obliteração do tempo administrativo, produzindo prazos mais longos e flexíveis para o exercício intramuros da maternidade.

Mas isso só foi possível em função de certo controle que *brasileiras*, por intermédio do PCC, mantinham sobre o espaço interno das alas, espaço este cuja gestão é oficialmente de responsabilidade da equipe de segurança da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP/SP). Ou seja, embora as equipes técnica e médica da Santa Casa tivessem investido esforços na demarcação de zonas de isolamento e na sensibilização das presas em torno dos riscos da doença para os bebês, a gestão do espaço interno das alas escapava significativamente de sua alçada e, em função da atuação do PCC, escapava também, porém em menor medida, do controle dos agentes penitenciários. Ancoradas no poder que o *Comando* tinha na unidade para, dentre outras coisas, manter destrancados portões e portas das áreas internas das duas alas femininas⁹³, as mães exploraram o hiato institucional entre o espaço (a ser gerido pela SAP) e o tempo (a ser gerido pela Santa Casa) na gestão do surto.

Uma vez abertos os portões de dentro das alas, ficava a critério de cada *puérpera* atravessar ou respeitar as fronteiras das zonas médicas de isolamento. Aquelas que optaram por atravessar e contaminar seus filhos acabaram por alinhar tempo e espaço, tornando-os uma só dimensão. Mais especificamente, apropriaram-se da administração temporal (de responsabilidade da Santa Casa) por meio do controle (parcial) que o PCC exercia sobre a administração espacial (de responsabilidade da SAP) para garantirem a si mesmas maior autonomia na gestão da maternidade e da unidade. Mobilizaram a contaminação enquanto tática de apropriação da gestão e teceram os fios do travessão tempo-espaço com fluxos de varicela. Por outro lado, feminizaram a contínua disputa do *Comando* em torno do controle espaço-temporal por meios somente possíveis em uma unidade prisional composta por mães e filhos.

Através da contaminação, *mãezinhas* atentaram para algo fundamental que a SAP e a Santa Casa haviam deixado escapar na gestão da unidade, isto é, a potência da articulação do espaço e do tempo nas relações de poder (Harvey, 2007). Na rotina do COC, já estava

⁹³ Para uma reflexão sobre a disputa, conquista e manutenção de espaços prisionais, sugiro ver Biondi (2010), Mallart (2014) e Padovani (2015). Sugiro também o segundo capítulo desta tese.

dado o fato de o controle intramuros estar implicado em práticas temporais e espaciais – não à toa, a SAP reivindicava a gestão do espaço e a Santa Casa, a do tempo. No entanto, o que não havia se tornado um problema, até então, era o modo como essa divisão na administração da unidade poderia se tornar campo de atuação das *mãezinhas*. Ao conectar tempo e espaço, essas mulheres anularam o poder administrativo de ambas instituições. Entraram pelo meio da fenda que demarcava suas respectivas atuações, encapsularam a gestão do tempo e do espaço com a tática da contaminação e, assim, puderam reinar, absolutas, na gestão espaço-temporal da unidade ao longo de quatro meses. Em suma, transformaram fronteiras em fluxos.

Uma das consequências imediatas dessa transformação foi a ampliação do tempo de estadia no Centro Hospitalar e, conseqüentemente, das chances de presas provisórias irem a julgamento durante esse período. Muitas delas, *estrangeiras e brasileiras*, compartilhavam da expectativa de irem a julgamento no período de amamentação e de conseguirem sair da prisão junto com seus bebês, tal qual ocorrido com Lisa. No entanto, isso não se configurava motivo suficiente para submeter seus filhos aos riscos de contágio, mas apenas um de seus efeitos colaterais positivos – para alívio de Gabriela, que já estava pasmada com a possibilidade de mães instrumentalizarem os filhos dessa forma. De acordo com meus dados, a principal motivação para tanto estava diretamente associada à ausência de apoio familiar e/ou institucional de algumas presas, bem como ao medo que estas sentiam frente a uma possível separação definitiva.

E isso explica, ao menos parcialmente, o fato da contaminação ter sido mobilizada apenas por uma parcela das *brasileiras*. Se nos quatro anos e meio de trabalho de campo não conheci nenhum caso de *estrangeira* que tenha perdido definitivamente a guarda do filho abrigado⁹⁴, o mesmo tempo foi suficiente para eu ouvir falar da dor de diversas *brasileiras* que tiveram os filhos adotados à sua revelia, em ocasiões e processos judiciais, por vezes, absolutamente arbitrários⁹⁵. Ou seja, para além do fato de *brasileiras* costumarem adotar táticas e

⁹⁴ Em entrevistas com o juiz e com a psicóloga e chefe da equipe da Vara de Infância e Juventude do Fórum de Santana, ambos disseram nunca ter participado de um processo em que a *estrangeira* presa perdesse a guarda do filho abrigado. Porém, havia, naquela altura, o “caso” de uma *africana* que estava correndo tal risco. Isso porque, ela foi presa pela segunda vez em Belo Horizonte e sua filha já estava abrigada há sete anos em São Paulo. Segundo o juiz e a psicóloga, o que dificultava a destituição da guarda definitiva dessa criança era que a menina já tinha mais idade – portanto, não se enquadrava mais no perfil de crianças adotáveis – e já havia constituído vínculo com a mãe, que há anos realizava visitas à filha.

⁹⁵ A perda da guarda dos filhos é um dos problemas do universo prisional feminino amplamente reconhecido por agentes que nele atuam, o que se reflete na produção de pesquisas e documentos. Natália do Lago, em sua pesquisa de mestrado sobre as elaborações de presas em torno da prática de conexão intra e extramuros, analisa o episódio de Ana, uma das quatro personagens descritas na dissertação, que teve a filha retirada de seus braços 15 dias após o parto para ser entregue, por determinação judicial, a um casal interessado em adotá-la. Detalhe importante ressaltado pela autora: tratava-se de uma menina, recém-nascida e branca, três fatores comumente valorizados entre famílias adotantes brasileiras. Embora Ana tivesse o direito de amamentar a filha por seis meses e tivesse família para assumir a guarda da criança após esse período, sua mãe teve a custódia da neta negada. Segundo

estratégias mais violentas do que *estrangeiras*, algumas daquelas que tinham um perfil mais suscetível à perda da guarda definitiva – isto é, presas sem contato com a família, moradoras de ruas, com baixíssimo grau de instrução e/ou usuárias de crack – viam no prolongamento do prazo de seis meses o recurso necessário para elas buscarem soluções capazes de evitar tal perda ou, na pior das hipóteses, para desfrutarem de uma maternidade com seus dias contados.

Enquanto o aleitamento materno surgia como premissa do tempo administrativo-legal de permanência das mães junto aos filhos, a contaminação aparecia como gestor do tempo prisioneiro para essa mesma permanência. Em outros termos, leite e vírus atualizavam-se, em tensão, como substâncias capazes fazer a maternidade, isto é, de gerir e nutrir (temporariamente) o exercício do cuidado presencial materno dentro da prisão. E, se algumas *mãezinhas* fizeram a *maluquice* de contaminar os filhos, foi por amor, *amor só de mãe*. Foi também porque não tinham ninguém para fazer algo por elas – como sugere a pergunta de Mercedes: “mas se elas não fizessem, quem faria por elas?”. E, porque, se não fizessem, poderiam em breve não ter mais aqueles filhos por quem fazer.

Numa reflexão sobre as moralidades nos aparatos judiciais da infância no Rio de Janeiro, Adriana Vianna (2002) fala sobre a necessidade de se abordar a moral, não como um tipo fechado e específico de ações e representações, mas como uma linguagem em uso que, embora demarcada por um conjunto relativamente estável de pressupostos, sempre se atualiza como objeto de luta. Em suas palavras, “trata-se de contrapor ao desenho relativamente fechado da moral, como um tipo específico de ações e representações, o exercício mais plural de moralidades, como um campo de enunciados sobre intenções, atos e condições nos quais esses atos foram realizados” (Vianna, 2002: 197). E é esse tipo de tratamento que nos impõe o episódio do surto: a transmissão estratégica da doença é moralmente cabível na concepção de amor materno das presas, mas cabível apenas diante de determinadas necessidades de uma parcela das

Lago, “[n]a decisão do juiz negando a guarda da criança à avó, o magistrado questiona a capacidade da mãe de Ana de cuidar da menina utilizando como argumento a noção de que ela não soube criar os próprios filhos, tendo em vista o envolvimento de alguns deles com atividades ilícitas” (Lago, 2014: 57). No Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial ligado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça, por exemplo, este é objeto de preocupação e proposição de ações políticas, especialmente nas circunstâncias em que presas “[...] são tidas como ausentes, ou seja, quando o juiz quando da existência de processo de destituição de poder familiar não realiza pesquisa para saber se o abandono que dá causa ao processo é decorrente da prisão da mãe” (Brasil, 2007: 85). A Pastoral Carcerária, no contexto do projeto Mães do Cárcere, produziu um vídeo em que três mães *brasileiras* narram suas histórias sobre a perda dos filhos de modo absolutamente arbitrário. Este vídeo foi elaborado com vistas a apresentar, em um evento realizado no Tribunal de Justiça de São Paulo, em agosto de 2011, os dilemas de mães presas diante das práticas administrativo-judiciais discricionárias que gerem suas maternidades. Os *links* para acesso encontram-se nas referências do trabalho (Mrppg87, 2011a, 2011b). Para assistir a outros vídeos referentes à maternidade no contexto prisional, sugiro acessar os *links* disponíveis no anexo 7.

brasileiras. E, embora haja certa inquestionabilidade dos valores atribuídos à relação mãe-filho, claramente evidenciada no chavão prisioneiro *amor só de mãe*, essa inquestionabilidade é sempre contextual, estando os sentidos das ações que cabem em seu escopo sempre em disputa e negociação.

Quanto às 13 *estrangeiras* presentes naquele momento no COC, não houve qualquer adesão à contaminação, mas todas encontraram nessa ocasião a possibilidade de prolongar a convivência com seus filhos que, diga-se de passagem, tendem a ser reencontrados apenas no final do cumprimento de pena de prisão ou no retorno materno ao país de origem, para desespero materno. Isso se dá, porque, quando a criança é diretamente submetida ao traslado internacional para ficar sob os cuidados da família biológica, seus responsáveis costumam lidar com a falta de recursos para custear a visita à mãe presa, fator que pode vir acompanhado da falta de interesse familiar e materno em submeter a criança ao contato direto com a prisão. E quando a criança é encaminhada para um abrigo na cidade de São Paulo, nos casos em que a mãe e sua família não dispõem de recurso para realizar o traslado internacional, o reencontro fica na dependência da infraestrutura e da disponibilidade do abrigo para levá-los até a unidade prisional.

Todavia, o prolongamento do tempo de permanência com os filhos nem sempre é apazível. Embora a prorrogação se constitua, por diferentes motivos, como um desejo de quase todas as *mãezinhas*, ela assim se faz como parte da “hipermaternidade” (Braga, Agnotti, 2015), isto é, como parte de um exercício materno intramuros exclusivo, excessivo e exaustivo. Confinadas a uma ala de poucos metros quadrados contendo apenas celas individuais, leitos coletivos com mulheres doentes e uma quadra com bancos de concreto afixados nas paredes de seu entorno, parte das mães com quem tive contato sentia o cansaço do confinamento prisional nos limites da maternidade. De um lado, elas expressavam continuamente a satisfação de se dedicarem de modo integral aos filhos, satisfação esta advinda não apenas da fruição do momento presente, mas também da compensação da ausência e seus vazios e dores que haveriam de vir após a separação (Serras, Pires, 2004). De outro lado, não deixavam de expressar, através de queixas e de marcas de cansaço nos corpos, o fato de estarem trancafiadas num hospital penitenciário dedicando-se exclusivamente a eles – além, é claro, de lamentarem por tê-los que manter, em seus primeiros meses de vida, num lugar considerado por muitas inadequado a qualquer ser humano.

Ladeadas por discursos e atividades (médicas, assistenciais, psicológicas e educacionais) exclusivas à maternidade (Cunha, Granja, 2013), *puérperas* tinham seus dias e noites

voltados tão somente ao cuidado dos filhos: dar banho e tomar banho junto; pôr para dormir e dormir junto; dar de comer, trocar fraldas, inventar brincadeiras com os poucos recursos e amamentar; aprender e ensinar dicas e truques maternos com *parceiras*; cuidar dos filhos umas das outras; frequentar brinquedoteca e consultas psicológicas e médicas sempre conduzidas pelo tema da maternidade; assistir a palestras relacionadas à maternidade e desenvolver práticas pedagógicas para ensinarem os filhos a reconhecê-las somente pela voz ou fotografia (para quando estiverem separados pelos muros da prisão); e levá-los aos atendimentos médicos na própria unidade eram algumas das atividades que compunham suas vidas. Durante o surto de varicela, essa dedicação se intensificou ainda mais, pois diante do cancelamento das visitas aos finais de semana, do reduzido trânsito de profissionais nas alas e da suspensão de atividades assistenciais, religiosas e de algumas médicas e pedagógicas não havia mais o que fazer além de se dedicarem aos filhos.

Comentei com Gabriela de, certa vez, ouvir Elsa, uma *moçambicana* sobre quem falarei adiante, desabafar sobre o desejo do retorno imediato à PFC. Acariciando a cabeça do filho enquanto o ninava em seus braços, ela falou, com lágrimas nos olhos e um certo tom de culpa, sobre o seu cansaço de viver somente para cuidar do menino. Sem recursos (financeiros e institucionais) para manter uma vida intramuros suportável, Elsa era a prova de que no Brasil nem sempre mães encontram na prisão o refúgio para a pobreza e as pressões acerca da sobrevivência cotidiana, como argumenta estudos internacionais (Verea, 2007; Granja, Cunha, 2013). Elsa sonhava com a possibilidade de voltar a trabalhar, estudar, participar do grupo de teatro e (con)viver com suas *parceiras* na PFC, sonho que lhe era ainda distante diante da necessidade de prorrogar o máximo possível o encaminhamento do filho para um abrigo. Numa condição econômica absolutamente desfavorável, ela não via outra alternativa que não a de atender aos interesses maternos em detrimento de seu bem-estar e de seus desejos individuais para não aumentar ainda mais o risco de perda da guarda definitiva de seu filho. Em suas palavras,

Eu não devia falar isso, eu não devia, mas me sinto muito cansada. Cansada de cuidar dele. Vivo pra cuidar dele. Eu gosto, não estou a reclamar, porque ele é meu filho, mas só faço isso. E depois, dependo da ajuda das outras mãezinhas. Meu dinheiro acabou, não posso comprar nada pra mim nem pro meu filho. É que elas são legais e me ajudam muito. Mas ficar a depender de... “ah essa roupinha não cabe mais no meu filho, você quer?”, “ah estou a ir embora, fica com meu champô [sic]” é muito difícil. Não devia falar isso, mas quero voltar para PFC. Está insuportável. Quero trabalhar, ter meu dinheiro, ver minhas parceiras. Quero estudar, sinto saudades do teatro. Até sonhei com isso, que eu estava lá de novo. Mas preciso ser forte, preciso aguentar. Ele não pode ir logo pro abrigo e preciso aproveitar o tempo que tenho com ele.

Não restam dúvidas de que a hipermaternidade seja capaz de produzir, a um só

tempo, efeitos disciplinadores, produtivos e constitutivos (Foucault, 2007c; Mahmood, 2006): (con)forma o aprisionamento dessas mulheres e a elas próprias; legitima e conduz uma série de dispositivos de controle, vigilância e cuidado, ao mesmo tempo em que traça suas linhas de fuga. Subordina presas a um determinado exercício materno – moralmente delimitado pelas práticas, regras, temporalidades e espacialidades prisionais – ao mesmo tempo em que inspira e suscita a imprevisível criação de novos espaços-tempos e de possibilidades de agência inéditas. Nesse sentido, é como se as presas só conseguissem escapar da hipermaternidade intramuros pela própria hipermaternidade, só conseguissem extrapolar essa relação por meio de seus próprios meandros – ora acionando-a discursivamente diante da juíza para sair em *liberdade*, ora contaminando seus filhos para evitar a ruptura (temporária ou definitiva) do vínculo, ora mobilizando-a para garantir *privilégios* além e aquém da própria relação com o filho.

Mobilizar a hipermaternidade para garantir *privilégios* foi o que Mercedes fez quando articulou seus interesses maternos com os materiais e afetivo-sexuais. Voltando à sua história, contei a Gabriela que a *boliviana* havia extrapolado o prazo de seis meses e, ainda, continuado a receber *jumbo* e visita (íntima) do *namorado* através da mobilização estratégica do capital social e político da figura da “vítima” (Sarti, 2011). A situação ocorreu da seguinte maneira: ao final do surto de varicela, Mercedes permaneceu por mais cinco meses com sua filha no COC, somando, ao total, quase dez meses para o período de amamentação. Nesses cinco meses pós-surto, ela passou a encontrar semanalmente seu *namorado*, que entrou no *hall de visitas*, nem como marido, nem como namorado, mas como amigo. A ideia de inseri-lo nesta categoria fez parte da estratégia de Mercedes se manter com a filha por mais tempo na unidade sem, no entanto, se privar das visitas íntimas e do *jumbo* levado semanalmente pelo *nigeriano*.

A estratégia funcionou deste modo: assim que a equipe técnica do hospital penitenciário, composta por assistentes sociais, psicólogas e uma advogada, iniciou o processo referente ao paradeiro de sua filha, Mercedes indicou o pai da menina como o seu futuro responsável. Contou que ele estava passando uma temporada na Nigéria e logo retornaria, quando na verdade, ele a visitava todas as semanas como se fosse um amigo. O dia do retorno nunca chegou e, quando chamada pela equipe técnica do hospital penitenciário para dar uma explicação da situação, Mercedes dramatizava, quase sempre com a filha no colo:

Até chorar, eu chorei. E não foi só uma vez, não. Eu agarrava a minha filha e dizia: ‘aquele homem está me enrolando, senhora. Não sei porque ele está fazendo isso comigo. Não me punam por isso, por favor. Minha mãe está longe, é pobre, analfabeta. As senhoras sabem que é muito difícil falar com ela. Tenham paciência, eu vou resolver, eu vou encontrar o pai da minha princesinha’. E elas tiveram paciência [risos]. Na verdade, não foi bem paciência, foi porque elas tinham coisa mais séria para resolver

com as mãezinhas que estavam aqui há muito mais tempo que eu. E meu namorado não apareceu lá até hoje [risos]. Mas a visita dele não era de amigo, não. Era visita íntima! Aproveitei! Cada mãezinha tem uma cela individual para ela e seu filhinho. E, graças ao PCC (santo PCC!), as grades do corredor e as portas das celas ficam destrancadas o dia todo. Daí a gente entrava na minha cela, fechava a tranca sem cadeado e pronto!

Gabriela não conteve a gargalhada ao saber que essa cena também havia sido dramatizada diante de nós algumas vezes. Contei-lhe que, no dia em que Mercedes me revelou sua estratégia, ouvi toda sua narrativa com entusiasmo e, somente ao final, lembrei a *boliviana* de ela ter feito o mesmo para mim numa visita da Pastoral Carcerária. “E Mercedes?”, perguntou Gabriela com os olhos marejados de tanto rir. Mercedes se constrangeu por uns segundos, mas logo se recompôs. E com as bochechas ainda levemente avermelhadas, explicou-me que naquela altura não tinha muita intimidade comigo e sabia que sua versão poderia ter maior eficácia se fosse igualmente contada para todos os atores capazes de intervir no “caso”. Além disso, alegou que seu choro, apesar de não ser intrínseco ao conteúdo de sua narrativa, era verdadeiro. Com a voz embargada pela emoção, Mercedes afirmou que bastava ela pensar na situação de permanecer na prisão e se separar da filha, como já havia testemunhado com outras presas, que o aperto no peito surgia e as lágrimas escorriam.

Expliquei a Gabriela que o argumento de Mercedes fazia todo sentido naquele contexto. Isso, porque, de acordo com os relatos que ouvi de *estrangeiras e brasileiras* que deram à luz na prisão, este é, em geral, um dos piores momentos, quando não o pior, do cumprimento de pena. Afinal, como referiram Serras e Pires (2004), as relações de grande dependência tornam o momento da separação bastante dramático. Na verdade, mais do que dependência, as *puérperas* associam a dureza da ruptura, dentre outras coisas, ao fato de terem vivido nove meses com os filhos *dentro de si* e cerca de seis meses *coladas com eles*⁹⁶ durante a amamentação. Ao término desse período, de um dia para outro, elas se vêem sozinhas e diante do dilema de conviver com as dores da ruptura tanto com o filho quanto com toda a rotina vivida desde seu nascimento. Dores que, na ausência da criança e de qualquer política de transição para este novo momento de cumprimento de pena, são vividas como uma espécie de amputação corporal e subjetiva – amputação esta que só se torna suportável, na maior parte das vezes, com ansiolíticos, antidepressivos e o *apoio* das *parceiras* e demais agentes intra e extramuros.

Elas emagrecem, adoecem, deprimem e perdem o rumo. Sentem-se esmagadas por

⁹⁶ *Dentro de si e coladas com eles*: termos que apontam para dois critérios distintos – o “biológico” e o “social” (Strathern, 1992; Fonseca, 2002), respectivamente – que são altamente valorizados na constituição do vínculo materno. Juntos, eles não apenas produzem a sua inquestionabilidade, mas também legitima todas as “loucuras” maternas (Brito, 2007) causadas pelas dores da separação.

sentimentos como culpa, impotência, perda, saudade e solidão. Lidam com o medo de perderem a guarda, o amor e o reconhecimento do filho. Lidam com a dolorosa contradição de serem mães, mas não poderem exercer seu papel presencial, tal qual esperado e idealizado. Lidam também com a ansiedade de saber que enfrentarão uma série de conflitos e obstáculos nos anos seguintes para manterem os vínculos maternos. Por fim, lidam com o desafio de construir meios e sentidos para que aquela convivência cotidiana até então compartilhada no Centro Hospitalar e, por vezes, também na PFC não seja o único meio de manutenção da relação materna.

Nesse contexto, não é raro a entrega do filho ao oficial de justiça, que costuma aparecer nas alas femininas sem aviso prévio, ser realizada em meio a cenas bastante dramáticas. Prantos, gritos, desmaios; abraços apertados e demorados com o bebê; consolos de outras *mãezinhas*; tentativas de recusa da entrega da criança por parte da mãe e tentativas de convencimento e consolo por parte de funcionárias(os) são algumas das práticas cotidianas que compõem o momento de amputação – e que, respondendo à pergunta de Gabriela, nunca foram presenciadas por mim. Separação que nem sempre chega a ser efetivada na primeira ida do oficial de justiça à unidade, quando *puérperas* se recusam a largar o filho e funcionários, a *arrancá-lo* à força dos braços delas.

Isso explica porque o choro de Mercedes não pode ser considerado meramente mentiroso. Se lembrarmos da reflexão de Marcel Mauss (1999a [1921]) sobre as expressões obrigatórias dos sentimentos, encontraremos uma possível chave analítica para compreender o drama da *boliviana* como, a um só tempo, estratégia política e expressão da dor (individual e coletiva). Embora suas lágrimas não tivessem caído em simultaneidade com as das demais presas, tal como nos casos empíricos analisados por Mauss, elas não deixaram de ser “expressão coletiva de valor moral e de força obrigatória” dos sentimentos maternos no contexto prisional. O choro, o grito e o desespero de Mercedes, assim como os de Lisa e de outras *puérperas*, eram “[...] mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, [eram] um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros” (Mauss, 1999a [1921]: 153).

Nesses termos, o choro e a narrativa de Mercedes não excluía as causas e motivações coletivas, mas, ao contrário, atualizavam-se como uma de suas expressões. Tampouco separavam suas dores pessoais (físicas e emocionais) de determinadas estratégias de persuasão e convencimento. Na verdade, sua performance era fruto dessa conjugação. Surgia como manifestação coletiva e individual; “orgânica”, para usar o termo de Mauss (1999b [1923]), afetiva

e tática⁹⁷: articulava a lembrança de um conjunto de experiências já vividas por outras presas e funcionárias, de um lado, com a expectativa de uma experiência pessoal ainda por vir, de outro, atualizando, a um só tempo, as suas dores e as de outras *mãezinhas* em meio a seus interesses individuais. Dores passadas e futuras que, nos momentos de dramatização da *boliviana*, colocavam em suspensão e suspeição não apenas as fronteiras individuais e temporais, mas também aquelas instituídas entre a razão e a emoção (Bailey, 1983), o social e o biológico, o falso e o verdadeiro, o político e o afetivo.

Dores que, quando estrategicamente performadas, também criavam margem de agência para as presas no idioma de suas fragilidades. Em outras palavras, se a figura da “vítima” constitui uma forma socialmente inteligível de expressar o sofrimento associado à violência, tal como argumenta Cynthia Sarti (2011), nada mais profícuo do que acioná-la estrategicamente frente às forças devastadoras do Estado. Retomando a fala de Mercedes, comentei com Gabriela que, ao contrário do que ela dizia a funcionários da unidade e a nós do ITTC, deixar sua filha com o *nigeriano* nunca foi uma opção plausível e já estava certo, desde antes do nascimento, que sua mãe viria buscar a menina na prisão, o que aconteceu somente um ano após o parto. Mas Mercedes bem sabia das diferenças que marcavam a gestão da rotina intramuros na PFC e no COC. Sabia que, ao entregar sua *princesa* aos cuidados avoengos, retornaria àquela unidade sem a possibilidade de manter os contatos presenciais materno e conjugal – a filha estaria distante de São Paulo e o *namorado*, distante das exigências administrativas da Penitenciária Feminina da Capital⁹⁸. Ciente desse quadro, ela explorou então as possibilidades de ampliação do seu tempo de permanência no COC tendo em vista a manutenção de uma interação familiar rara entre as mulheres e, mais ainda, entre as não nacionais.

A partir de sua condição familiar e de presa *estrangeira*, Mercedes manipulou o cotidiano prisional e sua morosidade administrativa com base em noções associadas a gênero, classe e origem não nacional. Atualizou a disseminada ideia de que a maternidade “no caso da

⁹⁷ Em “Alocação à Sociedade de Psicologia”, Mauss argumenta que expressões como o riso, o choro, a lágrima e, em certos rituais, o grito não são apenas expressões de sentimentos, mas “[...] também, ao mesmo tempo, rigorosamente ao mesmo tempo, signos e símbolos coletivos; e, enfim, de outro lado, são manifestações e distensões orgânicas tanto quanto sentimentos e ideias” (Mauss, 1999b [1923]: 334).

⁹⁸ Tais exigências são abordadas por Natália Padovani (2015) ao tratar dos esforços empreendidos por uma *espanhola* que estava em semiliberdade e que desejava realizar visitas a seu marido, em cumprimento de pena em regime fechado. A partir do esforço empreendido pelo casal e por outros agentes, dentre eles a própria autora, Natália ilustra os impasses enfrentados por casais *estrangeiros* para obter a autorização judicial necessária para tanto. Mostra que um conjunto de documentos necessitam ser produzidos pelo casal, seus familiares na Espanha e pela própria antropóloga para comprovar, legibilizar e legitimar a relação em instâncias estatais enquanto uma relação pregressa, descolada da prisão e, portanto, digna do reconhecimento de direitos. Só assim a visita de Marta pôde vir a se tornar possível.

estrangeira é o pior dos mundos”⁹⁹, através da articulação das supostas (porque recorrentes em unidades femininas) situações de abandono conjugal¹⁰⁰, ausência familiar no Brasil e pobreza dos familiares distantes. Para ser mais precisa, Mercedes promoveu não apenas a extensão da permanência no COC junto à filha, mas também os momentos presenciais do *namorido* por meio da exaltação do amor materno, de sua condição de não nacional, da suposta pobreza familiar e, o mais curioso, porque a mim inédito, da invisibilização do *nigeriano*.

“Tá, mas e quando, de fato, uma *estrangeira* sofre com essas coisas – abandono conjugal, ausência familiar no Brasil e pobreza dos familiares distantes? O que acontece quando o filho é abrigado? Elas criam outras estratégias ou...?” – perguntou Gabriela, sendo interrompida pelo chamado de Luísa, coordenadora do ITTC. Entendi que sua curiosidade girava em torno do modo como *estrangeiras* participam, de dentro da prisão, da gestão de sua maternidade e seu aprisionamento, quando os filhos são levados para o abrigo. Logo me lembrei do “caso” de Elsa. Não faltariam oportunidades para conversarmos sobre este e tantos outros “casos”.

⁹⁹ Essa ideia é recorrente e foi muito bem explicitada no trecho da narrativa de uma juíza federal sobre as diferenças que marcam a maternidade entre *brasileiras* e *estrangeiras*, retirado do livro “As vozes que Ninguém Quer Ouvir” (Navarrete, 2015: 47): “A questão da maternidade no caso das *estrangeiras* é realmente pior. Uma brasileira grávida pode ter a sorte de possuir uma mãe, uma sogra ou uma amiga que fique com a guarda da criança. Pelo o que eu estudei, normalmente o pai também está preso e, por essa razão, a mulher vai para o crime. Não estou colocando a culpa no marido, mas é um fato que o homem é quem a leva para esse caminho, em muitos casos. Ele acaba inserindo esse mundo criminoso na casa e ela acaba participando. Se ele vai preso, ela acaba sendo a provedora do lar e vai manter as despesas da única forma que ela aprendeu como se faz, que é continuar com os contatos do marido, da mesma maneira que ele fazia. Essas mulheres estão em uma situação de vulnerabilidade. No caso da estrangeira é o pior dos mundos, porque ela não tem ninguém que fique com a criança. Ou ela consegue alguém que tenha dinheiro para comprar a passagem e vir buscar o bebê para levá-lo para sua família cuidar até que ela saia, ou a criança vai para um abrigo”.

¹⁰⁰ Um breve comentário sobre a questão do “abandono” conjugal. É muito recorrente encontrar, tanto em pesquisas quanto em campo, a constatação de que as esposas costumam manter o casamento e a vida familiar doméstica quando seus maridos vão presos (Barbosa, 2005; Comfort, 2007a; Lima, 2013), mas não raro são “abandonadas” pelos familiares (Lemgruber, 1983; Paz, 2009), especialmente por seus cônjuges (Dodge, Pogrebin, 2001; Farrell, 1997; Moki, 2005; Prado, 2003) quando são elas que vão presas. Outras pesquisas evidenciam que situações de ruptura de laços familiares tanto de um lado quanto de outro já eram presentes nas vidas dessas mulheres muito antes da prisão (Negretti, 2014), tendo na ocasião de aprisionamento apenas a sua cristalização (Lago, 2014). No caso das *estrangeiras*, a situação parece ser relativamente diferente. Embora haja casos de ruptura conjugal, observei o cotidiano (tenso e frágil) de inúmeros casamentos manterem-se por meio de cartas, *e-mails*, telefonemas, fotografias e mercadorias, encontrando, inclusive, casais que reataram a relação durante o cumprimento de pena de prisão. Nesses casos, a distância prisional transnacional talvez possa vir a se constituir como um fértil meio de manutenção da relação conjugal, tão logo flexibiliza as expectativas relativas à provisão de apoio e cuidado presencial do marido durante o cumprimento de pena, criando, pois, maiores margens de negociação e afrouxamento das obrigações conjugais. Nesse registro, o abandono, acionado pelas *estrangeiras* discursivamente dentro da prisão, pode surgir muito mais como um recurso estratégico no jogo político intramuros e menos uma situação que de fato as afeta durante o cumprimento de pena.

3.3. A hipomaternidade como punição

Elsa é uma *moçambicana* (negra), de 23 anos, que se tornou mãe de primeira viagem em meados de 2009, quando cumpria seus primeiros meses de prisão provisória na PFC. Apesar de não ter amamentado Bento por ser soropositiva, ficou responsável por seu cuidado durante os seis meses no Centro de Atendimento Hospitalar à Saúde da Mulher Presa (CAHSM), unidade localizada na Rodovia Raposo Tavares¹⁰¹ que mantinha o extinto *berçário*, ala onde puérperas podiam permanecer junto aos filhos no período de amamentação. Findo o prazo, ela foi encaminhada de volta para a PFC e Bento para um abrigo em Alto de Pinheiros, distrito de alto padrão da capital paulista. Segundo seu relato, o momento de separação do filho foi, sem dúvida, o pior vivido durante o aprisionamento. Ao avistar uma das assistentes sociais da unidade acompanhada do oficial de justiça, que levaria seu filho embora do CAHSM, ela perdeu suas forças. Foi preciso, então, contar com o conforto das outras *mãezinhas* para realizarem a retirada do menino de seus braços:

Fiquei parada, em estado de choque, com meu filho no colo. Não conseguia nem andar, nem falar, nem gritar. Nada! Eu só chorava. Quem me ajudou foram as outras mãezinhas. Não me lembro quantas. Elas que me ajudaram, foram elas sim. Se juntaram em volta de mim, a me abraçar, a abraçar meu filho. Tinha umas que só choravam. Outras rezavam e pediam proteção pro meu filho. Lembro de duas a me consolar. Tudo ao mesmo tempo. Foi confuso, não me lembro bem. Só lembro que teve um momento que eu disse que eu não tinha força pra entregar Bento, eu chorava muito, e uma delas conversou comigo e perguntou se eu queria que ela [o] entregasse. Eu não me lembro o que respondi, mas devo ter dito que sim, porque ela foi e pegou ele. Eu deixei ela tirar ele de mim. Não sei como eu deixei, eu estava mesmo em choque.

Embora Elsa estivesse cansada de cuidar exclusivamente do filho, como expressou na sua fala anteriormente citada, a dor da separação e o temor em torno do cuidado e da guarda do menino corporificaram-se em sua pessoa nos meses seguintes. A experiência do sofrimento “se fez corpo” (Sarti, 2014: 11): suas curvas desapareceram dentro do uniforme branco e amarelo;

¹⁰¹ Inaugurado em 2001, o CAHSM atuou principalmente como berçário e, até certo momento, como unidade de atendimento médico básico para um pequeno número de presas. Em cerca de oito anos de funcionamento, nunca chegou a realizar cirurgias, tratamentos ginecológicos ou relativos a doenças contagiosas, como planejado inicialmente. Não sei precisar até quando pacientes presas foram encaminhadas para lá. Em 2009, quando realizei os dois atendimentos junto ao ITTC nessa unidade, havia lá apenas presas *puérperas* com seus bebês. Mas é certo que até o segundo semestre de 2004, havia doentes aprisionadas na unidade, período no qual Howard (2006) encontrou somente nove pacientes internadas em condições de assistência médica descritas por ela como bastante precárias. A autora mostra que, de acordo com os relatos de presas, apesar de serem bem tratadas pelos funcionários, não havia médicos ou profissionais especializados em período integral, apenas duas auxiliares de enfermagem responsáveis por alimentar e dar banho nas presas acamadas, distribuir medicamentos e atender mães e bebês no berçário. A única enfermeira do Centro atuava na área administrativa e, por isso, não tinha tempo para cuidar das pacientes. Além disso, na unidade não havia uma ambulância sequer. Faltavam equipamento médico básico, aparelho de radiografia e laboratório para coleta e análise de exames, como o de sangue. Para mais detalhes das condições precárias do CAHSM, ver Howard (2006).

sua vaidade e distinção foram guardadas com seus adornos; seus olhos negros e brilhantes foram ofuscados pela tristeza; e sua vivacidade, sedada com ansiolíticos.

Na verdade, a ruptura com Bento foi o ápice de um processo gradativo e sofrido que começou assim que ela foi presa. Angustuada com o destino do filho, a *moçambicana*, ainda grávida, dava seus jeitos de aparecer nos *atendimentos* do ITTC para buscar conforto e ajuda, independentemente se estava na nossa lista de *atendimento* ou se tinha o *papelzinho* de trânsito para chegar até nós na sala de aula da escola. Ao longo dos sete meses de gravidez na PFC, não podia ver um membro da equipe do Instituto ou da Pastoral, que lançava suas perguntas: “como são os abrigos; para que abrigo ele vai; meu filho será bem tratado; o juiz pode colocar meu filho para adoção; e se sumirem com ele; por que alguém do ITTC ou da Pastoral não fica com ele até minha *liberdade*; por que o juiz não me dá uma pena alternativa pra eu poder ficar com meu filho; vocês não podem conversar com ele pra falar sobre nossa situação?” e assim por diante.

Para piorar, ao final de sua gestação, Elsa enfrentou problemas de saúde ao tentar cumprir os jejuns do Ramadan sem a possibilidade de ingerir os alimentos que compõem a dieta do ritual. Isso ocorreu, porque a entrada e o consumo desses alimentos não eram, naquela altura¹⁰², permitidos pela direção da Penitenciária Feminina da Capital. Por outro lado, Elsa mal conseguia sentir o cheiro do *bandeco*, fornecido no almoço e no jantar, pois além de serem refeições compostas de alimentos estranhos à sua dieta cotidiana, assim como à da massiva maioria das *estrangeiras*, era considerado por ela e outras presas muito gorduroso. Grávida e enjoada, mal podia lembrar da gordura que já sentia ânsia de vômito. No entanto, sem os nutrientes para levar sua gravidez de forma saudável e sem alternativas concretas para a manutenção da relação com o filho, vimos-a enfrentar um início de pneumonia no inverno dos pavilhões úmidos e frios da PFC – diagnóstico alarmante diante do fato de ela estar grávida e ser soropositiva, mas que felizmente foi controlado a contento.

Após o nascimento de Bento, tive a oportunidade de conversar com Elsa nas duas vezes em que estive no extinto *berçário*. Com o menino sempre agarrado aos seus seios, ela

¹⁰² Diante de uma série de problemas enfrentados pelas muçulmanas no cumprimento de suas práticas religiosas, algumas ações institucionais foram realizadas no intuito de saná-los: o ITTC passou a sistematizar e levar as queixas das muçulmanas não apenas para a direção da unidade, mas também para entidades dessa religião e do estado de São Paulo; a Defensoria Pública da União publicou uma cartilha, com o apoio do ITTC e da Universidade Árabe Naif de Ciências de Segurança (UANCS), com o objetivo de “conscientizar os funcionários da área administrativa e de segurança em penitenciárias quanto aos direitos e deveres religiosos dos presos muçulmanos” (Brasil, [2011?]: 3). E, por intermédio do ITTC, autoridades religiosas passaram a realizar visitas semanais, de cunho religioso e social, às muçulmanas presas na PFC. Tais ações acabaram por minimizar os problemas por elas enfrentados, dentre eles, o uso do véu (apenas) nos momentos de oração e a entrada e o consumo de alimentos da dieta do Ramadan na PFC. Para a leitura da cartilha produzida pela DPU, consultar Brasil, [2011?].

se mostrava preocupada e inquieta, além de cansada. Dizia repetidamente não querer perdê-lo só porque estava presa. Argumentava que a maternidade não poderia ser usada para puni-la pelo crime que cometeu, uma vez que a prisão já era a sua punição – argumento recorrente entre *puérperas* que não dispõem de pessoas para assumir os cuidados do bebê e temem ver seus filhos enredados na trama da adoção, sobre a qual elas têm pouco ou nenhum poder de intervenção direta. Apesar de naquela altura ainda não entender bem os trâmites administrativo-judiciais, a *moçambicana* sabia que o encaminhamento do filho para um abrigo abria possibilidades de sua adoção no Brasil.

Essa ideia de punição via maternidade, expressa por Elsa, revela a dimensão vigilante e punitiva da justiça da infância quando o assunto é a guarda dos filhos de mães presas. Via de regra, essa justiça é marcada pelo caráter não apenas fiscalizador/punitivo, mas também assistencial, como aponta Adriana Vianna (2002) em sua tese de doutorado sobre as formas de gestão da *menoridade* em processos de guarda e de adoção. Segundo a autora, o Juizado, termo que adotou para contemplar a transição do antigo Juizado de Menores para a atual Justiça da Infância e Juventude, pode ser entendido como

[...] um aparato administrativo que “vai” até às pessoas, mas que também as “recebe”, na condição ao mesmo tempo de quem fiscaliza – e pune, em determinadas circunstâncias – diferentes atos, mas também de quem presta serviços. Os processos de guarda e adoção, especialmente, mantêm esse duplo caráter na medida em que são normalmente processos movidos a partir da iniciativa de indivíduos que buscam a administração para dela obter o reconhecimento legal de uma dada relação (Vianna, 2002: 10).

No caso das presas, é possível afirmar que os processos de guarda mantêm um caráter único. Eles são abertos pelo próprio aparato administrativo, que “vai” até as *estrangeiras* sempre na condição fiscalizadora e punitiva. Mesmo quando não concretizada, a punição é latente na potencial perda da guarda definitiva do filho, especialmente para aquelas presas que não têm pessoas para assumir a guarda da criança. A fiscalização e a punição começam a ser delineadas ainda no período de amamentação, quando assistentes sociais da unidade prisional “vão” até a *puérpera* para confirmar se ela dispõe de algum parente para vir ao Brasil buscar a criança. Quando há, o procedimento é mais simples, dado que não requer a participação direta da justiça. No caso do Centro Hospitalar, a equipe técnica da Santa Casa efetua o procedimento de entrega da criança ao familiar responsável e encaminha a documentação referente ao “caso” para a Vara de Infância e Juventude. Mas quando não há, a *puérpera* se vê enredada numa trama judicial sobre a qual ela tem pouquíssimo poder de intervenção.

Foi o que aconteceu com Elsa. Ao confirmar a falta de recursos (familiares e pessoais) para arcar com a viagem internacional de um familiar para vir buscar Bento em São Paulo,

a equipe técnica do extinto *bercário* realizou o procedimento padrão: *representou* o “caso” na Vara de Infância e Juventude do Fórum de Santana, isto é, informou a esse órgão, através de um ofício, sobre a existência de Bento e sua condição de filho de *estrangeira* presa e destituído de parente para assumir sua guarda. Isso feito, o Ministério Público, na figura do promotor de justiça, apresentou uma petição inicial relatando a situação (*de risco*) do menino e pedindo a aplicação de medida de proteção, qual seja, o abrigamento institucional. Segundo Debora de Vito, defensora pública de Elsa, e Rodolfo Valente, advogado da Pastoral Carcerária Nacional e, em 2012, coordenador do Projeto Mães do Cárcere¹⁰³, é neste momento que o risco de perda do poder familiar entre mães presas costuma ser judicialmente instaurado. Cada qual ao seu modo falou sobre o assunto:

Abrigo e processo de destituição familiar são duas questões que rimam. A pessoa [filho da presa] está há um tempo no abrigo, não foi ninguém buscar, não tem família, o caminho natural é a destituição do poder familiar [...] Abrigo, sem ter gente buscando, sem ter família que busque, o caminho natural é o processo de destituição [...]

Quando a criança é abrigada, o Conselho Tutelar representa ao Juiz e o Juiz começa um Procedimento verificatório, que é um procedimento absurdamente ilegal. Absurdo! Ilegal! Absurdamente ilegal, um processo administrativo que não tem direito de Defesa. É como se fosse um Inquérito Policial na Infância e na Juventude. Não faz sentido nenhum aquilo. Nesse Procedimento verificatório eles vão verificar a condição da criança, o que acontece...

Deixa só eu entender, é ilegal por quê?

Porque não tem previsão legal.

E de onde eles [os juízes] tiram isso?

Da cartola deles, por uma prática que vem de muito tempo e que não mudou com o ECA. É assim que eles tiram. É assim: nesse procedimento verificatório, praticamente, já se decide se a pessoa vai ser Destituída do Poder Familiar. Porque tudo se compõe ali... vira processo, mas só pra chancelar, né. Essa tem sido a prática do processo de Destituição do Poder Familiar. Em tese, o Processo de Destituição Familiar deveria ter uma Defesa de início e uma Defesa de Final com a oitiva da mãe ou do pai. Na prática, não tem essa oitiva [entrevista concedida na sede da Pastoral Carcerária em março de 2012].

Então, até a entrada em vigor da Lei [n. 12.010] em 2009, toda a aplicação de Medidas de Proteção se dava em um procedimento sem direito de defesa. Você já deve ter ouvido falar que é o procedimento verificatório. Então, dentro desse processo, que chama procedimento verificatório, não existia a participação da Defensoria, ou existia a participação da Defensoria em um ou outro, digo, em 10% de todos os casos. Então, naquele em que a gente não participava, a aplicação das Medidas de Proteção se dava sem Audiência [...] Então, esse procedimento verificatório ele era todo processado e decidido com base em relatórios. Então, era o relatório da assistente social da equipe

¹⁰³ O projeto Mães do Cárcere foi desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP) e a Pastoral Carcerária, com o apoio da Secretaria de Administração Penitenciária, e veio a se tornar posteriormente uma política institucional dessa mesma Defensoria. O objetivo do projeto era mapear e sistematizar as principais demandas sobre maternidade na prisão a serem assumidas tanto pelo Núcleo Especializado da Infância e Juventude quanto pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária, ambos da DPE/SP, assegurando assim a essas demandas seus devidos encaminhamentos. Uma das ações que gerou resultado positivo às grávidas e *puérperas* (*brasileiras* e *estrangeiras*), citada em entrevista pelo coordenador do projeto, o advogado da Pastoral Rodolfo Valente, foi a garantia de prisão domiciliar para presas provisórias a partir do acionamento do artigo 318 da recém-promulgada Lei nº 12.403, de 04 de maio de 2011.

técnica, era o relatório da assistente social do sistema prisional, era assim que era feito. Eu diria que 90% sem nenhuma participação de Defesa. Era um diálogo exclusivamente entre o Ministério Público e o Poder Judiciário. Eles dialogavam entre eles [...] Então, como é que a Defensoria entrou nesses 10% de Procedimento Verificatório que a gente participa? Porque a pessoa interessada tem um clique, entende no meio dessa confusão jurídica que existe um procedimento que ela tá sendo ali, de alguma maneira, prejudicada, e ela vem aqui [...] E isso até 2009. Quando entrou em vigor a Lei de Adoção [n. 12.010], a gente achou que a gente iria participar indiscriminadamente de todos os processos. E isso foi uma ilusão! [ênfase] Os procedimentos verificatórios, assim, é... eu me penitencio desde já se eu estiver equivocada, porque pode ser que eles ainda estejam pra vir. Eu sempre fico na expectativa: “*eu tenho certeza que tem uma pilha no cartório, escrita: Defensoria Pública. E que esses processos virão pra mim. Eu tenho certeza!*” Eu fico nesta expectativa. Mas, assim, o que eu tenho visto durante dois anos de vigência da lei é que não mudou nada, nada! Não mudou nada! [ênfase] Pra eu participar de algum procedimento, alguém tem que vir aqui e eu chamo o processo. Ninguém me chamou de graça. Por enquanto, não! [...] No caso das presas é o que eu estava falando pra você no início: a gente só recebe o processo já naquela segunda fase do Processo de Destituição. Quando, em regra, não há muito o que fazer. Então, que que seria o ideal? O ideal seria a Defensoria participar já desde o início do processo que, antes, chamava Procedimento Verificatório e, agora, chama Ação de Acolhimento. Muito mais em razão de ser uma ação judicial. Se é uma ação, um processo judicial formal, a defesa tem que participar! [entrevista concedida na sede do Núcleo de Infância e Juventude da DPE/SP em março de 2012].

As duas falas citadas retratam uma tensão existente entre o que Geertz (1983) denominou de “linguagem da imaginação” constitutiva do texto legal e “linguagem da decisão” efetivada nos expedientes administrativos. Tanto o advogado da Pastoral quanto a defensora pública retratam, em um tom de crítica, o não cumprimento de procedimentos legais. E, ao fazê-lo, colocam-nos diante de uma experiência jurídica além e aquém da gestão ideal da lei. Construídas a partir de relações assimétricas de poder, tais experiências se desdobram não apenas de ações concretas disparadas pela lei, mas também daquelas decorrentes de seu não disparo. Isso, porque na tensão entre a representação exemplar das regras formalizadas na letra da lei e a construção concreta de soluções administrativas, observamos diferentes formas de gestão da maternidade e do aprisionamento serem postas em prática pelos agentes sociais em jogo (cf. Fonseca, 2011).

Como tenho tentado mostrar, esses agentes não se restringem somente àqueles comumente entendidos como parte do Estado, mas envolvem também parentes, organizações não-governamentais, projetos de ação localmente definidos¹⁰⁴ e até fontes financiadoras internacionais (Vianna, 2013). A importância do acompanhamento processual por parte das presas no desenrolar de suas penas e a completa precariedade dos meios que viabilizam tal acompanhamento de dentro da prisão tornam esses agentes centrais na circulação de documentos e informações. Na literatura prisional paulista, por exemplo, há um amplo reconhecimento da importância dos

¹⁰⁴ Para um exemplo de projeto de ação localmente definido, sugiro ver: ITTC, 2012.

familiares no andamento dos processos judiciais das pessoas encarceradas, dada a sua maior mobilidade no exterior da prisão (Lima, 2013; Lago, 2014; Padovani, 2015). Rafael Godoi (2015) é categórico quanto a esse reconhecimento:

Como as movimentações processuais se desenvolvem, em grande medida, nos circuitos do sistema de justiça, e os presos se encontram segregados no espaço penitenciário, a capacidade de incidirem diretamente no fluxo processual é bastante limitada. Por isso, a ativação de relações com agentes que transitam fora da prisão consome a maior parte de seus esforços de mobilização. Os familiares são os mais demandados. Agentes pastorais experientes costumam dizer: “o melhor advogado do preso é a família (Godoi, 2015: 110).

Indo na mesma direção quando o assunto são as *puérperas* presas, Ana Gabriela Braga e Bruna Agnotti destacam o papel mediador da família, especialmente junto à Defensoria. Segundo elas, “[...] muitos dos problemas e dificuldades das presas não chegam ao conhecimento da Defensoria por vias institucionais, mas por familiares, que telefonam ou comparecem à Defensoria em busca de informações sobre os processos, tanto de conhecimento quanto de execução” (Braga, Agnotti, 2015: 73). Na verdade, se entendermos que o vazio deixado pelo Estado é o modo pelo qual ele se faz presente e investe sobre a população carcerária, e que é esse modo que incita e promove a mobilização dos familiares (Godoi, 2015), é possível pensar nestes como uma das vias institucionais entre Defensoria e prisão.

No caso das *estrangeiras*, contudo, que não contam com familiares no Brasil, a principal, mas não única, via de mediação direta com as justiças penal e da infância são as organizações civis de direitos humanos – entre as quais se encontram, no estado de São Paulo, o ITTC, a Pastoral Carcerária e a Associação Casa Recomeço. Os familiares seguem com sua importância nas searas administrativas, mas não podem atuar como “o melhor advogado do preso” nem mesmo comparecer ou sequer telefonar à Defensoria, em função dos custos financeiros dos contatos telefônicos impostos pela distância transnacional, do total desconhecimento em relação ao sistema de justiça e, muitas vezes, da falta de domínio da língua portuguesa. Se Elsa, por exemplo, dependesse exclusivamente de sua mãe, residente em Maputo, ou não pudesse contar com o ITTC ou outros agentes civis para assumir as tarefas comumente executadas pelos parentes de *brasileiras*, tais como comparecer à Defensoria em busca de informações e visitar o seu filho no abrigo, possivelmente o destino de Bento seria a família substituta. Vejamos como esse destino não se efetivou.

Assim que o menino foi abrigado, o Instituto, na figura de sua então coordenadora do Projeto Estrangeiras, Luciana Matumoto, conseguiu autorização judicial para acompanhá-lo

de perto. Mais precisamente, o ITTC pôde visita-lo, obter informações dele através dos funcionários do abrigo e mediar a relação entre ele e a mãe presa por meio da circulação de informações, relatórios, fotografias, cartas, cartões, brinquedos e roupas. Poderia também, sob essa mesma autorização judicial, transportá-lo até a PFC para as chamadas visitas administrativas à mãe presa, mas não chegou a tanto por considerar que não dispunha de infra-estrutura e preparo adequados para a efetuação do traslado.

No entanto, passados seis meses, o juiz da Vara de Infância e Juventude suspendeu essa autorização do ITTC sem nos comunicar sobre seus motivos e, semanas após a suspensão, encaminhou para a PFC uma intimação destinada a Elsa com cópia para o consulado moçambicano, a Secretaria de Administração Penitenciária e o ITTC. Nela, requeria da mãe presa

[...] informações sobre o andamento dos trabalhos junto à família acima indicada (situação psicossocial) e as demais providências que estão sendo tomadas para que a criança seja trasladada e entregue à família extensa, em Maputo, Moçambique, bem como a previsão da data de viagem. Prazo: trinta (30) dias.

Caso a situação não fosse definida ou comunicada ao juiz oficialmente dentro de 30 dias, Bento entraria na esteira da adoção, tal qual explicitado no mesmo documento: “Informo, outrossim, que decorrido o prazo [de 30 dias] sem providências concretas ou informações, será ela colocada em lar substituto neste País”. Em outras palavras, ou Elsa apresentava meios de fazer seu filho circular em sua rede familiar ou o juiz o faria numa família substituta.

Segundo a defensora pública de Elsa, esse ofício só foi enviado à penitenciária, porque o ITTC procurou a Defensoria Pública do Estado (DPE/SP) a tempo. Caso contrário, o menino já estaria em uma família substituta:

[...] você sabe que esse ofício é... só foi encaminhado por conta da Defensoria e da Pastoral (sic)? Por quê? Porque ele ia dar a guarda da criança sem falar pra ela [...] Alguém veio aqui me avisar. Eu acho que da Pastoral [sic]... vieram me avisar. Quando eu entrei no processo, tudo estava bem redondinho pra ele [juiz] conceder a guarda. Ele não ia perguntar pra ela. Sabe aqueles casos que chegou na hora? E eu nunca ouvi fala na Elsa na minha vida, eu não conhecia ela. Eu nem sabia que ela existia. Então, quando eu recebi um *e-mail* do ITTC para que eu entrasse nesse processo, quando eu peguei esse processo eu falei: “*nossa, foi na hora H, heim?*”. Porque, assim, estava tudo redondinho pra ele conceder... ele jamais perguntaria pra ela qualquer coisa. E aí, quando a gente verificou que não tinha nenhuma consulta de família biológica, foi que a gente fez... eu me lembrei agora... tinha até um relatório do Instituto [ITTC]. Eu juntei o relatório, foi o que a gente perguntou na Petição: “*Em razão das garantias constitucionais, dos direitos... da prevalência da família natural, antes de cogitar-se a concessão* (porque ele não tava cogitando, ele tava quase certo da concessão da guarda) *eu acredito que seja imprescindível a consulta da família biológica*”. Foi aí que ele mandou o ofício, porque ele não ia mandar o ofício. Ela ia ser citada, como todas as outras são, da Destituição do Poder Familiar meses, talvez anos, depois que a criança já estivesse com a família. Sem sombra de dúvidas [entrevista concedida na sede da DPE do bairro Santana em março de 2012].

Na verdade, o ITTC, e não a Pastoral¹⁰⁵, procurou a defensora pública de Elsa para entender os motivos que geraram a suspensão da autorização judicial para as visitas ao menino. Como os processos da Vara de Infância e Juventude correm em segredo de justiça, nós da equipe do Instituto não tínhamos outra forma de saber o que havia acontecido se não fosse por meio da Defensoria Pública. Ao recorrer a esse órgão para maiores esclarecimentos, acabamos por lhe encaminhar o “caso”, ratificando assim a afirmação da defensora e do advogado da Pastoral de que se não há aqueles atores que se percebem e são percebidos como extra-estatais (nomeadamente parentes ou organizações civis) para acionar a DPE, mães presas são comumente ignoradas nos processos de seus filhos abrigados e tendem a *perdê-los para adoção*.

São eles que efetuam, neste e em tantos outros casos, a sincronização do tempo entre o dentro e o fora da prisão no desenrolar dos processos. Sobre este aspecto, Godoi (2015: 117) já assinalou o papel fundamental desses “vasos comunicantes” na “busca exasperada de parâmetros para determinar um tempo fugidio [que] decorre da necessidade de agir no momento certo ou, pelo menos, em tempo hábil, para interferir e, no limite, conduzir o desenrolar processual”. Uma busca realizada não para a presa se furtar da lei, mas para fazê-la cumprir em seu proveito. Nesse sentido, presa, parentes e organizações civis tornam-se, segundo o autor, coartífice do regime de processamento penitenciário, no entrelaçamento temporal intra e extramuros, de modo que o passar de um tempo depende do passar de outro.

No caso de Elsa, isso parece ocorrer, da perspectiva de sua defensora, em função do entendimento do juiz em torno da não obrigatoriedade de defesa técnica da mãe aprisionada nos processos de guarda da criança, algo que, da perspectiva dela, já deveria existir desde a Constituição de 1988 e que poderia ter sido modificado em 2009 com a instauração da Ação de Acolhimento. Ou seja, se essa Ação é, como Dra. Debora afirma, um processo judicial formal, a defesa “deveria se tornar” obrigatória. Deveria, mas na Vara de Infância e Juventude de Santana, responsável por todos os processos de filhos de mães presas na PFC, não se tornou. E os processos de guarda das crianças, que se encontravam no cartório do juiz da Vara de Infân-

¹⁰⁵ É recorrente atores confundirem o ITTC e a Pastoral dada a estreita parceria entre as duas instituições. Não é por acaso que selecionei, como personagem privilegiada de minha etnografia, uma estagiária novata da Pastoral no contexto do *atendimento* do ITTC: entre uma e outra organização circulam demandas, projetos, informações, responsabilidades, documentos e profissionais. Há um trecho da entrevista de Rodolfo Valente em que ele, comentando sobre o contexto do projeto Mães do Cárcere, refere-se à ideia de uma certa inseparabilidade entre o Instituto e a Pastoral. Cito o trecho aqui: “A gente trabalhou muito em parceria com a Luísa [coordenadora do Projeto Estrangeiras do ITTC]. A Luísa é fantástica! Ela ajudava as meninas [*estrangeiras* presas], inclusive, na tradução, né. Então, teve vários casos que a gente trabalhou em parceria. A Karima foi um: o ITTC estava cuidando, a gente assumiu e foi até o fim com o ITTC acompanhando. É que ITTC e Pastoral, cá entre nós, são dois lados da mesma moeda... eu não faço muita distinção [em tom divertido]. Então, trabalho mais harmônico, impossível! Impossível! Nem preciso conversar muito. Com o ITTC eu não preciso conversar muito [risos], né. A gente sente no olhar...”.

cia e Juventude de Santana, responsável pela massiva maioria dos “casos” de filhos de presas abrigados, continuaram não sendo encaminhados para a Defensoria. E sem qualquer comunicação direta entre os cartórios e as defensorias e sobrecarregados com a defesa de milhares de processos, os defensores públicos do Núcleo de Infância da DPE/SP seguiram na dependência da iniciativa de parentes e organizações civis para participarem dos processos e driblarem o que consideram ser os infortúnios da jurisprudência.

Essa suposta falta de aplicação da lei – que, como já comentado, encontra-se na interseção entre o ideal normativo e as ações concretas dos expedientes administrativos – faz parte do conjunto de faltas constitutivo e constituinte de dada representação acerca do Estado quando o assunto é a gestão de “casos” como o de Elsa. O panorama delineado pela defensora pública e o advogado da Pastoral em torno da não aplicação da chamada *nova Lei de Adoção* aponta menos para a ausência de práticas estatais do que para a dimensão prescritiva de uma administração fortemente marcada pela incompletude daquilo que, na concepção dos agentes em jogo, o Estado “deveria ser” (Vianna, 2013). E essa incompletude se efetiva num cenário de escassez administrativa delineado por diferentes vozes às quais tive acesso em trabalho de campo.

Vozes que denunciavam, dentre outras coisas, o restrito número de defensores e de sedes da Defensoria no estado de São Paulo¹⁰⁶; que criticavam o modo como a defesa de mães presas era indevidamente feita em função da sobrecarga dos profissionais responsáveis por ela¹⁰⁷; que apontavam para o excesso de demandas oriundas dos juízes de diferentes *Varas de*

¹⁰⁶ Cartazes pregados nos corredores de um dos prédios da DPE denunciavam o restrito número de defensores e de sedes da Defensoria no estado de São Paulo com os seguintes escritos: “Lute com a gente pela melhoria da Defensoria Pública. Governo que não respeita a defensoria, não respeita os direitos da população. Alguém de sua família precisou de assistência gratuita? O nosso trabalho é atender você e sua família, só que de forma digna. Mas você sabia que no Estado de São Paulo existe apenas 1 defensor para cada 100 mil habitantes? E que 93% dos municípios do Estado não possui uma Defensoria Pública instalada?”.

¹⁰⁷ Reproduzo aqui a narrativa da defensora de Elsa sobre o modo como a defesa é (indevidamente) feita em função da sobrecarga de processos: “E como é que a defesa é feita? Então, o certo seria [risos], o ideal seria: eu sou a defensora, eu sou a representante, a voz daquela mulher perante o juiz, né? Eu só faço a intermediação entre a mãe e o juiz. Então eu faço a defesa dela, ela está sendo privada da convivência com uma criança. O certo seria eu sair daqui, ir até a penitenciária e escutar a versão da minha assistida, né [...] Mas não é assim que é feito. A verdade é essa, não adianta eu mentir pra você. Eu fui na Penitenciária duas vezes desde 2007. Eu tenho vergonha de dizer isso, mas é a verdade. [...] É... o que que eu faço: eu ligo pra o Serviço de Assistência Social, eu tenho na minha sala o nomezinho das moças (das moças, não, das assistentes sociais, das pessoas que trabalham lá) e eu peço que elas verifiquem a versão e me transmitam. Eu não vou nem fazer essa pergunta pra você, pra eu não ficar com vergonha de falar o que eu penso. Mas, assim, elas me tratam mal demais. Eu sou um estorvo pra aquelas moças. Elas não querem conversar comigo, elas me põem na musiquinha e me deixam horas ouvindo a musiquinha pra ver se eu desisto. Às vezes eu desisto, a verdade é essa, porque eu não posso ficar horas no telefone! Então, assim, elas me tratam muito mal. É complicado, às vezes eu ligo e eu peço: “*Olha, na verdade não é um favor que você está fazendo pra mim, eu não tenho nada a ver com isso, né? É o seu trabalho isso. Assim como eu estou fazendo o meu*”. [...] E por que você não pega o seu carro e vai lá na Penitenciária? É uma pergunta muito justa esta, né? Porque eu tenho 2500 processos. É a resposta. Então é assim, em cima, hoje, eu tenho, pelo menos, uns 5

*Família*¹⁰⁸ e assumidas somente pela Equipe Técnica do Fórum de Santana; e que se queixavam da falta de estagiários e funcionários para cumprir as tarefas de manutenção da burocracia e, assim, permitir a efetiva atuação de assistentes sociais e demais profissionais nos “casos”.

Vozes que denunciavam também a falta de tempo: para juízes realizarem visitas técnicas às prisões e presas e conhecerem suas *reais condições*; para os (*poucos*) defensores ligados à Vara de Infância e Juventude atuarem *de forma digna* no acompanhamento dos processos e de seus prazos, bem como para eles manterem contato com as presas e os funcionários das prisões; e para presas como Elsa viabilizarem, desde a prisão, o traslado internacional do filho. Por fim, vozes que criticavam a falta de conexão estatal concretizada em hiatos que dificultam ou inviabilizam transações documentais e movimentações processuais, tais como aquele entre o cartório do juiz e a Defensoria e entre esta e as prisões femininas, instaurando assim um cenário de contínua urgência onde a mediação dos agentes que circulam fora das prisões tornam-se imprescindíveis.

Vozes, portanto, que ao retratarem as múltiplas incompletudes do Estado acabam por delineá-las como um dos recursos de construção e gestão não apenas da vida de presas e seus filhos abrigados, mas também do próprio Estado. Recurso que atualiza a coexistência e o confronto entre modelos e práticas administrativo-judiciais, que conecta a dimensão representacional que se tem do Estado com a sua dimensão pragmática. Desse modo, a contínua produção das imperfeições e limitações estatais, ao invés de revelarem as falhas de um Estado supostamente uno, singular e exemplar, indicam a importância de sua idealização como parte de seu fazer político (Teixeira, Lima, 2010; Comeford, Bezerra, 2013).

Um fazer que é feito na gestão das faltas e dos fluxos (lembrando que gerir faltas é também uma maneira de se gerir fluxos); que é feito de queixas, denúncias, intervenções, mediações, estratégias e negociações; que produz e é produto de articulações e separações entre as diferentes unidades (“estatais”, “civis” e “familiares”), cujas fronteiras políticas e morais ora surgem como inquestionáveis e excludentes, ora como flexíveis e inclusivas. Um fazer que produz e é produto de injunções e constrangimentos administrativos através dos quais se

prazos, pelo menos. Todos pra terça. Ou seja, o meu final de semana, com certeza, é trabalhando, menina”.

¹⁰⁸ Reproduzo aqui a fala da psicóloga e chefe da Equipe Técnica do Fórum de Santana, Carla Moradei Tardelli, sobre a responsabilidade de sua equipe para com a alta demanda de juízes de diferentes *Varas de Família*: “Então, na equipe tem 8 psicólogas. A gente atende a Vara da Infância, ligada ao doutor Raul, né, ele é nosso superior, mais 5 Varas de Família. Cada Vara de Família tem dois juízes. Então, a gente atende ao todo 10 juízes, porque a demanda é muito grande, né, tanto na infância, como na família. E a gente tem que ir dando conta, porque o pessoal tá se aposentando e não tem reposição. Você vê que aqui não tem consulta. Então, tá bem difícil” [Entrevista realizada no Fórum de Santana, em 8 de março de 2012].

exercem quotidianamente certas formas de saber e poder. Em suma, um fazer político que é parte do contínuo processo de formação, atuação e atualização do Estado, bem como de definição daquilo e daqueles que se encontram, sempre provisória e situacionalmente, ou dentro ou fora ou, ainda, às margens de sua alçada (Vianna, 2013).

Retomando os acontecimentos do caso de Bento, assim que a supracitada cópia do ofício judicial chegou à sede do Instituto, nós de sua equipe começamos a agir para evitar a primeira destituição do poder familiar entre *estrangeiras* por nós conhecida e assistida. Além de contatar a DPE/SP, a presidente do Instituto realizou uma reunião com o juiz autor do documento e responsável pelo “caso”, de onde saiu com a garantia de um prazo mais longo (e indefinido) para organizar o traslado de Bento para Moçambique. Em contrapartida, assumiu perante a autoridade algumas incumbências, a saber: acionar o consulado moçambicano para informá-lo do “caso” tendo em vista sua intervenção; contatar o devido, porém desconhecido, órgão do Estado moçambicano que pudesse realizar e enviar um relatório social comprovando as condições da mãe de Elsa para assumir a guarda do neto; e, por fim, mobilizar Elsa na mediação da comunicação com sua família em Maputo e na compra das passagens aéreas para a efetuação do traslado de Bento.

A essa altura, a crise econômica internacional já havia atingido o ITTC que, diante da suspensão do financiamento feito por agências internacionais, teve que fechar temporariamente sua sede e seguir suas atividades na prisão somente com o trabalho voluntário de sua presidente, sua vice e o meu. Fiquei incumbida, então, de entrar em contato com a mãe de Elsa para uma série de coisas: primeiro, certificar se ela tinha recursos financeiros (ou meios de angariá-los) e disponibilidade para vir buscar Bento em São Paulo – disponibilidade sim, recursos não, disse-me ela; depois, para lhe pedir que enviasse os documentos de identidade dela e da filha presa como comprovantes da filiação para a justiça da infância; e, por fim, para encarregá-la do arranjo de uma carta escrita por alguma autoridade religiosa local atestando suas condições sociais para assumir a guarda de Bento.

Não tínhamos certeza se o juiz aceitaria essa carta como substituto do relatório social a ser produzido pelo Estado moçambicano, mas não tínhamos nenhuma condição de requerer tal documento. Além de desconhecermos o órgão que o faria, não sabíamos se teríamos tempo (judicial) nem contávamos com apoio consular para ficar à cata dessa informação a milhares de quilômetros – e muito menos para aguardar a elaboração do tal relatório, conhecendo a morosidade que marca a burocracia daquele país. Frente às impossibilidades de apresentar esse

documento à justiça da infância, não vimos outra alternativa além de confiar no peso de uma autoridade religiosa local (de Maputo) e no poder de negociação da presidente do ITTC junto ao juiz. Investiríamos então na produção de um documento igualmente com potencial de comprovar, por outros meios, as condições da mãe de Elsa para assumir a guarda do neto.

Nesse caso, as palavras do representante do Estado moçambicano seriam substituídas pelas do representante de uma Igreja desse mesmo Estado. Palavras que alinhavariam a rede de cuidado necessária para impedir a perda da guarda do menino. Ou seja, mais do que registrar as condições econômicas e psicossociais da mãe de Elsa, a escrita religiosa atestaria, sobretudo, as relações nas quais mãe presa e filho abrigado se encontravam imersos. Relações que, se não respondiam propriamente às demandas iniciais do juiz, ao menos as embaraçavam nas ações e relações justapostas à mediação da presidente do ITTC por entre as fronteiras prisionais, nacionais e institucionais (incluindo aqui a família de Elsa). Enquanto freira, advogada e estrangeira, a senhora estado-unidense branca, de cerca de 70 anos e mais de duas décadas de atuação na área dos direitos humanos em São Paulo e outros estados do país, detinha os atributos necessários para propor a validação da carta como documento administrativo-judicial legível e legítimo. E não à toa a proposta partiu dela. Michael sabia que a autoridade de sua pessoa no encontro com o juiz operava como um ponto de inflexão do poder de toda a rede de cuidado concretizada na epístola. Também sabia que essa rede poderia preservar a díade materna – e, com segurança, afirmava que este era um dos trabalhos do ITTC: garantir o direito de *estrangeiras* de serem mães.

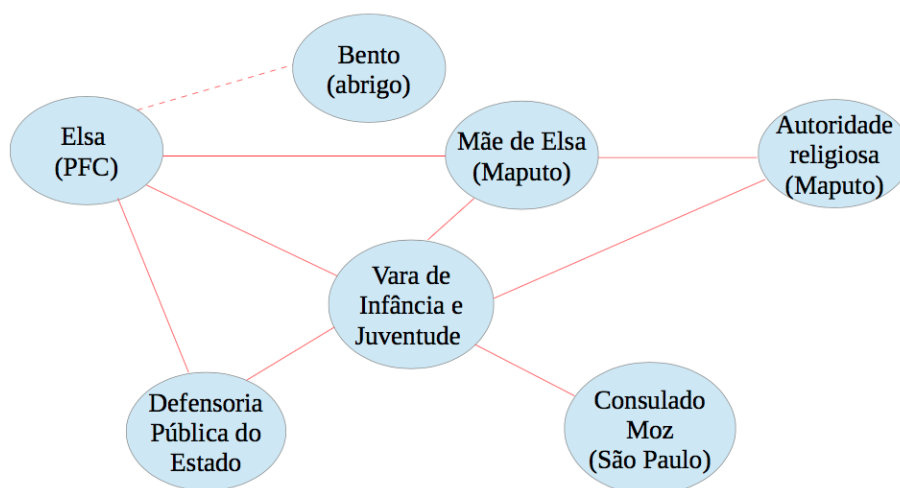


Figura 5: mediações promovidas pelo ITTC para evitar a perda da guarda de Bento.

Concomitantemente, a *moçambicana* acionou de dentro da prisão a estratégia que lhe estava disponível: escreveu à mão 20 cópias de uma mesma carta com destino a órgãos e

autoridades que não lhe são diretamente acessíveis, mas que, supunha ela, poderiam influenciar no desdobramento de seu “caso”. Dentre eles, estavam o presidente da República e a primeira dama, o juiz da Vara da Infância e Juventude e o da Vara de Execuções Criminais, a Defensoria Pública do Estado (DPE) e da União (DPU), o Ministério da Justiça, o governador do estado de São Paulo e o prefeito da cidade homônima, o ITTC e a Pastoral e, por fim, um bispo conhecido pela sua influência no sistema prisional.

É de conhecimento geral nos estudos sobre prisões que o recurso da carta se apresenta como uma das técnicas amplamente mobilizadas por presas(os) para se comunicarem com setores da justiça e outras instâncias num cenário onde a interação direta é quase nula. Nesse contexto, a epístola pode facilmente ganhar estatuto de documento, duplicando a existência da(o) remetente presa(o) em outros circuitos estatais extramuros (Barbosa, 2005), legibilizando relações afetivas (Padovani, 2015), ao mesmo tempo que concretizando o Estado e sua ação sobre a população carcerária por outros meios que não a muralha (Godoi, 2015). Um Estado que, na escolha de Elsa pelos destinatários, tinha suas fronteiras borradas nos possíveis modos de articulação e separação entre as ações a serem executadas por autoridades e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, laicas, religiosas e, inclusive, matrimoniais (para o caso da primeira dama). Um Estado cujas ações Elsa buscava disparar a seu favor a partir da multiplicação não de sua existência individual, mas de sua existência materna em outros circuitos estatais extramuros.

Sabendo que a carta poderia vir a se tornar documento consoante os desdobramentos de seu “caso”, ela manteve consigo uma de suas cópias. E foi a partir desta que tive acesso ao seu conteúdo. Chamou-me atenção o modo como a *moçambicana* buscou angariar a comoção e o apoio dos agentes supracitados. A partir de uma linguagem do sofrimento, Elsa propôs a manutenção do vínculo com o filho e a antecipação de sua saída da prisão por meio da redução de sua pena, como segue no trecho:

[...] sendo **estrangeira** não tenho família aqui no Brasil e não tenho com quem deixar o meu filho e a minha mãe não tem condições de vir buscar o meu filho [...] Por favor em nome do senhor Jesus Cristo me ajude. Me encontro **desesperada** com o coração apertado, não quero que o meu filho fique muito tempo no abrigo, pois o juiz [sic] da Vara da Infância e Juventude Dr. Jorge Florêncio [nome fictício] está pressionando bastante no caso do meu filho sendo que a minha sentença não é alta [...] Por favor não quero que meu filho vá adoção [sic], sem ele a minha vida não tem sentido. Peço **perdão** por tudo, sei que sou **culpada** por tudo que meu filho está passando. Mas por favor, dê-me a oportunidade de reverter essa história, são dias e noites de choro e **preocupação**. Pelo amor de Deus me devolva a **esperança** [...] eu amo muito meu filho, ele é tudo para min (sic) se hoje estou em pé e porque ele existe na minha vida. **O que eu mais quero é sair daqui e cuidar dele. Me ajude a manter esse amor e aproximação.**

Por favor em nome do senhor Jesus Cristo **perdoa** as minhas falhas pois venho através desta pedindo a colaboração da [autoridade destinatária] que me ajude e **que me concedesse a oportunidade de Redução de pena [...] viver [presa] cada dia que passa é um dia que pago para a justiça e um dia a menos com meu filho**. Sei que tomarás as atitudes cabíveis [...] (Grifos meus).

Semelhante às performances de Lisa, no julgamento, e de Mercedes, no Centro Hospitalar, a linguagem mobilizada por Elsa é a da dor. Suas palavras remetem os leitores aos dramas familiares como motor não de seu aprisionamento, nem da sua separação provisório, como nos casos da *filipina* e da *boliviana*, respectivamente, mas da ameaça de perda definitiva da guarda do filho. Seu julgamento criminal já tinha ocorrido e ela não havia conseguido qualquer pena alternativa à prisão. Seu filho já estava abrigado e ela corria o risco de nunca mais o encontrar. A partir do mandato simbólico materno, expresso na ideia de imprescindibilidade do seu cuidado presencial, Elsa explorou as dores que se espera de uma “boa mãe”. Uma mãe que sofre diante da separação do filho e da impossibilidade de acatar as determinações administrativo-judiciais necessárias à manutenção de sua guarda. Uma mãe que se *desespera*, que se sente *culpada* e que implora para ter de volta a *esperança*. Uma mãe que mobiliza (porque experimenta subjetivamente) noções relativas a nacionalidade, classe e gênero para justificar as razões do abrigamento e a necessidade de sua saída da prisão. Cumprir pena em regime fechado e com o primogênito abrigado; ser *estrangeira* e não ter família no Brasil; e não poder contar com sua mãe, devido à falta de recursos financeiros para vir buscar o menino foram as marcas acionadas por ela para justificar e exhibir suas dores em torno da ruptura materna.

Expressão da tensão vivida entre a experiência concreta de dar à luz na prisão e o imaginário da maternidade, a linguagem do sofrimento é comumente acionada como instrumento de conexão (empática) com as autoridades em torno das causas de *mãezinhas*. Causas nem sempre exclusivamente maternas, tal como vimos com Mercedes, mas que no caso de Elsa assim as foram em função das condições econômica de sua vida intra e extramuros. Sem recursos financeiros próprios ou uma rede de ajuda para arcar com os altos custos do traslado do filho, a *moçambicana* se viu na obrigação de limitar sua vida ao exercício de uma maternidade mediada e esquadrihada por uma série de agentes institucionais. Ela não encontrou outra saída: ou vivia e se expressava pelo ideal materno ou experimentaria o mais alto grau de “hipomaternidade” (Braga, Agnotti, 2015) na concretização da perda definitiva da guarda de seu filho.

Embora sua tentativa de sensibilizar órgãos e autoridades através de seus sofrimentos não tenha gerado, até onde sei, qualquer resultado positivo onde se esperava gerar, seus

argumentos anteciparam o potencial dos dramas maternos na articulação de dois campos do direito considerados herméticos na resolução de seu “caso”. Ao mobilizar “sentimentos morais” (Fassin, 2012) com vistas a manter a guarda do filho por meio de sua liberdade antecipada, tática que nos parecia absolutamente descabida, já que sua sentença transitava em julgado, a *moçambicana* transformou o sofrimento materno no fio capaz de atravessar as fronteiras que separam os domínios das justiças criminal e da infância, a ponto de a decisão de uma determinar os rumos da decisão na outra. Não sei se esta era a sua intenção inicial – possivelmente não. Mas o fato é que ela encontrou um caminho nas brechas do improvável para aquilo que tanto desejava.

A situação se desdobrou da seguinte forma: passado quase um ano de todos esses episódios, ainda aguardávamos a chegada dos documentos de identidade que eu havia pedido à mãe de Elsa que nos enviasse. Ainda buscávamos também meios de angariar recursos para a realização do traslado de Bento. Mas nem o aguardo, nem a busca foram concluídas tal qual esperávamos. E, meses após seu retorno a Moçambique, soube que seu passaporte era falso. Entendi, então, que os extravios da documentação (supostamente despachada três vezes de Maputo por sua mãe) haviam composto uma versão capaz de intervir na gestão dos tempos administrativo-judiciais da vara de execuções criminais e da vara de infância e juventude. Entendi também onde se encontrava a esperança de Elsa ao insistir tanto na manutenção da relação com o filho por meio de sua *liberdade* numa altura em que isso já não fazia mais tanto sentido, já que ela havia sido julgada há tempo.

Ou seja, ao nos deixarem no aguardo da documentação aparentemente enviada de Maputo, mãe e filha conseguiram manter a falsificação do passaporte em segredo, abrindo assim margem para um novo desfecho. Primeiro, elas driblaram a possibilidade de Elsa receber uma pena de prisão mais longa pelo crime de falsificação, art. 297 do Código Penal (Brasil, 2008), o que aumentaria exponencialmente o risco de perda da guarda definitiva de Bento. Depois, produziram um tempo de espera suficientemente longo para que Elsa atingisse o cumprimento de 2/5 de sua pena em regime fechado, podendo assim dar entrada no pedido de semiaberto. Utilizando-se do abrigo do filho como o argumento central desse pedido, o resultado positivo não tardou a chegar. Em cerca de dois meses, Elsa *ganhou* a semiliberdade e, ainda, conseguiu muito rapidamente desfrutar dos *benefícios* decorrentes desta, nomeadamente as saídas temporárias da prisão em certos feriados e a tão disputada vaga de trabalho extramuros¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Naquela altura, era bastante recorrente ver *estrangeiras* enfrentando dificuldades para conseguirem progressão ao regime de semiliberdade em função de serem não nacionais e não terem residência fixa no país, o que, segundo a perspectiva de juízes, já hoje ultrapassada no estado de São Paulo, aumentaria as chances de fuga. Mas não era apenas isso. Dentre aquelas que conseguiam, pouquíssimas arranjavam emprego no exterior da prisão e nem

Se por um lado, a situação do filho lhe assegurou a progressão de regime e os benefícios associados a ela, por outro, tal progressão foi determinante para Elsa não *perder o filho para adoção*. Isso porque, uma das maiores preocupações dos atores da Vara de Infância e Juventude é garantir à criança a vida em família, seja esta a família biológica ou uma substituta. Quando a mãe está cumprindo pena de prisão e não pode contar com parentes para tanto, os agentes da justiça da infância não vêm com bons olhos a permanência da criança no abrigo por um período prolongado, tal como fica evidente na fala do juiz da Vara de Infância e Juventude de Santana:

Não vou deixar uma criança esperando por uma presa que teve uma condenação de sete, oito ou dez anos, que poderá ter benefício com um sexto [da pena], poderá não ter, poderá ter mais pena. A criança não pode esperar! O direito da criança é hoje, é aqui e agora. O desenvolvimento da criança é dia-a-dia, são as fases. Você não pode privá-la disso. O abrigo está privando ela disso. Está sendo bem atendido em suas necessidades materiais, afetivas até certo ponto, mas não está no seio familiar que é um valor que a lei protege e que a chamada lei de adoção o reforça. Então a gente tem que colocar, o que pode parecer do ponto de vista da presa uma crueldade. “Porque meu filho está bem, está lá e fique lá”. Não é o que a lei quer e por razões do desenvolvimento da criança. A convivência familiar, no seio de uma família é um direito da criança e desse direito ninguém pode abrir mão, né. A justiça da infância, que é uma justiça que tutela sobretudo o direito dessa criança, tem que observar isso. É um direito intransponível, é um direito da criança de ser criado em família. É um direito incontrastável, não é um direito da mãe a criar sua criança em instituições de abrigo, não há esse direito. Pode ficar com a criança? Tem condições de ficar? Não tem porque está presa? Então tem que ir para a família [entrevista concedida no Fórum de Santana em janeiro de 2012].

Portanto, uma vez que o cuidado da criança no seio familiar é prioridade da justiça da infância, a manutenção da relação entre *estrangeiras* presas e seus filhos abrigados permanece em constante risco (Brito, 2007). De acordo com a defensora pública de Elsa, essa prioridade acaba por abrir precedente para práticas judiciais consideradas ilegais e violações de direitos de mães presas:

Hoje eu tô sendo citada pra me defender numa ação de destituição de poder familiar, porém a criança, que eu achava que estava num abrigo, já está sob a guarda dos interessados há dois anos. Chama ele de pai e mãe. O que fazer nessa defesa? [risos tensos] [...] a gente alega que tudo o que antecedeu, inclusive aquela decisão judicial atribuindo a guarda da criança àquela pessoa sem que a mãe sequer soubesse, é nulo, é inválido, é contra a Constituição. O juiz diz o quê? O juiz diz: “*De fato, as razões da Defensoria Pública são magníficas, porém a criança já chama o rapaz e a mulher de pai e mãe*”[...] Ele surpreende a Defensoria, porque ele nos entrega um caso pra

sempre tinham suas saídas temporárias autorizadas. Ou seja, quando não conseguiam estes dois benefícios, a semiliberdade seguia nos moldes similares ao do regime fechado, porém com chances de se efetuar de forma mais amena – uma realidade que levou Barbosa (2005) a defini-la como regime “semifechado”. Mas Elsa foi uma exceção daqueles tempos, pois teve, de fato, direito ao semiaberto: ocupou uma das disputadas vagas na “grife de artesanato Daspre”, um projeto voltado exclusivamente para empregar presas, desenvolvido pela FUNAP – Fundação Pr. Dr. Manoel Pedro Pimentel – que está vinculada à Secretaria de Administração Penitenciária; e foi contemplada com as *saidinhas* nos seis feriados permitidos (páscoa, dia das mães, dos pais, das crianças, natal e ano novo).

defesa com tudo já resolvido. Com tudo já resolvido! E com a situação consolidada no tempo, que é mais difícil. E aí você leva aquilo pro Tribunal e o Tribunal fala: “A Defensoria tem razão. De fato é nulo, inconstitucional, é ilegal, é um absurdo! Porém, o melhor interesse da criança deve prevalecer, porque ela chama aquele homem e aquela mulher de pai e mãe” [entrevista concedida na sede da DPE do bairro Santana em março de 2012].

No caso de Elsa, se ela tivesse sido condenada posteriormente por passaporte falso e, assim, recebido uma pena mais longa, o argumento do vínculo acionado pelo juiz da Vara de Santana poderia embasar todo o processo de encaminhamento de Bento para uma família adotiva. Mas diante da progressão de regime, a *moçambicana* pôde contar com esse mesmo argumento a seu favor. Ou seja, ao ter seu pedido de semiliberdade concedido pelo juiz da Vara de Execuções Criminais com a justificativa de ter um filho abrigado, Elsa pôde produzir uma prova judicial de seu vínculo com Bento: ela passou a visitá-lo e ele passou a chamá-la de mãe, a despeito de todas as dificuldades que limitavam a interação materna¹¹⁰. Dois fatos que, num “caso” tão bem assistido e vigiado por atores extragabinetes, foram suficientes para garantir a preservação do vínculo entre Elsa e Bento. A força do cuidado presencial materno e a ameaça de perda do filho foram propulsores de uma trama de vigilância e cuidado balizada pelas gramáticas dos afetos e dos direitos, capaz de garantir e conformar uma maternidade além e aquém de fronteiras biológicas, morais, legais e institucionais.

3.4. A gestão da maternidade e do aprisionamento

Os dados apresentados neste capítulo buscaram abordar as implicações do aprisionamento no exercício materno, e vice-versa. Os casos de Maria, Lisa, Mercedes e Elsa evidenciam de que modo as dificuldades enfrentadas por essas mulheres para sustentar (afetiva, legal, material e financeiramente) a relação com os filhos durante o período de amamentação determi-

¹¹⁰ Como era de se esperar, o vínculo entre eles não foi instantâneo, pois mãe e filho não vinham tecendo qualquer interação presencial ou à distância. Isso me ficou evidente quando acompanhei Elsa em sua segunda visita ao abrigo. Naquele dia, não tardou para o menino chamá-la de mãe. E isso se deu menos porque ele a reconhecesse como tal, e mais porque era o nome que todos os funcionários do abrigo pronunciavam fortuita e insistentemente ao se referir e se dirigir àquela mulher que ele tanto estranhava. Na verdade, o estranhamento era recíproco. Elsa, mãe de primeira viagem, não dispunha de qualquer habilidade para cuidar e interagir com o filho, já com dois anos e meio – o que me causou certa surpresa, dado que é bastante comum em Moçambique meninas aprenderem a cuidar de bebês e de crianças quando ainda novas. Bento, por sua vez, recusava-se a qualquer aproximação e a observava à distância com desconfiança e curiosidade. A despeito dos obstáculos presenciais, o fato é que Elsa passara a visitar o filho e ele passara a chamá-la de mãe, provas suficientes para embargar a atuação da justiça da infância no rompimento de tal vínculo. Na prática, porém, o esforço de todas funcionárias do abrigo em cuidar da relação materna de Elsa naquele encontro sinaliza para aquilo que Pérez e Russo (2008) afirmam, em acordo com toda uma literatura de gênero, sobre o processo de mulheres se tornarem mães. Segundo as autoras, “no se nace madre, sino que se aprende a serlo a través de enseñanzas socializadoras naturalizadas casi como la prioritaria expectativa de futuro posible ligada a la condición de ser mujer que depositan nosotras” (Pérez, Russo, 2008: 182).

nam não apenas a maternidade em termos subjetivos e práticos (Farrell, 1998; Bernstein, 2008; Granja, 2015), mas também todo o cumprimento de pena. E ilustram, sobretudo a centralidade das práticas do cuidado na (re)produção tanto da maternidade quanto do aprisionamento (cf. Gomes, Granja, 2015; Lago, 2014; Granja, 2015; Sena, 2015).

Tais práticas são fortemente marcadas por uma divisão convencional de gênero, na qual as mulheres e as crianças permanecem como assunto e responsabilidade privilegiados de mulheres – sejam estas da família, de organizações civis e/ou do Estado. Aos homens cabe uma atuação mais discreta no duplo sentido do termo, quer dizer, em menor quantidade e/ou de modo mais comedido. Embora advogados (particulares, públicos e de organizações civis) e juízes tenham uma participação relevante em “casos” como os aqui abordados, eles representam uma minoria se comparado ao número de mulheres que deles participam. No que se refere a familiares homens, além da restrição numérica, a discricção surge como um atributo do cuidado masculino atualizado na prisão, quando, por exemplo, *estrangeiras* mobilizam estrategicamente certas desigualdades de gênero associadas à parentalidade. Em meio ao coro feminino numericamente mais forte e mais atuante, as ações exercidas por eles tendem a ser mediadas, quando não ficam esmaecidas num papel secundário (mesmo quando não as são), podendo ser intencionalmente silenciadas ou invisibilizadas na busca das *estrangeiras* por maiores margens de agência no jogo prisional, tal como fez Mercedes enquanto recebia a visita semanal do *namorado*.

Essa dupla discricção dos homens é, portanto, parte constitutiva e constituinte das tecnologias de gênero, na qual o cuidado da prole se preserva nos contornos de um “dever ser” feminino (Cunha, 1994; Brito, 2007; Fachinetto, 2008; Cunha, Granja, 2014) ancorado, muitas vezes, nas capacidades biológicas dos corpos das mães presas. Certamente um dos melhores exemplos disso é o fato de a legislação brasileira conceder somente às mulheres o direito de permanecerem com os recém-nascidos dentro da prisão. Embora tal direito abranja todas as *puérperas*, inclusive aquelas que por alguma razão não podem amamentar, como foi o caso de Elsa, o argumento legal que garante o exercício da maternidade está condicionado à transmissão do leite materno.

Considerado pelos agentes (não apenas) intramuros como algo central para a saúde e o bem-estar do recém-nascido, esse fluido corporal fundamenta as condições legais para o exercício exclusivamente materno da parentalidade dentro das prisões, colocando o trabalho reprodutivo do corpo feminino como condição *sine qua non* para a conformação desta e de muitas outras relações com familiares, com os Estados (brasileiro e do país de origem) e com

as organizações civis de direitos humanos. Aos homens presos não há qualquer garantia legal equivalente, independentemente de seus desejos ou do fato de eles terem ou não familiares para assumir os cuidados dos filhos fora da prisão. Em suma, ao produzir essa exclusividade legal feminina a partir da amamentação, a legislação atualiza uma noção de cuidado dos bebês como parte intrínseca de uma suposta “natureza feminina”, cuja maternidade é uma de suas expressões máximas.

No entanto, tal expressão tem seus limites claramente estipulados no prazo da permanência dos filhos dentro das unidades. No Brasil, por exemplo, o tempo mínimo de amamentação (isto é, de seis meses) prescrito pela OMS foi fixado como tempo máximo em muitas unidades do país¹¹¹ (Braga, Angotti, 2015), incluindo as do estado de São Paulo. Vencido esse período, a normativa pautada no critério “biológico” do cuidado do bebê se desfaz em favor de uma outra que, ancorada no critério “social”, prioriza “o melhor interesse da criança” fora da prisão. As unidades femininas e a rotina das “mães transgressoras” (Bernstein, 2008) passam a ser consideradas pelo Estado física e moralmente nocivas aos bebês e, por isso, devem ser imediatamente substituídas pela socialização extramuros. O cuidado presencial materno perde sua força em detrimento dos danos que o ambiente intramuros pode causar às crianças, devendo ser executado, então, por agentes familiares ou estatais no exterior das unidades. E, embora a maioria das *mãezinhas* seja igualmente favorável à retirada de seus filhos de dentro da prisão¹¹²,

¹¹¹ Se comparado a outros países, o período de seis meses de amamentação pode ser considerado significativamente curto. Em Portugal, por exemplo, presas têm o direito a manterem os filhos consigo até os três anos de idade ou, excepcionalmente, até os cinco. Já na Argentina e na Grécia, a idade máxima é de quatro anos; na Colômbia, é de três; na Inglaterra, França e Nigéria, de um ano e meio; em Cuba, na Romênia e Dinamarca, de um ano. A exceção fica para os Estados Unidos, onde o tempo de permanência varia de acordo com os estados, tendo as presas, na maior parte deles, o direito de permanecerem apenas vinte e quatro horas com seus recém-nascidos após o parto. Em um artigo publicado em 22 de fevereiro de 2010 no jornal de direito, o *The Legal Intelligencer*, Carol Tracy, diretora executiva do *Women’s Law Project*, afirma que em doze estados há unidades especiais voltadas para abrigar mães e filhos por diferentes períodos. E Massachusetts é, segundo ela, o único que conta com programas que preveem a possibilidade de *puérperas* permanecerem com seus filhos em casa até dois anos, tendo elas que retornarem à prisão para seguirem o cumprimento de pena ao final desse período. Para informações sobre outros países, consultar *Library of Congress*, 2014.

¹¹² Quando confrontadas com meu questionamento sobre a manutenção dos filhos na prisão até o final do cumprimento de pena, *brasileirase estrangeiras* costumavam ser enfáticas na recusa dessa possibilidade. As justificativas para tanto se concentravam na necessidade de eles crescerem e se desenvolverem “como uma criança normal”, ou seja, “vendo ruas, árvores, carros, lojas, bichos”, “indo de carro ou de ônibus para a escolinha”, “sem ter de passar por blitz e por rebeliões”, “sem se acostumar com tanta gritaria de mulher e barulho de grade” e “sem estranhar a presença e a voz dos homens”. Entretanto, a massiva maioria delas considerava o prazo de seis meses insuficientes para a consolidação do vínculo afetivo com eles e, mobilizando o discurso médico acerca da importância do aleitamento materno, argumentavam a favor de sua ampliação para doze ou dezoito meses. O desejo de ampliação para esse mesmo período também foi encontrado pelas pesquisadoras e redatoras do relatório *Dar à Luz na Sombra* em diferentes unidades prisionais femininas do país. Em função disso, uma das propostas desse relatório foi a de “[a]lteração do art. 83, § 2o da LEP para aumentar a idade mínima de permanência do bebê com a sua mãe de seis meses para um ano de idade, prorrogável por mais seis meses alcançando assim o prazo de um ano e meio da Resolução no 3/09 do CNPC” (Braga, Angotti, 2015: 81).

quase todas encontram enormes dificuldades para se separar deles.

Tal dificuldade, segundo meus dados, decorre do fato de elas terem suas vidas completamente indissociadas da de seus filhos até o final do período de amamentação, indissociabilidade esta igualmente observada por Tabbush e Gentile (2014) em penitenciárias federais argentinas¹¹³. Tê-los *dentro de si e colados* a seus corpos são estados vivenciados pelas *puérperas* como parte das políticas de regulação afetiva da maternidade. Essas políticas encontram-se marcadas, de um lado, pela completa ausência de atividades laborais e, de outro, por discursos e atividades (médicas, assistenciais, psicológicas e educacionais) voltados à integral dedicação aos filhos. Ou seja, ao terem o período de amamentação condicionado ao exclusivo cuidado materno essas mulheres se veem enredadas em políticas prisionais que, primeiro, condicionam suas vidas às dos filhos para, posteriormente, as deixarem no vazio desse mesmo condicionamento; políticas que promovem a produção da “hipermaternidade” para, logo em seguida, instaurarem abruptamente a “hipomaternidade” (Braga, Agnotti, 2015). Nesse contexto, não é de se estranhar que o “poder de barganha” (Fonseca, 2011) reivindicado por *puérperas* dentro da prisão esteja ancorado numa linguagem afetiva e naturalizante do cuidado presencial materno.

Em outras palavras, embora as práticas de controle e punição em unidades femininas estejam atravessadas por um idioma absolutamente convencional da maternidade, não deixam por isso de propiciar às *puérperas* significativas margens de agência (Mahmood, 2006; Piscitelli, 2014). Na verdade, é exatamente por meio desse idioma que *mãezinhas* atualizam a linguagem afetiva do cuidado como instrumento privilegiado de negociação em torno da gestão da maternidade e do aprisionamento. É por meio dele que reivindicam penas alternativas à prisão, bem como o controle sobre o espaço-tempo da unidade e da convivência com os filhos; que criam meios para articular certos *privilégios*, atualizar disputas do Primeiro Comando da Capital, garantir progressão de regime e não *perder o filho para a adoção*. Em suma, é por meio desse idioma que *puérperas* atuam na gestão não apenas da maternidade, mas também da prisão.

¹¹³ Em um artigo sobre a regulação da maternidade nas penitenciárias federais argentinas, Tabbush e Gentile (2014) mostram como os “programas de coabitação” são atravessados por uma lógica que limita o acesso dessas mulheres à educação, ao trabalho e aos vínculos com familiares, reduzindo-as ao exclusivo “trabalho reprodutivo da nova geração do país” e limitando, à linguagem da maternidade, suas possibilidades de agência e transformação. Apesar de esses “programas de coabitação” preverem um tempo de permanência de até 4 anos – portanto, absolutamente mais longo do que o permitido no Brasil – chama atenção a semelhança do modo como as políticas prisionais reduzem a vida das presas à maternidade. Com poucas ou nenhuma oportunidade de acesso a trabalho e educação, mulheres presas em unidades argentinas e paulistas veem suas vidas inteiramente tomadas pelas de seus filhos durante o período de amamentação, a ponto de terem suas capacidades de agência e transformação social restritas à linguagem do ideal materno. Mas diferentemente do que sugerem as autoras para o contexto argentino, essa restrição no estado de São Paulo – possivelmente em função da diferença temporal de coabitação intramuros, dentre outros fatores – não implica necessariamente numa limitação de tais capacidades ao exclusivo exercício da maternidade.

No entanto, tal atuação não está igualmente disponível a todas as *puérperas*, e os meios pelos quais cada uma reivindica sua participação encontram-se atravessados pelos desequilíbrios de poder que arbitram a diferença. Para ser mais precisa, as assimetrias de gênero que marcam o exercício materno (não apenas) no período de amamentação, quando interseccionadas com a nacionalidade, as condições econômicas e/ou a raça¹¹⁴, criam margens de agência na, e sentidos à, vivência intramuros da maternidade relativamente distintos. E essa distinção advém não apenas do modo como as políticas prisionais incidem sobre as desigualdades, mas também de como *mãezinhas* articulam suas redes de cuidado e afeto desde a prisão, podendo inclusive essas redes afetarem suas posições na escala social intramuros.

Basta voltarmos a Elsa, cujo esforço para prorrogar o período de amamentação se devia ao risco da perda da guarda definitiva de Bento. Por ser oriunda de um país distante (Moçambique) e estar imersa numa rede incapaz de arcar com os altos custos do traslado do filho e da vida materna intramuros, Elsa exerceu um cuidado presencial distante daquele marcado pelo encantamento materno. Primeiro, teve que *aguentar* a dura vida no extinto *berçário* para postergar o máximo possível o encaminhamento de Bento para o abrigo. Depois, uma vez o menino abrigado, enfrentou os dramas de ter sua maternidade por um fio. Fio que só se manteve com a articulação emergencial de uma rede de cuidado fortemente mediada pelo ITTC e por meio do qual ela garantiu o semi-aberto e seus respectivos benefícios. Situação bastante diferente da de Mercedes, *boliviana* que experimentou um período de amamentação relativamente confortável e marcado pelo desfrute da dedicação à filha e pelos *privilégios* construídos na relação com seu cônjuge. Além de ser reincidente no sistema prisional e, portanto, saber melhor manejar certas noções associadas a gênero, classe e nacionalidade nos jogos de saber-poder intramuros,

¹¹⁴ Embora a categoria raça não tenha aparecido nos “casos” discutidos no terceiro capítulo, ela tende a ser mais marcante quando se trata de filhos brancos abrigados. Isso, porque a branquitude tende a ser considerada um dos critérios privilegiado de seleção por parte de pais adotantes, para o desespero da mãe presa e a apreensão de defensores públicos e organizações civis. Natália do Lago, em sua dissertação de mestrado sobre as significações de presas em torno da prática de conectar os mundos de dentro e de fora da prisão, abordou brevemente este tema. Ao analisar o episódio de Ana, uma de suas quatro personagens, conta que a moça teve a filha retirada de seus braços 15 dias após o parto para que esta fosse entregue, por determinação judicial, a um casal interessado em adotá-la. Detalhe importante: tratava-se de uma menina branca, dois fatores que, como bem ressalta a autora, aumentam o interesse de famílias brasileiras em adotarem um bebê – recém-nascido, terceiro fator não menos importante. Embora Ana tivesse o direito de amamentar a filha por seis meses e contasse com o apoio da família para assumir o cuidado da criança após esse período, a mãe de Ana teve a guarda da menina negada. Segundo Lago, “[n]a decisão do juiz negando a guarda da criança à avó, o magistrado questiona a capacidade da mãe de Ana de cuidar da menina utilizando como argumento a noção de que ela não soube criar os próprios filhos, tendo em vista o envolvimento de alguns deles com atividades ilícitas” (Lago, 2014: 57). Portanto, mães que dão à luz filhos brancos podem correr mais riscos do que as que dão luz à filhos negros, por exemplo. Podem correr mais risco, mas não necessariamente correm, porque podem também depender da intersecção de outras categorias de articulação e das circunstâncias e interesses políticos envolvidos no “caso”.

encontrava-se engajada numa rede familiar suficientemente presente e abastada para lhe garantir uma experiência materna mais próxima de seu ideal.

É evidente que diferenças dessa natureza são contextuais e, portanto, encontram-se atravessadas por contingências políticas. Possivelmente se Mercedes tivesse passado pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário em condições políticas “regulares”, ou seja, sem o *caos* instaurado na ocasião do surto de varicela, dificilmente ela teria permanecido com a filha por quase um ano. Se Elsa tivesse contado com a atuação do consulado moçambicano para viabilizar o traslado de Bento, tal como faz sistematicamente o sul-africano¹¹⁵, possivelmente teria vivido no extinto *berçário* por menos tempo e com menores preocupações. Ou, ainda, se Lisa tivesse sido julgada por uma juíza indisposta a se deixar afetar pelos seus dramas familiares, provavelmente estivesse a cumprir pena em regime fechado e a enfrentar dilemas semelhantes aos de Elsa. Em suma, o surto, a falta de assistência consular e a (in)disposição de autoridades surgem como circunstâncias políticas determinantes na participação dessas mulheres no governo da maternidade e do aprisionamento.

Governo constitutivo e constituinte de redes de cuidado que operam, a um só tempo, como uma “linha associativa” e um “meio associativo” (Ferreira, 2010). Linha que articula a maternidade e o aprisionamento na intersecção de agentes como Estado, organizações civis, Igrejas e família; meio que articula esses agentes no alinhavar do travessão das díades mãe-filho e dentro-fora da prisão. Duas manifestações de uma mesma prática associativa tecida no cruzamento de fios de ferro e de leite. Prática ordinária que opera no, e faz operar o, “regime de processamento obscuro, precário e distante do sistema de justiça” (Godoi, 2015); que, por um lado, deriva da necessidade de *estrangeiras* acionarem uma série de estratégias para a sobrevivência de um vínculo circunscrito num certo “dever ser” feminino e, por outro, decorre da imprescindibilidade de elas articularem para si uma rede extensa de agentes capazes de lhes garantir a sobrevivência além e aquém dos limites da prisão e da maternidade. Prática de fazer família e também outras unidades (prisões, estatais e não-governamentais, por exemplo), que alinhava vínculos de diferentes naturezas (biológicos, físicos, legais, afetivos, materiais, profissionais e financeiros) através de “substâncias compartilhadas” (Carsten, 2004).

O sangue, o leite, os documentos, o vírus de varicela, as lágrimas, as falas (de conversas informais, segredos, julgamentos, reuniões, *atendimentos* e telefonemas), o dinheiro e,

¹¹⁵ *Puérperas* com passaporte sul-africano desfrutam do serviço de traslado oferecido gratuitamente pelo consulado desse país, por meio do qual os filhos nascidos na prisão são devidamente levados por uma assistente social sul-africana e entregues ao familiar que ficará responsável pela criança na África do Sul, após serem efetuados os relatórios sociais pelos devidos órgãos sul-africanos.

inclusive, as crianças conectam corpos e corpus na tensão entre os ideais normativos e as experiências concretas; medeiam e transformam as relações entre os agentes que colocam essas substâncias em mediação. Trata-se, portanto, de uma dupla e mútua mediação que gesta e gere novas formas de cuidar e punir; que desafia e atualiza a suposta uniformidade e universalidade dos ideais de maternidade e de Estado através, paradoxalmente, desses mesmos ideais; e que erige continuamente novas fronteiras espaço-temporais em dimensões não apenas prisionais.

Uma vez a criança transladada, é hora da circulação dessas substâncias ser reinventada para que o cuidado presencial materno siga sendo uma possibilidade. Uma possibilidade de fazer família, presas e prisão em meio à distância prisional transnacional. Se no presente capítulo, abordei a tessitura das redes de cuidado em processos de gestão da maternidade e do aprisionamento entre *estrangeiras* que deram à luz na prisão, no capítulo a seguir dou continuidade à reflexão acerca de tais redes, focando no modo como essas mulheres atualizam os vínculos com os, e por meio dos, filhos residentes no país de origem durante o cumprimento de pena em regime fechado.

Capítulo 4: As redes (sociotécnicas) de cuidado

Respiro fundo e tomo uns goles de água para renovar as energias e seguir o trabalho dessa segunda-feira fria e chuvosa de junho de 2011. Sou observada por Maretha que, sempre muito discreta, aguarda um simples cruzar de olhares para se aproximar. *Sul-africana branca*, 38 anos, separada, mãe de duas meninas e condenada a mais de oito anos de prisão por tráfico internacional de drogas, ela afirma com certa certeza que terá de cumprir toda a pena em regime fechado. Seu caso, amplamente veiculado pela mídia sul-africana, tomou dimensões inesperadas nas justiças criminais daqui e de lá em função do suposto envolvimento de autoridades nacionais em seu aliciamento.

Desde que nos conhecemos, Maretha repete o mesmo ritual no *atendimento* do ITTC: sem dizer nada, aguarda que eu ou outra pessoa da equipe encontre o e-mail de sua mãe, enviado rigorosamente todas as semanas; recebe-o de nossas mãos, senta-se ao meu lado e compartilha comigo trechos das mensagens. Numa dessas situações, há uns meses, Maretha me leu uma notícia determinante na escrita deste capítulo e nos rumos de meu trabalho de campo: a de que um programa jornalístico da televisão sul-africana finalmente veiculara a matéria para a qual ela e outras conterrâneas presas em São Paulo deram entrevista. Anotei o nome do programa e a data de veiculação da matéria para pesquisar na *internet*.

De minha casa, numa rápida busca, localizei o vídeo e assisti aos 20 minutos de reportagem. Poderia afirmar que tudo apresentado me era familiar, não fossem duas seqüências de cenas filmadas fora das penitenciárias: a que aborda o trabalho realizado por Dona Silvanete, fundadora da Associação Casa Recomeço, que abriga e assiste voluntariamente *estrangeiras* egressas ou aquelas que ainda cumprem pena nos regimes semiaberto ou aberto; e a que veicula o reencontro de Zelda, egressa *sul-africana branca*, com seus parentes no momento de seu desembarque no Aeroporto Internacional O.R. Tambo, em Joanesburgo. A existência e a atuação de Dona Silvanete me eram desconhecidas e acabaram por redefinir os rumos de meu trabalho de campo. Já a possibilidade de acompanhar a chegada de Zelda, ainda que de forma fragmentada (por conta da edição das imagens) e limitada (pelo enquadramento e pela voz da narradora

que silencia os protagonistas), lançou-me a questionamentos sobre as fronteiras prisionais e a importância de diferentes meios de comunicação na experiência de mães *estrangeiras* no atravessamento, desde a prisão, da distância transnacional. Para entrarmos nesses pontos apresento a descrição das cenas.

“*Zelda played and lost. Arriving back home she now has a second chance with no criminal record in South Africa*”. Enquanto a narradora pronuncia essas frases, nos instantes finais da matéria, assisto, pelas lentes de uma câmera distante, Zelda cruzar o portão de desembarque com um largo sorriso no rosto em busca das pessoas que a recepcionariam no aeroporto. Sua filha é a primeira a aparecer no enquadramento compartilhado até então com passageiros e transeuntes desconhecidos. A menina corre em direção à mãe, joga seu corpo contra o de Zelda que logo se agacha para pegar a filha no colo e lhe dar um abraço apertado. Na cena seguinte, ainda à distância, Zelda aparece no vão do aeroporto entre familiares. Sua mãe e sua irmã se abraçam, enquanto ela conversa com seu pai e seu irmão, mantendo sua filha no colo agarrada ao seu pescoço. Por fim, Zelda caminha no meio de sua família em direção à saída do aeroporto. De mãos dadas com sua mãe e sua filha, vemo-las e os demais se afastarem da câmera até se perder o foco.

Para além da emoção de assistir ao retorno de uma *estrangeira* com quem mantive certa relação, chamou minha atenção a intimidade e a familiaridade da recepção da filha de Zelda. A *sul-africana* foi presa quando a menina tinha apenas três anos de idade; permaneceu em São Paulo por dois anos distante dela – um ano e oito meses cumprindo pena em regime fechado e quatro meses na rua à espera de seu retorno para a África do Sul; e, durante o aprisionamento, enfrentou diversas restrições normativas para a manutenção do contato e do vínculo maternos. Minha curiosidade concentrou-se no entusiasmo da menina, de apenas cinco anos, ao ver sua mãe após dois. Como o vínculo foi mantido entre elas após esse tempo de prisão em um país exterior? Ou, de modo mais amplo, como mães *estrangeiras* e filhos se relacionam, se é que o fazem, quando separados por dois, quatro, cinco anos ou mais pelo aprisionamento em São Paulo? Como elas constituem tais relações?

Essas questões são o portão de embarque para o presente capítulo que abordará, mais detidamente, a dimensão transnacional da experiência dessas mulheres na Penitenciária Feminina da Capital. Partindo do princípio de que a prisão é uma instituição que, por excelência, opera sobre fluxos e fronteiras (Barbosa, 2005), meu objetivo neste capítulo é refletir sobre as tentativas de suspensão da equivalência entre a distância espaço-temporal e a ausência numa

escala transnacional, a partir da convergência de dois fenômenos: o aprisionamento num país exterior e as (im)possibilidades comunicativas.

À primeira vista, as *estrangeiras*, das quais 76% declaram ser mães, enfrentam diversas restrições para a manutenção do vínculo e da relação com filhos e demais familiares, dado o alto nível de isolamento: cumprem pena em regime fechado sem receber visitas de familiares; não têm o direito de realizar nenhuma ligação telefônica, sequer a cobrar, ao longo de toda a pena e podem – ou melhor, puderam até 2012 – receber apenas dois telefonemas por ano, cada qual com duração máxima de 20 minutos. Além disso, não têm acesso à *internet* e só podem se comunicar via correspondências que demoram semanas ou até meses para chegar ao seu destino final. Não à toa, a experiência prisional das *estrangeiras* tende a ser vista pelos atores intramuros como um “parêntese” (Cunha, 1994) no percurso de suas vidas. As maiores limitações comunicativas em função da distância transnacional, quando somadas ao fato de raramente elas reincidirem (ao mesmo no sistema penitenciário paulista) e, por isso, não criarem um ciclo de entradas e saídas da prisão ao longo da vida, produzem uma descontinuidade espaço-temporal durante o aprisionamento.

Apesar disso, meus dados de campo revelam uma série de relações que extrapola os muros da penitenciária. Contrariando a ideia de que *estrangeiras* vivem um maior isolamento pela ausência de laços sociais e familiares no país (Soares, Ilgenfritz, 2002; Ribas, Almeda, Bodelón, 2005; Matos, Barbosa, 2015) ou que elas não podem contar com a família e não dispõem de uma rede de apoio (Angarita, 2008), viso mostrar como todo um emaranhado de relações sociais é constituído através e em torno da relação de maternidade. Meu objetivo é mapear os modos como essas mulheres mobilizam artefatos e objetos técnicos para garantirem a manutenção das relações com os filhos e demais familiares em torno e através da maternidade por meio da criação de uma proximidade espaço-temporal que elas consideram necessária para tanto. Seguindo as pistas da cena da chegada de Zelda e, sobretudo, os dados de meu trabalho de campo com o ITTC, procuro mostrar de que modo elas criam mecanismos de se fazerem presentes por meio da circulação de fotografias, cartas, *e-mails*, telefonemas, dinheiro e mercadorias.

Para tanto, mobilizo algumas ferramentas conceituais que me pareceram apropriadas para a construção dos dados de campo. Mais precisamente, optei por tomar os artefatos e objetos técnicos não pela função das suas características externas ou formais, mas pelo modo como se articulam entre si e com agentes (Latour, 2002; Neves, 2006a); as técnicas não pelo resultado, mas pelos meios de ação sobre a matéria (corpo e coisas) que as definem (Leroi-

Gourhan, 1984); e as pessoas não pela noção de indivíduo constituído, atomizado, mas pelas ações que individualizam os agentes como sujeitos em relação (Strathern, 2006). Como se verá, essas ferramentas serão mobilizadas como viés da reflexão etnográfica a partir do pressuposto “simétrico”, quer dizer, a partir das interações não apenas dos humanos entre si (designadas “sociais”), mas também deles com os não humanos (designadas “técnicas”). A incorporação desse pressuposto me permitiu ampliar o escopo da reflexão de Scott (1998) acerca da experiência, incluindo nele as “co-ações técnico-humanas” (Martins, Garcia, 2006; Neves, 2006b) produtoras de redes sóciotécnicas (Latour, 1994). E isso se deu em função da maneira como os dados foram se apresentando ao longo da pesquisa.

Os objetos técnicos (incluindo entre eles o corpo, segundo a linha da proposta maussiana), as pessoas e as relações entre elas foram, desde muito cedo, mostrando-se revestidos de uma série de relações que não necessariamente coincidiam com suas fronteiras convencionais. Tornou-se cada vez mais difícil falar do corpo materno sem falar do filho *dentro da mãe, colado a ela* ou longe dela; falar de *estrangeiras*, em seu exercício materno transnacional, sem falar de cartas, fotografias, mercadorias e assim por diante; ou falar do binômio mãe-filho sem falar de familiares, amigas e outros agentes, como abordado no capítulo anterior. Em suma, foi-me parecendo cada vez menos rentável analiticamente falar dos agentes sociais e de suas ações senão a partir das relações que os relacionam, das relações que os produzem na produção de relações. Por isso, mantive a mesma diretriz dos capítulos anteriores de não encapsular os agentes e as relações em unidades pré-dadas e essencializadas. Sem dúvidas, o fato de eu ter atuado constantemente como mediadora das relações entre *estrangeiras* e seus familiares e amigas(os), desde minha atuação mediada no ITTC, garantiu-me posição privilegiada para tanto.

4.1. As fotografias e o seu estatuto indiciário

Sandra entrou na sala cantando e rebolando ao ritmo da música que ouvia no fone de seu *radinho* pendurado no pescoço. Estardalhaço rotineiro para um motivo também rotineiro: pegar conosco o *e-mail* enviado por algum familiar. Além das unhas e sombras azuis, brincos de argola grande e dourada, batom vermelho e rímel preto, a *colombiana*, 32 anos, expunha suas curvas em uma “*baby look*” branca e uma calça beje, ambas bem justas. “São justas sim, exatamente como devia ser a justiça desse país”, ironizava ela toda vez que uma funcionária lhe chamava atenção para a desobediência dos padrões do uniforme, desafiando assim aquilo que Goffman (2003) denominou de mortificação do eu nas instituições totais.

Sua imagem atual contrasta fortemente com a daquela jovem franzina, desleixada e abatida que, em meu primeiro ano de trabalho de campo, arrastava-se até os *atendimentos* para se lamentar da distância que a separava de Diego, seu filho nascido durante o cumprimento da pena. Chorava ao dizer que não acompanharia o crescimento do menino e nem seria reconhecida por ele quando retornasse à Cali. Chorava também quando se referia a Paola, sua primogênita de nove anos, que naquela altura achava que a mãe estava no Brasil temporariamente para fins laborais. Sandra tinha pânico só de imaginar a reação da menina quando ela recebesse a notícia.

Lembro-me bem do dia em que Sandra se despediu de sua mãe e seu filho, às vésperas do embarque dos dois para a Colômbia. Em frangalhos, contou-nos que estava há dias sem comer e trabalhar, tomada pela angústia e a insônia. Tentamos, em vão, consolá-la, mas ela parecia não estar ali. Estava imersa na sua dor e nas duas fotografias que sacou do bolso assim que nos viu – uma dela grávida de oito meses e a outra dela com seu filho recém-nascido. “Foram tiradas lá no berçário”, comentou ela atravessando a fala de uma de minhas colegas de equipe, enquanto fitava e acariciava a imagem do bebê num choro crescente:

Parece que a minha vida acabou! Não queria me separar do meu bebê. É muito sofrimento, muito! [...] Fiquei com ele nove meses dentro de mim. Aí nos últimos oito meses vivi colada com ele. Não me separei dele nem um minuto. Ele era parte de mim. A gente tomava banho junto todos os dias, abraçados. Acordava, dormia e comia... fazia tudo, tudo junto. E agora vou ficar sem ele por quatro ou cinco anos. Não vou poder acompanhar o crescimento dele, não vou poder criar ele. É muito tempo longe! Ele nem vai me reconhecer, não vai saber que eu sou a mãe dele. Ele nasceu de mim, ficou comigo este tempo todo, e agora? Ele nem vai me reconhecer! [E após a consolarmos, ela ponderou] Pelo menos ele vai ficar com a irmã e com a avó, não vai ficar com um monte de gente estranha nesses abrigos.

Como comentado no capítulo anterior, os momentos da entrega e do traslado dos bebês são considerados um dos mais difíceis pelas mães que dão à luz na prisão. Vimos que a dureza da ruptura tem a ver, dentre outras coisas, com o fato de terem vivido nove meses com os filhos *dentro de si* e cerca de seis meses *coladas com eles* durante a amamentação. Portanto, mais do que ruptura da interação entre duas unidades corporais distintas, poder-se-ia falar da ruptura de um só corpo em duas partes, tal como sugere a fala da *colombiana*. Corpo plástico, que ganha modos de existência distintos nos momentos da gravidez e da amamentação, mas que se mantém unívoco em ambos. Corpo que, ao ser dividido, tão logo uma de suas partes é retirada da prisão, sofre as dores físicas e emocionais de uma amputação e produz crises existenciais na mãe. Em suma, corpo que, muito embora sofra com as mudanças decorrentes da cisão, apresenta-se como flexível e capaz de se transformar e se configurar como uma unidade que não coincide necessariamente com os limites anatômicos (Sautchuck, 2007; Gregori, 2011).

Essa flexibilidade talvez explique, ao menos em parte, o fato de Sandra ter se recuperado da ruptura e estar atualmente muito diferente: seu corpo se transformou e se reconfigurou, de modo que o vazio deixado por aquela parte que se foi, quer dizer, o filho tornou-se espaço liso para novos arranjos corporais, maternos e familiares e, claro, para uma Sandra bem diferente daquela tomada pela dor. Hoje ela é outra mulher: irônica, bonita, vaidosa e segura de si, que muito se dá a exibir lá dentro com sua família sempre debaixo do braço num álbum de fotografias, isto é, um caderno escolar aramado no qual presas colam as imagens de seus familiares, já que aqueles propriamente vendidos no mercado não são permitidos na PFC.

Capaz de gerar narrativas sobre si mesma e suas relações intra e extramuros, o álbum foi um meio por onde acompanhei episódios associados ao exercício da maternidade e de outros vínculos. Nesse espaço, *estrangeiras* conseguem reunir os familiares, a despeito das intrigas e distâncias afetivas e físicas que os podem separar. Conseguem também solenizar momentos familiares e reforçar sua coesão (Bourdieu, 1989), seja ela idealizada ou efetivada. E, por fim, conseguem minimizar a perda do tempo familiar no contexto transnacional (Carrillo, 2008) e diminuir a sensação de estagnação do presente prisional a partir da disposição das fotos de antigos e novos membros.

O álbum de Sandra, por exemplo, está preenchido com dezenas de fotos: imagens da mãe, do pai e o novo namorado da mãe; da irmã, do cunhado e os filhos destes; do irmão e o sobrinho recém-nascido; e de seus próprios filhos. Imagens que, uma vez reunidas, dão vida àquelas pessoas em arranjos ora solitários ora coletivos, ora sincrônicos ora diacrônicos. Paola e Diego são os principais protagonistas com fotografias desde o nascimento até o momento atual. Como a menina é mais velha, os intervalos de tempo entre uma e outra são maiores do que os intervalos das fotos do menino. Questionada sobre os motivos de tantas imagens dos dois, Sandra me falou da importância deles e das fotografias em sua vida:

Eles são minha vida, são tudo para mim. Eu gosto de ficar olhando, fazendo carinho, e... depois, eu estou na cadeia, né? É o jeito que eu tenho para ficar com eles. Vejo o tamanho deles, como eles estão, se estão fortes, bonitos! Sempre estão, né?! [risos] A minha filha já está com os peitinhos crescendo, olha! É o único jeito que a gente tem... eles não estão aqui para me visitar. Eu quero acompanhar eles cresceennnddo-ooo! E...[pausa]. Você pode me achar doida, mas tem dia, quando estou triste ou com saudades (esses dias que a gente passa aqui dentro) aí eu fico com eles, faço carinho no rosto deles... chego a sentir a pele e o cheiro deles [risos]. É sério, eu sinto mesmo!

A fala de Sandra mostra que as fotografias não são meras imagens ou objetos de troca, algo também observado por Fedyuk (2012) em estudo sobre ucranianos migrantes na Itália. Para as *estrangeiras*, assim como para esses ucranianos, as fotografias se tornam parte

constitutiva das relações transnacionais: elas mantêm viva na lembrança dos deslocados uma vida familiar idealizada e temporariamente suspensa pela separação transnacional; mantêm vivas também as obrigações e responsabilidades dos familiares si. No caso das *estrangeiras*, esse modo de existência das fotografias está diretamente relacionado com sua possibilidade de corporificar os fotografados. Acompanhar o desenvolvimento físico, fazer carinho, sentir a pele e o cheiro são práticas de produção de presença na ausência realizadas por presas que não contam com as mesmas possibilidades (mais ou menos remotas) que os migrantes ucranianos de acessarem as chamadas novas tecnologias da informação ou de realizarem retornos periódicos ao seu país de origem. Presas que, comumente sem qualquer chance de receber visitas, buscam tecer presenças dos familiares e amigos do lado de cá e a sua do lado de lá na ausência instaurada pelo aprisionamento e por uma série de limitações comunicacionais.

A importância que Sandra e outras *estrangeiras* dão ao álbum de fotografias familiar revela sua dimensão pragmática de tornar presente os corpos dos parentes ausentes no silêncio da imagem. Numa reflexão sobre a pragmática do ato fotográfico, Dubois aborda brevemente os álbuns no esforço de desvendar, na própria natureza desse artefato, aquilo que lhe imputa tamanha importância. Diz ele:

O que confere tamanho valor a esses álbuns não são nem os conteúdos representados neles próprios, nem as qualidades plásticas ou estéticas da composição, nem o grau de semelhança ou de realismo das chapas, mas sua dimensão pragmática, seu estatuto de índice, seu peso irreduzível de referência, o fato de se tratar de verdadeiros traços *físicos* de pessoas singulares que estiveram ali e que tem relações particulares com aqueles que olham as fotos (Dubois, 1993: 80).

Muito embora os conteúdos representados nas imagens tenham sua importância para as *estrangeiras* no acompanhamento do desenvolvimento físico dos filhos e da dinâmica familiar, é inegável que o que confere tamanha importância ao álbum é mais do que isso, quer dizer, é o seu estatuto indicial¹¹⁶, a sua capacidade de corporificar e reunir os familiares, (re)compor a coesão familiar e imprimir certa dinâmica temporal (diacrônica) à família e à prisão. No entanto, para que esse estatuto se concretize no contexto intramuros é necessário que elas recebam fotografias do exterior com alguma frequência.

¹¹⁶ Na reflexão sobre o ato fotográfico, Dubois, fundamentado nas formulações de Charles Peirce, apresenta uma definição de índice, contrastando-a com as de ícone e de símbolo. Diz ele: “[...] os índices são símbolos que mantêm ou mantiveram num determinado momento do tempo uma relação de conexão real, de contigüidade física, de co-presença imediata com seu referente (sua causa), enquanto os ícones se definem antes por uma simples relação de semelhança atemporal, e os símbolos por uma relação de convenção geral. (Dubois, 2001: 61). O antropólogo Alfred Geel também se fundamenta nas conceitualizações de Peirce para definir os objetos de arte como índice, quer dizer, como um sistema articulado de ações que visa transformar o mundo. Desenvolverei esse ponto no entrecapítulo.

Quando isso não ocorre, o efeito produzido pode ser outro: a dinâmica familiar e também a prisional podem ganhar uma temporalidade com tendências à imobilização. A primeira tende ao congelamento do passado, obrigando *estrangeiras* a se contentarem com lembranças passadas e lidarem com a sensação presente de *abandono*; já a segunda, tende ao congelamento do presente, cristalizando a dura e repetitiva rotina intramuros, como certa vez me explicou a recém-egressa *búlgara* Dorina:

As fotos são muito importantes para quem está presa e não recebe visita, você não faz ideia. Eu fiquei sem ver meus filhos quase 5 anos, porque minha família só me mandou foto antiga, do tempo em que eu ainda estava lá. Aí, quando eles me mandaram uma dele com sete anos, já no finalzinho da minha cadeia, eu quase morri! Eu não podia acreditar: meu bebê que deixei com dois anos estava daquele tamanho! Chorei de alegria... e de tristeza também. Doeu muito ver que perdi toda essa fase da vida dele. Não sei bem como explicar, mas vira uma companhia. Tem mulher que chega a sentir a pele, o cheiro da pessoa na foto! Não foi meu caso. Eu só tinha foto antiga e acabava deixando as minhas guardadas. Ficava só com as cartas mesmo e olhava as fotos só de vez em quando. Mas era ruim. Elas me davam a sensação de que minha família tinha parado no tempo das fotos. Junta isso com o tempo na cadeia, que não passa nunca... já viu, né? Parecia que tudo estava parado. Todos os dias iguais aqui dentro, aí meus filhos sempre iguais nas fotos. Parecia que eles tinham me abandonado e eu só ficava com aquela lembrança antiga. Mas aí vinham as cartas e diziam que não. Era muito ruim, dá vontade de chorar só de lembrar. Por isso que eu guardei as fotos e não vi mais.

Interessante notar que Dorina, através do não recebimento frequente das fotografias, mostra como elas são um meio de interação entre a prisão e seu mundo familiar. Ou melhor, mostram como elas se tornam um meio de interação, nesse caso, apenas em composição com outras “coisas”¹¹⁷, tais como as correspondências. O seu não envio regular, quando associado à contínua troca de cartas e *e-mails*, tornam-se lembranças materiais que empurram para o passado uma relação que se esforça para manter-se viva no presente das correspondências ainda por vir. Elas passam a produzir ausências em detrimento das presenças e, juntamente com as práticas que tornam o cotidiano da prisão repetitivo e maçante, acabam por congelar o presente prisional e o passado familiar, desaguando assim na sensação de *abandono* entre as presas.

Nesse caso, faz todo sentido a *búlgara* guardar as fotografias antigas com vistas a não criar curto-circuitos na produção de presença dos filhos na prisão por meio da troca contínua

¹¹⁷ Tomo o termo “coisa” na acepção de Ingold (2012), ou seja, como “[...] um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam”. Assim concebida, a “coisa” “[...] tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas” (Ingold, 2012: 29). Tenho clareza que no contexto criminal e prisional paulista a palavra *coisa* refere-se a quem é considerado inimigo do PCC, isto é, policiais, membros excluídos, integrantes de outras facções, estupradores (Marques, 2009). Apesar disso, optei por manter o seu uso na formulação ingoldiana não apenas porque ela alinha-se às minhas reflexões, mas também porque *estrangeiras* não costumam fazer uso nos termos do *Partido*. Mais ainda, muitas delas não a fazem por uma questão política: para expressar sua posição fora do *mundo do crime*. Nesse caso, a adoção de tal termo tem como intuito também não apagar um posicionamento político dessa coletividade.

de cartas e *e-mails*. Em outros termos, faz todo sentido ela guardar as fotos antigas, porque o tempo presente e as presenças dos familiares não são unidades dadas de antemão, mas produtos de técnicas e da associação entre determinadas “coisas” (corpos, cartas e *e-mails*). “Coisas” que, por sua vez, não são, cada qual, uma unidade individual pré-dada, fechada em si mesma e com sentidos próprios, mas sim vazadas e capazes de ganhar modos de existência diversos quando associadas umas com as outras através de uma série de técnicas – neste caso, a de envio, leitura e ocultamento.

As presas também podem enviar suas presenças em fotografias aos familiares, se é que tal “coisa” ganha esse mesmo modo de existência do lado de lá. A elas é dado o direito de serem clicadas dentro dessa prisão por um fotógrafo autorizado pela direção da unidade em datas comemorativas. Três fotos no valor total de R\$10,00 (dez reais) é o pacote que Sandra não perde por nada. A *colombiana* é daquelas que sempre está a postos para posar diante das lentes do fotógrafo, seja com *parceiras* (geralmente para guardar de lembrança ou enviar nos *pedalos*¹¹⁸) ou sozinha (normalmente para enviar aos filhos). Ela desfruta de todo o ritual dos cliques: desde a escolha de adornos, o ensaio de poses e a produção de maquiagem, unhas e cabelos, passando pelos momentos dos cliques, até as conversas de recapitulação dos melhores momentos. Eventos que, para ela, colorem o cinzento cotidiano intramuros e ajudam a manter o presente prisional distante de seu estado sólido de congelamento.

Foi numa foto com as *parceiras* que Sandra foi vista pela primeira vez por Ernesto, colombiano que cumpre pena na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, em Itaí, unidade exclusiva para homens estrangeiros, localizada a cerca de 300 quilômetros de São Paulo. Do que ouvi dizer, sucedeu o seguinte: uma *parceira* de Sandra enviou ao namorado, também preso no Itaí, uma correspondência contendo uma foto sua com outras presas, dentre elas, Sandra. Essa imagem circulou pelas mãos dos *parceiros* do namorado da moça, seguindo uma prática do mercado de “casos e casamentos” (Padovani, 2015) entremuros. Ao ver Sandra, achá-la atraente e descobrir que era solteira e sua conterrânea, Ernesto logo recrutou o casal de namorados para promover o contato dele com a *colombiana* via cartas e telefonemas celular. E funcionou. Sandra aceitou a investida do rapaz, a despeito do caso que ela mantinha com uma *brasileira* dentro da unidade.

¹¹⁸ *Pedalse* *pedaladassão* termos ênicos utilizados por *estrangeiras* para se referir especificamente à interação de caráter afetivo-sexual, via correspondências ou telefonemas celulares, com pessoas que geralmente se encontram dentro de outras prisões. Há, no entanto, entre *brasileiras* um sentido mais amplo do termo que remete à rede de ajuda intra e extramuros. Segundo Padovani, “alguém que envia cartas, ‘jumbos’ ou faz visitas está ‘no pedal, no corre, pedalando, correndo junto’. ‘Caminhar junto’ é ser os ‘pedals’ uns dos outros” (Padovani, 2015: 77).

O pedido de casamento não tardou a chegar aos *pedalos* na PFC. Atrelado a ele, veio a promessa de o pretendente contribuir para o sustento dos filhos da moça. Pedido aceito, promessa cumprida – até que a *liberdade* de Sandra os separasse. A distância entremuros selou o matrimônio¹¹⁹, relação que estará a todo tempo condicionada, porém não restrita, aos interesses da *colombiana* de sustentar os filhos no aprisionamento e se fazer mãe por meio desse sustento. Se é fato que o dinheiro sustenta a relação conjugal (Zelizer, 2009), também o é que o mesmo se encontra articulado com o afeto em trânsitos marcados pelo gênero e por motivações cujo fim é a satisfação de necessidades e desejos de diversas ordens, tal como referiu Adriana Piscitelli (2011) para outro contexto transnacional. Satisfação contingencial que, no contexto prisional feminino, tende a terminar com a *liberdade* (Padovani, 2015): finda a pena, findo os dois relacionamentos amorosos de Sandra. Mas será bom enquanto durar. Ela manterá seu caso intramuros, seu casamento entremuros e sua maternidade extramuros por meio dos fios de afetos, interesses e cuidados. Fios que enredarão aquilo que Janet Carsten (2004) denominou *relatedness*.

É interessante observar como os muros prisionais, que tiveram um papel importante na ruptura de Sandra com seu filho, voltam a tê-lo, porém de modo diferente. Não mais como limite-guilhotina, que amputa seu corpo, mas como limite-póros, que possibilita a articulação da *colombiana* presa com outros agentes. Muros, a um só tempo ruptura e mediação, que convidam *estrangeira* a extrapolar os limites prisionais e nacionais e se aventurar na produção de um emaranhado de relações que não ganharia tal conformação se estivesse totalmente dentro ou totalmente fora da unidade. Muros que dependem desses “vasos comunicantes” para se atualizar enquanto tais, para se efetuar contínua e temporariamente como participação e separação, ou seja, como partilha (Rancière, 2005; Comfort, 2007b).

E foi através desses muros que o sustento dos filhos de Sandra ganhou o seguinte contorno: um amigo do marido, residente em Cali, passou a frequentar a casa da irmã de Sandra esporadicamente para entregar o dinheiro destinado aos custos dos filhos da *colombiana* presa. Certa vez, pude indagá-la sobre essa trama e ela foi categórica:

Se for para ajudar meus filhos, mandar dinheiro para eles, eu caso e descaso! Caso com ele e tenho um caso aqui [dentro da prisão]! [risos] É bom, porque posso ajudar minha mãe no sustento das crianças e também comprar uns presentinhos para todos eles. Coisas que eu já comprava e que quero que eles continuem tendo – roupas, sandálias, brinquedos, esse tipo de coisa. Peço à minha mãe e à minha irmã para comprarem pra

¹¹⁹ Natália Lago narra algo bastante semelhante quando uma de suas personagens presas fala da dimensão produtiva dos muros em um “[...] relacionamento que não apenas se mantém a despeito das distâncias criadas pela prisão, mas que se fortalece diante dessas mesmas distâncias” (Lago, 2014: 76).

eles e dizerem que a mamãe mandou. Assim, eles sabem que a mãe deles está presa aqui, mas que não se esqueceu deles, que tá lá com eles e que ama muito os dois. Digo [ao marido] que amo, que estou apaixonada, que sou esposa dele. Eu digo! Faço sexo e tudo [por meio dos *pedalos*][...]. Aí ele fica calminho, calminho, diz que a cadeia pesa menos. Minhas parceiras aqui falam para mim 'Sandra, você está louca! Você é maluca. A Adriana [o seu caso] vai descobrir!'. Mas eu não estou nem aí, enquanto estiver assim, eu aqui e ele lá me ajudando, está tudo ótimo. É assim que tem que ser, não é? É melhor tirar a cadeia do que a cadeia me tirar!

Sandra, de fato, *tirou a cadeia*¹²⁰. Cumpriu sua pena, zombou de alguns limites, negociou relações familiares e de gênero e garantiu melhores condições de vida na interface entre o interior e exterior de duas prisões. Experimentou as potencialidades das fronteiras prisionais e nacionais, dos arranjos afetivos-sexuais e maternos, afastando o tempo familiar e o prisional de seus estados sólidos (de congelamento) a partir de fluxos intra, entre e extramuros. Fluxos desdobrados em mercadorias, dinheiro e fotografias; feitos de *ajudas*, cuidados, deveres, direitos, interesses e afetos ao longo dos quais seu corpo, que já havia, em outro momento, me parecido estar em vias de sucumbência, e sua maternidade, que já havia lhe parecido estar em vias de insolvência, ganharam novamente vida. Fluxos que, uma vez constituídos na separação da prisão, recusaram-se à contenção: atravessaram os limites dos muros, das “coisas”, dos corpos e das relações e produziram sua presença.

4.2. A cartas e os *e-mails* como uma espécie de visita

Minha reflexão em torno das correspondências (cartas e *e-mails*) teve como ponto de partida a análise de Susel da Rosa (2008) sobre a produção de presença epistolar através da escrita, leitura e releitura. Partindo das formulações propostas por Foucault (1992) sobre a escrita de si, a autora mostra como as cartas de um ex-sargento preso na ditadura militar brasileira comportam sua “presença quase física” quando lidas pela esposa destinatária. Segundo da Rosa, essa “quase presença” vigora através do gesto da escrita que é, em si mesmo, uma forma de se mostrar, de dar-se a ver ao outro. Sua atuação sobre o remetente e o destinatário, através das técnicas de escrita e de leitura/releitura, respectivamente, ameniza os perigos da solidão, dando ao que se viu ou pensou um olhar possível (Foucault, 1992).

Na Penitenciária Feminina da Capital, as cartas também atuam em virtude dos gestos da escrita, leitura e releitura, garantindo às presas o compartilhamento de uma série de eventos, dentre detalhes do cotidiano da unidade, momentos de alegria e angústia, acontecimentos marcantes na unidade, em outra prisão e em casa, lembranças e saudações, informações processuais,

¹²⁰ O verbo *tirar* significa “zombar, debochar”. Já a expressão *tirar a cadeia* tem o sentido de “cumprir a pena”. Quando Sandra faz o trocadilho “melhor tirar a cadeia do que ela me tirar”, ela aciona ambos os sentidos.

penais e parentais. No que diz respeito aos filhos, garantem, além disso, o compartilhamento de afetos, de problemas e suas soluções, da participação em atividades domésticas, físicas e musicais e, por fim, de práticas e regras de educação, alimentação, convivência familiar e higiene. Entre as *estrangeiras*, elas podem circular via *e-mail* ou correios, dois modos de circulação cujas técnicas de envio e recebimento são determinantes na constituição de duas modalidades de presença.

Quando circulam por *e-mail*, a logística funciona da seguinte maneira: uma vez por semana um dos membros do ITTC faz sair do endereço eletrônico da ONG cartas, de no máximo duas páginas, com destino ao endereço virtual que é escrito pela remetente no canto superior da folha. As respostas são enviadas pelos destinatários ao endereço virtual da ONG que, por sua vez, levam-nas impressas para as *estrangeiras* no atendimento da semana seguinte. Como nem sempre os destinatários têm acesso direto à *internet*, pode ser necessário a atuação de mediadores. Esse é o caso de Sandra, cujo cunhado (marido de sua irmã) assumiu a responsabilidade de receber e enviar as mensagens que circulam de um lado a outro. Como é o único membro da família com um domínio mínimo de *internet* e computadores, cabe a ele imprimir as mensagens a serem entregues em mãos à mãe, irmã ou filhos de Sandra ou, quando a impressão não é possível, lê-las ao telefone para eles. As respostas dessas mensagens, escritas à mão ou ditadas, são, respectivamente, escaneadas ou digitadas por ele para serem, em seguida, enviadas ao endereço virtual do ITTC.

A necessidade de mediação do ITTC na troca de *e-mails* se deve à impossibilidade legal do uso de *internet* nas prisões de todo o país. O acesso a esta tecnologia por pessoas em cumprimento de pena de prisão é terminantemente proibido, o que impede *estrangeiras* de usufruírem de uma importante ferramenta em contextos de migrações transnacionais: impossibilita trocas mais velozes das mensagens escritas e o compartilhamento da vida em redes sociais e em teleconferências (Carling et al., 2012); impossibilita também o acesso transnacional ao local de origem por meio de conteúdos como música, vídeos, fotos e notícias de jornais locais (Brignol, 2012); ou, ainda, impossibilita o desenvolvimento de laços simbólicos com o local de origem e com as “comunidades irmãs” presentes em outros países (ElHajji, 2011). Nesse caso, *estrangeiras* ficam impedidas de explorar as possibilidades de ação da ferramenta apresentada pela literatura transnacional como decisiva não apenas para o compartilhamento da vida familiar na separação transnacional, mas também para a decisão dos migrantes pela permanência prolongada no exterior – muito embora sua exploração sempre esteja (de)limitada por condições

econômicas, trabalhistas e de infra-estrutura de um e/ou outro lados (Cólera, 2010; Madianou, Miller, 2012). Mas, sem acesso à *internet*, tudo isso pouco sentido faz às *estrangeiras*.

Sua importância tende a ganhar sentido apenas na mediação promovida pelo ITTC. Considerando a importância das cartas no contexto prisional, a lentidão que marca sua circulação transnacional e a proibição da *internet*, o Instituto firmou um protocolo junto à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, em meados dos anos 2000, com vistas a acelerar a troca de correspondências entre não nacionais presas e seus familiares. No princípio, as correspondências das *estrangeiras*, que naquela altura falavam somente línguas escritas em alfabeto romano, eram digitadas por algum membro da equipe desde a sede do Instituto e enviadas ao destinatário através de um endereço digital da própria ONG. Como a demanda cresceu rápida e vertiginosamente, abriu-se mão da digitação em favor da digitalização. Tal mudança colocou abaixo certas fronteiras entre o analógico e o digital: as imagens escaneadas das correspondências passaram a atuar não apenas em virtude dos gestos da escrita, leitura e releitura, mas também da apreciação de coisas que se perdem num *e-mail* digitado – isto é, imagens de caligrafia (escrita, riscada e apagada), assinaturas, desenhos e beijos em batom.

Para Maretha, por exemplo, aquela *sul-africana branca* que costuma compartilhar trechos dos seus *e-mails* comigo, tal mudança faz toda a diferença. Ao longo do aprisionamento, a digitalização e a intensificação da troca de *e-mails* criaram possibilidades para sua mãe perceber seu estado de espírito a partir do formato de sua caligrafia. Soube disso certa vez que ela me leu um dos trechos, no qual Linda pedia para a filha revelar os motivos de tanto nervosismo. Maretha contou-me que vinha recebendo ameaças brandas de *sul-africanas* em seu pavilhão em função do fato de ter delatado, às justiças brasileira e sul-africana, um *nigeriano* e autoridades (negras) de seu país envolvidos em seu aliciamento para o tráfico. Muito embora a moça compartilhasse a rotina e os sentimentos mais íntimos com a mãe, achou conveniente não lhe contar sobre essa tensão intramuros – já bastava as ameaças do lado de lá que vinham obrigando a senhora de quase 70 anos a mudar de casa e até de cidade.

Mas a caligrafia de Maretha denunciava à Linda seu estado emocional, independentemente do conteúdo das mensagens. Se a escrita estava pequena e apertada, a mãe sabia que ela se encontrava triste; se estava tremida e corrida, que ela estava nervosa ou apreensiva; e se estava bem arredondada, grande e simétrica, a mãe ficava tranqüila, a filha passava bem. Nesse caso, a habilidade materna em cartografar e vigiar os afetos da filha nas folhas de papel se deve menos à sua capacidade individual interpretativa do que à tessitura de uma relação cuja interação física

se desenrola no vaivém de *e-mails* e, em menor medida, de mercadorias, cartas e fotografias. Ou seja, não se trata simplesmente de interpretar os sinais deixados pela filha no conteúdo registrado, mas antes de viver a relação de maternidade a partir do compartilhamento dos escritos que circulam entre um lado e o outro. Esse compartilhamento é tributário do caráter indicial de *e-mails* e cartas e da sua decorrente capacidade de objetivar remetentes junto a destinatários.

Os *e-mails*, por exemplo, carregam signos, tais como a caligrafia, que mantêm uma ligação material e existencial com a remetente. Signos que, ao atravessarem a distância prisional transnacional e entrarem em relação com a mãe destinatária, têm suas informações transformadas em ação: atualizam a presença da remetente diante da destinatária no momento em que esta lê os indícios afetivos inscritos no conteúdo e na caligrafia daquela. Nesse caso, a caligrafia se torna um “rastros”, isto é, um signo indicial de materialidade corporal, um vestígio da ação efetuada por uma pessoa através de seu corpo sobre outras materialidades. Tais quais as “coisas” definidas por Ingold (2012), ela pode carregar componentes subjetivos, comportamentais, linguísticos, financeiros, afetivos, bem como interações, associações, controles e conflitos. Seu estatuto, como bem afirma Fernanda Bruno numa reflexão em torno dos rastros digitais¹²¹ (2012: 685), “[...] situa-se num limiar entre presença e ausência; visível e invisível; duração e transitoriedade; memória e esquecimento; voluntário e involuntário; identidade e anonimato etc”.

Estatuto que faz da caligrafia de Maretha um “rastros” capaz de atualizar a relação com sua mãe, ampliando exponencialmente a superfície interativa entre elas e permitindo a Linda perceber o estado emocional da filha, como se estivesse olhando dentro de seus olhos:

Eu e minha mãe estamos sempre juntas! Ela me manda *e-mail* e carta pelo menos duas vezes na semana, me liga, me manda sedex... sedex nem sempre, porque é muito caro. Eu também escrevo sempre, mando fotos de vez em quando, mas ela consegue me ver mesmo nos *e-mails*. Ela me vê mesmo, como se estivesse olhando nos meus olhos. Eu sinto isso quando escrevo. Aí nem adianta eu mentir, porque ela sabe como eu estou só pela minha letra.

¹²¹ A partir da perspectiva da teoria ator-rede, Bruno (2012) lista alguns postulados dos “rastros digitais”, demonstrando seu caráter fragmentário, ambíguo e polissêmico. Segundo a autora, os rastros são: 1) mais ou menos visíveis, apresentam uma visibilidade variável, múltipla e que, portanto, implica técnicas distintas de visualização, as quais, por sua vez, interferem no seu modo de existência; 2) eles são mais ou menos duráveis, persistentes e, portanto, guardam espessuras temporais variáveis; 3) são mais ou menos recuperáveis e se prestam à memória e ao arquivamento de modos distintos; 4) são mais ou menos atrelados à identidade daqueles que os produzem, porque podem explicitar a autoria ou vigorar o falso ou o heterônimo; 5) por fim, envolvem necessariamente uma inscrição material mais ou menos recuperável por outrem e, nesse sentido, remetem ao coletivo, à ação de terceiros. Embora os dados de campo tratem não apenas, e nem propriamente, dos rastros digitais abordados por Bruno, seus postulados são bastante operativos para se pensar os rastros produzidos no contexto das *estrangeiras*. Ademais, eles nos possibilitam entrever a atualização concomitante de um mesmo “rastros” como evidências, quando à serviço dos aparatos de controle e cuidado familiares; como provas (criminais), quando à serviço dos aparatos de controle e vigilância prisionais; e como mediadores das ações que lhes deram origem, quando à serviço da tessitura de laços familiares prisionais transnacionais.

A fala de Maretha ecoa as reflexões de Susel da Rosa (2008) acerca da importância da técnica na interação epistolar entre quem está dentro da prisão e quem está fora dela. Suas palavras retratam, de modo similar às da autora, uma relação que é tecida a partir dos gestos da escrita e da (re)leitura e que, por isso, abre possibilidades de colocar em suspeição os limites não apenas da prisão, mas também dos indivíduos separados por eles. Mas enquanto da Rosa (2008) explora essas possibilidades a partir da noção de uma “presença quase física”, Maretha nos sugere a produção de uma presença que se faz plena. Não há, em suas palavras, qualquer interrupção desse processo que justificaria o termo “quase”. Ao contrário, há atos e sensações que as colocam, de modo inusitado, frente a frente. Atos e sensações que podem variar segundo o grau das presenças produzidas com diferentes técnicas e arranjos entre as “coisas” mobilizadas por remetentes e destinatários.

Primo das cartas convencionais, os *e-mails* escaneados/impressos são comumente marcados pela sua circulação semanal, gratuidade e, para as falantes de português e espanhol, pela isenção de qualquer fiscalização do conteúdo escrito por parte da unidade prisional. Sua mobilidade e materialidade permite que eles sejam lidos, relidos, guardados e carregados junto ao corpo. No entanto, queixam-se muitas *estrangeiras*, o limite de duas páginas para cada uma delas por *atendimento* restringe a presença no papel e exige das remetentes um enorme esforço para fazer caber os fios das relações naquele curto espaço. Nesse registro, quando necessitam de mais espaço-tempo de interação recorrem às cartas.

Em função de sua mobilidade, sua legalidade, seu baixo custo de envio e da ausência de limites de páginas, estas “sempre foram e ainda são um vaso comunicante fundamental” nas prisões (Godoi, 2010: 70); elas são “a materialização da porosidade institucional e, na medida em que tem a forma de um papel embrulhado por envelope impresso com nomes, endereços de remetentes/destinatários, data de postagem, carimbo do e, principalmente, de qual correio[...], [são] também registro documental dos fluxos que a atravessam” (Padovani, 2015: 115); “uma prática que permite a ela [remetente] sair do cárcere [e] conversar com pessoas para além do seu pavilhão” (Lago, 2014: 76) – sejam estas pessoas amigos, familiares, presos (des)conhecidos, agentes e voluntários de organizações civis¹²² ou pesquisadores.

Além disso, as epístolas são também definidas como “[...] formas diferentes, adaptadas para [presas] manterem o lugar de mãe e as relações em torno e através da maternidade”

¹²² A Pastoral Carcerária, por exemplo, além de receber cartas com denúncias e demandas religiosas ou assistenciais (muitas vezes referentes a processos criminais), recebe também cartas de cunho íntimo e pessoal. Para estas, conta com uma série de voluntários que as lê e responde e que, muitas vezes, nunca puseram os pés na entrada de uma unidade prisional.

(Brito, 2007: 72); como “um meio importante para o contato entre mães e filhos distantes” (Lopes, 2004: 100); “um meio substituto às visitas esporádicas ou àquelas que não podem ocorrer” (Ibid: 123); “paliativos à dor do afastamento” (Ibid: 142); “um mundo carregado de imagens que cada um colore a sua maneira” (Ibid: 90). Porém, “um recurso limitado para aquelas mães que não sabem escrever” (Ibid: 90).

Nas relações amorosas prisionais, são apresentadas como documentos que definem e registram pessoas em instâncias conjugais, familiares e estatais e que produzem (i) mobilidades físicas em e entre fronteiras prisionais e transnacionais (Padovani, 2013). São também definidas como metonímias do corpo, quando “[...] mulheres [de presos] transformam o papel em pele, adornando e perfumando as suas cartas, construindo um substituto corporal permitido nas áreas restritas do estabelecimento correcional e que penetra no espaço íntimo do recluso” (Comfort, 2007b: 1062).

Nas mãos dos funcionários surgem como instrumentos de vigilância e controle de presas(os) e seus parentes extramuros: meio de “acesso a algum plano de fuga, resgate etc.”, de “controle do que acontecia na família das presas” e, sobretudo, “de controle da vida íntima das presas” (Taets, 2012: 104), algo que ocorria também em Portugal nos anos de 1990 (Cunha, 1994). São também objetos de monitoramento, censura, extravio e abuso de poder por parte de funcionários prisionais (Soares, Ilgenfritz, 2002; Comfort, 2007a; Godoi, 2010). Podem vir a ser também, e concomitantemente, objetos de prazer e risos daqueles que as fiscalizam (Taets, 2012). Isto é, quando não se tornam, como no Estabelecimento Prisional de Tires, em Portugal, “[...] confidenciais, furtando-se assim a práticas censórias que antes exerciam não só um controlo securitário como também moral” (Cunha, 2002: 45). Atualmente considerado “o meio de contacto mais periférico à vigilância dos agentes institucionais” neste país, garante maiores “zonas de privacidade” e “de autonomia” a presas(os) (Granja, 2015: 121).

Nos estudos das migrações transnacionais, por sua vez, tais artefatos foram ultrapassados pelas novas tecnologias de comunicação, de modo que deixaram de ser objetos de análise em algumas pesquisas (cf. Cólera, 2010; Benítez, 2012; Leifsen, Tymczuk, 2012). Quando ainda o são, surgem de três maneiras distintas: como documentos para fins consulares (Puerta, Masdéu, 2010; Bongianino, 2012; Lorgia, 2010), como um objeto com sentido e existência dados – portanto, não explorados – que garante proximidade, intimidade e cuidado à distância (Bongianino, 2012; Lobo, 2006) e como meio de comunicação familiar de suma importância do século passado (Carling et al., 2012; Madianou, Miller, 2012).

No contexto prisional transnacional das *estrangeiras*, as cartas são fundamentais. Além de atuarem, tais quais os *e-mails* digitalizados, sobre a dimensão visual, operam também em virtude do cheiro de perfume, de pessoas ou de locais (casa, prisão), bem como da textura de beijos em batom, do toque de crianças em tinta guache, do estado de espírito em caligrafia e desenhos feitos com canetas, purpurinas, barbantes, linhas e tintas. Podem circular de forma bastante adornada ou em simples escritos que preenchem, sós e únicos, as linhas de folhas comuns de fichário. Podem também se encorpar com cartões comemorativos, fotografias, folhas e flores secas que lhes fazem companhia nos envelopes.

Nunca mais recebi as suas cartas, não **sei o que está acontecer com vocês**. Aqui neste lugar é muito difícil sem carta da família a [sic] um mês mandei uma carta para você só que até hoje ainda não recebi nenhuma resposta, você é a única pessoa que me escrevia me dando **notícias** das crianças **a carta neste lugar é como se fosse uma visita**. Pelo amor de Deus sei que estou a implorar muito, mas a minha preocupação são as crianças, beijos da tua irmã que tanto te ama. Abraço para toda família Costa (carta ao irmão).

Mammy I'm reading ur letter the way I read my bible. I repeat three times or four times a day (resposta para mãe).

Minha querida mama, como descrever a emoção de **tocar a mão de Celina** [filha]? **Fiz carinho nela, senti a pele, as linhas da mãozinha**. Não parei de rir e de chorar. A mão está grande! Sinal de que ela está a crescer bem mesmo [...] O primeiro beijo [em batom] é para ela e o segundo para você mama (carta à mãe).

Como é bom **sentir seu cheiro, ver seu rosto de pertinho**. Sinto te aqui comigo, meu filho. Quero estar com você e seus irmãos aí também. Mando uma foto para cada um, olhe atrás delas que saberão para quem é. Guardem junto com vocês porque quero estar perto sempre (carta ao filho).

What a surprise! How the photos washed my heart! I've been longing to see everyone and definitely I feel more strengthened to go on. Thank you so much! [...] **I sleep with the photos and wake up with them**. It means a lot, how much you don't know (carta à irmã).

(Re)ler o conteúdo, acompanhar o desenvolvimento físico, fazer carinho, enviar fotografias e dormir com elas, dar e receber beijos, tocar a mão e sentir o cheiro são práticas de produção presencial entre lá e cá. Práticas adaptadas para *estrangeiras* criarem e manterem relações em torno e através da maternidade – isto é, se entendermos a adaptação no sentido de "co-produção verdadeiramente criativa" (Tarde apud Vargas, 1995: 11)¹²³ das pessoas entre si e com as condições prisionais e transnacionais, e não no sentido de adequação das relações (já

¹²³ De acordo com Tarde, "a adaptação é a relação não de dois seres um ao outro, mas de dois seres a sua ação comum ulterior. Não é ao carvão que a locomotiva é adaptada, mas ambos o são à locomoção; não é a luz que o olho se adapta [...], mas a luz e o olho se adaptam juntos à visão" (Tarde, 2007 [1901]: 173). Não são, portanto, as mães presas que se adaptam às condições prisionais transnacionais, mas as mães e as condições se adaptam juntas à criação e manutenção de relações em torno e através da maternidade.

dadas de antemão) às condições prisionais (também já dadas de antemão), como sugere alguns estudos (cf. Brito, 2007). Práticas que ativam outros modos possíveis de presença para além daquela em corpo anatômico; que sugerem a presença do remetente que deseja estar lá e assim se faz a cada nova interação entre o destinatário, as correspondências e todas as materialidades atreladas a elas. Em suma, práticas que sugerem um modo de existência epistolar do remetente capaz de produzir sua presença ausente diante do destinatário – “como se fosse uma visita” (trecho do *e-mail* citado acima).

A expressão “como se fosse uma visita”, recorrente na fala de parte das *estrangeiras* quando o assunto são as correspondências, sugere que as missivas são visitas, mas visitas de natureza distinta daquelas consideradas “*sagradas*” (Biondi, 2006; Grimberg, 2009; Marques, 2009), que frequentam as unidades aos domingos levando *jumbos*. Visitas que comunicam em papel, que podem ser tocadas, cheiradas, beijadas, observadas e apreciadas tanto ou mais que os corpos de visitantes, mas sem a interação instantânea do remetente – portanto, perduram mais. A esse respeito, Megan Comfort (2007b) foi certa sobre a dimensão presencial do corpo através das cartas. Numa análise sobre a vivência das relações amorosas entre homens presos e mulheres livres na Califórnia, a autora mostra como as cartas podem ser recebidas como “encontros”, cuja leitura chega a ser antecedida por todo um ritual de preparo da leitora e do ambiente onde a interação ocorrerá (através da leitura).

Não à toa, similar aos corpos visitantes, as cartas são obrigatoriamente submetidas ao procedimento da revista na entrada da prisão: seus envelopes são desnudados para que suas dobras sejam vistoriadas diante dos olhares vigilantes e por vezes voyeurísticos de funcionárias(os)¹²⁴. Numa análise acerca desses dois tipos de revista, Natália Padovani foi precisa:

¹²⁴ Não é rara a vigilância de “rastros” e de corpos coexistir com a sua espetacularização sexual numa certa indistinção administrativa entre as materialidades das pessoas em relação, como bem evidenciou Padovani (2015). Na verdade, vigilância e espetacularização são dois fenômenos que se encontram intrinsecamente relacionadas no mundo contemporâneo e que se atualizam nas fronteiras prisionais a partir dos diferentes tipos de revista. Se a primeira se justifica ou se exerce pelo medo e pela promessa de segurança, ela também mobiliza ou expressa todo um circuito de libidos, prazeres e desejos. Segundo Bruno (2013: 34), “[O]s afetos e as subjetividades contemporâneas não encontram na vigilância apenas um meio de inspeção e controle ou de segurança e proteção, mas uma forma de diversão, prazer, sociabilidade”. Um caso exemplar dessa relação entre vigilância e prazer (sexual) dentro da PFC me foi narrado por uma *estrangeira* que trabalhava na escola como professora e, por isso, costumava retornar para seu pavilhão de moradia bem mais tarde do que as demais presas. Num desses retornos, ao se aproximar da sala das ASP’s na entrada do pavilhão, para pedir que lhe abrissem o portão, flagrou três delas lendo coletivamente uma cena de sexo inscrita numa carta de *pedalo* destinada a alguma presa. Ela me contou o episódio rindo do completo constrangimento das funcionárias ao “serem pegas por uma presa numa suruba”. E completou: “Um bando de *voyeur*! Mas no fundo todo mundo sabe que as cartas vão ser lidas por pelo menos um funcionário”. Esse episódio me remeteu imediatamente à reflexão do documentarista Harun Farocki em torno da relação entre vigilância e voyeurismo de corpos aprisionados, no documentário “Imagens da Prisão”. Analisando uma sequência de cenas do filme “Uma canção de amor”, de Jean Genet, o diretor alemão delinea uma certa concepção disciplinar de privacidade por meio de sua transgressão no espaço intramuros (Kanashiro et al., 2013). Ele observa que “o

Assim como a revista íntima [...], a leitura das cartas feitas pelas agentes de segurança, às quais Taets [2012] faz referência, objetiva vasculhar corpos, vaginas, ânus, mas visa principalmente, toma-los como partes de relações. O controle do teor das cartas não procura regular sobre pedaços de corpos abstratos, mas sim gerir acerca de quais partes, com que corpos, pode haver relação. O processo se faz tal como o da revista íntima, mas a justaposição da relação, aqui, não é posta sobre o espelho que repousa no chão do cubículo, antes sobre as letras rabiscadas em um papel que transita: que “entra” e “sai” (Padovani, 2015: 115).

Enquanto as visitas são obrigatoriamente submetidas à revista íntima antes de entrarem na prisão, as cartas podem ser (re)visitadas e também revistadas a qualquer momento. Sua materialidade e durabilidade as tornam passíveis de serem lidas, relidas, acarinhadas, cheiradas, guardadas (em bolsos, caixas, sacolas, travesseiros), bem como fiscalizadas, confiscadas e até destruídas em *blitzes*. Frente às distâncias transnacionais, carregam a desvantagem de circular em baixa velocidade. E, além de demorarem a chegar (dez, quinze, trinta dias ou mais), correm o risco de serem barradas na fronteira da prisão – isto é, apenas quando são escritas em português e espanhol, únicos idiomas legíveis aos funcionários da PFC¹²⁵, ou, ainda, quando seu envelope carrega algo considerado proibido.

Somado a isso, as missivas são canais de comunicação que dependem das técnicas de leitura e escrita para se atualizarem enquanto tais. Muito embora sua materialidade carregue elementos (cheiro, textura, desenhos, beijos e rabiscos) acessíveis a qualquer pessoa com os sentidos em pleno funcionamento, sua existência depende necessariamente da escrita e leitura. Quando as crianças não são alfabetizadas, por exemplo, *estrangeiras* não deixam de acioná-la na interação materna. Antes, investem nos elementos que acionam outros sentidos e, ainda, recorrem à mediação de outros familiares para a leitura de seus escritos. Ao ser questionada

guarda espreira as celas e observa a vida sexual dos prisioneiros. Ainda que se comportem como se estivessem sozinhos, os prisioneiros estão conscientes de que ele os observa como mulheres nos Peep-Shows” (Farocki, 2000). Em ambos os episódios, o voyeurismo surge como parte da estética de vigilância e prazer intramuros, estejam as relações das presas em formato indicial, como no caso da carta, ou em formato de corpo anatômico, como no caso do filme. A diferença é que enquanto sobre o corpo preso a estética se efetua a partir da imobilidade do indivíduo preso, sobre as cartas ela o faz a partir da mobilidade e dos fluxos de pessoas e informações (Kanashiro, 2009) que transitam dentro dos envelopes.

¹²⁵ Uma vez que nenhum funcionário da PFC fala outra língua além do português, a fiscalização do conteúdo escrito nas cartas só ocorre naquelas escritas nas línguas portuguesa e espanhola, o que libera uma parcela significativa das *estrangeiras* desse tipo de controle. Nesse último caso, apenas a materialidade transportada dentro dos envelopes é inspecionada. Para as epístolas cuja língua nativa são uma das duas legíveis aos agentes, há outras linhas de fuga capazes de garantir maior liberdade e privacidade, tais como: a adoção de outra língua cujo destinatário compreenda ou seja capaz de traduzir com a ajuda de pessoas ou programas tradutores; e a mobilização de profissionais intramuros que se disponham a levar a carta e a postá-la do lado de fora da prisão sem precisar de passar pelo procedimento da revista. A liberdade e a privacidade almejadas no conteúdo das cartas, ao contrário do que se poderia presumir, não se deve única ou majoritariamente a ações consideradas criminosas, mas sim à recusa das presas em multiplicar esferas de vigilância e controle sobre práticas ordinárias que compõem o cotidiano de toda e qualquer pessoa – tais como, bater papo, resolver (e também criar) problemas familiares, fazer sexo, cuidar dos filhos e da casa, trocar informações etc.

sobre o assunto, Sandra explicou-me que, além dos presentes comprados para os filhos em seu nome, ela sempre destina para o menino uma parte das cartas escritas à sua mãe, filha ou irmã.

Ele ainda não tinha um ano quando eu comecei a fazer isso. Pedi a elas para chamarem ele de gorducho toda vez que eu mandar recado para ele e dizer: 'a mamãe quer falar com você'. Aí elas lêem o que eu escrevi. O truque está na família, principalmente na minha mãe. Eu tenho certeza que hoje ele sabe quem eu sou. Se eu encontrasse com ele na rua, ele me reconheceria. Como por quê? Ora, eu sei a mãe e a família que tenho. Minha mãe fica atrás dele lendo as cartas, mostrando minhas fotos e dizendo 'está aqui a mamãe, é a mamãe do gorducho'. Minha filha diz que não agüenta mais ver a vó com uma foto na mão mostrando pra ele. Ela me contou que a Milagros [sua mãe] colocou umas fotografias minhas e uns desenhos que fiz e mandei para ele na cômoda perto da caminha dele. Ele acorda e dorme me vendo. Minha irmã é outra que fica fazendo essas coisas. Ela adora inventar historinhas para ele e eu sempre apareço como uma das personagens. Pois é, Bruna, virei personagem de história! E depois, tem as ligações... [Sandra interrompe a fala abruptamente e se despede de mim].

Esta foi a última conversa que tive com Sandra dentro da prisão. A despeito de sua interrupção abrupta, sua fala nos sugere a importância da mediação de familiares no ajustamento da distância espaço-temporal que a separa do seu caçula. Em função de sua lenta circulação, as cartas se atualizam no hiato relativamente espesso entre o passado e o presente, impedindo que a presença epistolar do remetente coexista com a de seu tempo presente. E, embora a distância temporal seja bem menor do que aquela contida em "coisas" de um passado longínquo, como as fotografias antigas de Dorina, ela é suficiente para impossibilitar a produção da simultaneidade.

Nesse caso, o tempo presente se atualiza como uma finalidade do remetente, uma performance a ser concretizada apenas quando a correspondência entrar em interação com o destinatário, momento que já será um fato passado para o remetente. Em outros termos, o presente do destinatário é o futuro do remetente e o presente deste é o passado daquele, defasagem que inviabiliza uma interação instantânea entre lá e cá. A superação dessa defasagem por meio da justaposição do tempo-espaço torna-se possível à Sandra, assim como à maioria das *estrangeiras*, através dos telefonemas. Mas nem sempre e nem tão somente é assim, uma vez que a garantia de produção da simultaneidade das interações prisionais transnacionais pode passar pelas (im)possibilidades e (i)legalidades dos aparelhos celulares.

4.3. Os telefonemas, suas (im)possibilidades e (i)legalidades

Soube, posteriormente, por meio de Nurul, que a interrupção abrupta de Sandra ao falar dos telefonemas tinha a ver com um episódio ocorrido naquela mesma semana. Segundo a *malaia*, Sandra havia saído pelos corredores do primeiro pavilhão aos murros com uma *parceira*,

após as duas quase irem parar no *castigo*¹²⁶ por conta de um carregador que esta havia escondido na cela sem informar às demais com quem mora – uma cena nada extraordinária para quem vive no *pavilhão das estrangeiras*, também conhecido como o *pavilhão dos barracos*. Caso fossem para o *castigo*, Sandra possivelmente teria seu pedido de liberdade condicional cancelado. Mas por sorte ou por qualquer outro motivo que Nurul não soube (ou não quis) explicitar, o pior e previsto não se sucedeu: nenhuma delas foi punida. De todo modo, a *colombiana* tinha motivos para evitar o assunto comigo em meio a olhares e ouvidos desconfiáveis. E não apenas ela. Uma vez que o porte de telefone celular constitui a mais importante infração do sistema penitenciário paulista (Godoi, 2015), falar dele envolve, no mínimo, cautela.

As regras do jogo são claras: a posse, o uso ou o fornecimento de aparelhos celulares, rádios ou similares são definidos como falta grave pela Lei 11.466 de 28 de março de 2007. Tais atos podem acarretar a perda do trabalho e dos seus dias remidos¹²⁷, a permanência de até um mês no *castigo*, a suspensão, durante os seis meses seguintes, dos possíveis pedidos de liberdade-condicional e de semiaberto e, uma vez já progredido de regime, pode gerar o cancelamento deste e o retorno ao regime fechado. Em caso de ingresso, promoção, intermediação, auxílio ou facilitação da entrada desses aparelhos em unidades prisionais sem a devida autorização legal, tais atos podem levar, de acordo com a Lei 12.012 de 06 de agosto de 2012 (Brasil, 2009), a uma pena de prisão de três meses a um ano.

Para ambas as situações, segundo as *Leis do crime*, fica vedada a delação da proprietária do aparelho ou de seu carregador e da sua logística de entrada e uso na prisão, sob punições bastante variáveis. A aplicação dessas leis é contextual e contingencial e, portanto, sempre está condicionada a uma série de fatores, dentre eles: o perfil da equipe de plantão e do funcionário na função, o histórico intramuros da(o) flagrada(o), a relação que esta(e) tem com o PCC, as demais presas e os funcionários, o contexto no qual se desdobrou o fato e, por fim, o momento político do PCC, da penitenciária e do pavilhão onde ocorreu o flagrante.

Em função da proibição legal dos aparelhos celulares e do fato de *estrangeiras* raramente receberem visitas, ficou determinado na PFC o direito ao recebimento de duas – “apenas duas!”, queixam-se elas – ligações internacionais por ano, com duração máxima de 20 minutos cada, no aparelho telefônico do setor de Reabilitação Social, no pavilhão administrativo. A lo-

¹²⁶ *Castigo* é o termo utilizado para denominar as celas de isolamento, onde presas que infringiram regimentos, leis e condutas permanecem por dias sem qualquer contato com o *convívio*. Para mais detalhes acerca do *convívio*, ver primeiro capítulo.

¹²⁷ De acordo com o direito penal, dias remidos são aqueles abatidos da pena da(o) presa(o) em cumprimento de regime fechado ou semiaberto para os dias que ela(e) trabalhou dentro da prisão. A cada três dias de trabalho, ela(e) ganha um dia a menos de pena, reduzindo assim o tempo de seu aprisionamento.

gística das ligações funciona da seguinte forma: assim que uma das funcionárias do setor atende a ligação com um “Alô”, a pessoa que está na linha (e na maior parte das vezes não fala português) deve repetir o nome da *estrangeira* duas ou três vezes bem devagar – somente o nome, já que nenhuma das funcionárias do setor fala outra língua além do português. Em seguida, ela desliga para que a funcionária consiga localizar e chamar a presa, via telefonemas intramuros (com ramais) para agentes penitenciárias. Após cerca de 15 minutos, a pessoa deve telefonar novamente e repetir o nome da *estrangeira*. Se ela já estiver na sala, a funcionária do setor de Reabilitação passa-lhe o telefone. Caso contrário, ela deverá desligar mais uma vez e tentar uns minutos mais tarde. Tudo isso, quando a linha não está ocupada com os trabalhos de todo o setor e quando a informação do telefonema consegue chegar a tempo na presa em meio às tarefas – e, por vezes, má vontade – dos funcionários envolvidos na comunicação. Muitas *estrangeiras* desistem desse recurso em função das dificuldades que envolvem sua logística e dos altos custos que as ligações internacionais podem ter para aqueles que a efetuam.

Mas atenção: falei sobre ligar de fora para dentro, porque de dentro para fora não se pode nunca, nem sequer a cobrar. Logo, alegam *estrangeiras* (e também *brasileiras*), na falta de outros meios telefônicos, recorrem ao celular. Apesar de seu uso ser considerado ilegal, as finalidades desse uso geralmente não o são¹²⁸. Acompanhar o crescimento dos filhos, participar no “viva-voz” da dinâmica da casa e de conversas coletivas; solucionar, e também criar, problemas familiares aos quais estariam alheias por outros meios de comunicação; ensinar os parentes a pesquisarem o andamento do processo no *site* da Vara de Execuções Penais, quando eles falam português e têm acesso à *internet*; conhecer um pretendente e namorar são alguns dos usos definidores desses aparelhos lá dentro. Seus maiores valores estão em possibilitar a simultaneidade e a espontaneidade da interação. Contudo, as palavras são levadas pelo vento da instantaneidade: não possuem materialidade perene, não podem ser guardadas nem revisitadas

¹²⁸ É de conhecimento geral que o fornecimento, o porte e o uso de telefones celulares dentro das prisões é legalmente proibido em decorrência de sua ampla utilização por parte de presas(os) para a promoção de atividades criminais, como a administração do mercado de drogas desde as prisões. É também de conhecimento geral, amplamente divulgados pela mídia, o modo como eles são transportados para dentro das prisões e os usos criminais e policiais que deles são feitos. Apesar da importância desses pontos, meu foco não está neles. Privilegio o material que ao longo do trabalho de campo fizeram referência à importância desse equipamento para a criação e manutenção de presenças, maternidades, familiaridades e papéis sociais. Criação e manutenção que contribuem para a reflexão sobre a natureza dos aparelhos, da prisão e das relações tecidas ao longo do aprisionamento. Dito de outro modo, ao evidenciar esse outro uso intramuros, não pretendo, em absoluto, negar sua faceta criminal e policial, nem mesmo desvelar segredos e estratégias que marcam sua utilização dentro das prisões, de modo a colocar em risco os sujeitos pesquisados e suas dinâmicas. Ao contrário, quando reconheço que esse equipamento nem sempre é acionado para fins criminais e investigativos, pretendo fazer coro com autores que, como Karina Biondi (2014) e Rafael Godoi (2010, 2015), estão atentos à multiplicidade de seus usos e sentidos intramuros, multiplicidade esta na qual a conotação criminal e policial são apenas duas dentre outras possíveis.

como cartas e *e-mails*, a não ser por meio exclusivo da lembrança.

Mas sua limitação principal não é a instantaneidade, mas antes sua ilegalidade, alegam *estrangeiras*. “O problema é que o governo brasileiro acha que o celular é usado só para PCC, crime, rebelião”, disseram-me tantas vezes elas. “É verdade, isso acontece”, garantiu-me uma delas, em consonância com uma série de autores que revelam a importância dos aparelhos nas práticas e políticas vinculadas ao *mundo do crime* (Biondi, Marques, 2010; Dias, 2011; Feltran, 2010a; Mallart, 2014). “Na verdade, o problema mesmo é que a diretora e o governo não fazem separação: todas são presas, todas são criminosas e todas vão usar celular para o crime. Mas aí quem só quer falar com a família paga o pato junto. Tem que correr risco e ainda dividir a conversa da família com a polícia¹²⁹” – concluiu a *estrangeira*. “A gente sempre diz que se a diretora da ‘cadeia’ colocasse um telefone aqui dentro e cobrasse por cada ligação, ela seria a diretora mais rica do Brasil! A maioria das presas pagaria para ligar do telefone da ‘cadeia’”, devaneou dona Martha, *boliviana*, 53 anos, que ainda mantinha a responsabilidade pelo cuidado de sete crianças, dentre filhos e netos.

Diferentemente das cartas, os telefonemas não são um meio de comunicação acionados de modo mais ou menos uniforme nas prisões de diferentes países. Na grande maioria das unidades prisionais estado-unidenses, por exemplo, as ligações a cobrar são uma opção disponível a presos. Segundo Comfort (2007b), na Prisão Estatal de San Quentin, o nível de contato telefônico é atribuído à “[...] habilidade do recluso para fazer a chamada, o que depende do estatuto institucional de cada um (os reclusos de baixa segurança têm mais acesso aos telefones do que os seus pares de alta segurança), do seu horário (os desempregados têm mais tempo livre, durante o qual podem fazer telefonemas) e da sua vontade de manterem contato” (Comfort, 2007b: 1070).

Já em Portugal, segundo o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (decreto-lei 51/2011), ao qual tive acesso por meio da pesquisadora e colega Rafaela Granja, presos em

¹²⁹ Assim como as cartas, os aparelhos celulares são objeto de vigilância e controle por parte da unidade prisional. Por serem considerados ilegais, seus controles e usos se multiplicam nas mãos de agentes do Estado. Mais precisamente se multiplicam nas mãos dos agentes penitenciários, que controlam e (in)viabilizam sua entrada, comercialização e circulação na prisão; e nas mãos das Polícias Civil e Militar, que os tornam, por meio da escuta e dos “grampos”, um transmissor de informação investigativa (Bumachar, Kanashiro, Vicentin, 2013). Essa dupla dimensão do controle estatal foi certificada numa fala do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, publicada numa matéria do jornal Folha de São Paulo, em 13/11/2012. De acordo com a matéria, o governador admitiu a dificuldade de coibir o uso de celulares em prisões brasileiras, mas reconheceu a importância desses aparelhos nas investigações policiais. Nesse caso, o equipamento se mantém proibido e reconhecidamente mal controlado na escala intramuros, ao mesmo tempo em que é tolerado e incorporado, na escala administrativa da segurança pública, como produtor de conhecimento e controle estatais. Para a leitura da matéria na íntegra ver referência: Pagnan (2012).

regime fechado podem efetuar uma chamada por dia para o exterior da prisão, com duração máxima de cinco minutos, além da ligação para seu advogado, com mesmo tempo de duração. As ligações são feitas através de cabines com sistemas de bloqueamento eletrônico que permitem o acesso de presos apenas a dez contatos autorizados, ficando vedada a utilização, a posse ou detenção de quaisquer aparelhos telefônicos. Tal como previsto no regulamento, o diretor da unidade prisional pode, por razões de segurança, ordem ou reinserção social, restringir a periodicidade e duração dos contactos telefónicos e/ou proibir contatos com determinadas pessoas. Para presos que não recebem visitas, no entanto, estão previstas situações nas quais o diretor pode autorizar telefonemas mais frequentes ou de maior duração.

Embora considerada de suma importância, não é possível afirmar, como fez Adorno e Dias, que a interação telefônica é “[...] condição necessária – embora não suficiente – para o estabelecimento de vínculos duradouros entre indivíduos e grupos situados dentro e fora da prisão” (Adorno, Dias, 2013: 16). Nurul, por exemplo, nunca recebeu nem efetuou uma ligação sequer para sua família desde que chegou à Penitenciária Feminina da Capital. Não porque o celular é ilegal, mas porque a velocidade que ele impõe à interação pode vir a ser um potente mecanismo destrutivo (Virilio, 1996) de suas relações familiares. A *malaia*, de 26 anos, tem medo de sua voz desmascarar a versão que ela vem sustentando diante da família, a duras penas, sobre seu paradeiro. A única exceção ficou com o telefonema efetuado quando ainda se encontrava na delegacia da Polícia Federal, no aeroporto de Guarulhos, logo após ser flagrada tentando embarcar com cocaína. Nessa ocasião, comunicou à irmã que estava no Brasil com a intenção de trabalhar, e não em Sarawat para o casamento da amiga, como havia dito a toda família antes de embarcar. Todavia, a mentira não caiu bem: a improbabilidade da versão e a voz trêmula e chorosa de Nurul levaram a irmã a contatar a embaixada de seu país em Brasília, por meio de telefonemas, para investigar o que de fato havia ocorrido. Em poucos dias, a informação do aprisionamento chegou à irmã em um pequeno povoado da Malásia, via contato telefônico.

Se esta foi capaz de descobrir a verdade numa só ligação, certamente a mãe também o seria. “Ainda mais coração de mãe, que nunca se engana! É sangue do mesmo sangue”, disse-me a *malaia*. Para não deixar vestígios sobre seu paradeiro, Nurul abriu mão, então, do uso dos celulares e se restringiu à escrita de apenas uma carta convencional por mês destinada a ela e a toda a família. Essa foi a forma, muito sofrida, que a professora infantil encontrou para minimizar – já que não podia evitar – as contínuas perguntas investigativas maternas sobre sua vida para o Brasil. E haja criatividade para responder a todas elas e memória para se lembrar

das respostas quando as mesmas perguntas veem à tona meses depois! Os esforços de editar versões e de se lembrar daquelas já contadas requerem de Nurul um certo tempo de raciocínio e de preparo para a performance, tempo este que seria suprimido pela velocidade nas conversas telefônicas. Ela achou melhor, então, deixar sua memória e sua performance vazarem somente pelos papéis das cartas mensais.

Para compensar essa restrição, as irmãs intensificaram as trocas de fotografias e correspondências digitalizadas. A escolha pelos *e-mails* foi a maneira mais segura que elas encontraram para não deixar vestígios sobre o aprisionamento. Caso optassem pelas cartas convencionais, a mãe e outros parentes poderiam ter acesso a elas, quando entregues pelo correio ou quando escondidas em algum cômodo da casa. Ademais, sem computador em casa, as irmãs conseguiriam a devida segurança e privacidade em *lan houses* para viver a relação com um mínimo de conforto. O problema é que sem poder contar com as infundáveis linhas das cartas, as duas páginas de *e-mail* ficaram ainda menores. Ficaram por um tempo, mas não ficam mais. O problema foi, em certa medida, solucionado quando as duas começaram a driblar essa limitação por meio da modulação das formas corporais e imagéticas operada pela técnica: Nurul pegou o jeito de escrever com letras minúsculas e a irmã, o jeito de ler as palavras ampliadas e desfocadas na tela.

Interessante notar como a simultaneidade dos telefonemas e a sucessividade do envio de cartas tornam-se indesejadas, na medida em que aniquilam as possibilidades de ação da memória e da criatividade de Nurul diante do controle materno. De acordo com ela, a intensificação dos fluxos de falas-e-escutas via telefonemas e de escritos/desenhos via cartas poderiam atualizar certas possibilidades de ação do desconfiado coração materno. Juntos, fluxos e co-ração torna-se-iam capazes de desvendar as informações sobre o verdadeiro paradeiro da filha presa. Daí as razões para a *malaia* manter os fluxos que nutrem o coração materno bem finos e esparsos: este era o meio mais seguro de mantê-lo vivo, em pleno funcionamento.

Nesse caso, o sangue atualiza e sustenta a maternidade apenas na relação com os ausentes telefonemas, as cartas mensais entre mãe e filha e também os *e-mails* semanais entre irmãs – estes últimos, responsáveis por dar vazão a todo afeto e cuidado contidos na relação entre Nurul e sua mãe. Isso mostra que, apesar de uma das substâncias centrais do parentesco na percepção da *malaia* ser o sangue, a maior contribuição ao sangue, nesse caso, são os registros (esparsos) via cartas e (intensos) via *e-mails* e as ausentes falas-e-escutas via celulares. Quando postas em relação através de certas técnicas corporais e de transmissão, essas “coisas”

se tornam “substâncias compartilhadas” que tecem a maternidade e a irmandade – mais uma vez, *relatedness* (Carsten, 2004).

Mas é preciso ressaltar que todo esse arranjo sem a utilização do aparelho celular só foi possível, porque, segundo Nurul, ela não tinha filhos – e tinha razão. De acordo com meus dados, a gestão da maternidade passa necessariamente por esses aparelhos. Ao longo de todo meu trabalho de campo, não conheci uma *estrangeira* sequer que se fizesse mãe de dentro da prisão sem acioná-lo – sempre em associação com outro(s) “rastros”. A relação intrínseca entre celular e maternidade se deve à importância da simultaneidade na produção de uma presença mais direta e simultânea possível. Ou seja, se levarmos em conta que o cuidado presencial é amplamente considerado um dos pilares do exercício da maternidade, compreendemos as motivações das *estrangeiras* na busca de meios capazes de produzir uma justaposição espaço-temporal na interação entre elas e seus filhos.

Isso ficará ainda mais evidente numa conversa que terei com Sandra nos meses seguintes na Casa Recomeço. Já fora da prisão, em cumprimento de liberdade condicional, a *colombiana* me contará sobre a importância dos telefonemas celulares no exercício de sua maternidade.

Tem coisas que só a mãe mesmo resolve. Minha filha foi criada por mim, só eu e ela em casa. De repente ela fica sabendo que a mãe está presa, pensa que a mãe é uma criminosa e que vai ficar na cadeia do Brasil sabe lá por quanto tempo. Ah, Bruna, a revolta bateu! A menina ficou revoltada e eu sei que a culpa é minha. Minha mãe me escreveu contando que ela tinha fugido de casa... vai minha mãe buscar Paola na casa da amiguinha! Depois, decidiu que não ia mais para a escola. Aí eu disse chega! Não pensei em nada de castigo, de trabalho, de remissão. Tinha que resolver a situação. Você acha que você resolve uma coisa dessa por *e-mail*, por carta? Claro que não! As mensagens ajudam. Ajudam não, são muito importantes. Deus me livre ficar sem elas! Mas na hora do problema mesmo, a menina vai me esperar em casa para ler alguma coisa? Aí de noite, depois da tranca, contei para minha parceira a situação. Eu nem precisei pedir o celular emprestado para ela. Ela já me ofereceu em troca de uns maços [de cigarro da marca Derby]. É tipo um aluguel, você sabe, né? Aí, liguei para minha mãe e pedi para falar com Paola. Aí falei para ela ir pro quarto e fechar a porta pra gente conversar em particular. Quando a gente acabou, pedi pra ela chamar a avó, colocar o celular no viva-voz pra gente conversar as três. Aí pronto, problema resolvido! E criado também [risos]. Criado não, porque tomei gosto pela coisa, tipo vício. É, porque eu gostei mesmo, me senti sendo mãe de verdade, sabe? Liguei no outro dia para saber como estava a situação, depois mais outro, mais outro... até que combinei com minha mãe que eu ligaria pra elas todos os sábados de tarde... pra elas sempre ficarem junto com o celular nesse período. Porque a gente que liga sempre, né, daqui para lá. Aí falava com os três, era uma festa. Toda vez que eu ligava para falar com elas, minha mãe colocava o gordocho na linha. Ela fez isso pela primeira vez quando ele ainda não sabia falar nenhuma palavra, ficava só gritando e falando na língua dos bebês, sabe? [Sandra imita o balbuciar dos bebês]. Minha mãe segurava o telefone no ouvido dele. Eu falava com ele ‘filho, aqui é a mamãe. A mamãe ama o gordocho!’ Essas coisas, que era para ele conhecer minha voz. Minha mãe ficava do outro lado dizendo ‘fala com sua mãe, filho, fala! Alô, mamãe! Fala com ela!’

Já foi dito no terceiro capítulo que sentimentos como culpa, impotência, vergonha, tristeza e frustração fazem parte do exercício da maternidade entre presas (Baunach, 1985; Karveli et al., 2012; Lopes, 2004; Matos, Machado, 2007; Morash, Schram, 2002). Isso tende a se potencializar quando os filhos enfrentam dificuldades do lado de fora e as mães não conseguem assisti-los diretamente (Granja, Cunha, Machado, 2013, 2014). No caso de Sandra, os aparelhos foram fundamentais para ela promover tal assistência no exato momento do surgimento do problema, garantindo-lhe a atualização de sua identidade materna e a solução, sempre temporária, da ambivalência entre sua vida na prisão e a vida familiar no país de origem.

Mas isso, é preciso ressaltar, não se confunde com a ideia de imprescindibilidade dos aparelhos celulares no estabelecimento de vínculos duradouros, defendida por Adorno e Dias (2013). Antes, o recurso a tal tecnologia, assim como a qualquer outra “coisa”, define o modo como essas mulheres atuam sobre suas relações e as arranjam na interface entre o interior e o exterior da prisão. Na fala de Sandra, o que está em jogo não é a durabilidade dos laços com os filhos, mas antes os arranjos que foram possibilitados e potencializados pelos aparelhos. Através dos telefonemas, Sandra conseguiu amenizar a culpa que aflige muitas presas frente ao mau comportamento dos filhos (Cunha, Granja, 2014). Conseguiu também se sentir atuando como *mãe de verdade*. E, por fim, garantiu uma nova forma de sociabilidade materna e familiar.

Essa sociabilidade encontrava-se atravessada pelo estatuto ilegal dos aparelhos e pelas particularidades da unidade. O fato de cerca de metade da população ser não nacional e de o Primeiro Comando da Capital não ter uma presença significativa na unidade tornavam os celulares e carregadores mercadorias distintas, que dizer, vendidas separadamente e a preços exorbitantes (inflacionados em relação a outras unidades). Essa distinção tendia a definir os modelos que eram inseridos dentro da prisão, bem como o seu modo coletivo de compra. Nesse caso, um mesmo aparelho, geralmente dos mais baratos do mercado e sem acesso à *internet*, era comprado e utilizado por duas ou mais presas, que dividiam o seu direito de uso com as proprietárias do carregador.

Essa forma coletiva e compartilhada de aquisição e propriedade, por sua vez, implicava numa dinâmica de uso bem delimitada, marcada pelas ligações efetuadas apenas de dentro para fora da prisão (raramente o contrário)¹³⁰, pelo estabelecimento de dias e horários fixos para

¹³⁰ Essa unilateralidade das ligações foi também identificada no contexto transacional de migrantes filipinas. Parreñas (2005b) e Madianou e Miller (2012) observam que crianças e outros familiares dependentes das migrantes não costumam ter ‘carga’ ou créditos para efetuar ligações internacionais, o que gera uma certa assimetria de poder nas relações familiares transnacionais. Diferentemente das *estrangeiras* presas que, quando sem crédito para efetuarem as chamadas, iniciam a conversa telefônica com apenas um toque de chamada no celular do familiar para que ele retorne imediatamente a ligação.

a posse do aparelho por cada proprietária (que o podia emprestar ou alugar a outras presas, tal como ocorreu com Sandra) e, por fim, pelo não envio das mensagens escritas (SMS) – estas um recurso (gratuito ou de baixo custo) muito utilizado em contextos de migração transnacional (Madianou e Miller, 2012). Por outro lado, essa mesma dinâmica tornava os aparelhos acessíveis à maioria das *estrangeiras*, dentre proprietárias e locatárias, sem que houvesse riscos de muitas receberem chamadas e mensagens ao mesmo tempo. Ademais, o amplo compartilhamento do uso e da propriedade diminuía as chances de várias delas sofrerem punições decorrentes da apreensão de aparelhos apreendidos por agentes penitenciários (em geral, a cada apreensão apenas a presa que prestava o serviço de guardar o celular assumia a responsabilidade sobre sua posse).

E foi imersa nessas relações tecidas em torno e através de celulares e outros “rastros” que Sandra fez uma defesa da importância desses aparelhos numa interação materna fundada na simultaneidade técnica. Resolver o problema do mau comportamento de Paola, fazer-se conhecer pelo pequeno Diego na dimensão vocal e criar outra forma de interação familiar são situações que não podem se realizar através de cartas, *e-mails* e outros corpos. Seus únicos meios são os telefonemas, exclusividade que se atualiza dentro dos limites do estatuto técnico, ilegal e econômico dos celulares. Contudo, essa defesa só foi possível, porque Sandra havia consolidado uma rede (sociotécnica) de cuidado e afeto bastante eficaz em torno e através dos filhos, o que nem sempre ocorre com *estrangeiras*. Entre aquelas mais pobres – isto é, aquelas que não conseguem articular uma rede capaz de lhes fornecer melhores condições de vida dentro da prisão – os problemas e resoluções sociotécnicos podem variar e, assim, gerar outras experiências em meio à distância prisional transnacional.

4.4. Das falhas técnicas e suas decorrentes articulações

Instantes antes de Nonhlanhla sentar-se à minha frente, observei-a cair aos prantos nos ombros de *parceiras* e de Jenny, estagiária de psicologia de nossa equipe. Com curvas corpulentas e uma sensualidade de causar desejo entre presas e funcionárias(os), a jovem *sul-africana*, de 24 anos, era conhecida pelo talento de cantar e pela sua simpatia e valentia. Mas hoje essa moça não está presente, seus atributos parecem ter ido embora com o marido. Há pouco mais de um mês, Anella e outros dois seguranças foram assassinados durante um assalto à casa de câmbio onde trabalhavam.

A notícia chegou a Nonhlanhla via *e-mail* durante o *atendimento* do ITTC, três dias após o ocorrido. Anexada à mensagem de sua irmã, escrita em zulu, havia duas fotos para ela

guardar de lembrança – uma recente de Anella com o filho, registrada na festa de aniversário de seis anos do menino, e a última do casal registrada pouco antes de sua vinda ao Brasil. A *sul-africana* ficou inconsolável. Gritou, chorou e, por fim, silenciou. Não conversou com quase ninguém por uns dias. Enclausurou-se, única e só, nos ansiolíticos e em sua *pedra*, uma vez que a cela era coletiva demais para tanto. Dividiu seu corpo apenas com os sentimentos. Sentiu raiva, culpa, tristeza, vazio. Sentiu muito! Uma dor tão dentro de uma relação que já não estava mais lá. Era preciso aceitar a realidade: seu marido havia morrido e ponto final! Ponto final, não, reticências... que se formavam a cada três cartas semanais que ainda recebia dele.

Desde o primeiro ano de prisão, o casal havia adotado a troca de três cartas por semana. Isso se deu em função de sua lenta circulação, do não uso de *e-mails* e ao uso limitado de celulares. Anella não tinha endereço de *e-mail* e nem vontade de criar um. O casal escrevia, então, cartas que circulavam em baixa velocidade e demoravam cerca de um mês para chegar ao seu destino. Por fim, falavam ao celular, mas as ligações eram momentos de prioridade com o filho, além de serem limitadas, muito limitadas pelos altos custos que envolviam o aluguel do aparelho dentro da prisão e a compra dos cartões pré-pagos internacionais. Angustiadados com tais restrições e desejosos de uma interação mais contínua, o casal decidiu manipular o tempo se escrevendo três vezes por semana. Passado o recebimento da primeira carta, o intervalo de um mês entre o envio e o recebimento ficou suprimido com o contínuo fluxo das correspondências consecutivas.

Nesse caso, a modulação da velocidade das cartas operada pela técnica de envio modificou as percepções estabilizadas de um tempo único, possibilitando aos dois a produção e o compartilhamento do presente conjugal e familiar. Um compartilhar curto, porque as cartas geralmente eram curtas. Um compartilhar também desigual, porque ela enviava as três cartas mais fielmente do que ele – tal como pode ocorrer com homens presos, que enviam mais cartas às suas esposas do que elas a eles (cf. Comfort, 2007a)¹³¹. Porém, um compartilhar que revela o tecer de presenças tão mais presentes.

Mais presentes na recusa da separação temporal, ou seja, na tentativa de sincroniza-

¹³¹ Nesse caso, a desigualdade expressa na quantidade de cartas de homens presos enviadas às suas respectivas esposas parece estar associada à condição de aprisionamento, o que, segundo Comfort, afeta o papel de gênero deles. Diz ela: “Com poucos meios alternativos para oferecer ou presentear, os homens viram-se para o que é ‘basicamente uma arte doméstica, um parente distante da costura ou dos bordados... ninguém pode negar que para se escrever uma boa carta pessoal é preciso ter apreço pela vida afectiva e uma tendência para a introspecção, duas qualidades convencionalmente femininas’ (Hofstadter, 1996: XVII). Através das suas missivas, os homens exercem o classicamente feminino ‘apoio emocional’ [...] O papel masculino do recluso é deste modo atenuado e a sua forma de comunicar apaixonada, transmitindo empatia e sentimento, torna-o mais feminizado” (Comfort, 2007b: 1064).

ção dos tempos passado e presente garantida, não pela velocidade de transmissão dos “rastros”, como ocorre com os celulares, mas pela sucessividade e frequência da circulação epistolar. Mais presente também na recusa da separação espacial, isto é, na interação entre o destinatário e a materialidade dos “rastros” epistolares nos atos de cheirar, ler, observar, tocar e carregar os papéis e tudo aquilo inscrito nele ou anexado a ele. Presenças, enfim, que ganham vida num tempo passado-presente e num espaço dentro-fora por meio da sucessividade, frequência e materialidade – três parâmetros que desafiam os limites dos limites espaço-temporais e exploram ao máximo as potencialidades de mediação destes.

Nesse caso, a produção de presença e o compartilhamento da vida familiar não seriam possíveis diante das possibilidades de ação dos celulares e *e-mails*. No caso dos celulares, segundo Nonhlanhla, essa dinâmica ficaria inviável em função da instantaneidade da fala, dos altos custos e riscos envolvidos no uso, no aluguel e/ou na posse dos aparelhos. Já no caso dos *e-mails*, ficaria impraticável por conta da ausência de um ritmo de recebimento fracionado ao longo da semana. O remetente poderia até escrevê-los em dias diferentes, mas, em função do atendimento semanal do ITTC, todos chegariam de uma vez só às mãos da(o) destinatária(o). E, uma vez todos nas mãos desta(e), dificilmente a leitura seria parcelada ao longo da semana – os desejos da(o) destinatária(o) pela presença do remetente impediriam tal fracionamento.

Entretanto, o acaso foi contraditor às futuras presenças epistolares ao disparar o acidente imanente à invenção tecnológica (Virilio, 1996) do casal. Decretou, via *e-mail*, o falecimento de Anella dentro da prisão, impondo a Nonhlanhla o desafio de vivenciar, às avessas, as possibilidades de ação das cartas enviadas consecutivamente. Na verdade, o contraste entre as velocidades dos dois tipos de correspondências gerou um curto circuito na temporalidade epistolar e fez com que a *sul-africana* testemunhasse, a conta gotas, a morte do marido de dentro da prisão. Explico. As cartas de Anella estavam seguindo tranquilamente rumo à prisão com a finalidade de concretizar a presença dele junto à esposa presa quando, de repente, foram tomadas de assalto pelo *e-mail* da irmã da *sul-africana*. Com uma velocidade muito inferior ao *e-mail*, as cartas não tiveram condições técnicas para reagir à situação, exatamente como ocorreu com o corpo anatômico de Anella diante da munição do assaltante. Uma vez atingidas, *já era!* Perderam sua força vital e não puderam mais produzir presenças. Restou-lhes apenas levar para dentro da prisão os últimos suspiros de uma vida conjugal passada.

Nesses dois processos de associação, o da munição com o corpo e o do *e-mail* com as cartas, o futuro e o presente do casal foram aniquilados. Não há mais um futuro conjugal possível

no exterior da prisão e nem presente (epistolar) no seu interior, há apenas passado. A vida de Nonhlanhla com Anella se torna pretérita e invivível, os muros, espessos e intransponíveis e a prisão, um *atraso de vida* – esta última, uma metáfora intramuros bastante popular que ganha literalidade nesse episódio. Resultado: algo próximo da sucumbência. Enclausurada num passado já inexistente, importantes fluxos que até então a constituíam *a sul-africana* entre lá e cá por pouco se rompem... se não fosse Sibusiso. Agora seria a vez do menino dar vida à mãe, ajudando-a a remendar seu corpo e sua existência com fios sociotécnicos de afeto e cuidado.

Mas, sem o pai, como ele faria isso? Ou, antes, como estaria o menino? Com quem ele viveria? Como lidaria com a mudança de casa? Seria melhor ele permanecer sob os cuidados de Phumeza, uma vizinha amiga da mãe, ou morar com Khanyisile, a irmã caçula da presa residente numa cidade próxima? Estas foram as primeiras questões que concederam a Nonhlanhla alguns passos de distância da completa sucumbência. Ela precisava cuidar do filho e estar ao lado dele, não poderia se render à sua dor e o abandonar neste momento. Com o apoio de Phumeza e de Khanyisile, fez do vazio deixado pelo marido o espaço liso para um novo emaranhado de relações em torno e através do filho. Para tanto, intensificou o envio de *e-mails* semanais e as chamadas telefônicas, que tiveram que se tornar quase diárias.

Ao final, Sibusiso permaneceu com a vizinha, tendo sua tia ficado responsável por visitá-lo ou levá-lo para sua casa, localizada na cidade vizinha, aos finais de semana. O interessante aqui é como o extrapolamento do binômio mãe-filho negociado na distância espaço-temporal gerou uma situação ambígua e inédita para Nonhlanhla: se por um lado, o compartilhar das responsabilidades estendeu o grupo de parentesco à vizinha, produziu a relação entre as diferentes unidades (Fonseca, 2006) domésticas e prisional e, assim, minimizou o medo materno de ter Sibusiso roubado ou mau tratado, por outro, criou fofocas, intrigas e mal-entendidos entre suas três responsáveis.

Me desespero só de pensar que ele está sofrendo nas mãos de outras pessoas ou, deus me livre, que roubem ele de mim. Já perdi Anella e isso já basta. Aí pensei: 'mas como vou saber se ele está bem, como está a vida dele, o que está acontecendo com ele?' Minha irmã, claro! Se ela for lá sempre, é mais uma pessoa de confiança para cuidar dele e me dar notícias, né. Não que eu não confie em Phumeza, mas a gente nunca sabe o que as pessoas podem fazer. Vai que... Mas é difícil cuidar do filho assim com três mulheres juntas. Juntas, não, né, cada uma em um lugar. Ihhhh não está nada fácil. Outro dia gritei com Khanyisile e desliguei o telefone na cara dela. Fui tentar resolver um problema dela com Phumeza, porque uma falava uma coisa de Sibusiso e a outra, outra, e acabei entrando na briga. Eu que sou a mãe, que sempre cuidei dele. Eu que sei o que é melhor para ele. Mas às vezes ela não entende isso, quer fazer tudo do jeito dela. Mas logo depois liguei de novo e deixei as coisas do jeito dela mesmo... que raiva! Não posso ficar sem a ajuda dela... aí que fica mais difícil para mim.

Conforme Granja, Cunha e Machado (2014), exercer o cuidado dos filhos de dentro

da prisão requer uma constate negociação da mãe presa com as(os) atuais cuidadoras(os). “[...] *[O]n the one hand, mothers need to allow carers to have some autonomy in handling their children’s lives, mainly to solve everyday issues. On the other hand, prisoners claim they must retain their role as the primary person responsible for their children, continuing to play a central role in decisions about child behaviour, education, and discipline*”. O mesmo pode ocorrer no contexto prisional transnacional. No caso de Nonhlanhla, iniciar um novo arranjo materno desde a Penitenciária Feminina da Capital exigia cautela de sua parte nas negociações das vontades e autoridades das cuidadoras envolvidas na relação, embora a *sul-africana* reivindicasse sua autoridade enquanto principal responsável pelo menino.

4.5. Os sonhos e a mais plena supressão da distância

Finda as cartas do marido, chegou a hora da *sul-africana* dizer adeus. Ela acordou cedo, tomou seu café da manhã em silêncio na cela com as *parceiras* e não desceu para trabalhar. Pretextou uma indisposição decorrente de noite mal dormida na intenção de permanecer a sós com Anella. Quando o silêncio calou as vozes e o bater dos portões, Nonhlanhla se ajoelhou sobre sua *pedra* de frente para a parede e contemplou o marido nas fotografias de família: presenças que lhe fizeram companhia por todo esse tempo embalando suas noites de sono e de insônia. Mas era hora de Anella partir, por mais difícil que isso fosse. Ela encheu, então, os pulmões com ar de coragem e, como num funeral, falou com o falecido, acariciou e beijou seu rosto. Em seguida, retirou, uma a uma, as fotografias da parede e as guardou numa caixinha que permaneceria intocável até o final de sua pena. Sua vontade era de cair em prantos, mas naquele momento não havia ombros por onde escoar tamanha tristeza. Não havia também energia para deixar vaziar, precisava guardá-la para um problema ainda pendente: o sustento de Sibusiso.

Esta foi a motivação que a trouxe ao *atendimento* de hoje, além, é claro, do desejo de escoar a tristeza no amparo da equipe e de suas *parceiras*. Nonhlanhla falou sobre a despedida com o marido. Num choro mais contido, confessou que foi a situação mais difícil pela qual passou desde que foi presa. Retirar cada fotografia da parede foi como arrancar, aos poucos, pedaços de si – afinal, uma parte de sua vida vinha sendo nutrida pela relação epistolar com Anella. Lamentou não ter tido um último encontro com ele *lá dentro*, mais completo, mais pleno. Queria sentir seu cheiro, sua voz, seu abraço, o gosto de seu beijo, mesmo que por um breve instante. Mentalizou a imagem dele antes de dormir. Rezou a deus e aos ancestrais. Mas sem sucesso. Até o momento, Nonhlanhla não conseguiu sonhar com o marido. Tentou, então, reler trechos

das cartas de Anella, mas elas já não eram mais “rastros”. Após o enterro, tornaram-se símbolos, palavras que não mais atualizariam uma relação, mas que apenas a representariam. Sem a presença onírica ou epistolar, a *sul-africana* teve que se contentar com o adeus via fotografias e cartas – além, é claro, de suas lembranças.

O desejo pela presença onírica do marido se justifica na medida em que a ajudaria a amortecer a dor da ruptura, tornando a gestão do luto menos dilacerante. A esse respeito, Vianna e Farias (2011) encontram algo bastante semelhante nos sonhos de mães e irmãs de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro¹³². Segundo as autoras, a aparição do filho/irmão em sonhos é importante para aquietar o sofrimento das mulheres ou para adverti-las sobre acontecimentos futuros. O filho/irmão falecido torna-se um agente determinante na gestão da vida delas.

Através deles [sonhos], elas não apenas conectam-se aos filhos e irmãos mortos, mas reorganizam suas possibilidades de ação, fortalecem seus corpos ao receberem avisos sobre a necessidade de se cuidarem mais ou ao simplesmente aplacarem parte do sofrimento que, segundo suas falas, está na base das doenças constantes que lhes atingem. O filho, que aparece em sonho para aquietar a mãe dizendo que está bem ou para preveni-la em relação ao que vai acontecer, não é uma imagem vaga, mas um ator ativo nesse processo, que continua a agir no tempo, permitindo-lhe um presente menos pesado e oneroso (Vianna, Farias, 2011: 107).

Se Nonhlanhla organizaria suas possibilidades de ação a partir do sonho pouco se sabe. Mas o fato é que a jovem viúva queria se despedir de Anella, escapando assim da irreversibilidade do seu falecimento. Desejava viver um último encontro em movimento e em simultaneidade – com direito a imagens, sons, cheiros, gostos e toques, tudo junto e misturado. Desejava ter a presença de Anella ainda agindo sobre o espaço-tempo e produzindo mobilidades para seu corpo completamente enclausurado pela distância prisional transnacional neste episódio. Em suma, desejava estar com ele por mais um instante que, independentemente da duração, permitir-lhe-ia experimentar a suspensão das fronteiras que a manteria eternamente distante de seu marido. Nesse seu desejo, os muros da vida (não apenas prisional) faziam-se intransponíveis.

Interessante notar como a potência espaço-temporal dos sonhos ressalta os limites dos demais “rastros” numa ocasião como essa. Muito embora os engajamentos entre os corpos, as cartas e as fotografias tivessem produzido relações na interface entre o interior e o exterior da prisão, faltava-lhes certa atualidade. Em princípio, nenhum dos dois “rastros” trocado antes do assassinato poderia voltar a atualizar a presença do marido tal qual os sonhos. Nenhuma presença precedente poderia transportar recados, abraços e afetos para um último adeus.

¹³² Para descrição que aborda a importância dos sonhos em outro contexto de produção de presença na ausência de pessoas mortas, sugiro ver: Taussig (1993b).

Mas não é só isso. Falta-lhes também a integralidade desejada por Nonhlanhla e também por muitas outras *estrangeiras* nas relações com os familiares. Relações de outra natureza, cheias de limites, controles, tempos e contratempos, em meio as quais elas sonham com os sonhos. Desejam encontros, conversas, beijos, abraços, toques, transas – tão intensos que quando acordam continuam a sentir as sensações e os sentimentos do momento vivido. Desejam também previsões e revelações de fatos, soluções e criações de problemas, desde que sejam capazes de justapor, num só evento onírico, pessoas, locais ou acontecimentos separados pela distância espaço-temporal. Em suma, desejam a mais plena supressão da distância prisional transnacional. Mas nem sempre conseguem, porque dependem da boa vontade das almas, do dom, do inconsciente, da sorte e/ou da vontade de deus(es).

De acordo com meus dados de campo, os sonhos se constituem enquanto fato extraordinário do cotidiano prisional que, embora não ocorram na frequência e no momento desejado, fazem parte da vida intramuros – e não à toa o filme documentário que aborda a vida de *estrangeiras(os)* presas(os) no estado de São Paulo leva o título “Ela sonhou que eu morri”¹³³. Esporádicos, notáveis e imprevisíveis, são capazes de tensionar, desestabilizar, sobrepor, deslocar, remover ou mesmo anular as fronteiras espaço-temporais. Obviamente que nem todos são assim. Na verdade, poucos têm tamanha capacidade de mediação ou justaposição – daí serem considerados extraordinários. Mas quando a têm, constituem-se como eventos que as colocam, de modo mais pleno possível, em interação com o exterior.

À Margarida, por exemplo, os sonhos proporcionaram as “melhores sensações que experiment[ou] na vida”. Em um deles, ao final do primeiro ano de aprisionamento, escreveu-me ela numa carta,

[...] sonhei que caminhava na vila que meus pais vivem desde os meus 18 anos, mas caminhava numa das saídas para o campo, onde na primavera brotam umas flores

¹³³ O título do filme foi retirado de um dos fragmentos de Dora, uma húngara, de 41 anos, no qual ela relata sobre o sonho que instituiu, para a filha, as fronteiras prisionais transnacionais. Cito aqui o fragmento: “Ela sonhou que eu morri. E ela acordou e disse para o pai: “Sonhei que minha mãe morreu” [interpreta voz de choro e desespero]. Aí o pai disse que isso era bom. “Não se preocupe, você vai se sentir bem melhor. Isso não significa que ela está morrendo ou que vai morrer, é só que tudo isso está morrendo, não ela”. E ela disse: Ah, ok...”. Então, ela ficou bem melhor. Acho que ela fez as pazes através do sonho, fez as pazes com o fato de que eu não vou estar lá por um tempo e que ninguém sabe quando eu vou voltar. Voltarei, claro, no máximo em cinco anos. Espero que não demore todo esse tempo, porque perderei toda a adolescência dela”. Diferentemente dos sonhos de Margarida e Carla, sobre os quais falarei adiante, fortemente marcados pela indicialidade, o da filha apresenta um caráter mais simbólico: seu conteúdo transporta uma mensagem a ser interpretada, e não uma presença (nem sempre) desejada. Por limitações de meus dados não entrarei nas diferenças e semelhanças que marcam estes e outros tipos de sonho. Mas isso não me impede de reconhecer sua importância e sua diversidade. Afinal, como me escreveu Margarida, em uma de suas cartas destinadas a mim, mesmo para as presas que foram “educada[s] na lógica, nos pensamentos práticos, nas coisas palpáveis, que possam ser comprovadas cientificamente [...] este gênero de sonhos nos deixam a pensar. É quase como no chavão popular ‘eu não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem’”.

amarelas que têm um cheiro bastante característico. Quando acordei, conseguia sentir o cheiro dessas flores no meu nariz, como se realmente tivesse estado lá. [Passados quatro meses] [...] sonhei que meu ex-namorado me abraçava e me beijava. Quando acordei, ainda sentia o seu abraço, o seu cheiro e o gosto de seu beijo ainda estava na minha boca.

Não há como obliterar a dimensão produtiva do enclausuramento do corpo (organismo) na produção de uma mobilidade onírica que permite Margarida e tantas outras *estrangeiras* atravessarem os limites prisionais transnacionais para se fazerem presentes do lado de lá. Nesse caso, o corpo surge como “[...] o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem [...]” (Mauss 2003 [1935]: 407). Objeto técnico que possibilita ou promove a produção dos sonhos; meio técnico onde as experiências oníricas são vividas a partir da justaposição entre o interior e o exterior do corpo e da prisão. Ou seja, o corpo que vê, toca, fala, escuta, beija, goza e sente o cheiro e o gosto é o mesmo que produz o ambiente para tais ações. É ele que potencializa as experiências sensoriais das *estrangeiras* a ponto de elas poderem promover a completa supressão das fronteiras que as separam dos amigos, dos familiares, dos lugares e de episódios (passados, presentes e futuros). Em suma, o corpo que sonha se atualiza como o ambiente produto e produtor desse ambiente onírico onde elas podem experimentar a máxima mobilidade numa dimensão espaço-temporal sem qualquer fronteira pré-fixada, mesmo quando o cenário do sonho é a prisão.

Foi o caso de Carla, uma *cabo-verdiana*, viúva, de 42 anos, que me contou ter recebido “a visita do filho”, de 14 anos, na noite que antecedeu o recebimento da notícia sobre o seu falecimento. Muito embora o sonho se passasse dentro da PFC – que, segundo ela, era mesmo essa prisão, mas com uma arquitetura e uma dinâmica totalmente diferentes – o encontro com o primogênito falecido lhe possibilitou experimentar a *liberdade*, experiência que é, por excelência, oposta à do aprisionamento. Ao abraçá-lo, beijá-lo e conversar com ele, o cenário da prisão se justapôs a elementos de sua cidade natal, desaguando assim numa sensação de *liberdade*: “Foi tão bom, eu senti o cheiro da minha Praia, o cheiro de casa, sabes? Escutei o barulho das crianças lá do bairro. Tudo por conta de meu menino... foi. Bem mesmo. Me senti lá, me senti livre. Eich! Eu me senti livre, mas eu estava aqui”. E, com a voz embargada pelo choro, concluiu: “Eu só não percebi que isso era um aviso. Ele estava a vir despedir-se de mim. Sim, meu filho veio se despedir da mãe dele”.

No dia seguinte, às vésperas do Natal, Carla recebeu, via telefonema (para a unidade), a notícia de que ele havia falecido por complicações de saúde. Talvez, se tivesse sido informada antes do sonho, a presença onírica do filho ter-lhe-ia levado o acalento vivenciado

pelas mães e familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. Acalento que Nonhlanhla tanto almejava.

4.6. Sobre bens, distinção e fragmentos de vida

E lá estava Nonhlanhla sentada à minha frente para confirmar se o *e-mail* de Lungile, sua irmã mais velha, não havia mesmo chegado com algumas informações sobre a nova articulação familiar voltada ao sustento de Sibusiso. Nonhlanhla não podia contar com a amiga vizinha que, sem trabalho fixo, mal pagava as contas de casa, além de já cuidar do menino. Não podia também esperar mais da irmã, que vinha gastando mais do que podia com Sibusiso e as viagens quase semanais para visitar o menino. Diante desse quadro, a *sul-africana* enviou, por meio de seu advogado particular¹³⁴ (até então pago por Anella com dinheiro de empréstimo) todas as economias guardadas no pecúlio da Penitenciária Feminina da Capital, que não chegava a mil reais, para arcar com os custos do filho nos primeiros meses após o assassinato de Anella.

Concomitantemente buscou ampliar sua rede de cuidado e afeto, acionando pela primeira vez Lungile, sua irmã mais velha que vivia na Inglaterra com melhores condições financeiras. No *e-mail*, Nonhlanhla contou sobre seu verdadeiro paradeiro e as dificuldades que enfrentaria para sustentar Sibusiso desde a prisão. Tal panorama foi acompanhado com um pedido de ajuda e de perdão pelo *erro* que a levou presa. Enquanto isso, Nonhlanhla acionou Khanyisile para mediar a situação, em caso de Lungile reagir mal à notícia, e impedir que qualquer informação chegasse à sua mãe idosa e adoentada. Mas para felicidade e conforto de Nonhlanhla, Lungile recebeu bem o *e-mail* e lhe enviou uma resposta colocando-se à disposição para arcar com parte dos custos de sua vida e da de seu filho. Uma vez os procedimentos

¹³⁴ A Penitenciária Feminina da Capital oferece o serviço de transferência bancária (nacional) aos chamados parentes diretos (pais, filhos, irmãos e marido) mediante a comprovação do vínculo por meio de documento. Para as *estrangeiras*, que raramente têm esses parentes no Brasil, tal serviço pode ser realizado por outros três atores, quais sejam, advogado particular, consulado ou parentes de *brasileiras*. Nos dois primeiros casos, o procedimento se dá da seguinte forma: a presa preenche um documento padrão autorizando a retirada de uma dada quantia (que deve ser menor ou igual ao valor disponível no seu pecúlio) por parte do advogado ou consulado que, por sua vez, deve efetuar a transferência e levar o comprovante de depósito de volta à penitenciária. No caso dos consulados, há ainda a possibilidade de o dinheiro pegar carona em viagens de seus funcionários para o país de origem da presa e ser depositado diretamente na conta do receptor ou entregue em mãos ao próprio – evitando assim o pagamento das altas taxas do serviço de transferência. Apesar de serem ótimas alternativas, nem sempre estão disponíveis às *estrangeiras*. Primeiro, porque nem todas têm condições de arcar com os honorários de um advogado particular; segundo, porque poucos consulados prestam este serviço e, quando o fazem, costuma ser apenas em situações excepcionais. Nesses casos, as mulheres podem também recorrer à mediação de parentes de *brasileiras*. Embora pouco acionado, uma vez que requer um grau de confiança nem sempre conquistado dentro da unidade, a transação opera da seguinte maneira: o parente (quase sempre mulher) da *brasileira* envia uma quantia acordada com a *estrangeira* para a conta do beneficiário no exterior. A *estrangeira*, por seu turno, paga a dívida por meio da prestação de serviços ou compra de produtos para a *brasileira* dentro da prisão.

devidamente explicados, Nonhlanhla aguardava agora um novo sinal de Lungile, que já havia chegado, mas se encontrava em nossa pilha de *e-mails sem nome*, quando o remetente não insere o nome da destinatária no campo “assunto”.

Nonhlanhla lê o *e-mail* e escreve depressa uma resposta à irmã. Pronto! Era hora de nossa equipe partir. Despeço-me dela e prometo não esquecer de inseri-la na lista da semana seguinte. Mas ela não aparecerá. Saberei por meio de sua *parceira tailandesa* Kanokwan que a *sul-africana* terá sido levada para o *castigo* por conta de um celular. Durante uma *blitz*, agentes penitenciários apreenderão o aparelho que ela vem escondendo na própria cela em troca do seu uso diário, desatando assim certas associações das presas entre si, com o aparelho e com as pessoas para quem elas telefonam. Lamentarei o *castigo* e as sanções decorrentes do flagrante, principalmente por saber as motivações que a levaram a prestar esse serviço a outras presas. Todavia, meu pesar será parcialmente compensado com a alegria incontida de Kanokwan em me noticiar as últimas novidades de Nonhlanhla: a família de um de seus irmãos, residente entre a Holanda e a África do Sul, assim que soube de seu aprisionamento, comprometeu-se com o envio de *sedex* para a prisão e de dinheiro para o sobrinho. A *tailandesa* comentou que Nonhlanhla já fazia planos com o dinheiro, dentre eles, o de comprar finalmente ao filho a prometida bola de futebol do Ronaldinho.

Kanokwan bem sabe da importância que as mercadorias têm para as presas. *Rainha do sedex*, como certa vez se autodenominou, vem desfrutando do recebimento tanto do *sedex* quanto do *jumbo*. *Sedex* é o nome dado a um pacote cheio de mercadorias enviado às *estrangeiras*, geralmente por seus familiares, via o serviço homônimo dos Correios. Carregado de comidas não perecíveis, roupas, calçados, produtos de beleza e de higiene pessoal, seria algo como o *jumbo* descrito pela literatura prisional, não fossem as diferenças que as *estrangeiras* traçam entre um e outro. Centremo-nos por um instante nessas diferenças.

O *jumbo* tem sido definido na literatura como um pacote ou sacola contendo as mesmas mercadorias do *sedex*, além das comidas perecíveis, levado(a) ou enviado(a) a presas(os) por suas famílias – primordialmente, mulheres (Grimberg, 2009; Padovani, 2013). Mas não na acepção das *estrangeiras*. Para elas, este é sim um pacote ou sacola contendo mercadorias de igual natureza, mas a diferença está na origem das mesmas e na técnica de seu envio. Mais precisamente, trata-se de uma encomenda, feita por elas, paga ou por elas (via retirada do dinheiro do pecúlio) ou por seus familiares (via transferência bancária internacional) e entregue na portaria

da penitenciária por seus consulados ou, mais frequentemente, seus advogados particulares¹³⁵.

Resumindo: o *sedex* constitui um embrulho enviado do país de origem pela família via correio; já o *jumbo* são mercadorias encomendadas e pagas por elas ou pelos familiares, entregues na portaria da unidade por basicamente dois atores institucionais¹³⁶. Essas definições evocam processos distintos de constituição dos dois embrulhos, de modo que as mesmas mercadorias contidas em um e em outro podem ter naturezas distintas no contexto prisional transnacional – além de nos darem pistas do porquê mães, como a *colombiana* Sandra, buscam se fazer presentes aos filhos por meio de mercadorias. Kanokwan nos mostra bem isso.

A *rainha do sedex*, de 31 anos, passou a receber o *jumbo* após iniciar o namoro com o atual noivo, Mpho, via *pedalos*. *Langeries*, pijamas, calçados, shampoos, condicionadores, cremes corporais, comidas, peças de roupas (do uniforme e blusas de frio) chegavam às suas mãos ao menos uma sexta-feira por mês através do advogado particular pago pelo noivo, ainda preso na Penitenciária do Itaí. As mercadorias eram consumidas por ela, em sua maioria, e compartilhadas com *parceiras* ou vendidas no comércio entre as presas dentro da unidade. Eventualmente, algumas ficavam retidas no setor de Inclusão, juntamente com suas malas, quando não atendiam às exigências da penitenciária nos aspectos de cores, embalagens e restrições de segurança. Sua importância na produção de relações sociais e de condições prisionais é tamanha que chega a ser considerada indispensável para a vida de presos em unidades paulistas, como destaca Godoi (2010: 68):

O “jumbo” e as amplas estruturas societárias ao seu redor são mobilizados para contornar ou amenizar as agruras de uma experiência carcerária que é absolutamente precarizada, que se dá nos limiares da violência fatal, na multiplicação dos maus tratos, na péssima alimentação, na indisponibilidade de serviços médicos e materiais de higiene. O que está em jogo no “jumbo” que entra na prisão e nas estruturas societárias que o produzem é um patamar mínimo de sanidade física e mental dos detentos, recebam eles visitas ou não. Sem uma “instituição” social como o “jumbo”, a vida num presídio paulista seria inviável.

Entre as *estrangeiras*, essa centralidade do *jumbo* é dividida com o *sedex*, já que

¹³⁵ Há alguns poucos consulados/embaixadas que doam, uns mais outros menos frequente e sistematicamente, *jumbos* às suas nacionais. Há também *brasileiras* que os recebem de seus familiares listados no *rol de visitas* e os repassam para *estrangeiras*, seja como forma de pagamento de alguma dívida adquirida com alguma delas ou como uma espécie de ajuda a ela. Neste último caso, a logística funciona da seguinte maneira: os familiares (quase sempre mulheres) da *brasileira* recebem o dinheiro transferido do exterior por algum familiar da *estrangeira*, compram as encomendas e as levam no dia de visita. Nota-se como o dinheiro e as mercadorias, assim como a escrita de cartas efetuadas por *parceiras* a mães analfabetas, atuam na tessitura de uma série de vínculos. Mas nesse caso do *jumbo*, tal tessitura envolve a atualização das relações das duas presas com seus respectivos familiares, das relações dos familiares das duas presas entre si e das relações dos familiares de cada uma delas com os da outra.

¹³⁶ Dona Silvanete, presidente e fundadora da Associação Casa Recomeço, também realiza a entrega de *jumbos* na portaria da PFC. Mas nesse caso a entrega ganha uma conotação um pouco distinta da prestação de serviço ou assistência, como veremos no capítulo seguinte.

raríssimas são aquelas que recebem visitas – embora desfrutem da circulação das mercadorias oriundas dos *jumbos* de *brasileiras* através de compra ou doação. Kanokwan, por exemplo, nunca teve o privilégio de receber algum familiar lá dentro, mas ao menos vem tendo o de receber *sedex* da Tailândia, o que não é pouco para as *estrangeiras*. Ansiosamente aguardados, esses pacotes demoram a chegar cerca de dois meses e levam “coisas” raras para dentro da prisão: mercadorias de qualidades e de marcas dificilmente encontradas no comércio de São Paulo, que carregam em sua materialidade elementos do ambiente familiar da moça.

Langeries, chinelos, cadernos, canetas coloridas, shampoos, condicionadores, cremes corporais, balas de goma, além da carta que as acompanha, são algumas das “coisas” que fazem chegar à penitenciária fragmentos de sua vida *pregressa* nos cheiros, sabores, cores, imagens, texturas e lembranças. “Coisas” que carregam também a presença e o cuidado da mãe e da irmã nas etapas de envio do pacote – desde a prática de economizar o dinheiro, passando pela compra das mercadorias, o preparo e o envio do embrulho, até o compartilhamento (via telefonemas, cartas ou *e-mails*) da alegria da destinatária presa quando finalmente o recebe. Não é à toa que o *sedex* se torna sinal de distinção entre as *estrangeiras*: sem acesso direto ao mercado de consumo de seus locais de origem, tais embrulhos garantem acesso a determinados capitais culturais e de distinção (Bourdieu, 2007), podendo sugerir uma condição familiar abastada econômica e/ou afetivamente e expressar uma dedicação tão cara aos/dos familiares, a ponto de as fazerem se sentir *rainhas*.

Ah menina, toda vez que chega o *sedex* eu fico me achando. Me sinto a maior rainha. E não é da cocada preta, não [risos]. Fico me achando, porque... quantas estrangeiras tem esse privilégio? Eu fico pensando no carinho da minha mãe e da minha irmã comprando tudo, preparando tudo para mim, sabe? Eu sei que elas estão deixando de gastar com elas pra poder me mandar, essa é a parte triste. A minha família não é rica pra mandar *sedex*... é muito caro. Aí as meninas aqui ficam tudo puxando meu saco, sendo boazinha comigo para eu dividir com elas as coisas. Principalmente as tailandesas, né, que querem usar as coisas do nosso país.

A partir da fala de Kanokwan, poder-se-ia parafrasear um dito popular e afirmar que “em *cadeia das estrangeiras* quem tem *sedex* é rainha”! Mas essa nomeação monárquica não exprime apenas o poder dessas “coisas” escassas em tornar as *estrangeiras* peças maior no “xadrez” (leia-se: penitenciária). Além de lhes garantir uma posição privilegiada na produção da estratificação social entre as mulheres, exprime também um meio de acesso (valioso e escasso) aos seus respectivos locais de origem. Em outros termos, o *sedex* produz uma dupla mobilidade, a social e espaço-temporal (mobilidade que, aliás, é uma das características da peça homônima do jogo de xadrez): promove deslocamentos verticais na pirâmide social intramuros,

bem como deslocamentos horizontais no espaço-tempo além e aquém daquele constitutivo da unidade, tornando-a uma pessoa distinta no “xadrez”.

Os pijamas, por exemplo, velhos companheiros, embalaram as noites de sono de Kanokwan há anos. Foram, e continuam sendo, um dos mimos costumeiros de sua mãe, comprados sempre na mesma loja. E os chinelos lá do mercado do bairro? Sim, são vagabundos, a única mercadoria de má qualidade, mas tão confortáveis para ficar em casa que a *tailandesa* tinha uma coleção deles espalhados pelos cômodos. Já os cadernos, vendidos em tudo quanto é canto, carregam em sua simplicidade ordinária pedaços do cotidiano mais banal de Bangkok. Para não falar dos cremes corporais, shampoos e condicionadores que, ao som da *playlist* de seu celular, compuseram o ritual doméstico matinal em seus últimos anos na casa de sua mãe; sempre das mesmas marcas, trazem detalhes do banheiro e das reclamações da sua avó sobre a mistura de seus aromas. Por fim, as balas; ah as balas azedas de goma, seu vício! Companheiras de todas as horas, marcaram os sabores e dissabores dos deslocamentos de Kanokwan pelos quatro cantos da sua “cidade dos anjos”. Muito diferente daquelas mercadorias compradas em São Paulo pelo seu advogado particular, estas desdobram múltiplas presenças, relações, cuidados, afetos e lugares, compondo alguns nós de seu ambiente familiar.

Ambiente familiar, porém, que já não é mais o mesmo. Ao longo de nossas conversas, soube de Kanokwan que a loja dos pijamas mudou de dono e endereço; seu quarto ganhou novos ares com a chegada da sobrinha; sua irmã voltou para casa depois de uma separação; sua mãe envelheceu 20 anos de dores familiares; seus avós partiram de velhice; e aquela Kanokwan de quatro anos atrás não está mais lá... nem cá! Ou seja, a *tailandesa* vive um ambiente familiar que existe em fragmentos, fragmentos estes que, por sua vez, não existem fora das lembranças da moça nem das materialidades dos “rastros”. Ambiente que a distância espaço-temporal e os anos de prisão se encarregaram não de desfazer, mas de lhe dar nova existência entre o passado e o presente, entre a sua cidade e a prisão num emaranhar de fios que extrapola o espaço-tempo do tabuleiro esquadrihado do “xadrez”.

Emaranhar que, hoje, tece os sonhos de Nonhlanhla no leito do seu mais duro confinamento. Isolada do *convívio* por 30 dias nas celas do *castigo* (punição de sua punição), a *sul-africana* conseguirá trocar meia dúzia de desabafos com Lindiwe, uma de suas grandes *parceiras*. (Como trocará desde o *castigo*? Não sei, Lindiwe não me dirá. Mas certamente, garante meu trabalho de campo, por meio de cartas, recados e rumores intramuros desdobrados na co-operação entre presas e agentes penitenciários). Nesses desabafos, a *sul-africana* lamentará a

dor de estar ainda mais isolada do que antes na solidão do *castigo* e da morte do marido. Mas, ao menos, ponderará, respira ares mais livres diante do sufocante segredo sobre seu aprisionamento.

Nos momentos de desespero, apegar-se-á aos ansiolíticos, para conter e confortar, e às promessas e músicas familiares, para animar¹³⁷ e libertar. Como de costume, fechará os olhos e soltará a voz e a angústia nas canções que cantou para Sibusiso ao telefone. Canções de família que remetem, a um só tempo, ao passado compartilhado e a um futuro que se deseja também assim. Passado que vive na presente lembrança; presente que vive no desejo de presenças ainda por vir. Presenças feitas de cuidados, afetos, direitos, deveres, compromissos, disputas, intrigas, controles, vigilâncias, práticas e regras; que se desenrolam nas idas e vindas de fotografias, telefonemas, cartas, *e-mails*, sonhos, dinheiro, mercadorias e outros corpos. Presenças que, enfim, nas sombras e durezas da PFC dão à luz o emaranhado de linhas num espaço fluido (Ingold, 2011), onde muitas *estrangeiras*, seus filhos, familiares, amigas e demais agentes ganham vida em, e dão vida a, diversas maternidades.

4.7. As copresenças e a gestão da distância prisional transnacional

De acordo com os dados apresentados neste capítulo, a forma com que *estrangeiras*, seus familiares e suas amigas atualizam suas relações está diretamente ligada ao esforço que eles investem para “estar relacionado” (Carsten, 2004) através da atuação na vida uns dos outros. A contínua troca de “substâncias compartilhadas” é uma das práticas que evidencia a importância da dimensão presencial no hiato imposto pelo aprisionamento num país exterior. O toque, o cheiro, o olhar, o gozo, a degustação, a fala e a escuta são algumas das ações através das quais as pessoas separadas por uma série de fronteiras conseguem ter efeitos umas sobre as outras. É a partir delas que *estrangeiras* buscam se fazer tangíveis em meio à distância prisional transnacional.

Esse esforço em torno da tangibilidade encontra certa afinidade com as reflexões de Gumbrecht sobre os modos de produzir e significar presenças. Em seu livro intitulado “Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir”, o autor se propõe a romper com as amarras hermenêuticas – sem, no entanto, ignorar suas contribuições – e a traçar alternativas epistemológicas que não se restrinjam exclusivamente às técnicas interpretativas. Mais precisamente, ele questiona a primazia do sentido no pensamento ocidental moderno em detrimento

¹³⁷ Animar, do latim *animus*: dar vida, força vital a Nonhlanhla por meio de promessas e músicas familiares.

das materialidades e propõe uma abordagem na qual ambos sejam considerados indissociáveis.

Tal indissociabilidade se deve, na perspectiva do autor, ao fato de o sentido não poder ser pensado separadamente de sua “medialidade”. Uma página impressa, uma tela de computador ou uma mensagem eletrônica, por exemplo, são parte constitutiva e constituinte do sentido que elas transportam e, por isso, não podem ser ignoradas na análise desse mesmo sentido. Segundo Gumbrecht, as diferentes materialidades, também chamadas de meios de comunicação, tocam nossos corpos de formas variadas e afetam os sentidos daquilo que transportam. E esse afetamento é parte constitutiva do que ele define como produção de presença, noção fundada na tangibilidade espacial das substâncias em relação aos corpos.

O termo *produção* diz respeito ao ato de “trazer para diante” um objeto no espaço. Já o termo *presença* é definido pela “relação espacial com o mundo e seus objetos”. Portanto, *produção de presença* refere-se a “todos os tipos de eventos e processos nos quais se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos ‘presentes’ sobre corpos humanos” (Gumbrecht, 2010: 13).

O que é presente para nós (muito no sentido da forma latina *prae-essere*) está à nossa frente, ao alcance e tangível para nossos corpos. [...] Se *producere*, quer dizer, literalmente, “trazer para diante”, “empurrar para frente”, então a expressão “produção de presença” sublinharia que o efeito de tangibilidade que surge com as materialidades de comunicação é também um efeito em movimento permanente. Em outras palavras, falar da “produção de presença” implica que o efeito de tangibilidade (espacial) surgido com os meios de comunicação está sujeito, no espaço, a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade.

Essa tangibilidade, de que fala Gumbrecht, é exatamente o que cria possibilidades para *estrangeiras* e seus correlatos produzirem presenças onde seus corpos não necessariamente estão. Tal produção se dá, no caso delas, por meio de “rastros”: fotografias, *e-mails*, cartas, telefonemas, dinheiro, mercadorias e outros corpos, quando associados entre si e em interação com os destinatários, tornam-se parte do remetente para além dos limites de seu organismo, quer dizer, articulações capazes de estendê-lo no hiato espaço-temporal, proporcionando-lhe a produção de presenças físicas, no aqui e agora: copresenças. A noção de copresença que aqui proponho é tributária das reflexões desenvolvidas por estudos sobre migração transnacional e sobre prisões e procura trazer contribuições ao debate a partir de uma leitura, sugerida por meus dados de campo, acerca da efetuação das relações em diferentes escalas. Para tanto, faz-se necessário retomar parte dessas reflexões antes de destrinchá-la.

Na literatura transnacional, por exemplo, termos como “*long distance intimacy*” (Parreñas, 2005b), “proximidade à distância” (Lobo, 2006), “*physical distance*” (McKenzie, Menjívar, 2011), “*care at a distance*” (Leifsen, Tymczuk, 2012) são acionados para sugerir uma

presença/proximidade digital dos familiares, definida pela sua oposição àquela supostamente “real”. Delineada nos limites do corpo/organismo humano, essa presença/proximidade digital é compreendida como capaz de conectar os indivíduos em comunicação na distância transnacional através de um intermediário, os artefatos ou objetos técnicos. Nos diferentes contextos apresentados pelos autores, os agentes envolvidos encontram-se justapostos a suas formas anatômicas, não havendo possibilidades para trocas e transformações entre eles no momento em que entram em relação. Seus limites são inquestionavelmente estáveis: as pessoas, que são sempre indivíduos (de)limitados em seus corpos, acionam objetos intermediários, também (de)limitados em suas formas físicas, para se comunicarem entre si. Nesse registro, o que varia são os sentidos atribuídos pelos indivíduos a cada um dos agentes (destinatários, remetentes e intermediários).

Madianou e Miller (2012), uma grande referência na construção de meus dados etnográficos acerca dos “rastros” (Bumachar, 2011, 2013), foram a fundo nessa questão e dedicaram um livro à compreensão das “novas mídias” nas relações entre trabalhadoras migrantes e seus parentes residentes nas Filipinas. A partir de uma etnografia multissituada (no tempo e no espaço), os autores apresentam uma rica discussão sobre a constituição da “família transnacional conectada” e cunham o termo “polimídia” para definir o ambiente no qual as “mídias” medeiam as relações entre os indivíduos separados pela distância transnacional. Tal ambiente deve ser, segundo eles, visto como uma espécie de estruturalismo levistraussiano, no qual o entendimento que os parentes têm e o uso que eles fazem de cada uma das mídias é resultado do seu contraste com outras que também poderiam ser utilizadas numa mesma comunicação.

Os *e-mails*, por exemplo, só são definidos como tais nas suas diferenças em determinado contexto e em relação a telefonemas, cartas e SMS. Isso, porque os contrastes entre as “mídias” definem o “nicho” de cada uma delas em certo contexto pessoal e cultural. Concomitantemente, esses mesmos contrastes se tornam o idioma por meio do qual as pessoas expressam as diferenças de forma e propósito da própria comunicação. Nesse sentido, toda escolha por uma ou outra mídia é um ato comunicativo e moral definidor de cada uma delas. É também um ato a ser compreendido de acordo com formas culturais de socialidade, temporalidade, poder e emoção.

A ressalva que faço a essa concepção estruturalista de mediação, a partir de meus dados de campo, diz respeito ao modo como as relações entre os agentes (indivíduos e mídias) é entendido. Ou seja, se por um lado, Madianou e Miller apontam para a importância da mediação na definição mútua e recíproca das “mídias” e das relações de parentesco, por outro, eles o fazem

a partir da dimensão morfológica enquanto critério de individuação. Numa espécie de individualismo metodológico, sugerem um ambiente povoado por “indivíduos possessivos” (Macpherson apud Haraway, 2011), quer dizer, pessoas com fronteiras totalmente seguras, que se comunicam através de coisas (“mídias”) intermediárias que não as alteram ou são alteradas por elas, como se os limites físicos de umas jamais pudessem afetar nem serem afetados pelas materialidades, temporalidades e possibilidades de ação das outras. Em resumo, tomam as pessoas como indivíduos fechados nos limites de seus corpos e as mídias como intermediários delimitados em suas materialidades e funcionalidades externas. E, nesse ambiente tecido por fronteiras fixas, as possibilidades para trocas e transformações entre os domínios distintos são ofuscadas em favor de análises acerca das atribuições de sentidos a agentes com essências inquestionavelmente imutáveis.

Algo semelhante ocorre nos estudos prisionais quando, por exemplo, as cartas são definidas como presenças “quase físicas” (da Rosa, 2008), “adaptadas” (Brito, 2007) ou “substitutas do corpo” (Comfort, 2007b). Tal como na literatura transnacional, os três termos carregam o questionamento em torno das fronteiras espaciais (no caso, as prisionais), mas não das fronteiras dos agentes envolvidos na mediação intra e extramuros. Evidenciam como, através da circulação das cartas, remetentes e destinatárias(os) garantem certa mobilidade por entre os muros da prisão: o ex-general preso na ditadura militar consegue produzir uma presença “quase física” diante da esposa leitora; mães conseguem exercer uma maternidade “adaptada” dentro da prisão; e maridos presos e suas esposas conseguem “substituir” seus corpos uns diante dos outros. No entanto, tais realizações não são plenas porque esbarram num certo enclausuramento: a presença é quase física, e não física, a maternidade é adaptada, e não concretizada e a presença epistolar é substituta, e não apenas uma presença de outra natureza, porque na análise das autoras não há possibilidades para que corpos e cartas se deixem afetar ou serem afetados uns pelos outros.

No trabalho de Comfort, por exemplo, minha maior inspiração na reflexão sobre corpo e pessoa no contexto prisional, há uma certa problematização das fronteiras corporais quando a autora discute a experiência prisional de mulheres durante o cumprimento de pena de seus maridos. Refletindo sobre as relações amorosas desses casais na Califórnia, Comfort mostra como eles, uma vez separados pelos muros da prisão, passam a “partilhar” uma vida doméstica e conjugal fortemente pautada pelas práticas e regras que regem a prisão através de telefonemas, encomendas e correspondências. Essas correspondências se atualizam como uma

espécie de prolongamento tangível do remetente: sua mobilidade e materialidade as tornam capazes de substituir o corpo do cônjuge ausente.

Os envelopes decorados pelos residentes são objectos artísticos famosos, ricamente ornamentados com desenhos semelhantes aos que são tatuados na prisão (Phillips, 2001b). De forma semelhante, as mulheres transformam o papel em pele, adornando e perfumando as suas cartas, construindo um **substituto corporal** permitido nas áreas restritas do estabelecimento correcional e que penetra no espaço íntimo do recluso” (Comfort, 2007b: 1062, grifo meu).

Ao colocar em simetria corpos e cartas, a autora tem o mérito de mostrar que há possibilidades de produção presencial para além dos corpos humanos em sua dimensão material. No entanto, essa noção de substituição mantém enclausurada a noção de pessoa. A diferença é que tal enclausuramento ocorre não mais apenas nos limites materiais dos corpos humanos, mas também nos das epístolas. Ou seja, quando não é possível a concretização dos presos e suas esposas no e por meio de seus respectivos corpos, as cartas surgem como seus substitutos. Tomadas como unidades materiais individualizadas e estabilizadas, essas pessoas se encerram na superfície da pele ou do papel. Surgem como unidades passíveis de incorporação em corpos e cartas, mas não de flexibilização, continuidade, extensão ou desdobramento numa possível multiplicidade de fluxos em diferentes materialidades. Em suma, se a mobilidade dos cônjuges por entre os muros da prisão é pensada a partir da simétrica substituição de corpos por cartas, ela só a é através do enclausuramento da noção de pessoa em “indivíduos possessivos”, isto é, conformados nos limites anatômicos dessas duas unidades materiais discretas e excludentes entre si.

Mas “[p]or que nossos corpos devem terminar na pele¹³⁸ [ou no papel]?” (Haraway, 2009: 92). Se fizéssemos essa pergunta a Maria Filomena Gregori (2011), em suas notas sobre a circulação de bens no mercado erótico, certamente sua resposta seria negativa: corpos não devem terminar na pele ou em qualquer outra materialidade. A partir dos dados de pesquisas conduzidas em *Sex Shops* nos Estados Unidos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, a autora mostra como o consumo de acessórios chamados “realísticos” podem revelar a expansão das fronteiras materiais do corpo. Em suas palavras,

¹³⁸ Pedro Ferreira elabora uma pergunta muito semelhante para problematizar os limites corporais a partir de práticas de *body modification* (tradicionais ou não). Cito aqui o trecho: “Mas o que ocorreria se pensássemos que o corpo não cresce do centro para a periferia, parando na pele, mas sim da periferia para o centro, partindo da pele, como contrapartida de suas relações com um meio ambiente? Neste caso, o limite entre corpo e ambiente teria função mais transformadora do que conservadora, e as práticas de *body modification* poderiam ser compreendidas então como a produção de novos corpos a partir da transformação de suas relações com o meio ambiente. A essência se deslocaria do centro do corpo para a sua periferia, e, portanto, a questão deixaria de ser a sua *preservação* para se tornar a constante *seleção* entre suas tendências nascentes” (Ferreira, 2005: 6).

O consumo cada vez mais acentuado dos acessórios chamados de “realísticos” (aqueles que são fabricados com cyberskin) aponta de um lado, que o corpo na sua dimensão material está aberto às experiências promovidas pelo acessório seja como **extensão do organismo**, seja como organismo em separado; de outro lado, essas experiências só são possíveis na medida em que tentam transformar a materialidade física do objeto em “carnalidade”. Seria prematuro ou talvez redutor afirmar que o acessório “realístico” é substituto do pênis (Gregori, 2011: 483, grifo meu).

De modo bastante similar, meus dados etnográficos sugerem ser prematuro ou redutor pensar nas cartas e em outros “rastros” como substitutos do corpo. No entanto, ao invés de pensar em termos de extensão, como faz Gregori, enquanto uma alternativa à noção de substituição, parece-me ainda mais profícuo pensar, no caso das *estrangeiras*, a partir da ideia de articulação. E, para tanto, proponho a noção de copresenças¹³⁹ no intuito de colocar em suspeição e suspensão as amarras das noções de corpo e de objetos para além dos limites de suas respectivas dimensões materiais). Do latim *cum* (prefixo sinônimo de concomitância, simultaneidade) e *praesentia* (substantivo feminino sinônimo de presença, aparição), as copresenças podem ser definidas no contexto prisional das *estrangeiras* como performances de materialidades tangíveis concretizadas no encontro de um ou mais corpos com os “rastros” do remetente/emissor que se encontra no lado oposto. Performances que não equivalem àquela entre corpos (organismos) e nem a substituem, mas não perdem por isso sua natureza corpórea. Ou melhor, não a perdem justamente porque sua materialidade está em plena conexão física com a materialidade dos corpos tanto de remetentes quanto de destinatários por meio de uma série de técnicas executadas de um e outro lados.

Técnicas de escrita, leitura, fala, escuta, toque, cheiro e degustação; de envio, transmissão, registro e digitalização que, ao individuarem as *estrangeiras* e seus correspondentes nos diversos processos de individuação de seus “rastros”, abrem no espaço outros espaços de interação, criam pontos de encontro no vácuo da distância espaço-temporal. Técnicas de produção de (novas) presenças, que promovem o engajamento de materialidades distintas e nunca completamente estabilizadas; que estendem e ramificam as pessoas em diferentes ambientes, proporcionando-lhes certa mobilidade entre lá e cá – mobilidade esta que dura enquanto durar tal produção e que, por isso, precisa ser continuamente atualizada. Em suma, técnicas por meio das quais remetentes e destinatários se individualam na individuação de tais materialidades, quer dizer, efetuam-se na concretização de relações (sociotécnicas) entre corpos, “coisas” e ambientes.

¹³⁹ Os primeiros esforços de definir a noção de copresença foram inspirados nas reflexões de Comfort e podem ser encontrados em Bumachar (2015).

Partindo das técnicas que engendram as performances de materialidades tangíveis foi possível entrever o processo de constituição do corpo das *estrangeiras* como um “corpo articulado”, isto é, uma instância de “aprendizagem de ser afetado, no sentido de ‘efetuado’, movido, colocado em movimento por outras entidades humanas ou não humanas” (Latour, 2008: 39). Tal corpo, segundo Bruno Latour, é “um[a] interface que vai ficando mais descritível quando aprende a ser afectado por muitos mais elementos”; é, portanto, “[...] aquilo que deixa uma trajectória dinâmica através da qual aprendemos a registar e a ser sensíveis àquilo de que é feito o mundo” (Ibid: 39). A noção de articulação nos parece aqui interessante, pois, diferentemente da ideia de extensão, não prevê a existência de um corpo discreto e anterior (em termos lógicos) às suas interações com as “coisas” e o mundo. Antes, ela reduz a centralidade da anatomia do organismo em favor de uma abordagem simétrica e relacional dos agentes em ato, de modo a colocar em contínua suspeição as fronteiras das materialidades que constituem os corpos humanos. Em outras palavras, tomando como critério de individuação a autonomia funcional, e não a dimensão morfológica (Simondon, 2005 apud Sautchuk, 2015), tal noção suprime a possibilidade de encerrar aprioristicamente corpos e “rastros” em “fundações pré-existentes” (Haraway, 2003) e estimula a observação de sua concretização a partir dos fluxos entre suas materialidades efetuados pelas ações. Afinal, as pessoas aqui em análise se fazem enquanto tais apenas na associação de seu organismo com materialidades outras (Beleli, 2015).

Essas formulações encontram-se alinhadas às reflexões de Alfred Gell, em *Art and Agency* (1998), quando o autor propõe pensar a arte como algo que opera no interior de um nexo de agência. A partir da teoria semiótica de Charles Peirce, Gell define os objetos como “agentes”, isto é, como aquilo que faz os eventos acontecerem. A ideia aqui é que os objetos de arte não são materialidades inertes que carregam proposições simbólicas, mas, antes, um sistema articulado de ações que visa transformar o mundo. São “índices”, “coisas” (no sentido empregue por Ingold) que corporificam ações na interação com terceiros, estimulando estes a agirem e reagirem. Tal qual ocorre com cartas, *e-mails*, fotografias, dinheiro, mercadorias, telefonemas no contexto das *estrangeiras*. Menos do que receptáculos de símbolos, são signos que operam como acontecimentos capazes de gerar ações, reações, mudanças: relações. Quando em interação com terceiros, tornam-se agentes dotados de efeitos relacionais, no caso as copresenças. Seus modos de existências expressam e concretizam as ações que tecem as relações prisionais transnacionais.

Tais ações envolvem a configuração de espaços-tempos capazes de favorecer o re-

forço dos laços sociais e a consolidação do sentimento de pertencimento, se nem sempre ao país de origem (ElHajji, 2011), certamente à família. Isso, porque as performances de materialidade tangível se atualizam no “querer projectar-se tanto no espaço como no tempo” (Neves, 2006a: 122) – daí meu propósito de acrescentar à noção de presença o prefixo co-. E seus variados graus de proximidade, intensidade e simultaneidade estão diretamente ligados aos possíveis modos de gestão dessa dimensão espaço-temporal. De acordo com meus dados de campo, essa gestão pode se desdobrar através de dois movimentos: o primeiro, de transformação do tempo pela contração do espaço; e, o segundo, de transformação do espaço pela contração do tempo. Se nesse segundo movimento, há um esforço para gerar o que David Harvey (2007) chamou de “aniquilação do espaço por intermédio do tempo”, no primeiro há uma busca para promover a aniquilação do tempo por intermédio do espaço. E a atualização de um e/ou de outro depende das técnicas e dos parâmetros mobilizados por remetentes e destinatários. Vejamos brevemente cada um deles.

O primeiro movimento, de transformação do tempo pela contração do espaço, parece mais fácil de explicar, pois toda vez que “rastros” interagem com destinatários opera-se uma justaposição do passado e do presente por meio das materialidades em interação. Ações passadas efetuadas em *e-mails*, cartas, fotografias, mercadorias e telefonemas se atualizam nas reações presentes daqueles que os recebem. Mais precisamente, os atos que produzem o “corpo articulado” do remetente são atualizados nas ações dos destinatários, de modo que passado e presente se torna um só evento. Quando, por exemplo, a mãe de Maretha entra em interação com a filha em forma de carta, há uma contração da distância espacial que justapõe o momento do ato da escrita com o do ato da leitura. Através das técnicas de inscrição e rastreamento caligráficos executados, respectivamente, por Maretha e por sua mãe, esta última consegue cartografar os afetos daquela como se estivesse a olhar dentro de seus olhos.

Quando essa justaposição temporal deixa de operar, entretanto, os “rastros” não se efetuam enquanto tais e, assim, não há produção de copresença. Foi o que ocorreu com as fotografias antigas dos filhos de Dorina, que perderam a conexão com os corpos destes em decorrência da inflexão entre o não recebimento de outras mais recentes e a contínua troca de cartas. O resultado dessa perda foi o congelamento do tempo intramuros. Foi também o que ocorreu com as cartas de Anella, que continuaram a chegar para Nonhlanhla após ela receber o *e-mail* com a notícia sobre o seu falecimento, transportando, pois, para dentro da prisão não mais presenças epistolares, mas os últimos suspiros de um corpo desarticulado pelo tiro e pelo

e-mail.

Já no segundo movimento, há uma contração espacial entre a prisão e o local de origem dos destinatários efetuada pela aceleração do tempo que os “rastros” levam para percorrer de um lado a outro consoante sua velocidade. Os telefonemas de Sandra para seus filhos, por exemplo, circulam muito mais rapidamente do que os *e-mails* que, por sua vez, circulam mais rapidamente do que as cartas e os presentes. Nesse caso, no padrão que serve para a distância a ser percorrida é aquilo que Paul Virilio (1993) denominou de “distância-velocidade”, uma medida privilegiada da dimensão espaço-temporal que tem o som como parâmetro de medição do deslocamento. Isso fica bastante evidente quando inscrevemos os movimentos de cartas, *e-mails* e telefonemas em mapas anamórficos¹⁴⁰ (Figura 6). Tomando as curvas de espaço-tempo como critério para sua elaboração, veremos que a distância entre a prisão e uma dada região de seu exterior, no caso Cali, modifica-se de acordo com o tempo que cada um desses três “rastros” leva para percorrê-la. Quanto maior a velocidade do “rastros”, menor o intervalo de tempo para ele percorrer a distância entre os dois pontos geográficos e, portanto, maior a compressão espaço-temporal, quer dizer, mais distorcido estará o mapa.

Isso explica uma das razões pelas quais as ligações telefônicas, embora clandestinas, sejam consideradas pelas *estrangeiras* (e também pelas *brasileiras*) fundamentais em certos modos de interação familiar. Trata-se de um meio de comunicação singular, embora não único, para Sandra conhecer e interagir com seu marido preso e seu filho nascido na prisão, bem como para solucionar as fugas residenciais e o abandono escolar da filha. Singular também, mas igualmente não exclusivo para Nonhlanhla definir o paradeiro do filho após o assassinato de seu marido por meio de negociações com as duas responsáveis por ele (a irmã e a vizinha). Por fim, singular para a irmã de Nurul rastrear, em poucos dias e de um pequeno povoado da Malásia, o seu verdadeiro paradeiro no Brasil. No entanto, o seu não uso pode ser igualmente necessário frente ao potencial destrutivo da velocidade (Virilio, 1996), quando, por exemplo, a distância espaço-temporal deixa de ser fronteira e se torna o único meio efetivo de nutrição dos vínculos entre Nurul e seus familiares frente à necessidade de manutenção do segredo sobre seu aprisionamento.

¹⁴⁰ Os mapas foram elaborados no programa photoshop sem que a distorção de cada um deles seguisse as devidas proporções matemáticas. No entanto, isso não compromete em nada os propósitos de seu uso meramente ilustrativo neste trabalho.

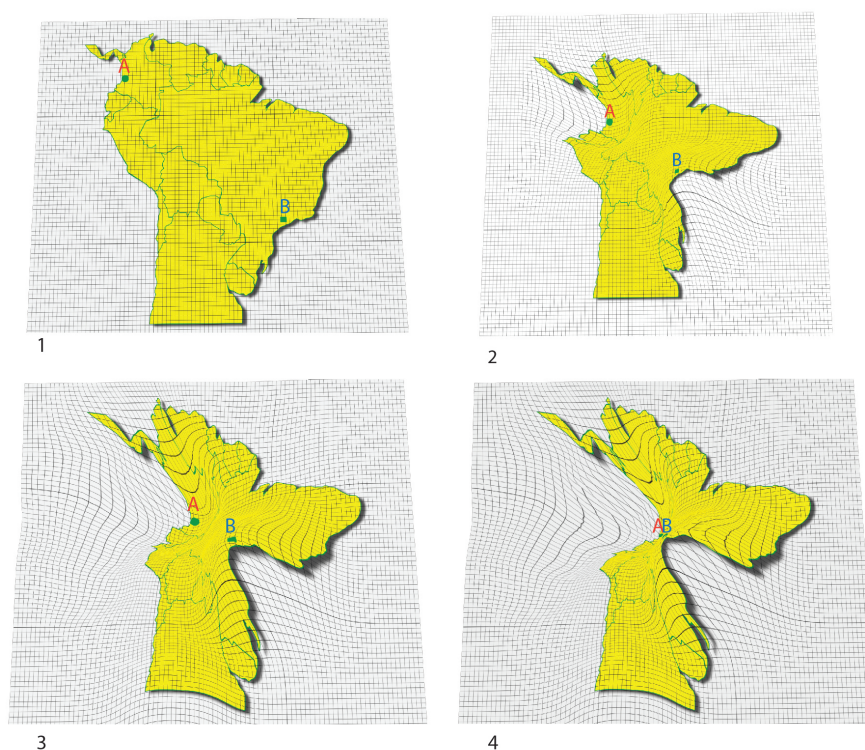


Figura 6: a primeira imagem representa a distância entre Cali (A) e São Paulo (B) de maneira convencional; a segunda retrata a distância distorcida de acordo com o tempo necessário para uma carta percorrê-la (em 15 dias); a terceira imagem, ainda mais distorcida, ilustra o tempo de trânsito de um e-mail (7 dias); e, por fim, a quarta simboliza o tempo de circulação da voz em ligações telefônicas (centésimos de segundo). A sequência das imagens revela o processo de contração do espaço em função do tempo que diferentes “rastros” levam para percorrer de um ponto a outro de acordo com o parâmetro da velocidade.

Nesse registro, a singularidade do uso dos aparelhos celulares em relação aos *e-mails* e às cartas, por exemplo, tem a ver com a relação inversamente proporcional entre a defasagem técnica e a qualidade da copresença. Ou seja, quanto menor a defasagem técnica no tempo, maior a velocidade de circulação dos “rastros” no espaço e, portanto, maior a simultaneidade e a espontaneidade da interação entre um lado e outro. A solução do problema de Sandra com a filha, a descoberta do paradeiro de Nurul pela irmã e a decisão sobre a vida do filho de Nonhlanhla não teriam ocorrido de modo tão eficaz por outros meios que não os telefonemas. Por outro lado, a manutenção dos vínculos familiares por parte de Nurul possivelmente não seria tão bem-sucedida se seu uso fosse acionado. E essas constatações nos levam a uma conclusão parcial: a eficácia técnica dos aparelhos celulares propicia a produção de uma copresença mais presente do que aquelas propiciadas pelos demais meios de comunicação – se não fossem os outros parâmetros mobilizados pelos agentes.

Ou seja, essa conclusão só seria integralmente verdadeira se *estrangeiras* e toda sua rede de cuidado se restringissem ao parâmetro da velocidade para produzir copresenças mais presentes. Mas não é isso que ocorre, e nem sempre a menor defasagem técnica implica em maior contração do espaço-tempo. As cartas trocadas entre Nonhlanhla e Anella me parecem exemplares nesse sentido. No intuito de superar a baixa velocidade epistolar e promover a supressão do hiato espaço-temporal, de modo semelhante ao celular e, ainda, com a vantagem de interação com uma materialidade não perecível (no caso, o papel), o casal realizou um duplo movimento: o de aniquilação do espaço por meio do tempo, e vice-versa. Acionou uma técnica de envio baseada nos parâmetros de sucessividade, frequência e exclusividade para, a um só tempo, eliminar o hiato de cerca de 20 dias de circulação da carta (contraíndo o espaço por meio do tempo) e potencializar o seu encontro epistolar (contraíndo o tempo por meio do espaço). Sandra, por sua vez, ao operar seu “corpo articulado” com uma maior variedade de materialidades, combinou os parâmetros de frequência e sucessividade não com o da exclusividade, mas com o da diversidade material. Fez circular *e-mails*, cartas, fotografias, dinheiro, telefonemas e presentes de modo sucessivo, tendo cada uma dessas “coisas” a sua própria frequência.

Esse duplo movimento de “compressão do tempo-espaço” (Harvey, 2007) nos permite observar os meios pelos quais *estrangeiras* arquitetam a tão desejada simultaneidade: uma tentativa que, quando bem-sucedida, sincroniza, em um dado lugar, duas ou mais ações realizadas em instantes e locais distintos; uma justaposição de tais ações na percepção instantânea do destinatário, desafiando, assim, a defasagem espaço-temporal que tende a separar remetentes de destinatários. Isso ocorre quando os arranjos não apresentam problemas técnicos, tal como ocorreu com o casal *sul-africano*. A chegada da notícia do falecimento de Anella via *e-mail* obrigou Nonhlanhla a lidar com a súbita ruptura da continuidade espaço-temporal cuidadosamente construída por eles através do envio sucessivo, frequente e exclusivo de cartas.

Como busquei mostrar ao longo do presente capítulo, a busca pela promoção da simultaneidade se desdobra na impossibilidade do encontro entre dois ou mais corpos anatômicos, quer dizer, opera nas ausências desses corpos sem que isso implique no suprimento das mesmas. Falar de produção de copresença é falar de um certo tipo de “vaso comunicante” (Godoi, 2015) operado em termos de modulação corporal, modulação esta que conecta o interior e o exterior da prisão no mesmo instante em que atualiza uma separação fundamental entre eles. É falar de presenças (indiciais) que afirmam ausências (de organismos), e vice-versa. Distância espaço-temporal, a um só tempo, instaurada e abolida na produção de presenças feitas não apenas de

fotografias, cartas, *e-mails*, mercadorias, ou seja, de unidades materiais mantenedoras do estatuto ontológico de objetos discretos, mas de “rastros” feitos das ações de “corpos articulados”. Engajamentos de natureza indiciária, que resultam da conexão física e afetiva entre materialidades distintas de remetentes e destinatários; ou, mais precisamente, que resultam do conjunto de atos executados tanto por remetentes quanto por destinatários sobre determinadas materialidades móveis e que, por isso, tornam-se articuladas aos corpos daqueles na articulação com estes. Materialidades em ato cujos sentidos criam, nutrem, cuidam, controlam, vigiam e normatizam as pessoas e seus corpos na distância prisional transnacional. Em suma, trata-se de copresenças singulares e irreduzíveis umas às outras, constitutivas e constituintes de um corpo que é múltiplo sem, contudo, deixar de ser um (Mol, 2002).

E é a partir dessas copresenças que *estrangeiras* buscam se fazer em torno e através da maternidade. É a partir delas que essas mulheres criam cotidianamente condições espaço-temporais para nutrir (e também serem nutridas de) cuidados e afetos dos filhos e demais familiares numa nova “gramática do pertencimento” (Beleli, Miskolci, 2015). Articulam-se em emaranhados compostos por agentes e unidades (familiares, estatais e não-governamentais) que lhes garantam atuar em seus espaços domésticos desde a prisão. Criam estratégias para garantir melhores condições de vida e para sanar sentimentos como culpa, impotência e solidão. Engajam-se em diversas materialidades para garantir os meios de execução de certas práticas presenciais (maternas e domésticas) bastante corriqueiras, mas nada banais na distância prisional transnacional. Adaptam-se, no sentido tardiano do termo, no intuito de criar um espaço de interação entre o interior e o exterior da prisão a partir do qual lhes seja possível atuar e se perceber como “boas mães” (Cunha, 1994; Brito, 2007) ou, como preferem dizer, como *mães de verdade*.

Mães de verdade: mulheres com personalidades, trajetórias e posições sociais intra e extramuros diversas, que tramam um conjunto de relações para manter o vínculo com os filhos, ao mesmo tempo em que mobilizam este para tramar aquele; que buscam exercer seus papéis e funções familiares desde a prisão a partir de uma linguagem afetiva do cuidado. Mulheres que, nas durezas da experiência prisional, *tiram a cadeia para a cadeia não lhes tirar*. . . a maternidade, as relações, a vida. Que através de seus “rastros” atualizam-se numa “performance de gênero” (Butler, 2003) e se apropriam da situação: incorporam continuamente outras materialidades disponíveis (ao se incorporarem nelas) e partem rumo a cruzamentos subjetivos, afetivos, simbólicos, imaginários e materiais (ElHajji, 2011) tendo em vista a interação com os

filhos e demais familiares. Mães divisíveis, divíduos¹⁴¹ (Marriot apud Strathern, 2006) que concretizam suas conexões parciais em complexos materiais capazes de dissipar sua pessoa numa multiplicidade de presenças marcadas por diferenciações de gênero, sexualidade, nacionalidade e classe.

Mulheres, em suma, que se transformam para não transformar; que se transmutam numa rede sociotécnica (Latour, 1994) para preservar a responsabilidade sobre os filhos e manter o cuidado presencial materno sob o domínio predominantemente feminino. Que rearranjam fronteiras espaço-temporais para multiplicar os fios constitutivos e constituintes da maternidade. Que se incorporam nas “coisas” para reiterarem certas normas e convenções de gênero. É assim que elas se fazem como um dos “materiais” (Foucault, 2007b) da arquitetura prisional. É assim que elas atuam como um dos canais de manutenção das linhas (fluxos e fronteiras) que esquadriham uma dada cadeia. *A cadeia das estrangeiras*.

Neste capítulo, procurei mostrar como a relação materna é produto e produtora de redes (sociotécnicas) de cuidado capazes de fazer família, presas e prisão, a partir da prática de produção de presença material de pessoas onde seus corpos anatômicos (organismos) não estão. Tal esforço foi efetuado a partir dos *atendimentos* do ITTC dentro da Penitenciária Feminina da Capital. Resta-nos agora repetí-lo no exterior da prisão e da nação. No quinto e último capítulo, apresentado a seguir, realizo um experimento etnográfico transnacional a partir da criação de um novo “vaso comunicante”, as vídeo-cartas. Nele, busco investigar como as linhas de cuidado concretizadas no espaço doméstico de algumas *africanas* atuam na produção de presas e prisão, desde o outro lado do atlântico.

¹⁴¹ A propósito da noção de pessoa na Melanésia, Strathern recupera a noção de divíduo identificada no sul da Ásia e apresentada por Marriot na seguinte citação: “Para existir, as pessoas divíduas absorvem influências materiais heterogêneas. Elas precisam também liberar partículas de suas próprias substâncias codificadas – essências, resíduos ou outras influências ativas – que podem então reproduzir em outras algo da natureza da pessoa da qual se originaram” (Marriot apud Strathern, 2006: 40). De acordo com meus dados, é essa noção é observada nesse processo de protetização dos corpos das *estrangeiras*.

Capítulo 5: As vídeo-cartas como experimento etnográfico transnacional

Uma das queixas que mais ouvi no processo de constituição da *cadeia das estrangeiras* dizia respeito a certas limitações dos “rastros” mobilizados por essas mulheres e seus correspondentes na tessitura das redes (sociotécnicas) de cuidado. Desejosas de uma interação sempre com maior integralidade, aquelas familiarizadas com o uso da *internet*, por exemplo, expressavam tal queixa lamentando o fato de elas não terem acesso ao *Skype*, uma comunicação da *internet* marcada pela transmissão audio-visual em alta velocidade. Ao contrário do que se possa imaginar, esse lamento não soava nada absurdo para a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, cujo Centro de Políticas Específicas já havia expresso, na fala de seu diretor¹⁴², a intenção de viabilizar esse tipo de comunicação a *estrangeiras*(os) presa(os) no estado. No entanto, até o final do meu trabalho de campo, em julho de 2012, tal intenção não havia sido concretizada.

O fato é que toda vez que pronunciado, tal lamento me remetia às vídeo-cartas, isto é, à troca de mensagens entre *estrangeiras* e seus familiares gravadas em áudio-vídeo. Evidentemente essa troca não produziria a simultaneidade do *Skype*, afinal a distância temporal entre o momento da captação das imagens, de um lado, e o de sua veiculação, do outro, além de contar com a participação de um mediador (humano), estaria marcada por uma defasagem temporal significativamente maior do que a da comunicação via *internet*. No entanto, frente aos impasses legais e administrativos dessa última, as vídeo-cartas me pareciam uma alternativa plausível dentro do ambiente prisional transnacional das *estrangeiras*. Alternativa que pôde ser experimentada por três *moçambicanas* e três *sul-africanas*, quando, após o convite do amigo e professor Omar Ribeiro Thomaz para compor sua equipe de pesquisa numa viagem a Moçambique e a África do Sul, na sua companhia e na de seu então orientando Inácio Dias, coloquei-me à disposição para registrá-las e transportá-las pessoalmente, tendo seu uso fins exclusivamente familiares¹⁴³.

¹⁴² Essa informação foi me dada pelo diretor do Centro numa reunião realizada em janeiro de 2011 para apresentação de minha pesquisa e do trabalho desse centro, responsável por uma série políticas voltadas às chamadas minorias presas, dentre as quais estão as *estrangeiras*.

¹⁴³ A viagem com Omar e Inácio a Moçambique e África do Sul estava prevista para julho de 2012 e eu dispunha

Além de proporcionar às *estrangeiras* uma potencial e inusitada copresença junto a seus familiares, tais mensagens surgiram como oportunidade para o desenvolvimento de um investimento etnográfico em escala transnacional. Muito embora meu trabalho junto ao ITTC já tivesse atravessado as fronteiras transnacionais por meio da realização de telefonemas e do envio/recebimento de cartas, *e-mails* e fotografias, eu não havia ainda acompanhado presencialmente ou, mais ainda, não havia participado diretamente das ações e relações do emaranhado materno desde o espaço doméstico. Não havia me engajado nos movimentos, nas técnicas, nos imponderáveis que efetuavam, do outro lado do atlântico, parte das linhas (fluxos e fronteiras) constitutivas de presas e prisão. Nesse registro, a produção e entrega do material audio-visual permitir-me-iam experimentar uma nova atuação no dispositivo de comunicação, levando às últimas consequências o princípio etnográfico de colocar a relação como objeto e instrumento mesmo da pesquisa antropológica.

E é exatamente esse experimento que tomo como o portão de embarque para o quinto e último capítulo, no qual abordo a interação entre *africanas* presas e seus familiares residentes em Maputo, Joanesburgo e Durban, a partir de meu trânsito transnacional. O objetivo é retomar alguns pontos que já foram objeto de reflexão em capítulos anteriores, mas agora tomando como ponto de partida as relações articuladas, sobretudo, por e em torno dos familiares. Volto-me especialmente para as interações concretizadas nas visitas às casas dos familiares das seis *africanas* não com o intuito de compreender aspectos e/ou os sentidos das experiências daquelas frente à ausência destas, como fazem alguns estudos sobre prisões (Farrel, 1997; Comfort, 2007a; Granja, 2015) e sobre migrações femininas transnacionais (Parreñas, 2005a; Lobo, 2006; Madianou, Miller, 2012) – a viagem de apenas vinte dias fora curta demais para tanto. Ainda que tais aspectos e sentidos apareçam eventualmente na etnografia, minha intenção é ampliar a compreensão da experiência prisional de *estrangeiras* através da criação de um novo “vaso

de apenas seis meses para garantir a autorização judicial necessária à produção das vídeo-cartas dentro da Penitenciária Feminina da Capital. Esse prazo era significativamente curto frente à minha espera, já havia cerca de dois anos, pelo resultado do pedido de autorização para a pesquisa de doutorado feito ao então recém-fundado Comitê de Ética da Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo. Com o objetivo de sincronizar a morosa temporalidade da justiça com os prazos da viagem, bem como de aumentar as chances de deferimento do meu pedido, marquei, sob orientação e apoio do ITTC, uma reunião com a Juíza Corregedora Nídia Rita Coltro Sorci e apresentei-lhe a proposta de produção das vídeo-cartas e fotografias para fins exclusivamente familiares. A ideia de propor tal exclusividade se deu em função desta me livrar dos incertos corredores do labirinto do Comitê de Ética da SAP, ainda em fase de construção. Em outros termos, pude recorrer diretamente à autoridade máxima que, entusiasmada com minha proposta, orientou-me nos trâmites necessários e se comprometeu a me ajudar no que fosse necessário. Em cerca de três meses, esse meu pedido foi deferido – e com ele veio a impossibilidade de utilizar qualquer imagem registrada dentro e fora da prisão para fins acadêmicos, o que, de minha perspectiva, não compromete as reflexões apresentadas neste capítulo. Veio também, no mesmo dia, o deferimento da tão aguardada autorização judicial para minha pesquisa de doutorado, assinado pela mesma juíza e também pelo Comitê de Ética da SAP.

comunicante”, as vídeo-cartas, atentando para o modo como as ações e relações mediadas por e através de mim do lado de lá efetuam fios de cuidado que nutrem presas e prisão numa escala transnacional.

5.1. A produção do lado de cá

Uma vez as parcerias com meus amigos acordadas, a autorização judicial e os equipamentos em mãos e a entrada na prisão agendada, demos início ao trabalho. As manhãs e tardes das sextas-feiras de abril de 2012 foram dedicadas ao registro das vídeo-cartas e de parte de seus bastidores. Na companhia de meu amigo da pós-graduação Rafael Cremonini Barbosa¹⁴⁴, nós dois filmamos e fotografamos performances tecidas nos olhares e gestos; nas falas em africâner, zulu, sotho, português, changana e inglês; nos corpos cuidadosamente maquiados e adornados; nos uniformes prisionais, de umas, e nas blusas de frio coloridas e nos acessórios que camuflavam os uniformes, de outras; nos conselhos familiares, nos pedidos de perdão e de envio de fotografias recentes. Performances tecidas nos silêncios que embargaram choros; nos relatos sobre acontecimentos engraçados ou dramáticos do passado e do presente; nas tentativas de solucionar mal-entendidos e nas versões (*verdades* e *mentiras*) sobre a prisão. Também nos cantos e danças; nos esforços para parecerem muito bem (melhor do que diziam estar) e, por vezes,

¹⁴⁴ Atuando em todo o processo de produção das vídeo-cartas das *estrangeiras* dentro da PFC, Rafael foi a primeira das muitas e imprescindíveis parcerias que viabilizaram esse experimento etnográfico. Esta era a primeira vez que eu faria um trabalho com as *estrangeiras* fora do país e da alçada institucional do ITTC, da Pastoral e da Casa de Dona Silvanete. Primeira vez também que eu usaria câmeras de vídeo e fotografia como instrumentos de mediação familiar e de trabalho nessa pesquisa. Fora de minha zona de conforto institucional e técnica, fui mobilizando nós de minha rede acadêmica e afetiva no intuito de viabilizar a produção e entrega das vídeo-cartas. Contei com a parceria de meu cunhado Paulo Henrique Paes em um dos dias de filmagem dentro da PFC; com o apoio de minha irmã Sylvania no acionamento de Kadu Ventura, que cedeu a ilha de edição e um dos funcionários de sua produtora para a conversão (gratuita) das quase seis horas de fitas mini-DV para DVD – sem isso, não haveria edição dos vídeos, não haveria vídeo-cartas. Por fim, a pedido de algumas das remetentes, estabeleci contato com Monica Jurado, coordenadora do projeto Almas em Movimento, que gentilmente me disponibilizou cópias da última apresentação musical e teatral protagonizada por algumas delas na PFC. Já em Moçambique e na África do Sul, tive a sorte de receber o apoio emergencial de algumas pessoas. Em princípio Inácio e eu viajaríamos juntamente com o professor e amigo Omar Ribeiro Thomaz para atuar como seus assistentes de pesquisa e, paralelamente, desenvolver breves incursões em nossos respectivos campos de pesquisa. Contudo, a menos de uma semana do embarque fomos surpreendidos com a triste notícia de que iríamos para terras africanas sem Omar. Um repentino problema de saúde tirou-nos sua companhia nessa viagem, infelizmente. Após essa notícia, Inácio e eu nos vimos obrigados a reorganizar alguns planos. Primeiro, encontrei em Inácio, por intermédio de Omar, um grande parceiro para a realização de quase todas as vídeo-cartas na África do Sul e em Moçambique. Depois, nós dois acabamos nos hospedando na casa de Zeca em Joanesburgo, uma *sul-africana branca* que frequentou os atendimentos do ITTC na PFC por dois anos e deu à luz seu caçula durante o cumprimento de pena. Por fim, em Maputo, permanecemos na casa de nossa amiga moçambicana e colega da pós-graduação Catarina Casimiro Trindade, cuja família foi fundamental para a realização das vídeo-cartas. A parceria de Inácio e o acolhimento de Zeca e da família Casimiro Trindade foram determinantes na ampliação e nos desdobramentos deste experimento etnográfico transnacional. A todos esses parceiros, devo toda a experiência etnográfica que fundamentou este capítulo. A eles, sou imensamente grata.

para esconderem o aprisionamento dos olhares desconfiados e vigilantes de crianças; nos suspiros, risos e sorrisos; nos parabéns cantados em coro com *parceiras*; na exibição dos presentes feitos por elas a serem levados por mim; nas declarações de amor; e nos prantos que, por vezes, rompiam o silêncio e as aparências.

O cenário dessas performances? A última sala de aula do corredor da escola, uma espécie de salão de beleza onde cursos de cabeleireiro são eventualmente oferecidos para as presas. Com uma aparência *simpática*, como uma delas definiu, foi o lugar que todas consideraram ideal para construir uma imagem positiva das condições prisionais ou mesmo para manter omissa a informação do aprisionamento. Ali não havia qualquer referência à prisão: com móveis básicos de um salão de beleza e paredes rosadas com *posters* de retratos femininos com cortes de cabelo estilo década de 1990, afixados próximos de flores de garrafa pet, as seis *africanas* esperavam causar boa impressão aos parentes. “Eles nem vão acreditar que eu estou na cadeia” comentou uma delas, assim que adentrou a sala até então desconhecida por todas nós, ressaltando a dimensão estética que comporia sua potencial presença em áudio-vídeo na interação com os familiares.

Distante da presença de funcionários da penitenciária, essas mulheres multiplicaram suas possibilidades performáticas diante dos olhares fotográficos e videográficos: decidiram se sentar numa poltrona giratória de cabeleireiro, de costas para uma das paredes com dois espelhos retangulares grandes, criando assim um novo objeto técnico, a câmera-espelhos. Capaz de desafiar os limites (espaciais) do enquadramento, a partir da articulação entre o capturar das câmeras e o refletir dos espelhos, as *africanas* colocaram em foco não apenas seus corpos em diferentes ângulos, mas também fragmentos dos bastidores que o enquadramento fotográfico, sozinho, não conseguiria captar. Uma interação entre corpos, objetos técnicos e entorno espacial que colocou em suspensão e suspeição as fronteiras entre sujeitos e objetos, protagonistas e espectadores e cenas e bastidores. Resultado final: uma vídeo-carta feita não apenas pela remetente, mas também, e a um só tempo, por fragmentos dos bastidores de sua produção. Nesse registro, o potencial “rastros” das *estrangeiras* era mais do que elas próprias sem, no entanto, deixar de sê-las; individuava-se pela assimilação daquele conjunto de relações entre “coisas”, corpos e ambiente nas capturas fotográficas e audio-visuais.

De costas, de perfil e de frente, a meia dúzia de *moçambicanas* e *sul-africanas* que ocupavam aquela pequena sala arrumavam-se e eram arrumadas por suas *parceiras*; escolhiam os adornos e as cores de batons, sombras e blushes espalhados na bancada do espelho; revi-

savam as falas rascunhadas em folhas de papel; comentavam as *verdades e mentiras* (sempre *bem-intencionadas*) ditas nos vídeos sobre sua situação prisional e sobre certos familiares. Na plateia, meia dúzia de *parceiras* riam, choravam e apoiavam a remetente da vez; ordenavam, aos sussurros captados em áudio, para ela ser forte e conter o choro; eram apresentadas diante das câmeras e combinavam músicas a serem cantadas e dançadas coletivamente. Enquanto isso, nos bastidores, Rafa, Paulo e eu buscávamos discrição sem, no entanto, preocuparmo-nos com nossa completa ausência nos enquadramentos; e eu, em particular, eventualmente incitava novas narrativas das remetentes, através de perguntas sobre assuntos que elas haviam planejado abordar. Já fora de cena, *brasileiras*, que se encontram separadas umas das outras pelos muros dos pavilhões de moradia, atuavam involuntariamente nos vídeos através das conversas estabelecidas, aos berros, por entre as janelas de suas respectivas celas e pavilhões.

Ao longo das filmagens, houve uma explícita e contínua preocupação das *estrangeiras* para com a otimização da aparência de seus corpos. Tal preocupação devia-se ao fato não apenas de o visual ser a superfície por meio da qual elas entrariam em interação com os destinatários, mas também ser parte constitutiva do processo de construção de suas próprias subjetividades. Explico. Todas elas atribuíram às imagens o potencial de construção de uma “realidade” que seria a prova irrefutável daquilo registrado, independentemente se o registro era resultado de um esforço de passar a imagem de abonação ou, para as que mantinham o aprisionamento em segredo, a imagem de uma vida alheia à prisão e com um grau mínimo de requinte. Semelhante ao que foi descrito por Larissa Pelúcio (2009) para as travestis, em outro contexto, também aqui as remetentes buscaram “dar o truque”, valendo-se dos recursos que lhe estavam disponíveis para otimizar a dimensão estética, para “fazer-se passar por”, para “virar-se com o que tinham”.

Assim, montar e exibir uma aparência favorável diante das câmeras constituía um esforço consciente de jogar com os discursos (prisionais) que habitavam seus corpos (Butler, 2002) naquele momento através da conversão da câmera em “testemunha ocular” (Burke, 2004). Tratava-se de performar um corpo nem sempre presente dentro da prisão, capaz de revelar seu bem-estar e mascarar (ou ao menos amenizar) suas dores e seus segredos; de produzir um efeito de “naturalidade” e um apaziguamento das marcas decorrentes de sua condição de *estrangeira* presa diante dos olhares dos familiares, tornando as imagens fotográficas e audio-visuais uma espécie de prova concreta da realidade subjetiva almejada pela pessoa nele refletida (fotografada/filmada). Siphawe, uma das *sul-africanas* envolvidas no experimento, sintetizou muito bem

isso ao expressar seu desejo de manter consigo todas as suas fotografias, ao invés de enviá-las aos familiares:

Eles [os familiares] vão ter as fotos no cd, né? Então se eles quiserem, eles revelam, porque é mais difícil pra mim [ter acesso a esse serviço]. E eu preciso dessas fotos, principalmente para aqueles dias que a gente está se sentindo feia, um lixo. É pra esses dias as fotos. Pra olhar e ver que a gente tá bem, bonita, com saúde... que a gente ainda tem vida, né, que tem gente lá fora esperando a gente. Ao invés de olhar no espelho e ver uma imagem ruim, a gente olha pra foto [riso coletivo de concordância].

Em *A câmara clara*, Roland Barthes (2012) define a fotografia como a “imagem viva de uma coisa morta”, como um “isso foi”, pois, o instante de seu registro não se repete nunca mais. Com a capacidade de autenticar o momento vivido como real, tal artefato pode, exatamente por isso, manter viva a pessoa retratada, produzir a presença desta a seu espectador. Presença que, no processo de produção das vídeo-cartas, carregavam camadas de relações que nutriam Siphwe dentro da prisão. Ela e as demais *africanas*, no exato momento de gravação, estavam ali em interação sociotécnica (mediada) com seus familiares. Suas performances estavam completamente voltadas à nutrição desses vínculos. Nesse sentido, “ver” através daquelas fotografias “que a gente ainda tem vida”, “que tem gente lá fora esperando a gente” é um ato que parece estar associado ao desejo da *sul-africana* pela fixação, no espaço-tempo, não apenas de sua aparência “bonita” e “com saúde”, mas também de tudo que a tornava assim naquele momento. Como uma espécie de espelho do tempo capaz de sincronizar o passado com o presente, essas imagens carregavam o potencial de “vivificar” sua existência na “vivificação” da existência de vínculos fora da prisão.

Entre um dia e outro de filmagem, Rafael e eu seguimos do lado de fora com a produção. Fizemos uma pré-seleção das mais de quinhentas fotografias para as seis remetentes decidirem quais seriam reveladas, além de realizarmos a edição das vídeo-cartas, exibida a cada uma delas na véspera da viagem. Ainda entre um dia e outro de filmagem, entrei em contato, via *skype* e sob o olhar da câmera de vídeo, com seus respectivos familiares no intuito de pré-agendar minha visita em suas respectivas casas. Fui também pegando “coisas” que as *estrangeiras* queriam que eu levasse para alguns destinatários (Figura 7). Havia toalhas bordadas à mão com nomes e frases de amor, quadros contendo fotografias, recados e poemas, cartas e álbuns fotográficos e, por fim, bens enviados via *sedex* por seus familiares e retidos no setor de Inclusão da penitenciária, tais como, desodorante aerosol, óleo corporal, blusas de frio de gola alta, bíblia pequena de capa dura artesanal camiseta regata, sutiãs, álbuns para fotografias, tênis Adidas cano alto) a serem devolvidos aos remetentes. Quando questionadas por mim sobre

a necessidade de eu trasladar de voltar mercadorias de baixo valor, elas foram enfáticas: não deixariam “coisas” compradas e enviadas por familiares perecer na cadeia ou ser utilizadas por funcionários. Mais do que mercadorias, eram “substâncias compartilhadas” (Carsten, 2004).



Figura 7: “substâncias compartilhadas” transportadas por mim aos familiares, tendo algumas delas o potencial de produzir copresenças. Na imagem inferior do lado esquerdo, está a “ordem de saída de pertences”, que permitiu a retirada dessas “coisas” por mim, identificada no papel como consulado.

Para além do material audio-visual e das mercadorias, fui incorporando ao longo das filmagens o modo como elas esperavam que eu as tornasse presentes do lado de lá: a quem, em que momento e como eu deveria entregar os vídeos, as fotografias, os presentes; na presença de quem e de que modo eu deveria ou não falar e fazer determinadas coisas; como eu deveria me silenciar, esquivar e não titubear diante de possíveis perguntas e assim por diante. Recebi também a orientação de ir bem bonita no dia da visita “para causar boa impressão lá em casa”, afinal eu as estava levando. Nesse caso, se as diferenças materializadas em meu corpo possivelmente não as podia transportar na cor, na fenotípia, nem no modo de falar o (português) *brasileiro* e o inglês, talvez a boa aparência as pudesse. Não, porque as roupas utilizadas por mim eram similares às que elas costumavam usar, mas porque eu mediaria a mediação do encontro familiar, quer dizer, enredaria a interação das *estrangeiras* com seus correlatos. Sendo meu corpo um dos objetos técnicos centrais nessa atuação, nada mais coerente do que elas atentarem para sua dimensão estética.

Por fim, recebi as coordenadas de como confortar e abraçar alguns familiares. Mais

precisamente, fui incumbida de levar o conforto da mãe presa para sua filha caçula, de apenas quatro anos, assim que a menina recebesse a notícia do aprisionamento materno, revelado na vídeo-carta; incumbida também de fazer chegar o abraço que uma remetente costumava trocar com seus parentes. No caso do conforto, a moçambicana Ndzira, sobre quem falei no primeiro capítulo, foi me orientando ao longo das filmagens da seguinte maneira: se sua caçula reagisse mal à notícia do aprisionamento e sua mãe não a conseguisse acalmar, eu deveria pegá-la no colo, acarinhá-la, levá-la para passear e amenizar o máximo possível a imagem negativa da prisão. No caso do abraço, por sua vez, o processo foi um pouco mais complicado, não apenas porque envolvia um grau de afetividade corporal muito maior, mas também porque tal ato não era praticado desde quando Siphwi fora presa, havia sete anos. Ademais, nós duas dispúnhamos de corpos com proporções e posturas bastantes distintas – o dela, farto, largo e alto, marcado por um caminhar seguro, firme e quase intimidador; o meu, magro, fino e esguio, marcado por um caminhar desengonçado, jogado e um pouco tímido. Distâncias espaço-temporais e anatômicas que exigiram de nós um treinamento semanal.

Em princípio não acreditei que eu seria capaz de tanto, mas Siphwi acabou me convencendo do contrário. Talvez fosse mesmo possível eu fazê-lo chegar à sua irmã – somente à irmã e ninguém mais, já que o restante da família se recusara a me encontrar com medo de meu possível vínculo com a mídia. “Não, passa o braço mais aqui. Isso, estica bem e aperta mais forte”; “se entrega, você está meio dura. Isso! Aproveita esse monte de carne que você não tem [risos], pensa que sou uma almofada gostosa!”; “nossa, que abraço bom. Você leva jeito, tá vendo?”, foram alguns dos comentários que acompanharam nossas práticas de envolvimento uma nos braços da outra.

Na sinergia gestual de nossos corpos, Siphwi acionou a denominada “educação da atenção”¹⁴⁵ (Ingold, 2010), comentada anteriormente, tendo em vista o desenvolvimento de uma habilidade necessária para a entrega do abraço. Habilidade que, como bem advoga Tim Ingold (2000) a partir da noção de *skill*, numa abordagem processual fortemente influenciada pela fenomenologia e a psicologia ecológica, não era uma propriedade ou qualidade do corpo individual nem de uma, nem de outra. Tampouco era uma competência adquirida ou produzida. Tratava-se, antes, do resultado daquilo que o autor chama de “campo total de relações”, constituído pela nossa presença no ambiente prisional transnacional. Fruto da conjunção das percepções e ações

¹⁴⁵ Em poucas palavras, a expressão “educação da atenção” é uma expressão que Ingold (2010) recupera de Gibson (1979) para se referir à experimentação guiada de aprendizes no desenvolvimento de certas habilidades. Para mais detalhes, ver o primeiro capítulo do presente trabalho.

que efetuam o gesto, essa habilidade (assim como outras) estava sendo atualizada na experiência do registro das vídeo-cartas e na produção da relação com as remetentes e o ambiente.

Chegou a hora de partir, de voar na companhia de meu amigo pós-graduação Inácio Dias de Andrade até suas casas e levar muito mais do que fotografias e cartas audio-visuais. Preparei as malas, embalando todas aquelas potenciais presenças. Acomodei algumas delas em meio às minhas poucas roupas de frio – já não havia tanto espaço para mim. Organizei outras em minha bagagem de mão – eram importantes demais para correr o risco de danificação ou extravios. As demais já haviam sido “guardadas”... em mim.

Ao longo do processo de produção do lado de cá, fui sendo afetada pelos diferentes agentes com os quais me engajei. Desde o momento da concepção do experimento audio-visual com colegas e amigos, passando pelas negociações nos labirintos burocráticos e no espaço intramuros até sua produção, propriamente dita, atuei, de corpo e alma, de modo semelhante ao que eu já vinha fazendo no trabalho voluntário e de campo, isto é, em associação com documentos, profissionais do sistema prisional, objetos técnicos, mercadorias, *estrangeiras*, seus familiares e os meus por meio de técnicas. Técnicas burocráticas, corporais, fotográficas e audio-visuais desenvolvidas como uma possibilidade de expressar criativamente práticas sociais (Ingold, 2000) efetuadas há muito por entre a distância prisional transnacional, mas que desta vez levou-nos a novas experimentações dos meios de comunicação e dos limites de nossos limites anatômicos, técnicos, afetivos e subjetivos.

Até iniciarmos esse experimento, tínhamos alguma clareza em torno dos parâmetros e limites a partir dos quais cada uma de nós, *estrangeiras* e eu, experimentávamos as redes (sociotécnicas) de cuidado e a nós mesmas. Elas, com seus “corpos articulados” tinham suas presenças efetuadas no exterior da unidade prisional e nacional por outras materialidades (fotografias, cartas, *e-mails*, telefonemas, mercadorias e dinheiro) que, em alguns casos, eram mediadas por mim. Já eu, com uma mobilidade de natureza distinta daquela experimentada por elas, atuava como um dos agentes facilitadores da produção de copresenças. No entanto, eu não havia ainda atuado como uma destas, quer dizer, não havia sido individuada como parte dos “corpos articulados” prisioneiros nas relações familiares. Ao me colocar à disposição para transportar (e também produzir) potenciais copresenças, fui transformada em um dos possíveis “vasos comunicantes” desse experimento audio-visual.

Na conjunção com câmeras, computador, celular, presentes, narrativas, demandas investigativas, fotografias, vídeos e outras “coisas”, meu corpo se tornou um feito indissociável das *estrangeiras*. Nossas materialidades foram ganhando um grau de articulação cada vez mais elevado, a ponto de eu ser recrutada por elas não apenas como um dos meios **pelos** quais as relações prisionais transnacionais poderiam se concretizar, mas também um dos meios **nos** quais isso poderia acontecer. Fui sendo transmutada em meio de transporte e meio ambiente da interação entre elas e seus familiares, o que colocava em suspensão e suspeição algumas fronteiras subjetivas, prisionais e nacionais neste experimento que, diga-se de passagem, já não mais se limitava às vídeo-cartas.

Se as relações que passaram a me atravessar ao longo do trabalho de campo e voluntário viabilizaram a troca de vídeo-cartas, outras se somaram a elas ao longo desse experimento para multiplicar as possibilidades de ação e participação das remetentes do outro lado do atlântico. Na interação com as seis *africanas*, com meu amigo Rafael e os demais agentes (humanos e não-humanos), desenvolvi habilidades para que as primeiras pudessem “servir-se” do meu “primeiro e mais natural objeto técnico” (Mauss 2003 [1935]: 407), o meu corpo. Dali em diante, eu atuaria como um nexo de relações (Strathern, 2006), com potencial de individuar as remetentes na interação com os seus destinatários. Minha autonomia (física, biológica e psicológica) havia sido assimilada por elas para que pudessem agir, através de minha pessoa, com criatividade, parcimônia e cuidado frente aos imponderáveis dos encontros com seus familiares – algo que os demais potenciais “rastros” que Inácio e eu transportaríamos, já inscritos em outras materialidades, não poderiam fazer.

E foi através dessa assimilação que pude observar não apenas outros espaços-tempos, mas também outros níveis e feixes de relações ainda não explorados. Que pude penetrar as profundas camadas que fazem *estrangeiras* e suas relações transnacionais. Que pude experimentar um inédito misto de entrega, abertura e disponibilidade ao outro e ao meu próprio corpo (Debortoli, Sautchuk, 2013), tendo minhas possibilidades de intervenção e observação ampliadas pelas *africanas* nos processos de produção sensível das redes de cuidado a partir e através da mediação técnica¹⁴⁶ (Latour, 1994) audio-visual.

¹⁴⁶ Tomo de empréstimo a noção latouriana de “mediação técnica” entendida como “[...] uma forma de delegação que nos permite mobilizar, durante interações, movimentos realizados alhures, antes, por outros actantes” (Latour, 1994: 52), sendo estes entendidos como aquilo ou aqueles que fazem o outro fazer. Com essa noção de mediação Latour apresenta uma alternativa para o problema da primazia do homem sobre a máquina ou da máquina sobre o homem, de modo que a conjunção homem-máquina permite ver um par dialógico simétrico e uma gênese de propriedades novas nas quais o movimento de um dos termos é causa e consequência do movimento do outro.

5.2. Nos limites da primeira devolutiva

Logo após a longa fila da imigração e do encontro com nossa anfitriã Zeca, Inácio e eu iniciamos a entrega das vídeo-cartas na área de desembarque do Aeroporto Internacional Oliver Tambo, em Joanesburgo. Bastou um telefonema para Buhlebenkosi, a irmã caçula de Siphwiwe, ir ter conosco. Sua família não queria se encontrar comigo temendo a veiculação das imagens na mídia. Por isso, ficou acordado que ela, que trabalha como faxineira no aeroporto, encontrar-se-ia conosco ali mesmo para pegar, e levar até os demais da família, o material audiovisual, o *sedex* barrado na portaria da PFC e o abraço. As respostas e demais encomendas ser-me-iam entregues por ela no aeroporto no dia de meu embarque de volta ao Brasil.

Buhlebenkosi já estava à nossa espera há mais de uma hora, porém do lado oposto ao que saímos. Assim que bati o olho nela, não tive dúvidas: era a irmã de Siphwiwe. Seus olhos pretos levemente puxados e com cílios longos, sua pele negra não muito escura e seu corpo grande, de ancas bastante largas em relação ao tronco eram idênticos ao da irmã presa. Ela nos cumprimentou já dizendo que não teria tempo para ver todo o material. Aquela uma hora concedida pelo chefe já havia se esgotado e ela precisava retornar ao trabalho. Melhor assim, ponderou, pois desfrutaria de tudo com sua família num espaço mais privado – e, pensei, distante de nossos supostos olhares jornalísticos.

Entretanto, sua ponderação não conteve a curiosidade de dar uma breve espiada na irmã presa. Abri então as malas diante do balcão de um café quiosque próximo ao *hall* de desembarque para lhe entregar o *sedex* e pregar o computador e a câmera de vídeo. Enquanto preparávamos os equipamentos, ela foi em busca de Siphwiwe dentro da sacola de mercadorias. Abriu-a, sacou duas peças de roupa e as levou em direção ao nariz, enquanto me perguntava intrigada se estas haviam chegado às mãos da irmã presa. Respondi negativamente, o que confirmou a suspeita da irmã farejadora. O cheiro de Siphwiwe não estava ali.

Computador ligado, era hora de colocar a remetente diante da irmã. Primeiro, as fotografias. Assim que a primeira imagem surge na tela do computador, lágrimas escorrem pelo rosto de Buhlebenkosi. Sua mão encobre a boca na tentativa de esconder a emoção que estremece os lábios, mas o choro a denuncia. Só há fôlego para uma pergunta: “o filme está aqui também?”. “Sim”, respondo. Inácio põe o vídeo, enquanto sigo filmando. Pelo enquadramento da câmera vejo a mulher desabar em prantos. Sua cabeça cai em direção ao balcão diante do computador, ao som do canto da irmã presa. Canto de infância, de família, de luta contra o *Apartheid*; canto de romper fronteiras nos, e entre os, espaços-tempos passados e presentes.

A emoção se multiplica. Zeca chora em silêncio ao meu lado, Inácio se afasta levemente da destinatária e eu contendo minha emoção com um nó na garganta.

Após alguns segundos, Buhlebenkosi ergue a cabeça balbuciando o canto com a irmã para fitar a tela do computador. Surpreende-se com a imagem que vê: irmã bonita, cenário bonito! “Isso é dentro da prisão?”, pergunta. Confirmo satisfeita. Parece que a boa aparência da locação e das remetentes poderão mesmo fazer chegar ao outro lado certo conforto diante do imaginário de terror atribuída às prisões brasileiras. Buhlebenkosi precisa ir. Mas antes quer saber se em algum momento do vídeo faço perguntas jornalísticas do tipo “o que você fez para ir presa?”; “por que você fez isso, aquilo...?” etc. Digo que não, que Siphwe deixou as mensagens que quis. Acrescento, omitindo a participação de meu amigo Rafael nesse experimento, que ninguém além de mim teve acesso ao vídeo, cuja compreensão ficou bloqueada pelo meu desconhecimento do zulu e do sotho, idiomas falados por Siphwe na performance audio-visual.

Antes de partirmos, peço que ela deixe uma mensagem para a irmã e que me garanta que mostrará o material a todos os destinatários. Ela a registra por apenas alguns segundos, direcionando suas palavras a mim, em inglês, como se eu as tivesse que transmitir posteriormente à sua irmã. Finda a gravação, ela me garante que compartilhará todo o material com seus familiares, pede desculpas pelo fato de sua família não querer nos encontrar e se compromete a me entregar as respostas audio-visuais antes de meu retorno ao Brasil. Zeca e eu damos-lhe nossos números de celular, em caso de desencontros ou mudanças de planos. Por fim, despedimo-nos sem que eu me lembrasse de entregar o abraço de Siphwe. Exatamente: sem que eu me lembrasse de entregar o abraço! Como minha memória poderia falhar desse jeito!?

Falha técnica de uma memória humana tomada pelo cansaço, a euforia, a emoção, além da distância afetiva que me separava de Buhlebenkosi, ali tão próxima. Falha que arrematou, de modo exemplar, os limites que definiram o hiato intransponível entre mim e sua família nessa primeira tentativa de produção de presença em torno e através das vídeo-cartas. Limites erigidos na recusa da família em me encontrar, no cheiro de Siphwe que não estava na roupa, nas poucas fotografias rapidamente vistas pela irmã, no vídeo interrompido após a música introdutória e na mensagem de Buhlebenkosi para a irmã, direcionada não à câmera que Inácio operava, mas à minha pessoa. Lamento profundamente por tais limites e desejo a oportunidade de atravessá-los, de alguma maneira, antes de minha partida de volta ao Brasil.

5.3. As mediações técnicas por entre camadas de poder

A única casa que visitamos naquela primeira estadia em Joanesburgo foi a da família de Lerato, ou mais precisamente, a de Dona Lufuno, mãe de seu ex-marido, onde seu filho primogênito reside – o outro vive com a avó materna numa pequena cidade da província de Kwa-Zulu Natal, para onde sequer cogitamos ir em função de nossas restrições temporais. Com a família de Siphwiwe, já havíamos combinado tudo com sua irmã Buhlebenkosi. Já com a família de Maretha, acabamos acordando a troca do material audio-visual e de outros bens pelos correios. Residentes em uma pequena cidade litorânea a pouco mais de cento e cinquenta quilômetros de Durban, localizada a oito horas de ônibus de Joanesburgo, os pais de Maretha enfrentavam problemas que nos levaram a acatar a sugestão de Zeca de não ir pessoalmente ao encontro deles, como veremos adiante.

Ao contrário da descontração que, segundo Lerato, encontraríamos na entrega de sua vídeo-carta, a interação foi marcada por tensões que despontaram logo no primeiro contato, quando telefonei para Aluwane, irmã do ex-marido de Lerato, para acertar nossa ida à casa de Dona Lufuno. Como tivemos dificuldades de entender o inglês uma da outra, pedi ajuda à Zeca que, em poucos instantes, perdeu a paciência com a moça. Falou num tom ríspido, criticou o local onde a família destinatária vivia e, queixando-se da suposta falta de domínio da língua inglesa por parte de Aluwane, passou o telefone para um dos empregados de seu pai para que “eles, os *negros*, se entendessem” – embora fossem de grupos étnicos (portanto, falantes de línguas) diferentes.

A casa da família de Lerato não ficava propriamente em Joanesburgo, mas nos seus arredores. Nossa anfitriã sabia chegar até o que ela denominou de limite da cidade, por onde os brancos circulam com segurança, mas dali em diante ela nunca havia transitado. Era *área dos negros*, explicou-me em português. Chegaríamos até lá, mas se ela considerasse o local perigoso não nos deixaria permanecer. Iríamos “[...] embora na mesma hora. Na mesma hora, entendeu?”, advertiu-nos Zeca. Nesse caso, Inácio e eu deveríamos apenas entregar as fotografias e as cópias dos dois DVD’s, deixando a serviço da família a busca dos meios para sua veiculação.

Um, dois, três... cinco, seis foram os telefonemas feitos em cerca de uma hora de viagem de carro até conseguirmos chegar ao local onde a cunhada e a sobrinha de Lerato nos aguardavam. E lá estavam elas, tal qual o combinado, em pé diante do único ponto de referência da estrada, uma placa da borracharia, cujo vermelho e azul coloriam a paisagem amarronzada

que se prolongava no infinito do horizonte. Aceno com a mão para fora da janela do carro e sou reprimida por Zeca. Estamos a cerca de 200 metros das duas, mas não vamos até lá, determina nossa anfitriã já com o celular a postos para comunicar à Aluwane que as aguardávamos no carro beje ali parado. Assim que nos alcançam, seguimos rumo à casa: elas a pé e nós de carro. Profundamente incomodada com a situação, peço que Zeca pare para que elas sigam conosco, o que minha anfitriã faz a contragosto. Inácio e eu as cumprimentamos assim que entram no carro, Zeca não. O mal-estar silencia a todos e só há espaço para breves coordenadas até a casa da sogra de Lerato.

A *branquinha* – diminutivo com o qual minha anfitriã se auto-denomina e a seus racialmente iguais, sempre em contraste com o superlativo (pejorativo) *negrão* – estaciona o carro logo na entrada do terreno da casa, ao lado de um trator e diante de uma casa grande. Inácio e eu seguimos os passos das destinatárias em direção aos fundos. Olho para trás, vejo minha anfitriã dentro do carro a fumar seu cigarro com uma fisionomia carrancuda. “Você não vem?”, pergunta-lhe Aluwane. “Não, eles não vão demorar”, responde Zeca me fitando. Entendo o recado, não podemos demorar, o local não foi considerado seguro por nossa anfitriã, como era de se esperar de uma branca na desconhecida *área de negrões* [sic].

Assim que adentramos a casa, fomos recebidos por Dona Lufuno com um distante aperto de mão e sem que ela sequer dissesse seu nome. Além da senhora e de sua filha e neta, havia um homem com um bebê no colo e três crianças de cerca de 10 a 12 anos, dentre elas Mulalo, o primogênito da remetente presa, único a quem fomos apresentadas e que nos respondeu ao cumprimento com a cabeça baixa e o olhar fixo no chão. Poucas palavras foram pronunciadas antes e depois de a sogra me autorizar a montagem dos equipamentos. E, no momento de iniciar a veiculação da vídeo-carta, mãe e filha, já sentadas ao sofá, trocaram breves palavras em sua língua para que a última comunicasse a mim e a Inácio as condições de registro das imagens: poderíamos filmar e fotografar o filho da remetente ao final de tudo, somente ele e somente ao final; nada de registrar a casa ou as demais pessoas durante a entrega do material. Acatamos prontamente as condições, ponderando, no entanto, que a única pessoa que assistiria aos nossos registros seria Lerato.

Iniciamos a veiculação do vídeo. Do sofá, o filho, a sobrinha, a cunhada e a sogra olham fixamente a tela do computador, enquanto o homem com o bebê permanece na mesa de jantar assistindo a todos e ao vídeo à distância. As gargalhadas e tagarelices da remetente não foram suficientes para quebrar o silêncio dos destinatários. Nenhum deles se rendeu à alegria e

descontração de Lerato. Antes, as fisionomias carrancudas ganharam algum tom de tristeza no fungar de choramingos do filho, da sobrinha e da cunhada. Não tarda para o homem com o bebê se retirar da casa. Penso em Zeca sozinha lá fora e peço para Inácio ver se ela está bem. Ele vai e não volta mais, diferentemente deste e de outro homem que passam o vídeo inteiro num entra e sai a nos observar sérios, em silêncio e sempre à distância.

Finda a exibição de todo o material (fotografias, vídeo-carta e vídeo da apresentação do projeto *Almas em Movimento*), e na expectativa de que esta tenha criado novas possibilidades para o registro das respostas, pergunto se alguém mais além do filho tem interesse em gravar mensagens para Lerato, lembrando que o material captado seria assistido somente por ela. Cunhada e sogra se entreolham em silêncio. Conversam mais uma vez em sua língua e decidem também falar. Primeiro gravará Aluwane, mas antes quer conversar comigo sem a câmera. Coloco então os equipamentos no chão e ela confessa que estão todos assustados e com medo. Nunca haviam me visto e não faziam ideia do que eu poderia fazer com aquele material ou mesmo o que poderia acontecer com eles diante de pessoas vindas da prisão. Temiam que eu fosse da polícia, de algum serviço de investigação criminal ou coisa do gênero; temiam que eu fosse um braço móvel e disfarçado de controle ou vigilância do Estado brasileiro.

Respiro aliviada, o medo deles, além de acalmar o meu, abre espaço para um novo encontro no qual fui impelida a compartilhar um pouco de minha trajetória na prisão e as causas que me levaram a realizar as vídeo-cartas. Se a exibição dos vídeos abriu possibilidades para uma nova interação, as declarações ali feitas viabilizaram um registro distinto daquele inicialmente pronunciado. “Então podemos começar?”, pergunta-me Aluwane quebrando o silêncio dos olhares (notavelmente aliviados) para dar início às gravações. Os dois homens saem de cena definitivamente, ficam apenas as mulheres e as crianças dentro da casa. Primeiro fala a cunhada, seguida do filho (acompanhado de seu melhor amigo), a sobrinha e a sogra de Lerato. Formais, sérios e retraídos, registram mensagens breves e individuais, totalizando oito minutos de gravação, pouquíssimo tempo para o tamanho das expectativas da destinatária presa e dos nossos esforços para chegar até ali.

Tento avançar um pouco mais por entre as fronteiras que nos separavam e, apostando no poder de mediação das câmeras, pergunto então a Aluwane se ela não quer filmar enquanto eu fotografo. “Quer?! Então deixa eu te explicar como a filmadora opera”. O fato de os equipamentos serem transferidos para Aluwane e posteriormente para Mulalo abriu possibilidades para um registro inimaginável. Dali em diante, filmamos e fotografamos alternadamente

a parte interna da nova casa de alvenaria, captando, muitas vezes sob direção de Dona Lufuno e Maanda, imagens dos cômodos, de suas mobílias e de detalhes utilitário-decorativos (colchas, flores de plásticos, bichos de pelúcia, bolsas e roupas penduradas em ganchos na parede). Registramos também performances individuais e coletivas com as “coisas” e o espaço interno da casa. Cenas como Mulalo a abaixar as calças para exibir sua bunda, tal qual Lerato havia lhe pedido no vídeo, e a apresentar seu melhor amigo; Dona Lufuno a simular o preparo do almoço já pronto e a posar sobre sua cama “nova e cara” com e sem o neto e os óculos escuros; Maanda a cantar e a posar com e sem os mesmos óculos; e, por fim, Aluwane, sentada na *confortável poltrona* da sala, a exibir a aliança na mão direita, a apresentar sua cômoda e sua coleção de bichos de pelúcia e a abraçar, deitada sobre sua *nova cama*, um destes presenteado pelo noivo; em suma, estas foram algumas das cenas produzidas num clima de espontaneidade e comicidade, que exibiam as marcas de uma boa vida doméstica familiar aguardada por Lerato.

Eu não fiquei de fora do enquadramento e, de sujeito do registro, fui transformada em sujeito a ser registrado. Fui incitada a agir e interagir com eles e, por vezes, como eles diante das câmeras. Um pouco desconcertada, entrei em cena sem ter clareza do que isso significava. Em retrospectiva, percebo que experimentei a assimilação da minha pessoa no despojamento das camadas de poder que haviam me tornado uma figura temível aos olhos daquela família. Primeiro, a tecnologia racial herdada do *Apartheid* havia ficado com Zeca fora da casa; depois, o serviço de investigação criminal do Estado brasileiro havia sido desfeito na conversa; por fim, o poder que as câmeras me proporcionavam na relação com a família de Dona Lufuno havia sido compartilhado no compartilhamento das mesmas.

O resultado desse triplo desvelamento foi a exploração de novas e imprevistas possibilidades de interação, possibilidades estas que atingiram seu ápice quando Mulalo e Maanda mobilizaram dois telefones celulares na produção de seus próprios registros. Com tais aparelhos, a dupla filmou e fotografou parte das interações que corriam nos bastidores e/ou nas cenas: registrou a cena do registro de uma cena; capturou igualmente esta última, porém desde outro ângulo ou, ainda, buscou acontecimentos inéditos. Esse uso dos celulares concomitantemente ao compartilhamento das câmeras gerou a troca, a inversão, a sucessão, a duplicação e a justaposição das posições que até então nos mantinham separados de um lado e de outro do enquadramento. Um embaralhamento produzido no emaranhar das fronteiras videográficas e fotográficas, que finalmente abriu as portas daquela casa para a concretização da descontração que ainda marca o ambiente doméstico vivido por Lerato em escala prisional transnacional.

Findas as filmagens, sou acompanhada até o carro por Aluwane, Dona Lufuno, as três crianças de casa e por outras que estavam a brincar do lado de fora. Vejo Zeca fumar seu cigarro, mas agora com uma fisionomia relaxada. Está a rir de algo que Inácio lhe diz. Os dois me perguntam, em inglês, se acabamos a filmagem e como a foi. Digo apenas que terminamos e fito Dona Lufuno e Aluwane com um sorriso para que elas se pronunciem. Zeca se antecipa e inicia uma conversa com as duas em africânder, a “língua étnica” dos brancos (*boers*) adotada como a língua oficial do regime do *Apartheid* e que consistia num dos instrumentos utilizados para dominação da população de maioria negra. As crianças observam-nas a poucos metros de distância. Parecem entender o que Zeca diz, acompanham o diálogo. Eu e Inácio ficamos de fora.

Em poucos instantes, vejo as lágrimas borrarem o rimel preto dos olhos azuis de Zeca. Limpo seu rosto e ela atualiza Inácio e a mim da conversa. Recorre ao português – língua que, dessa vez, exclui todos os demais da conversa e a mantém como mediadora exclusiva da interação – para contar que estavam a falar das dificuldades financeiras que *estrangeiras* enfrentam para arcar com os custos do retorno ao país de origem. Sem condições de ajudar Lerato, Aluwane e Dona Lufuno queriam saber como Zeca havia garantido sua passagem aérea. Ela lhes contou, emocionada, sobre a *sorte* que teve em ganhar a passagem de um programa de TV sul-africano em troca da filmagem e veiculação televisiva de seu regresso a Joanesburgo, comentado no quarto capítulo. E aconselhou-as a “ter fé para que Deus trabalhe na vida de Lerato e ela possa voltar logo”.

Chamou minha atenção o contraste das atitudes de Zeca no momento de chegada à casa de Dona Lufuno e no de saída. As dificuldades enfrentadas por Lerato e sua família pareciam ter produzido o atravessamento das fronteiras sociais que marcaram o primeiro contato entre aquelas mulheres. Mas por que? Como minha anfitriã pôde ser tão ríspida com a cunhada e a sobrinha no contato inicial e agora estar emocionada com a situação daquela família? O que mudou nesse curto intervalo de tempo? A resposta veio no caminho de volta, quando ela e Inácio me contaram que, enquanto eu exibia e produzia as vídeo-cartas, um daqueles homens que entrava e saía da casa foi investigá-los sobre quem éramos e para que estávamos lá. Zeca aproveitou a oportunidade para fazer o mesmo e se informar sobre a família de Lerato e a propriedade onde esta residia. Descobriu então que se tratava da fazenda de proprietários bôeres para quem os parentes de Dona Lufuno e seu falecido marido trabalhavam como caseiros

há quarenta anos.

Essa informação deu alguma inteligibilidade à mudança de Zeca. Ao perceber que se encontrava num espaço territorial e socialmente seguro, ou seja, numa fazenda de brancos onde aquela família negra trabalhava como seus empregados, Zeca pôde ser afetada pela situação vivida por aquelas mulheres negras (do grupo étnico venda). Paradoxalmente, uma certa igualdade só foi produzida na desigualdade: o sofrimento decorrente do aprisionamento foi partilhado apenas com a concretização dos limites que marcam as relações na atual África do Sul. Filhas de Jo'burg, elas produziram e reproduziram, desde o telefonema até a despedida, uma série de segregações de raça e de classe herdadas do *Apartheid*. Segregações que ainda regem aquela cidade e que dão nova vida à Zeca na sua cidade natal por meio de seu universo prisional.

5.4. Nos limites raciais das mediações prisionais transnacionais

Da casa de Dona Lufuno, seguimos, famintos, para o restaurante de uma rede de *fast food* sul-africana, onde Zeca e sua família costumam celebrar datas. Mal nos sentamos e nossa anfitriã, sem nos dizer nada, iniciou uma conversa telefônica em português: “Senhora? Oi senhora! Aqui é a Zeca, tudo bem? Tudo bem, graças a Deus. Oh senhora, sabe quem está aqui comigo? A Bruna e o Inácio...”. Ela explicou quem era Inácio, contou de onde estávamos vindo e, em seguida, passou-me o telefone sem identificar sua interlocutora. Ao dizer “alô”, escutei “Oi filha!”, seguido da conhecida gargalhada de Dona Silvanete. Emocionada, ela confessou-me que daria qualquer coisa para estar ali conosco. Queria saber tudo: como estava a andar o trabalho; como estava o *bebê de Zeca*; e a mãe dela, estava melhor; e a *menina* (filha primogênita) ainda com muito ciúmes do *bebê*; e Zeca, já havia resolvido os problemas das escalas de trabalho; já havia contatado a mãe de Shane para tratar do *jumbo*? Não consegui responder a tudo, porque os créditos do telefone acabaram em poucos instantes. Mas me chamou atenção como aquelas perguntas evidenciavam uma proximidade que Zeca vinha nutrindo com a *senhora* que a havia acolhido na capital paulista após a sua saída da prisão.

Dona Silvanete, é uma baiana de 54 anos, mãe de dois filhos, que, desde 2006, reside na sede do projeto oficializado por ela em 2008 como Casa Recomeço, uma associação sem fins lucrativos, localizada na zona norte da capital paulista, voltada à assistência de *estrangeiras* egressas e em cumprimento de penas alternativas à prisão. Atuando nas tarefas e responsabilidades da Casa apenas com a ajuda das mulheres que lá estão, a senhora, que é fiel da Igreja

Internacional da Graça de Deus, não dispõe de qualquer tipo de renda fixa institucional ou pessoal, vivendo, a duras penas, da contribuição das próprias *estrangeiras* e de eventuais doações alimentícias e financeiras oriundas, sobretudo, de Igrejas. Relutante em ceder aos interesses de possíveis parceiros (religiosos) financiadores, Dona Silvanete paga caro por aquilo que é a sua maior potência: agenciar práticas que fogem aos saberes e campos delimitados das instituições, traçando linhas que fazem circular vidas por justiças nem sempre previstas por regimes de Estado ou de uma só Igreja. “Amor de mãe tem dessas coisas”, disse-me ela certa vez.

Na sua instituição o cuidado materno é a sua *missão*. Comumente chamada de mãe, mãezinha, mamãe, Dona Silvanete abre as portas a todas que saem da prisão e não têm onde morar; prepara refeições, dá conselhos e afeto; cuida das doentes e as leva a médicos e hospitais; arruma empregos (informais) para as interessadas em trabalhar; conhece os amigos que as filhas fizeram dentro e fora da prisão e, às vezes, torna-se também mãe destes; atravessa a cidade fiando documentos (legais), muitas vezes, nas brechas de instâncias estatais; vai a Polícia Federal, fóruns, consulados e embaixadas e articula com e entre estes soluções para problemas até então insolúveis; sai às ruas atrás daquelas que se envolveram com drogas e não buscaram o caminho de volta para casa; continua recebendo em momentos de apuros e comemorações as que saíram ou foram expulsas da Casa; cria meios de elas retornarem ao país de origem; acompanha, aos prantos, cada uma aos portões de embarque do Aeroporto Internacional de Guarulhos; e mantém com algumas delas vínculos transnacionais, tal como no caso de Zeca.

Zeca nutre uma profunda estima por Dona Silvanete e, quase um ano após seu retorno a Joanesburgo, encontrava na *senhora* o amparo para lidar com as adversidades familiares que naquele momento tinham um só nome: Esther. Residindo com seus dois filhos na casa de sua mãe, Zeca assumiu integralmente o cuidado da mesma, que há muito tinha uma vida confortada por anti-depressivos, mas que desde o falecimento do filho caçula num acidente de moto, havia três meses, encontrava-se completamente entorpecida pelas dores e os efeitos da superdosagem. E era em Dona Silvanete, que havia sido “como uma mãe para mim no Brasil”, que Zeca muitas vezes buscava o conforto das palavras sempre maternais em telefonemas internacionais. Era também em parceria com essa *senhora* que Zeca acalmava as dores de familiares de presas(os), facilitando e promovendo a circulação de bens e informações por entre diferentes penitenciárias paulistas e cidades sul-africanas. Juntas, as duas impulsionavam a tessitura de redes de cuidado prisional transnacional voltada exclusivamente a *sul-africanas(os) brancas(os)* em cumprimento de pena no estado de São Paulo. Uma rede que dava vida à Zeca após seu

retorno à África do Sul.

Shane, por exemplo, cujo *jumbo* havia sido tema de conversa no telefonema com Dona Silvanete, foi um dos rapazes sul-africanos presos no Itaí que contou com a *ajuda* promovida por essa dupla. Dupla não. Neste caso, um trio que se compôs com a participação também de Maretha, presa na Penitenciária Feminina da Capital. Foi esta última que, a partir das cartas dos *pedalos* trocadas com Shane, disparou a mediação transnacional de Zeca que, por sua vez, mobilizou Dona Silvanete e outros agentes mediadores, quando necessário, dos dois lados do oceano. Situadas em pontos e posições estratégicos, a *ajuda* quase sempre articulada das e pelas três estimulava ou promovia trânsitos capazes de driblar o isolamento prisional na tessitura de novas relações. Semelhante ao contexto de brasileiras inseridas nos mercados transnacionais do sexo (Piscitelli, 2013), a noção de *ajuda*¹⁴⁷ surgia aqui fortemente associada a deslocamentos (nem sempre de corpos, como nesse outro contexto, mas sobretudo de “coisas”) por meio de “redes informais”, atualizadas por pessoas que desfrutavam de algum tipo de proximidade.

Em cumprimento de pena na Penitenciária Cabo Marcelo Pires da Silva, conhecida como Penitenciária do Itaí, uma unidade exclusiva para estrangeiros e localizada em Itaí (São Paulo), Shane era um dos mais de 1.300 *estrangeiros* que viviam num alto grau de isolamento resultante da precariedade e insuficiência dos canais de abastecimento material e de circulação de informações que marcam mais fortemente prisões do interior do estado. Sem laços familiares no país e sem a assistência sistemática de qualquer organização civil na unidade, ele era um dos tantos que enfrentavam dificuldades não apenas para garantir o provimento de bens materiais básicos, mas também para acompanhar os (e atuar nos) fluxos de seus processos criminais. Somado a isso, Shane lidava com restrições comunicativas decorrentes da falta de domínio do português e do fato de ter nas cartas o único meio de comunicação disponível com o exterior. Por fim, com um salário mensal que não chegava a quarenta reais, levava uma vida material bastante precária.

Após conhecer Maretha por meio da troca de epístolas, sua situação se abrandou.

Primeiro, Shane passou a recorrer à sua correspondente para obter informações de seu processo

¹⁴⁷ Os dados etnográficos sobre a *ajuda* foram construídos também a partir de meu contato com a pesquisa de minha amiga e colega de pós-graduação Ana Elisa Bersani. A leitura de suas sensíveis reflexões e as nossas conversas sobre o “(extra)ordinário da ajuda” no Haiti após o terremoto que assolou o país, em 2010, fizeram-me voltar ao diário de campo e atentar para a importância dos modos de *ajuda* (*èd*) na linguagem da família e dos afetos. Na linha argumentativa de Carsten (2004), Ana Elisa mostra como tais modos se encontram inseridos nas práticas de fazer família, efetuadas em meio aos trânsitos dos sobreviventes do terremoto entre a capital Porto-Príncipe e Grand’Anse – algo similarmente observado por Natália Padovani (2015) por entre os interiores e exteriores de prisões femininas. Para mais detalhes sobre a pesquisa de Ana Elisa, sugiro ver Bersani (2015).

criminal. Quando Maretha não as conseguia levantar dentro da PFC junto, por exemplo, ao ITTC ou à Pastoral recorria à Zeca por *e-mail*. E quando o contato direto com Zeca, por alguma razão, não era mais rápido ou eficaz do que o com sua mãe, Maretha contactava a última por *e-mail* ou telefone para que esta fizesse a demanda chegar (mais rapidamente) à primeira via telefonema. Uma vez a demanda devidamente transportada, Zeca emitia e enviava de volta por *e-mail* para a *amiga* presa o extrato da Vara de Execuções Criminais para que ela o encaminhasse a Shane via *pedalos*. As informações sobre a movimentação de processos de execução e de apelação constantes nesse extrato, em português, eram também transmitidas, traduzidas e decifradas por Zeca à mãe de Shane, assim como os telefonemas efetuados à Defensoria Pública, ao consulado sul-africano ou à própria Penitenciária do Itai. Quando estes eram muitos para os poucos recursos financeiros de Zeca, ela os aglutinava num só efetuo à Dona Silvanete para que essa *senhora*, em ligações locais ou visitas presenciais, resolvesse as questões de Shane e de outras(os) sul-africanas(os) brancos ajudados por Zeca.

Algo semelhante ocorria no envio de *sedex* que, diferentemente daqueles recebidos por algumas *estrangeiras* na Penitenciária Feminina da Capital (ver quarto capítulo), não transportavam “coisas” do universo familiar de origem. Em função das condições materiais muito mais precárias enfrentadas por não nacionais presos em Itai, os pacotes carregavam em geral produtos básicos de uso cotidiano (tais como sabonetes, camisetas brancas, roupas de frio e cuecas), que eram comprados e enviados desde a cidade de São Paulo por Dona Silvanete a custos muito mais baixos e posteriormente pagos pela mãe de Shane via transferência bancária internacional. A Zeca cabia a tradução dessa transação. Uma vez que Dona Silvanete não falava outra língua além do português, que Maretha tinha uma compreensão parcial do mesmo¹⁴⁸ e que a mãe de Shane não entendia outras línguas além do inglês e do africânder, a comunicação entre elas dependia sempre da *ajuda* de Zeca, única falante das três línguas.

Com as informações processuais e os bens materiais, circulavam outros fluxos para além de demandas prisionais. Fofocas, segredos, desabafos, preocupações, desejos, sonhos, gozos, declarações de amor e de dor transitaram, desde o início, em cartas, *e-mails*, telefonemas e visitas pessoais. Como “substâncias compartilhadas” (Carsten, 2004), os extratos da Vara de Execuções Criminais, os *sedex* e o dinheiro mediavam as relações que os faziam circular,

¹⁴⁸ Apesar do longo tempo de aprisionamento, para mais de quatro anos, Maretha era uma daquelas *sul-africanas brancas* que se recusava a aprender o português como estratégia de resistência a uma certa integração/submissão intramuros. Tal estratégia se torna compreensível na perspectiva de uma *sul-africana* nascida e criada no regime do *Apartheid*, no qual a língua foi um dos principais dispositivos da hegemonia dos brancos. Render-se à língua era, do seu ponto de vista, submeter-se integralmente à categoria de presa e aos dispositivos de poder prisionais. Para uma discussão sobre os custos desse tipo de transposição literal de uma prática de resistência, ver primeiro capítulo.

transformando assim os vínculos que alinhavavam cotidianamente essa rede de cuidado prisional transnacional em terras sul-africanas. Zeca tornou-se *amiga* íntima da mãe de Shane, sobrinha da mãe de Maretha e tia de suas duas filhas. Na relação com Maretha propriamente dita, minha anfitriã foi promovida de *parceira* à *amiga*, o que não era pouco considerando as barreiras impostas pela desconfiança e indisposição daquela para com esta durante todo o aprisionamento. Segundo as duas narram, se uma solidariedade entre elas se tornou possível dentro da prisão foi pela persistência de Zeca e pela identificação em uma mesma raça e uma mesma nacionalidade.

Maretha, por sua vez, tornou-se namorada de Shane. Um namoro que, contrariando a tendência daqueles que duram apenas o tempo do cumprimento de pena, gerará o matrimônio religioso após o casal retornar para a África do Sul. Matrimônio que, por sua vez, como deve ser, selará outros vínculos deles e de seus familiares com os familiares um do outro. O curioso é que no meio disso tudo Dona Silvanete, comumente adotada pelas *estrangeiras* como figura materna e também, por vezes, pelos familiares destas com algum outro grau de parentesco, foi a única que não teve, até onde sei, seus elos alterados. Fora dos limites nacionais e raciais daquelas pessoas, continuava a ser referenciada, ainda que de modo muito carinhoso, como a *senhora* que ajudava a todos. Fora dos limites nacionais e raciais, as tais “substâncias compartilhadas” perdiam sua capacidade não de fazer relações, mas de fazer família.

Foi a partir dos fluxos que transitavam por, e atualizavam, essa rede de cuidado que Inácio e eu fomos incorporados nela – enquanto sujeitos, a um só tempo, mediados e mediadores. Contanto com todo o apoio de Zeca para a viabilização das “coisas” vindas da prisão, fomos cooptados para registrar vídeo-cartas de sua família destinadas à Maretha (presa na PFC), à família da mesma (residente numa cidade próxima a Durban) e à Dona Silvanete (residente na capital paulista). Fomos também levados a conhecer, logo em nosso primeiro dia na cidade, a mãe, a avó e a filha de Shane, aproveitando a oportunidade para gravar uma breve mensagem em audio-vídeo da primeira para Dona Silvanete, sugerida por Zeca. Ficamos de conhecer a mãe e a esposa de outro sul-africano branco também preso em Itaí, mas um mal-entendido na comunicação as levaram a percorrer quase quatrocentos quilômetros até Joanesburgo exatamente nos dias em que Inácio e eu estávamos em Maputo. Apesar do desencontro, mantivemo-nos comprometidos com o transporte de bens para ele, assim como para Shane e para Maretha, a serem entregues à Dona Silvanete para que ela os fizesse chegar às duas prisões. Conhecemos o pai de Zeca, sua madrasta e os empregados desse casal que, além de enviarem mensagens para Dona Silvanete, envolveram-se no planejamento das entregas das vídeo-cartas e da viagem para

Maputo. Compartilhamos a rotina dos filhos e da mãe de Zeca e ascendemos rapidamente à categoria de *amigos* na fala e nas atitudes de nossa anfitriã, ganhando assim uma posição cativa dentro da rede prisional transnacional de sul-africanas(os) brancas(os).

Foi também a partir dos fluxos que transitavam e atualizavam as redes de cuidado mediada por Zeca que consegui chegar até Caitlin, uma das primeiras *estrangeiras* com quem estabeleci um vínculo estreito na PFC, no início de meu trabalho de campo, em 2008, e cuja vida nas *celas do seguro* foi tema de reflexão no primeiro capítulo. Diferentemente de minha anfitriã, Caitlin buscou colocar uma pedra sobre seu passado prisional ao retornar a Joanesburgo, rompendo o máximo que pôde com os vínculos que a ligavam a eles. De nosso reencontro, realizado no estacionamento de seu local de trabalho, levei fotografias e abraços para guardar de lembrança e para entregar à Dona Silvanete. Levei também uma curta mensagem audio-visual, gravada na companhia de Zeca, destinada a essa *senhora*, que também a acolheu na capital paulista e viabilizou seu rápido retorno para Joanesburgo em função das ameaças que passara a sofrer fora da prisão decorrentes da sua delação premiada.

Por fim, foi a partir da mediação de nossa anfitriã que Inácio e eu decidimos não ir até a família de Maretha em favor da troca das vídeo-cartas via correio. Assim que desembarcamos em Joanesburgo, fomos informados por Zeca de que a família de sua *amiga* presa morava a 150 quilômetros de Durban e não nessa cidade, como eu havia sido anteriormente informada, o que nos desanimou em função do custo e da dificuldade que envolviam a logística de uma viagem que estava prevista para durar apenas um dia. Somado a isso, e o mais importante, soubemos por Zeca que Linda, mãe de Maretha, estava em maus momentos. Além das dificuldades financeiras decorrentes da ausência de trabalho e dos gastos com o caso da filha presa, ela vinha enfrentando uma depressão e se recuperando de uma agressão do ex-marido, de setenta e poucos anos, com quem havia voltado a compartilhar a casa por questões financeiras e de segurança. Com exceção do compartilhamento da casa, as demais informações vinham sendo mantidas em sigilo na relação com Maretha. Nem Linda, nem Zeca queria preocupá-la com problemas do outro lado. Trocando telefonemas e mensagens de celular quase que diariamente, tia e sobrinha mantinham uma participação ativa na vida uma da outra, participação esta constitutiva e constituinte do cuidado para com Maretha que, nesse episódio, fazia-se em um silêncio possibilitado pela distância prisional transnacional.

Distância que se tornou o vazio produtivo de relações familiares que, por seu turno, recompuseram a vida de Zeca no fazer de camadas mediação. Além de mediar as relações entre

presas(os) e seus correlatos, ela mediava as mediações constitutivas de tais relações. Promovia interações para garantir outras interações na interface entre o interior e o exterior da prisão. Interações que, por sua vez, ditavam o ritmo da rotina de Zeca desde seu retornou à cidade natal; que preenchia seu tempo livre e, eventualmente, as horas de trabalho e de afazeres domésticos, não sendo raro ela alterar suas escalas laborais em função das demandas que disparavam a produção dessas redes prisionais transnacionais; que lhe davam não apenas a satisfação de *ajudar* e confortar os remetentes e destinatários, como certa vez me disse, mas também as condições de inserção, participação e produção da sua vida e de si mesma após o retorno a Joanesburgo.

Vida em recomeço e em parceria com a Casa Recomeço, tecida com fios predominantemente femininos. Fios de amizade e de família que se desdobram intra, entre e extramuros nos limites do entrecruzamento da raça com a nacionalidade; que transitam pelas fronteiras espaço-temporais da prisão e atualizam os limites raciais sul-africanos numa rede de cuidado mediada por seus iguais e por estrangeiros (no caso, Dona Silvanete, Inácio e eu) que não colocam em risco a integridade desses limites. De volta ao seu universo sul-africano branco, Zeca passou a atuar em, e participar de, uma série de relações capazes de nutrir, desde Joanesburgo, presas(os) e prisões e a sua própria pessoa numa escala transnacional. Por meio de suas práticas de *ajuda* ela tornou-se produto e produtora de mediações. Fez prisão, família, raça e, por que não, nação. E, por meio destas, fez-se *sul-africana branca*, agora em *liberdade*.

5.5. Controle e vigilância como técnicas de mediação familiar

Antes de Inácio e eu irmos para a casa da sogra de Anacleto, fomos levados pelo amigo de Mario, marido da remetente presa, até o aeroporto para o conhecermos e verificarmos suas possibilidades de ir conosco. Mas não havia. Embora Mario tenha sido o único a romper com a invisibilidade dos maridos ao se dispor a nos conhecer e atuar no arranjo da logística da vídeo-carta, ele não se fez presente no momento de sua entrega, tal qual ocorreu no das três outras *africanas* casadas. Disse-nos que estava cheio de trabalho na agência de viagens e que se esforçaria ali mesmo o quadro feito pela esposa presa, tal como ela havia me ordenado: em mãos para eu observar bem sua reação e depois lhe contar em mínimos detalhes. Vi o homem, então sério, ceder a um sorriso de canto de boca e acariciar o rosto e o poema da esposa com um olhar doce. Certamente minha impressão daqueles segundos de encontro do casal seriam suficientes para levar alguma esperança a Anacleto, que tanto teme “perdê-lo para uma qualquer”. Infelizmente não registrei o momento em vídeo ou fotografia para que ela pudesse

observar com seus próprios olhos – não considere de bom tom chegar com as câmeras em mãos. Restou-me, pois, guardá-lo na memória e transportá-lo para a prisão em forma de relato.

Despedimo-nos dele e seguimos, Inácio, o amigo de Mario e eu, rumo à casa de Dona Dulce, sogra de Anacleta, num dos bairros de areal da “área suburbana¹⁴⁹” (Araújo, 1999) do entorno do aeroporto. Lá, fomos recebidos com abraços e agradecimentos pela família composta pela dona da casa, dois de seus irmãos, os três filhos de Anacleta e as duas irmãs dela, uma sobrinha pequena (de cinco anos) do seu marido e a babá das crianças, além do amigo do marido de Anacleta responsável pelo nosso transporte de ida e volta. Dona Dulce convida Inácio e a mim para conhecermos a construção principal da casa, um pequeno quadrado de alvenaria inteiriço contendo uma cama de casal, alguns colchões empilhados, um armário de duas portas, um gaveteiro, uma pequena TV, além da pia e o fogão de duas bocas. A cerca de menos de cinco metros dessa construção, no lado oposto, vê-se um banheiro de alvenaria e outro quarto ainda menor para, suponho eu, os irmãos da sogra. Uma lona preta de plástico e uma tela mosquiteiro verde cobrem parte do quintal, fazendo uma cobertura entre as três construções que, diga-se de passagem, carregam as marcas do tempo em suas paredes desbotadas e fissuradas. Foi nessa área coberta – onde as crianças brincam e as mulheres penduram roupas e cozinham à lenha – que todos assistiram ao vídeo.

Dona Dulce pede desculpas pela simplicidade e a bagunça e explica que “é muita gente para pouco espaço”. Ali dormem ela, as três crianças (dois filhos de Anacleta e a sobrinha), a babá e eventualmente as duas irmãs e o filho mais velho da remetente com outro homem. Antes do aprisionamento, Anacleta vivia numa outra casa com Mario, onde era a principal cuidadora de seus três filhos e suas irmãs, mais novas do que ela. Sem pai, nem mãe e com uma avó *maluquinha*, como Anacleta a definiu, ela assumiu desde muito menina as responsabilidades sobre a casa, responsabilidade esta que na sua ausência fora transferida para Dona Dulce. As queixas continuamente fiadas por essa senhora em nossa presença e no vídeo acerca do *peso*

¹⁴⁹ As áreas suburbanas equivalem ao que é chamado desde os tempos coloniais de “cidade de caniço”. Essas áreas contrastam com as áreas urbanas ou “cidade de cimento” que, segundo Manuel Araújo, é composta “[...] por bairros organizados, de avenidas e ruas amplas, com edifícios de diversos pisos (o prédio mais alto da cidade tem 33 andares), bairros de vivendas, comércio especializado, diversos e variados serviços e infra-estruturas sociais e de abastecimento e saneamento” (Araújo, 1999: 176). Já denominada “cidade de caniço”, cresceu nos arredores da “cidade de cimento” “[...] sem qualquer plano de ordenamento, de forma espontânea, sem infra-estruturas adequadas, com uma rede viária que é uma rede de ruas estreitas e tortuosas, caminhos e vielas e onde predominam as casas de caniço, donde vem a designação, e de Madeira e zinco que aqui funcionam como um símbolo de uma certa urbanidade” (Ibid.: 176). Embora o próprio o autor pondere que essa distinção não deva ser tomada como estática e definitiva, dado o rápido processo de transformação das áreas suburbanas, e embora sua perspectiva acerca da falta de plano de ordenamento e infra-estrutura das áreas suburbanas possa ser questionada do ponto de vista daqueles que as erigiram (os próprios moradores), considero essa classificação profícua para o leitor ter uma noção dos bairros onde foram realizadas a entrega das vídeo-cartas.

deixado pela nora revelavam os conflitos da manutenção de certas normas convencionais de gênero que mantinham a responsabilidade do cuidado da família como assunto prioritariamente das mulheres. Embora ela dissesse que jamais deixaria seus netos largados, reclamava por uma velhice mais calma e com menos responsabilidades, responsabilidades estas que, com a participação financeira de seu filho (marido de Anacleta), a senhora podia compartilhar com a babá e com as irmãs de Anacleta, sendo as duas últimas e o recém-nascido de uma delas também objeto de cuidado da matriarca. Nada me foi dito acerca da atuação de seus irmãos de Dona Dulce, que, diga-se de passagem, pouco interagiram com Inácio e comigo durante o evento de entrega e produção das vídeo-cartas.

Já foi apontado na introdução que essa reprodução das normas de gênero, onde mulheres criam novos arranjos para cumprirem os compromissos domésticos, mesmo quando elas se tornam as principais provedoras financeiras, é descrita recorrentemente em estudos sobre maternidade transnacional de trabalhadoras migrantes (Hondagneu-Sotelo e Avila, 1997; Parreñas, 2001b; Hochschild, 2004; Lobo, 2006). Vimos que a saída das mães de casa para trabalhar como cuidadoras em países mais ricos implica na distribuição de suas responsabilidades domésticas entre outras mulheres, sejam estas da família (prioritariamente avós e filhas primogênicas) e/ou conterrâneas contratadas para realizar o mesmo trabalho que as primeiras exercem nos países industrializados. Algo semelhante parece ocorrer na casa de Dona Dulce: embora as condições de aprisionamento no exterior diverjam significativamente das de migração laboral, a manutenção da vida doméstica tende a se rearranjar igualmente nos limites transnacionais do universo feminino.

Um universo que, é preciso ponderar, não se faz tão somente pela contínua rejeição dos homens em assumir a função do cuidado dos filhos, como advoga Parreñas (2005b) no contexto de migração de mães filipinas para países como Estados Unidos e Itália. Mas, antes, faz-se também pelo interesse das mulheres em gerir os arranjos familiares. Se, de acordo com a autora, as mulheres acabam não tendo outra saída além de reforçar as normas de gênero em função dessa recusa masculina, o que o caso de Anacleta evidencia é que tal reforço pode advir também quando elas encontram neste os meios privilegiados de administração dos vínculos no espaço-tempo prisional transnacional. Isso não significa negar a desproporcional participação feminina nas redes de cuidado e nem as assimetrias de gênero que atravessam sua reprodução. Antes, implica em considerar a possibilidade de outros fatores além da atitude masculina na composição desse universo doméstico feminino. Um universo fortemente constituído por práticas de

cuidado compartilhado, atravessadas por categorias de articulação, tais como gênero, geração e classe, e efetuadas através circulação de informações e técnicas de controle e vigilância entre a casa e a prisão.

Técnicas efetuadas por *mamã* Dulce, jeito como Anacleta lhe chama, antes de iniciarmos a veiculação da vídeo-carta. Enquanto Inácio e eu preparamos os equipamentos, a senhora pede-me um instante para saber sobre a nora presa, a quem ela chama de *minha filha* (termo sobre o qual fala com orgulho Anacleta como prova de sua bem sucedida dedicação à construção de sua família junto à sogra): “conte-me lá da minha filha, como ela está; como é a prisão; eles a maltratam; quando ela volta; quem paga a passagem; o juiz pode mudar de ideia, soltá-la e a mandar de volta para casa; ela está a mentir para nós sobre o tempo de prisão; como ela vai voltar?”. A cada pergunta, eu buscava resgatar da memória as versões enviadas pela remetente, transformando-me em sua voz:

Ela está bem, mas sofre de muitas saudades de todos vocês, queixa-se muito da falta da família, principalmente da senhora, das crianças e do marido e... por falar em marido ela não para de falar nele [quantas vezes me fora recomendado dizer isso!], está com medo de ele arranjar outra esposa e pediu para eu conversar com a senhora sobre isso; a prisão não é ruim, ela pediu para vocês não se preocuparem, lá ela trabalha, estuda, tem amigas moçambicanas e do mundo todo; eu não sei quando ela vai sair, não entendo nada sobre essas coisas de pena, sentença e juiz, mas pelo que ela me disse estará de volta até o final do ano [isso também, quantas vezes me fora recomendado dizer!].

Uma vez entregue as informações sobre o aprisionamento, era a vez de entregar a vídeo-carta. Apoio o computador e a caixinha de som sobre uma cadeira de plástico. As crianças se sentam à frente, mais próximo da tela; os adultos e adolescentes, logo atrás, em cadeiras de plástico. Início o vídeo. As mulheres choram, os homens silenciam, as crianças comemoram. A matriarca mal consegue olhar para a tela nos primeiros instantes. De cabeça baixa, esconde o pranto numa toalha de rosto. Mas aos poucos vai se recompondo e, em lágrimas mais serenas, estabelece uma conversa com a remetente, em português e aos sussurros para não atrapalhar os demais espectadores. Pergunta por que Anacleta fez aquilo; por que mentiu; lamenta pela sua prisão e pela distância que a separa dos filhos ainda tão pequenos. Mas eis que o lamento é repentina e esporadicamente suspenso pelas gargalhadas que fazem coro às piadas de família contadas pela remetente no vídeo.

Gargalhadas que também interrompem o pranto da irmã do meio, de 23 anos, e contrastam com a quietude da irmã caçula, de 14 anos, que passa o vídeo comendo as unhas e chorando as dores num silêncio tímido. Silêncio compartilhado com o filho primogênito de Anacleta, de 12 anos, que se alia à completa seriedade e quietude dos homens sem que, no entanto,

seu olhar e sua pouca idade consigam esconder a tristeza por trás da inexpressividade emocional que marca a performance daquelas vidas adultas masculinas. Por fim, a babá contratada após a prisão de Anacleto. Apesar de não a conhecer pessoalmente, faz coro ao pranto das demais mulheres – somente a esse coro, porque o das piadas sobre o passado familiar permanece fora de seu alcance.

Enquanto isso, as crianças se divertem. A filha, de 4 anos, extasiada com a imagem audio-visual que surge na tela, aponta para o computador e diz repetidamente “Mamãe! Mamãe!”. Mas se cala com uma fisionomia de dúvida ao se voltar para trás e ver a avó e as tias aos prantos. O filho, de 3 anos, permanece entretido dizendo ininterruptamente “é mãe de Ninito, é mãe de Ninito!” [apelido dele próprio], enquanto a sobrinha de quatro anos bate palmas e passeia seu olhar entre os dois primos e a tela. Mas atenção de criança dura pouco e, após alguns minutos, o trio se levanta e vai se entreter com Inácio e sua câmera fotográfica num belo momento que dividiu, com a vídeo-carta, o foco dos espectadores e das câmeras.

Findo o vídeo, é momento da entrega dos presentes: um quadro para cada um dos filhos e para a sogra, feitos com fotografias da remetente, adesivos infantis e mensagens personalizadas escritas à mão; uma carta destinada ao marido que, na ausência dele, foi-me orientado entregar à sogra para que ela lhe entregasse posteriormente – como meio de Anacleto se fazer presente na interação entre mãe e filho; um álbum de fotografias dela com suas *parceiras* entregue à sogra para o marido guardar, além daquelas tiradas por mim na produção das vídeo-cartas. Mais uma vez, as crianças tomam a cena: eufóricas, brincam com os adultos e entre si exibindo seus respectivos cartões e emitindo frases como “É mãe de Ninito!”, “É a mamã!”, enquanto as fotografias circulam pelas mãos dos adultos e das irmãs de Anacleto.

Em seguida, registro as respostas no mesmo local da veiculação da vídeo-carta. Com exceção de um dos irmãos de Dona Dulce, nenhum outro homem adulto quis falar. A primeira a gravar é a matriarca da família, seguida das irmãs, dos filhos, da babá e, por fim, do irmão da sogra da remetente. Bastante emocionados, falam em português, língua materna de Anacleto. Falas feitas de palavras, silêncios, risos, lágrimas e soluços para expressar as saudades que sentem, o desejo de terem-na de volta, o peso das responsabilidades maternas que ela deixou para trás e que, para sua sorte e tranquilidade, têm sido preservadas entre as mulheres da família, em especial a sogra. Falas para celebrar um passado comum a partir das lembranças que se tem de Anacleto como boa mãe, boa esposa e boa dona de casa que, apesar de ser nervosa e *queixinha* (porque gosta de se queixar de tudo), cuidou das irmãs desde a infância e construiu uma família

feliz. Falas para compartilhar as últimas novidades da vida familiar, com foco especial nos dois filhos pequenos – filhos que, aliás, quebraram o teor dramático das mensagens com cantigas, coreografias e brincadeiras. Em suma, falas para expressar e atualizar Anacleta na família, abrindo possibilidade para ela avaliar o andamento de sua família e comprovar seu atual grau pertencimento nela.

Pouco antes da partida, a sogra volta, agora na companhia da irmã do meio de Anacleta, a me pedir algumas informações sobre *sua filha* presa, evidenciando assim a importância da vigilância feminina e o meu papel privilegiado de porta-voz naquele contexto familiar. Primeiro, elogia a boa aparência de Anacleta e do cenário, mas questiona seu emagrecimento como indício de seu sofrimento na prisão. Em seguida, retoma as perguntas feitas anteriormente: “quando minha filha volta; o juiz pode mudar de ideia, soltá-la e a mandar de volta para casa; ela está a mentir para nós sobre o tempo de prisão; como ela vai voltar, quem vai pagar a passagem?”. Esforço-me por repetir, de forma ainda mais convincente, as versões de Anacleta já ditas por mim anteriormente, afinal uma de minhas funções naquela família era exatamente garantir-lhes legitimidade.

Mas não era apenas isso. Cabia a mim também atuar como uma espécie de espiã da remetente presa. Detalhes sobre a saúde, a rotina e a educação doméstica e escolar de seus filhos; visita à, ou ao menos notícias sobre, sua casa recém-construída (com a contribuição financeira de sua atuação como *mula*); e, o mais enfatizado por Anacleta, percepções e dados sobre o comportamento afetivo-sexual do marido e a devida atuação da sogra na recusa de outra mulher na vida dele foram assuntos demandados por Anacleta para eu investigar, reunir e transportar até a PFC. No caso do marido, as *conquistas* era algo concebível e concedível à moral de Anacleta (afinal, justificou ela, “faz parte das necessidades dos homens”), mas qualquer compromisso para além disso, nem pensar! Diferentemente do contexto prisional masculino, o eventual envolvimento com mulheres não lhe chegava a ser “um fantasma tão grande” (Barbosa, 2005), algo também constatado por Lima (2013), mas a manutenção do casamento e da família sim. E em meio a essa relativa frouxidão do controle da sexualidade masculina, cabia à Dona Dulce cuidar da família, intervindo, sempre que necessário, em favor de Anacleta – e eu, naquele momento, deveria escrutinar tal intervenção nos jeitos e trejeitos de falar, olhar e silenciar das pessoas ali presentes.

No meu retorno à prisão, foi a vez de Anacleta me escrutinar. Quis saber, nos mínimos detalhes, sobre seus familiares, o meu encontro com eles, a recepção de sua vídeo-

carta e a logística que envolveu a sua entrega: “como foi lá na minha sogra; receberam-te bem; meu marido foi te buscar; mas você não o encontrou; como ele está, gordo e lindo; ele viu o vídeo; deixou mensagem; você acha que ele vai me esperar; e minha sogra, está a cuidar do meu lugar; fizeram almoço para você; e como estão as crianças; você as filmou; elas me mandaram mensagens; o pessoal chorou; mas você acha que choraram de tristeza ou de alegria; onde assistiram ao vídeo; alguém perguntou como é a prisão; você acha que eles sentem minha falta; o que falaram de mim; minha sogra está muito chateada, brava, desconfiada; ela acreditou no que você disse; e o que ela falou?” As perguntas e respostas se desdobraram, caóticas, mesmo ao longo da entrega do vídeo. Ao final de sua veiculação, com Anacleta um pouco menos afoita, conversei com ela por cerca de quinze minutos.

Antonio Rafael Barbosa (2005) já chamou atenção para a importância da circulação desse tipo de informações entre o interior e o exterior da prisão para quem se encontra dentro desta. Segundo o autor, é a maneira que presos tem de recriar um território existencial, de suportar o isolamento, de participar de alguma maneira da vida que corre lá fora; é também o meio para se saber como anda sua moral, sua saudade, sua importância; como anda e circula o seu nome pela comunidade. Articuladas com e por meio de vídeo-cartas, fotografias, cartões e outros bens, as narrativas tecidas nesses processos de investigação familiar compunham as “substâncias compartilhadas” (Carsten, 2004) que fiavam esse território existencial por meio da rede de cuidados e afetos, tornando, pois, as pessoas separadas pela distância prisional transnacional copresentes. No caso de Anacleta, a vigilância e o controle surgem como técnicas privilegiadas não apenas para a mediação de uma série de relações familiares em meio a um regime indicial do universo comunicativo feminino, mas também como expressão dos afetos nelas envolvidos.

A partir das performances, especialmente de Anacleta e de Dona Dulce, instaurou-se uma investigação sistemática por meio de mim e da vídeo-carta, tendo em vista o mapeamento das, e a intervenção nas, condutas uma da outra e na dos demais familiares. Quando, por exemplo, Anacleta me incumbiu de observar bem a reação do marido diante de suas palavras inscritas no cartão e de levantar uma série de informações familiares; quando me prepara versões para as previsíveis perguntas investigativas de *mamã* Dulce; ou quando os familiares elogiam a imagem toda produzida da remetente, mas identificam um possível mal-estar pela perda de peso; ou ainda quando essa senhora me faz as tais perguntas, para não falar das possíveis análises de cartas, fotografias e vídeos, observo a atualização de uma série de vínculos familiares a partir de

técnicas de vigilância e contravigilância. Técnicas que individualizam ininterruptamente relações e seus termos (Sautchuk, 2015), que colocam em tensão “coisas”, corpos e ambientes na criação das margens de agência (e emergência) das pessoas enredadas e constituídas pelas práticas do cuidado.

Práticas multifacetadas que tecem laços familiares no contexto prisional transnacional. Práticas, fortemente marcadas por gênero, geração e classe, que envolvem interesses, segurança, cuidados, sentimentos, suspeição, pertencimentos e performatividades dos familiares mediados e mediadores. Familiares que se tornam, nessa entrega em particular, indissociáveis de minha pessoa. Lançam-me para além do papel de *mula*, ou seja, de meio de transporte das “coisas” enviadas desde a PFC e me colocam como instrumento-chave de seu meio produtor. Meio técnico, onde as versões e performances destinadas, e também as proibidas, pelas(os) remetentes são processadas com vistas à produção de uma (terceira) versão.

Versão que não é exclusivamente dos remetentes e nem minha, mas traz em seu conteúdo tantos os interesses, as falas e as inquietações de remetentes e destinatárias, quanto meus dilemas éticos e os limites de minhas capacidades perceptivas e performáticas. Versão que me guarda certa margem de escolha e controle para produzir e reproduzir informações em consonância com as condições (de tensão, tristeza, desconfiança, saudosismo etc) do momento interativo e com aquilo que me parece ser o interesse último de ambos os lados, o cultivo dos laços familiares. Cultivo, portanto, que não exclui as técnicas de controle e (contra)vigilância, mas, ao contrário, as tem, indissociável de sentimentos e afecções, como seu fator constitutivo e constituinte. Sem pai, nem mãe e com um contato parco junto a algumas pessoas somente de sua família materna, Anacleto mobilizava a vigilância para mediar os laços familiares e expressar o amor nutrido no contexto prisional transnacional. Afinal de contas, como ela bem concluiu após as devolutivas no meu retorno à PFC, “quem ama, vigia!”.

5.6. Controle e vigilância como técnicas de mediação familiar (II): os sonhos

Outra técnica de controle e vigilância surge nas relações prisionais transnacionais de Anacleto, quando visito Dona Amelia e Dona Delfina, avó (*maluquinha*) e tia-avó maternas, respectivamente, com quem ela mantém uma relação limitada e distante. Trata-se dos sonhos. Segundo Dona Amelia e Dona Delfina, estes são, quando sonhados pelas duas numa mesma época, um canal privilegiado de acesso à vida de familiares, especialmente daqueles que se encontram distantes (física e/ou afetivamente). Foi por meio deles que as duas viram uma das

filhas de Dona Delfina, residente na África do Sul, ser maltratada pelo marido. Nessa ocasião, não titubearam: pegaram um ônibus com destino ao país vizinho e resgataram a moça que, de fato, encontrava-se amarrada numa cadeira, em cárcere privado, exatamente como presenciaram no sonho. Foi igualmente por meio deles que elas tiveram acesso à neta e aos seus vínculos familiares mais próximos, desvendo assim o paradeiro de Anacleta no exterior, como bem contou Dona Delfina:

Eu tive sonho. Ela [Dona Amélia] também teve sonho... naqueles dias quando ela [Anacleta] ficou presa. Eu ligo para ela [Dona Amélia]: “o que se passa com a Anacleta?”. E ela: “eu também não estou a ver. Vamos procurar”. Soubemos [da prisão] dias antes, ninguém veio nos dizer. Tivemos que insistir para que o marido dissesse a verdade. Ele estava a negar, disse que não... “Nada! Está presa! Vamos em casa de sua mãe para ter contigo” [disseram as senhoras]. Soubemos, sonhamos que ela estava presa, a Anacleta. Vimos polícia, muita polícia com ela. Polícia a prender a ela, aquelas confusões de polícia... a viagem... Sentimos falta, a demora. Hum! Alguma coisa não está bem e ele [marido de Anacleta] não queria dizer. Pegamos ele e nada, não disse nada! “Não aconteceu nada. Ela está na casa da irmã lá em África do Sul”. E eu disse: “Nada! É bom dizer a verdade”. Falamos com ele: “Diga a verdade. Não vale a pena. Já sabemos a verdade, Anacleta está presa. [O marido titubeia]: “Ah mas...” [A tia-avó interrompe-o]: “Ah mas nada! Quem que mandou a Anacleta? Quem são eles, os intermediários?” Procuramos até que encontramos as pessoas que conhecem esses caminhos. Soubemos que Anacleta estava presa. E agora? [...] Pegamos a ele para ir amostrar pessoas que conhecem este caminho. Foi nos amostrar. Conversamos. E tentamos telefonar para saber se era verdade. E era isso... Tu já sabes que os nomes [das *mulas* presas] não são verdadeiros. Era aí que era complicado. Como encontrar? Mas conseguimos encontrar. Mas antes de ver isso, [veio] a revelação no sonho. Há sonho que é verdadeiro, depende de pessoa para pessoa.

Os sonhos surgem na fala de Dona Delfina como mediadores da vida cotidiana familiar. Quando *verdadeiros*, são eventos capazes de *revelar* infortúnios que demorariam a chegar ou sequer chegariam até elas por outros meios. Eventos (re)produzidos na dimensão onírica das irmãs Cossa e que (re)produzem uma série de interações: entre as duas irmãs; entre elas e o marido de Anacleta, com quem não tinham qualquer contato há mais de ano; elas e Anacleta, com quem vinham interagindo e apenas esporadicamente via telefonemas; e, por fim, entre elas e a sogra de Anacleta, com quem sequer se lembravam da última vez que falaram – e que só veio a saber do aprisionamento nesse episódio do sonho. Eventos que, portanto, irrompem no silêncio da noite e do marido e brotam no vazio da ausência de Anacleta, atualizando o episódio de sua prisão e dando vida a uma série de relações (do lado de lá e entre os lados de lá e de cá).

Cumprido notar que neste caso, assim como alguns sonhos de *estrangeiras* presas comentados no quarto capítulo, a mediação onírica é produtora de relações em eventos de copresença que não seriam possível por outros meios. Mas se dentro da prisão a mobilidade garantida é libertadora, na casa das duas senhoras ela é investigadora. Atravessa as fronteiras domésticas e transnacionais para informar-lhes os maus tratos sofridos pela filha de Dona Delfina; atravessa

também as fronteiras transnacionais, prisionais e familiares para desvelar e delatar a detenção da neta de Dona Amélia. Digo desvelar e delatar, porque a essa altura Anacleta ainda tinha esperanças de ser absolvida e, por isso, mantinha em sigilo compartilhado com o marido a informação sobre seu aprisionamento. Mas não houve jeito, tão logo as senhoras entraram, involuntariamente, em estado de vigília e vigilância. Sem sequer saberem da viagem da neta para o exterior, com quem há meses sequer falavam ao telefone, as duas senhoras atentaram para o ocorrido e se fizeram presentes nele através da mediação onírica. Dormindo elas despertaram para o peso do da prisão, incorporaram-se na articulação da rede de cuidados de Anacleta e irromperam o segredo familiar.

5.7. A entrega do abraço e a concretização do ambiente familiar

Recebi uma surpreendente ligação de Buhlebenkosi quando retornei a Joanesburgo, dois dias antes de meu embarque para o Brasil, dizendo que sua família havia mudado de ideia. Queriam se encontrar comigo. Diferentemente do previsto, eles não tinham conseguido assistir o vídeo de Siphwe, pois o CD não funcionou em diferentes aparelhos de DVD. Também não haviam conseguido gravar as mensagens para ela, pois a câmera prometida não fora emprestada. Combinamos, então, de nos encontrar no final da tarde do dia seguinte, no estacionamento de uma lanchonete, no centro da cidade. Dali seguiríamos para a casa de sua mãe, numa cidade a cerca de sessenta quilômetros de Joanesburgo. Eufórica com a possibilidade de entregar pessoalmente o abraço e o vídeo que considere o mais emocionante, sequer lembrei de confirmar se ela me levaria de volta a Joanesburgo, o que fiz num segundo telefonema a mando e cuidado de Zeca.

O primeiro abraço foi entregue ali mesmo no estacionamento da lanchonete. Buhlebenkosi estava acompanhada de Tsepiso, a tia favorita de Siphwe e principal cuidadora delas e de seus irmãos ao longo da vida. Já eu, estava com Zeca e seu filho Edwin. Assim que chegou, a moça saiu do carro e veio em nossa direção para nos cumprimentar. Seus movimentos corporais pareciam-me intencionados a me abraçar, mas não estavam muito seguros. Tomei então a iniciativa: encostei todo o meu corpo no dela e entrelacei meus braços por detrás de suas costas, pressionando-as contra meu peito com vigor, enquanto ela fazia o mesmo, porém com os braços mais próximo da minha cintura. Seu comentário foi imediato: “Esse abraço parece o de Siphwe!”. E, olhando para a tia sentada no carro a uns metros de distância, gritou: “Ela abraça como Siphwe. Que incrível!”. Em seguida voltou-se novamente para mim e me abraçou com

força, enquanto a tia vinha em nossa direção para confirmar tal constatação.

“Oh meu Deus! Isso é possível?”, disse Tsepiso enquanto nossos corpos se mantinham entrelaçados. Em poucos segundos ela segurou gentilmente meus ombros afastando-se para olhar em meus olhos e me perguntar: “como pode isso?”. E, sem me dar tempo de resposta, abraçou-me novamente e agradeceu a Deus, ao pé de meu ouvido, por aquele momento. Assim que nossos corpos se distanciaram de uma vez por todas, comuniquei-lhes que o gesto era mesmo de Siphawe, que ela o havia me ensinado para que eu pudesse fazê-lo chegar a Buhlebenkosi em nosso encontro no aeroporto. Emocionadas, agradeceram-me e comemoraram a possibilidade de o filho caçula poder conhecer o abraço da Mami, apelido familiar de Siphawe, que, segundo elas, falava do seu lugar de cuidadora e articuladora primária da rede familiar.

Se as vídeo-cartas tinham o potencial de transportar as falas, os cantos, as lágrimas, os olhares, os jeitos e os trejeitos por meio da imagem e do som do corpo ausente de Siphawe, o abraço o tinha no toque físico possibilitado por minha performance, em carne e osso. Uma performance que prescindia dos agenciamentos sociotécnicos produtores das vídeo-cartas, quer dizer, que não necessitava das redes materialmente heterogêneas formadas simetricamente por humanos e não-humanos (Law, 1992). Uma performance que, embora contivesse nela o acúmulo de habilidades desenvolvidas a partir de minhas experiências de mediação sociotécnica junto à equipe do ITTC na interface entre o interior e exterior da prisão, poderia se efetuar, naquele instante, a partir de um só objeto técnico, o meu corpo. Um corpo anatômico “outro” (em termos de proporções físicas, raça, cheiro, trejeito e vestimentas), porém presente. Um corpo estranho na rede familiar, mas com a capacidade técnico-afetiva de individuar Siphawe em ato. Em suma, um corpo que se tornou “rastros” da *sul-africana* presa, com condições de torná-la presente na interação com a irmã e a tia por meio da efetuação de um gesto afetivo reconhecidamente seu.

Recuperando a noção de posse recíproca desenvolvida por Gabriel Tarde (2007 [1895]), é possível dizer que minha pessoa só pôde concretizar a de Siphawe, porque incorporou o, e foi incorporado, pelo seu “corpo articulado” (Latour, 2008). Se eu a continha no instante do abraço era porque ela me continha enquanto parte extensiva de sua pessoa, e essa mútua contenção era resultado de “técnicas corporais” (Mauss, 2003 [1935]) movidas pelas energias e sinergias de nossos afetos. Afetos engendrados pelo desejo comum em fazê-la presente, em tornar perceptível o seu corpo ausente não apenas em áudio-vídeo, mas também no enlaçar dos braços, no encontrar de corpos anatômicos que não o seu, no sentir do batimento de corações

outros. Um ato fugaz e perecível a ser concretizado exatamente naquele instante: ou acontecia ao longo da entrega da vídeo-carta ou não acontecia mais, diferentemente do audio-vídeo que poderia ser assistido, experimentado e, portanto, recriado sem a minha presença, em outros momentos e com outros espectadores, humores, desejos e disposições.

Findo os abraços, era hora de partir, sem antes Zeca se informar detalhadamente com Buhlebenkosi dos seus planos e incumbir às duas o meu cuidado. Ao ouvir tal incumbência, Tsepiso prontamente abre um sorriso, coloca seu rosto para fora da janela do carro e se pronuncia: “Não se preocupe, nós vamos cuidar muito bem dela. Ela está trazendo nossa Sipiwe para nós”. E de fato eu estava, de uma forma nunca antes experimentada. Ao longo do caminho, tia e irmã não pararam de tecer comentários sobre a presença da parente presa mediada por minha pessoa. Lançavam breves olhares para mim no banco de trás e interrompiam continuamente as conversas para dizer coisas como: “Parece que Sipiwe está aqui”; “Toda a família quer te ver. Parece que é Sipiwe que está chegando, né?”; “Você está trazendo Sipiwe para nós depois de tanto tempo. Deus te abençoe por tudo isso”; “Sinto Mami aqui mesmo [a tia diz apontando para mim]”; “As crianças estão ansiosas para te ver, parece que estamos levando Sipiwe para casa”.

Passados vinte minutos de estrada é a vez da mãe de Mami manifestar sua excitação com a chegada mediada da filha presa, telefonando ininterruptamente para Buhlebenkosi. Quer saber onde estamos, se estamos chegando, na casa de quem passamos, quantas casas faltam até chegarmos à dela, quanto tempo demoraremos, como foi a recepção na casa de tal tia e assim por diante. Sempre num tom carinhoso e paciente, Buhlebenkosi responde à mãe em sotho e, em seguida, resume a conversa em inglês para mim. Numa destas vezes, ela me diz o seguinte: “Minha mãe está tão eufórica. Parece que está à espera de Sipiwe. Mas ela está certa. De fato, parece que estamos chegando com Sipiwe”. E, após uma olhadela para mim pelo retrovisor, acompanhada de um suspiro, ela conclui: “Eu posso senti-la aqui, agora mesmo”.

Antes de chegarmos ao destino principal, que era a casa da mãe da *sul-africana* presa, circulamos por uma “rede de unidades domésticas” (Marcelin, 1999). Passamos, rapidamente e sem qualquer aviso prévio, nas casas de duas tias e suas respectivas famílias, bem como na casa recém-reformada de Buhlebenkosi, onde Sipiwe viveu sua infância e adolescência com seus pais e irmãos. Em nenhuma delas veiculamos a vídeo-carta, pois não dispúnhamos de tempo para tanto. Apenas registramos os parentes e/ou partes de suas casas para fazê-los chegar em vídeo à penitenciária. O mesmo foi feito depois que saímos da casa da matriarca da

família, já por volta das 21:00hs. Apesar do cansaço e do horário, elas fizeram questão de passar na casa de Tsepsio para Buhlebenkosi e eu registrarmos, em fotografias e vídeos, o primogênito de Siphawe e a concretização do maior sonho da tia, a casa própria, onde ela vive com o menino, a filha compradora e o neto, ainda bebê.

Ao chegarmos no destino principal, havia algumas pessoas no quintal à nossa espera. Uma adolescente e uma menina, em torno de seus dez anos, antecipam-se para abrir o portão. Dois meninos, em torno de dez anos, comemoram à nossa chegada, enquanto um homem, com aparência de trinta e poucos anos, que Tsepsio logo localiza como irmão de Siphawe, observa-nos próximo à porta da casa. “Eles acham que Siphawe está aqui no carro”, comenta Buhlebenkosi rindo eufórica. A adolescente fica para fechar o portão, enquanto as crianças se aproximam da janela traseira do carro acenando alegremente para mim. Filmo tudo até o carro estacionar. É preciso Buhlebenkosi pedir que eles se afastem para eu poder sair. As três crianças são, uma a uma, apresentadas a mim pela tia e a irmã.

A primeira delas é Khabane, o filho caçula de Siphawe, que logo é convidado pelas duas tias a receber o abraço da mãe presa. Desconcertado com a situação, o menino se aproxima e permanece diante de mim com a cabeça levemente abaixada à espera de minha ação. Mas eu não sei bem como agir, como criar um “rastro” que, embora muito importante, não havia sido incorporado em mim. Em princípio, eu encontraria apenas Buhlebenkosi no aeroporto e ninguém mais. Nem Siphawe, nem eu imaginávamos que seria possível aquele contato direto com toda a gente e, menos ainda, que a entrega do abraço ocorreria para além da sua irmã. Mas ocorreu e cá estou diante de um menino cuja estrutura física é muito distinta dos corpos adultos que me deram os parâmetros físicos no processo de aprendizagem técnica do abraço. Menino que também nunca havia experimentado o abraço materno, apenas o colo. Quando Siphawe viajou para o Brasil, Khabane tinha apenas um ano de idade. Hoje, com oito, ele não podê-lo-ia reconhecer espontaneamente. Como atualizá-lo então nessas condições?

O jeito foi “adaptar” (Tarde, 2007 [1895, 1901]) as dimensões físicas de nossos corpos ao gesto para, juntos, criarmos uma presença verdadeiramente materna. Para tanto, mobilizei toda minha “destreza”¹⁵⁰ (Bernstein, 1996) tendo em vista os ajustes necessários à execução do movimento. Mobilizei também a pedagogia dos “rastros”, tantas vezes acionada, sobretudo

¹⁵⁰ A noção de destreza é pensada nos termos do fisiologista russo Nikolai Bernstein, à qual Ingold (2000) recorreu nas reflexões acerca de *skill*. Trata-se de um tipo de “inteligência motora”, ou seja, da capacidade de encontrar uma solução motora para as variações situacionais de uma tarefa que parece ser a mesma. Para Bernstein, aquilo que consideramos um mesmo gesto (o abraço, por exemplo) nunca é o mesmo, mas resulta de uma “repetição sem repetição” decorrente da variabilidade e complexidade inerente ao ambiente.

por mulheres da família, para ensinar os filhos pequenos a perceberem a presença da mãe presa e interagirem com ela a milhares de quilômetros da prisão. Pedagogia que tornou possível aos filhos de muitas *estrangeiras* não apenas conhecerem e reconhecerem suas mães, mas também fazerem-nas presentes em suas vidas cotidianas por meio de fotografias, cartas, *e-mails*, mercadorias, dinheiro e telefonemas. Em suma, explorei as possibilidades de ação daquele corpo mediador que fui ganhando ao longo de todo o trabalho de campo multissituado com vistas a produzir o abraço materno. Uma produção inédita, porque nunca antes vivida por Khabane, Siphwiwe e nem por mim. Uma criação somática que envolvia, no mínimo, os atos, as técnicas e os afetos da mãe presa, da tia, do menino e da minha pessoa e que, para tanto, requeria a abertura das nossas fronteiras subjetivas, perceptivas e afetivas. Um movimento compósito que, se bem-sucedido, individuaria a mãe na interação com o filho por entre fronteiras transnacionais.

Agachei-me, então, para ficar na altura de Khabane, dirigi meu olhar ao dele, disse que sua mãe havia lhe enviado um abraço bem grande e perguntei se ele o queria receber. Timidamente disse que sim. Olhei de relance para Buhlebenkosi, em busca de apoio, enquanto me levantava para iniciar o ato. Dobrei levemente meus joelhos e meu tronco em direção ao do menino, entrelacei meus braços sobre seus ombros, deixando minhas mãos tomarem suas costas, e o apertei contra meu peito, enquanto a irmã de Siphwiwe orientava o menino a aproveitar o momento e a me segurar com força, do jeito que sua mãe gosta. E assim ele o fez, ainda com o corpo um tanto recluso diante do ato desconhecido. Findo o abraço, ele olhou em meus olhos, sorriu e, ainda tímido, abaixou a cabeça se afastando para ceder espaço aos primos. Eu, por minha vez, silencieei minhas palavras com um leve sorriso e um nó na garganta. Nó enlaçado pelos fios que, naquele instante, produziam a presença de Siphwiwe.

Khabane era apenas o primeiro, restava fazer o mesmo com cada um dos demais – a irmã mais velha, os dois irmãos, a mãe e os quatro sobrinhos, dois adolescentes e duas crianças. Respirei fundo, temendo não dar conta de conter as lágrimas. Mas não foi como eu imaginava. Os abraços conseguintes não tiveram o mesmo impacto. Por que? Teria eu executado com certo distanciamento, portanto outra “destreza” para assim preservar meus limites (funcional-afetivos) mais íntimos da “explosão” dos afetos terceiros? Ou teriam os demais presentes menor disponibilidade para esse tipo de interação? Ou o fato de eles manterem o aprisionamento de Siphwiwe em sigilo junto às crianças criava, na presença destas, uma barreira menos transponível? Ou, ainda, a repetição sucessiva do abraço desgastava a energia interativa desse gesto? Não sei, o fato é que os abraços conseguintes pareceram-me ficar mais no registro do cumprimento entre

os familiares e mim e menos na individuação de Siphwe. Mesmo a matriarca, informada por Buhlebenkosi de que aquele havia sido enviado pela filha presa, não manifestou, ao menos às minhas percepções, qualquer afetamento. Reticente com a minha visita que, desconfiava ela ser para a gravação de imagens para programas televisivos, a senhora manteve seu sorriso sereno e, sem qualquer alteração na expressão facial ou corporal diante da informação, abraçou-me, desejou-me boas-vindas e me agradeceu por ter ido até lá.

Uma vez as filmagens e fotografias devidamente realizadas, era hora de Buhlebenkosi e Tsepsiso me levarem de volta a Joanesburgo. Assim como na ida, nossas conversas foram entremeadas de comentários que faziam alusão à efetuação da presença de Siphwe por meio de mim, a ponto de por vezes elas interagirem equivocadamente comigo em sotho e zulu. Entretanto, diferente do momento inicial, tal alusão não carregava certo grau de imprecisão indicial explicitada na frase “**parece que** ela está aqui”. A minha presença não mais representava a sua presença, mas sim a apresentava. Ou melhor, disparava a sua produção nos caminhos que fizemos com o carro de Siphwe e que alinhavavam casas, encontros e narrativas familiares; nos abraços que trançavam corpos e afetos; e nos vídeos que enredavam os cantos de luta e de família, as declarações de amor e as histórias *verdadeiras*, feitas também, mas não só, de *mentiras bem-intencionadas*.

Mais do que registrar a entrega e as mensagens dos familiares, o que esteve em jogo neste caso foi o registro da cotidiana presença de Siphwe na rede familiar. Reconhecida como aquela que ajuda, que alegra, que socorre e mantém toda a família unida, Siphwe foi retratada de modo muito carinhoso como a pessoa que cuidava de todos e promovia a nutrição dos laços familiares. Atos que foram perseguidos e registrados por nós nos percursos e paragens entre uma casa e outra. Cada depoimento, cada abraço, cada narrativa, cada música, cada detalhe das casas e dos parentes, cada rua, esquina e construção captados em vídeo e fotografias atualizava as marcas das ações efetuadas por Mami na efetuação das relações familiares. Por causa e por meio dessas relações, percorremos os vínculos que faziam Siphwe no fazer de sua família, alinhavamos sua presença a partir dos encontros consolidados em e entre as visitas. Se em outros tempos, ela se fazia Mami no fiar desses vínculos, hoje eram esses vínculos que se faziam enquanto tais no fiar da Mami por entre os trajetos que Tsepsiso e Buhlebenkosi fizeram questão de percorrer na rede de unidades domésticas, em sua cidade natal.

Daí o abraço ser capaz de produzir sua presença: para além da efetuação bem-sucedida do movimento, ele foi executado em sinergia com todos os outros que já vinham sendo efetuados por seus familiares. Embora eu não soubesse disso no momento de sua execução – e isso pouco importava, porque sua remetente e suas destinatárias o sabiam – o abraço se encontrava engajado com muitas outras ações que implicavam o ambiente familiar. Um ambiente composto por pessoas, “coisas”, partes da cidade e, até mesmo, aquele clima frio com vento cortante de que Siphwe tanto gosta. E talvez isso explique a certeza de Mami de que uma experiente mediadora (que, por ventura, fui eu) seria capaz de efetuar-lo: ao encontrar um campo absolutamente fértil para sua execução, o que tal gesto fez foi potencializar a atuação e participação de Siphwe junto à sua família, foi agregar à dimensão afetivo-material algo que eles não haviam ainda experimentado.

Na entrega dos abraços e da vídeo-carta, Siphwe se fez presente de modo especial e isso foi um *sonho*. Uma *conexão* inimaginável por Tsepiso e que, segundo Buhlebenkosi, só não era melhor do que o retorno da irmã presa:

— Não temos como te agradecer, Deus vai te abençoar muito. Você trouxe Siphwe até nós, você fez uma conexão que nunca sonhamos. Isso é um sonho! Você foi nossa maior conexão com ela. Por isso, te agradecemos muito, muito! Deus vai te abençoar por isso! Leve nosso abraço e todo nosso amor para ela. Muito obrigada!” (Tsepiso).
 —“É verdade. Vê-la e receber o abraço dela foi a melhor coisa que aconteceu desde que minha irmã se foi. Na verdade, só uma coisa poderia ser melhor do que isso: o retorno da nossa Mami” (Buhlebenkosi).

Nas falas de Tsepiso e de Buhlebenkosi fica claro que a presença indicial de Siphwe não supre nem concorre com sua presença corporal. Todo nosso esforço (que acredito ter sido bem-sucedido) de levá-la até sua família gerou, tal qual ocorre dentro da prisão, a produção de presenças de natureza distinta daquela a ser proporcionada pelos corpos das remetentes presas no momento de seus respectivos retornos. Uma presença que encontra na ausência dessa outra a sua potência produtiva; que atravessa e atualiza fronteiras espaço-temporais, fazendo coexistir pessoas e ambientes que fora delas encontrar-se-iam separados.

E Tsepiso tinha razão, isso era mesmo um *sonho*: um acontecimento resultante de encontros, conversas, beijos, abraços, toques, falas, cheiros, temperaturas; que, semelhante àqueles vivenciados por Dona Delfina, Dona Amélia e por algumas *estrangeiras* na penitenciária (ver quarto capítulo), foi capaz de justapor, num só evento, pessoas, locais e acontecimentos separados pela distância prisional transnacional. Resultado de uma ampla rede composta por artefatos, objetos técnicos (incluindo os corpos) e lugares na tensão entre espaços-tempos passados e presentes, a presença de Siphwe não lembrou propriamente o que aconteceu, mas fez

acontecer o que e quem é lembrado; não reconstituiu o que/quem já se passou, mas constituiu o que/quem está se passando no atual intervalo entre a rede de unidades domésticas e a prisão; por fim, não restaurou o que se perdeu no tempo, mas instaurou, no vazio dessa (sensação de) perda, possibilidades de individuação impulsionadas pela entrega das vídeo-cartas.

O único pesar de Tsepiso e de Buhlebenkosi foi destinado ao fato de o pai de Siphwe não ter tido a chance de compartilhar esse *sonho* com toda a família. Logo ele, que tanto desejou o retorno da sua filha predileta. Segundo Buhlebenkosi, desde quando Siphwe foi presa, o pai lhe dava sempre a mesma ordem: “Eu não sei e nem quero saber como você vai sair daí, mas você vai dar um jeito. Você é forte e sempre conseguiu o quis. Então saia daí já! Você vai sair e vai voltar para casa. Aqui é o seu lugar. Conosco!”. Para ele, a distância prisional transnacional era clara e evidente: não havia carta, nem telefonema, nem *e-mail* e nem fotografia que fosse capaz de transportar a presença da sua Mami. Para o pai, ela estava ausente, lugar vazio, ferida funda que só cicatrizaria com o seu retorno. Finda a pena de prisão, ela acata a ordem paterna: sem dinheiro, se vira, se revira e volta para a cadeia. Segundo cumprimento de pena por tráfico de drogas, ainda em julgamento. O pai não consegue lhe esperar. Morre de desgosto, de dores no coração, de infarto. E, com ele, morre uma parte da Mami na impossibilidade de cuidar do sofrimento paterno – confessou-me ela no meu retorno à prisão.

5.8. Para enlaçar afetos nas intersecções pessoais

Antes da mostra do vídeo, a avó foi ao quarto buscar uma fotografia da neta presa. Acariciou-a com o olhar e, em seguida, entregou-me. Era uma cópia ampliada do retrato da sobrinha-neta presa, que havia sido tirado na PFC em seus primeiros meses de prisão e estampado o quadro feito por ela ao marido. Com as bochechas mais fartas, sinal de boa saúde para toda a família que a percebeu mais magra no vídeo, Sofrência tinha seus cabelos bem puxados e presos para trás, estava maquiada com batom vermelho, rímel e delineador e usava lentes de contato azuis e brincos longos com muitos strass e meia dúzia de pérolas. Comentei sobre sua beleza e, em seguida, passei-a para Inácio que concordou comigo e a passou para a prima de Sofrência. A última a observá-la foi a tia-avó que, por fim, deixou-a sobre a mesa, ao lado do meu notebook.

Passados alguns minutos de silêncios, risos, comentários e lágrimas decorrentes da vídeo-carta, essa senhora pega a cópia do retrato sobre a mesa e, ao som da fala de Sofrência, contempla-a por um instante. Em seguida, deixa-a sobre o colo e olha para a sobrinha-neta em

vídeo. Pega novamente para contemplá-la mais uma, duas vezes, aproximando e distanciando-a levemente de sua vista, antes de passá-la para a irmã ao seu lado. Esta recebe e, trincando as mandíbulas no calor das emoções, fita carinhosamente a fotografia da neta. Vêm as lágrimas, que logo são obstruídas com as pontas da *capulana*¹⁵¹ envolta em sua cintura. Uma vez secos, seus olhos se erguem em direção à tela do computador, enquanto os dedos seguram e abanam cuidadosamente os cantos inferiores do papel fotográfico. Por fim, a senhora vira a cópia do retrato em direção à tela, apoia-a sobre seu ventre, encaixa as margens inferiores do papel dentro da sua *capulana* e entrelaça suas mãos sobre elas até o final da mostra do vídeo e das fotografias, como se ali, através da materialidade do papel fotográfico, ela pudesse sentir, guardar, proteger ou confortar a neta presa.

E pôde, tão logo Sofrência entrou em interação com essa cena na PFC – dando-me assim subsídios para compreender os afetos entre ela e a avó. Seus movimentos corporais seguiram em sincronia com os da avó: no instante em que esta guardou o retrato sobre o ventre, Sofrência sorriu levemente e, com uma fisionomia de quem é acarinhada, aconchegou sua cabeça sobre o meu ombro e murmurou um suspiro em sinal de conforto. Retribuí seu ato contornando seus ombros com um de meus braços. Ato que, muito embora não me tivesse sido incumbido pela avó, não deixou de atualizar seu carinho, e também o meu, pela neta presa. Ou seja, quando a avó incitou em Sofrência um contato físico, carnal, para além daquele possibilitado pelo vídeo, ela buscou meu corpo, e não os das demais *parceiras* que estavam à nossa volta. Naquele instante eu experimentava, mais uma vez, assim como nos abraços de Siphewe, a transitoriedade de minhas próprias fronteiras, de meus próprios limites físicos e afetivos. A avó de Sofrência estava ali, porque, naquele momento, eu era parte dela e ela, parte de mim.

5.9. Fluxos prisionais nas fronteiras dos cuidados domésticos

Mas nem sempre essas parciais encarnações aconteceram. No caso da família de Ndzira, por exemplo, aquela *moçambicana* que havia me destinado o cuidado da filha caçula no momento da revelação acerca de seu aprisionamento, a proximidade física junto a seus familiares alinhavou uma distância afetiva quase intransponível. A mediação efetuada por Inácio e por mim

¹⁵¹ As *capulanas* são tecidos, geralmente estampados e coloridos, que as mulheres usam para diversos fins, tais como: amarrar na cabeça, na cintura (muitas vezes, encobrindo saias e calças), fazer toalha de mesa, capa de sofá, bem como roupas do cotidiano e de gala, carregar bebês nas costas e os amamentar, sentar-se no chão, proteger-se do frio, presentear pessoas, cobrir falecidos, trocar em rituais como o *lobolo* (traduzido de maneira superficial como o “dote da noiva”) etc. Para uma reflexão sobre as *capulanas* e outros tecidos do continente africano, sugiro ver Silva (2008).

foi mantida fora dos cuidados familiares, possivelmente porque encontrávamo-nos dentro de um de seus segredos mais valiosos, a prisão de Ndzira. Até então nem as crianças, nem os vizinhos sabiam do seu verdadeiro paradeiro, apenas alguns membros adultos da família. E isso parecia deixar os pais da remetente relativamente desconcertados diante de nossas presenças oriundas da prisão.

Depois, nossa presença – estrangeira, branca e aparamentada de equipamentos eletrônicos – se fez mais estranha do que em outras casas diante do desconforto dos destinatários, manifesto num misto de gentileza, submissão e desconfiança. E, para fechar o cenário, contávamos com o reforço de João, nosso anfitrião que gentilmente viabilizou, com sua *boleia* (carona), a visita e veiculação da vídeo-carta. Extremamente amistoso, Dr. Trindade – título conferido publicamente a João em função de sua atuação como juiz da justiça criminal e membro do Supremo Tribunal de Moçambique – trazia em seu corpo e sua epiderme alva marcas (não apenas raciais) da distinção da elite maputense. Nesse contexto, se levávamos alguma presença de Ndzira para aquela casa de caniço, localizada num “bairro suburbano” (e, portanto, negro) nos arredores de Maputo, o fazíamos, no mínimo, de modo embaraçoso – fosse pela situação (confidencial) prisional da filha presa, pelas nossas distâncias sociais ou, o que parecia mais possível, pela imbricação de ambas as coisas.

Em função da ausência inicial de alguns familiares (pai, filha mais velha e a irmã caçula de Ndzira) ainda a caminho, aguardamos mais do que podíamos. O sol já havia se posto e a penumbra tomara a cena em poucos instantes. Tínhamos que filmar o recebimento e as respostas, e a única lâmpada da casa não nos oferecia suficiente luminosidade. Combinamos, então, de passar o vídeo mais de uma vez para dar a chance de todos lhe assistirem. E, enquanto filmássemos no quintal as respostas das espectadoras da primeira sessão, os retardatários veriam o vídeo numa segunda ou terceira sessão dentro da casa.

Começamos então a primeira: mãe da remetente e cinco crianças, dentre sobrinhas e a filha caçula. Apesar de tímidas com nossas presenças e câmeras (de vídeo, fotografia e celular), elas interagiram com a remetente: cumprimentaram-na acenando com adeus, agradeceram pelos presentes exibidos no vídeo, mandaram beijos após receberem os recados e, esforçaram-se para segurar as lágrimas. Esforçaram-se não, foram (es)forçadas pela mãe da remetente a segurar as lágrimas. “Não chora, ela está bem”, “cala, não chora!”, “não é para chorar, pá!”, ordenava carinhosa e repetidamente Dona Olga com os olhos marejados no esforço de controlar as emoções ali presentes.

Mas as lágrimas pareciam estar pesadas demais para aqueles pequenos corpos e acabaram se tornando insustentáveis no momento em que Ndzira revelou sua situação de aprisionamento. Assim que recebeu a notícia, a menina, que já se encontrava no colo da avó, encolheu-se ainda mais nele, fixando seus olhos em mim por três vezes. Estavam encharcados de lágrimas retidas, prestes a cair. E pareciam me pedir algo. Seria o conforto materno a mim incumbido na prisão? Intuí que sim, mas não aquele planejado por Ndzira. Pareciam desejar algo mais simples, talvez apenas o apertar do botão *off* da câmera, pensei. E foi o que fiz: após suas fitadas, desliguei a câmera e, dirigindo-me a Inácio, fiz um gesto pedindo para que ele não mais fotografasse.

Em questão de segundos a menina encaixou seu rosto entre os seios da avó e caiu em prantos, abrindo passagem para o choro das demais crianças e atualizando a câmera como limite, e não canal de mediação com sua mãe presa. Observei a cena em silêncio, caso eu tivesse que entrar em ação, tal como Ndzira havia me instruído. Mas não foi preciso, a avó assumiu a situação. Com um sorriso amarelo e os olhos marejados e divididos entre a menina, as demais crianças e nós três de fora, encaixou a caçula em suas costas para acalmar o choro, protegendo-a de nossos olhares. Enquanto isso, emitia seguida e carinhosamente aquelas mesmas frases de ordem para as demais crianças pararem de chorar. Frases de conforto e de controle das emoções, que, juntamente com as lágrimas e vozes trêmulas das ali presentes, conectaram e confinaram Ndzira (em vídeo), Dona Olga e as pequenas destinatárias num núcleo familiar feminino alheio a Inácio, João e a mim.

Algo semelhante, porém, mais severo, acomete os retardatários. Primeiro, Seu Gito, que chegou à casa bem no final da primeira sessão, assistiu à vídeo-carta sério e compenetrado. Diferentemente das espectadoras anteriores, não conduziu qualquer olhar a nós, tampouco comentários à filha presa. Também não expressou, ao menos numa linguagem corporal legível à minha percepção, qualquer emoção diante da performance da filha e nem no momento do registro de sua mensagem curta e direta em português. Foi ele, por sua vez, quem conteve as emoções da primogênita, de 13 anos, na terceira veiculação do vídeo. Sob sua contínua e vigorosa repressão, a menina passou o vídeo inteiro tentando, em vão, segurar o choro. Lá pelas tantas, quando ela já estava a registrar sua mensagem para a mãe diante dos duros olhares e palavras do avô, foi a vez de este ser reprimido por nosso anfitrião João que, incapaz de conter sua autoridade e boa intenção, reivindicou o afrouxamento dos limites avoengos para dar vazão ao choro da menina. Seu Gito, em sinal de submissão e acatamento às palavras do Dr. Trindade, abaixou a cabeça,

pediu desculpas, explicando que não queria que saíssemos dali com a impressão de que levamos para sua família somente tristeza e sofrimento.

Muito embora a repressão de Seu Gito soasse-nos agressiva – agressividade que, segundo Ndzira, é uma das marcas do pai na relação com as crianças e mulheres da família – sua tentativa de controle não me pareceu despropositada, mas, antes, fez coro à atuação de Dona Olga. Enquanto dois lados de uma mesma moeda, suas condutas mostraram-se inversamente complementares: se as ações da senhora, mais afáveis, voltavam-se para as relações interiores (intradomésticas) na interação com os de fora, as ações de seu marido, mais ríspidas, dedicavam-se às relações exteriores (extradomésticas) na interação com os de dentro. E foi no entrocamento desses dois movimentos que o casal traçou os limites de sua rede doméstica de cuidado. Limites que até então sustentavam o segredo do aprisionamento para proteger as crianças (e também a eles próprios) das dores e dos comentários da vizinhança. No entanto, uma vez diante da vídeo-carta de Ndzira e da articulação de marcas sociais que nos distinguiam dentro da pequena casa de caniço, resguardaram as emoções das crianças frente às possibilidades de uma maior proximidade (e talvez desigualdade) físico-afetiva entre elas e nós. Em suma, limites que protegeram e confortaram seu núcleo familiar ao nos lançar às margens do cuidado.

Naquele momento, o casal lidava com a desconfortável concretização da situação de aprisionamento de Ndzira diante das crianças; enfrentava o desafio de incorporar, de uma nova forma, à vida doméstica a causa produtora de seu atual arranjo, causa esta trasladada por Inácio, João e por mim. Nesse registro, nós três fizemos circular, por meio dos fluxos maternos, os fluxos de ferro que atualizaram as fronteiras prisionais no cruzamento das fronteiras domésticas. Nossa visita, de certo modo, transportou a prisão para dentro de casa, cabendo aos cuidados do casal limitar a sua circulação (para o bem das crianças e deles próprios): ao mediar a mensagem audio-visual, tivemos nossa presença mediada por essa mensagem na concretização do aprisionamento de Ndzira junto a seus familiares. O resultado foi que os muros prisionais se fizeram em fluxos, enquanto os fluxos erigiram os muros prisionais. Os fios maternos mediados por nós, ao se cruzarem com os fios avoengos, concretizaram o xadrez, do outro lado do atlântico. Naquele instante, a rede de cuidados ganhava forma de prisão.

5.10. Nas fronteiras pessoais dos deslocamentos transnacionais

Desta vez, eu atravessaria a fronteira sozinha. Inácio seguiria sua viagem para o norte de Moçambique e eu voltaria para a África do Sul para, de lá, embarcar de volta ao Brasil.

Coloco, então, minhas duas malas no bagageiro do ônibus e pego o bilhete de cada uma delas com suas respectivas numerações – a esta altura eu já estava com uma pequena mala extra, contendo presentes para meus amigos e familiares e livros. Despeço-me de meus anfitriões, Isabel e João Carlos, e de meu parceiro de viagem, Inácio, e sigo, mais uma vez, rumo à casa de Zeca, em Joanesburgo.

Cerca de uma hora e meia após o embarque, chegamos à fronteira Ressano Garcia, que marca a divisão entre Moçambique e África do Sul. Tudo corre bem e, como sempre, tenso: descemos, todos os passageiros, do ônibus; entramos na casa ocupada pelo setor de migrações de Moçambique para termos nossos passaportes estampados com o carimbo de saída; já passam das 22:00hs, não há longas filas; sob os olhares e, por vezes, abordagens intimidadoras dos policiais, cruzamos a pé pelo acostamento do trecho, com cerca de trezentos metros, que separa os dois países e é margeado com muros altos e cobertos de arames farpados em espiral; seguimos para o setor de migrações da África do Sul e, após responder a breves perguntas de praxe, geralmente pronunciadas em tom de suspeição, temos nossos passaportes estampados com o carimbo de entrada (lembrando que brasileiros não precisam de visto para a África do Sul). Enquanto isso, as bagagens são revistadas no ônibus pela polícia sul-africana.

O comissário de bordo passa pelo corredor do ônibus contando o número de passageiros. Estão todos devidamente em seus lugares. É hora de seguir viagem. Tínhamos mais cinco horas até Joanesburgo, tempo que se alongou após sermos parados por policiais rodoviários, logo após o primeiro pedágio já em terras sul-africanas. Queriam revistar as malas. Um deles sobe no ônibus, enquanto outros vão em direção ao bagageiro. O comissário de bordo pergunta de quem é uma mala verde de número 465. Muito embora minha mala fosse verde, não me dou ao trabalho de verificar o número do bilhete nela colado, já que uma moça se antecipa e desce do ônibus. Mas ela logo retorna. O comissário volta então a repetir o número: 465. Vou em busca do bilhete em minha carteira, com o coração e o pensamento acelerados por entre as fronteiras que separam e conectam as identidades de sacoleira e turista, de estrangeira e nacional: “O que pode tê-los feito pegar a minha mala? Tá na cara que é mala de gringo, né? Puta merda, o tecido dela, contra a luz das lanternas, fica meio transparente. Será que viram que é mala de presentes (porque de sacoleira não pode ser, é muito pequena para isso)? Não a fechei com cadeado! Será que eles colocaram algo dentro dela para forjar flagrante? Cacete! Não tenho rands e meus euros estão todos juntos. Maldita hora que não separei uma quantia para esse tipo de situação”.

Pego o bilhete. Bingo! De todos os passageiros, fui a sorteada! Lá vou eu negociar com os policiais no breu do acostamento da auto-estrada. São três homens, todos negros e devidamente fardados e armados. Perguntam-me o que há dentro dela. Ordenam que eu a abra. Pedem que eu apresente a nota fiscal das *capulanas* e o comprovante de declaração da fronteira. “O que, nota fiscal de *capulanas*? Desde quando há nota fiscal desse tipo de coisa em Moçambique? Isso só pode ser piada! Comprovante de que? Desde quando tem que se declarar na alfândega duas dúzias desses populares tecidos estampados comprados em tudo quanto é loja ou mercados de rua?”, pensei enquanto me restringi a dizer que eu não tinha tais documentos. Informam-me, então, que irei presa hoje e a julgamento amanhã, porque não as declarei na fronteira.

Naquele instante, sou convocada pelos três homens a assumir a posição de *mula* através de meu corpo e das mercadorias que eu carregava. Corpo que deve ser apreendido, julgado e aprisionado por transportar mercadorias consideradas ilegais pelo Estado. Corpo em cuja superfície se inscreve (i)legalidades, alteridades e mecanismos de poder. Resisto. Ser *mula*, em sentido metafórico, para transportar e atualizar “rastros” das remetentes presas, sob a suspeita dos familiares destinatários, era o meu propósito. E o meu limite. Ultrapassá-lo já era demais. Era me confinar na categoria que as seis remetentes presas haviam sido enquadradas em função do transporte de uma mercadoria considerada ilegal, a cocaína. Era fechar meus poros, exterminar meu grau de indeterminação e de multiplicidade. Destituir-me de todos aqueles fios das redes de cuidado que eu transportava e que vinham me constituindo naquela viagem. Era, enfim, me enclausurar, solitária e limitada, em meu próprio corpo e numa prisão – no exterior, tal qual as *estrangeiras* presas na PFC (quanta ironia!). Minha saída foi invisibilizar tais fios em favor da exposição de elementos do ambiente de minha trajetória individual que me possibilitassem linhas de fuga a esse duplo confinamento (subjetivo e físico).

Monta-se, então, o palco da negociação. Na cena, um dos policiais e eu assumimos o papel principal, os dois outros, o papel de coadjuvante e o motorista e o comissário de bordo do ônibus, o de platéia. Minha viagem é revistada de cabo a rabo com perguntas, que ficam cada vez mais difíceis de responder diante de comentários, muitas vezes jocosos, sobre futebol, mulheres brasileiras e a minha prisão. Minhas mãos, trêmulas, tentam telefonar para “Dr. Trindade, juiz do Tribunal Supremo de Moçambique, e Dra. Casimiro, professora da Universidade Eduardo Mondlane”. Sem sucesso. No meio do nada, não há sinal de telefonia. Apelo, então, para a construção de uma auto-identidade que, imagino eu, seja capaz de me garantir algum poder de

barganha naquela ocasião. Em minhas respostas, transmuto-me numa professora universitária de São Paulo, que foi dar palestras, iniciar uma investigação nos dois países e visitar alguns amigos, dentre eles meus anfitriões-autoridades-nacionais, citados anteriormente. Mas nada disso parece adiantar: permaneço imóvel na condição de *mula* e eles, na decisão de minha prisão.

Passados uns bons minutos de negociação (ou se preferir, de exibição recíproca e esdrúxula de títulos e autoridades), a platéia se retira em direção ao ônibus. Olho para trás e peço ao motorista e ao comissário de bordo que não sigam viagem sem mim. Nem pensar em ser deixada com três policiais no meio da noite e do nada! Nem pensar também em deixar todo o meu dinheiro ali – pois, caso eu abrisse minha pochete, escondida debaixo de minha calça jeans, diante deles, dificilmente eu conseguiria entregar apenas uma parte do montante. Respiro fundo, tomo fôlego de coragem para encarar e indagar o policial protagonista: “Ok. Então me diga o que querem de mim!”. Ele fica surpreso e desconversa com a justificativa de que está ali para exercer sua função. Um tanto impaciente e confiante frente à sua reação, interrompo-o e repito a indagação: “Ok, mas me diga o que querem de mim, por favor!”

É a vez de os policiais coadjuvantes se retirarem em direção à viatura, enquanto o protagonista se aproxima ainda mais de mim e coloca a mão em meu ombro num convite para caminharmos lentamente em direção ao ônibus. Tenho certeza de que chegara o momento de ele me exigir algum valor em dinheiro, mas me surpreendo com suas palavras: “Hoje eu não vou levar seu dinheiro e nem te levar presa. Mas preste atenção: não faça mais isso! Da próxima vez, declare os tecidos, porque se quisermos te prender, podemos. E espero que você não seja parada novamente [nos próximos dois pedágios]. Boa sorte!”. Agradeço, estico minha mão para cumprimentá-lo e, após aqueles longos vinte, trinta ou cinquenta minutos (tanto faz, porque me foram infundáveis), subo no ônibus diante de cerca de sessenta pares de olhos curiosos por saberem o desfecho do imprevisto tão previsível. “Fique tranquila, cruzar a fronteira é mesmo assim”, comentou meu colega de assento, enquanto me comprava um *refresco* com o comissário de bordo para eu me acalmar. A fronteira é porta de entrada e saída, limiar de gestão e concretização de fluxos que transitam por entre as parcelas que ela mesma separa (Feltran, 2008, 2010). É “rito de passagem imanente” (Virilio, 1993), interface atualizada no cruzamento entre materialidades sujeitas a e sujeitas de uma forte experimentação de controle, vigilância e, por que não, de extorsão. É, por excelência, território das *mulas* e de tantos outros “vasos comunicantes”.

Território onde, ao me engajar na criação de novos fios entre as seis *africanas* e seus

familiares, enveredei-me por subjetividades “outras”. Fiz-me *mula* de cuidados, afetos e outras “substâncias compartilhadas”, sendo, assim, impelida a lidar com os riscos dessa transformação. Riscos que atingiram o ápice na minha quase prisão, afinal cruzar as linhas da alteridade (territorial e subjetiva) implicava confluir com possíveis infortúnios desse cruzamento. Implicava enfrentar as possíveis adversidades decorrentes da produção de copresenças na relação com os guardas não apenas da prisão. Implicava encarar as assimetrias de poder inerentes aos trânsitos transnacionais de um corpo feito, senão de mercadorias ilegais, ao menos de materialidades prisionais. Implicava, em suma, estar sujeita a práticas de esquadramento executadas sobre toda e qualquer *mula* que circula pelos portões do Estado. Portanto, se a revista policial gerou a minha quase prisão foi porque naquele momento eu vivia o mais alto grau de justaposição com as *estrangeiras* e suas redes de cuidado: explorava a mobilidade, a destreza e a porosidade de meu corpo, atravessava os limites de minha individualidade e experimentava uma das perversas consequências dos movimentos de articulação que fazem presas e prisão. Nesse sentido, meu colega de assento de fato tinha razão: cruzar fronteiras é mesmo assim.

Considerações Finais: notas sobre linhas de presas e prisão

A ansiedade ditava a velocidade dos passos naquele caminho que percorri semanalmente entre a estação de metrô Carandiru e a Penitenciária Feminina da Capital. Apesar da exaustão, eu sentia uma enorme satisfação de voltar para meu ambiente familiar, uma sensação que jamais imaginei vivenciar em relação a uma prisão e que, curiosamente, eu experimentava na minha última ida à unidade. Para além do fato da PFC ter sido o local a partir do qual o ambiente (intra e extramuros) de trabalho voluntário e de campo foram construídos, eu estava a caminho de pessoas familiares. Pessoas cuja intimidade não me era apenas (parcialmente) conhecida, mas também me atravessava e me constituía naquele momento. Eu queria chegar logo. Chegar com (quase) tudo que vi, ouvi, percebi e senti do lado de lá. Chegar com os vídeos, as versões, as investigações, os abraços, as declarações de amor e dor. Chegar, de algum modo, com os ambientes domésticos de cada uma delas. Queria matar as saudades, levar os remetentes através de minha carne, minhas emoções, meu jeitos e trejeitos, amenizando assim as limitações comumente efetuadas pelos demais “rastros”.

Embora eu portasse autorização judicial para entrar na unidade, tive que aguardar a chefe do setor de Reabilitação Social em função da excepcionalidade do experimento e dos equipamentos. Com certo orgulho e euforia (talvez de quem tenha sido uma das responsáveis por viabilizar e acompanhar a produção das vídeo-cartas), Marta chegou à portaria comentando com as agentes penitenciárias sobre o *trabalho bonito* que eu havia feito com algumas *africanas*, enquanto eu ia sendo destituída de partes que haviam me composto até aquele momento. Apesar de ter sido submetida a uma mais que branda revista, tendo apenas as extremidades de meu corpo e meus equipamentos alisadas bem rapidamente por uma das guardas, infelizmente as câmeras não puderam entrar. Segundo a diretora de disciplina, a quem a Marta recorreu para tal decisão, a autorização judicial não previa qualquer uso de tais equipamentos nessa etapa de devolutivas. Além destes, as fotografias também foram barradas. Embora sua entrega estivesse autorizada no mesmo documento, foram embargadas pela chefe de Reabilitação, após as destinatárias as apreciarem, com a justificativa de que eram muitas e poderiam ser deterioradas em ocasiões

como *blitzes*. Sob muita insistência e argumentação da parte das destinatárias e de mim, Marta por fim comprometeu-se a negociar sua entrada junto a suas superiores.

O encontro das devolutivas desdobrou-se inicialmente na sala do setor de Reabilitação Social, localizada no pavilhão administrativo. O clima foi de completa alegria. Ao me virem, as destinatárias presas gritaram, pularam, choraram e correram em minha direção para fortes abraços – e sob a repreensão de Marta, pronunciada inutilmente por força do hábito e num tom mais ameno do que o recorrente. Trocamos olhares e carinhos no rosto, nos cabelos e nas mãos. Enlaçamo-nos pela cintura e pelos ombros. Mantivemos nossas mãos dadas. Abraçamo-nos outra vez. E mais uma vez. Trocamos informações sobre o lado de lá no ritmo ditado pela euforia, isto é, de forma breve, fragmentada e caótica. Entreguei-lhes as fotografias que Inácio e eu tiramos dos familiares. Uma emoção que nem elas, nem eu nunca havíamos vivenciado antes, porque não era somente nossa. Era também da família e dos ambientes carregados nas fotografias, nos vídeos e em mim.

Isso ficou ainda mais evidente quando veiculamos os vídeos na capela da prisão. Sentadas no chão, em forma de meio círculo diante do computador apoiado sobre uma carteira escolar, e quase sempre de mãos dadas comigo, as destinatárias declararam estar vivendo o melhor momento daqueles anos de prisão. Gargalharam, por vezes aos prantos, diante das brincadeiras das crianças e de demais familiares. Cantaram e dançaram com eles. Beijaram-os e os acariciaram – na tela do computador e em mim. Emocionaram-se com o choro de uns e se divertiram com o de outros – especialmente quando consideravam que havia uma dose de exagero. Sentiram o cheiro e o gosto das comidas exibidas. Sentiram o cheiro da casa e da cidade. Conduziram o carro com gestos manuais pelos caminhos que filmei nas avenidas das cidades. Desfilaram seus comentários sobre os remetentes e suas palavras de conforto às dores deles. Investigaram-os através de mim. Desmentiram-os. Defenderam-os. Concordaram com uns e discordaram de outros. Justificaram suas atitudes. Deram-lhes conselhos e acolheram os deles. Silenciaram – quase sempre em lágrimas e sorrisos. Contiveram, por vezes, o choro nos limites de seus olhos. E buscaram conforto em meus braços e abraços.

Profundamente emocionada, tentei, de todo modo, conter as lágrimas. Levantei do chão no intuito de me apartar dos encontros que ali se concretizavam. Respirei fundo em busca de ares que me contivessem minimamente distante das emoções que enredavam aquele momento. Procurei me concentrar em pensamentos que me retirassem dali. Tudo em vão. De costas para elas, lá estava eu, nos instantes iniciais da veiculação, tentando esconder as lágrimas

que escorriam em meu rosto, pela primeira vez naqueles anos de trabalho voluntário e de campo, como úmidas copresenças. Copresenças que, juntamente com os demais “rastros” (vídeo, cartas e fotografias), atualizavam o caráter extensivo de *estrangeiras* e seus familiares.

Pessoas que não se encerram nos limites de seus respectivos corpos, que não se constituem somente em um corpo fixo e individual, que não o tomam como uma fronteira intransponível entre as partes que as constituem e nem uma barreira rígida na relação com os locais registrados (casas, ruas, quintais) e com as destinatárias. Ao contrário, são pessoas que experimentam a transitoriedade de seu modo de existência em ininterruptos processos de engajamentos corpo(s)-“coisas”-ambientes efetuados nos movimentos que também efetuam, a um só tempo, as interfaces entre os interiores e exteriores da prisão; que produzem novos processos de associação e fragmentação entre materialidades distintas com vistas a cruzar as fronteiras anatômicas, prisionais e nacionais e se tornar presente do outro lado; que se fazem e se refazem de acordo com seu maior ou menor desejo presencial, colocando assim em suspensão e suspeição a separação entre o orgânico e o inorgânico, o sujeito e o objeto e o dentro e o fora da prisão. Pessoas, portanto, compósitas, flexíveis, partíveis, extensivas e temporárias. Que se objetivam em seus “corpos articulados” e ganham individualidade por meio do agenciamento de suas diferentes materialidades na relação com agentes e ambientes de um e outro lados.

Materialidades das quais, ao longo do trabalho voluntário e de campo, tornei-me cada vez mais parte. Empurrada por uma irrestrita curiosidade etnográfica, fui progressivamente atravessando (e, portanto, atualizando) fronteiras prisionais, transnacionais, institucionais, corporais e pessoais concretizadas, no caso desta pesquisa, com fios (prioritariamente femininos) de cuidado. A partir de meu trabalho junto ao ITTC, e com o apoio e a mediação de seus membros, realizei uma prática de pesquisa multissituada engajando-me em outros espaços-tempos por onde *estrangeiras* circulavam de corpo e alma ou em forma de desejos, demandas, documentos e outras (i)materialidades. Diferentes áreas da Penitenciária Feminina da Capital, Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, órgãos consulares, abrigos infantis paulistanos, Varas, Defensorias, instituições de acolhimento de *estrangeiras* na capital paulista (nomeadamente Associação Casa Recomeço e Casa de Acolhida) e, por fim, as casas de familiares destinatários das vídeo-cartas foram alguns dos locais por onde transitei na dupla condição de voluntária e etnógrafa.

Ao longo desse percurso, fui emergindo como um “microcosmo de relações” (Strathern, 2006) cada vez mais denso. Minhas performances, meus sentimentos e emoções, embora se ex-

pressassem em mim, foram deixando de ser somente meus e passaram a ser habitados pelo emaranhado que me individuava continuamente ora como um dos “vasos comunicantes”, ora como um de seus materiais constituintes. Associada a amigos e colegas do ITTC, da Pastoral, da Casa Recomeço, da UNICAMP e a todos os artefatos e objetos técnicos na relação com outros agentes (humanos e não humanos), tornei-me agente compósita, capaz de concretizar remetentes e destinatárias(os) a partir de minha atuação entre eles no e com o mundo intra e extramuros. Atuação que me “desindividualizou” (Foucault, 1993), possibilitando assim o desenvolvimento de um trabalho de campo que teve seu mais alto grau de “articulação” (Laclau, Mouffe, 1985 apud Brah, 2006) no experimento em torno e através das vídeo-cartas.

Neste, coloquei à prova minhas próprias fronteiras ao efetuar técnicas corporais de corpos outros ausentes. Fui transformada em uma das tantas extensões que, juntas, foram capazes de objetivar os sujeitos e subjetivar os objetos (Strathern, Lambeck, 1998). Mais ainda, tornei-me parte daquilo que remetentes e seus respectivos ambientes são e expressam a destinatárias(os). Mediei, por um lado, a produção de presença das(os) remetentes e seus ambientes junto aos destinatários através das performances de meu corpo e de demais “rastros”. Por outro lado, mediei a transformação das materialidades desses “rastros” em extensões dos remetentes e seus ambientes na interação com destinatárias(os).

Em princípio, eu atuaria, sobretudo, como uma espécie de intermediária cuja mobilidade do corpo seria mobilizada para carregar e registrar de um lado para o outro possíveis presenças de remetentes em vídeos, cartas, álbuns fotográficos, *sedex*, *jumbo* e presentes. No entanto, ao fazer esse movimento, fui levada pelas remetentes presas a experimentar a transitoriedade de meu corpo para potencializar o caráter encarnado no transporte dos “rastros” a ponto de, por ventura, eu me tornar um deles. Fui vertida em performances de materialidades tangíveis, capaz de produzir a simultaneidade em atos, fatos, cuidados e afetos que nem sempre foram destinados explicitamente por remetentes, mas foram demandados pelo momento de entrega dos vídeos a destinatárias(os). Atuei, no vazio das ausências dos corpos anatômicos da pessoa em relação como presenças que afirmam ausências e de ausências que afirmam presenças. Distância espaço-temporal, a um só tempo, instaurada e abolida na entrega de abraços, carinhos, cuidados, versões, investigações e até mesmo na entrega da prisão. Presenças ausentes e ausências presentes, de natureza indiciária, concretizadas em atos que criaram, nutriram, cuidaram, vigiaram e normatizaram as pessoas, seus corpos e ambientes em redes de cuidado marcadamente femininas.

Tudo isso só foi possível, porque eu, já há muito ciborgue dessas redes, apresentei-me nesse experimento como um inédito híbrido de máquinas e corpos, capaz de “abraçar”, de uma nova maneira, “a habilidosa tarefa de reconstruir as fronteiras da vida cotidiana, em conexão parcial com os outros, em comunicação com todas as nossas partes” (Haraway, 2009: 99). Coloquei o meu corpo como paradigma da tensão entre a dividualidade e a individualidade em escala transnacional. Experimentei um engajamento com outros “vasos comunicantes” sem deixar, no entanto, de compor um deles através da conjunção com meus amigos Rafael, Inácio e muitos outros agentes (humanos e não-humanos). Fui muitas em uma, uni-presença corporal e pluri-presença mediada. Uma rede sociotécnica imersa em outras redes sociotécnicas mais amplas, capaz de atravessar, desafiar, ludibriar, (re)constituir, ao mesmo tempo em que afirmar, as fronteiras anatômicas, prisionais e nacionais. Rede montada e remontada nas (re)montagens de *estrangeiras*, seus familiares, suas amigas e seus ambientes. Em suma, a agente mediadora em que fui sendo transformada ao longo do trabalho voluntário e de campo gerou, nesse experimento, a modificação mais radical do meu esquema corporal, permitindo-me articular fios (fluxos e fronteiras) inusitados que fazem *estrangeiras* no fazer cotidiano da prisão.

As palavras até aqui registradas explicitam, de maneira exemplar, a estratégia de abordagem etnográfica que gerou cada um dos capítulos e que foi sendo alinhavada ao longo desses anos de pesquisa. Expressam os modos de interação (intersubjetiva) que me permitiram lançar o fazer etnográfico por searas sensíveis a gestos, técnicas, sentidos e percepções (Sautchuk, 2007), capazes de colocar em suspeição e suspensão a estabilidade das unidades discretas – tais como presas, prisão, maternidade, família, Estado, ONG’s. E sintetizam os meios pelos quais levei a cabo o compromisso antropológico de produzir um efetivo diálogo epistemológico (Sautchuk, Sautchuk, 2014) acerca da (contínua e sempre parcial) gênese de *estrangeiras* e de sua *cadeia*. Em outras palavras, ao expor o meu mais alto grau de afetamento (Favret-Saada, 2005) nas atividades pesquisadas, evidencio as trilhas que percorri por entre as profundezas das relações de interioridade-exterioridade (Tarde, 2007) visando contribuir para as reflexões sobre os problemas, já bastante conhecidos, da segregação espaço-temporal implicados na experiência prisional.

Uma das noções que perpassou esse meu esforço foi a noção de adaptação. Tomada ao modo de Gabriel Tarde (2007), foi entendida não como adequação de presas a uma realidade prisional pré-existente, mas como relação de duas realidades (a das não nacionais e a da prisão) à sua ação comum ulterior (o aprisionamento). A partir dela, foi possível ampliar o escopo

de observação da experiência prisional para além da concepção de “isolamento” e de todas as outras que vêm a seu reboque em parte dos estudos sobre prisões. Mas não só. Permitiu também colocar o “isolamento” numa análise dos processos que compõem presas e prisão em ato. Como procurei refletir ao longo da tese, os fios que tecem a segregação espaço-temporal durante o cumprimento de pena em regime fechado são produto e produtores daqueles que o atravessam nos processos de individuação tanto da instituição prisional quanto dos agentes nela contidos.

Partindo das formulações de Joan Scott (1998) acerca da experiência, e incluindo nelas as “co-ações técnico-humanas” (Martins, Garcia, 2006; Neves, 2006b), enveredei-me por alguns dos modos pelos quais um desses agentes, no caso as *estrangeiras*, fazem-se enquanto tais na relação com os demais entre os múltiplos interiores e exteriores da prisão. Argumentei acerca de como as relações por entre fronteiras prisionais e nacionais efetuam essa parcela da população carcerária e, o contrário, como as relações estabelecidas por (e em torno d)essa parcela efetuam as fronteiras prisionais e nacionais em diferentes escalas. Mostrei que se não nacionais precisam emergir (em corpos individuais e coletivos) como *estrangeiras* para sobreviver ao cumprimento de pena num país exterior, a prisão também precisa operar como a *cadeia das estrangeiras* para perdurar enquanto “[...] a detestável solução de que não se pode abrir mão” (Foucault, 2007c: 196).

Apartadas de seus universos de origem e de seus laços sociais e familiares que – como foi apontado, em consonância com a literatura sobre prisões desde a introdução, é fundamental para a sobrevivência durante o cumprimento de pena – não nacionais vivenciam uma enorme sensação disruptiva assim que são presas. Primárias no sistema carcerário (muitas vezes, não apenas) brasileiro, sem uma rede de ajuda no país e sem o domínio do português (na maioria dos casos) e das linguagens brasileiras criminal e legal, veem-se incitadas a se articular em redes, incorporá-las e se incorporarem nelas. Tornam-se cada qual um “complexo de relações” dentro de outros complexos mais amplos. Traduzem as muitas línguas faladas dentro da prisão, enveredam-se na produção de sentidos resultantes de relações entre diferentes e muitas vezes desiguais agentes sociais. Viram e reviram os jogos de poder e saber a partir de processos de diferenciação. Atuam como o fora do dentro, dividindo-se em outras dobras menores e maiores nas políticas prisional e prisioneira. Tornam-se interfaces, sempre contingenciais, capazes de trazer exterioridades para o interior das camadas de relações que compõem cada uma das unidades (corpos, indivíduos, coletivos, instituições). Dão à luz novos filhos, novos cuidados, novos emaranhados maternos. Desenvolvem práticas, táticas e técnicas para nutrirem a “insepa-

rabilidade da díade mãe-filhos” (Vianna, 2014), mesmo quando essa inseparabilidade se torna mediada em função da distância prisional transnacional. Vivem *coladas com eles* dentro da prisão, produzem copresenças junto a eles fora da mesma e os mobilizam como meios para muitos outros vínculos, desejos e direitos. Desenvolvem “corpos articulados” e altamente móveis, capazes de compensar a imobilidade do corpo anatômico no atravessamento das fronteiras prisionais e transnacionais. E, por meio desses corpos, criam, incorporam e justapõem espaços-tempos outros no quadriculado do xadrez.

Xadrez que, por seu turno, experimenta singularidades na contenção de uma população carcerária dividida entre nacionais e não nacionais. Efetua, em meio ao dever-ser do Estado, uma gestão através de redes que envolvem agentes (familiares, estatais, religiosos, não-governamentais, prisioneiros) localizados em (ou oriundos de) diferentes países. Cria políticas para governar (Feltran, 2014) as (e se apropriar das) muitas nacionalidades, muitas crenças, muitas línguas, muitos sotaques e poucas visitas. E, nesse governo, conta com agências como o ITTC e os consulados como potentes forças gestoras ora antagônicas, ora aliadas. Fomenta parcerias irredutíveis entre agentes penitenciárias(os) e presas em processos de tradução e articulação subjacentes às práticas de cuidado, vigilância e punição. Incorpora em seu calendário festivo eventos que celebram, carnalizam e afirmam diferenças e desigualdades entre as coletividades prisioneiras delimitadas no cruzamento das nacionalidades com outras noções, tais como a de gênero, raça, regionalidade e etnicidade. Apropria-se de imperativos dos universos culturais como os das *africanas*, por exemplo, na criação de táticas de produção da verdade e na preservação do biopoder do Estado. Fornece vagas de trabalho para que uma parcela significativa das presas possa arcar com ao menos parte dos custos de vida dentro e fora da prisão. Reinventa os termos de funcionamento de alguns dos “vasos comunicantes” através, por exemplo, da disponibilização da linha telefônica de todo um setor para receber chamadas dos quatro cantos do mundo; da permissão da circulação de *e-mails* (escaneados e nunca revistados) por meio do ITTC; da não realização de revista do conteúdo de cartas escritas em outros idiomas; da transferência bancária internacional; e da concessão da entrada de alimentos proibidos em outras unidades, como os ingeridos durante o Ramadan. Inflaciona os valores dos bens (legais e ilegais) diante da parca presença (e fornecimento por parte) de familiares de *brasileiras*. Lida com uma cada vez mais exígua atuação do Primeiro Comando da Capital dentro da unidade. Recruta cada vez menos a intervenção da Tropa de Choque e do Grupo de Intervenções Rápidas (GIR). Torna-se palco de constante criação e recriação das fronteiras arquitetônicas e políticas

em meio a alianças ora mais, ora menos efêmeras. E goza de um crescente poder nos “entras” e “sais” das áreas mais íntimas da prisão (como os corredores dos pavilhões de moradia) e dos “corpos articulados” (como ocorreu na revista intravaginal sofrida por *sul-africanas* e na *suruba* promovida por funcionárias na leitura da carta destinada a uma presa).

Tal qual procurei mostrar no decorrer das reflexões, os mecanismos que fazem operar a Penitenciária Feminina da Capital são os mesmos que reúnem as condições para *estrangeiras* moverem-se e, portanto, fazerem-se nas interfaces entre os interiores e os exteriores da unidade prisional, e vice-versa. Se a organização dos espaços-tempos prisionais se inscreve sobre as materialidades transitivas de *estrangeiras*, a circulação dessas materialidades também se inscreve sobre a organização dos espaços-tempos prisionais. Se as fronteiras físicas da prisão concretizam uma linguagem do poder, as relações de poder também contribuem para a concretização da estrutura física da prisão.

Nesse sentido, a demarcação dos limites do conteúdo é sempre acompanhada pela demarcação dos limites de seu continente. Trata-se de dois lados de uma mesma moeda. Lados que se encontram igualmente em processo de formação, em constante movimento e transformação pelas linhas nas quais se inserem e das quais são resultado (Beleli e Miskolci, 2015). E é exatamente a isso que remete a obra do artista plástico brasileiro Vik Muniz nas formulações desta tese: os fios que compõem a prisão são a continuação dos fios que tecem os agentes que nela estão. Fios tecidos em “baixo relevo”, que subsistem nas (e subvertem as) estruturas físicas da penitenciária pelo “contato, tenso, entre as linhas e as hastes de metal cravadas numa tábua plana” (Lago, 2009: 460).

Daí a penitenciária transformar os corpos, e vice-versa. Daí o isolamento prisional gerar a emergência de modulações corporais que, por sua vez, geram uma prisão inteiramente articulada em linhas. Daí a emergência de duas arquiteturas feitas em e de fluxos e fronteiras. Duas arquiteturas duplamente articuladas, isto é, construídas por agentes humanos e não-humanos (Latour, 1994) e por “categorias de articulação” (Brah, 2006). Experimentadas, a um só tempo, em movimento e em estagnação, ambas surgem como resultado sempre mútuo e mutante de relações entre interioridades e exterioridades em diferentes escalas.

O que a experiência prisional de *estrangeiras* nos revela, portanto, é um processo recíproco de ininterrupta formação: se presas, com seus corpos móveis em contenção, são incorporadas à prisão, a prisão, por seu turno, flui paradoxalmente através da contenção e incorporação das presas. Enquanto “material” da arquitetura prisional “que resiste incrivelmente”

(Foucault, 2007b), essas mulheres disparam a criação de redes sociotécnicas capazes de inventar e reinventar novos modos de existência para si mesmas, para os muros que os cercam e para tudo mais que os compõe. Sendo cada uma delas um “microcosmo de relações” (Strathern, 2006), fazem a unidade prisional operar menos como um conjunto de edifícios cercados por altos muros e mais como um campo de convergência e conexão para muitas linhas (Kwinter, 2001); menos como um “conjunto de formas” e mais como “processos de formação” que, embora passem por momentos de maior ou menor estabilidade, nunca se finalizam (Read, Bruyns, 2004 apud Ferreira, 2006: 4). Fazem dessa unidade a expressão concreta dos fios (fluxos e fronteiras) que ela mesma modula e que, em contrapartida, a modula. Em suma, fazem dela uma experiência menos nominal e mais verbal (Pallasmaa, 1996 apud Ingold, 2012), menos prisão e mais aprisionamento.

Nesse sentido, a penitenciária deixa de designar apenas aquela forma que atende por esse nome, sendo esta o índice do fazer (aprisionamento) que transforma o isolamento em produtividade e positividade. O desafio que o cumprimento de pena num país exterior impõe a presas e prisão não é a manutenção de (sobre)vidas delimitadas por um isolamento essencializado na essencialização dos limites prisionais e transnacionais. Tampouco é a gestão do seu mais pleno atravessamento, o que levaria à suspeição da função de contenção efetuada por tais limites. Antes, o que tal desafio exige é a busca de soluções nas dobras, nos “entres”, nas interfaces. É a criação de novos modos de lidar com os limites através de novas práticas, novas técnicas, portanto, novas relações. É o esforço por fazer desses limites “[...] uma *inclinação* – subvertê-los, vertê-los para baixo, *in-tendê-los*, tendê-los para dentro: incorporar e transformá-los em um modo intenso de vida, descobrindo toda a riqueza do baixo; fazer uma experiência do limite de máxima intensidade: *uma experiência-limite do limite*”, como bem afirmou Alexandre Nodari (2014: 17 *itálico no original*) numa reflexão acerca da noção de subsistência pensada a partir de uma montagem do artista brasileiro Hélio Oiticica.

Similarmente às guerras, tão bem retratadas por Mia Couto (2013) no trecho que prefaciou a tese, o aprisionamento instaura “pesadas fronteiras” físicas e políticas e, ao instaurá-las, incita inovações táticas e técnicas capazes de negar o seu sentido limitador. Ele é resultado de uma resolução funcional sempre inacabada, porque em contínua tensão e transmutação das distâncias impostas pelas muralhas da prisão. É aquilo que Foucault denominou de “heterotopia”, isto é, “espaços absolutamente outros [...] que podem assumir, e sempre assumem, formas extraordinariamente variadas” e contingentes (Foucault, 2013: 21).

Formas que são movimentos (Ingold, 2011; Sautchuk, 2015) lavrados (não apenas, mas fortemente) com cuidado e sofrimento. Que são multidão de camadas de individuação, planos de emergência e agência de unidades compósitas – corporais, maternas, familiares, prisionais, domésticas, não-governamentais, estatais – movidas pela busca de resoluções para a segregação. Segregação que vive em situação de fronteira e que, por isso, possibilita não nacionais limitarem os limites que as contêm dentro da arquitetura da prisão. Segregação que se efetua em dobras físicas, simbólicas, lógicas, cronológicas e ontológicas e propicia a mediação em diferentes nexos de relação. Se na Penitenciária Feminina da Capital, *estrangeiras* “viajam sem sair do lugar”, como escreveu Margarida no conto que nunca concluiu, é porque tanto presas quanto prisão (in- e sub-) vertem-se em e entre interioridades e exterioridades de diferentes escalas. Multiplicam linhas de forças que as alinhavam numa experiência, a um só tempo, prisional e transnacional. Uma experiência que se desdobra nas infinitesimais dobras dos muros da prisão e do estado-nação. Uma experiência que não é nem dentro, nem fora.

Referências

- ADORNO, Sergio; DIAS, Camila. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos**, São Paulo: ANPOCS, 2013. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8587\%20&Itemid=429>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- ADORNO, Sergio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Revista de Estudos Avançados**, v. 21, n. 61: 07-29, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALEJOS, Marlene. **Babies and Small Children Residing in Prisons**. Geneva: Quaker United Nations Office, 2005.
- ALMEIDA, Mauro. Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica. **Campos. Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 03: 9-30, 2003.
- ANDRADE, Bruna de. **Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil (1930-1950)** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ANGARITA, Andreina. **Drogas, cárcel y género en Ecuador: la experiencia de mujeres mulas**. Equador: Flacso, 2008.
- ANGEL-AJANI, Asale. Domestic Enemies and Carceral Circles: African Women and Criminalization in Italy. In: SUDBURY, Julia (ed.). **Global Lockdown: Race, Gender and the Prison-Industrial Complex**. London: Routledge: 3-17, 2005.
- ANTHIAS, Floya. Race and class revisited – conceptualizing race and racisms. **The Sociological Review**, v. 38, n. 1: 19-42, 1990.
- ARAÚJO, Manuel. Cidade de Maputo, espaços contrastantes: do Urbano ao Rural. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, v. XXXIV, n. 67-68: 175- 190, 1999.
- ASIS, Maruja. Living with Migration: Experiences of Left-Behind Children in the Philippines. **Asian Population Studies**, v. 2, n. 1: 45–67, 2006.
- BAILEY, Frederick George. **The Tactical Use of Passion: An Essay on Power, Reason and Reality**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BARBOSA, Antonio Rafael. **Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro** (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- BARROS, Manoel. **O guardador de águas**. São Paulo: Art Editora, 1989.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara. Nota sobre fotografia.** Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BAUNACH, Phyllis. **Mothers in Prison.** New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1985.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Rev. Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1: 193-215, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100012>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44: 91-114, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100091&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BELELI, Iara; MISKOLCI, Richard. Apresentação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44: 7-11, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n44/pt_0104-8333-cpa-44-00007.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BENÍTEZ, José. Salvadoran Transnational Families: ICT and Communication Practices in the Network Society. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 38, n. 9: 1439-1449, nov. 2012.

BERNHARD, Judith et al. Transnational, Multi-Local Motherhood: Experiences of Separation and Reunification among Latin American Families in Canada. **CERIS Working Paper**, York: York University, Latin American Research Group, n. 40, 2005.

BERNSTEIN, Nell. **All Alone in the World: Children of the Incarcerated.** New York: The New Press, 2005.

BERNSTEIN, Nicolai. On dexterity and its development. In: LATASH, Mark; TURVEY, Michael (ed.). **Dexterity and its development.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates: 1-24, 1996.

BERSANI, Ana Elisa. **O (extra)ordinário da ajuda: histórias não contadas sobre desastre e generosidade na Grand'Anse, Haiti.** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Campinas, 2015.

BIONDI, Karina. Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais. In: GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria. MACHADO, Lia (orgs.). **Antropologia e Direitos Humanos 4.** Florianópolis: Nova Letra: 303-350, 2006.

_____. **Junto e Misturado: uma Etnografia do PCC.** São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

_____. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC** (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. Memória e Historicidade em dois comandos prisionais. **Lua Nova**, São Paulo, 79: 39-70, 2010. São Paulo, n. 79, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BOITEUX, Luciana et al. **Tráfico de drogas e Constituição** - Um estudo jurídico-social do tipo do art. 33 da Lei de Drogas diante dos princípios constitucionais-penais. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Universidade de Brasília Rio de Janeiro/Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bancodeinjusticas.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Ministério-rio-da-Justiça-UFRJ-e-UnB-Tráfico-de-Drogas-e-Constituição.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

BONGIANINO, Claudia. **Malas de sonhos e saudades: família e mobilidade entre caboverdianos na Itália** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **La fotografia. Un arte intermedio**. México: Nueva Imagen, 1989.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/ Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**, Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

BRAGA, Ana Gabriela; ANGOTTI, Bruna. **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, IPEA, 2015.

BRAH, Avtar. **Cartographies of Diaspora**. Londres, Routledge, 1996.

_____. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, n. 26: 329-376, 2006.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Brasília, 1980a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 17 jan. 2009.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. **Medidas compulsórias**. Brasília, 1980b. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/estrangeiros/medidas-compulsorias/expulsao>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. **Lei n extsuperscripto 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 18 abr. 2012.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/resolucoes/resolucoes-arquivos-pdf-de-1980-a-2015/resolucao-no-14-de-11-de-novembro-de-1994.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2009.

_____. **Lei n extsuperscripto 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial de Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino**. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

_____. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Lei n extsuperscripto 12.012, de 6 de agosto de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12012.htm>. Acesso em: 02 abr. 2011.

_____. **Cartilha de Direitos Religiosos, Deveres e Costumes de Presos Muçulmanos em Penitenciárias**. Defensoria pública da União, Brasília, [2011?]. Disponível em: <<http://www.dpu.gov.br/images/stories/arquivos/PDF/cartilha\%20muculmanos.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

BRIGNOL, Liliane. Diáspora latino-americana e redes sociais da internet: a vivência de experiências transnacionais. In: COGO, Denise et al. (orgs.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Barcelona: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, v. 1: 123-140, 2012.

BRITO, Mirela Alves de. **O Caldo na Panela de Pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

BROWN, Geneva. The inersctionality of race, gender, and reentry: challenges for african-american woman. **American Constitution Society for Law and Policy – Issue Brief**. The American Constitution Society, 2010.

BRUNO, Fernanda. Mediação e Interface: incursões tecnológicas nas fronteiras do corpo: In: DA SILVA, Dinorá Fraga; FRAGOSO, Suely (orgs.). **Comunicação na cibercultura**. São Leopoldo: Unisinos: 191-215, 2001.

_____. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista FAMECOS**, v. 19, n. 3: 681-704, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12893>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. **Máquinas de ver, Modos de ser.[2028?]Vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BUGLIONE, Samantha. O Dividir da Execução Penal: Olhando Mulheres, Olhando Diferenças. In: CARVALHO, Salo de (org.). **Crítica à Execução Penal – Doutrina, Jurisprudência e Projetos Legislativos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002: 123- 144.

BUMACHAR, Bruna. Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres. **Cronos Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Natal: UFRN, v. 12, n. 2: 75-95, jul./dez. 2011.

_____. Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paulo. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (orgs.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. 1 ed. Barcelona: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, v. 1: 449-468, 2012.

_____. Entre migrações, maternidades transnacionais e mídias. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 82: 229-246, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000200017>. Acesso em: 2 de abril de 2014.

_____. No emaranhado prisional transnacional: o exercício da maternidade entre *estrangeiras* presas em São Paulo. In: GOMES, Sílvia; GRANJA, Rafaela (orgs.). **Mulheres e Crime: perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão**. Porto: Edições Húmus, Autêntica: 85-100, 2015.

BUMACHAR, Bruna; VICENTIN, Diego; KANASHIRO, Marta. Celular phone use in Brazilian prisons. **Annual Meeting of the Society for Social Studies of Science (4S)**. San Diego: Estados Unidos, out. 2013.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. Bauru: Edusc, 2004.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matérias: entrevista com Judith Butler. (Entrevista concedida a PRINS, B. e MEIJER, I.). **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 05 mai. 2015.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo: Inst. Pesquisas Econômicas, 1983.

CALDEIRA, Tereza. Direitos humanos ou ‘privilégios de bandidos’?: desventura da democratização brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 30: 162-174, 1991.

CAMPBELL, Howard. Female Drug Smugglers on the U.S.-Mexico Border: Gender, Crime, and Empowerment. **Anthropological Quarterly**, v. 81, n. 1: 233-67, 2008.

CAMPOS, Marcelo. **Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo** (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2015.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra: 95-105, 1997.

CARIO, Robert. **Les femmes résistent au crime**. Paris: L’Harmattan, 1997.

CARLING, Cecilia et al.: Central Themes in the Study of Transnational Parenthood. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, Londres, v. 38, n. 2: 191-217, 2012.

CARRILLO, María Cristina. Foto de família: los usos privados de las fotografías entre familias transnacionales ecuatorianas. El caso de la migración hacia España. In: HERRERA, Gioconda; RAMIREZ, Jacques (orgs.). **América Latina migrante: Estado, familia, identidades**. Equador: FLACSO: 281-301, 2008.

CARSTEN, Janet. **After Kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro. World Underneath: The Origins, Dynamics and Effects of the Informal Economy. In: CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro; BENTON, Lauren (orgs.). **The Informal Economy, Studies in Advanced and Less Developed Countries**. Baltimore: The John Hopkins University Press: 11-37, 1989.

CASTRO E SILVA, Anderson. **Nos braços da lei**. O uso da violência negociada no interior das prisões. Rio de Janeiro: e+a, 2008.

CHRISTIAN, Johnna. Riding the bus: Barriers to prison visitation and family management strategies, **Journal of Contemporary Criminal Justice**, v. 21, n. 1: 31-48, 2005.

CÓLERA, Maria Carmem. Te escuchas aquí al lado. Usos de las tecnologías de la información y la comunicación en contextos migratorios transnacionales. **Athenea Digital**, n. 19: 239-248, nov. 2010.

COMEFORD, John Cunha; BEZERRA, Marcos Otavio. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. **Análise Social**, v. xlviii, n. 207, 2013: 465-489. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_207_f02.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2015.

COMFORT, Megan. **Doing time together: Love and family in the shadow of the prison**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007a.

_____. Partilhamos tudo o que podemos»: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. **Análise Social**, v. XLII, n. 185: 1055-1079, 2007b.

CONSTABLE, Nicole. At Home but Not at Home: Filipina Narratives of Ambivalence Returns. **Cultural Anthropology**, v. 14, n. 2: 203-228, 1999.

CORSTON, Jean. **The Corston Report**. A report of a review of women with particular vulnerabilities in the criminal justice system. Reino Unido, mar. 2007.

COUTO, Mia. Repensar o pensamento, redesenhando fronteiras. In: MACHADO, Cassiano Elek (org.). **Pensar a Cultura**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial: 196-206, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, v. 10, n. 1: 171-188, jan. 2002.

CUNHA, Manuela. **Malhas que a reclusão tece**. Questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.

_____. **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos**. Lisboa: Fim de Século, 2002.

_____. **As organizações enquanto unidades de observação e de análise: o caso da prisão**. **Etnográfica**, v. 8, n. 1: 151-157, 2004.

_____. **Aquém e além da prisão**. Cruzamentos e perspectivas, Lisboa: Noventa Graus: 7-32, 2008.

_____. Etnografias da prisão: novas direções. **Configurações**, n. 13, 2014. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/2389>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CUNHA, Manuela; GRANJA, Rafaela. Care and respect: Mothering and relatedness in multigenerational prison settings. In: ELJDUPOVIC, Gordana; BROMWICH, Rebecca (eds.). **Incarcerated mothers: Oppression and resistance**. Bradford, Ontario: Demeter Press: 106-120, 2013.

_____. Gender asymmetries, parenthood and confinement in two Portuguese prisons. **Champ Pénal**, v. XI, 2014. Disponível em <<http://champpenal.revues.org/8809>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

CUNNINGHAM, Alison; BAKER, Linda. **Waiting for Mommy: Giving a Voice to the Hidden Victims of Imprisonment**. London, Ontario: Centre for Children and Families in the Justice System, 2003. Disponível em: <<http://www.lfccc.on.ca/WaitingForMommy.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

DAICH, Deborah. Buena Madre. El imaginario maternal en la tramitación judicial del infanticidio. In: TARDUCCI, Monica (org.). **Maternidades en el siglo XXI**. Buenos Aires: Espacio Editorial: 61-86, 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27: 19-52, 2008.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2: 523-553, jul./dez. 2003.

DEBERT, Guita Grin. Arenas de conflito em torno do cuidado. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1: 35-45, jun. 2014.

_____. Migrações e o Cuidado do idoso. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 46: 129-149, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100129&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DEBORTOLI, José Alfredo; SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Técnica, Corpo e arte: aproximações entre antropologia e motricidade. **LICERE**, v. 16, n. 2: 1-19, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/381>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

DEDECCA, Cláudio. **Dinâmica Econômica e Mercado de trabalho Urbano**: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. (Doutorado em Economia). Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o Barroco**. Campinas: Papirus, 1991.

_____. O atual e o virtual. In: ALLIEZ, Éric. **Deleuze Filosofia Virtual**. São Paulo: ed. 34: 47-57, 1996.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DIAS, Camila. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2011.

DÍAZ-COTTO, Juanita. Latinas and the War on Drugs in the United States, Latin America and Europe. In: SUDBURY, Julia (ed.). **Global Lockdown: Race, Gender and the Prison-Industrial Complex**. London: Routledge: 137-153, 2005.

DODGE, Mary; POGREBIN, Mark. Collateral costs of imprisonment for women: complications of reintegration. **The Prison Journal**, v. 81, n. 1: 42-54, 2001.

DOMINGUES, Maria Manuela. **Estratégias Femininas Entre as Bideiras de Bissau** (Doutorado em Antropologia Cultural e Social). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2000.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Campinas: Papyrus, 1994.

DULLEY, Iracema. **Deus é Feiticeiro: Prática e Disputa nas Missões Católicas em Angola Colonial**. São Paulo: Annablume, 2010.

ELHAJJI, Mohammed. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: Migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. **Revista Eptic**, v. 13, n. 2, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/109>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENOS, Sandra. **Mothering from the inside: Parenting in a women's prison**. Nova Iorque: State University of New York Press, 2001.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo: o direito ao trabalho em uma prisão feminina** (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, 2003.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FACHINETTO, Rochele. **A “casa de bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

FARREL, Ann. Policies for incarcerated mothers and their families in Australian corrections. **Australian and New Zealand journal of criminology**, v. 31, n. 2: 101–118, 1997.

FARREL, Ann. Mothers offending against their role: an Australian experience. **Women and Criminal Justice**, v. 9, n. 4: 47–67, 1998.

FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason: a moral history of the present**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2012.

_____. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. **Ponto Urbe**, v. 15: 2-22, 2014. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/2467>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13: 155-161, 2005.

FEDYUK, Olena. Images of transnational motherhood: the role of photographs in measuring time and maintaining connections between Ukraine and Italy. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 38, n. 2: 279-300, fev. 2012.

FELTRAN, Gabriel. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

_____. Crime e Castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH** (UFBA), v. 23: 59-74, 2010a.

_____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia da USP**. São Paulo: USP, v. 53, n. 2: 565-610, 2010b.

_____. A gestão da morte nas periferias de São Paulo: um dispositivo entre governo e crime. In: LIMA, Antonio Carlos; GARCÍA-ACOSTA, Virginia. **Margens da Violência** – subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: ABA: 171-208, 2014.

FERNANDES, António. Etnicização e racização no processo de exclusão social. **Sociologia** – Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1. v. V: 7-67, 1995.

FERRARO Kathleen; MOE Angela. Mothering, crime, and incarceration. **Journal of Contemporary Ethnography**, v. 32, n. 1: 9-40, 2003.

FERREIRA, Pedro. O dentro e o fora. **Nada**, n. 5: 18-25, 2005. Disponível em: <http://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2010/05/ferreira_2005_o-dentro-e-o-fora_efqdi.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **A morfogênese da Estação da Luz**: tempo, espaço e velocidade na experiência urbana. Projeto de pós-doutorado desenvolvido dentro do Programa de Formação de Quadros Profissionais do CEBRAP. São Paulo, 2006. 24 p.

_____. **Nem indivíduo nem sociedade: o transindividual**. Vídeo-palestra apresentado no IFCS/UFRJ em 11/09/2015, em evento organizado pelos grupos Medialab/UFRJ, LEIC/UFRJ e GeACT. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z\RQ4jCJ3EI>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FLEISCHER, Soraya. Etnografando ONGs feministas: Algumas lições da Guatemala e do Brasil. In: **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/Soraya\%20Fleischer_52.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2010.

FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice; FONSECA, Claudia. Apresentação – Antropólogos em ação: experimentos de pesquisa sobre “direitos humanos”. In: _____. **Antropólogos em ação**: experimentos de pesquisa em direitos humanos. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS: 7-18, 2007.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, Mãe e pobre: Trajetórias femininas do início do século XX. In: DELPRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: 512-553, 1997.

_____. **Família, fofoca e honra**: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares.[2028?]Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. Classe e a recusa etnográfica. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema. **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC: 13-34, 2006.

_____. Algumas reflexões antropológicas sobre uma maternidade hospitalar francesa. In: FLEISCHER, Soraya; TORNQUIST, Carmen; DE MEDEIROS, Bartolomeu. **Saber cuidar, saber contar**: Ensaios de Antropologia e a saúde popular. Ilha de Santa Catarina: Editora da UDESC: 237-278, 2010.

_____. As novas tecnologias legais na produção da vida familiar. *Antropologia, direito e subjetividades*. **Civitas**, v. 11, n. 1: 8-23, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Portugal: Passagens, 1992.

_____. O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: PELBART, Peter; ROLNIK, Suely (orgs.). **Cadernos de subjetividade** (número especial sobre Gilles Deleuze). São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos de Pós-Graduados da PUC/SP: 197-200, 1993.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes: 285-315, 2005.

_____. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal: 277-293, 2007a.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007c.

_____. Prefácio (in Jackson). In: _____. **Ditos e Escritos**, v. 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 146-151, 2010.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRESNOZA-FLOT, A. Migration status and transnational mothering: the case of Filipino migrants in France. **Global Networks**, v. 9, n. 2: 252-270, abr. 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1978a.

_____. Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa. In: _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar: 278-321, 1978b.

_____. **Local Knowledge: Further Essays in Interpretative Anthropology**. New York, 1983.

GELL, Alfred. **Art and agency: an anthropological theory**. Oxford: Clarendon, 1998.

GELPI, João Batista. **Pankrác EC II – Crônicas do Cárcere de Praga**. São Paulo: Tâmis, 2000.

GIBBS, Claudia. Características que diferencian a mujeres recluidas por tráfico de estupefacientes del resto de la población penitenciaria femenina. **Revista de Estudios Criminológicos y Penitenciarios**, n. 2: 41-64, 2001.

GIBSON, James. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo** (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos** (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2015.

- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GOLDMAN, Marcio. O que Fazer com Selvagens, Bárbaros e Civilizados? In: _____. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 77-82, 1999.
- GOMES, Silvia; GRANJA, Rafaela. **Mulheres e Crime**. Perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão. Famalicão: Edições Humus, 2015a.
- _____. Trajetórias de vida e experiências prisionais de mulheres ciganas reclusas. In: _____. **Mulheres e Crime**. Perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão. Famalicão: Edições Humus: 47-66, 2015b.
- GRANJA, Rafaela; CUNHA, Manuela; MACHADO, Helena. Formas alternativas do exercício da parentalidade: Paternidade e maternidade em contexto prisional. **Ex Aequo**, v. 28: 73-86, 2013.
- _____. Mothering from prison and ideologies of intensive parenting: enacting vulnerable resistance. **Journal of Family Issues**, v. 36, n. 9: 1212-1232, 2014. Disponível em: <<http://jfi.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0192513X14533541>>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- GRANJA, Rafaela. **Para cá e para lá dos muros**: Relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão (Doutorado em Sociologia). Universidade do Minho, 2015.
- GRASSI, Marzia. **Rabidantes**: Do comércio espontâneo ao transnacional em Cabo Verde. Lisboa: ISCTE, 2002.
- GREGORI, Maria Filomena. Mercado erótico: notas conceituais e etnográficas. In: PISCITELLI, Adriana; OLIVEIRA ASSIS, Glaucia de; NIETO OLIVAR, José Miguel (orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Pagu/UNICAMP: 461-489, 2011.
- GRENNE, Susan; HANEY, Craig; HURTADO, Aída. Cycles of Pain: risk factors in the lives of incarcerated mothers and their children. **The Prison Journal**, v. 80, n. 1: 3-23, 2000.
- GRIMBERG, Samirian. **Luta de Guerreiros, castigos de ninjas e amor de rainhas**: etnografia de uma rebelião prisional (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- GUMBRECHT, Hans. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.
- HAIRSTON, Creasie. Mothers in jail: parent-child separation and jail visitation, **Affilia**, v. 6, n. 2: 9-27, 1991.
- _____. **Focus on children with incarcerated parents**. An overview of the research literature. Baltimore, MD: Annie E. Casey Foundation, 2007. Disponível em: <<http://www.f2f.ca.gov/res/pdf/FocusOnChildrenWith.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015
- HANEY, Lynne. **Motherhood as Punishment**: the Case of Parenting in Prison. **Signs**, v. 39, n. 1: 105-130, 2013.
- HARAWAY, Donna. **The companion species manifesto**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do Ciborgue** – as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica: 33-118, 2009.

_____. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 17, n. 35: 27-64, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832011000100002&script=sci_abstract>. Acesso em: 15 jun. 2016.

HARPER, Rosalyn; HARPER, Gemma; STOCKDALE, Janet. The role and sentencing of women in drug trafficking crime. **Legal and Criminological Psychology**, v. 7, n.1: 101-114, 2002.

HARRIS, Mark. Riding a wave: embodied skills and colonial history on the Amazon foodplain. **Ethnos**, v. 70, n. 2: 197-219, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HELPE, Sintia. **Vidas em jogo**: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita a África contemporânea. São Paulo: Selo Negro. 2005.

HERZOG-EVANS, Martine. Mothers and babies in French prisons: cultural and legal variables. In: ELJDUPOVIC, Gordana; BROMWICH, Rebecca (eds.). **Incarcerated mothers**: oppression and resistance. Bradford, Ontario: Demeter Press: 70-81, 2013.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2010.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Ed. Atlas: 1-11, 2012.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In: GIDDENS, Tony; HUTTON, Will (orgs.). **On the Edge**: Globalization and the New Millennium. London: Sage Publishers: 130-146, 2000.

_____. As cadeias globais de assistência e a mais-valia emocional. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony. **No limite da racionalidade** – convivendo com o capitalismo global. Rio de Janeiro: Record: 187-209, 2004.

_____. Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya (orgs.). **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Ed. Atlas: 185-200, 2012.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; AVILA, Ernestin. I'm here, but I'm there: the meanings of latina transnational motherhood. **Gender & Society**, v. 11, n. 5: 548-571, out. 1997.

HOSTETTLER, Ueli; ACHERMANN, Christian. Cidadãos estrangeiros em duas prisões na Suíça. Vida prisional, reabilitação e destino pós-reclusão. In: CUNHA, Manuela. **Aquém e além da prisão**. Cruzamentos e perspectivas, Lisboa: Noventa Graus: 223-247, 2008.

HOWARD, Caroline. **Direitos humanos e mulheres encarceradas**. São Paulo: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; Pastoral Carcerária do Estado de SP, 2006.

IMAGENS da prisão (Gefängnisbilder). Direção de Harun Farocki. Alemanha, 2000. 1 DVD (60 min.).

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres e Nova York: Routledge, 2000.

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1: 6-25, 2010.

_____. **Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description**. London: Routledge, 2011.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, n. 37, v. 18: 25-44, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010471832012000100002&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0104-71832012000100002>. Acesso em: 2 dez. 2014.

ISAKSEN, Lise et al. Global care crisis: a problem of capital, care chain, or commons? **American Behavioral Scientist**, v. 52, n. 3: 405-425, 2008.

ITTC – INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. **De estrangeiras a migrantes: os 15 anos de luta do Projeto Estrangeiras**. São Paulo: ITTC, 2016. Disponível em: <http://ittc.org.br/de-estrangeiras-a-migrantes/>. Acesso em: 10 dez. 2016

ITTC – INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA; PASTORAL CARCERÁRIA. **Tecer justiça: presas e presos provisórios da cidade de São Paulo**. São Paulo: Open Society/Paulus, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=tecer+justiça+ittc&ie=utf-8&oe=utf8&gws_rd=cr&ei=T1P8VpfMG8jFwASd2o3YAQ>. Acesso em: 10 jan. 2015.

JACOBO, Monica. **Mexico y Colombia: De los grandes carteles a los cartelitos**. Mexico: Mimeo, 2003.

JOZINO, Josmar. **Cobras e Largatos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JOZINO, Josmar; HADDAD, Camilla. Agentes temem rebelião após agressão a presas estrangeiras. **Estadão**, São Paulo, 14 out. 2008a. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,agentes-temem-rebeliao-apos-agressao-a-presas-estrangeiras,259488>>. Acesso em: 02 nov. 2008.

_____. Ameaçadas, presas são transferidas. **Estadão**, São Paulo, 14 out. 2008b. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ameacadas-presas-sao-transferidas,259344>>. Acesso em: 02 nov. 2008.

JULIANO, Dolores. **Presunción de inocencia**. Riesgo, delito y pecado en femenino. Barcelona: Gakoa, 2012.

KAFKA, Franz. Um relatório para uma Academia. In: _____. **Um Médico Rural**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

KANASHIRO, Marta. Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71: 41-54, out. 2009.

KANASHIRO, Marta et al. Maquinaria da privacidade. **RUA [online]**, v. 2, n. 19, 2013. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=211>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

KARVELI, Vassiliki et al. **Raising a Child through Prison Bars**, 2012. Disponível em: <http://www.mothers-in-prison.eu/sites/default/files/1/EN_Manual\%20for\%20Professionals.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

KERMAN, Piper. **Orange is the new black** – My Year in a Women’s Prison. Nova Iorque: Spiegel e Grau, 2010.

KWINTER, Sanford. **Architectures of Time**. Cambridge: MIT Press, 2001.

LAGO, Natália. **Mulheres na prisão**: Entre famílias, batalhas e a vida normal (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2014.

LAGO, Pedro Corrêa do (org.). **Vik Muniz** – Obra completa – 1987-2009. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

LAGROU, Els. Rir do poder e o poder do riso nas narrativas e performances Kaxinawa. **Rev. Antropol**, v. 49, n. 1: 55-90, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000100003>. Acesso em: 24 fev. 2016.

LAMBEK, Michael; STRATHERN, Andrew. Introduction. In: _____. **Bodies and Persons** – comparative perspectives from Africa and Melanesia. Reino Unido: Cambridge University Press: 1-28, 1998.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Ed. 34, 1994.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____. Gabriel Tarde and the End of the Social. In: JOYCE, Patrick (ed.). **The Social and its Problems**. New Bearing in the History and the Social Science. Londres: Routledge: 117-132, 2002.

_____. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, João; ROQUE, Ricardo. **Objectos Impuros**: Experiências em Estudos sobre a Ciência. Porto: Edições Afrontamento: 39-62, 2008.

_____. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco: 206-242, 1994.

LAW, John. Notes on the theory of the Actor - Networking: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 3: 379-373, 1992.

LAW, Jonh; MOL, Annemarie. Notes on materiality and sociality. **The sociological Review**, n. 43, v. 2: 274-294, 1995.

LEIFSEN, Esben; TYMCZUK, Alexander. Care at a Distance: Ukrainian and Ecuadorian Transnational Parenthood from Spain. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 38, n. 2: 219-236, fev. 2012.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra: 1 – técnica e linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1984.

LEVERENTZ, Andrea. The love of a good man? Romantic relationships as a source of support or hindrance for female ex-offenders, **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 43, n. 4: 459-488, 2006.

LIBRARY OF CONGRESS. **Global Legal Research Directorate Staff**.

Washington, D.C., 2014. Disponível em: <<http://www.loc.gov/law/help/children-residing-with-parents-in-prison/index.php>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

LIMA, Jacqueline Ferraz de. **Mulher Fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital (Mestrado em Antropologia Social)**. Universidade Federal de São Carlos, 2013.

LIMA, Márcia de. **Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional (Mestrado em Saúde Pública)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOBO, Andrea. **Tão Longe, Tão Perto: organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista - Cabo Verde (Doutorado em Antropologia Social)**. Universidade de Brasília, 2006.

LOPES, Rosalice. **Prisioneiras uma mesma história: o amor materno atrás das grades (Doutorado em Psicologia Social)**. Universidade de São Paulo, 2004.

LORGIA, Rogel. Voces y experiencias de mujeres migrantes. In: Grupo Interdisciplinario de Investigador@s Migrantes. **Familias, jóvenes, niños y niñas migrantes: rompiendo estereotipos**. Madri: Iepala Edirtorial: 197-210, 2010.

LUDEMIR, Julio. **Lembrancinha do adeus**. História[s] de um bandido. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2004.

LUGONES, Maria Gabriela. **Obrando en autos, obrando en vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI**. Rio de Janeiro: E-papers/LACED/Museu Nacional, 2012.

MADIANOU, Mirca; MILLER, Daniel. **Migration and New Media: Transnational Families and Polymedia**. Londres: Routledge, 2012.

MAHAN, Sue. **Unfit Mothers**. Palo Alto, CA: R & E Research Associates, 1982.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egípto. **Etnográfica**, v. 10, n. 1: 121-158, 2006.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal** – A Imaterialidade do Salarizado. São Paulo: Boitempo, 2000.

MALLART, Fabio. **Cadeias Dominadas**. A fundação Casa, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2: 31-60, out. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2015.

MARCUS, George. Ethnography in/of world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Anual Review of Anthropology**, v. 24: 95-117, 1995.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, v. 14, n. 2: 311-335, 2010.

_____. Do ponto de vista do “crime”: notas sobre um trabalho de campo com “ladrões”. **Horizontes Antropológicos**, ano 22, n. 45: 335-367, jan./jun. 2016.

MARTINS, Hermínio; GARCIA, José Luís. Introdução. **Análise Social**, v. XLI, n. 181: 941-956, 2006.

MARTINS, Sergio. Apresentação. In: ITTC – INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA; PASTORAL CARCERÁRIA. **Tecer justiça**: presas e presos provisórios da cidade de São Paulo. São Paulo: Open Society/Paulus, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=tecer+justiça+ittc&ie=utf-8&oe=utf8&gws_rd=cr&ei=T1P8VpFMG8jFwASd2o3YAQ>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MATHEWS, Jackie Dewe. **Drug mules in prison in Brazil**. São Paulo, 2010. 26 fotografias, color. Disponível em: <<http://www.jackiedewemathews.com/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MATOS, Raquel. Mulheres em cumprimento de pena. Contributos para reflexão. In: JOLLUSKIN, Gloria; SACAU, Ana (orgs.). **A justiça em análise**. Aspectos jurídicos, sociais e psicológicos do cumprimento das penas. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa: 57-62, 2011.

MATOS, Raquel; BARBOSA, Mariana. Mulheres de nacionalidade estrangeira detidas em Portugal. Breve caracterização de trajetórias de vida e envolvimento no crime. In: GOMES, Silvia; GRANJA, Rafaela. **Mulheres e Crime**. Perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão. Famalicão: Edições Humus: 67-84, 2015.

MATOS, Raquel; MACHADO, Carla. Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. **Análise Social**, v. XLII, n. 185: 1041-1054, 2007.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória de sentimentos. In: _____. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva: 325-332, 1999a [1921].

_____. Alocação à sociedade de psicologia. In: _____. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva: 333-335, 1999b [1923].

_____. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify: 399-422, 2003 [1935].

MEGASWISSWATCH. **South African National Anthem with lyrics**. 2013. Arquivo de vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CKynWhsY_-o>. Acesso em: 02 fev. 2016.

MCCALLUM, Cecília; BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. **Etnográfica**, v. 16, n. 2: 221-246, 2012.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MCKENZIE, Sean; MENJÍVAR, Cecilia. The meanings of migration, remittances, and gifts: the views of Honduran women who stay. **Global Networks**, n. 11, v. 1: 63-81, 2011.

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MENJÍVAR, Cecília; ABREGO, Leisi. Parents and children across borders: legal instability and intergenerational relations in Guatemalan and Salvadoran families. In: FONER, Nancy (org.). **Across Generations: Immigrant Families in America**. New York: New York University Press: 160-189, 2009.

MILLER, Daniel. How infants grow mothers in north London. **Theory, Culture and Society**, v. 14, n. 4: 67-88, 1997.

_____. Why some things matter. In: MILLER, Daniel (org.). **Material cultures**. London: UCL Press: 3-21, 1998.

_____. What is a relationship? Kinship as negotiated experience. **Ethnos**, v. 72, n. 4: 535-554, 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a questão da diferença. In: **Cadernos de atividades e resumos do 16º Congresso de Leitura do Brasil (16º COLE)**, v. 1: 1-19. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2007.

MISSE, Michel. As Ligações Perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**. Salvador, FAEEBA/UNEB, v. 2, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~misse/>>. Acesso em: 05 mai. 2008.

MOKI, Michele Peixoto. **Representações sociais do trabalho carcerário feminino** (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, 2005.

MOL, Annemarie. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2002.

MORASH, Merry; SCHRAM, Pamela. **The Prison Experience: Special Issues of Women in Prison**. Illinois: Waveland Press, 2002.

MORRIS, Pauline. **Prisoners and their families**. Londres: George Allen and Unwin Ltd, 1965.

MOTHERS in Prison: The impact of incarceration on motherhood. Produção, direção e edição de Sabrina Haugebrook, Steve Fecarotta e Yoav Stein. EUA: Penn Program on Documentaries and the Law (University of Pennsylvania Law School), 2011 (28 min.). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=pqTXt3jqchQ>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

MRPPG87. **Mães do Cárcere - Parte 1.** 2011a. Arquivo de vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CGlR0Hqsn6k>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

MRPPG87. **Mães do Cárcere - Parte 2.** 2011b. Arquivo de vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_j0UTQmLUg4>. Acesso em: 02 dez. 2013.

MUNRO, Vanessa. From mothering behind bars to parenting beyond barriers? The right to family life and the politics of imprisonment. **Amicus Curiae**, v. 69: 6-9, 2007.

NAVARRETE, Santos. **As vozes que ninguém quer ouvir: um retrato das presas estrangeiras no Brasil.** São Paulo: ITTC, 2015.

NEGRETTI, Natália. **Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível** (Mestrado em Antropologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

NEVES, José Pinheiro. **O apelo do objeto técnico: a perspectiva sociológica de Deleuze e Simondon.** Lisboa: Campo das Letras, 2006a.

_____. Técnica e sociedade: a contribuição da teoria ator-rede. **Configurações**, n. 2: 57-74, 2006b.

NODARI, Alexandre. **Limitar o limite: modos de subsistência.** 2014. Trabalho apresentado no Colóquio internacional Os Mil Nomes de Gaia – Do Antropoceno à Idade da Terra, em 16 de setembro de 2014, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/alexandre-nodari.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

NORONHA, Eduardo. ‘Informal’, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v. 18, n. 53: 111-129, out. 2003.

OPTIC-OPTIC.COM. **Optical illusion 4: Klein Bottle**, 7 out. 2010. Disponível em: <<http://www.optic-optic.com/2010/10/opti-optic-klein-bottle.html>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

PADOVANI, Natália. **Perpétuas espirais: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) da Penitenciária** (Mestrado em Sociologia). Universidade de Campinas, 2010.

_____. Confounding Borders and Walls: documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/v10n2/natalia-corazza-padovani-confounding-borders-and-walls/>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. **Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona** (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Campinas, 2015.

PAGNAN, Rogério. Para Alckmin, preso com celular é “fonte importante. **Folha de São Paulo**, Cotidiano. São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/77810-para-alckmin-preso-com-celular-e-fonte-importante-para-a-policia.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

PANNELLCTP TRADITIONAL GOSPEL MUSIC. **Soweto Gospel Choir - Avulekile Amasango/One Love**. 2011. Arquivo de vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aclcD36r44Q>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PARREÑAS, Rachel. Migrant Filipina Domestic Workers and the International Division of Reproductive Labor. **Gender and Society**, v. 14, n. 4: 560-580, 2000.

_____. Mothering from a Distance: Emotions, Gender, and Intergenerational Relations in Filipino Transnational Families. **Feminist Studies**, v. 27, n. 2: 361-90, 2001a.

_____. **Servants of Globalization: Women, Migration, and Domestic Work**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2001b.

_____. Care Crisis in the Philippines: Children and Transnational Families in the New Global Economy. In: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie. **Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York: Metropolis: 39-54, 2003.

_____. **Children of Global Migration: Transnational Families and Gendered Woes**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2005a.

_____. Long Distance Intimacy: Gender and Intergenerational Relations in Transnational Families. **Global Networks**, v. 5, n. 4: 317-336, 2005b.

PAZ, Sabrina. **A Caravana do Amor: Um estudo sobre reciprocidades, afetos e sexualidade em um estabelecimento prisional que comporta homens e mulheres em seu interior, Rio Grande/RS (Mestrado em Ciências Sociais)**. Universidade Federal de Pelotas, 2009.

PEDREIRA, Carolina. Sobre mulheres e mães: uma aproximação à teoria do cuidado. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST58/Carolina_Souza_Pedreira_58.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. **Série Antropologia**, n. 130, Brasília, 1992. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie130empdf.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PELÚCIO, Larissa; BELELI, Iara. Apresentação. **Cronos**, v. 12, n. 2: 05-07, jul./dez. 2011.

PÉREZ, Patricia; RUSSO, Marlene. Repensar el lugar de las mujeres de sectores populares. Políticas Sociales Estatales: entre lo socialmente esperado y las posibilidades de autonomía. In: TARDUCCI, Monica (org.). **Maternidades en el siglo XXI**. Buenos Aires: Espacio Editorial: 169-191, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 2: 263-274, 2008.

_____. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto (orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas: Pagu/UNICAMP: 537-582, 2011.

_____. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____. **Carinho, limpeza e cuidado em experiências migrantes brasileiras**. 2014. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Trabalho, cuidado e Políticas Sociais: Brasil-França em Debate, Rio de Janeiro, 2014.

PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas: Pagu/UNICAMP, 2011.

PONTES, Heloisa. Antropologia e história social da cultura: etnografia e fontes. **Revista del Museo de Antropología**, n. 3: 123-134, 2010.

PRADO, Antonio Carlos. **Cela forte mulher**. São Paulo: Labortexto editorial, 2003.

PRIBILSKY, Jason. **Aprendemos a conviver: conjugal relations, co-parenting, and family life among Ecuadorian transnational migrants in New York City and the Ecuadorian Andes**. *Global Networks*, v. 4, n. 3: 313-334, 2004.

_____. **La Chulla Vida: Gender, Migration, and the Family in Andean Ecuador and New York City**. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2007.

PUERTA, Yolanda; MASDEU, Montserrat. Parejas en el espacio transnacional: los proyectos de mujeres que emigran por motivos conyugales. **Migr. Inter**, México, v. 5, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062010000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2011.

RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. **Labrys Estudos Feministas**, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosowain.com.br/labrys/labrys13/perspectivas/marga.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

RAMOS, Hosmany. **Pavilhão 9 – paixão e morte no Carandiru**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: Estética e Política**. São Paulo: Exo /Ed. 3, 2005.

REZENDE, Roberto. **Camponeses da bacia do rio Tejo: economia, política e afeto na Amazônia** (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Campinas, 2016.

RIBAS, Natalia; ALMEDA, Eliabet; BODELÓN, Encarna. **Rastreando lo invisible: mujeres extranjeras em las cárceles**. Barcelona: Anthropos, 2005.

ROBERTSON, Oliver. **The impact of parental imprisonment on children**. Geneva, Switzerland: Quakers United Nations Office, 2007. Disponível em: <http://www.penalreform.org/wp-content/uploads/2013/05/Impact_English.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ROSA, Susel da. A escrita de si na situação de tortura e isolamento: as cartas de Manoel Raimundo Soares. **História, imagem e narrativas**, n. 7, set./out. 2008. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao7setembro2008/escritadesi.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

RUI, Tanielle. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack** (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 1939-2004.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Ciência e Cultura**, v. 67: 40-46, 2015.

SANTANA, Jacimara. O branco não tem panela para nos cozer: eco popular dos movimentos pan-fricano e nacionalista no sul de Moçambique. **Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, v. 6, n. 11: 96-114, 2013.

SANTOS, Simone Ritta. **Mulher de preso, mulher de respeito: uma etnografia sobre as relações familiares entre as mulheres e seus homens presos no sistema prisional do Rio Grande do Sul** (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SARTI, Cynthia. A dor, o indivíduo e a cultura. **Saúde e Sociedade**, v. 10, n. 1: 3-13, 2001.

_____. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, v. 24, n. 61, jan./abr. 2011.

_____. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, ano 20, n.42: 9-18, jul./dez. 2014.

SAUTCHUK, Carlos. **O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas** (Doutorado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 44: 109-139, 2015.

SAUTCHUK, Carlos; SAUTCHUK, João Miguel. Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3: 575-602, 2014.

SCHILLER, Nina Glick; çAGLAR, Ayse; GULDBRANDSEN, Thaddeus. Beyond the ethnic lens: locality, globality and born again incorporation. **American Ethnologist**, v. 33, n. 4: 612-633, 2006.

SCHNEIDER, David. **A critique of the study of kinship**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça:** uma etnografia do campo de atenção ao adolescente infrator no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, n. 16: 297-325, 1998.

SEKA MOKE. **South Africa - Malaika - Mhla Uphel Amandla - Copyright Claim by SME.** 2008. Arquivo de vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H7fkaMsuNqE>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

SENA, Lucia. Gênero, criminalidade e desigualdade social no Brasil contemporâneo. In: GOMES, Silvia; GRANJA, Rafaela (orgs.). **Mulheres e Crime:** Perspectivas sobre Intervenção, Violência e Reclusão. Famalicão: Húmus: 101-119, 2015.

SERRAS, Dinora; PIRES, António. Maternidade atrás das grades: Comportamento parental em contexto prisional, **Análise Psicológica**, v. 2, n. XXII: 413–425, 2004.

SHAMAI, Michal; KOCHAL, Rinat-Billy. Motherhood starts in prison: The experience of motherhood among women in prison. **Family Process**, v. 43, n. 3: 323-340, 2008.

SHAW, Mark. West Africa Criminal Networks in South and Southern Africa. **African Affairs**, n. 101: 291-316, 2002.

SILVA, Luciene da. **Trilhas e Tramas:** percursos insuspeitos dos tecidos industrializados do continente africano: a experiência da África Ocidental (Mestrado em Antropologia Social). Unicamp, 2008.

SIMMEL, George. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel.** São Paulo: Ática: 182-188, 1983 [1908].

SMART, Carol. Law's truth/women's experience. In: GRAYCAR, R. (ed.). **Dissenting Opinions.** Feminist Explorations in law and society. Sidney: Allen & Unwin: 1-20, 1990.

SMITH, Gavin. Program and Practice in European "Regional Economies". **Current Anthropology**, v.47, n.4: 621-639, ago. 2006.

SOARES, Barbara; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras:** vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond/CESeC, 2002.

SOUZA, Artur. **Presos Estrangeiros no Brasil.** Aspectos Jurídicos e Criminológicos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

STRATHERN, Marilyn. **After Nature:** English Kinship in the Late Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2: 303-329, 1995.

_____. **O gênero da dádiva:** problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. *Campinas*, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. A relação: acerca da complexidade e da escala. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify: 263-294, 2014.

SUDBURY, Julia (ed.). Introduction. In: _____. **Global Lockdown: Race, Gender and the Prison-Industrial Complex**. London: Routledge: xi-xxviii, 2005a.

_____. 'Mules', 'Yards', and Other Folk Devils: Mapping Cross-Border Imprisonment in Britain. In: SUDBURY, Julia (ed.). **Global Lockdown: race, gender, and the prison-industrial complex**. London: Routledge Taylor & Francis Group: 167-183, 2005b.

TABBUSH, Constanza; GENTILE, Maria Florenza. Madres transgresoras y bebés 'tumberos': la regulación de la maternidad y la crianza tras las rejas. In: TARDUCCI, Monica (org.). **Feminismo, lesbianismo y maternidad en Argentina**. Buenos Aires: Librería de Mujeres, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/13591795/Tabbush_Gentile_2014_Madres_transgresoras_y_Bebês_tumberos_la_regulaci3n_de_la_maternidad_y_la_crianza_tras_las_rejas>. Acesso em: 3 jul. 2015.

TADDEI, Renzo. **Alter geoengenharia**. 2014. Trabalho apresentado no colóquio internacional Os Mil Nomes de Gaia – Do Antropoceno à Idade da Terra, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 16 set. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/8350714/Alter_geoengenharia_Col3quio_Os_Mil_Nomes_de_Gaia>. Acesso em: 20 dez. 2015.

TAETS, Adriana. **Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas (Mestrado em Antropologia Social)**. Universidade de São Paulo, 2012.

TAETS, Adriana; SABAINÉ, Raphael. **Escondendo ou mostrando o uniforme?** Dinâmicas urbanas específicas que envolvem os agentes prisionais em diferentes cidades do estado de São Paulo. In: Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS, v. 1, GT07, 2011. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=902&Itemid=353>. Acesso em: 19 nov. 2015.

TARDE, Gabriel. Monadologia e Sociologia. In: _____. **Monadologia e Sociologia e Outros Ensaios**. (Org. Eduardo Viana Vargas). São Paulo: Cosac Naify: 51-131, 2007 [1895].

TARDE, Gabriel. A ação dos fatos futuros. In: _____. **Monadologia e Sociologia e Outros Ensaios**. (Org. Eduardo Viana Vargas). São Paulo: Cosac Naify: 165-190, 2007 [1901].

TAUSSIG, Michael. **Mimesis and alterity: a particular history of the senses**. London: Routledge, 1993a.

_____. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993b.

TEIXEIRA, Carla Costa; LIMA, Antonio Carlos de Souza. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luís Fernando Dias (coords.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: Anpocs: 51-96, 2010.

TELES, Cristina. **Nzambi ikale ni enhe!** Histórias de vida de imigrantes angolanos em São Paulo. (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, 2013.

TELLES, Vera. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 84: 153-173, 2009.

- _____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- THEWORLDMUSICPLANET. **Mara Louw Methodist Choir African Hymns - 'Nkosi Sikelel'i Afrika' (Xhosa) National Anthem.** 2013. Arquivo de vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Brn5Rj9DzY>>. Acesso em: 02 fev. 2016.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul:** representações sobre o terceiro império português. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPESP, 2002.
- _____. “Raça”, nação e status: histórias de guerra e “relações raciais” em Moçambique. **Revista USP**, n. 68: 252-268, 2006.
- TOGNI, Paula. **A Europa é o Cacém.** Mobilidades, gênero e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal (Doutorado em Antropologia). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL), 2014.
- TOURAUT, Caroline. **L'expérience carcérale élargie:** Dynamiques du lien et identités à l'épreuve de l'incarcération d'un proche, Lyon (Doutorado em Sociologia). Université Lumière Lyon 2, 2009.
- TURNER, Victor. **O processo ritual:** estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru.** São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. **Carcereiros.** São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- VARGAS, Eduardo. Introdução. In: TARDE, Gabriel. 2007. **Monadologia e Sociologia e Outros Ensaios.** São Paulo: Cosac Naify: 7-50, 2007.
- VASCONCELOS, Jorge. Estrangeiras flagradas com drogas no Brasil não deveriam estar na prisão, diz especialista. **Conselho Nacional de Justiça.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60487-estrangeiras-flagradas-com-drogas-no-brasil-nao-deveriam-estar-na-prisao-diz-especialista>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- VEREA, Cristina Palomar. **Maternidad en prisión.** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2007.
- VIANNA, Adriana. **Limites da Menoridade:** tutela, família e autoridade em julgamento (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. **Antropologia e Direitos Humanos 3.** Niterói: Editora da UFF: 13-67, 2005.
- _____. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: _____ (org.). **O fazer e o desfazer dos direitos:** experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-papers: 15-35, 2013.
- _____. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e *corpus* entrecruzados. In: LIMA, Antonio Carlos; GARCÍA-ACOSTA, Virginia (orgs.). **Margens da violência:** subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: ABA: 209-237, 2014.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães. **Cadernos Pagu**, n. 37: 79-116, 2011.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 1993.

_____. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WACQUANT, Loïc. 'Suitable enemies': Foreigners and immigrants in Europe's prisons. **Punishment and Society**, v. 1, n. 2: 215-223, 1999.

_____. **Corpo e Alma** – Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WAKLATE, Sandra. **Gender, Crime and Criminal Justice**. Cullompton: Willan Publishing, 2010.

WAR on the Family: Mothers in Prison and the Children They Leave Behind. Direção de Kane-Willis. Peace Production, 2008. 1 DVD (48 min.).

WERBA, Graziela; DUARTE, Raquel. Esperança & CIA: como sobrevivem as mães apenadas. In: NEGRÃO, Telia; FERNANDES, Aparecida Luz (orgs.). **Coletivo Feminino Plural**. Vida, saúde e sexualidade das mulheres em regime semi-aberto: a um passo da liberdade – um projeto de Prevenção em DSTs/HIV/AIDS com mulheres presas. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

YLLERA, Ignacio Sánchez. Extranjeros em prisión: la doble condena. **Jueces para la democracia**, n.10: 65-70, 1990.

ZATZ, Marjorie; SMITH, Hilary. Understanding immigration, crime and victimization in the United States: patterns and paradoxes in traditional and new destination sites. In: PICKERING, Sharon; HAM, Julie. **The Routledge Handbook on Crime and International Migration**. London: Routledge: 26-40, 2015.

ZELIZER, Viviana. **La negociación de la intimidad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

Anexo 1: Links para informações sobre revista vexatória

Site

- Fim da Revista Vexatória: <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br>

Matérias jornalísticas

- Em São Paulo, até crianças são submetidas a revista vexatória. Revista Carta Capital. Disponível online: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/eles-assistem-tudo-depois-e-a-vez-deles-6734.html>. Acesso em: setembro 2015.
- Movimentos denunciam revista íntima vexatória em mulheres. Revista Forum. Disponível online: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/12/movimentos-denunciam-revista-intima-vexatoria-em-mulheres/>. Acesso em: setembro de 2015.
- Cenas das celas: as mulheres e a revista íntima. Revista Forum. Disponível online: <http://www.conectas.org/pt/acoes/midia/noticia/15051-lado-m-cenas-das-celas-as-mulheres-e-a-revista-intima>. Acesso em: setembro de 2015.
- “Só quem abre as pernas ali sabe como é. Aquilo é um estupro”. Revista Forum. Disponível online: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/quem-abre-pernas-ali-sabe-como-e-aquilo-e-um-estupro/>. Acesso em setembro de 2015.
- Campanha pede proibição da revista vexatória no país. Carta Capital. Disponível online: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/campanha-pede-aprovacao-de-pl-que-proibe-a-revista-vexatoria-no-pais-3923.html>. Acesso em: setembro de 2015.

- ONGs se mobilizam para acabar com revista íntima ‘humilhante’ em prisões. Carta Capital. Disponível online: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140422_revista_vexatoria_pai. Acesso em: setembro de 2015.
- Dias Sujos – um retrato das humilhações impostas a visitantes nas prisões. Folha de São Paulo. Disponível online: <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/04/1445471-dias-sujos.shtml>. Acesso em: setembro de 2015.
- Pelo fim das revistas vexatórias: as mulheres humanizam a prisão. Carta Capital. Disponível online: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pelo-fim-das-revistas-as-mulheres-humanizam-as-prisoas-9120.html>. Acesso em: setembro de 2015.
- Senado aprova projeto que proíbe revista íntima em presídios do país. Folha de São Paulo. Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1464891-senado-aprova-projeto-que-proibe-revista-intima-em-presidios-do-pais.shtml>. Acesso em: setembro de 2015.
- Conheça a grotesca revista íntima sofrida por familiares de presos em todo o país. Site Justificando. Disponível online: <http://justificando.com/2014/11/18/conheca-grotesca-revista-intima-sofrida-por-familiares-de-presos-em-todo-pais/>. Acesso em: setembro de 2015.
- “São filhas, esposas e mães, muitas idosas, submetidas a situações humilhantes”, diz Freixo sobre revistas íntimas. Revista Forum. Disponível online: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/03/sao-filhas-esposas-e-maes-muitas-idosas-submetidas-a-situacoes-humilhantes-diz-freixo-sobre-revistas-intimas/>. Acesso em setembro de 2015.

Vídeos

- Mulheres são submetidas a revistas vexatórias em prisões brasileiras https://www.youtube.com/watch?v=TQkDWfq_kRs.
- Revista Íntima Sistema Prisional <https://www.youtube.com/watch?v=QTWzSoD9st0>.

- Audiência Pública debate a revista íntima em familiares de presos – Completa <https://www.youtube.com/watch?v=DEx1XM3DfkE>.
- DEBATE - Audiência Pública debate a revista íntima em familiares de presos – Público <https://www.youtube.com/watch?v=nP1WsyfCvX4>.
- Audiência Pública debate a revista íntima em familiares de presos <https://www.youtube.com/watch?v=1lxqfuvnc3A>.
- Seminário Pelo Fim da Revista Vexatória - Diagnósticos e Estratégias [Heidi Cerneka – ITTC] <https://www.youtube.com/watch?v=r94nHypgw8w>.

Anexo 2: Questionário do ITTC aplicado às *estrangeiras* ingressantes na Penitenciária Feminina da Capital (PFC)

Anexo 2: Questionário do ITTC aplicado às *estrangeiras* ingressantes na Penitenciária Feminina da Capital (PFC)



O ITTC realiza este questionário para auxiliar a Defensoria Pública da União e do Estado na defesa das mulheres estrangeiras presas e também para a coleta de dados sobre essas mulheres para melhorarmos nosso trabalho. Não é obrigatória a resposta de todas as questões.

Data da Entrevista:
Penitenciária:
Entrevistador(a):

D) IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____
2. Nacionalidade(s): _____
3. Idiomas (fluentes): _____
4. Data de Nascimento: _____
5. Você é: Solteira () Casada() Desquitada() Viúva() Outros _____ Não respondeu ()
6. Documento de Identidade: país _____ Não Sabe () Não respondeu ()
número _____ Não Sabe () Não respondeu ()

7. Passaporte: país _____ Não Sabe () Não respondeu ()
 número _____ Não Sabe () Não respondeu ()
 Dados referentes ao passaporte falso ()

8. Nome da mãe _____
 8.1. Está viva () Faleceu ()

9. Nome do pai _____
 9.1. Está vivo () Faleceu ()

II) DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS

10. Você está grávida? Sim () Não () Não sabe () Não respondeu ()

! Têm filhos? Sim () Não () Não respondeu ()

! Filhos: Não se aplica () Não respondeu ()

Nome (e sobrenome)	Idade	Estuda (série)	Trabalha (atividade)	Onde moram (país/cidade)	Com quem moram (vínculo/nome)	Nacionalidade
1)						
2)						
3)						

17. Tem algum problema de saúde? Sim () Não () Não respondeu ()
 17.1. Se sim, qual? _____ Não se aplica () Não respondeu ()
18. Fazia tratamento em seu país? Sim () Não () Não respondeu ()
 18.1. Se sim, qual? _____ Não se aplica () Não respondeu ()
19. Tem algum parente doente ou idoso? Doente () Idoso () Não tem () Não respondeu ()
 19.1. Dados sobre o doente/ o idoso: Não se aplica ()

Nome	Vínculo	Doença	Idade	Onde mora
1)				
2)				
3)				

III) VIAGEM/DELITO

20. É sua primeira vez no Brasil? Sim () Não ()
 20.1. Caso não seja, quantas vezes já veio ao país? _____ Não se aplica () Não respondeu ()
 20.2. Qual(is) objetivo(s) da(s) viagem(ns)? _____ Não respondeu ()
21. Qual foi seu trajeto de sua viagem quando foi presa, incluindo escalas e conexões? (escrever país/cidade)
-
-
-

22. Onde ficaria/ficou hospedada (especificar se era hotel, casa de amigo, de parente e região da cidade)?
Não respondeu ()

23. Onde foi presa: Aeroporto de Guarulhos () Rodoviária da Barra Funda () Hotel em São Paulo () Outros ()

24. Data da prisão: _____

25. Foi presa quando: Chegava a São Paulo () Saía de São Paulo () Durante a permanência em São Paulo () Outros ()

26. Presa por quem? Polícia Federal () DENARC () Polícia Civil () Outros: _____ Não sabe () Não respondeu ()

27. Foi presa com mais alguém? Sim () Não () Não respondeu ()

27.1 Dados das pessoas com quem foi presa:
Não se aplica () Não respondeu ()

País	Sexo

28. Para onde foi levada quando foi presa?

28.1. Quanto tempo permaneceu no local referido antes de ser encaminhada para a penitenciária (especificar se foram dias ou meses)?

28.2. Como foi tratada (condições de alimentação, de uso do banheiro, se ficou algemada em grades, etc)?

29. Presa por qual delito? _____

29.1. Se tráfico, que droga? _____ Não se aplica ()

29.2. Quantos quilos/cápsulas? _____ Não se aplica () Não respondeu () Não sabe ()

29.3. Como estava carregando (mala, bagagem de mão, estômago, etc)? _____ Não se aplica () Não respondeu ()

IV) PRISÃO

30. Tem condições de pagar advogado particular? Sim () Não () Não sabe () Não respondeu ()

30.1 Caso tenha advogado particular, quem indicou? _____ Não se aplica () Não respondeu ()

31. Onde estão seus pertences? _____

32. Seus pertences foram apreendidos? Sim () Não () Não respondeu ()

32.1 Se sim, por quem? PF () DENARC () PC () Não sabe () Não se aplica () Não respondeu ()

32.2. Se sim, quais são os pertences? _____
Não se aplica () Não respondeu ()

33. Eram seus mesmos? Sim () Não () Não se aplica () Não respondeu ()

34. Algum deles desapareceu? Sim () Não () Não sabe () Não respondeu ()
34.1. Se sim, qual (is)?
Não se aplica () Não respondeu ()

35. Depois que foi presa, teve contato com a família? Sim () Não () Não respondeu ()

35.1. Se sim, com quem (vínculo/nome)?
Não se aplica () Não respondeu ()

36. Quer entrar em contato com a família? Sim () Não () Não respondeu ()

36.1. Se sim, quem (vínculo, nome e contato)?

37. O consulado a procurou depois de presa? Sim () Não () Não respondeu ()

37.1. Se sim, quando? _____ Não se aplica () Não respondeu ()

38. Quer que o ITTC entre em contato com seu consulado? Sim () Não () Não respondeu ()

39. Você quer ser expulsa do Brasil? Sim () Não () Não sabe () Não respondeu ()

Observações complementares:

Anexo 3: Lista de presas *estrangeiras* por país de origem

País	Número de mulheres
1. África do Sul	56
2. Bolívia	52
3. Angola	31
4. Espanha	26
5. Filipinas	18
6. Tailândia	17
7. Paraguai	15
8. Peru	13
9. Cabo Verde	10
10. Romênia	10
11. Bulgária	9
12. Malásia	9
13. Alemanha	8
14. Guiné	7
15. Nigéria	7
16. Portugal	7
17. Colômbia	6
18. Holanda	6
19. Inglaterra	6
20. Argentina	5
21. Morrocos	5
22. Moçambique	5
23. Rep. Dominicana	5
24. Tanzânia	5
25. Grécia	4
26. Polónia	4
27. Chile	3
28. Congo	3
29. França	3
30. Guiana	3
31. Hungria	3
32. Namíbia	3

País	Número de mulheres
33. Rússia	3
34. Equador	2
35. Itália	2
36. Mali	2
37. México	2
38. Suíça	2
39. Suriname	2
40. Antilhas Holandesas	1
41. Áustria	1
42. Bélgica	1
43. Canadá	1
44. China	1
45. Croácia	1
46. Gana	1
47. Guiana Francesa	1
48. Guiné Bissau	1
49. Indonésia	1
50. Iugoslávia	1
51. Líbano	1
52. Libéria	1
53. Quênia	1
54. Reino Unido	1
55. Rep. Tcheca	1
56. São Tomé e Príncipe	1
57. Senegal	1
58. Suécia	1
59. Uruguai	1
60. Venezuela	1
61. Zaire	1
Total	402

Anexo 4: Lista de línguas que foram declaradas no questionário do ITTC

Línguas	Número de falantes
1. Inglês	94
2. Espanhol	63
3. Português	35
4. Francês	22
5. Tailandês	12
6. Tagalog	10
7. Africâner	9
8. Holandês	9
9. Xhosa	8
10. Romeno	6
11. Árabe	5
12. Zulu	5
13. Alemão	4
14. Crioulo	4
15. Malaio	4
16. Russo	4
17. Polonês	3
18. Suahili	3
19. Bambara	2
20. Búlgaro	2
21. Austríaco	1
22. Catalão	1
23. Chinês	1
24. Chokwe	1
25. Grego	1
26. Guarani	1
27. Indonês	1
28. Quimbumdo	1
29. Sussu	1
30. Tamil	1
31. Tswana	1
32. Umbundu	1
Total	316

Anexo 5: Matérias jornalísticas sobre morte de Quitéria

C4 - O ESTADO DE SÃO PAULO

CIDADES
SEGURANÇA

QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2004

Uma presa morre em rebelião. Alvo eram outras

Detentas queriam matar 2 que foram transferidas; fizeram 8 reféns e Suzane von Richthofen seria uma

JOSEMAR JOZIMINO

Mulheres ligadas ao Primeiro Comando da Capital (PCC) presas na Penitenciária Feminina, no Caramuru, zona norte, se rebelaram contra as autoridades, e disse que o plano de matar duas rivais fracassou. Uma detenta foi assassinada a facadas. Segundo informações da Pastoral Carcerária, não confirmadas pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), foram duas mulheres mortas. Até as 22h30, oito pessoas eram mantidas reféns. A SAP não confirmou se entre elas estava Suzane von Richthofen, acusada de matar os pais, em 2002.

Um dos alvos das ameaças era a detenta Luciana Ferreira da Silva, a *Netinha*, mulher do preso César Augusto Roriz Silva, o *Cezinha*, fundador do PCC, mas excluído da facção. O casal está jurado de morte por ser considerado do Terceiro Comando da Capital (TCC).



Rebeladas observam no pátio carrinho onde estava uma presa gravemente ferida a golpes de estilete: mulher morreu na Santa Casa

pa, cozinha, fábrica, parte do bebedouro e o centro médico.

A chefe dos agentes penitenciários, Sônia Regina, foi espancada. Segundo o diretor médico, a rebelião chegou a desmoronar, mas se recriou. Quitéria Silva Santos, de 35 anos, condenada a 44 anos e 10 meses por homicídio, foi esfaqueada e morreu no pronto-socorro da Santa Casa de Misericórdia.

Em 4 horas, 30 homens da Tropa de Choque entraram na penitenciária e logo depois receberam o reforço de oito militares da tropa. Nesse momento, foi liberada a funcionária Sandra Cavallero Alves. As 15 horas, o Corpo de Bombeiros chegou para socorrer a mulher grávida e em seguida os homens do Choque saíram. Por volta das 16h30, outras duas reféns foram libertadas. Além disso, 12 presas, mais com seus bebês, foram transferidas para a Penitenciária de Capinzeira (em Itapetininga, SP).

As negociações foram suspensas às 18h30 e seriam retomadas hoje de manhã. Até às 22h30 horas, o presídio continuava cercado por forte aparato policial.

Luciana teria partido da atual Penitenciária do PCC, na vizinhança de Paula Lima, o *Abadinho*. De manhã, as duas presas foram transferidas para outro presídio, provocando revolta entre as inimigas. Por volta do meio-dia, as detentas foram chossegouros e destruíram co-

Julca Varella/ABE

Folha de São Paulo
26/08/04

PRESÍDIO SEM LEI Motim em prisão feminina durou 22 horas e teve 1 morte; alvo de detentas era mulher de inimigo do PCC Após rebelião, Suzane Richthofen é transferida

AMABILIS LAGE
DA REPORTAGEM LOCAL

Após 22 horas de tensão, a rebelião na Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo, acabou na manhã de ontem, com a transferência de 12 detentas, entre elas Suzane Louise von Richthofen, presa após confessar o assassinato de seus próprios pais. Também foi levada para outro presídio Aurimete Carlos Felix da Silva, a Netinha, apontada como o pivô do motim. Uma detenta foi morta.

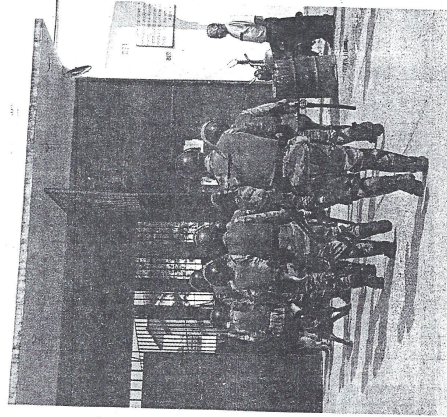
Segundo Hélio Silva Jr., da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que participou das negociações, as presas receberam ordens para matar Netinha, mulher de Cesar Augusto Roris da Silva, o Casinha, ex-líder da facção PCC (Primeiro Comando da Capital). O casal foi jurado de morte após romper com o PCC e criar o TCC (Terceiro Comando da Capital). Com a retirada imediata de Netinha, começou a rebelião e 11 funcionárias foram feitas reféns. Para Silva Jr., a ordem para matar a partida de detentas da Penitenciária do Estado, que funciona no

mesmo complexo. "Apesar de algumas mulheres serem vinculadas a facções criminosas, as prisões femininas não têm essa divisão. A ordem veio de fora." A Secretária de Administração Penitenciária informou, por meio de nota, que a rebelião começou com a tentativa de homicídio de duas detentas, mas não foram nomes nem para onde foram transferidas. Helena Maria da Silva, da Pastoral Carcerária, confirmou que o alvo era Netinha. "Quando ela chegou à unidade, as outras não aceitaram."

Suzane Richthofen também foi transferida por questão de segurança. Segundo a Secretária de Administração Penitenciária, ela não foi feita refém. O órgão não informou, porém, o que aconteceu com ela durante a rebelião. Segundo Silva Jr., a versão dada pelas detentas é que ela foi trancada na enfermaria por uma funcionária, onde permaneceu a salvo. Após o fim da rebelião, a tropa de choque entrou na unidade para ajudar as funcionárias na revisão das detentas. Nenhuma refém foi ferida. A Penitenciária tem 410 vagas e abrigava 664 detentas.

Guilherme Roda/Folha Imagem

FEMININA DA CAPITAL



Policiais da tropa de choque entram na penitenciária após rebelião

Presas mortas não deveria estar no local, diz advogada

FERNANDA FERNANDES
DA REPORTAGEM LOCAL

Quitéria Silva Santos, 36, estava na Penitenciária Feminina da Capital em virtude de um laudo psicológico que autorizou sua saída da Casa de Custódia, em Franco da Rocha —destinada a presas com problemas psicológicos.

A advogada Sônia Drigo, do ITUC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania), e Heidi Cernicka, da Pastoral Carcerária, afirmam que Santos tinha transtornos mentais e passou diversas vezes pela Casa de Custódia. Ela era medicada, passava alguns dias ou meses lá e voltava para prisões comuns.

Segundo a Secretária de Administração Penitenciária, Santos estava na Casa de Custódia

no início do ano, mas sua transferência foi autorizada. Ela foi levada para o Itatupé, mas em maio, por problemas de relacionamento, foi novamente transferida.

"Todas as funcionárias ficaram chocadas. Ela era uma presa agressiva, mas tinha problemas", disse Cernicka.

Em março de 2003, membros do ITUC, da Acat (Ação dos Crisãos para a Abolição da Tortura) e da Pastoral Carcerária encontraram Santos, que estava de castigo, fechada em uma cela no Itatupé.

Ela, conta Sônia Drigo, estava em uma cela escura e isolada. "Quando a encontramos, Quitéria estava trancada há mais de 30 dias. Suja, ma e agressiva. A comitê era jogada para dentro da cela."

A transferência foi autorizada para a Casa de Custódia, mas ela acabou retornando para prisões comuns. Para Drigo, o laudo não justifica a transferência. "A situação psicológica dela era conhecida de todos."

26/08/04

Anexo 6: Links para informações sobre o uso de algemas no parto

- Presas em São Paulo dizem ter que dar à luz algemadas. *Folha de São Paulo*. Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/11/1008395-presas-em-sao-paulo-dizem-ter-que-dar-a-luz-algemadas.shtml>. Acesso em: maio de 2015.
- Vídeo mostra presa algemada no pós-parto. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/02/1042709-video-mostra-presa-algemada-no-pos-parto-veja.shtml>. Acesso em: maio de 2015.
- Uso de algemas em presas grávidas é proibido em SP. *Folha de São Paulo*. Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/02/1047295-uso-de-algemas-em-presas-gravidas-e-proibido-em-sp.shtml>. Acesso em: maio de 2015.
- Mais uma conquista – Absurdo Algemado. *Conselho Regional de Psicologia de SP*. Disponível online: http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/172/frames/fr_conquista.aspx. Acesso em: maio de 2015.
- Governador de SP manda apurar uso de algema em parto. *Folha de São Paulo*. Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/11/1010672-governador-de-sp-manda-apurar-uso-de-algema-em-parto.shtml>. Acesso em: maio de 2015.
- Em SP, presas dão à luz algemadas. *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Disponível online: <http://www.ibccrim.org.br/noticia/13917-Em-SP-presas-do-luz-algemadas>. Acesso em: maio de 2015
- A mulher que deu à luz algemada. *Pragmatismo Político*. Disponível online: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/08/mulher->

que-deu-luz-algemada.html. Acesso em: maio de 2015.

- Ex-detenta que ganhou processo por parto com algemas fala pela primeira vez. *Portal R7*. Disponível online: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/ex-detenta-que-ganhou-processo-por-parto-com-algemas-fala-pela-primeira-vez-15082014>. Acesso em: janeiro de 2015.
- Defensoria Pública de SP pede indenização de R\$ 50.000 à ex-detenta que deu à luz algemada. *Portal R7*. Disponível online: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/defensoria-publica-de-sp-pede-indenizacao-de-r-50000-a-ex-detenta-que-deu-a-luz-algemada-14082014>. Acesso em: maio de 2015.
- Maternidade condenada. *Agência Pública*. Disponível online: <http://apublica.org/2014/08/maternidade-condenada/>. Acesso em: junho de 2015.
- Violência policial nos EUA: agentes aplicam brutalidade física e recusam atendimento médico a gestantes na prisão. Disponível online: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/40278/violencia+policial+nos+eua+agentes+aplicam+brutalidade+fisica+e+recusam+atendimento+medico+a+gestantes+na+prisao.shtml>. Acesso em: junho de 2015.

Anexo 7: Links para vídeos sobre maternidade na prisão

- Nascidos no Cárcere: <https://www.youtube.com/watch?v=cR5UKGvMjXI>
- Mães do Cárcere
 - Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=CG1R0Hqsn6k> (parte 1)
 - Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=_j0UTQmLUg4
- Mulheres-mães do cárcere, mulheres-mães do crack | Dora Martins | TEDxUnicampWomen: <https://www.youtube.com/watch?v=ATZFKzhI2bg>
- Programa Conexão Repórter - Mães do Cárcere:
 - Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=wKpVVQCq0Og>
 - Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=tjN7Ii0Lr00>
 - Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=ojWpX3XGfUo>
 - Parte 4: <https://www.youtube.com/watch?v=6-B2yExhweQ>
- Mothers in Prison: The impact of incarceration on motherhood: <https://www.youtube.com/watch?v=pqTXt3jqchQ>
- Vídeos sobre a pesquisa Dar à Luz na Sombra:
 - Ana Gabriela Braga fala sobre a pesquisa Dar à luz na sombra: https://www.youtube.com/watch?v=pmIx0Op3bg0&list=PLiwFot-6o3W_W1dIA4-wyjoC5Jls_UG2Z
 - Mais um dia [relatos DAR À LUZ NA SOMBRA]: https://www.youtube.com/watch?v=mVSe34N4kQE&index=2&list=PLiwFot-6o3W_W1dIA4-wyjoC5Jls_UG2Z

- A menina que não conhecia o céu [relatos DAR À LUZ NA SOMBRA]: https://www.youtube.com/watch?v=5zocq4vU77Y&index=3&list=PLiwFot-6o3W_W1dIA4-wyjoC5Jls_UG2Z
 - Hipermaternidade [relatos DAR À LUZ NA SOMBRA]: https://www.youtube.com/watch?v=4cNRK4bh-nc&list=PLiwFot-6o3W_W1dIA4-wyjoC5Jls_UG2Z&index=4
 - Segundo plano [relatos DAR À LUZ NA SOMBRA]: https://www.youtube.com/watch?v=G8LTb0_H0uQ&index=6&list=PLiwFot-6o3W_W1dIA4-wyjoC5Jls_UG2Z
- Audiência Pública – Mães em Cárcere (04/10/14):
 - <https://www.youtube.com/watch?v=k4iONJnfIm0&list=PLqc-3UA4FQGcR2UueV157RTg9ZYTxbB->
 - <https://www.youtube.com/watch?v=yii-Heb8RHQ&list=PLqc-3UA4FQGcR2UueV157RTg9ZYTxbB-&index=2>
 - <https://www.youtube.com/watch?v=EUfBzXhhw9Y&index=3&list=PLqc-3UA4FQGcR2UueV157RTg9ZYTxbB->
 - <https://www.youtube.com/watch?v=djMqzGI8dfc&index=4&list=PLqc-3UA4FQGcR2UueV157RTg9ZYTxbB->